UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Lorena Féres da Silva Telles

Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas:
maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)

Versão corrigida

SÃO PAULO
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Lorena Féres da Silva Telles

Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas:
maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Helena Pereira Toledo Machado

SÃO PAULO
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T273t Telles, Lorena Féres da Silva
 Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam
 grávidas: maternidade e escravidão no Rio de
 Janeiro (século XIX) / Lorena Féres da Silva Telles
 ; orientadora Maria Helena Pereira Toledo Machado. -
 São Paulo, 2018.
 345 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de História. Área de concentração:
 História Social.

 1. Mulheres negras. 2. Maternidade. 3. Escravidão
 urbana. 4. Trabalho doméstico. 5. Gênero. I.
 Machado, Maria Helena Pereira Toledo, orient. II.
 Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Lorena Féres da Silva Telles

Data da defesa: 14/02/2019

Nome do Prof. (a) Orientador(a): Maria Helena Pereira Toledo Machado

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 03/04/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Para minha mãe, carinho e amor generoso

Agradecimentos

Esta tese é o resultado de quatro anos e meio de trabalho que teve início com o primeiro projeto de pesquisa. Muitas foram as pessoas que, de diferentes maneiras, tornaram esta caminhada possível, imprimindo neste texto suas marcas. Começo, aqui, por expressar minha enorme gratidão à Maria Helena, pela orientadora ponta-firme e devotada que sempre foi, pela generosidade e a paciência com que lidou com meus dramas, percalços e apertos, sempre celebrando minhas vitórias. Cruzando a cidade para assinar papeladas, lendo relatórios e capítulos em tempo recorde, sou grata pelas sugestões e críticas sempre construtivas. Pela mulher divertidíssima, sensível e sábia, e pelos ensinamentos de historiadora: na prática, a teoria é outra.

Parte da pesquisa foi realizada em arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro, e quem recebeu esta paulista na cidade foi um grande carioca. Flávio Gomes, o que dizer? Flávio me abriu as portas da cidade, me recebeu na UFRJ, me acompanhou aos arquivos, perambulou comigo pelo centro antigo, me indicou leituras e me brindou, com toda a sua generosidade, com um rico banco de dados de pesquisas suas: não resisti e tirei uma lasquinha. Foi, desde o início, um grande entusiasta da minha pesquisa e da história das mulheres africanas, suas filhas, netas e bisnetas. Em momentos de grande dificuldade ele me ajudou, sem perceber, a seguir com fé e alegria. Obrigada, Flávio!

Não poderia deixar de agradecer ao Rutônio, pela simpatia e gentileza, e todo o pessoal da Biblioteca Nacional, onde passei muitos dias e inícios de noites fotografando inumeráveis teses e manuais de medicina que seriam lidos e relidos em São Paulo. Maria Regina Guimarães, outra carioca que conheci mais do que por acaso. Buscando informações sobre suas pesquisas, iniciei com ela uma conversa por e-mail, que floresceu numa amizade. Regina dedicou seu tempo para me ajudar de diversas formas: me levando até a biblioteca do Centro de Ciências da Saúde, me acompanhando até os arquivos e até mesmo transcrevendo documentos comigo até o último minuto, antes de as portas do Real Gabinete Português de Leitura se fecharem! Regina me cedeu seu apartamento enquanto viajava, e ali pude conhecer e folhear a obra do pintor Hildebrandt, onde tive a surpresa de encontrar pinturas de mulheres africanas com suas crianças, incorporadas nesta tese. A ajuda de Regina não parou por aí: ela fotografou imagens para mim e viu as referências nos tensos momentos finais, com humor e sem demora. Outro carioca que tive a imensa alegria de conhecer foi Carlos Eugênio Líbano Soares. A este historiador das africanas na cidade do Rio de Janeiro, e seu “rumor de muitas vozes”, agradeço pelas aulas em tom de

conversa, pelas sugestões de leituras, por me incentivar a pesquisar os assentos de batismos e por me acompanhar até os arquivos, museus, samba da pedra do sal e até a praia. Carlos, com sua personalidade incendiária, num momento de tensão, me ajudou a destravar o penúltimo capítulo com uma conversa ao telefone de apenas dois minutos. Obrigada, Carlos! Devo o início de minha trajetória como historiadora à Maria Cristina Wissenbach. No último semestre da graduação, ela despertou em mim o desejo de adentrar as Áfricas no Brasil, com seu curso apaixonante. A Cris me presenteou, com generosidade, com a principal documentação de meu mestrado. No doutorado, me ofereceu indicações de fontes, livros e ideias para que eu pudesse me aproximar das africanas cujas memórias eu evoco nesta tese. Agradeço também a Maria Odila, minha orientadora do mestrado, por abrir as portas da teoria feminista e da história de mulheres, e a Marina Maluf, que me cedeu gentilmente seus livros e documentos de sua pesquisa. A historiadora Diana Paton me recebeu em Edimburgo, onde permaneci por um mês e meio, ocasião em que pude frequentar a biblioteca da universidade e ter acesso a uma bibliografia fundamental para as reflexões que se seguem. Camillia Cowling e todas as historiadoras do projeto *Mothering Slaves* abriram muitas das perspectivas e das abordagens presentes na pesquisa. Agradeço ao CNPq, por seis meses de financiamento da pesquisa, e à Fapesp e à Capes, que possibilitaram que eu me dedicasse exclusivamente ao doutorado¹. Agradeço ao pessoal da pós-graduação do departamento de História da FFLCH e da Biblioteca Florestan Fernandes, e também à parecerista anônima da Fapesp – sei que é uma mulher – que fez sugestões sempre instigantes e elogiosas dos meus relatórios, incentivando a pesquisa e celebrando seus resultados. À Maria do Socorro, pela leitura atenta na revisão final do texto, e por compartilhar comigo seus comentários, sua sensibilidade e as frestas de suas emoções.

Nesse período, por intermédio da Maria Helena, floresceram novas amizades. Marília me ajudou tanto e de tantas formas que fica difícil explicar: nos momentos de maiores angústias, ela passou um café, sentou ao meu lado e foi, numa conversa, anotando gentilmente minhas ideias para os capítulos. Traduziu o resumo desta tese para o inglês, no curto prazo de dois dias. E me brindou ao longo desses anos com sua amizade, sua generosidade, suas ideias e seu bom humor: “Quem tem amigo tem tudo!”. Tive a imensa alegria de conhecer e firmar com Clícea Maria. O alto-astral desta carioca, gata-garota com o sotaque mais charmoso, o seu otimismo, seu bom humor, seu apoio e sua presença

¹ Processo nº 2014/09291-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

de espírito foram fundamentais para tornar a caminhada mais leve. Já Maíra, amiga querida, que agora está pra Manaus e que vejo tão pouco, agradeço pelas conversas sobre feminismo, Pink Floyd e as profundezas da vida. Agradeço a Débora por todo o incentivo à minha apresentação rebelde sobre a Africana Calabar, num seminário no Rio de Janeiro organizado pela Tânia Pimenta, outra carioca que me alegrou com os encontros, conversas e trocas acadêmicas. Maria Clara, que foi pra Marabá, aquele livro que tomei e nunca devolvi: A travessia da Calunga Grande está na tese. Agradeço ao Cícero, pela leitura atenta e generosa de dois capítulos, e por me trazer de volta a poesia, e Guimarães Rosa. Pelo interesse que sempre demonstrou pelas minhas ideias e meus escritos, e por me permitir romper com meus preconceitos e admirar um médico que dá o melhor de si para ajudar, com amor, aos que mais precisam.

Mariana Paula, Mari, Mazinha, precisarei de algumas encarnações para retribuir o que você tem feito por mim nestes 23 anos de amizade, que é mais que isso. Aquele pedacinho de papel, que você escreveu, e que estive o tempo todo aqui na minha mesa, me lembrando de quem eu sou e o que estou fazendo aqui. Não esquecerei de como esta escorpiana vibrou quando contei sobre o capítulo: lamentos e vinganças. Aninha, te agradeço por toda a força que me transmitiu sobretudo nestes últimos meses de escrita, e pela leitura de um dos capítulos mais sofridos. E quando achei que tudo ia dar errado e que teria que ressarcir a Fapesp, você me dizia, com toda a serenidade: “Lô, já deu certo”. Dedico algumas palavras de gratidão ao Milton, meu ex-companheiro, que me apoiou na decisão de abandonar emprego e seguir com a pesquisa. Há algumas semanas, quando me pedia notícias sobre o doutorado, eu disse, aflita, que o tempo passava e o último capítulo, tão importante, não saía. E ele me disse, emotivo: “Senta na cadeira e faz o que você sabe fazer”. E me ajudou a destravar a retranca. À Cecília, por todos os cafês, as conversas e risos, e nosso jogos de tarô. À Fairuza, sacerdotisa, bailarina e professora, por me iniciar na arte sagrada da dança, meu vício, alegria e vocação!

Agradeço à Márcia Souza, baiana de Jequié, mulher solar, cutucando o racismo e o machismo com sua língua afiada e seu carrão vermelho. E que um dia, quando eu lia para ela alguns anúncios de fuga, me explicou como se carrega água e como se enrodilha um tecido na cabeça. Uma frase, dentre as muitas, que não esqueço: “Sua mãe é porreta, então você também é!”. Agradeço à Leila, minha amiga por toda a vida, agora mãe da Matilda. Jú, Lioca, Nazinha, Bá, Katita, Paulinha, Danielle, Cata, Rodo e Dudu, vocês estão sempre comigo. Ao Lúcio, meu maninho querido, pelo carinho e presença, e por ter me brindado com a Alice e o Pedro, meus sobrinhos amados. Agradeço às minhas tias

Opázia, Glorian e minha avó Iraci, com seus 93 anos, e que agora tem whatsapp. À Amora e Nina, minhas vira-latas, por tornarem meus dias mais festivos. Minha mãe Olgária, tão parceira, amorosa, virando noites, relendo meus textos. Com seu bom-humor e sua sabedoria, me amparou nos momentos mais desafiadores. A meu pai José Paulo, que partiu do mundo dos vivos, agradeço por ter me dado a vida e a paixão pela história, motivação maior da escolha, lá atrás, por estes caminhos.

Mas liberdade – aposto – ainda é só alegria de um pobre caminhezinho,
no dentro do ferro de grandes prisões. Tem uma verdade que se carece de aprender,
do encoberto, e que ninguém não ensina: o beco para a liberdade se fazer.

Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*.

Resumo

TELLES, L. F. S. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta pesquisa investiga as experiências e trajetórias de vida de mulheres africanas e crioulas escravizadas que viveram a gravidez, o parto e a amamentação das crianças senhoriais e de seus próprios filhos na cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX. O período situado entre 1830 e 1888 encerrou um amplo processo de transformações das relações escravistas, abrangendo a disseminação da posse de escravizados na cidade até 1850, quando cessou definitivamente o tráfico com a África. A continuidade do regime passou a depender da escravização das filhas e filhos crioulos das mulheres cativas até a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, que conservou os interesses senhoriais sobre as escravizadas e sobre a força de trabalho de seus filhos, chamados de ingênuos. Integrando-as ao complexo quadro da escravidão urbana e ao processo de mudanças das relações escravistas e de sua superação, esta tese se debruça sobre as vivências das africanas e crioulas com relação à autonomia sexual, à gravidez e aos partos, bem como sobre as práticas de amamentação e cuidado de seus bebês e crianças pequenas escravas, libertas e ingênuas. Procuramos compreender as visões de mundo, as sociabilidades e as estratégias mobilizadas por estas mulheres diante das dificuldades e restrições que o convívio próximo com seus senhores, seus projetos e suas demandas de trabalho – destacadamente a ocupação de ama de leite – impuseram ao cotidiano da gestação e do parto, e ao cuidado e sobrevivência de seus bebês. Recuperamos suas vivências integrando-as ao mundo social dos livres, cativos e libertos, africanos e descendentes, em laços de parentesco e amizade que constituíram redes de amparo fundamentais para mulheres que viveram a maternidade em embates permanentes com seus senhores e seus interesses.

Palavras-chave: mulheres negras – maternidade – gênero – trabalho doméstico – escravidão urbana

Abstract

TELLES, L. F. S. **Teresa Benguela and Felipa Crioula were pregnant:** motherhood and slavery in Rio de Janeiro (19th century). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

This dissertation investigates African and creole women's life experiences and trajectories regarding pregnancy, labour and breastfeeding of their own children, as well as of those of their masters in the city of Rio de Janeiro between years 1830 and 1888. Over these decades, Brazilian slavery society went through major changes in close connection with the apex of the arrival of African enslaved people and the dissemination of slave-ownership in the city until 1850, when Atlantic trade was effectively terminated. As of then and until the publication of the Free Womb Law, in 1871, the reproduction of slavery depended on the existence of creole sons and daughters of enslaved women. Preserving the rule of masters over these women, as well as over their offspring's workforce, the law, however, eliminated the *partus sequitur ventrem* principle, which guaranteed the continuity of slave-ownership within the Empire. By integrating enslaved women into the complex scenario of urban slavery and the overarching context of transformations in slavery as a whole, this dissertation investigates experiences of sexual autonomy, pregnancy, labour, breastfeeding, and care of slave and freed babies and children born of free wombs. Such dimensions of enslaved women's lives are intertwined with their engagement in urban services – especially wet nursing – as well as with masters' limited, yet persistent interest in their children. This dissertation aims to grasp enslaved women's worldviews and sociability, as well as their daily life strategies to cope with obstacles to pregnancy, labour and childcare created by intensive work routines and close coexistence with their masters. It unravels the importance of kinship and friendship bonds with African or African descent enslaved, freed and free people, with whom enslaved women shared mothering and childcare responsibilities. These social and emotional support networks were vital in their daily struggles with slave-owners and their conflicting interests regarding their bodies and their children.

Keywords: black women – motherhood – gender – domestic labour – urban slavery

Lista de ilustrações

Ilustração 1. Fórceps, 1862.	181
Ilustração 2. Negra vendendo suas mercadorias. Eduard Hildebrandt, 1844.	268
Ilustração 3. Enterro de um negrinho. Jean Baptiste Debret, 1823.	271
Ilustração 4. Lavadeira com bebê às costas. Daniel Kidder, c.1840.	279
Ilustração 5. O Chafariz do Campo (1835): tomado da Igreja de Santana. Carlos Guilherme von Theremin, 1835.	280
Ilustração 6. Aqueduto e Convento de Santa Teresa. William Gore Ouseley, 1852	282
Ilustração 7. A Glória. Eduard Hildebrandt, 1844.	283
Ilustração 8. Rua Direita. Eduard Hildebrandt, 1844.	284
Ilustração 9. Negra com duas crianças. Eduard Hildebrandt, 1844.	285
Ilustração 10. <i>Mina Tapa</i> , Augusto Stahl, c. 1865.	287
Ilustração 11. Fotografia de mulher negra com tabuleiro e filho às costas. Christiano Jr., c.1864-1866.	289

Lista de tabelas

Tabela 1. Africanas e crioulas escravizadas: gestantes e filha/os nos jornais (1830-1888)	60
Tabela 2. Partos das escravizadas nos jornais (1830-1888)	61
Tabela 3. Temas das teses de medicina por década (1830-1888)	63
Tabela 4. Anúncios comerciais de mulheres gestantes por décadas (1830-1888)	86
Tabela 5. Anúncios de fuga de africanas e crioulas grávidas por década e naturalidade (1830-1888)	109
Tabela 6. Nações africanas nos anúncios de fuga (1830-1888)	110
Tabela 7. Crioulas e províncias de origem nos anúncios de fuga (1830-1888)	111

Sumário

Introdução	16
Capítulo 1. Mulheres negras, gênero e maternidade na escravidão	21
Corpo e reprodução na historiografia da escravidão: perspectivas atlânticas	24
Da gravidez à criação de filhos: Caribe e Estados Unidos	28
Maternidade e famílias escravas na historiografia brasileira	37
Africanas e crioulas na escravidão urbana: Rio de Janeiro, século XIX	44
Fontes e abordagens	60
Capítulo 2. Africanas e crioulas grávidas na cidade	71
Grávida de quem? Relações afetivas, autonomia sexual e estupro na escravidão	72
Gestantes na cidade em perspectiva: as escravizadas nas fazendas do Sudeste	82
Instabilidades e separações: “ <i>por se achar grávida dá-se por preço cômodo</i> ”	89
Jovens mucamas: assediadas e grávidas portas adentro	91
Vendidas grávidas como futuras amas de leite	96
Trabalho e cotidiano: lavadeiras, quitandeiras e todos os serviços domésticos	99
Violência senhorial	105
Projetos, abortos e resistências	109
Capítulo 3. Dando à luz portas adentro: entre comadres, parteiras e senhoras	119
Comadre de quem? Escravizadas e o cenário da assistência ao parto	122
Intervenções e violências senhoriais no parto	130
Entre parteiras africanas, europeias e descendentes: as práticas e os contextos	133
Entre lençóis e sopros na garrafa: as comadres portuguesas e brasileiras brancas	135
Parteiras africanas e crioulas: manejos, mau-olhado e ladainhas	142
Resguardo puerperal e retorno ao trabalho	151
A medida de seus desejos...	154

Capítulo 4. Entre médicos e estudantes: partos difíceis e violência obstétrica	167
Médicos na casa senhorial: fórceps e mortes de recém-nascidos	170
Nas Casas de Saúde: exames invasivos e maus pressentimentos	187
Maternidade Municipal: entre médicos e estudantes inexperientes	193
Santa Casa de Misericórdia e enfermaria para ensino prático: violência obstétrica	199
Capítulo 5. Mãe e ama de leite: os desafios da maternidade na cidade escravista	213
Mãe escrava, nutriz de aluguel	214
<i>“As crianças apenas nascidas são imediatamente levadas para a roda”</i>	225
Lamentos e vinganças	237
Mãe e ama de leite na casa senhorial: entre o bebê negro e o branco	243
<i>“Se algumas vezes ela o pode amamentar é às carreiras, às ocultas”</i>	251
<i>Su su su, menino mandu: as fronteiras do afeto</i>	254
Capítulo 6. Criando os seus	258
<i>“A grande mortalidade dos crioulinhos”</i>	259
Funerais e amuletos	268
Amamentação, trabalho e cotidiano: africanas e crioulas portas adentro e afora	275
Infortúnios: venda, infanticídio e ameaças senhoriais	295
Criação compartilhada: comadres, parentes e famílias	306
Planos e fugas	311
Considerações finais	314
Fontes	316
Bibliografia	328

Introdução

Em 20 de novembro de 1867, o jornal o *Correio Mercantil* anunciou o edital de praça dos bens da finada Mariana Clementina de Paiva Leite. Na rua de São Cristóvão, entre 8 e 10 horas da manhã do dia seguinte, o destino de Eva seria colocado no mercado. Aos 36 anos, a mulher grávida ia a leilão: ela era arrolada entre os bens de sua senhora que faleceu aos 66 anos, sem deixar testamento nem herdeiros. Naquela manhã, a mulher crioula teria ido à praça, exposta aos olhares e às apalpadelas de senhores e traficantes. Esta, porém, não era a maior razão de suas angústias. Seus filhos, Francisco, de três anos e meio, Adão, de 11 anos, e Eva, a mais velha de 14 anos, eram colocados também na praça em 1867, dois anos antes da promulgação da lei de 1869 que determinaria a venda conjunta de mães escravas e filhos menores de 15 anos e o fim dos leilões públicos. A cena terrível da família escrava exposta à venda em separado incluía Deolinda: a mulher de 56 anos, crioula, era a provável mãe de Eva e avó das crianças.

A morte de Mariana Clementina veio ameaçar os laços da família negra e crioula na cidade e suas três gerações: avó, mãe e filhos constituíam a quase totalidade dos bens da falecida que deixava alguns móveis, roupas e louças. Quais os destinos de Eva, de sua mãe e de seus filhos em 1867, onze anos depois dos últimos registros de desembarques de africanos? A família composta pela mulher grávida, por uma criança pequena, por um menino de 11 e uma de 14, teria sido arrematada por algum fazendeiro de café, que à época avançava sobre a população cativa crioula das cidades e de outras províncias? Quais os destinos de Deolinda, escrava, com seus 56 anos? Eva, nascida em 1831, era a primeira e única filha de Deolinda? Como teriam ambas vivido suas gestações e seus partos? Quais os embates vividos com sua senhora, diante de suas demandas do trabalho doméstico, do aluguel e do ganho de rua e das possibilidades de amamentarem e cuidarem de seus bebês e crianças pequenas nos diferentes cenários? Quem eram os pais de seus filhos? O que encontrariam à frente? Essas são algumas das questões a que esta tese se dedica.

Integrando-as ao complexo quadro da escravidão urbana e ao processo de mudanças das relações escravistas e de sua superação, esta pesquisa procura compreender as experiências, trajetórias de vida e desafios enfrentados por mulheres africanas e crioulas que viveram a maternidade na escravidão urbana. O período situado entre 1830 e 1888 encerrou um amplo processo de transformações das relações escravistas, abrangendo a restrição oficial ao tráfico, em 1831, seguida do auge dos desembarques

ilegais de africanos e a disseminação da posse de escravizados na cidade até 1850, quando cessou definitivamente o tráfico com a África. A continuidade do regime passou a depender da escravização das filhas e filhos crioulos das mulheres cativas, como Deolinda, Eva e as crianças, até a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, que veio abalar as bases do escravismo, conservando, porém, os interesses senhoriais sobre as mulheres escravizadas e sobre a força de trabalho de seus filhos ingênuos.

Abordaremos, nos capítulos que se seguem, as vivências de mulheres africanas e crioulas, durante suas gestações e seus partos, bem como as práticas de amamentação e criação de seus bebês e crianças pequenas, escravas, libertas e ingênuas. Analisamos as experiências destas mulheres e suas conexões com as demandas de trabalho urbano e com as políticas senhoriais de relativo interesse sobre seus filhos, para quem legavam a condição escrava, nas conjunturas marcadas pelas deportações de africanas e africanos jovens até 1850, no período posterior ao fim do tráfico até 1871, e nas décadas finais de derrocada do regime. Procuramos compreender as visões de mundo, as sociabilidades e as estratégias mobilizadas por africanas e descendentes crioulas, diante das dificuldades e restrições que o convívio próximo com seus senhores, seus projetos e suas demandas de trabalho impuseram ao cotidiano da gestação e do parto e ao cuidado e sobrevivência de seus bebês e crianças pequenas na escravidão, nas diferentes conjunturas do século.

No primeiro capítulo, estabelecemos um quadro geral a respeito do tema e das problemáticas abordadas na tese, discutindo as principais linhas de pesquisa dedicadas aos temas do corpo e da maternidade para africanas e crioulas, em diferentes cenários escravistas nas Américas. A bibliografia internacional enfatizou a centralidade das dimensões do trabalho e da maternidade, envolvendo gestações, parto, amamentação e práticas de criação de filhos, para as experiências femininas na escravidão. Já o princípio da matrilinearidade da condição escrava, comum às diferentes sociedades escravistas atlânticas, impactou as experiências de mulheres africanas e crioulas que viveram em comum a maternidade, a exploração de seu trabalho e a mercantilização de seus filhos por parte de seus senhores. Elaboramos, também, uma revisão bibliográfica dos estudos brasileiros dedicados às famílias escravas em diferentes perspectivas e contextos e das pesquisas que particularizaram as experiências de mulheres africanas e crioulas, escravizadas e libertas que disputaram com seus senhores, em diferentes circunstâncias, seus projetos de liberdade, envolvendo a guarda e a libertação de seus filhos. Neste capítulo, introduzimos o mundo social no qual atuaram nossas protagonistas, mulheres africanas de diferentes nações, crioulas nascidas na cidade, no interior do Rio de Janeiro

e em outras províncias, e as diferentes circunstâncias em que viveram suas gestações, seus partos e a criação de seus filhos no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX. Compusemos o complexo quadro da escravidão urbana marcado pelo grande afluxo de meninas e jovens majoritariamente embarcadas nos portos congo-angolanos e pela disseminação de sua posse e comércio entre setores escravistas, nas décadas de 1830 e 1840. Abordamos as transformações que se seguiram ao fim do tráfico transatlântico, com o processo de incremento populacional entre os livres, a redução de escravas urbanas e o recrudescimento das demandas por aluguel de amas de leite escravizadas, fomentando o tráfico de mulheres jovens das províncias do Norte, do Nordeste e do Sul do país, que foram pressionadas, quando deram à luz seus bebês, sobretudo posteriormente à lei de 1871 e na década da derrocada do regime. Apresentamos, ainda, as abordagens presentes nesta pesquisa e nosso mosaico de fontes, constituído de teses de doutorado defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro acerca dos temas da gravidez, do parto, da amamentação e da higiene infantil, casos clínicos publicados em periódicos médicos, manuais de medicina popular, tratados de obstetrícia, anúncios comerciais e de fuga publicados nos jornais diários, assentos de batismos, obras de naturalistas e etnógrafos, além de literatura de viagens, ficcional e de memórias e uma pequena coleção de aquarelas e fotografias.

Dedicamos o segundo capítulo aos desafios enfrentados por mulheres escravizadas de diferentes idades e procedências, como jovens crioulas de 17 anos grávidas de seus primeiros filhos, mulheres centro-africanas de mais de 30 anos que conceberam seus caçulas e que viveram suas gestações na cidade, nas diferentes conjunturas do século. Acompanhamos as diversas rotinas e demandas de trabalho urbano vivenciadas por estas mulheres durante a gravidez, como as ocupações desempenhadas por mucamas e costureiras portas adentro, mulheres alugadas nas casas dos locatários para todos os serviços domésticos, e por mulheres ocupadas portas fora como quitandeiras e lavadeiras ao ganho. Procuramos compreender de que maneira as práticas e espaços de trabalho, dentro das casas escravistas e no mundo fora dela, abriram diferentes oportunidades, para que as cativas tecessem relações afetivas autônomas e articulassem suas formas de resistência, diante do convívio próximo com seus senhores, suas demandas de trabalho e as torturas e violências sexuais que sofreram.

No terceiro capítulo, enfocamos as especificidades das vivências dos partos para africanas e crioulas que, como a maioria das mulheres livres e libertas, davam à luz a maioria de seus filhos nos domicílios. Porém, a moradia senhorial, em que transcorria o

trabalho e o convívio próximo com suas donas e donos, constituiu um espaço de embates e tensões matizados por diferentes formas de intervenção e violência por parte de seus senhores em seus nascimentos. Reconstituímos as condições em que se dava a assistência ao parto na cidade e suas transformações, ao longo do século, sublinhando as especificidades das práticas de parteiras europeias, brasileiras brancas empobrecidas, e africanas e crioulas escravizadas e libertas, na assistência aos partos das cativas, nas casas de seus senhores, e as vivências do retorno ao trabalho no puerpério.

A fundação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1832, e a ascensão dos interesses científicos e profissionais dos médicos que se afirmaram, ao longo do século, interceptaram as vivências do parto e do puerpério entre as africanas e descendentes cativas na cidade. No quarto capítulo, abordamos as tensões vividas por mulheres escravizadas que, diante de complicações em seus partos e da mediação de seus senhores, vivenciaram a intervenção de homens brancos, médicos em sua maioria inexperientes, nos nascimentos de seus bebês. Na década de 1880, a criação de maternidades e enfermarias ligadas ao ensino prático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro impactaram as vivências dos partos para mulheres crioulas, que foram internadas grávidas e deram à luz bebês ingênuos nos estabelecimentos criados para servirem aos interesses dos médicos e dos senhores.

Pouco tempo depois do nascimento de seus filhos, crioulas e africanas escravizadas enfrentaram a retomada do trabalho nas diferentes ocupações urbanas, e os avanços das famílias senhoriais e locatárias sobre seu leite e seus serviços. Invocadas na literatura de memórias depois da Abolição como símbolo da confraternização racial no interior de uma escravidão doméstica idealizada como harmônica e benevolente, a ocupação de ama de leite impactou de maneira singular as vivências da maternidade para africanas e crioulas com relação a suas próprias crianças. Estas, quando permaneceram próximas às mães, tiveram de disputar, em grande desvantagem, o leite e o cuidado de suas mães escravizadas com as crianças brancas de suas senhoras, que não amamentavam seus bebês. No quinto capítulo, investigamos as tensões e formas de enfrentamento destas mulheres que, nas diferentes conjunturas do século, serviram diretamente às crianças de suas donas ou de suas locatárias, com foco na situação de suas filhas e filhos. Se mães africanas e crioulas dificilmente escaparam de servir como amas de leite quando foram mães de um de seus bebês na cidade, a realidade é que muitas mulheres deram à luz e amamentaram seus filhos, atuando em diversas ocupações domésticas portas adentro e

portas afora, servindo diretamente a suas donas e donos, sendo alugadas ou trabalhando como lavadeiras e quitandeiras.

No último capítulo, investigamos as lutas travadas por mulheres africanas e crioulas cativas, jovens mães de seus primeiros filhos ou mulheres mais velhas com seus caçulas, em amamentar, criar e conviver com seus bebês e crianças pequenas, atuando como comerciantes de rua, lavadeiras, cozinheiras e trabalhadoras domésticas alugadas em outras moradias, nas diferentes conjunturas do século. Enfocamos as dimensões afetivas, culturais e políticas abrangendo as possibilidades de convívio e sobrevivência de seus filhos e as práticas de amamentação e desmame, em suas conexões com as restrições senhoriais e as demandas de trabalho na escravidão urbana, no período de sua disseminação ao seu desmonte. Analisamos a dimensão da tristeza experimentada por mulheres que viveram em comum a experiência da perda de seus bebês e crianças pequenas pela morte, e as tensões cotidianas diante do convívio próximo com seus senhores e das possibilidades de separação de suas crianças pela venda, o que poderia ocorrer sem restrições até a promulgação das leis de 1869 e 1871. Recuperamos as vivências da maternidade para elas integrando-as ao mundo social dos livres, cativos e libertos, africanos e descendentes, em laços de parentesco e amizade que constituíram redes de amparo fundamentais para mulheres que viveram as possibilidades de amamentarem e permanecerem com suas crianças em embates permanentes com seus senhores e seus interesses. Por fim, discutimos as especificidades das vivências da maternidade para as crioulas que foram mães na escravidão urbana, na conjuntura posterior à lei de 1871 que colocou situações complexas e ambíguas para mulheres cativas que tiveram filhos de diferentes *status* jurídicos, e que também abriu oportunidades para que elas capitaneassem suas árduas batalhas para a consecução de seus projetos familiares de trânsito do cativo e do domínio de seus senhores à liberdade.

Assim, destacamos as trajetórias de vida de mulheres negras, pretas e pardas, africanas, crioulas, migrantes forçadas do Norte, do Nordeste, do Sul e do interior da província que, na capital do Império, ao longo do século XIX e de suas transformações, engravidaram, deram à luz e foram mães reinventando estratégias de vida e resistência num mundo em que torturas físicas, violência sexual, trabalho exaustivo e as possibilidades de separação temporária ou definitiva de suas crianças, parentes e entes queridos constituíram dificuldades a serem cotidianamente vencidas.

Capítulo 1 . Mulheres negras, gênero e maternidade na escravidão

A historiografia social da escravidão tem-se dedicado, desde a década de 1980, à recuperação da historicidade das relações escravistas e à reconstrução das experiências sociais de homens e mulheres escravizados, devolvendo-lhes seus espaços de atuação em diversos cenários do Brasil colonial e imperial¹. Olhares sobre novas fontes – ações de liberdade, inventários, registros paroquiais, processos cíveis e criminais, dentre outras – permitiram a ampliação dos temas e enfoques numa perspectiva de reconhecimento do papel desempenhado pelos cativos, enquanto sujeitos históricos atuantes em seu universo social. Se tais estudos abordaram predominantemente a vida e a participação histórica de homens jovens, estudos mais recentes têm iluminado a diversidade de experiências sob o cativeiro, ao integrar as dimensões de gênero, condições de saúde, etnicidade e idade/geração aos estudos da escravidão.

O conceito de gênero, como cunhado pela historiadora Joan Scott, visibilizou o caráter eminentemente social e relacional dos significados conferidos a diferenças entre homens e mulheres, rompendo com a crença na determinação biológica e em seu caráter universalizante como justificativa para as desigualdades e relações de poder assimétricas entre homens e mulheres². Feministas negras e teóricas pós-coloniais enfatizaram os limites do aporte do gênero e sua incapacidade de iluminar outras formas sociais de dominação e hierarquia, como cor/raça, cultura/etnia e *status*/classe entre as próprias mulheres, propondo a descolonização do conceito e problematizando a pretensão universalizante do feminismo ocidental e suas concepções etnocêntricas³. O emprego do

¹ Algumas dentre as obras referenciais: MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987; ALGRANTI, Leila M. **O Feitor Ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988; CHALHOUB, Sidnei. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; GOMES, Flávio dos S. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; WISSENBACH, Maria Cristina C. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

² SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990; SCOTT, Joan W. Unanswered Questions. **American Historical Review**, Vol. 113, No. 5 (Dec., 2008), p. 1422- 1430. Para uma breve discussão acerca da historicidade do conceito de gênero e sua incorporação nos estudos acadêmicos nas ciências sociais, conferir: FREITAS, James. Continuidade e ruptura nos estudos de gênero: historiografia de um conceito. **OPIS**, Catalão, v. 11, n. 1, p. 15-30, jan-jun 2011.

³ Conferir RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018; RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento/ Justificando, 2017; AZEREDO, Sandra, Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**, número especial, p. 203-216, 2. sem. 1994; CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina, a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (org.) **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003; CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, vol. 8, n° 2, 2° sem.

conceito de gênero na historiografia brasileira permitiu a ampliação das abordagens numa perspectiva de reconhecimento dos espaços de atuação e do protagonismo das mulheres africanas e descendentes – escravizadas, libertas, libertandas e descendentes livres –, nos mundos da escravidão⁴. Pesquisas têm enfatizado as experiências divergentes para mulheres e homens nas vivências do cativo, em particular no que se refere às demandas e espaços de trabalho e às oportunidades de acesso à liberdade para umas e outros. Multiplicando-se nas últimas décadas, a literatura especializada muito contribuiu para a visibilização da participação de mulheres escravizadas e libertas, nas esferas do trabalho doméstico urbano⁵ e nas fazendas de grande lavoura cafeeira, nas roças e casas de morada senhoriais⁶. A conquista da alforria e a busca de mulheres forras por autonomia inspiraram importantes pesquisas⁷, enquanto outras abordagens estabeleceram as conexões entre etnicidade, gênero, comércio de rua e os caminhos para a liberdade para mulheres escravizadas e libertas, em particular entre as africanas ocidentais, nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, ao longo do século XIX⁸. Apesar das importantes perspectivas abertas por esses estudos, o tema das experiências da maternidade para

2002, p. 92-93; MOHANTI, Chandra. **Feminism without borders**. Decolonizing theory, practicing solidarity. Durham & London: Duke University Press, 2003.

⁴ PAIXÃO, Marcelo e GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 16, p. 949-964, 2008.

⁵ GRAHAM, Sandra L. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Cia. das Letras, 1992; SILVA, Maciel. H. C. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais**: Recife e Salvador (1870-1910). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011; TELLES, Lorena. F. S. **Libertas entre sobrados**: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda/Fapesp, 2014.

⁶ ALMEIDA, Ana M. L. **Da casa e da roça**: a mulher escrava em Vassouras no século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001; GRAHAM, Sandra L. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

⁷ BERTIN, Enidelce. **Alforrias em São Paulo do Século XIX**: liberdade e dominação. São Paulo: Humanitas, 2004; COWLING, Camillia. “Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888”. In: LIBBY, D. C.; FURTADO, J. F.(org.). **Trabalho livre, trabalho escravo** – Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 153-175.

⁸ FARIAS, Juliana. **Mercados Minas**: Africanos Ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890). Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio, 2015; FARIA, Sheila C. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey, 1700-1850. Tese para concurso de Professor Titular, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. Para o contexto oitocentista da cidade de Salvador, ver SOARES, Cecília. **Mulher Negra na Bahia no século XIX**. Salvador: Eduneb, 2007; CASTILLO, Lisa e PARÈS, Nicolau, Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé Ketu. **Afro-Ásia**, 36, 2007, p.111-151. Sobre escravas de tabuleiro em São Paulo na primeira metade do XIX, DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**, 2ª ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.155-169; DIAS, Maria. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e ganho. **Estudos Econômicos**, 15, número especial, 1985.

mulheres africanas e descendentes escravizadas tem recebido poucos investimentos por parte de historiadores no Brasil.

A ideologia que rotulou as mulheres como reprodutoras, e seus corpos como repositórios da possibilidade de gerações futuras, invocada pelos profissionais da ciência médica desde o século XIX, contribuiu para relegar a vida sexual, a gravidez, os abortos, os partos, a amamentação e as práticas de cuidado de bebês e crianças às sombras do território das relações sociais e das narrativas escritas da história⁹. Também, o destaque conferido pela historiografia da escravidão aos aspectos demográficos da população cativa, referentes às taxas de natalidade, de óbito e à frequência dos nascimentos, documentados em assentos de batismo, registros funerários e inventários *post mortem*, tem obscurecido as experiências eminentemente femininas e vividas em seus corpos de gestar, dar à luz e aleitar, bem como as experiências sociais da maternidade e da criação de bebês e crianças escravas e ingênuas, em contextos de coerção. Análises que evidenciaram o papel das mulheres nas famílias e comunidades escravas nas médias e grandes fazendas do Sudeste oitocentista subestimaram as tensões entre o papel de trabalhadora e produtora de bens e serviços, e suas implicações para as experiências da gravidez, do parto, da amamentação, assim como minimizaram as estratégias femininas de cuidado e sobrevivência dos filhos sob a escravização.

Assim, ao investir na temática das experiências da maternidade para mulheres escravizadas na cidade do Rio de Janeiro, a pesquisa busca interrogar uma problemática pouco aprofundada pela historiografia nacional, porém central para a compreensão das vivências das africanas e crioulas como trabalhadoras, gestantes e mães de filhas e filhos para quem legavam, formalmente até 1871, a sua condição, integrando-as ao processo de transformação das relações escravistas e de sua superação, ao longo do último século de vigência da escravidão, no mundo urbano do Rio de Janeiro. Um recurso à literatura existente sobre corpo e maternidade entre africanas e crioulas nos mundos da escravidão atlântica, em seus principais debates e contextos, permite uma reflexão preliminar acerca da pluralidade de experiências destas mulheres, tanto no que possuem em comum quanto em suas semelhanças e particularidades, sendo possível, então, circunscrever os temas e abordagens presentes nesta tese.

⁹ HUBBARD, Ruth. “Algumas Ideias sobre a Masculinidade das Ciências Naturais”. In: GERGEN, Mary Mc Canney (org.). **O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento**. Trad. Ângela Melim, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1993, p. 21-36; GLENN, Evelyn. “Social constructions of mothering: a thematic overview”. In: GLENN, Evelyn N.; CHANG, Grace; FORCEY, Linda R (org.). **Mothering: ideology, experience and agency**. New York: Routledge, 1994.

Corpo e reprodução na historiografia da escravidão: perspectivas atlânticas

Dedicada sobretudo aos contextos escravistas no Caribe e nos Estados Unidos, a historiografia internacional vem enfatizando, desde a década de 1980, a centralidade das dimensões do trabalho e da maternidade para as experiências de vida de mulheres africanas e crioulas cativas, no sentido de compreender a constituição das sociedades escravistas atlânticas¹⁰. A antiga lei romana que designou a matrilinearidade da condição escrava, redefinida desde os primórdios da implantação da escravidão nas Américas, foi central para as vivências femininas na escravidão e para a reprodução do sistema nas sociedades atlânticas¹¹. Em trabalho pioneiro acerca das colônias inglesas no Caribe e nos Estados Unidos, Jennifer Morgan demonstrou em que medida, desde o século XVII, as representações de viajantes europeus a respeito dos corpos das mulheres africanas – supostamente vigorosas e insensíveis à dor, em contraste com a fragilidade e delicadeza da branca europeia – estruturaram ideias acerca da pretensa habilidade de mulheres negras em realizar trabalhos pesados, o que conduziu ao sistema dual de exploração das mulheres negras tanto como trabalhadoras e produtoras de riquezas quanto como mães e reprodutoras¹². Sasha Turner, em trabalho recente, situou os corpos e a capacidade reprodutiva das mulheres escravizadas no centro de suas análises acerca das campanhas

¹⁰ Discutiremos sobretudo os estudos dedicados às mulheres, maternidade e reprodução nos cenários do Caribe britânico e dos Estados Unidos escravistas. Pesquisas sobre mulheres cativas e maternidade nos contextos escravistas de Cuba e da América espanhola, e no Caribe francês, são muito menos abundantes: COWLING, Camillia. **Conceiving Freedom: Women of Color, Gender and the Abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro**. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2013; DÍAZ, Aisnara & FUENTES, María de los Ángeles. The African women of the Dos Hermanos slave ship in Cuba: slaves first, mothers second. **Journal of Women's History**, (Revista online), n. 30, vol. 1, winter/2018; GAUTIER, Arlette. **Soeurs de Solitude**. Femmes et esclavage aux Antilles Du XVII au XIX siècle. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010, cap. 4. Outras abordagens acerca de mulheres nas sociedades escravistas nas antilhas francesas, Cuba e Venezuela, conferir MOITT, Bernard. **Women and Slavery in the French Antilles, 1635-1848**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2001; FRANKLIN, Sarah. **Women and Slavery in Nineteenth-century Colonial Cuba**. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2012; TAYLOR, Sue. **Negotiating Honor: Women and Slavery in Caracas, 1750-1854**. Dissertation, The University of New Mexico, Albuquerque: New Mexico, 2011.

¹¹ Sobre a importância do princípio latino *partus sequitur ventrem* na reprodução da escravidão no Brasil e em Cuba, ver: COWLING, Camillia. **Conceiving Freedom**, op. cit., cap. 2; SANTOS, Martha. 'Slave Mothers,' Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil. **Revista Tempo-História**, 22(41), p. 467–487, 2016; MORGAN, Jennifer, **Labouring Women: Reproduction and Gender in New World Slavery**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.

¹¹ TURNER, Sasha. **Contested Bodies: Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

¹² MORGAN, Jennifer. **Labouring Women: Reproduction and Gender in New World Slavery**, op. cit. MORRISSEY, Marietta. **Slave Women in the New World: Gender Stratification in the Caribbean**. Lawrence: University Press of Kansas, 1989. Sobre a consolidação da lei que impunha a matrilinearidade da condição de escravizada/o na Virgínia colonial, ver BROWN, Kathleen. **Good Wives, Nasty Wenches, and Anxious Patriarchs**. Gender, Race, and Power in Colonial Virginia. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1996.

abolicionistas britânicas e das relações escravistas na Jamaica, entre 1780 e a Abolição em 1834¹³. Turner explorou como abolicionistas, governo colonial, médicos e senhores perceberam e representaram os corpos das africanas e crioulas, e de que modo aqueles e as próprias escravizadas competiram, a fim de controlar a reprodução e suas práticas. Tomando a era do abolicionismo iniciada em torno de 1780, a obra examina as intervenções senhoriais nas vidas reprodutivas das cativas inicialmente projetadas pelos abolicionistas que propunham, em suas campanhas, o fim do tráfico africano sem comprometer, entretanto, a produtividade das lavouras açucareiras largamente dependentes do trabalho feminino¹⁴.

No contexto das plantações sulistas dos Estados Unidos no período pré-Guerra de Secessão, Stéphanie Camp abordou as especificidades das experiências inscritas nos corpos das mulheres na escravidão, sujeitas ao cotidiano do trabalho exaustivo e dos castigos brutais, à exposição pública, às apalpadelas dos escravistas e traficantes nos leilões e à violência sexual. Para além das práticas da dominação senhorial e da violência, a perspectiva adotada pela historiadora ressaltou a interpretação dos corpos femininos em sua dimensão de autonomia, de prazer e de resistência. Analisando as festas proibidas, organizadas em segredo e realizadas pela comunidade escrava, sujeitas à perseguição e à punição, Camp sublinhou os significados pessoais e políticos do prazer corporal e do sentimento de orgulho experimentados pelas mulheres cativas que se expressavam em meio à comunidade e fruía de seus próprios corpos na dança¹⁵.

Estudos têm realçado a dimensão atlântica das formas de opressão e violência enfrentadas por meninas e mulheres, na escravidão nas Américas, que enfrentaram a exploração de seus corpos e os ataques a sua autonomia sexual, diante dos assédios e dos estupros por parte de seus senhores e de outros homens brancos. Os estereótipos construídos pelo olhar etnocêntrico de viajantes europeus acerca dos corpos e da vida sexual das mulheres negras e escravizadas, representadas enquanto jovens sedutoras de

¹³ TURNER, Sasha. **Contested Bodies**, op. cit.

¹⁴ Lucille Mathurin Mair é autora de um estudo pioneiro, de 1974, acerca de gênero, trabalho e escravidão entre as mulheres na Jamaica. MAIR, Lucille. **A Historical Study of Women in Jamaica 1655-1844**, (eds. BECKLES, Hilary & SHEPHERD, Verene). Kingston: University of the West Indies Press, 2006; ver também MAIR, Lucille M. "Women Field Workers in Jamaica During Slavery". In: TERBORG-PENN, Rosalyn & RUSHING, Andrea Benton R (Eds.). **Women in Africa and the African diaspora**. Washington: Howard University Press, 1996.

¹⁵ CAMP, Stéphanie, **Closer to Freedom**. Enslaved Women and Everyday Resistance in the Plantation South. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004; CAMP, S. "The Pleasures of Resistance. Enslaved Women and Body Politics in the Plantation South, 1830-1860". In: BAPTIST, Edward; CAMP, Stéphanie (eds.). **New studies in the History of American Slavery**. Athens and London: The University of Georgia Press, 2006.

sexualidade exacerbada em constante disponibilidade, foram comuns às sociedades atlânticas caracterizadas pelo patriarcado branco escravocrata. Conforme demonstrou Jennifer Morgan, as representações de viajantes europeus acerca dos seios e das práticas de amamentação de africanas ocidentais, representadas enquanto fêmeas animalizadas, conduziram a imagens erotizadas de seus corpos que justificaram tanto o estupro das mulheres negras quanto a exploração de sua capacidade de amamentar e cuidar das crianças brancas¹⁶. A violência e a exploração sexual das meninas e mulheres escravizadas por parte dos senhores, familiares e prepostos, tema ainda preterido pela historiografia brasileira, emergem como problemática central para a compreensão das especificidades das experiências femininas na escravidão, envolvendo gênero, corpo, sexualidade, maternidade e dominação escravista patriarcal. Pesquisas demonstraram que mulheres escravizadas foram vulneráveis a todos os tipos de aproximações sexuais, envolvendo ameaças, chantagens e outras formas diretas de coerção, por parte de senhores, familiares e outros homens livres que exercessem autoridade sobre elas, como traficantes, feitores e administradores das fazendas.

O estupro sistemático de meninas e mulheres escravizadas por homens brancos na Jamaica e no sul dos Estados Unidos tem sido documentado por diversos estudos historiográficos. Pesquisadores revelaram que, nas grandes propriedades jamaicanas marcadas por grande população de escravizados e pelo absenteísmo dos senhores europeus, as violências sexuais praticadas por feitores e administradores contra as africanas e crioulas escravizadas adquiriram contornos de uma política de dominação, envolvendo rituais de humilhação pública dirigidas a elas e às comunidades escravas, constantemente alimentadas pelo tráfico¹⁷.

¹⁶ MORGAN, Jennifer. ‘Some Could Suckle over Their Shoulder’: Male Travelers, Female Bodies, and the Gendering of Racial Ideology, 1500–1770”. **William and Mary Quarterly**, 3rd ser., 54 (January 1997), p.167–192.

¹⁷ Trevor Burnard documentou as práticas cotidianas de violência sexual consumada pelo administrador de uma fazenda na Jamaica sobre várias meninas e mulheres de maioria africana, vítimas também de estupros coletivos. Barbara Bush reconstituiu a história de Sally, jovem cativa de 15 anos que viveu na Jamaica uma rotina de estupros e espancamentos. Em 1823, uma lei na Jamaica era promulgada penalizando os homens que estupassem meninas com menos de dez anos. BURNARD, Trevor. “The Sexual Life of an Eighteenth-Century Jamaican Slave Overseer”. In: SMITH, Merril D. (ed.) **Sex and Sexuality in Early America**. New York: New York University Press, 1998; BUSH, Barbara. African Caribbean Slave Mothers and Children: Traumas of Dislocation and Enslavement Across the Atlantic World. **Caribbean Quarterly**. Vol. 56, No. 1/2, March-June, 2010), p. 69-94; BUSH, B. “Hard Labor: Women, Childbirth, and Resistance in British Caribbean Slave Societies”. In: GASPAR, David e HINE, Darlene (eds.). **More Than Chattel: Black Women and Slavery in the Americas**, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996, p.199. Sobre o estupro de meninas negras nos estados sulistas dos Estados Unidos, ver KING, Wilma. ‘Prematurely Knowing of Evil Things’: the sexual abuse of African American girls and young women in slavery and freedom’, **Journal of African American History**, 99(3), 2014, p. 173–196.

Mulheres negras escravizadas enfrentaram os impactos do imaginário da “Jezebel”, divulgados nos discursos literários pró-escravistas, tanto nos Estados Unidos quanto no Caribe inglês, numa figura que reunia os atributos da jovem escrava sedutora e de sexualidade exacerbada, em constante procura por contatos sexuais e pelos supostos privilégios daí decorrentes¹⁸. Para Saidyia Hartman, a ideologia escravista da “sedução” repousava sobre a presunção de que as escravizadas estariam sempre disponíveis ao sexo, sendo cúmplices de seus agressores e, assim, submetendo-se voluntariamente aos avanços violentos de seus proprietários que projetavam nas vítimas, “incuravelmente promíscuas”, a culpa dos atos de prepotência sexual que praticavam¹⁹. Discutindo aspectos da cultura e das práticas de violência sexual perpetrada por homens brancos, Hartman destacou que, diferentemente de outras formas de violência no corpo das escravizadas e escravizados, como mutilações e outras práticas de tortura, o estupro não era considerado crime e não diminuía a produtividade ou o valor da escravizada²⁰. Além dos danos físicos e emocionais enfrentados pelas mulheres estupradas, elas frequentemente tiveram de lidar com as gravidezes e filhos resultantes desses encontros forçados em meio às comunidades escravas²¹. Também, o princípio da matrilinearidade da escravidão garantiu aos senhores o direito de manter suas filhas e filhos em cativeiro, sendo comum a convivência doméstica de mães e filhos escravizados com senhoras e meio-irmãos em situações cotidianas de tensão²².

A intervenção dos médicos sobre os corpos e a vida reprodutiva das mulheres escravizadas a serviço dos interesses das classes senhoriais, assim como os avanços da medicina nos campos da ginecologia e obstetrícia, foram temas centrais do estudo de

¹⁸ WHITE, Deborah G. *Ar’n’t I a Woman?* Female slaves in the plantation South. New York: Norton, 1985; ALTINK, Henrice. Deviant and Dangerous: Pro-Slavery Representations of Jamaican Slave Women’s Sexuality, c. 1780-1834. *Slavery & Abolition*, Vol. 26, N. 2, August 2005, p. 271-288.

¹⁹ HARTMAN, Saidyia. “Seduction and the ruses of power”. *Callalo*, vol. 19, no. 2, 1996.

²⁰ Outras referências sobre o estupro de mulheres negras no Sul escravista são BLOCK, Sharon. *Rape and sexual power in early America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006; JENNINGS, Thelma. “Us Colored Women Had to Go Though A Plenty”: Sexual Exploitation of African-American Slave Women. *Journal of Women's History*. Vol. 1, N. 3, Winter 1990, p. 45-74; BAPTIST, Edward E. ‘Cuffy’, ‘Fancy Maids’, and ‘One - Eyed Men’: Rape, Commodification, and the Domestic Slave Trade in the United States. *American Historical Review*, 106 December 2001.

²¹ Baseando-se em entrevistas realizadas com ex-escravizadas e descendentes das que viveram ao Sul dos Estados Unidos pré-guerra, Darlene Hine sublinhou que, a despeito dos olhares preconceituosos elaborados por homens brancos acerca de sua sexualidade, elas teriam se esforçado por criar autoimagens positivas, que fariam parte da elaboração de sua experiência como forma de sobrevivência física, mental e emocional em situações de extrema violência e adversidade. Ver HINE, Darlene. Rape and the Inner Lives of Black Women in the Middle West. *Signs*, Vol. 14, No. 4, (Summer, 1989), p. 912-920.

²² LIVESEY, Andrea. Conceived in violence: enslaved mothers and children born of rape in nineteenth-century Louisiana. *Slavery & Abolition*. Special Issue, vol. 38, no. 2, junho/ 2017, p. 373-391.

Mary Jenkins Schwartz²³. A partir da análise de ampla literatura médica, de registros dos administradores das fazendas e de depoimentos de ex-escravas, a autora demonstrou que, com o fim do tráfico africano na primeira década do século XIX, a importância da capacidade reprodutiva das cativas para o futuro da escravidão trouxe para seus corpos a centralidade das práticas de dominação escravista. Nos Estados sulistas onde foram adotadas políticas senhoriais favoráveis à reprodução, as medidas pró-natalistas ultrapassaram o favorecimento aos casamentos, o afastamento de gestantes do trabalho pesado e recompensas às mulheres que levassem a gestação a termo e fossem mães de vários filhos, atuando diretamente sobre seus corpos. Foram comuns os registros de senhores e administradores que perscrutaram as vidas íntimas e os ciclos menstruais das cativas, contratando médicos, muitos deles inexperientes, que visitavam as fazendas inspecionando seus corpos e atuando frente aos problemas ginecológicos, durante a gravidez e nos partos difíceis, utilizando técnicas cirúrgicas invasivas e dolorosas²⁴.

Assim, pesquisas indicaram que as políticas encampadas pelos senhores, pelo Estado e pelos governos coloniais com respeito à maternidade, seja para estimular os nascimentos e cuidados dispensados às mulheres grávidas e às crianças, seja negligenciando-os, constituíram arenas de conflito entre aqueles projetos e os interesses e demandas das mulheres que experienciaram a escravização e a de suas filhas e filhos.

Da gravidez à criação de filhos: Caribe e nos Estados Unidos

A historiografia recente tem oferecido valiosas contribuições, ao particularizar a diversidade de experiências e condições nas quais mulheres negras escravizadas, africanas e descendentes, viveram a gestação, os partos e a maternidade em variados cenários, nas sociedades escravistas atlânticas²⁵. Historiadores enfatizaram as especificidades das vivências da maternidade para mulheres africanas e crioulas nas sociedades escravistas, impactadas pelas políticas senhoriais que combinavam exploração

²³ SCHWARTZ, Marie Jenkins. **Birthing a Slave**. Motherhood and Medicine in the Antebellum South, Cambridge: Harvard University Press, 2006.

²⁴ SCHWARTZ, Marie Jenkins. **Birthing a Slave**, op. cit., cap.7; Mc GREGOR, Deborah. **From midwives to medicine: the birth of American gynecology**. New Brunswick, New Jersey, and London: Rutgers University Press, 1998.

²⁵ Ver as edições especiais sobre o tema: COWLING, Camillia; MACHADO, Maria Helena P.T; PATON, Diana e WEST, Emily (orgs.) *Mothering Slaves: Comparative Perspectives on Motherhood, Childlessness, and the Care of Children in Atlantic Slave Societies*. **Slavery and Abolition**, Special Edition, vol. 38, n. 2, junho/ 2017; COWLING, Camillia; MACHADO, Maria Helena P.T; PATON, Diana e WEST, Emily (orgs.). **Journal of Women's History**, (Revista online), n. 30, vol. 1, winter/2018.

do trabalho feminino durante a gravidez e o período de aleitamento e restrições às suas habilidades em cuidar das crianças segundo seus próprios termos.

As vivências da gravidez para mulheres cativas e suas relações com o trabalho nas lavouras e as políticas senhoriais de incentivo aos nascimentos nas plantações sulistas têm recebido investimentos da literatura especializada. A historiadora Cheryll Cody criticou a perspectiva adotada por estudiosos que enfocaram as relações entre trabalho agrícola e reprodução, baseando-se apenas na frequência de filhos nascidos vivos. Ela defende uma perspectiva que privilegie mais diretamente a interação entre as funções produtivas e reprodutivas femininas, argumentando que o crescimento vegetativo positivo não significou qualidade de vida para as mulheres cativas, nos Estados Unidos, que vivenciaram gravidezes frequentes e permaneceram entre as trabalhadoras mais produtivas nos campos de arroz e algodão²⁶.

Diversamente das cativas que viveram e trabalharam em regiões voltadas para a exportação de açúcar no Caribe, que apresentaram baixas taxas de fertilidade e poucos filhos, as cativas nos Estados Unidos, de cujo ventre dependeu o futuro e a viabilidade da escravidão após o fim do tráfico africano em 1807, viveram gestações frequentes, promovendo os maiores índices de nascimentos de qualquer regime escravista nas Américas²⁷. Mary Jenkins demonstrou ter sido comum que mulheres que fossem mães de muitos filhos recebessem recompensas, como o afastamento do trabalho pesado, ressaltando, no entanto, que castigos em mulheres grávidas eram comuns, e que as políticas de natalidade nem sempre foram praticadas²⁸.

²⁶ CODY, Cheryll Abb. "Cycles of work and of childbearing. Seasonality in women's lives on low country plantations". In: GASPAR, David & HINE, Darlene (eds.). **More Than Chattel**, op. cit. Estudos concentraram-se nas implicações das demandas do trabalho sobre a maternidade das cativas sob diferentes perspectivas. Pesquisadores indicaram as interações entre os efeitos da má nutrição e do trabalho pesado durante a gestação sobre a saúde das mães e dos recém-nascidos, que eram frequentemente privados do aleitamento materno no período neonatal com o retorno das mães ao trabalho no puerpério. Ver STECKEL, Richard. "Women, Work and Health under Plantation Slavery in the United States". In: GASPAR, David Barry e HINE, Darlene Clarke Hine (eds.). **More Than Chattel**, op. cit.; CAMPBELL, John. Work, Pregnancy, and Infant Mortality among Southern Slaves. **The Journal of Interdisciplinary History**, Vol. 14, No. 4 (Spring, 1984), p. 793-812; FOLLETT, Richard. 'Lives of Living Death': The Reproductive Lives of Slave Women in the Cane World of Louisiana. **Slavery and Abolition**, Vol. 26, No. 2, August 2005, p. 289-304.

²⁷ KLEIN, Herbert. **Escravidão africana: América Latina e Caribe**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 174-179. A ilha de Barbados, no Caribe inglês, constituiu uma exceção no cenário caribenho. Ali, senhores investiram conscientemente em políticas que favorecessem os nascimentos como alternativa às demandas dos senhores por escravizados. HIGMAN, Barry. **Slave populations of the British Caribbean, 1807-1834**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1984.

²⁸ Sobre o trabalho pesado nas lavouras de açúcar e punições a mulheres grávidas na Jamaica, ver TURNER, Sasha. **Contested Bodies**, op. cit., cap. 3.

Ela argumentou que a gravidez de uma escrava significava um dilema para os fazendeiros: a longo prazo, a gestação significava uma promessa de aumento da força de trabalho; a curto prazo, porém, concessões seriam necessárias, como diminuição da jornada ou do tipo de trabalho das mães, para garantir um nascimento saudável. Consequentemente, senhores e prepostos mantiveram-se alertas durante a gravidez, para assegurar que as escravas grávidas realizassem o máximo de trabalho possível, sem ter sua saúde ameaçada. Já os estudos de Deborah White e Wilma King enfatizaram que, nas plantações sulistas, elas integraram as chamadas “trash gangs”, turmas de trabalhadoras compostas também por velhas escravas e meninas, capazes de trabalho mais lento e menos produtivo. Segundo White, nessas turmas de trabalho femininas, escravas velhas transmitiam para as cativas grávidas e as meninas aprendizados sociais e conhecimentos sobre trabalho, estratégias de sobrevivência na escravidão, relações entre homens e mulheres e maternidade²⁹.

Estudos dedicados às mulheres escravas no Caribe constataram o envolvimento extensivo das cativas, no processo produtivo açucareiro nas colônias inglesas. Demonstraram que o padrão da primazia feminina e africana na produção açucareira desenhava-se desde 1780, época de auge do tráfico africano, segundo uma política consciente por parte dos administradores e donos das grandes lavouras em concentrar as mulheres nas tarefas agrícolas mais pesadas³⁰. Kenneth Morgan tomou como exemplo quatro sociedades escravistas caribenhas entre o final do século XVIII e meados do século XIX— Barbados, Martinica, Jamaica e Cuba—, destacando que as mulheres superavam os homens em número nas turmas de trabalho que executavam as tarefas mais pesadas do plantio e colheita da cana³¹. Morgan sinalizou para os elos existentes entre trabalho pesado e as baixas taxas de natalidade entre as escravas empregadas nas lavouras açucareiras. A interação entre doenças e desnutrição, o regime excessivo de trabalho que endurecia em determinadas épocas do ano e determinadas posturas e movimentos durante o trabalho colocaram em risco a saúde e o bem-estar tanto físico quanto emocional das mulheres, que poderiam tanto abortar involuntariamente, como dar à luz crianças mortas. Segundo Lucille Mair, no estado de Beckford’s Clarendon, na Jamaica, 274 mulheres em

²⁹ KING, Wilma. “ ‘ Suffer with them till death’ . Slave Women and Their Children in Nineteenth-Century America”. In: GASPAR, David Barry e HINE, Darlene Clarke Hine (eds.). **More Than Chattel**, op. cit.; p.154; WHITE, Deborah G. **A r’nt I a Woman?**, op. cit., p. 95.

³⁰ MORGAN, Jennifer. **Labouring women**, op. cit; BUSH, Barbara. **Slave Women in Caribbean Society**, op. cit.

³¹ MORGAN, Kenneth J. Slave women and reproduction in Jamaica, c.1776-1834. **History**, 91 (302), p. 231- 253, 2006.

idade fértil teriam dado à luz apenas nove bebês vivos em 1780, num ano em que as mortes somavam 34³². Segundo Keneth Morgan, entre a segunda metade do século XVIII e meados do século XIX, às vésperas da Abolição, da metade a um terço da população escrava feminina do Caribe britânico não teve filhos, ao passo que apenas 10%, dentre as cativas dos Estados Unidos, não vivenciaram a maternidade³³.

As práticas da maternidade enquanto dimensões femininas de resistência cultural e política ao regime têm inspirado pesquisas historiográficas sobre mulheres africanas e descendentes, nas sociedades escravistas atlânticas. Estudos demonstraram as tensões entre o interesse senhorial e o das escravizadas no controle sobre seus corpos e suas vidas reprodutivas através das práticas contraceptivas, dos abortos e durante os partos. Historiadoras demonstraram que, no sul dos Estados Unidos e no Caribe britânico, os nascimentos foram arenas de embate político e cultural para parteiras negras e mulheres escravizadas, em busca de autonomia frente à intervenção senhorial na escolha e imposição de parteiras diplomadas e médicos brancos que agiam de maneira contrária às práticas consideradas apropriadas pelas parteiras e parturientes cativas africanas e descendentes³⁴. Niklas Jensen examinou a adoção de medidas pró-natalistas por parte da administração dinamarquesa na ilha de St. Croix frente ao declínio da população escravizada entre 1780 e 1804³⁵. Tais medidas visavam a controlar as práticas dos partos das cativas através da construção de um sistema de formação para parteiras escravas treinadas e autorizadas, na tentativa de diminuir a mortalidade dos bebês das cativas, no período entre a abolição do tráfico africano e a emancipação. Ela destacou que esse sistema singular entre as colônias caribenhas provocou confrontos entre as concepções acerca do nascimento para parteiras e cativas afro-caribenhas e as práticas da obstetrícia europeia que se opunham às noções das mulheres escravizadas sobre tabus e ritos de passagem, durante o trabalho de parto.

³² MAIR, Lucille M. "Women Field Workers in Jamaica During Slavery". In TERBORG-PENN, Rosalyn & RUSHING, Andrea Benton R (Eds.). **Women in Africa and the African diaspora**, op. cit., p.168.

³³ MORGAN, Kenneth J., **op. cit.**, p. 237.

³⁴ SCHWARTZ, **Birthing a slave**, op. cit., cap. 5. Para uma interpretação idealizada da interação entre senhoras e escravizadas durante os partos enquanto momentos em que barreiras hierárquicas de raça e condição eram temporariamente apagadas, ver KENNEDY, Lynn. **Born Southern: Childbirth, Motherhood, and Social Networks in the Old South**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010, cap. 3.

³⁵ JENSEN, Niklas T. "'For the benefit of the planters and the benefit of Mankind'. The struggle to Control Midwives and Obstetrics on the Island of St Croix in the Danish West Indies, 1830-1848". In: BARROS, Juanita et al. (ed.) **Health and Medecine in the circum-Caribbean, 1800-1968**. New York/ London: Routledge, 2009.

Os temas do aborto induzido e do infanticídio, enquanto práticas de controle de fertilidade e agência escrava, têm inspirado pesquisas acerca das particularidades da maternidade para escravizadas. Interpretado por alguns estudiosos enquanto “resistência reprodutiva”, o infanticídio combinou sentimentos de desespero e atos de desacato aos interesses senhoriais por parte das mulheres escravizadas que, numa resposta à escravização marcada pelo gênero, exerceram uma forma efetiva de resistência tanto às más condições que as políticas senhoriais conferiam à maternidade quanto à futura escravização de suas filhas e filhos e ao enriquecimento de seus senhores. Barbara Bush e Hilary Beckles, enfocando a escravidão na Jamaica e em Barbados, argumentaram que ceifar a vida de bebês e crianças foram respostas centrais aos papéis das mulheres na resistência à escravidão, que teriam contribuído para a falência da reprodução no contexto caribenho³⁶. Sob outro ponto de vista, Beckles sugeriu um olhar a respeito do infanticídio, integrando-o às experiências traumáticas da maternidade para mulheres no contexto da dureza da escravidão caribenha, quando criar filhos torturava emocionalmente mulheres escravizadas, de maneira que historiadores contemporâneos dificilmente podem compreender³⁷.

A atuação das mulheres escravizadas nas práticas de controle de fertilidade, através de abortos autoinduzidos e suas interações com as condições ambientais e epidemiológicas, tem sido a tônica dos estudos acerca da baixa fertilidade entre as cativas na Jamaica e no Caribe inglês e francês. David Jeggus, em estudo sobre mulheres escravizadas na colônia francesa de São Domingos, ressaltou as dificuldades em documentar as práticas de abortos intencionais, a partir dos crivos de administradores e colonos, afirmando que estes tenderam a perceber os abortos mais como propositais que espontâneos³⁸. Barbara Bush considerou que os rituais de abstinência sexual e os abortos seriam mais difundidos nas sociedades tradicionais africanas que o geralmente reconhecido por estudiosos do tema³⁹. Ela sugere que uma maior influência das práticas

³⁶ BECKLES, Hilary. **Centering Woman: Gender discourses in Caribbean Slave Society**. Kingston: Ian Randle, 1999, cap. 10; BUSH, Barbara. **Slave Women in Caribbean Society**, op. cit., p. 137-149.

³⁷ BECKLES, Hilary. **Centering Woman**, op. cit., p. 159. Inspirada na história verídica de Margaret Garner, que fugiu com os filhos de uma fazenda em Kentucky e assassinou a filha antes de serem recapturadas e reescravizadas, a escritora afro-americana Tony Morrison nos oferece uma narrativa ficcional pungente acerca dos horrores e traumas experimentados pelas mulheres que viveram a maternidade na escravidão. MORRISON, Tony. **Amada**. Trad: José Rubens Siqueira, São Paulo: Cia das Letras, 2007.

³⁸ GEGGUS, David. “Slave and Free Colored women in Saint Domingue”. In: GASPAR, David & HINE, Darlene (eds.), **More Than Chattel**, op. cit.

³⁹ Razões para os abortos entre as africanas ocidentais seriam a gravidez durante o aleitamento, ou quando meninas muito jovens engravidavam. BUSH, Barbara. “Hard Labor: Women, Childbirth, and Resistance

culturais africanas entre as cativas explicaria os poucos filhos nascidos das mulheres africanas na Jamaica, operando no nível psicológico – em que os impactos da escravidão teriam enfraquecido o desejo de ter filhos –, e o relativo às práticas culturais, em que a transmissão dos conhecimentos sobre aborto e contracepção entrou em cenário. Com base no crescimento demográfico da população negra depois da Abolição, a historiadora argumentou que a falência da reprodução da população escrava caribenha não poderia ser explicada apenas pelos imperativos do trabalho na cana-de-açúcar e dos desfalques nutricionais, mas a natureza da escravidão e as respostas das mulheres escravas à sua escravização também precisam ser consideradas⁴⁰. Já Keneth Morgan argumentou que os abortos provocados pelas escravas deveriam ser raros, sustentando sua hipótese com base na importância conferida à maternidade nas sociedades africanas, em que a fertilidade feminina, percebida como dádiva, conferia alto *status* para as mulheres, constituindo parte do sistema de crenças que ligava as mulheres ao culto dos ancestrais. Assim, a gravidez poderia significar tanto uma severa vulnerabilidade física sob a dureza da escravidão jamaicana, mas também uma potencial estratégia de afirmações pessoais de variados tipos⁴¹.

Baseando-se nos registros de entrevistas com ex-cativas ao sul dos Estados Unidos, Liese Perrin destacou o uso e a eficiência de métodos contraceptivos, como abortivos, abstinência sexual e amamentação estendida, indicando que as mulheres escravizadas eram conscientes de que suas capacidades reprodutivas foram avaliadas pelos senhores em termos de produção de capital na forma de suas filhas e filhos, e de que foram agentes ao resistirem deliberadamente em gerar crianças nestas condições. A historiadora sugere que a agência das mulheres e suas experiências de trabalho enquanto mães sejam integradas aos estudos da demografia e família escrava, observando que,

in *British Caribbean Slave Societies*”. In: GASPAR, David & HINE, Darlene (eds.), **More Than Chattel**, op. cit., p.204; BUSH, Barbara. *African Caribbean Slave Mothers and Children: Traumas of Dislocation and Enslavement Across the Atlantic World*. **Caribbean Quarterly**, op. cit., p. 69-94.

⁴⁰ Para estudos que abordaram abortos enquanto resistência reprodutiva no contexto da escravização, ver FOX-GENOVESE, Elizabeth. “Strategies and Forms of Resistance: Focus on slave Women in the United States”. In: OKIHIRO, Gary (ed.). **Resistance: Studies in African, Caribbean, and Afro-American History**. Amherst, MA: University of Massachusetts, 1986, p. 157-8; BUSH, Barbara. **Slave Women in Caribbean Society**, op. cit., p. 147-148; HINE, Darlene, **Female Slave Resistance: The Economics of Sex**, *Western Journal of Black Studies*, 3, 1979, p. 123-27.

⁴¹ Diana Paton apresentou outras dimensões das experiências da infertilidade para mulheres cativas. Ela destacou as dificuldades enfrentadas pelas mulheres cativas sem filhos diante da valorização da maternidade e da fertilidade nas sociedades africanas nas quais foram socializadas e no contexto das políticas pró-natalistas, em que mulheres com muitos filhos poderiam usufruir alguns privilégios, como afastamento do trabalho pesado. Conferir PATON, Diana. *Maternal struggles and the politics of childlessness under pronatalist Caribbean slavery*. **Slavery & Abolition**, vol. 38, n. 2, 2017, p. 251-268.

assim como a formação dos laços familiares entre escravizada/os é considerada como resistência ao regime, a escolha por não formar uma também o seria⁴².

Já Marie Schwartz problematizou as práticas e acepções sobre a concepção e suas relações com a intencionalidade nas práticas abortivas, encontrando entre as escravizadas ao sul dos Estados Unidos o uso de emenagogos, que foram usados para que obtivessem regularidade da menstruação. Segundo ela, as cativas não concebiam tais práticas como necessariamente abortivas, devendo acreditar, assim como as mulheres brancas, que a gravidez não era a única causa da ausência da menstruação. Já Laurie Wilkie argumentou que as conexões entre relações sexuais, falha na menstruação e subseqüentes movimentos fetais eram reconhecidos como gravidez pelas mulheres cativas, mas o bebê não era considerado como portador de alma e vida até realizar os primeiros movimentos. Com base nas tradições de cura afro-americanas, em que doenças e sintomas eram descritos em termos da invasão literal ou metafórica do corpo por animais associados à sujeira e lama, ela sustenta que uma gravidez indesejada poderia ser interpretada como a poluição do corpo feminino que requeria ser removida, mencionando casos de mulheres que eram tratadas em suas enfermidades com abortivos⁴³. Já para Mary Schwartz, a ambiguidade em relação à cessação da menstruação e às crenças acerca de quando a vida começava permitia às escravas um grau de flexibilidade no controle de sua fertilidade, sem encontrar resistência por parte da comunidade escrava, na qual a maternidade e as crianças eram muito valorizadas. Por outro lado, ela enfatizou que a prática do aborto intencional fora também generalizada entre as escravas que mascavam as sementes da planta do algodão⁴⁴.

Estudos enfocaram, sob a perspectiva de suas experiências maternas, as vivências de mulheres escravizadas exploradas sob a forma de amas de leite nas grandes fazendas do Sul escravista nos Estados Unidos. Vivenciada nos espaços internos das casas senhoriais, embora em diferentes graus nas sociedades escravistas atlânticas, a ocupação de ama de leite impactou de maneira singular as experiências da maternidade, a sobrevivência de seus próprios bebês e as formas de exploração de seus corpos para as mulheres que a viveram⁴⁵. Conforme Emily West e Rosie Knight destacaram, nas

⁴² PERRIN, Liese. Resisting Reproduction: Reconsidering slave Contraception in the Old South. **Journal of American Studies**, Vol. 35, No. 2, 2001, p. 255-274.

⁴³ WILKIE, Laurie. Expelling frogs and binding babies: conception, gestation and birth in nineteenth-century African-american midwifery. **World Archaeology**, 45:2, 2013, p. 272-284. Ver também WILKIE, Laurie. **The Archeology of Mothering**. New York: Routledge, 2003; FRASER, Gertrude. **African-American Midwifery in the South**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

⁴⁴ SCHWARTZ, Marie. **Birthing a slave...**op. cit., p. 96-97.

⁴⁵ A historiografia norte-americana vem debatendo a extensão do emprego das amas de leite na amamentação das crianças brancas no Sul escravocrata. Pesquisas como a de Sally G. McMillen's, baseadas

moradias senhoriais no Sul escravista, as habilidades reprodutivas das mulheres, manipuladas por suas senhoras segundo suas próprias necessidades, expuseram-nas a esta forma particular de escravização marcada pelo gênero, numa confluência da dupla exploração das mulheres enquanto trabalhadoras e reprodutoras⁴⁶. Elas documentaram os entraves que a incorporação forçada das mulheres escravizadas ao ciclo reprodutivo da família senhorial significou para a constituição de seu próprio espaço familiar e materno na relação com seus bebês e comunidades, indicando que os privilégios e as desvantagens na maternidade para senhoras brancas e escravizadas negras estiveram estruturalmente conectados.

Kimberly Wallace-Sanders examinou as representações sobre a “mammy”, popularizada pela literatura, pelas narrativas de viagens e pela cultura material norte-americana, entre os anos 1820 e 1935. Com sua infinita paciência, sua devoção aos brancos e a aceitação implícita de sua inferioridade e de sua escravidão, a figura da “mammy” é trazida para o centro dos debates sobre as dinâmicas inter-raciais a respeito da construção da lealdade, da devoção maternal e da memória sulista numa figura astuciosa que mesclava ficção e memória seletiva. A autora problematiza as representações presentes na literatura ficcional acerca das amas escravas como pouco pacientes em relação a suas próprias filhas e filhos. As crianças das escravas, referidas como “crias” e não como “filhos”, foram representadas como sendo profundamente diferentes das brancas em sua natureza, caracterizadas por terem necessidades menores e menos refinadas, ideologia que justificava a negligência enquanto política senhorial destinada às crianças cativas⁴⁷.

sobretudo em diários e cartas de autoria de mulheres das elites, especularam que aproximadamente 1/5 das mulheres brancas delegavam a amamentação de suas crianças a escravizadas, devido às pressões dos médicos e de religiosos protestantes para que assumissem o “dever sagrado” da amamentação de seus filhos. MCMILLEN’S, Sally. **Motherhood in the Old South: Pregnancy, Childbirth, and Infant Rearing**. Baton Rouge, 1990. Pesquisas baseadas em outras fontes, como anúncios de jornais e entrevistas com ex-escravizadas, demonstraram que o emprego das amas cativas foi comum. Para evidências acerca das práticas da amamentação das crianças senhoriais por amas de leite escravizadas no Sul, ver WALLACE-Sanders, Kimberly. **Mammy: a century of race, gender and Southern memory**. Ann Arbor: University of Michigan, 2008; KENNEDY, Lynn. **Born Southern**, op. cit., cap. 4; GOLDEN, Janet. **From Breast to Bottle: A social history of Wet-Nursing in America**. Columbus: Ohio State University Press, 2001, p. 25-28; JONES-ROGERS, Stéphanie. ‘[S]he could ... spare one ample breast for the profit of her owner’: white mothers and enslaved wet nurses’ invisible labor in American slave markets. **Slavery & Abolition**, n. 38 v. 2, p. 337-355, 2017; MARTIN, Jonathan. **Divided Mastery: Slave Hiring in the American South**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2004, p. 25.

⁴⁶ WEST, Emily e KNIGHT, Rosie. Mothers’ Milk: Slavery, Wet-Nursing, and Black and White Women in the Antebellum South. **Journal of Southern History**, Volume 83, Number 1, February 2017, p. 37-68.

⁴⁷ WALLACE-Sanders, Kimberly. **Mammy: a century of race, gender and Southern memory**, op. cit. Sobre o imaginário popular da escravidão e o mito da mammy no “Velho Sul” americano, conferir THURBER,

Já Stéphanie Shaw iluminou as estratégias encontradas por mães escravizadas, a fim de minimizar as adversidades vividas pelas crianças pequenas frente à negligência senhorial no provimento de roupa e comida.⁴⁸ Shaw destacou os impactos da preeminência do interesse senhorial sobre o trabalho produtivo das mulheres em detrimento daquele voltado aos cuidados de crianças que demorariam a tornar-se lucrativas. Assim, padrões de criação compartilhada emergiram, a fim de dispensar cuidados, muitas vezes precários, às crianças negras⁴⁹. Senhores escolhiam meninas, mas também homens ou mulheres velhas cujas capacidades para desempenhar trabalho pesado eram diminutas, para cuidarem das crianças. Também, outros membros da comunidade cativa zelavam precariamente pelas crianças, enquanto desempenhavam outros trabalhos. Muitas mães levaram bebês e crianças consigo para as plantações para poder amamentá-los, amarrando-os ou pendurando-os em árvores, a fim de evitar que fossem atacados por animais, havendo registros de crianças que foram abandonadas pelos senhores durante o dia, sem ninguém a olhar por elas.

Sob outra perspectiva, Emily West e Erin Shearer enfatizaram que a maternidade provia as escravizadas de um senso de orgulho e dignidade, além de significar um importante espaço de refúgio e construção de laços de parentesco e carinho com suas filhas e filhos e com suas comunidades⁵⁰. Elas sublinharam que praticar formas de maternidade compartilhada forjava laços de amizade e suporte mútuo entre escravizadas marcadas pelo gênero. Porém, essas comunidades matrifocais não devem ser celebradas como puramente positivas, pois representaram uma miríade de caminhos através dos quais estas mulheres, através do suporte mútuo, lutaram pela sobrevivência das crianças em condições extremamente adversas. Cuidando de suas próprias crianças e daquelas de

C. "The Development of the Mammy Image and Mythology". In: BERNGARD, V. et al. (ed.). **Southern Women: Histories and Identities**. Columbia and London: University of Missouri Press, 1992, p. 87-108.

⁴⁸ SHAW, Stéphanie. "Mothering under slavery in the Antebellum South". In: GLENN, Evely, CHANG, Grace and FORCEY, Linda (eds.), **Mothering: Ideology, Experience, and Agency**, op. cit., p. 237-258. Ver também KING, Wilma. "'Suffer with them till death' Slave Women and Their Children in Nineteenth-Century America". In: GASPAR & HINE, (eds.). **More Than Chattel**, op. cit., p.147-168.

⁴⁹ Sobre a infância escrava nas fazendas ao Sul dos Estados Unidos, com enfoque à socialização das crianças pequenas nas comunidades de senzala, no ingresso no mundo do trabalho e nos riscos de separação pela venda, conferir SCHWARTZ, Mary Jenkins. **Born in Bondage**. Growing Up Enslaved in the Antebellum South. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2000; PARGAS, Damian P. From the Cradle to the Fields: Slave Childcare and Childhood in the Antebellum South. **Slavery & Abolition**, Vol. 32, n. 4, p. 47-493, 2011. Sobre a infância escrava na Jamaica, entre 1750 e 1838, englobando as experiências das crianças africanas no tráfico atlântico e a socialização das crianças crioulas no contexto das políticas pró-natalistas no período da abolição do tráfico, conferir VASCOLCELLOS, Colleen A. **"And a child shall lead them? Slavery, childhood and african cultural identity in Jamaica, 1750-1838**. Dissertation in History, Florida International University, Miami, 2004.

⁵⁰ WEST, Emily & SHEARER, Erin. Fertility control, shared nurturing, and dual exploitation: the lives of enslaved mothers in the antebellum United States. **Women's History Review**, vol. 27, n. 6, 2017.

outras mulheres, responsáveis ainda pelo trabalho no campo e nas casas senhoriais, mulheres e mães escravizadas estiveram, em relação aos homens e devido à divisão do trabalho por gênero, desproporcionalmente mais vulneráveis a desempenharem serões noturnos ligados à subsistência de suas próprias famílias, como cozinhar, costurar e lavar. Segundo West, estas múltiplas responsabilidades significaram que, na escravidão, mulheres que foram mães trabalharam mais duro que qualquer outra pessoa.

Maternidade e famílias escravas na historiografia brasileira

Apesar das perspectivas abertas pela historiografia social da escravidão e de suas valiosas contribuições acerca das experiências de mulheres africanas e crioulas em diferentes cenários, o tema da maternidade para mulheres escravizadas tem recebido poucos investimentos por parte de historiadoras e historiadores no Brasil⁵¹. Desde a década de 1970, estudos inseridos no campo da demografia histórica e da formação de famílias escravas – com base em inventários *post mortem*, registros paroquiais de casamentos, batismos e listas de matrícula de escravos – visibilizaram a formação de famílias estáveis e a presença de crianças crioulas, em cenários rurais do Sudeste. Centrando-se nas grandes e médias propriedades cafeeiras no Sudeste brasileiro durante o século XIX, amplamente dependentes do tráfico africano e interno – que teriam fomentado uma população predominantemente masculina nas fazendas antes e depois do fim do tráfico internacional –, Robert Slenes constatou a tendência a casamentos sacramentados pela Igreja entre cativos e a existência de famílias extensas formadas por até três gerações⁵².

Outros estudos dedicaram-se às dinâmicas de formação de famílias escravas em regiões integradas à economia voltada para a produção de alimentos e o abastecimento do mercado interno, com menos acesso ao tráfico internacional e ao interno. Tais estudos confirmaram a existência e a estabilidade dos laços familiares entre escravizados,

⁵¹ Reflexões iniciais sobre o silenciamento da maternidade para mulheres escravizadas foram elaboradas por Sonia Giacomini e Maria Luzia Mott. GIACOMINI, Sonia M. **Mulher e escrava**: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988; MOTT, Maria Luiza. **Ser mãe**: a escrava em face do aborto e do infanticídio. Revista de História, São Paulo, n. 120, p. 85-96, janeiro/julho, 1989.

⁵² Sobre famílias escravas em médias e grandes propriedades no Sudeste, ver, dentre outros SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SALLES, Ricardo. **E o vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; MOTTA, José F. **Corpos Escravos, Vontade Livres**. Posse de Escravos e Família Escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999; FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

apresentando novas nuances a partir da observação do maior equilíbrio entre homens e mulheres nas roças e fazendas, do perfil da pirâmide etária e do número de crianças vivas por mulheres cativas em idade fértil⁵³. Já Maíra Chinelatto Alves, baseando-se em processos criminais envolvendo escravizados nas médias e grandes fazendas de Campinas durante o século XIX, analisou as diferentes perspectivas do casamento e da constituição de famílias para mulheres e homens escravizados⁵⁴. Ela argumentou que formar uma família, mesmo que ardentemente cobiçado por homens e mulheres escravizados, não implicava na ausência de conflitos e nem sempre se encerrava em companheirismo e ajuda mútua. Em um ambiente marcado pelo excesso de homens, o desejo de controle e a manutenção do poder dos maridos e amásios enciumados sobre suas parceiras poderiam assumir contornos violentos e trágicos, com desfechos às vezes fatais.

Já Manolo Florentino e José Góes reportaram-se às formações de famílias escravas na região agrofluminense, entre 1790 e 1830, segundo a perspectiva senhorial, enquanto política destinada a diluir conflitos étnicos em comunidades alimentadas constantemente pelo tráfico africano, favorecendo, assim, a estabilização social e a instauração da “paz nas senzalas”. Os historiadores verificaram, para o período entre 1826 e 1830, em momento de menores desembarques e de ameaças de extinção do tráfico transatlântico, que o desequilíbrio entre homens e mulheres se atenuou nas grandes propriedades e elevou-se nas menores, o que aponta para o interesse dos grandes fazendeiros em comprar mulheres em idade fértil dos menores plantéis para favorecer os nascimentos. Eles notaram ainda que a valorização do preço das mulheres crioulas e africanas jovens evoluiu a índices superiores aos dos homens no mesmo período, 10,9% e 6,1% respectivamente⁵⁵. Baseando-se nos preços alcançados nos mercados do Sudeste, a partir de 1850, com o fim definitivo do tráfico, Emília Viotti encontrou indícios do aumento do preço das cativas que, embora inferior ao dos homens, cresceu imediatamente após a cessação do tráfico, o que sugere maior interesse pelas mulheres escravizadas enquanto mães da força de trabalho escravizada. Já na década de 1870, a diferença entre

⁵³ Ver, dentre outros, KNOX, Miridan B. **Escravos do sertão**. Demografia, trabalho e relações sociais. Piauí, 1826-1888. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 1993; PAIVA, Clotilde A. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

⁵⁴ ALVES, Maíra Chinelatto. **Cativeiros em conflito**: Crimes e comunidades escravas em Campinas (1850-1888). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

⁵⁵ FLORENTINO, Manolo e GOES, José Roberto. **A Paz nas Senzalas**: Família Escrava e Tráfico Atlântico 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 67-71.

o preço de mulheres e homens crescia novamente a favor do escravo masculino, inversão que pode ser atribuída aos efeitos da Lei do Ventre Livre⁵⁶.

Tais estudos, apesar de fundamentais, ao demonstrarem a construção de laços afetivos, culturais e de parentesco nas comunidades escravas afrodescendentes, não examinaram ou mesmo questionaram de que maneira as práticas e relações sociais ocultadas pelos conceitos de reprodução natural, reprodução endógena e territorialização da mão de obra colocaram as mulheres africanas e crioulas escravizadas, seus corpos, sua vida sexual, suas filhas e filhos e seu trabalho no centro deste processo.

A pesquisa de Isabel Reis ofereceu destaque às experiências de mulheres africanas e crioulas, ao analisar as formas de vida familiar experimentada concreta e cotidianamente por escravizados e libertos nos cenários rurais da Bahia e em Salvador, na segunda metade do século XIX⁵⁷. Baseando-se em periódicos, documentação policial, ações de liberdade, cartas de alforria, dentre outras fontes, ela documentou os projetos e as estratégias de luta e resistência mobilizadas por homens e mulheres africanos e crioulos escravizados, a fim de preservar os laços familiares e afetivos com suas filhas e filhos, por meio de batalhas jurídicas e fugas, que uniram mulheres, maridos, amásios, além de mães com filhos pequenos⁵⁸. Ela destacou a importância de problematizarmos a concepção ocidental de família nuclear restrita aos laços consanguíneos, atentando para as relações de parentesco simbólico e ritual forjadas por africanos e descendentes no contexto da escravidão, a exemplo das relações de compadrio, das nações africanas, das irmandades religiosas negras e das famílias de santo, a fim de articular redes de solidariedade que proporcionassem amparo frente à susceptibilidade de desagregação da família consanguínea.

Já Mary Collins documentou as disputas da africana liberta Margarida em manter a guarda de seus filhos crioulos livres, na cidade de Salvador, na década de 1830, tumultuada pela Revolta dos Malês e pela repressão antiafricana. Margarida, depois de comprar sua alforria, permaneceu na casa dos ex-senhores, onde deu à luz duas crianças livres. Libertada e estabelecida no centro da cidade, comprando escravizados e vivendo de

⁵⁶ COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998, p. 50.

⁵⁷ REIS, Isabel. **Histórias da vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2001. Sobre as experiências de escravos na Bahia no período de desagregação da escravidão e das lutas de mulheres e homens libertos em reconstituir seus laços familiares depois da Abolição, conferir FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

⁵⁸ Sobre as fugas de mulheres grávidas e com filhos, conferir REIS, Isabel. ‘Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos’: fuga e família entre escravos na Bahia Oitocentista. **Afro-Ásia**, Bahia: UFBA, v. 23, p. 29-48, 1999.

seus ganhos, Margarida decidiu reaver a guarda dos filhos, quando teve início uma disputa jurídica com seus ex-senhores que exploravam o trabalho das crianças. Na década de 1850, sua ex-senhora ganhou a tutela de seus filhos, com o amparo da justiça, baseando-se nos argumentos da incapacidade das mulheres africanas e descendentes exercerem apropriadamente a maternidade, eivados de preconceitos com respeito às mulheres negras africanas, descritas como ébrias, prostitutas, e de costumes bárbaros, representando uma dupla ameaça ao bem-estar dos filhos e da nação⁵⁹.

Martha Santos sublinhou as disputas de pequenos escravistas sobre o trabalho de mulheres escravizadas e sobre a posse de suas crianças cativas, enfatizando a centralidade da maternidade enquanto aspecto significativo da experiência da escravidão para mulheres africanas e crioulas, sob o viés das tensões por elas experimentadas enquanto mães e trabalhadoras. Tomando por eixo o contexto das pequenas propriedades escravistas no interior do Ceará oitocentista, ela destacou que as mulheres escravizadas e as crianças crioulas tornaram-se fontes cruciais da riqueza e posse de pequenos proprietários no contexto de declínio da escravidão, em particular com a migração de homens jovens para o Sudeste via tráfico interno, ao longo da segunda metade do século XIX⁶⁰. Ela encontrou em inventários *post mortem* situações de disputa entre herdeiros por mulheres e crianças, que constituíam a quase totalidade da riqueza senhorial entre pequenos escravistas, e a dura realidade dessas mulheres e mães que, possuindo coproprietários, tiveram de arcar com o trabalho a mais de um senhor. Ela concluiu que a escravidão crioula, que se desenvolveu no início do século XIX e sobreviveu até o final do século, dependeu da capacidade de as mulheres gerarem e criarem suas filhas e filhos, independentemente da existência ou não de políticas encorajadoras da reprodução.

Estudos sublinharam a prevalência das mulheres entre os cativos beneficiados pelas alforrias em diferentes cenários e ajustes com suas donas e donos⁶¹. Na contramão

⁵⁹ COLLINS, Jane-Marie. “Mãe Africana, Pátria Brasileira: negotiating the racial politics of identity, freedom and motherhood in nineteenth-century Bahia, Brazil”. In: COLLINS, Jane-Marie. **Intimacy and Inequality: female histories and feminist readings of manumission and motherhood in Brazilian slave society (Bahia 1830-1888)**. Liverpool: Liverpool University Press. No prelo. Disponível em <http://eprints.nottingham.ac.uk/2192/4/JMC_UoN_erepository_ref_publication_12_oct_2013.pdf>. Acesso: 30 maio 2017.

⁶⁰ SANTOS, Martha. Mothering slaves, labor, and the persistence of slavery in Northeast Brazil: a non-plantation view from the hinterlands of Ceará, 1813–1884. **Journal of Women’s History**, (Revista online), n. 30, vol. 1, winter/2018.

⁶¹ Enidelce Bertim classificou as formas de obtenção de alforria: as incondicionais; as condicionais, com frequência atreladas à prestação de serviços por longos períodos, como até a morte do senhor e de seus filhos; e as onerosas, que dependeram da indenização financeira aos senhores. As alforrias foram analisadas pelos historiadores sob duas principais linhas interpretativas. Uma delas considerou as alforrias como instrumentos de fidelização e controle senhorial sobre os libertos, enquanto outros historiadores enfatizaram

de interpretações afetadas por preconceitos acerca da lascívia das mulheres negras cativas, que teriam obtido as alforrias e a de seus filhos através de relacionamentos com seus senhores, Marília Ariza documentou o amplo engajamento de mulheres escravizadas e libertas em arranjos de locação de serviços e formação de pecúlios, a fim de obterem suas alforrias e a de seus filhos. A historiadora desenvolveu uma ampla reflexão acerca das dificuldades enfrentadas por mulheres libertas e libertandas – que tiveram suas alforrias condicionadas à prestação de serviços aos senhores ou a terceiros –, em libertar os filhos escravizados e em manter a guarda dos filhos ingênuos na cidade de São Paulo, nas décadas finais da escravidão e no período pós-emancipação⁶². Ela demonstrou que a pobreza, a ausência de proteção jurídica e os interesses de ex-senhores e terceiros sobre o trabalho de crianças ingênuas significaram intrusões constantes nas relações das mães libertas, com suas filhas e filhos, que perderam seus direitos de guarda⁶³. A historiadora documentou que o legado da escravidão, expresso na exploração do trabalho das crianças e das mulheres cativas sem o reconhecimento dos vínculos maternos, estendeu-se também a mulheres libertas e às brancas e negras livres empobrecidas, mesmo depois da Abolição: entre as trabalhadoras domésticas obrigadas a residir nas moradias dos patrões que repeliam a presença de seus filhos que eram entregues aos cuidados de terceiros e entre as mulheres empobrecidas solteiras e viúvas, consideradas juridicamente incapazes de manter a guarda e a tutela das suas crianças.

Levantando questões acerca da agência feminina sob a escravidão e das dinâmicas de gênero no processo de Abolição, Camillia Cowling observou que, tanto no Brasil como em Cuba, a emancipação gradual, encaminhada por Leis de Ventre Livre, significou na

as alforrias enquanto conquistas resultantes da atuação política dos escravizados. A primeira corrente interpretativa foi expressa por FLORENTINO, Manoel. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro imperial. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 104-116, 2003; SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo**: a dádiva da alforria e o governo dos escravos em Campos dos Goitacazes, 1750-1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. Para a perspectiva das alforrias como conquistas dos escravizados, ver BERTIN, Enidcelce. **Alforrias em São Paulo do Século XIX**: liberdade e dominação. São Paulo: Humanitas, 2004; NASCIMENTO, Flaviane R. **Viver por si**: histórias de liberdade no agreste baiano oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

⁶² Sobre o caráter indenizatório e oneroso das cartas de alforria, que impunha um árduo e longo percurso à consecução da almejada liberdade por parte das cativas, a fim de conquistar a alforria para si mesmas e suas filhas e filhos, ver ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **O ofício da liberdade**: trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830-1888). São Paulo: Alameda Editorial, 2014; MACHADO, Maria Helena P.T. e ARIZA, Marília B.A. “Histórias de trabalho, poupança e resiliência: escravas, libertas e libertandas na cidade de São Paulo (1870-1888)”. In: BARONE, Ana (org.). **O negro na cidade de São Paulo**. No prelo.

⁶³ Marília Ariza demonstrou os caminhos em que os argumentos da “mãe virtuosa” e os critérios de honestidade feminina foram discursivamente manipulados em processos de tutela e contratos de soldada das crianças e jovens na cidade de São Paulo, onde se travaram disputas entre senhores, tutores e mães libertas, que perdiam a guarda dos filhos por decisão e amparo da justiça. ARIZA, Marília. **Mães infames, rebentos venturosos**: Mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, cap. 1 e 2.

prática um campo de oportunidades cuja eficácia dependeu da iniciativa das mães escravizadas e libertas. Na cidade do Rio de Janeiro, mais próximas às Cortes de Primeira Instância e à Corte de Apelação, mulheres escravizadas e libertas travaram batalhas jurídicas pela liberdade de suas filhas e filhos amparadas pela lei de 1871 que instituía, além da libertação de seus filhos nascidos a partir da lei apenas aos 21 anos, o direito à autocompra sem possibilidade de revogação senhorial.⁶⁴ Mulheres escravas e libertas perpetraram, por meio de seus representantes legais, ações de liberdade com requerimentos elaborados por homens letrados que não somente invocaram argumentos jurídicos, mas também ecoaram os ideais a respeito da maternidade enquanto dever para mulheres das elites, apropriados pelo discurso abolicionista enquanto direito negado à mulher escravizada.

Dentre as práticas escravistas que atravessaram as experiências da maternidade para mulheres escravizadas emerge a função do cuidado e da amamentação dos bebês de suas senhoras pelas amas de leite, tema de valiosas contribuições por parte da historiografia brasileira. Estudos demonstraram que as imagens acerca das amas de leite enquanto símbolos de devoção, amor e gratidão no interior de um sistema escravista pretensamente benevolente atravessaram as representações literárias, na última década da escravidão e, sobretudo, no período imediatamente posterior a seu fim⁶⁵. A cidade do Rio de Janeiro dos oitocentos tem recebido destaque da historiografia, sobressaindo a questão central da participação das amas de leite no mercado de aluguel na cidade, ao longo do século XIX⁶⁶. Bárbara Martins destacou a amplitude que assumiu o mercado de escravas

⁶⁴ COWLING, Camillia. **Conceiving Freedom**, op. cit.; COWLING, C. “Como escrava e como mãe?: mulheres e abolição em Havana e no Rio de Janeiro”. In: MACHADO, Maria Helena P. T. e CASTILHO, Celso Thomas. **Tornando-se livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo da abolição**. São Paulo: Edusp, 2015.

⁶⁵ DEIAB, Rafaela. **A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Sobre o mito da “mãe-preta” na literatura modernista, conferir RONCADOR, Sonia. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 31, p. 129-152, 2008; SIEGEL, Micol. “Mães pretas, filhos cidadãos”. In: CUNHA, Olivia M. G. da; GOMES, Flávio dos S. (orgs.) **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 315-346. Para interpretações marcadas pela idealização acerca dos componentes afetivos entre cativa e criança senhorial, pela desconsideração com respeito à maternidade da mulher escravizada e pela reprodução de estereótipos e de um imaginário construídos em torno da figura da “mãe-preta”, influenciada pela literatura de Gilberto Freyre, ver GUTIERRES, Damiana. **No colo da ama de leite: a prática cultural da amamentação e dos cuidados das crianças na província do Grão-Pará no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 2013, p. 142-152.

⁶⁶ Sobre o mercado de aluguel de amas de leite em Recife e Belém do Pará, ver SILVA, Maciel H. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004, cap. 6; GUTIERRES, D. **No colo da ama de leite**, op. cit., p. 94 e 141.

nutrizes nos anúncios dos jornais cariocas⁶⁷. Já Elizabeth Carneiro abordou, dentre outros temas, a emergência dos discursos médicos sanitaristas contrários à prática das mulheres abastadas delegarem a amamentação às amas negras, para incentivar o aleitamento a partir de uma nova imagem da função materna, enquanto dever sagrado no interior de um novo projeto de sociedade que se desejava próximo aos padrões europeus⁶⁸. Já Luiz Martins analisou as representações construídas nas teses acadêmicas de medicina sobre as amas de leite negras como portadoras de doenças que provocavam a alta mortalidade entre as crianças brancas, e enquanto “atraso colonial” que obstava o projeto de desenvolvimento civilizatório do Estado nacional propalado pela elite médica⁶⁹.

O aspecto das vidas reprodutivas das mulheres escravizadas – envolvendo práticas de interrupção da gravidez, a gestação e os partos –, em suas relações com as políticas senhoriais e o cotidiano de trabalho, tem recebido raros investimentos por parte da historiografia brasileira. Baseando-se em documentação criminal, discussões parlamentares e legislação civil compulsadas para a cidade do Rio de Janeiro, Cassia Roth sublinhou que as experiências dos abortos espontâneos, natimortos e altas taxas de morte entre os bebês teriam modelado as escolhas e as maneiras como as mulheres cativas experienciaram a maternidade e suas habilidades reprodutivas. Ela argumentou que atitudes ambíguas frente à maternidade no contexto de escravização poderiam coexistir, envolvendo tanto o desejo de ser mãe, particularmente entre as africanas para quem a maternidade e a fertilidade eram altamente valorizadas, quanto o de não conceber⁷⁰. A historiadora demonstrou que os senhores, que até 1871 detiveram direitos de propriedade sobre os bebês das cativas, não perseguiram nem empregaram ações contra suas escravizadas por supostos infanticídios e abortos. Segundo ela, tal tendência se justificou em grande medida devido à invisibilidade destes procedimentos, mas também em virtude das atitudes senhoriais frente à reprodução, influenciada pelos preços relativamente

⁶⁷ MARTINS, Barbara C. R. **Amas de leite e mercado de trabalho feminino**: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

⁶⁸ CARNEIRO, Maria Elizabeth. **Procura-se uma “Preta com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca, 1850-1888. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2006, parte 1, cap. 2 e 3. Sobre mulheres alugadas para aleitarem bebês abandonados na Santa Casa de Misericórdia, ver, na mesma obra, parte I cap. 1.

⁶⁹ MARTINS, Luiz C.M. **No seio do debate** – amas de leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

⁷⁰ Discussões a respeito da valorização da maternidade para africanas e descendentes nas Américas, ver PATON, Diana. *Maternal Struggles and the Politics of Childlessness under Pronatalist Caribbean Slavery*, **Slavery & Abolition**, op. cit; BUSH, Barbara. *African Caribbean Slave Mothers and Children: Traumas of Dislocation and Enslavement Across the Atlantic World*, **Caribbean Quarterly**, op. cit.

baixos de africana/os até 1850 e às altas taxas de mortalidade infantil, ao longo de todo o século. Após a Abolição, ela notou que mulheres negras passaram a ser perseguidas por tais atos, quando seriam consideradas criminosas que privavam a nação de futuros e potenciais trabalhadores⁷¹.

Aspecto pouco explorado nos estudos brasileiros da escravidão e ausente nas histórias da cidade do Rio de Janeiro, as mulheres africanas e crioulas escravizadas e suas experiências da maternidade foram assimiladas à função anônima e impessoal da reprodução, termo este que ocultou a historicidade das relações sociais envolvidas na geração, nos partos e nas práticas de cuidado de bebês e crianças. Procuramos compreender esta dimensão fundamental das vidas das mulheres africanas e crioulas trabalhadoras, que conceberam, viveram gestações, partos, deram à luz suas filhas e filhos sob a escravidão urbana, ao longo do século XIX e de suas transformações.

Africanas e crioulas na escravidão urbana: Rio de Janeiro, século XIX

Às 11 horas da noite do dia 7 de outubro de 1859, na freguesia da Candelária, Marcelina foi conduzida presa à Casa de Detenção, e as provas que a tornaram a provável autora do crime eram fartas: Marcelina e Cândida encontravam-se sós na casa, na companhia de duas crianças que dormiam, filhos da falecida⁷². No dia seguinte à prisão, ela respondeu ao primeiro auto de perguntas: afirmou ser natural do Rio Grande do Sul, solteira, ignorando sua idade bem como o nome de sua mãe e de seu pai. Disse ao subdelegado que era ocupada em serviços domésticos e escrava de José Jacinto de Almeida. Marcelina, então, apresentava sua primeira versão dos fatos: “*que estando a quebrar lenha na cozinha, depois das nove horas da noite*” escorregou “*em uma pequena tina que estava na cozinha*”, que “*caindo quebrou uns pratos*”⁷³. Cândida, então, escutando o barulho, dirigiu-se à escravizada, ordenando-lhe que, por ser mais de nove horas da noite, fosse “*ir ver o preto para fazer o despejo do barril*”, visto que Marcelina “*anteriormente lhe havia dito ser isso necessário*”. Marcelina afirmou ter saído à rua em

⁷¹ ROTH, Cassia. “From free womb to criminalized woman: fertility control in Brazilian slavery and freedom”, **Slavery & Abolition**, Special Issue, vol. 38, no. 2, junho/ 2017, p. 269-286. Okezi Otovo demonstrou como a institucionalização das políticas médicas projetadas pelo Estado na Bahia dirigidas à vida reprodutiva e à saúde das mulheres negras e suas filhas e filhos foram informadas por teorias eugênicas de aperfeiçoamento da raça dos futuros trabalhadores, como caminho para o desenvolvimento rumo a ideais de modernização. OTOVO, Okezi. **Progressive Mothers, Better Babies: Race, Public Health, and the State in Brazil, 1850-1945**. Austin: University of Texas Press, 2016.

⁷² Arquivo Nacional, 84.0.ACR.112, Fundo/Coleção Relação do Rio de Janeiro, Série Apelação Criminal, 1859-1861.

⁷³ Ibid., f.8.

busca do escravo responsável pelo despejo dos dejetos da casa. Antes, porém, passou “à venda comprar bacalhau, e depois indo ver o preto, não o encontrou”. Retornando às dez horas da noite, “dirigiu-se à cozinha para atizar fogo”, e foi dizer a sua “ama que não encontrava o preto”, quando a viu desfalecida “no chão, e de bruços”. Então, não podendo levantar a mulher inerte “foi à loja de seu amo dar-lhe parte do ocorrido, com o qual dirigindo-se para a casa, achara sua ama morta”. Esta foi a primeira versão que Marcelina ofereceu à morte de sua locatária.

O interrogatório se acirrava: qual motivo justificou o fato de que, sabendo Marcelina que o “barril da limpeza estava vazio”, não disse a Cândida “ser dispensável o preto”? Marcelina assumiu que era “verdade que sabia não precisar o barril ser limpo [...] mas que precisando comprar sabão para lavar roupa, como costuma fazer até alta noite, disse a sua ama ser preciso o preto”. Ela era, então, interrogada acerca do fato de Cândida achar-se “em perfeito estado de saúde quando” ela deixou a casa, “e em menos de uma hora depois” era encontrada morta, “e com muitas contusões pelo pescoço, braço, mãos”. Marcelina, então, tornava-se ré confessa: disse que “estando na cozinha a fazer um caldo para sua ama”, esqueceu-se de acrescentar gordura no mesmo. E que “indo sua ama na cozinha e zangando-se com ela”, “atirou-lhe com uma colher de caldo”: então “desesperando-se, agarrou-lhe nas goelas e deitando-a no chão, teve em resultado ficar sua ama sem sentidos”⁷⁴.

Alguns dias depois, no segundo interrogatório, Marcelina manteve a versão, acrescentando que estava “a ensaboar uma roupa” quando a finada lhe pediu o caldo. Então, ela desvelou um pouco mais acerca do convívio tenso com a locatária e as motivações de seus atos. Respondeu, desta vez, que Cândida ralhava continuamente com ela e que lhe dava às vezes pancadas⁷⁵. E que havia quase três meses, quando era alugada, Cândida já iniciava seus ataques violentos. Marcelina revelava as tensões domésticas que vincaram o convívio próximo com sua locatária, exposta aos caprichos e ataques de raiva daquela mulher de poucas posses que lhe desferiu um golpe de faca, ao ver uma mesa desarrumada, o que resultava num ferimento cuja cicatriz alojava-se na parte interna do braço, notificada pelo auto de corpo de delito⁷⁶.

Os depoimentos de Marcelina são expressivos da enorme carga de trabalho que recaía sobre mulheres alugadas para todos os serviços domésticos nas casas remediadas:

⁷⁴ Ibid., f.9.

⁷⁵ Ibid., f.17v.

⁷⁶ Ibid., f.15.

a falecida, o viúvo e duas crianças pequenas eram servidos por um escravizado e uma mulher alugada, nove anos depois do fim do tráfico africano. Marcelina era responsável pela lavagem das roupas, tarefa que desempenhava até altas horas da noite. Sua jornada de trabalho incluía rachar lenha, cozinhar e servir a mesa dos locatários de dia e de noite, o que implicava em idas à rua para fazer compras. É provável que não desempenhasse também o despejo dos dejetos da casa porque havia outro escravo, de presença furtiva nos autos. Interessante notar a estratégia de Marcelina, escrava doméstica responsável pela execução de quase todos os serviços voltados à subsistência da família, a fim de ganhar as ruas à noite. Ela usou da autonomia do escravizado – que esvaziou o barril de dejetos antes de sumir – para conquistar a sua, e talvez buscar um sabão para lavagem de roupas fosse apenas sua melhor desculpa. Marcelina infringia a lei dos brancos e pagaria caro por isso: assassinava Cândida, segundo a queixa do viúvo “*aproveitando-se*” da “*fragilidade*” daquela “*a quem tinha a seu cargo o governo da casa*”⁷⁷.

Marcelina foi remetida à Cadeia Pública para cumprir a pena de 400 açoites. Caso sobrevivesse, deveria portar ferro ao pescoço durante 12 anos, pena a que foi condenada pelo tribunal superior depois de o viúvo apelar da primeira sentença mais branda. Antes do julgamento, e depois de confessar seu crime, Marcelina decidiu desvelar a verdade encoberta sob os véus da “filiação incógnita”. Respondeu, sim, ser “*filha da preta Eufrásia e de Antonio, também preto*”.

Separada de sua família ao Sul do país, Marcelina, como muitas escravizadas, caiu nas malhas do mercado de aluguel na Corte, como “*lavadeira, engomadeira e mais serviços de uma casa*”. Assim, considerar o cotidiano de mulheres africanas e crioulas que viveram a maternidade sob a escravidão na Corte, nos anos de suas vidas em que seu valor e o de seu trabalho atingiam os preços mais altos no mercado, implica refletirmos sobre as relações entre gênero e mundo do trabalho urbano, em particular o expediente do aluguel, a escravidão doméstica e o ganho de rua. O pequeno comércio e sobretudo os esforços necessários à subsistência das camadas proprietárias – envolvendo compra e processamento de alimentos, provimento de água, despejo de lixo, limpeza da casa, lavagem, engomado e costura de roupas, além dos serviços pessoais às senhoras e senhores e à amamentação e cuidado de seus filhos – destacaram-se como o principal modo de inserção das mulheres escravizadas, mas também libertas, livres e brancas

⁷⁷ Ibid., f.2.

empobrecidas, no mundo do trabalho urbano carioca⁷⁸. Como os depoimentos de Marcelina demonstraram, numa cidade desprovida de redes de esgoto, de água encanada e refrigeração de alimentos, o trabalho doméstico, a depender da riqueza dos senhores, era caracterizado por jornadas de trabalho que envolviam ir e vir às ruas, ou um cotidiano de maior reclusão e convívio próximo com a família senhorial e locatária⁷⁹. Marcelina, em 1859, era uma dentre as muitas crioulas jovens que deixaram para trás seus filhos e parentes em outras províncias, nos anos posteriores ao fim do tráfico africano rumo à escravidão urbana. Qual o mundo social que ela teria encontrado nas imediações urbanas, na freguesia central da Candelária, três anos depois de registrados os últimos desembarques de africanos? Marcelina estava grávida quando foi presa? Com quais mulheres a crioula Marcelina teria compartilhado a condição de escravizada e suas adversidades?

O período situado entre 1830 e 1850 encerrou um amplo processo de transformações no tocante às relações escravistas, abrangendo a primeira restrição formal ao tráfico africano em 1831, seguida pelo auge dos desembarques ilegais até seu fim definitivo em 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, havendo registros das últimas deportações em 1856⁸⁰. Apesar de minoritárias no tráfico transatlântico, estudiosos da escravidão urbana destacaram a presença ostensiva de mulheres africanas, e também crioulas, entre a população escravizada no Rio de Janeiro, desde as primeiras décadas do século XIX⁸¹. A demografia do tráfico fomentou também uma população

⁷⁸ Inventários *post-mortem* consultados por Luiz Soares entre 1810 e 1849 registraram as ocupações de mulheres escravizadas desempenhadas no mundo urbano e nos arredores rurais da Corte, sobressaindo o trabalho doméstico como o principal encargo da população feminina cativa. Os inventários apontaram 158 mulheres ocupadas em serviço doméstico, 70 trabalhadoras agrícolas, 39 em profissões industriais e 17 ganhadoras de rua. As profissões declaradas para os 1.046 homens avaliados são expressivas da divisão do trabalho por gênero, que delegava a eles uma gama muito mais extensa de atividades e ofícios, envolvendo maior mobilidade e circulação no espaço urbano, como entre os alfaiates, barbeiros, carpinteiros, carregadores, carreiros, cavouqueiros – que escavavam pedreiras –, charuteiros, produtores de sabão e velas, ferreiros, ganhadores de rua, marinheiros, remadores, pedreiros, havendo também as ocupações domésticas de cozinheiros e copeiros, dentre outras. SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj- 7Letras, p. 406.

⁷⁹ GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência**, op. cit., p. 45.

⁸⁰ MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres**. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 20.

⁸¹ Segundo estimativas de Manolo Florentino, a cidade teria recebido, apenas entre 1820 e 1830, 323.030 pessoas, numa proporção média aproximada de uma mulher para cada 3 homens. O historiador David Eltis chamou a atenção para as influências culturais que modelaram este padrão, relacionado à divisão do trabalho por gênero entre os europeus. Enquanto nas sociedades africanas as mulheres desempenhavam funções importantes como agricultoras, comerciantes e tecelãs, nas sociedades escravistas atlânticas a preferência dos senhores e traficantes por homens jovens repousaria na valorização do trabalho masculino tanto em ocupações especializadas quanto no trabalho agrícola nas lavouras para exportação. FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de**

predominantemente africana e masculina nas fazendas do Sudeste, sobretudo na primeira metade do século XIX⁸². Embora grande parte dos africanos se destinasse às zonas açucareiras e cafeeiras fluminenses e outras províncias, um número expressivo de mulheres permaneceu no meio urbano para atender às crescentes demandas de serviços na cidade, desde a chegada da Corte Portuguesa em 1808⁸³.

As estimativas oficiais registraram que meninas, jovens e mulheres adultas africanas e crioulas constituíram aproximadamente 40% da população escravizada na cidade, ao longo do século, em tendências demográficas de incremento da população de africanas. nas décadas de 1830 e 1840, sobretudo nas freguesias centrais da cidade. Os censos oficiais registraram, em 1838, 14.945 mulheres escravizadas residentes nas freguesias urbanas e 9.025 nas freguesias rurais. Em 1849, aproximadamente 18 mil africanas e 13 mil crioulas foram recenseadas nas freguesias urbanas, e quase 5 mil africanas e 8.700 crioulas nas freguesias rurais⁸⁴. Quanto aos diferentes padrões etários entre africanas e crioulas, as estimativas de Mary Karasch apontaram que apenas 11% das africanas desembarcadas tinham menos de nove anos de idade, enquanto quase dois terços delas tinham entre nove e 20 anos⁸⁵. Crianças, meninas e mulheres de todos os grupos etários eram representadas entre as crioulas, muitas delas filhas de africanas ou descendentes nascidas na cidade, havendo uma população de mulheres crioulas vendidas de suas províncias natais.

Quanto à origem das africanas e africanos, entre 1830 e 1856, aproximadamente 80% foram embarcados dos portos congo-angolanos que reuniram diversos povos falantes de línguas do tronco *bantu*, no centro-oeste africano⁸⁶. A África oriental constituiu a segunda principal região de origem dos africanos, entre 18% e 27% na primeira metade do século XIX, reunindo grupos étnicos ao norte de Moçambique e do

Janeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 50-59; ELTIS, David. **The rise of African Slavery in the Americas**. New York: Cambridge University Press, 2000, p. 92.

⁸² O desequilíbrio poderia atingir, em determinados períodos e contextos, picos de aproximadamente 3 homens para cada mulher. FLORENTINO, **Em costas negras**, op. cit., p. 39 e 58. Há evidências da tendência de equilíbrio entre homens e mulheres entre a população crioula na segunda metade do século e do aumento do número de escravizadas como trabalhadoras da roça. Ver ALMEIDA, Ana M. L. **Da casa e da roça: a mulher escrava em Vassouras no século XIX**, op. cit.

⁸³ KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 28-29, 106; SOARES, Luiz. **O “Povo de Cam”**, op. cit., p. 39.

⁸⁴ SOARES, **op. cit.**, p. 365 e 371.

⁸⁵ KARASCH, Mary. “Anastácia and the slave women of Rio”. In: LOVEJOY, Paul (Ed.). **Africans in bondage**. African Studies Program, University of Wisconsin-Madison, 1986, p. 80.

⁸⁶ Segundo os dados coligidos por Manolo Florentino, oito em cada dez navios aportados no Rio de Janeiro nas décadas anteriores, entre 1795 e 1830, partiam dos portos congo-angolanos, como Benguela, Luanda e Cabinda. FLORENTINO, **Em costas negras**, op. cit., p. 83, 246; KARASCH, **A vida dos escravos**, op. cit., p.45 e ss.

vale do Zambeze, também falantes de línguas de tronco *bantu*⁸⁷. Estas jovens e meninas viveram o processo traumático da escravização, desde suas aldeias até os barracões litorâneos, sobrevivendo aos traumas da travessia atlântica, envolvendo fome, sede, adoecimentos e mortes⁸⁸. Barbara Bush investigou as especificidades das experiências de mulheres africanas na travessia atlântica no século XVIII. Mulheres enfrentaram estupros e violências por parte dos oficiais e marinheiros brancos, havendo aquelas que foram separadas de seus bebês e outros filhos na África, e outras que, embarcando grávidas, deram à luz nos navios. Conrad reportou-se a mães com bebês e crianças pequenas famintas, apreendidos em época de tráfico ilegal, próximo à costa do Rio de Janeiro, em 1841⁸⁹. Meninas e mulheres africanas sobreviveram à travessia, mas também aos primeiros meses e anos de vida na cidade, no período chamado de aclimação, que dizimou a vida de muitas delas⁹⁰. Foram recolhidas em agências e casas de venda de escravos que se espalharam pelas freguesias centrais da cidade, tendo à sua frente escravistas brasileiros e europeus, após o fechamento do mercado do Valongo, com o decreto da ilegalidade do tráfico africano em 1831⁹¹. Submetidas às apalpadelas nos galpões, eram compradas e seguiam rumo aos sobrados urbanos junto a seus escravizadores, iniciando-se o período em que aprenderiam novos ofícios e a falar e entender a língua portuguesa de seus donos.

Mulheres africanas foram batizadas, ganhando um nome cristão e identificadas por seus grupos de procedência: as nações. Nos registros do século XIX, as nações atribuídas a homens e mulheres africanos escravizados e libertos não corresponderam a um grupo étnico específico, denotando portos de embarque que reuniam mulheres e

⁸⁷ KARASCH, *op. cit.*, p. 58-59; FLORENTINO, Manolo. “Aspectos sociodemográficos da presença dos escravos moçambicanos no Rio de Janeiro (c. 1790-c. 1850)”. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio; CAMPOS, Adriana (orgs.). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo contemporâneo**. Vitória / Lisboa: Edufes / IICT, 2006, p. 196-244; ALPERS, Edward. “Africanos orientais”. In: SCHWARCZ, Lilia & GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 88.

⁸⁸ REDIKER, Marcus. **O navio negro: uma história humana**; trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁸⁹ BUSH, Barbara. African Caribbean Slave Mothers and Children, **Caribbean Quarterly**, *op. cit.*; CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros**. O tráfico escravista para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 55.

⁹⁰ KARASCH, **A vida dos escravos...**, *op. cit.*, p. 166.

⁹¹ Sobre a atuação das casas de aluguel e comissão na primeira metade do XIX, conferir SOARES, Luiz. **O “povo de Cam” na Capital do Brasil**, *op. cit.*, p. 46-58; KARASCH, Mary, **A vida dos escravos**, *op. cit.* p. 85-87. Sobre as casas de aluguel e agências ligadas ao serviço doméstico nas décadas de 1870 e 1880, envolvendo escravizadas, libertas e livres pobres, ver CARNEIRO, M. Elizabeth, **Procura-se...**, *op. cit.*, p. 210-211; SOUZA, Flávia. **Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 114-116.

homens provenientes de vastas regiões geográficas⁹². Assim, mulheres de nação Cabinda, populosas no Rio de Janeiro na década de 1840, pertenceram a grupos como nsundis, tekes, gabões, embarcadas ao norte do rio Zaire. Africanas de nação Angola, Cabundá, Cassange e Rebolo eram nativas da região de Luanda e do interior ao norte de Angola, ao passo que africanas de nação Benguela e Ganguela foram embarcadas ao sul de Angola⁹³. Forjadas na experiência da escravização, as nações não constituíram identidades fixas, mas construções do tráfico e reinvenções culturais por parte das africanas e africanos escravizados e libertos, que reelaboraram, também, novos sentidos para as diferentes escarificações e tatuagens que trouxeram nos seus rostos⁹⁴. Diversos estudos demonstraram a importância dos laços forjados nos parentescos de nação, nas relações de compadrio e entre membros das irmandades negras enquanto soluções criativas forjadas por africanos, ao longo de seu processo de ressocialização, urdindo laços comunitários de pertencimento e de afinidades, a fim de substituir os vínculos rompidos com o tráfico e enfrentar as pressões do cativeiro⁹⁵.

Estudiosos demonstraram que a grande mistura de centro-africanos na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, teve em comum suas origens agrárias e semelhanças linguísticas e culturais. As regiões de populações mais densas, nas florestas e savanas mais a interior do continente, na longa região da foz do rio Zaire, eram o berço

⁹² Ver, dentre outros: FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos; GOMES, Flávio. **No labirinto das nações**- Africanos e identidades no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; SOARES, Mariza de Carvalho (org). **Rotas atlânticas da diáspora africana**: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 2007. Discussões acerca das nações enquanto construções e reelaborações transatlânticas e inseridas no processo da diáspora, conferir MATORY, J. Lorand. “Jeje: Repensando Nações e Transnacionalismo. *Mana, Estudos de Antropologia Social*, vol. 5, nº 1, abril, pp. 57-80, 1999.

⁹³ KARASCH, A **vida dos escravos**..., op. cit., p. 52-53.

⁹⁴ Alguns estudos consideraram o corpo e as tatuagens, designadas no Rio de Janeiro como “marcas de nação”, além do uso de adereços, amuletos, vestimentas e cortes de cabelo enquanto expressão pessoal, de pertencimento comunitário, e enquanto prática religiosa para mulheres africanas e crioulas. Sobre as vestimentas femininas e seus significados envolvendo gênero e raça nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro coloniais, conferir LARA, Silvia Hunold. “The Signs of Color: Women’s Dress and Racial Relations in Salvador and Rio de Janeiro, ca. 1750-1815”. **Colonial Latin American Review**, Londres: Routledge, v. 6, n. 2, p. 205-224, 1997. Sobre o caráter estético, mágico-religioso e econômico envolvendo o uso de colares de contas, corais e joias de ouro para africanas ocidentais na cidade do Rio de Janeiro do século XIX, ver FARIAS, Juliana Barreto, “De Escrava a Dona: A Trajetória da Africana Mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do Século XIX”. **Locus**, Juiz de Fora, 18, n. 2, 2013, p. 13-40. Ver também PAIVA, Eduardo. “Celebrando a alforria: amuletos e práticas culturais entre as mulheres negras e mestiças do Brasil”. In JANCOS, István e KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Fapesp, 2001, v.2.

⁹⁵ Algumas referências são OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Viver e morrer no meio dos seus- Nações e Comunidades Africanas no século XIX. **Revista USP**, n. 28, Dez. 95/fev. 96, Dossiê Povo Negro- 300 anos; SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; FERREIRA, Roberto G. **Na pia batismal**. Família e compadrio entre os escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

da maioria das africanas confrontadas ao processo violento de escravização do interior à costa, com a invasão das aldeias, separações, mortes e migrações por terra, e dos traumas da travessia e confinamento nos navios rumo ao Rio de Janeiro⁹⁶. As centro-africanas, com exceção das que viveram próximas aos brancos europeus nas cidades litorâneas, não tinham por costume cobrir os seios e o dorso, e não compartilhavam do sentimento de pudor e vergonha com relação a seus corpos⁹⁷. O olhar dos homens brancos europeus, que enxergaram nas africanas “seminuas” a lascívia e a disponibilidade sexual que justificaram seus abusos, não era o mesmo dos 43.129 homens predominantemente centro-africanos, recenseados no Rio de Janeiro em 1849, que foram também registrados banhando-se ao mar “em completa nudez”⁹⁸.

Robert Slenes demonstrou que os bacongos, umbundos e ovimbundos, da bacia do rio Zaire, compartilharam semelhanças linguísticas e visões de mundo, baseadas na ideia de ventura, que se estabeleceu em torno da caracterização do universo e dos acontecimentos marcados pela saúde, o bem-estar e a harmonia, ao passo que o infortúnio, o desequilíbrio, a doença e as calamidades seriam causados pela ação de espíritos ou pessoas, através da feitiçaria⁹⁹. Viveram as rupturas do tráfico e da escravização desde suas aldeias de pequeno e médio porte, em comunidades ligadas por formas de parentesco ancorado nas linhagens matrilineares ou patrilineares, envolvendo clãs estendidos com ancestrais em comum e relações de dependência, amizade e vizinhança¹⁰⁰.

⁹⁶ MILLER, Joseph. **Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988; MILLER, J. “África Central durante a Era do Comércio de Escravizados, de 1490 a 1850”. In: HEYWOOD, Linda M. **Diáspora Negra no Brasil**. Trad. Vera Lúcia Benedito [et. al]. São Paulo: Contexto, 2009; REDIKER, Marcus. **O navio negreiro**, op. cit.

⁹⁷ Rachel Soihet situou os corpos das mulheres africanas e escravizadas nos momentos de relaxamento e prazer na experiência da dança. Ela analisou, para o contexto escravista do Rio de Janeiro oitocentista, as representações preconceituosas de viajantes europeus acerca da expressão corporal das mulheres negras e africanas e suas manifestações culturais cotidianas. Usufruindo a mobilidade espacial no mundo urbano carioca, elas geriam seu tempo, abandonavam temporariamente seus afazeres e entregavam-se aos batuques. SOIHET, Rachel. “A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX”. In: MATOS, Maria I.S. e SOIHET, Rachel S. (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003, p.177-178.

⁹⁸ Em 1º de fevereiro de 1851, o irmão e mordomo da Santa Casa de Misericórdia enviou um ofício à Câmara Municipal rogando que se dessem “as providencias necessárias para que cesse o abuso de se banharem no mar, em pleno dia, e em completa nudez, os Africanos de que trata o dito ofício”. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fundo Câmara Municipal Série Santa Casa da Misericórdia, 50.1.8, p.18; SOARES, O ‘povo de Cam’...op. cit., p. 365.

⁹⁹ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**, op. cit., p. 152; SLENES, Robert, “‘Malungu’, ngoma vem!: África coberta e descoberta no Brasil”. **Revista USP**, n. 12. dez./jan./fev., 1991-92, p. 48-67. Ver também CRAEMER, Willy, VANSINA, Jan & FOX, Renee. Religious Movements in Central Africa: A Theoretical Study. **Comparative Studies in Society and History**, vol. 18, n. 4 (Oct., 1976), p. 458-475.

¹⁰⁰ Mac GAFFEY, Wyatt. Lineage Structure, Marriage and the Family amongst the Central Bantu. **The Journal of African History**, Vol. 24, No. 2, The History of the Family in Africa (1983), p. 173-187; ROBERTSON, Claire. “Slavery and Women, the Family, and the Gender Division of Labor”. In GASPAR & HINE (eds.). **More Than Chattel**, op. cit., p. 10-11.

Importante destacar que o valor das crianças e da maternidade para as africanas, integrados na linhagem e envolvendo famílias extensas ligadas aos ancestrais, com perspectiva de descendentes no futuro, foi quebrada na diáspora e ressignificada nos diferentes cenários da escravidão atlântica, que impôs a seus descendentes crioulos a sua condição. Claire Robertson propôs uma reflexão acerca das relações privilegiadas entre mães e filhos na constituição de famílias escravas, em diferentes cenários escravistas nas Américas. Ela sublinhou os traços da matrifocalidade nas sociedades africanas, em que as mães desempenharam papel substancial em prover a alimentação e a subsistência das crianças, traços que teriam sido adaptados pelas africanas, aproveitados pelos senhores e reforçados pela escravidão¹⁰¹. Já Marie-Jane Collins levantou a importância do papel das mães africanas no processo cultural de criouliização nas sociedades escravistas, apontando para as dinâmicas complexas de reinvenção de identidades e laços sociais de pertencimento e parentesco para africanos e crioulos inseridos em diferentes comunidades e cenários nas sociedades escravistas¹⁰².

As atitudes e os valores das africanas em relação à maternidade no contexto da escravidão urbana foram influenciados pelas experiências pregressas da escravidão africana. Rosalyn Terborg-Penn sugere uma reelaboração do conceito de diáspora que inclua a experiência da maioria das mulheres que, no período de grandes deportações pelo tráfico transatlântico, foram deslocadas e escravizadas dentro da própria África¹⁰³. A respeito da preeminência das mulheres na escravidão africana, estudos têm enfatizado o papel primordial do alto valor conferido ao trabalho das mulheres na agricultura e na produção de excedentes, considerando como secundário o papel das escravas com respeito à capacidade de gerar crianças e expandir as linhagens, visto que pesquisas demonstraram que a taxa de natalidade entre as escravas era mais baixa que entre as livres¹⁰⁴. Porém, diversamente da escravização compulsória das filhas e filhos crioulos

¹⁰¹ ROBERTSON, Claire. "Slavery and Women, the Family, and the Gender Division of Labor". In: GASPARD & HINE (eds.). **More Than Chattel**, op. cit., p.12.

¹⁰² COLLINS, Jane-Marie. "Mãe Africana, Pátria Brasileira...", **op. cit.** Conferir MINTZ, Sidney & PRICE, The miracle of creolization: a retrospective. **New West Indian Guide**, vol.75, 2000, p. 35-64; MILLER, Joseph C. Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a face da escravização na África e face à escravidão no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 164, jan./jun. 2001; HEYWOOD, Linda (ed.). **Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora**. Cambridge: Cambridge University, 2002.

¹⁰³ TERBORG-PENN, Rosalyn. "Slavery and Women in Africa and the Diaspora". In: TERBORG-PENN, Rosalyn & RUSHING, Andrea B. (org.). **Women in Africa and the African Diaspora**, op. cit., p. 223.

¹⁰⁴ ROBERTSON, Claire & ROBINSON, Marsha. "Re-modeling Slavery as if Women Mattered. In CAMPBELL, Gwyn; MIERS, Suzanne & MILLER, Joseph (Eds). **Women and Slavery**. Volume Two. The Modern Atlantic. Athens: Ohio University Press, 2008, p. 264-265; TERBORG-PENN, Rosalyn. "Slavery and Women in Africa and the Diaspora", op. cit., p. 224; BROADHEAD, Susan. "Slave Wives,

das mulheres africanas escravizadas nas sociedades escravistas das Américas, nas sociedades africanas de linhagem dificilmente duas gerações de escravos eram mantidas, sendo comum as crianças serem libertas pela lei costumeira¹⁰⁵.

Além das centro-africanas e das africanas orientais, falantes de línguas bantu, um contingente de mulheres originárias da África ocidental, de maioria iorubá, foram escravizadas na cidade. Embora menos de 2% dos africanos desembarcados no Rio de Janeiro proviessem diretamente da Costa da Mina, na África ocidental, a porcentagem mais alta dos residentes na cidade, entre 6 e 7% em alguns períodos, refletiu o tráfico interno de escravizados entre Bahia e Rio de Janeiro, especialmente depois da Revolta dos Malês, em 1835¹⁰⁶. Estudos têm discutido as relações entre etnicidade, gênero, mobilidade social e mercado de trabalho urbano, demonstrando que o comércio de rua foi amplamente desempenhado por mulheres africanas de nação Mina. Em grande parte iorubás embarcadas desde a baía de Benin, à época conhecida como Costa da Mina – englobando pessoas oriundas de diversos reinos, vilas e grupos étnicos da região a sudeste da atual Nigéria –, muitas delas viveram a escravização e a venda a partir da Bahia¹⁰⁷.

O cotidiano das quitandeiras escravizadas envolvia armar bancas no largo da Sé, ou no mercado da Candelária, na beira da baía da Guanabara, vendendo frutas, aves, ovos, peixes e verduras. Outras venciam a cidade a pé, apregoando flores, doces, comida pronta, tecidos, artigos de armarinho, ervas de poderes mágicos e abortivos e uma infinidade de outros produtos vendidos a varejo, carregados em cestos, bandejas de madeira ou caixas que levavam à cabeça¹⁰⁸. Em pontos fixos ou em trânsito, as escravas vendedoras disputaram com outras cativas e com as forras os frutos de seu comércio. Valores diários eram estipulados pelos senhores, sendo que elas acumulavam os excedentes para si, gerando poupanças. Agregando aptidões mercantis e tradições culturais de seus grupos de origem às possibilidades de comércio oferecidas na cidade, muitas conseguiram conquistar a liberdade e amealhar fortunas em joias e imóveis, escravizando, também, mulheres africanas. Para Juliana Farias, a associação difundida na cidade entre africanas

Free Sisters: Bakongo Women and Slavery”. In ROBERTSON, Claire & KLEIN, Martin (Ed.). **Women and Slavery in Africa**. Madison, London: University of Wisconsin press, 1983.

¹⁰⁵ ROBERTSON, Claire & KLEIN, Martin. “Women’s Importance in African Slave Systems”, **op. cit.**, p. 14.

¹⁰⁶ KARASCH, A **vida dos escravos...**, op. cit., p. 63-66, 50.

¹⁰⁷ FARIAS, Juliana. **Mercados Minas...**, op. cit., p. 145-146

¹⁰⁸ FARIAS, Juliana B. **Mercados Minas**, op.cit; GOMES, Flávio et. al. **No labirinto das nações- Africanos e identidades no Rio de Janeiro**, op. cit.; SOARES, Carlos E. & GOMES, Flávio S. “Dizem as Quitandeiras...”: Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. **Revista do Arquivo Nacional**, v.15, n.2, 2002.

minas e a venda de gêneros alimentícios relacionava-se menos à “reprodução” de tradições culturais de suas sociedades de origem, nas quais as mulheres atuavam no pequeno comércio e também nas redes de mercados que se estendiam desde as pequenas aldeias até as grandes cidades, mas sim a formas de identificação que seriam constantemente reconstruídas na experiência da diáspora¹⁰⁹.

Assim, o contexto urbano do Rio de Janeiro, na primeira metade do século, e sua economia monetarizada abriram maiores oportunidades para a negociação da compra da liberdade com seus senhores, o que proporcionou uma importante população de forras na cidade.¹¹⁰ Esta camada social de libertas originárias da Costa da Mina despontou liderando espaços da cultura urbana conhecidos como zungus, ou casas de angu, concentrados na freguesia de Sacramento, envolvendo moradia coletiva, fornecimento de alimentação, práticas religiosas e de cura, constituindo, como veremos, redes de apoio fundamentais para africanas e crioulas escravizadas que foram mães na cidade¹¹¹.

A diversidade étnica e cultural atravessava também a classe de suas proprietárias e proprietários que detiveram direitos sobre seu trabalho, seus ganhos e sobre suas filhas e filhos, formalmente até 1871. Nas décadas de 1830 e 1840, os grandes desembarques de africanos e o preço relativamente baixo dos cativos favoreceram a disseminação da posse de escravizados, que se tornou um fenômeno generalizado na cidade. Mulheres africanas e crioulas viveram suas gestações, seus partos e foram mães trabalhando sob o domínio e as demandas de uma classe senhorial bastante diversa quanto aos arranjos familiares e aos padrões de riqueza. Assim, homens e mulheres de maioria branca, europeus e descendentes, solteiros ou com filhos – entre altos e baixos funcionários públicos, comerciantes ingleses, modistas e parteiras francesas, brasileiras viúvas

¹⁰⁹ FARIA, Sheila de Castro. “Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII-1850)”, In: SOARES, Mariza C. (org.) **Rotas atlânticas da diáspora africana**, op. cit., p.101-134; GOMES, Flávio dos S.; FARIAS, Juliana B.; SOARES, Carlos E. L. **No labirinto das nações**, op. cit., p. 212. Entre as africanas de nação Calabar, mulheres em grande parte do grupo igbo, embarcadas na Baía de Biafra, sudoeste da Nigéria, foi igualmente marcante o protagonismo em grande parte da produção agrícola e das atividades comerciais. Elas desempenhavam uma liderança política própria, realizando reuniões frequentes nas praças de suas aldeias, onde tomavam decisões sobre o comércio local. ALLEN, Judith. “Sitting on a Man: Colonialism and the Lost Political Institutions of Igbo Women”. **Canadian Journal of African Studies**, VI, n.2, 1972, p.165.

¹¹⁰ A autocompra não era uma transação simples para homens e mulheres escravizados: além dos longos anos de trabalho, o dinheiro poupado poderia ser confiscado pelos senhores ou por terceiros, sendo que, até 1871, a alforria, mesmo quando paga pelo cativo, poderia ser revogada pelos senhores. FRANK, Zephyr L. **Dutra's World: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro**, Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004, p. 18.

¹¹¹ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Zungu: rumor de muitas vozes**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998; ARAUJO, Carlos Eduardo [et.al] **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006, p. 83-103.

empobrecidas, taberneiras, artesãos portugueses, médicos, juízes e membros da família imperial – foram seus escravizadores, e mesmo uma elite negra entre africanas e africanos libertos ocupados no comércio de gêneros e aluguel de imóveis tornaram-se pequenos escravistas¹¹².

Africanas e crioulas trabalharam nas residências das famílias das camadas mais ricas – nas chácaras dos arrabaldes da cidade, como Laranjeiras, Catete e Botafogo, para onde a cidade se expandia já em 1830 –, desempenhando uma diversidade de ofícios no interior das casas e nas imediações urbanas, ou como roceiras em freguesias suburbanas como Inhaúma. Na primeira metade do século XIX, homens e mulheres escravizados constituíam os alicerces da sobrevivência, da mobilidade social e da riqueza sobretudo para os setores médios e remediados¹¹³. A maioria dentre os escravistas da cidade era de pequenos proprietários de 1 a 10 cativos que constituíam a principal senão a única fonte de renda baseada exclusivamente nos salários obtidos do ganho de rua e da exploração do aluguel a terceiros¹¹⁴. Foi comum nas casas das famílias ricas, sediadas em chácaras nos arredores, conviverem até mais de 20 a 30 homens e mulheres cativos responsáveis por inúmeros trabalhos especializados, muitos deles colocados ao aluguel e ao ganho para aumentarem os rendimentos de seus donos¹¹⁵.

Nesse período, a despeito dos preços relativamente baixos dos cativos, não era fácil para senhores pobres e suas famílias acumularem dinheiro com a exploração do trabalho de poucos escravos para investir em novos. Assim, mulheres e homens empobrecidos poderiam ocupar uma ou duas escravas ao ganho, como ainda requisitar a execução de todos os serviços da casa¹¹⁶. A dependência quanto aos rendimentos oriundos do trabalho de poucas cativas fez com que duas senhoras pobres recorressem desesperadamente à Câmara Municipal em 1842, na ocasião da prisão de suas

¹¹² FRANK, Z. **Dutra's World**: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro, op. cit., p. 38-45; SOARES, Luiz. **O "Povo de Cam"**, op. cit., p.72.

¹¹³ AMARAL, Rodrigo de Aguiar. **Nos Limites da Escravidão Urbana**: A vida dos pequenos senhores de escravos na urbes do Rio de Janeiro, c.1800-c.1860. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006; SANTOS, Ynaê Lopes. **Além da Senzala**. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1800-1850). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p.144-146.

¹¹⁴ SOARES, Luiz, op. cit., p. 26-30, 363; FRANK, **Dutra's World**, op. cit., p.17- 21.

¹¹⁵ Historiadores documentaram a existência excepcional das grandes fortunas urbanas, envolvendo famílias escravistas que fizeram riqueza a partir dos lucros obtidos com o tráfico e com o aluguel e o ganho de cativos. Ynaê Lopes documentou o caso de Vicente da Silva Porto, falecido em 1865. Em seu inventário, além de bens de raiz, ações em bancos e em companhias de seguro, foram discriminados 254 escravizados, 1/3 de toda sua riqueza, 230 deles colocados ao ganho, a maioria de nação Mina. Para os serviços domésticos, eram designadas cinco mucamas, uma lavadeira, além de cocheiros, pajens, constando a existência de poucas crianças pequenas. SANTOS, Ynaê Lopes. **Além da Senzala**, op. cit., p. 144-146.

¹¹⁶ SOARES, Luiz. **O 'povo de Cam'...**op. cit., p.107-108; KARASCH, **A vida dos escravos...**, p. 87.

escravizadas que desrespeitaram as posturas municipais. Uma delas desempenhava os serviços de rua envolvendo dejetos domésticos, que eram despejados em local proibido. Nos ofícios, as senhoras acentuaram sua condição de pobres, e uma delas enfatizava ser casada e “carregada de filhos”, tendo o marido ausente¹¹⁷.

O padrão de riqueza senhorial incidiu no cotidiano de maior ou menor reclusão e convívio com os senhores, envolvendo diferentes rotinas que impactaram a autonomia sexual e afetiva das mulheres e suas vivências quando grávidas e mães de bebês e crianças. A divisão do trabalho por gênero delegou a meninas e mulheres cativas funções especializadas como costureiras, mucamas e amas de leite que, nas casas mais abastadas, implicaram num cotidiano de maior reclusão e vigilância. Segundo Sandra Graham, senhores distinguiram entre aquelas cativas que serviriam apenas “portas adentro”, espaços que seriam “protegidos” do mundo da rua e de suas ameaças, em contraste com aquelas que exerciam suas ocupações “portas fora”¹¹⁸, envolvendo idas esporádicas ou longas permanências nas imediações urbanas, como entre cozinheiras, quitandeiras e lavadeiras. No cotidiano, as fronteiras entre escravas domésticas e de ganho eram frequentemente rompidas, sobretudo quando as cativas desempenhavam sozinhas os trabalhos domésticos ligados à subsistência de seus donos, ganhando as ruas em tempo parcial para complementar os rendimentos senhoriais ou para acumular dinheiro para si.

A diversidade cultural e de padrões de riqueza da camada senhorial impactou não apenas as vivências cotidianas do trabalho, da gravidez e da maternidade para as cativas. Envolveu, também, a disputa entre os projetos senhoriais e a busca por autonomia das mulheres sobre as formas de assistência ao parto e sobre o destino de seus bebês, quando inseridas no aluguel como amas de leite. A primeira metade do século XIX assistiu à fundação, no Rio de Janeiro e em Salvador, das duas primeiras Faculdades de Medicina brasileiras que, como nos centros europeus, passaram a incorporar a obstetrícia dentre suas atribuições. A lenta ascensão dos médicos e da legitimidade de seus saberes entre os grupos mais elitizados da classe senhorial trouxe para a cena dos partos domiciliares das escravizadas, geralmente quando envolviam complicações, a intervenção dos médicos, mas também de parteiras brancas e letradas, muitas delas imigrantes francesas. As escravizadas foram também conduzidas por seus donos, nos últimos tempos da gravidez, aos espaços extradomiciliares que foram fundados ao longo do século, sobretudo em sua segunda metade, onde raramente as mulheres livres davam à luz: as clínicas privadas dos

¹¹⁷ SOARES, Luiz. *O ‘povo de Cam’*, op. cit., p.74.

¹¹⁸ GRAHAM, *Proteção e Obediência*, op. cit., p. 28-31.

médicos, bem como as “casas de maternidade”, de propriedade das parteiras estrangeiras¹¹⁹.

A partir de 1850, africanas e crioulas participaram das transformações relativas ao declínio gradual da escravidão urbana, depois do fim do tráfico africano para o Brasil, quando a viabilidade e a continuidade da escravidão passaram a depender da escravização de suas filhas e filhos crioulos. A Abolição do tráfico africano, provocando a elevação dos preços dos escravizados, conduziu muitos senhores à decisão de vender seus cativos para as áreas cafeeiras, optando por investimentos mais seguros, o que provocou também a concentração da posse de mulheres e homens entre os setores médios e os mais abastados¹²⁰. Entre 1850 e 1871, reduziu-se a população de africanas, e à metade o número de escravizadas, enquanto o número de portuguesas e açorianas dobrava¹²¹. Em 1872, foram recenseadas na cidade 24.053 mulheres escravizadas, de maioria crioula: 19.957 brasileiras e 4.096 africanas. Dentre as mulheres empregadas em trabalhos domésticos, 16.683 eram brasileiras livres, 14.184 escravizadas e 7.595 estrangeiras¹²².

Assim, sobretudo nas décadas finais do regime, foi comum que mulheres africanas, mas sobretudo crioulas, trabalhassem e convivessem lado a lado com homens e mulheres libertos, negros e brancos livres, brasileiros e europeus. O recenseamento de 1872, elaborado num momento em que ocorria redução do número de cativos da cidade, indicou a paulatina concentração das cativas e cativos nos serviços domésticos das casas senhoriais e locatárias. Quanto à especialização do trabalho feminino, nas décadas finais da escravidão, apenas senhores ou locatários de médias e altas posses, que fossem servidos por escravas e trabalhadoras livres, poderiam tentar confinar costureiras, engomadeiras, mucamas e amas de leite na domesticidade escravista. Em virtude do aumento progressivo do preço das cativas, depois do fim definitivo do tráfico africano, numerosas famílias recorreram às escravas alugadas, estabelecendo-se uma relação direta entre trabalho doméstico feminino e a prática do aluguel¹²³.

¹¹⁹ Sobre as parteiras diplomadas no Rio de Janeiro, ver MOTT, Maria Lucia. “Parteiras: o outro lado da profissão”. *Niterói*, v.6, n.1, p.117-140, 2. sem 2005; PIMENTA, Tânia e BARBOSA, Giselle. O ofício de parteira no Rio de Janeiro Imperial. *Revista de História Regional* 21(2), p. 485-510, 2016.

¹²⁰ SOARES, O “Povo de Cam”, op. cit., p. 77

¹²¹ ALENCASTRO, Luís. “Proletários e Escravos. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. *Novos Estudos* – CEBRAP, São Paulo, 1988.

¹²² Recenseamento da população do Município Neutro de 1872. Rio de Janeiro, 1872, p.12. Disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em janeiro de 2016.

¹²³ Segundo Flávia de Souza, a partir de 1870, as demandas relacionadas ao trabalho doméstico encontrados em anúncios de jornais chegaram a constituir 70% do total de anúncios ligados ao mundo do trabalho. SOUZA, Flávia. “Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial”. In:

A promulgação da Lei do Ventre Livre veio acelerar o processo de emancipação iniciado com o fim do tráfico africano conservando, no entanto, os interesses senhoriais sobre as mães escravas e sobre a força de trabalho de seus filhos, então chamados ingênuos: os senhores mantiveram o direito de tutela sobre as crianças ingênuas até os oito anos, quando eles poderiam escolher entre aproveitar seus serviços obrigatórios até os 21 anos ou receber uma indenização e encaminhar as crianças a instituições do Estado, o que foi raramente praticado¹²⁴. A lei de 1871 oficializou o direito costumeiro dos escravizados a disporem de bens e conquistarem a alforria pela autocompra mesmo sem anuência senhorial, criando um campo de oportunidades para a reclamação judicial por meio das ações de liberdade, o que veio amparar as pressões exercidas pelos cativos e desestabilizar a autoridade moral dos senhores¹²⁵. A lei constituiu um marco fundamental no reconhecimento do direito das escravizadas à maternidade, instituindo a proibição da separação de mães escravas e seus filhos menores de 12 anos. No entanto, a legislação retrocedeu ao revogar o estabelecido por lei, em 1869, que restringiu a comercialização em separado de maridos e mulheres escravas e seus filhos menores de 15 anos¹²⁶.

Porém, no mundo urbano, as vivências do parto e os destinos dos bebês ingênuos e de suas mães confrontaram-se com os interesses senhoriais, no que se tornou um vultoso mercado de aluguel de escravizadas como amas de leite, a partir da década de 1860. Frente à diminuição das escravizadas urbanas e do incremento da demanda de amas de leite e trabalhadoras domésticas de aluguel, mulheres jovens das províncias do Norte, Nordeste e Sul do país caíram nas malhas do tráfico interno rumo às casas de comissão e agenciadores do trabalho doméstico na Corte¹²⁷. Assim, mulheres jovens das outras províncias do país foram vendidas e separadas de suas famílias e comunidades das pequenas e médias propriedades agrícolas, e também das cidades. As cenas atrozes dos

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**, op. cit., p. 247-248.

¹²⁴ Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>. Acesso: julho de 2015.

¹²⁵ GRINBERG, Keila. **Liberata, a lei da ambiguidade**: as ações de liberdade na Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; CHALHOUB, **Visões da liberdade**, op. cit.

¹²⁶ CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos da escravidão no Brasil** (1850-1888). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p.107.

¹²⁷ Estima-se que, com o fim do tráfico africano, entre 1851 e o início da década de 1880, cerca de duzentos mil escravizados foram forçados a migrar para as lavouras cafeeiras do Sudeste brasileiro, e também para a cidade do Rio de Janeiro. SLENES, Robert W. "The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market". In: JOHNSON, Walter (coord). **The chattel principles**: internal slave trades in the Americas, 1808-1888. New Haven: Yale University Press, 2005, p. 325-371.

navios do tráfico africano foram substituídas pelas caravanas de homens, mulheres e crianças a céu aberto, que cruzavam o país a pé, famintos e enfermos, sob o jugo dos traficantes, em direção às fazendas do Sudeste e às agências de comissão no Rio de Janeiro¹²⁸.

O incremento populacional entre os livres e o aumento da demanda por serviços domésticos criaram oportunidades para traficantes e donos das agências de comissão e consignação envolvendo a venda e o aluguel de escravizados, que passaram a agenciar, a partir de 1870, homens e mulheres cativos, muitos vindos sobretudo do Nordeste do país, além de mulheres livres, libertas, brasileiras e estrangeiras empobrecidas na Corte¹²⁹. Assim, durante as décadas de 1870 e 1880, um mercado intenso de aluguel de mulheres escravizadas para serviços domésticos e como amas de leite gerou uma economia de intermediários, sendo comum que um senhor, que não desejasse ter o trabalho de anunciar nos jornais e negociar diretamente com locatários, confiasse cativas às agências.

Assim, esta tese se debruça sobre as vivências das africanas e crioulas, nas diferentes conjunturas da cidade ao longo do século XIX, com relação à sexualidade, à gravidez, aos partos, às práticas de amamentação e à criação de bebês e crianças pequenas, escravas e ingênuas, e suas relações com as políticas senhoriais envolvendo demandas e mercado de trabalho urbano. Reconstituímos as visões de mundo, os projetos, estratégias e sociabilidades mobilizadas pelas mulheres africanas e crioulas para se esquivarem e enfrentarem as dificuldades e restrições que a escravidão, em cada contexto, impôs ao cotidiano da gestação e do parto, e ao cuidado e sobrevivência de seus bebês e crianças. Recuperamos as vivências destas mulheres africanas e crioulas, integrando-as ao mundo social dos livres, cativos e libertos, em laços de parentesco e amizade urdidos entre membros de suas nações, seus parentes consanguíneos, os pais de seus filhos, nos laços tecidos entre comadres na informalidade do dia a dia e nas cerimônias de batismo, que constituíram redes de amparo fundamentais para mulheres que viveram suas gestações, seus partos e as possibilidades de amamentarem e conviverem com suas crianças em embates permanentes com seus senhores e seus interesses.

¹²⁸ CONRAD, *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, op. cit., p. 63-70. Sobre mulheres da Paraíba do Norte inseridas no tráfico interno, conferir DOURADO, Larissa B. *Mulheres Cativas na Província da Paraíba do Norte: Tráfico Interno e Conquista da Liberdade (1850-1888)*, op. cit.

¹²⁹ Segundo Mary Karasch, enquanto as casas de comissão atuavam com compra, venda e aluguel de escravizados, mas também de mercadorias e fornecimento de crédito, as casas de consignação possuíam um raio de atuação mais modesto, atuando apenas com o comércio de mulheres e homens cativos. Sobre casas de comissão e consignação na primeira metade do século XIX, ver KARASCH, Mary, *op. cit.*, p. 85; Sobre as casas de comissão na segunda metade do século XIX, ver SOARES, Luiz, *op. cit.*, p. 56-57.

Fontes e abordagens

Pesquisas baseadas em assentos de batismo e inventários *post mortem* facultaram conhecer, em diferentes cenários, a frequência de nascimentos dos bebês registrados com vida e a formação de laços familiares e de parentesco envolvendo comunidades escravas, mulheres africanas e descendentes cativas e suas filhas e filhos crioulos de diferentes idades. No entanto, estas fontes não permitem adentrar as dimensões das vidas de mulheres que, no período de sua juventude e da vida adulta, viveram gestações, abortos e deram à luz seus filhos na cidade, confrontadas às demandas de trabalho, à ganância senhorial em explorá-las como amas de leite e ao relativo interesse de suas donas e donos com respeito a seus bebês e crianças pequenas, cativos, libertos e ingênuos, nas diferentes conjunturas do século XIX.

Apresentamos, nesta tese, uma abordagem da maternidade que pudesse integrar a historicidade das experiências socialmente vividas da sexualidade, das gestações, dos partos e da amamentação e criação de seus bebês e crianças pequenas, situando-as nos corpos e nas trajetórias de vida de meninas, jovens e mulheres africanas e crioulas adultas, pressionadas pelos interesses escravistas sobre seu trabalho, seu leite e seus filhos escravizados, libertos e ingênuos, nas diferentes conjunturas do século XIX. Buscamos as nuances das comunalidades e singularidades das experiências da maternidade para jovens africanas e crioulas que viveram a gestação e o nascimento do primeiro de seus bebês, ou mulheres adultas e mais velhas com seus filhos caçulas, escravizados e ingênuos, no período de suas vidas de maior valorização de seu trabalho.

Num esforço em documentar esses aspectos frequentemente obscurecidos das vidas de mulheres africanas e crioulas do nosso passado, nos valem de uma ampla gama de fontes: encontramos indícios de suas vidas nas vozes e penas dos médicos, de seus donos em anúncios comerciais e de fuga, de escrivães de polícia, de viajantes europeus, nas narrativas ficcionais, nos assentos de batismo, em aquarelas e pinturas que registraram sombras de sua existência. Com o objetivo de adentrar as práticas de trabalho envolvendo mulheres escravizadas durante suas gestações, a pesquisa nos jornais diários que circularam na cidade do Rio de Janeiro no período foi fundamental. A metodologia de busca digital por palavra-chave mostrou-se útil para os propósitos da pesquisa, ao permitir a localização dos termos em diferentes suportes da imprensa do período, frutificando num conjunto documental extremamente rico e variado.

Reunimos anúncios de fuga, venda, compra e aluguel de mulheres grávidas e amas de leite, com a presença ou não de filhos, textos e casos clínicos de autoria de médicos envolvendo partos de mulheres escravizadas, anúncios de parteiras que ofereciam seus serviços nas chamadas casas de maternidade, folhetins, além de crônica policial envolvendo assassinatos, torturas, infanticídios e suicídios envolvendo mães cativas e gestantes¹³⁰.

Tabela 1. Africanas e crioulas escravizadas: gestantes e filha/os nos jornais (1830-1888)

Tipo textual/ tema		Nº de ocorrências
Anúncios de mulheres grávidas	Fuga sós/ com filha/os	132
	Venda sós/ com filha/os *	86
	Compra/troca	16
	Aluguel **	10
Ocorrências policiais envolvendo cativas grávidas		33
Total		277

* 2 ocorrências de venda em leilão

** 2 ocorrências como venda ou aluguel

Fontes: Correio do Rio de Janeiro, A Verdade, O Correio da Tarde, Correio do Brasil, Correio Mercantil, O Corsário, O Despertador, Diário do Brasil, Diário do Rio de Janeiro, Echo Popular, Gazeta da Tarde, Gazeta de Notícias, O Globo, O Grito Nacional, Jornal da Tarde, Jornal do Commercio, Jornal do Povo, O Mercantil, O Paiz.

O levantamento de anúncios comerciais permitiu captar as condições de vida e de trabalho das escravizadas durante a gravidez e após o parto, bem como as possibilidades de manutenção ou quebra de vínculos familiares pela venda, envolvendo mulheres grávidas, bebês e crianças pequenas, ao longo do século¹³¹. Reunimos e tabelamos em uma base de dados 132 anúncios de fuga envolvendo africanas e crioulas gestantes, de onde captamos as rotinas do trabalho urbano, os laços afetivos com os pais dos filhos e

¹³⁰ As palavras-chave consultadas nos jornais diários para todos os períodos, entre 1830 a 1888, foram: grávida, gravidez, pejada, prenhe, prenhez, comadre, parto, parteira, parturiente. Pesquisamos também, de maneira não extensiva e selecionando algumas ocorrências por décadas, os termos ama de leite, crioulinha/o, pretinha/o, pardinha/o, ingênua/o. Consultamos os seguintes periódicos: *A Verdade, Correio Mercantil, Correio da Tarde, Correio do Brasil, Gazeta de Notícias, Diário do Rio de Janeiro, Gazeta dos Tribunaes, O Corsário, O Despertador, Echo Popular, Gazeta da Tarde, Gazeta de Notícias, O Fluminense, O Globo, Jornal da Tarde, Jornal do Comércio, Jornal do Povo, O Mercantil, O Paiz, O Sete de Abril*. Citaremos como referência, ao longo da tese, as datas das edições e os títulos dos jornais, todos eles consultados no acervo digital da Hemeroteca. Atualizamos a ortografia e mantivemos a pontuação original em todas as citações de documentos.

¹³¹ Os jornais diários tornaram-se, desde o desenvolvimento da imprensa em meados do século XIX, o principal meio para as transações diretas entre senhores, compradores e locatários envolvendo escravizados, apesar da proliferação de casas de aluguel, venda e leilão no período posterior à desativação do mercado do Valongo, em 1831. SOARES, O “Povo de Cam”, op. cit., p. 28-29, 46.

as relações de parentesco e amizade que as ampararam em seus projetos e em suas fugas. Escapadas temporárias para divertimentos, práticas religiosas, visitas a parentes ou encontros amorosos, as fugas expressaram também as aspirações das mulheres escravizadas em distanciarem-se do domínio de seus senhores e, assim, realizarem seus projetos envolvendo a maternidade¹³². Pesquisamos edições do jornal *A Mãe de Família*, fundado pelo médico Carlos Costa que divulgou, nas décadas de 1870 e 1880, discursos cientificistas e modernizadores voltados ao público feminino das classes médias e das elites urbanas, de onde pudemos captar práticas de escravizadas como amas de leite e parteiras¹³³. Localizamos e transcrevemos casos clínicos e debates científicos publicados por médicos na sessão intitulada “Clínica de partos” do jornal diário *Correio Mercantil*. Uma vez que esta pesquisa não tem como foco a história da imprensa, interessando-se pelos temas atinentes à maternidade, o levantamento foi realizado tão somente a partir de palavras-chave.

Tabela 2. Partos das escravizadas nos jornais (1830-1888)

Tipo textual/ tema	Nº de ocorrências
Crônicas sobre parto/práticas das parteiras	15
Casos clínicos envolvendo partos de escravas	6
Textos médicos sobre parteiras/partos	5
Casas de maternidade e anúncios de parteiras que atendem escravas	11
	37

Fontes: *Correio Mercantil*, *A Mãe de família*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Gazeta da Tarde*, *Jornal das Famílias*, *Jornal do Commercio*, *O Pharol*, *O Sete de Abril*, *Revista Brasileira*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*, *O Carbonario*.

¹³² Estudos acerca da escravidão urbana no Rio de Janeiro têm destacado o menor número de anúncios de fugas de mulheres escravas, o que talvez respondesse a uma subnotificação dos senhores que anunciariam menos as fugas das cativas, indícios de estratégias bem-sucedidas das mulheres em empregarem-se e permanecerem ocultas. ARAUJO, Carlos Eduardo et al. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006, p. 26; GOMES, Flávio S. & SOARES, Carlos E.L. Em busca de um “risonho futuro”: sedução, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (século XIX). *Locus*, op. cit. Para outras abordagens historiográficas sobre os anúncios de fuga, conferir: SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros no século XIX**. São Paulo/ Recife: Editora Nacional/ Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

¹³³ Segundo Karoline Carula, um número significativo dos colaboradores do jornal *A Mãe de Família* era constituído de médicos. Em seus escritos, divulgaram ideias acerca da maternidade segundo os moldes burgueses, da alimentação infantil e das amas de leite. CARULA, Karoline. “Alimentação na Primeira Infância: médicos, imprensa e aleitamento no fim do século XIX. In: SANGULAR, Gisele (org.) **Amamentação e políticas para a infância no Brasil**: a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016; ____ “A Educação Feminina em *A Mãe de Família*”. In CARULA, Karoline; ENGEL, Magali; CORREA, Maria Leticia (orgs.). **Os intelectuais e a nação**: educação, saúde e construção de um Brasil Moderno. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

O conjunto documental coligido reuniu um número considerável de fontes produzidas pela medicina do período, constituídas de teses de conclusão de curso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, casos clínicos publicados em periódicos especializados, manuais de medicina popular dedicados aos temas da gravidez, do parto, da amamentação e da higiene infantil. Desde a reforma do ensino médico de 1832, que incorporava os padrões de conhecimento e de formação acadêmica vigentes nas Universidades europeias, sobretudo na França, a escrita e a defesa das teses constituíram o último requisito para a conclusão, ao final de 6 anos, do curso de medicina das faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia¹³⁴. A higiene da mulher, a higiene infantil e a amamentação constituem os principais temas sobre os quais dissertaram os estudantes em medicina, ao longo do século XIX¹³⁵.

No contexto das constantes epidemias de cólera e febre amarela que atingiram as cidades brasileiras, das altas taxas de mortalidade infantil somadas aos anseios de modernização calcados nos modelos europeus de família burguesa e de civilização, emergiu no Brasil, sobretudo na segunda metade do século XIX, uma volumosa literatura médica a respeito da maternidade e da amamentação. Amplamente inspirada no debate europeu acerca dos perigos do aleitamento por amas de leite, a questão foi examinada, especialmente no Rio de Janeiro, em razão das particularidades das práticas escravistas relativas à amamentação e ao cuidado das crianças livres abastadas.

Para os médicos, o comércio urbano de africanas e crioulas escravizadas, bem como seus corpos, seu leite e suas práticas, constituíram entraves aos projetos modernizadores inspirados nos modelos europeus de família nuclear. A ampla maioria

¹³⁴ Em 1832, a Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro e de Salvador, criadas em 1813, eram transformadas em Faculdades de Medicina, que passaram a expedir o diploma de médico, e não mais o de cirurgião, especialidade que seria contemplada pelo curso das faculdades. Como ressaltou Tânia Pimenta, até meados da década de 1830, os médicos diplomados que atuavam no Rio de Janeiro haviam se formado em universidades europeias, trazendo consigo e para as recém-fundadas faculdades as influências do racionalismo ilustrado segundo o qual a teoria e a prática médicas, bem como seu ensino, deveriam ser orientadas pela razão e pelos experimentos científicos. PIMENTA, Tânia Salgado. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro** (1828- 1855). Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003, p. 25.

¹³⁵ As teses concluídas nas Faculdades de Medicina dissertaram a respeito de uma extraordinária variedade de temas, como aleitamento, alimentação, casamento, prostituição, higiene pública, doenças epidêmicas, higiene das mulheres grávidas, alcoolismo, tabagismo, masturbação, dentre outros. Os temas das teses eram geralmente selecionados pelos professores na entrada do ano letivo. Muitas variáveis concorriam para a escolha dos tópicos e a determinação do aumento do número de teses sobre um dado assunto em diferentes períodos. A opção por determinado tema por parte dos professores da faculdade poderia refletir, por exemplo, os impactos de uma obra inédita recém-chegada da Europa, a eclosão de epidemias, questões relacionadas ao fim do tráfico africano, à escravidão, à mortalidade das crianças, etc. Ver ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

das teses é de autoria de estudantes de último ano, aos quais nos referiremos também como doutorandos, homens predominantemente brancos e jovens, oriundos das aristocracias rurais escravistas ou segmentos médios urbanos concentrados no comércio e no serviço público¹³⁶. Além das teses de conclusão de curso, constam, também, aquelas destinadas à revalidação de diplomas de médicos estrangeiros, ou textos elaborados como requisito para ingresso como professor catedrático da faculdade. Alguns doutorandos admitiram abertamente a falta de prática e a base literária das teses, sendo que, nas décadas finais do século, os trabalhos demonstraram o resultado de extensa pesquisa bibliográfica e de observações em hospitais e casas de saúde¹³⁷. Assim, as teses de medicina representam o que havia de mais oficial no pensamento médico, cujo conteúdo expressaria a reprodução do que era aceito e lecionado na própria faculdade.

Reunimos um conjunto de 85 teses defendidas predominantemente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo que 10 delas foram concluídas na Faculdade de Medicina da Bahia, em sua grande maioria referentes aos temas da gravidez, do parto, da amamentação e da higiene infantil, e algumas acerca da higiene dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia e da higiene dos escravos, distribuídas por décadas na tabela abaixo:

Tabela 3. Temas das teses de medicina por década (1830-1888)

Temas/ década	1830	1840	1850	1860	1870	1880	Total
Aleitamento / higiene infantil	3	8	2	9	17	14	53
Gravidez, parto e puerpério	-	8	3	3	6	2	22
Higiene das classes pobres e dos escravos	-	2	3	1	-	-	6
Higiene dos Expostos da Santa Casa	-	-	3	-	-	1	4
	3	18	11	13	23	17	85

Fontes: Fundação Biblioteca Nacional e Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ

Assim, a despeito do caráter ideológico de seus discursos, as teses permitem a reconstituição, a partir das entrelinhas dos textos, das práticas e experiências concretas das africanas e crioulas que engravidaram, deram à luz e amamentaram seus bebês e

¹³⁶ A respeito das profissões imperiais exercidas por homens das camadas médias e das elites, ver COELHO, Edmundo C. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930). Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹³⁷ Sobre as Casas de Saúde, como eram chamadas as clínicas privadas onde médicos, professores e formados pela faculdade ofereciam tratamentos a diversas doenças, incluindo o atendimento ginecológico e a assistência aos partos, ver ARAÚJO, Achilles. **A assistência médica hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX**. Ministério da Educação e Cultura Conselho Federal da Cultura, Rio de Janeiro, 1982.

aqueles das famílias senhoriais e locatárias sob coerção, na cidade do Rio de Janeiro nas diferentes conjunturas do século XIX. A imprensa médica, constituída por revistas e periódicos especializados, assumiu um papel estratégico no esforço de profissionalização e afirmação social dos médicos, ao longo do século XIX¹³⁸. Além dos debates acerca do uso e da eficácia de terapêuticas, de discussões sobre epidemias reinantes e da divulgação da produção científica internacional, figuraram nas páginas das revistas e anais da Academia de Medicina as observações dos médicos acerca de casos considerados singulares. Médicos forjaram seus saberes a partir dos casos clínicos, narrativas que representavam as práticas da clínica e da cirurgia, segundo as regras de cientificidade e dos protocolos adotados pela medicina higienista e anatomoclínica então vigentes na Europa¹³⁹.

O interesse por essa documentação reside na rica descrição de casos clínicos envolvendo práticas abortivas, problemas ginecológicos e partos das escravizadas, nos domicílios senhoriais e nas Casas de Saúde. Homens e mulheres proprietários, entre ricos, remediados e os setores médios urbanos, procuraram pela assistência de cirurgiões e médicos como último recurso frente a complicações no parto e problemas durante a gravidez das cativas¹⁴⁰. Os casos clínicos, ao evocarem indiretamente as falas e as práticas das escravizadas e das parteiras, constituem uma janela para ingressar no universo dos usos e saberes populares femininos relativos à gravidez, ao parto e à amamentação, ao longo do século XIX, quando se iniciava e avançava a organização dos médicos em torno das faculdades, das agremiações, das clínicas privadas e dos hospitais¹⁴¹.

¹³⁸ A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, fundada em 1829, renomeada e reorganizada em 1835 como Academia Imperial de Medicina, foram as principais corporações médicas brasileiras ao longo do século XIX, tendo organizado as principais publicações periódicas entre 1831 e 1885. Sobre o papel da imprensa médica como meio de afirmação e popularização dos saberes científicos no processo de institucionalização da medicina no Brasil ao longo do século XIX, ver FERREIRA, Luiz Otávio. “Medicina impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)”. In: CHALHOUB, Sidney et al. (orgs.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2003.

¹³⁹ Sobre a participação dos escravizados na construção dos saberes científicos enquanto objeto das práticas dos médicos que atuavam sobretudo nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia LIMA, Silvio C. S. **O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

¹⁴⁰ Sobre o desenvolvimento dos saberes médicos em ginecologia e obstetrícia, os interesses das classes escravistas e a intervenção de suas práticas sobre as mulheres escravizadas na cidade do Rio de Janeiro, ver TELLES, Lorena. “Pregnant slaves, workers in labour: amid doctors and masters in a slave-owning city (nineteenth century Rio de Janeiro)”. **Journal of Women’s History**, (Revista online), n. 30, vol. 1, winter/2018.

¹⁴¹ A consulta foi realizada a partir da base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, frutificando num conjunto de 16 jornais que foram editados na cidade do Rio de Janeiro, e um deles na cidade de Salvador. A busca na base de dados foi realizada a partir do título e do período de circulação de jornais e revistas, por década, entre o ano de 1830 e 1888, a partir das seguintes palavras-chave, que permitiram localizar diretamente os casos clínicos envolvendo escravizadas: aleitamento, ama de leite,

Pesquisamos registros referentes à entrada e saída de parturientes da Maternidade Municipal Santa Izabel, que entrou em funcionamento em 1881, e que recebeu em seus leitos mulheres crioulas escravizadas. Transcrevemos as informações disponíveis sobre os partos de 29 cativas dentre as 47 mulheres atendidas na maternidade entre abril e dezembro de 1881, como o número de filhos, se fora parto natural ou artificial – com alguma manobra ou versão, ou uso de fórceps –, além de casos de mortes no período puerperal. Assim, a partir dos periódicos médicos e dos registros da Maternidade Municipal pudemos mapear as particularidades das experiências de dar à luz para mulheres escravizadas africanas e descendentes no mundo urbano, envolvendo as práticas de médicos, de parteiras europeias, brasileiras brancas e negras, escravizadas e libertas, com atenção à questão da autonomia das escravizadas e das formas de intervenção médica e senhorial sobre os nascimentos e os destinos dos bebês, nas diferentes conjunturas oitocentistas.

Conjunto de fontes não aproveitado pela historiografia envolvendo as mulheres escravizadas, os tratados de obstetrícia e os manuais de higiene da mulher grávida e de higiene infantil constituem registros de grande valor para o mapeamento das práticas acerca da gravidez, dos partos, da amamentação entre as mulheres africanas e crioulas no mundo urbano. Já os manuais de medicina popular, redigidos por médicos filiados à Academia Imperial de Medicina, destinaram-se a atender os habitantes das regiões rurais por onde se distribuía a maior parte da população brasileira, constituindo instrumento essencial para disseminar práticas e saberes aprovados pelas instituições médicas oficiais, no cotidiano daquela população¹⁴². Os manuais documentaram, geralmente na forma de verbetes, aspectos sobre as práticas da amamentação e dos partos, condições de puerpério das escravizadas e as enfermidades que acometiam bebês escravos, nos cenários urbanos e agrários.

Incluímos a pesquisa de manuais de fazendeiros que, a despeito de abordarem a realidade de mulheres escravizadas nas médias e grandes fazendas do Sudeste na primeira metade do século XIX, contribuíram para compreender, a partir de uma perspectiva comparativa, as especificidades das vivências da gravidez, do parto e do puerpério das escravizadas, no mundo urbano. Publicados a partir da década de 1830, os autores dos

amamentação, cativa, crioula, creoula, escrava, mercenária, mercenário, negra, parda, preta. Citaremos, ao longo da tese, os títulos, as edições e as páginas dos periódicos, todos eles consultados no acervo digital da Hemeroteca.

¹⁴² GUIMARÃES, Maria Regina C. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 2, p. 501-14, maio-ago, 2005, p. 502.

manuais desenvolveram planos de reformas para adequar a mentalidade senhorial em relação ao tratamento dispensado aos cativos a um novo contexto que estava sendo formado com a ilegalidade do tráfico, desde sua proibição oficial, em 1831, à extinção efetiva, com a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850¹⁴³. Assim, quando o futuro e a viabilidade da escravidão passaram a depender da capacidade reprodutiva das escravizadas e da sobrevivência de suas filhas e filhos crioulos, seus corpos e seus filhos foram trazidos para o centro das políticas natalistas através de recomendações abrangendo práticas de trabalho e descanso para gestantes, puérperas e nutrizes, segundo os princípios da higiene.

Mulheres brancas letradas, membros das elites proprietárias de numerosas escravizadas e descendentes das elites agrárias paulistas e fluminenses, que viveram as últimas décadas da escravidão, legaram em seus livros de memórias pessoais e familiares imagens vivas acerca do cotidiano e das práticas sociais dos anos finais do cativeiro no Brasil. Africanas e crioulas foram invocadas nas anotações das fazendeiras, num discurso de caráter ambíguo, oscilando entre uma pretensa generosidade paternalista e um autoritarismo impregnado de violência, enquanto personagens centrais para o modo de vida das elites no cotidiano das casas-grandes das fazendas de café em que viveram. As obras são fontes valiosas acerca dos partos e das políticas senhoriais relativas ao cuidado dos bebês e crianças escravizadas nos cenários das grandes fazendas da segunda metade do século XIX, que serão abordadas também a partir de uma perspectiva comparativa.

Os olhares das mulheres e homens viajantes – professoras, artistas, cientistas, médicos, naturalistas e nobres europeus – captaram a presença das mulheres africanas e crioulas escravizadas no mundo urbano, ao longo do século XIX, veiculando em seus escritos e aquarelas representações de mulheres negras escravizadas, africanas e crioulas, acerca do cotidiano envolvendo amamentação e criação de filhos nos domicílios senhoriais e nas imediações urbanas. Miriam Moreira Leite pontuou a necessidade de cuidados metodológicos referentes à análise dos escritos de viajantes. Ela ressaltou que o olhar estrangeiro torna-o “observador alerta e privilegiado” por distinguir-se da percepção dos habitantes locais, posto que o viajante não tem a vivência comum aos grupos sociais

¹⁴³ Os médicos e fazendeiros defenderam, em seus escritos, melhoramentos nas condições de vida dos escravos, destacando que os principais problemas que afetaram a saúde física e a alta mortalidade entre adultos e crianças decorriam em grande medida do tratamento dispensado pelos senhores, como má alimentação, condições de moradia e vestimenta inadequadas, excesso de trabalho e incúria no tratamento das enfermidades. Sobre os manuais de fazendeiros, conferir RODRIGUES, Kássia. **Das páginas ao corpo: escravidão e práticas de saúde em manuais de fazendeiros do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011; MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

visitados, de forma que situações cotidianas aparecem-lhe com maior nitidez, logrando penetrar nas relações sociais e em suas contradições naturalizadas para os habitantes nelas integrados¹⁴⁴. Porém, expressaram as visões de homens e mulheres estrangeiros, marcados por suas próprias experiências culturais como pelo etnocentrismo e por discriminações de raça, classe e gênero, também limitados aos grupos sociais com quem conviveram, geralmente membros das elites.

Coletamos os dados de 68 assentos de batismo de filhas e filhos de mulheres africanas e crioulas escravizadas, registrados na freguesia de Sacramento, na década de 1850, e analisamos uma base de dados contendo informações acerca dos batizados de 617 bebês ingênuos na freguesia de Santa Rita, e 761 bebês ingênuos na freguesia do Engenho Velho, nas décadas de 1870 e 1880, de onde pudemos captar as estratégias das mães africanas e crioulas no estabelecimento de laços de compadrio com os setores livres e escravizados, nos diferentes períodos do século¹⁴⁵. Também, complementamos a pesquisa com a literatura de naturalistas, viajantes e etnógrafos que documentaram práticas sociais envolvendo gravidez, partos, amamentação e rituais relacionados à maternidade para mulheres africanas em suas sociedades de origem, nos atuais países da Nigéria, Angola, Congo e Moçambique, entre meados do século XIX e a primeira década do século XX. Uma seleção de duas obras de literatura ficcional produzida na segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX – Memórias de um Sargento de Milícias, de Manuel Antonio de Almeida, e o conto Pai contra mãe, de Machado de Assis – foi incorporada à pesquisa. No romance, inicialmente publicado em formato de folhetim, Manuel Antonio de Almeida, em tom realista e de crítica dos costumes, distanciou-se dos modelos românticos que prevaleciam na literatura de ficção nos anos 1850. Já Machado de Assis, no conto publicado em Relíquias da Casa Velha, de 1906, legou representações acerca das práticas sociais envolvendo mulheres escravizadas, nos anos finais do cativeiro no Brasil¹⁴⁶.

Oito aquarelas produzidas por quatro artistas em sua maioria europeus, que representaram na primeira metade do século XIX mulheres negras, africanas e crioulas, e

¹⁴⁴ LEITE, Miriam M. **A condição feminina no Rio de Janeiro, Séc. XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo/Brasília: Hucitec/ Inst. Nac. do Livro/ Fundação Nac. Pró-Memória, 1984, p. 19.

¹⁴⁵ A base de dados dos assentos de batismo das freguesias de Santa Rita e Engenho Velho foi generosamente cedida pelo meu amigo, historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Flávio dos Santos Gomes.

¹⁴⁶ Historiadores destacaram os cuidados metodológicos e as limitações da utilização da literatura ficcional como fonte histórica. Dentre os estudos que enfocaram a literatura ficcional oitocentista como fonte para a história social da escravidão, cf. CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

suas crianças nas imediações urbanas, compõem nosso mosaico de fontes. Lilia Schwarcz salientou os cuidados necessários na abordagem da iconografia como fonte histórica: ao mesmo tempo em que é possível notar nos detalhes das obras as roupas, costumes e indícios de práticas sociais e culturais, seria incorreto tomar tais representações visuais como “ilustrações” ou mesmo retratos fiéis da realidade¹⁴⁷. As aquarelas e pinturas, realizadas por homens brancos, estrangeiros, de passagem pelo Brasil, publicadas em obras direcionadas ao mercado europeu, guardando concepções, técnicas e modelos artísticos de escolas europeias da primeira metade do século XIX, serão abordadas nesta tese numa perspectiva comparativa, através do cotejamento de seus indícios com aqueles de outras fontes¹⁴⁸.

Por fim, selecionamos duas fotografias realizadas em estúdios fotográficos, na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1860. Mulheres negras, africanas e crioulas escravizadas e libertas foram fotografadas pelo açoreano José Christiano Junior em seu estúdio no centro da cidade do Rio de Janeiro, em reproduções fotográficas que as representaram junto a suas crianças e instrumentos de trabalho, destinadas ao mercado europeu e a viajantes¹⁴⁹. Já o fotógrafo Théophile Auguste Stahl, nascido na Itália, de família francesa, estabeleceu-se na cidade do Rio de Janeiro em 1862. Em 1865, fotografou uma série de homens e mulheres negros, dentre eles africanas com suas crianças, por encomenda do naturalista suíço Louis Agassiz, expoente do racismo científico¹⁵⁰.

¹⁴⁷ SCHWARCZ, Lilia & GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 43.

¹⁴⁸ Selecionamos oito aquarelas que representaram paisagens e cenas da vida urbana envolvendo mulheres escravizadas, africanas e crioulas, junto a suas crianças. Duas delas são de autoria do artista francês Jean-Baptiste Debret, formado dentro da corrente da pintura neoclássica, que integrou a missão artística francesa que veio ao Brasil em 1816. Representou, além de acontecimentos políticos, atividades e costumes urbanos no Rio de Janeiro; escolhemos um desenho litografado, de autoria do artista prussiano Karl Wilhelm von Thersimin, nomeado cônsul da Prússia no Brasil, que se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro de 1818 a 1835; um desenho litografado publicado na década de 1850, de autoria do diplomata e artista inglês William Gore Ouseley, que viveu no Brasil na década de 1830, além de quatro imagens que representaram mulheres africanas com suas crianças, de autoria do aquarelista e pintor prussiano Eduard Hildebrandt, realizadas em 1844, período em que esteve no Rio de Janeiro. Cf. BERGER, Paulo, org. **Pinturas e pintores do Rio antigo**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1990; GULLAR, Ferreira et al. **150 anos de pintura no Brasil: 1820-1970**. Rio de Janeiro: Colorama, 1989; FERREZ, Gilberto. **The Brazil of Eduard Hildebrandt**. Impresso na República Democrática Alemã. Rio de Janeiro: Record, s/d.

¹⁴⁹ AZEVEDO, Paulo Cesar & LISSOVSKY, Maurício (orgs). **Escravos Brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.** São Paulo: Editora Ex Libris, 1988.

¹⁵⁰ Aguste Stahl fotografou, a pedido de Agassiz, dezenas de mulheres e homens africanos, indígenas e descendentes, muitos deles nus, na cidade do Rio de Janeiro e de Manaus, arranjados em suas poses a fim de representarem a veracidade de suas teorias, que consideravam a miscigenação o fator da “degeneração” das raças humanas. Cf. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. A ciência norte-americana visita a Amazônia: entre o criacionismo cristão e o poligenismo ‘degeracionista’. **Revista da USP**, São Paulo, n. 75, p. 68-75, setembro/novembro de 2007; _____ (T) **Races of Louis Agassiz: photography, body and**

Assim, a partir de uma leitura a contrapelo de documentos produzidos predominantemente por homens brancos, entre anúncios comerciais de autoria dos senhores, de obras escritas por europeus e médicos brasileiros, buscamos rastrear as mulheres negras, africanas e crioulas, as vozes silenciadas de seus lamentos e de seus projetos, de suas práticas e estratégias de resistência e das sociabilidades que puderam mobilizar para escapar das dificuldades e restrições que a escravidão impunha ao cotidiano da gestação, dos partos, da amamentação e do cuidado de seus bebês na cidade do Rio de Janeiro. Assim, ancorada na tradição da história social da escravidão que tem considerado o protagonismo e a perspectiva de homens e mulheres escravizados, esta tese propõe um exame aprofundado, a partir das possibilidades e limitações da documentação, acerca de um aspecto fundamental das vidas de mulheres africanas e descendentes escravizadas, envolvendo sexualidade, gravidez, partos, amamentação dos bebês brancos e dos seus. Refletimos sobre os conflitos envolvendo a maternidade para estas mulheres diante das demandas do trabalho urbano e o enfrentamento às malhas dos interesses escravistas que recaíram sobre elas e seus filhos escravos, libertos e ingênuos, no mundo social urbano, na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX e de suas transformações.

Capítulo 2. Africanas e crioulas grávidas na cidade

Referiu-nos que, chegando ao Brasil com a idade de 8 anos, foi recolhida a uma casa particular e somente aos 16 anos começou a ter relações sexuais; a menstruação, que apareceu-lhe pela primeira vez na idade de 15 anos, foi sempre muito regular. Teve 5 filhos, o primeiro aos 17 e o último aos 28 anos: nunca abortou e deu à luz sempre crianças a termo, sendo seus partos normais. Gozou sempre boa saúde e não acusa antecedentes sífilíticos¹⁵¹.

Estas foram algumas das respostas que Luiza teria oferecido às perguntas do médico Luiz da Cunha Feijó, à ocasião de sua internação em virtude de sangramentos uterinos, na clínica de partos e moléstias de mulheres, na Casa de Saúde de Nossa Senhora d'Ajuda, centro comercial do Rio de Janeiro. Luiza, aos 40 anos, era ocupada em serviços domésticos possivelmente para a mesma família que a escravizara, desde os oito anos. A africana sobreviveu, quando menina, às traumáticas experiências da travessia atlântica em 1844, em época de tráfico ilegal e de grandes desembarques no litoral do Rio de Janeiro, a despeito dos tratados antitráficos estabelecidos com os ingleses. Sua vida sexual teve início aos 16 anos. Entre 1853 e 1864, dos 17 aos 28 anos, ela concebeu, gestou e deu à luz cinco bebês, escravizados por seus donos. Quem era o pai de seus filhos? Como ela e outras africanas e crioulas viveram suas gestações em meio às demandas de trabalho e às tensões com suas donas e donos, nas conjunturas da cidade ao longo do século? Teria ela experienciado a venda e a mudança de senhores, durante suas gravidezes?

Frequentemente ausentes nas fontes históricas do período, meninas e mulheres, africanas e crioulas, que na pluralidade de suas experiências viveram a gravidez na cidade, ao longo do século XIX, nos anos de expansão da escravidão urbana, do período posterior ao fim do tráfico às décadas finais do regime, enfrentaram uma diversidade de desafios que remetem às contingências do cativeiro em suas especificidades urbanas. Iluminar esta dimensão da vida de mulheres escravizadas que conceberam e viveram suas gestações no Rio de Janeiro implica situá-las dentro dos contornos da escravidão urbana e de suas particularidades, envolvendo sexualidade, trabalho, arranjos de moradia e convívio na domesticidade escravista e fora dela.

Investigamos, neste capítulo, as relações entre as demandas de trabalho e as políticas senhoriais, e suas conexões com as formas de resistência mobilizadas pelas mulheres africanas e crioulas, quando o convívio próximo com seus senhores, seus

¹⁵¹ *O Progresso Médico*. Ano 1, Vol. 1, 1ª edição, 1876, p. 441-442.

projetos e suas práticas desafiavam a autonomia sexual, o bem-estar físico, os laços familiares e afetivos para aquelas que viveram a gravidez em condições adversas. Com base em anúncios comerciais e de fuga, em crônicas publicadas pela imprensa diária, em obras ficcionais e de viagens, além de manuais de medicina e casos clínicos envolvendo mulheres gestantes encaminhadas por seus senhores aos médicos, adentramos aspectos do mundo cotidiano de nossas protagonistas. Mulheres negras, pretas e pardas, africanas, crioulas, migrantes forçadas do Norte, do Nordeste, do Sul e do interior da província, que conceberam e viveram suas gestações em meio à escravidão urbana e seus desafios, na capital do Império, ao longo do século XIX e de suas transformações.

Grávida de quem? Relações afetivas, autonomia sexual e estupro na escravidão

Em 1845, José Ricardo Horta definia o tema de sua tese de conclusão de curso, baseada no raro fenômeno da “*superfetação*”. Este ocorria quando “*dois germens*” fecundavam, “*um depois do outro*”, “*uma mulher que conceda seus favores a dois ou muitos homens, no mesmo dia, ou no espaço de dois a três dias*”¹⁵². O fenômeno envolvendo o nascimento de gêmeos ou trigêmeos de pais diferentes era cientificamente representado a partir de discursos racializados acerca dos filhos, de seus pais e da sexualidade das mulheres negras escravizadas, em diferentes sociedades escravistas atlânticas. Assim, uma “*negra da Guadalupe teve dois meninos de tempo, um negro outro pardo: confessou ter tido na mesma noite comunicação com um negro e com um branco*”. Na Jamaica, “*uma negra teve dois gêmeos, um negro outro pardo; contou, que na mesma manhã, depois de exercer o coito com seu marido, o praticara também com um branco*”. Nos Estados Unidos, “*uma negra da Virgínia, depois de ter parido um filho preto, teve no segundo parto dois gêmeos, um menino negro e uma menina parda*”. Já “*no nosso país são sabidos muitos fatos desta natureza ocorridos nas fazendas onde há muitas escravas*”. Na província de Minas Gerais,

é geralmente sabido o caso de uma negra, escrava do coronel Thomé Pinto Fernandes, a qual teve a um só parto três gêmeos, um preto, um cabra e outro pardo. Pessoa muito qualificada me asseverou a verdade deste fato, acrescentando que, pela confissão da escrava, e outras circunstâncias, se fizeram conhecidos os diferentes pais destes meninos¹⁵³.

¹⁵² HORTA, José Ricardo Rebello. *Dissertação acerca da superfetação*. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil de J.J. da Rocha, 1845, p. 2-4.

¹⁵³ Ibid., p. 3-4

O doutorando recorria à “*fisiologia comparada*”, citando exemplos de superfetação em éguas, aspecto das teorias eivadas no racismo científico que aproximavam os corpos e a sexualidade das mulheres negras à animalização e ao reino dos instintos. O conteúdo da tese aponta para as experiências atlânticas envolvendo as uniões sexuais consensuais e não consensuais para mulheres escravizadas nas grandes fazendas, sobre quem recaíam os preconceitos dos homens brancos e as práticas de violência sexual de senhores, feitores e administradores¹⁵⁴.

Diversamente dos ambientes das grandes fazendas do Sudeste, os arranjos de moradia no domicílio senhorial e as interações sociais nos espaços exteriores a ele incidiram sobre as oportunidades de as escravizadas viverem uniões afetivas consensuais e sobre os desafios do exercício de sua autonomia sexual na cidade. Estudos acerca dos arranjos de moradia escrava na cidade destacaram que uma minoria dentre as africanas e crioulas, geralmente ocupadas como quitandeiras e lavadeiras ao ganho, negociava com seus donos uma vida de maior autonomia, residindo e dormindo em cômodos alugados e em habitações coletivas¹⁵⁵. Esta não foi a realidade da maioria das escravizadas ocupadas em serviços domésticos na cidade. Alugadas ou servindo diretamente a suas donas e donos, mulheres negras cativas experimentaram o convívio próximo e a coabitação com seus senhores altamente dependentes de seus serviços. Os arranjos domésticos envolvendo o gênero e a idade de seus escravizadores, bem como o tipo de trabalho por elas desempenhado e as oportunidades de acesso a outros espaços de sociabilidade, moldaram os desafios e as possibilidades de realizarem encontros amorosos e sexuais autônomos, e as expuseram a maior vulnerabilidade a estupro.

As relações sociais horizontais ou hierárquicas estabelecidas com aqueles de quem engravidaram – senhores brasileiros e europeus, africanos e crioulos cativos ou libertos, homens livres negros e brancos – foram centrais para as experiências das mulheres africanas e crioulas, durante a gestação, e para seus projetos de maternidade na cidade em seus diferentes cenários. A paternidade das filhas e filhos das escravizadas encontra-se frequentemente obscurecida nos registros: mulheres solteiras, mães de filhas e filhos “naturais” de “pais incógnitos” são as menções frequentes nos assentos de batismo, visto que, como regra para outros contextos, os casamentos sancionados pela Igreja eram as

¹⁵⁴ Sobre a construção dos preconceitos patriarcais, brancos e escravistas acerca da pretensa “licenciosidade” sexual das mulheres negras escravizadas, conferir a discussão no primeiro capítulo.

¹⁵⁵ KARASCH, *A vida dos escravos...*, op. cit., p. 186; GRAHAM, *Proteção e obediência*, op. cit., p. 119; SANTOS, *Além da Senzala*, op. cit.

menos frequentes das possibilidades de uniões afetivas para as cativas, no mundo urbano¹⁵⁶. Mary Karasch destacou que os casamentos nas paróquias urbanas entre escravizados foram raros, calculando uma média de 37 por ano, entre 1835 e 1852. Dentre as razões por ela aventadas para as baixas taxas matrimoniais figuraram os gastos, o desinteresse das africanas e africanos não católicos na cerimônia e a proeminência dos senhores que desempenharam um papel importante no impedimento dos casamentos, pois seria menos oneroso desfazer uma família de escravos pela venda e pela partilha, se não fossem casados¹⁵⁷.

Estudos acerca das famílias escravas em cenários de médias e grandes fazendas demonstraram que quanto maior a propriedade e mais distantes estivessem os cativos de seus donos, menores seriam as interferências senhoriais nas uniões afetivas e, por extensão, na autonomia sexual das escravizadas. Porém, mesmo nas grandes propriedades, escravizadas estiveram vulneráveis ao estupro por senhores e feitores¹⁵⁸. Conforme Stuart Schwartz destacou para os cenários da Bahia colonial, escravas e escravos do campo estiveram menos sujeitos à interferência senhorial que os domésticos, e cativos de propriedades maiores teriam mais sorte em encontrar parceiros que os escravos urbanos ou de pequenos agricultores¹⁵⁹. Quanto aos cenários urbanos, estudos enfatizaram que se viam ampliadas as oportunidades de uniões estáveis e sacramentadas

¹⁵⁶ Sobre mulheres livres empobrecidas com prole ilegítima, encabeçando famílias na cidade de São Paulo colonial e imperial, conferir DIAS, Maria Odila L. da S. **Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX**, op. cit.; SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

¹⁵⁷ KARASCH, A **vida dos escravos...**, op. cit., p.38. Juliana Farias demonstrou as reelaborações do rito católico e a importância dos casamentos endogâmicos para africanas e africanos libertos, de nação Mina, na cidade. FARIAS, Juliana. **Mercados Minas**, op. cit.

¹⁵⁸ A autonomia sexual e a vida afetiva e familiar das escravizadas esbarravam na prepotência e no oportunismo dos senhores, como foi o caso de um dos filhos de Ana Carolina, fazendeira em São Carlos, Oeste Paulista, na segunda metade do XIX. Tratava-se de “um rapazola imberbe, loiro e bonito”, um “encabulado nhonhô” que já exercitava aquilo que sua própria mãe julgava ser uma prerrogativa dos senhores, cuja iniciação sexual dava-se com uma jovem escravizada, sob coerção: “*começando a rondar a senzala das donzelas*” ele encontrava Eufrazina, de dezesseis anos. Maria Chatinha, que viveu a década final da escravidão numa fazenda em Tremembé, no Vale do Paraíba, em São Paulo, ao ser entrevistada na década de 1980, referia-se aos estupros: “*as mulhé dos escravos, era mulhé dos escravo e era mulhé de quem o senhor quisesse, sabe? O menos lá na fazenda do barão Salgado da Rocha era assim*”. Já Mariano Pereira dos Santos, rememorando suas experiências quando era um jovem escravizado no norte do Paraná na década de 1880, assim respondia ao entrevistador que perguntava se os feitores eram brancos: “*M: Eram. Faziam um baile. Eles chamavam, fosse fãmia de quem fosse, fosse muié casada, fosse fia, fãmia. E os capanga, ali com revolvão, facanzão, chicote, ali, juntos. [...] Fosse moça, fosse muié casada, fosse muié de quem fosse. Fazia só o que eles queriam. [...] e se não quisesse ir, cantava o chicote*”. ARANHA, Maria Amélia Arruda Botelho. *Sombras que renascem*. Memórias de família, costumes de uma época (1862-1883). s.ed., 1975, p. 180; MAESTRI FILHO, Mário José (org.). **Depoimentos de escravos brasileiros**. São Paulo: Ícone editora, 1988, p. 32, 37, 53.

¹⁵⁹ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda, 1988, p. 318.

pela Igreja na proporção do aumento do número de cativas e cativos de uma mesma propriedade¹⁶⁰. Em estudo acerca do Rio de Janeiro no período joanino, Leila Algranti observou que o ambiente urbano, em que predominava a pequena propriedade escrava, impunha dificuldades para o convívio entre casais de senhores diferentes, quando estes se negavam a aceitar os relacionamentos, ou quando visavam a alugar ou vender para longe um dos escravizados¹⁶¹. Robert Slenes e Sheila de Castro indicaram, também, que as grandes escravarias urbanas eram compostas por cativas e cativos destinados ao aluguel e ganho, o que dificultaria o convívio entre os casais¹⁶². Já sobre as relações afetivas entre escravizados e forros na cidade de São Paulo da segunda metade do século XIX, marcada pela pequena posse, Maria Cristina Wissenbach destacou que a dificuldade em estabelecer casamentos e relacionamentos entre cativos de senhores diferentes não impediu que os casais estabelecessem uniões estáveis, as chamadas mancebias¹⁶³.

No Rio de Janeiro, mesmo frente a circunstâncias adversas, os casais de cativas e cativos encontravam estratégias, a fim de contornar, quando possível, as restrições senhoriais e os obstáculos colocados pelas demandas de trabalho e pelos diferentes espaços de moradia. Na primeira metade do século XIX, Mary Karasch mencionou o caso documentado por um viajante a respeito de uma escrava, separada de seu companheiro por uma distância de oito quilômetros, que o visitava durante as noites retornando à casa de seus senhores de madrugada. As restrições senhoriais aos relacionamentos incidiam mais diretamente sobre as escravas domésticas das classes médias e ricas, sobre quem recaía maior vigilância, o que resultou na tentativa de suicídio de uma mulher, em 1850, por estar separada de seu amásio¹⁶⁴.

Os jornais diários que circularam na cidade durante a primeira metade do século XIX documentaram as possibilidades de convívio entre casais e a formação de famílias entre africanos com filhos crioulos, nas médias e grandes propriedades, indicando que escravizados lograram manter-se unidos por muitos anos. Se a venda em separado, as partilhas entre herdeiros, os leilões e as instabilidades da vida escrava na economia urbana ameaçavam o estabelecimento dos laços familiares e afetivos, os anúncios indicam que

¹⁶⁰ Poucos estudos dedicaram-se às formações familiares entre escravizados no mundo urbano. Ver, para a cidade de Salvador e freguesias rurais no Rio de Janeiro: REIS, Isabel Cristina F. **Histórias da vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**, op. cit.; GÓES, José Roberto. **Cativeiro imperfeito**: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993.

¹⁶¹ ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**, op. cit., p. 151.

¹⁶² SLENES, Robert & FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e trabalho. **Tempo**, vol. 6, n. 3, 1998.

¹⁶³ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**, op. cit., p. 248-249.

¹⁶⁴ KARASCH, A **vida dos escravos**, op. cit., p. 420 e 574.

senhores se dispuseram a vender casais unidos aos filhos, mesmo anteriormente à lei de 1869, que proibia a comercialização em separado de casais e seus filhos menores de 15 anos¹⁶⁵. Tal disposição poderia, evidentemente, esgotar-se frente às pressões de credores, às dificuldades em vendê-los juntos ou à intenção dos senhores em puni-los. Assim, em fevereiro de 1832, um jovem casal foi colocado à venda, ela grávida e mãe de um filho de 2 anos: “*Quem quiser comprar um casal de escravos com um filho de idade 2 anos, estando a preta grávida de 6 a 7 meses, o preto é bom cozinheiro até de massas, e a preta lava, engoma, cozinha, e cose, o marido terá vinte e quatro anos, e a mulher dezesseis; dirija-se à rua da Alfandega n.51*”¹⁶⁶. Naquele mesmo ano, foram postos à venda outro casal com filhas: “*Vende-se um casal de escravos com boas qualidades, tem três filhas, e acha-se pejada*”¹⁶⁷. Em 1839, foram anunciados um “*preto moço e sadio, perfeito cozinheiro de fogão e forno, sendo também bom oficial de pedreiro, [...] advertindo-se que este preto é casado e com ele se vende também a mulher, a qual está pejada de cinco meses, e sabe fazer todo o serviço de casa, de portas a dentro*”¹⁶⁸. Em 1840, uma mulher nutriz foi colocada à venda como ama de leite sem o filho, junto ao marido: “*Vende-se uma prendada ama de leite, sem filho, é casada, e vende-se com o marido de muito boa conduta; na rua nova do Ouvidor n.4*”¹⁶⁹.

Em 1841, uma crônica judiciária indica que casamentos poderiam ser celebrados entre escravizados de senhores diferentes, em particular quando estes fossem ricos e unidos pela amizade. Joaquim, de nação Ganguela, escravo de Cyro de Brito, era casado com Maria Carolina, de nação Mina, escrava do Barão do Passeio, então grávida de seis meses, e mãe de Inocência, crioula de 2 anos¹⁷⁰. Em 8 de março de 1851, um casal lograva manter-se unido a um filho, por ao menos 17 anos: eram postos à venda “*um casal de escravos com um filho de idade de 17 anos*”¹⁷¹.

¹⁶⁵ CONRAD, *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, op. cit., p.107.

¹⁶⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 18 fevereiro de 1832.

¹⁶⁷ *Correio Mercantil*, 15 de fevereiro de 1832.

¹⁶⁸ *Jornal do Commercio*, 18 de maio de 1839.

¹⁶⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de fevereiro de 1840.

¹⁷⁰ Joaquim matava a facadas Maria Carolina e a filha Inocência, na casa do senhor da africana, Barão do Passeio, onde também se encontrava o seu senhor. A crônica judiciária transcrevia parte dos depoimentos do africano: “*sendo o motivo disso o viver ela desgostosa com seu senhor, que muito a maltratava, bem como a ele réu. Que esses maus tratamentos consistiam em pancadas de chicote e palmatórias, e que a ele o réu o estavam sempre ameaçando com a casa de Correção e com o caminho de Minas. Que sua filha não era maltratada, por ainda ser pequena, e que para não o vir a ser a tinha matado. Que, além disto, o estavam sempre ameaçando de mandar sua mulher para fora*”. Inquirido “*se não sabia que a criança era sua filha, respondeu que muito bem o sabia, que tinha toda a certeza de que era sua filha*”. Joaquim era condenado à pena de morte, reafirmada depois de novo júri, com a apelação da sentença. *Jornal do Commercio*, 1º de fevereiro de 1841.

¹⁷¹ *O Brasil*, 8 de março de 1851.

Na segunda metade do século XIX, quando se reduzia o número de cativos e de donos na cidade, a coabitação envolvendo casais tornava-se possível nas maiores propriedades urbanas e arredores rurais, como entre Carolina, criada de quarto, e David, seu marido cozinheiro, listados em 1870 como escravos na mansão de Henrique Mageon¹⁷². Os regimes de trabalho urbano poderiam impor enormes dificuldades para encontros amorosos às mulheres ocupadas como mucamas e amas de leite, nas casas de posses médias e mais abastadas, em que a reclusão e a vigilância precisavam ser burladas. Em 1859, uma cativa ama de leite rompia seu isolamento namorando às escondidas o escravo Bonifácio, alugado pelo mesmo senhor a uma família da vizinhança. Após o toque de recolher, o cativo adentrava furtivamente nos aposentos em que ela dormia junto ao bebê senhorial. Ao descobri-la grávida, o senhor decidiu puni-los e vendeu Bonifácio, para “dar exemplo aos outros escravos”¹⁷³. Já a escrava Delfina, casada, distanciava-se temporariamente do marido quando ela era alugada¹⁷⁴.

O processo criminal analisado por Luís Soares, envolvendo Benedito Crioulo, de 26 anos, é expressivo dos projetos que uniram o casal de escravizados quando decidiam fugir, arrebanhando as filhas, do domínio de um senhor violento. Em 1879, Benedito foi preso por roubo, afirmando em seu depoimento que fugira da casa de seu senhor por maus-tratos, “levando também consigo uma rapariga preta também escrava de seu senhor de nome Leocádia com quem ele vive há muitos anos e de quem teve as duas filhas de nome Teonila e Joana, tendo a primeira seis anos de idade e a segunda dois, as quais também acompanharam a sua mãe”¹⁷⁵.

As vicissitudes da pequena posse e das possibilidades de venda e aluguel na escravidão urbana dificultavam o convívio entre mulheres escravas e seus parceiros, entraves que poderiam se acirrar frente à preferência por homens em épocas de pico de tráfico interno para as fazendas¹⁷⁶. Porém, essa mesma realidade urbana facilitava os

¹⁷² GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência**, op. cit., p. 95.

¹⁷³ Ibid., p. 68-69.

¹⁷⁴ Ibid., p. 95.

¹⁷⁵ SOARES, O “Povo de Cam”, op. cit., p. 243.

¹⁷⁶ Mulheres escravizadas nas cidades e pequenas propriedades rurais no Nordeste do país perderam seus filhos, companheiros e parentes masculinos para o tráfico interno na segunda metade do XIX: a preferência por homens nas fazendas do Sudeste cafeeiro provocou, nos contextos de pequena posse na província do Ceará, a concentração de uma população majoritariamente feminina e de crianças entre os escravizados. Cristina Wissenbach analisou cartas escritas por um escravizado a pedido da africana Teodora, também cativa, endereçadas aos senhores de seu filho e do marido africano. Ambos foram vendidos na cidade de São Paulo, onde ela permaneceu, para uma fazenda em Limeira na segunda metade do século XIX. Ver SANTOS, Martha. Mothering slaves, labor, and the persistence of slavery in Northeast Brazil: a non-plantation view from the hinterlands of Ceará, 1813–1884. **Journal of Women’s History**, op. cit.; WISSENBACH, M. Cristina. “Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita

contatos entre escravas com homens cativos, libertos, negros e brancos livres, em ligações simultâneas ou sucessivas na cidade. Os imperativos do trabalho urbano, sobretudo o ganho de rua, envolviam as cativas em deslocamentos diários pelas imediações da cidade. Assim, africanas e crioulas ocupadas como lavadeiras e quitandeiras, gozando de maior autonomia de ir e vir, viam ampliadas as possibilidades de realizarem encontros amorosos. Dois processos criminais analisados por José Góes, na primeira metade do século XIX, envolvendo o assassinato de mulheres escravas por homens cativos, ambos africanos, são ilustrativos a este respeito. Em 1843, Miguel, de nação Moçambique, trabalhava para o Arsenal da Marinha como cumprimento de pena de galés, quando conheceu a escrava Justina, nação Mina, que frequentava a ilha das Cobras para vender miudezas, como agulhas e alfinetes. Soubera ele que Justina o traía e “fazia suas velhacarias” com outros, inclusive com um soldado que, segundo ele, a “tinha sempre que queria”. Justina possuía ou era possuída pelo soldado – e ao que parece também a Miguel – quando ela desejava, e em 17 de fevereiro o africano, 36 anos presumíveis, assassinou a africana a facadas, sendo condenado, pela segunda vez, às galés perpétuas¹⁷⁷.

O destino trágico recaiu sobre a desventurada Rosa, nação Benguela, escrava de Luiza Amália, que em 1843 foi assassinada no quintal de uma casa de sobrado, na freguesia de Santa Rita, centro da Corte. O africano José, cativo de outro senhor, confessou o crime e respondeu ser solteiro, oficial de tamanqueiro, nascido no reino do Congo, tendo por volta de 30 anos. Relatou ser amásio de Rosa havia cinco anos, e justificou seu ato alegando que “ela lhe fazia velhacadas e o enganava querendo que ele lhe desse tudo, e ao mesmo tempo metida com outros”. E que “por motivos dessas falsidades ele interrogado não teve mais paciência, e assim com a sua raiva se quis vingar da dita preta para não o andar enganando mais”, matando Rosa Benguela com uma facada no peito.¹⁷⁸

Constituindo minoria entre os grupos sociais de mulheres e pressionadas pela maioria masculina, as mulheres escravizadas foram alvo de disputa entre escravizados e libertos africanos e crioulos, homens livres, muitos deles brancos e imigrantes empobrecidos, que se voltavam também à conquista de escravas e libertas, sobretudo com

e da escravidão”. In GOMES, Flavio; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B. (orgs.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**, op.cit;

¹⁷⁷ GÓES, *Cativeiro imperfeito*, op. cit., p. 127.

¹⁷⁸ GÓES & FLORENTINO, *A paz das senzalas*, op. cit., p.79-80.

as transformações demográficas, ao longo da segunda metade do século XIX¹⁷⁹. Porém, as pressões dos homens livres e a exploração senhorial sobre os rendimentos de mulheres cativas impactaram as vivências da sexualidade para elas, no Rio de Janeiro.

O cenário urbano de uma cidade portuária, onde havia grande população masculina transitória em busca de parceiras sexuais, aumentava a demanda por prostituição entre mulheres, meninas e também meninos¹⁸⁰. Assim, muitas jovens escravas, sobretudo aquelas pertencentes às famílias de média e baixa renda, foram coagidas por suas senhoras e senhores a se prostituir¹⁸¹. Segundo Luiz Soares, durante a primeira metade do século XIX, traficantes vendiam mulheres jovens e consideradas atraentes, que garantiram a subsistência de seus senhores pela prostituição. Depois do fim do tráfico, escravizadas das províncias do Norte e Nordeste do Império foram vendidas rumo à Corte imperial aos senhores interessados no lucro que obteriam com a prostituição das mulheres¹⁸². Entre 1850 e 1870, teria havido um crescimento considerável da prostituição das cativas, como das mulheres livres brasileiras e europeias, que se justificaria pelo aumento do já acentuado desequilíbrio sexual provocado sobretudo pela vinda maciça de imigrantes portugueses, dispostos e socialmente liberados para trocar serviços sexuais de mulheres escravizadas ou empobrecidas por dinheiro¹⁸³.

Magali Engel destacou a importância de nuançarmos as práticas a que nos habituamos identificar com a prostituição, integrando-as tanto às condições adversas de sobrevivência de mulheres livres e das formas de exploração das escravizadas por parte das classes proprietárias, quanto às práticas sexuais e às normas morais vigentes, tais como a repressão ao adultério feminino e a valorização da virgindade, com vistas a manter a “honestidade” e a “honra” das mulheres brancas abastadas¹⁸⁴. Também, no contexto da

¹⁷⁹ O censo oferece a demografia dos possíveis parceiros em 1849 para as mulheres jovens e adultas escravas africanas (22.871) e crioulas (22.141), numa população de maioria masculina: escravos africanos (43.129) e crioulos (22.462), aproximadamente 6 mil libertos em sua maior parte africanos, aproximadamente 51 mil homens brasileiros brancos e negros livres, 30 mil estrangeiros livres. As mulheres livres e libertas eram recenseadas: aproximadamente 7.400 libertas predominantemente africanas, por volta de 53 mil brasileiras livres, e aproximadamente 7.600 mulheres estrangeiras livres. Em 1872, eram recenseadas nas freguesias urbanas e rurais 5 mil africanas e 20 mil crioulas cativas, 7 mil africanos e 18 mil crioulos, 78 mil brasileiros livres, 56 mil homens livres estrangeiros predominantemente portugueses, e aproximadamente de 75 mil brasileiras e 17 mil estrangeiras livres. SOARES, O “Povo de Cam”, op. cit., p. 368, 370, 371, 376, 379.

¹⁸⁰ KARASCH, A *vida dos escravos...*, op. cit., p.388.

¹⁸¹ Ibid., p. 283-286

¹⁸² SOARES, O “Povo de Cam”, op. cit., p. 178-179. Sobre cativas coagidas à prostituição pelos senhores na cidade de São Paulo, ver DIAS, Maria Odila L. S. Nas fimbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e ganho. *Estudos Econômicos*, op. cit., p. 102.

¹⁸³ SOARES, O “Povo de Cam”, op. cit., p.179.

¹⁸⁴ Magali Engel sublinhou as relações entre as representações da prostituição e das doenças venéreas como a sífilis enquanto objeto do saber médico preocupado com a saúde das crianças e mulheres brancas das

escravidão urbana e da pequena posse, prostituir-se poderia ser uma última alternativa para escravas de senhores muito pobres ou violentos, optando em condições desfavoráveis por trocar sexo por comida, roupa ou dinheiro para concluir o jornal devido aos donos. A busca pela alforria poderia mobilizar mulheres escravas a trocar sexo pela alforria, quanto mais precária fosse sua condição. Um jornal divulgou o caso de um homem livre que especulava sobre os anseios de liberdade de “*uma rapariguinha, moradora à rua de Santa Rita, sobrinha de uma Sra. Marcellina, parteira*”, usando de “*meios estratégicos e hipócritas, prometendo-lhe a liberdade*”, resultando ficar a vítima grávida e continuar escrava¹⁸⁵.

Estudos têm debatido e interpretado sob diferentes perspectivas as relações envolvendo escravizadas e senhores, nos ambientes domésticos como concubinatos. Mary Karasch documentou, na primeira metade do século XIX, que escravas domésticas, além de trabalharem, viveram concubinadas com seus senhores, sendo raras aquelas alforriadas. Destas uniões nasciam filhos escravizados pelo pai, havendo situações em que a mãe era mantida em cativeiro, enquanto os filhos eram libertados pelos senhores¹⁸⁶. Adriana Dantas, em estudo acerca dos engenhos coloniais baianos, argumentou que as relações entre escravizadas e seus senhores, fossem estes casados ou com elas concubinados, teriam conformado estratégias individuais de mobilidade social para a prole mestiça e suas mães escravizadas que teriam conquistado a alforria própria e a de seus parentes e melhores condições no cativeiro. Ela analisou o caso da escrava africana Luzia Jeje, concubinada com seu senhor Manoel, no engenho Aratu, Recôncavo Baiano. Desta relação frutificaram seis filhos pardos, que foram, no entanto, mantidos escravos junto à mãe até a morte de Manoel, em 1807, na ilha de Itaparica, parte do Recôncavo sul da Bahia¹⁸⁷. Outros historiadores trouxeram à tona as complexidades que vincavam as relações de concubinato entre senhores e escravizadas, em particular quando estas eram mães de filhos de seus donos mas também de outro homem. Robert Slenes documentou um caso em Campinas, no século XIX, envolvendo as relações entre uma escrava e seu

elites e com o casamento enquanto instituição higiênica e único espaço da sexualidade sadia. A figura das prostitutas, muitas delas mulheres negras e escravizadas, foram construídas pelos médicos enquanto foco de transmissão das doenças venéreas, responsável pela degeneração e corrupção das famílias das elites brancas. ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 26, 72-79.

¹⁸⁵ *Tagarella*, 3 de junho de 1881.

¹⁸⁶ KARASCH, A **vida dos escravos no Rio de Janeiro**, op. cit., p. 383, 455, 477.

¹⁸⁷ ALVES, Adriana D. **As mulheres negras por cima**: o caso de Luzia Jeje. Escravidão, família e mobilidade social- Bahia, c.1780-c.1830. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

senhor que resultaram num filho que foi pelo pai libertado. Ele herdava tanto a mãe quanto os meio-irmãos, filhos da escrava com outro homem, mantidos em cativeiro¹⁸⁸. Arlette Gautier, em estudo sobre escravas nas Antilhas francesas, criticou a interpretação de que as relações de concubinato entre escravas e senhores seriam apenas vantajosas para elas. Segundo a historiadora, tais relações teriam sido o resultado final do assédio sexual frequente, posto que elas se encontravam em uma situação desfavorável, na qual esquivar-se do senhor ou agredi-lo verbal ou fisicamente poderia implicar ameaças de venda e brutais castigos¹⁸⁹.

Assim, a condição de gênero das escravizadas as expôs a práticas específicas de dominação e violência, envolvendo cerceamentos quanto à mobilidade, aos assédios e aos ataques sexuais por parte de senhores. As relações de dominação patriarcal escravocrata que conferiam aos homens liberdade sexual relativamente aceita entre as camadas proprietárias legitimavam o assédio às meninas e mulheres negras escravizadas. Meninas e mulheres engravidaram de seus donos em relações de abusos sexuais esporádicos ou frequentes, conforme indicam as ações de liberdade envolvendo as cativas e seus filhos escravizados pelo pai¹⁹⁰. As frestas da documentação apontam para as práticas de violência sexual naturalizada para senhores brancos e outros homens livres sobre as escravizadas, na cidade do Rio de Janeiro. As vicissitudes do trabalho que implicavam a circulação em locais ermos ou roças predispunham mulheres trabalhadoras, negras e

¹⁸⁸ SLENES, Robert. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In: ALENCASTRO, Felipe (org.) **História da Vida Privada no Brasil 2**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das letras, 1997. Kátia Mattoso documentou uma situação semelhante num inventário de um senhor, em Salvador, no ano de 1872, que colocava uma mulher escrava em uma situação pungente. Joaquina era mãe de uma criança mestiça privilegiada por ser filha do senhor, ao passo que seus meio-irmãos crioulos seriam condicionalmente libertos, devendo serviços à irmã. MATTOSO, Kátia. O filho da escrava: em torno da Lei do Ventre Livre. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH – Marco Zero, v. 8, n.16, mar/ago.1988.

¹⁸⁹ GAUTIER, Arlette. **Les Soeurs de Solitude...**, op. cit., p.150. Joshua Rothman, em estudo sobre família e relações interracialis na Virgínia, Estados Unidos, ressaltou a assimetria de poderes entre as cativas e senhores: pois “qualquer que fosse o poder de negociação que ela possa ter tido, o homem com quem ela negociava já partia com a vantagem de ser seu proprietário e provedor”. Robert Slenes sublinhou as represálias que as escravizadas poderiam sofrer caso contrariassem os desejos de seu senhor que, se não tivesse índole para partir para o estupro, teria “à sua disposição outras represálias eficazes contra escravas ‘desobedientes’, desde os conhecidos castigos físicos à retração de favores”. ROTHMAN, Joshua D. **Notorious in the Neighborhood**. Sex and Families Across the Color line in Virginia, 1787-1861. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003, p. 25; SLENES, R. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”, **História da Vida Privada no Brasil 2**, op. cit., p. 255.

¹⁹⁰ Conferir a história de Liberata que, em Desterro, Santa Catarina, por volta de 1790, era comprada aos dez anos e estuprada pelo senhor, dando à luz um filho dele, e sofrendo perseguições por parte da família legítima. Em 1857, Tereza, aos 11 anos de idade, escrava do Recolhimento de Santa Tereza, era estuprada por um estudante de direito na cidade de São Paulo. GRINBERG, Keila. **Liberata**: a lei da ambiguidade, op. cit.; NEVES, Maria de Fátima R. **Infância de faces negras**: a criança escrava brasileira no século XIX. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993, p. 218-222.

escravizadas a ataques sexuais, como aconteceu com uma africana de nação Calabar que trabalhava na roça em alguma freguesia, nos arredores do Rio de Janeiro em 1831, e fora atacada por um homem, dele engravidando¹⁹¹. Meninas e crianças estiveram particularmente vulneráveis aos estupros: textos médicos referiram-se a ferimentos nas partes genitais de uma menina escrava de apenas três anos, e às dificuldades e maus sucessos no parto de meninas escravas cuja “*falta de alargamento da bacia provinha de sua pouca idade*”¹⁹². Em 1858, o jornal *O Correio Mercantil* aludia às práticas corriqueiras de assédios às mulheres nas casas escravistas, abusadas pelos senhores nas esteiras onde dormiam: “que sã moral se deve esperar da moça brasileira que vê sua mãe desbaratar” as relações de seu marido com uma escrava, “e que vê ela [a mãe] *ir à cozinha tirar o sujeito da esteira*” da escrava: “*É isto entretanto uma coisa comezinha entre nossas famílias*”¹⁹³.

A vulnerabilidade ao estupro não se limitava ao domínio senhorial na casa escravista, mas também envolvia homens que, nas malhas da escravidão urbana, detivessem poder hierárquico sobre elas, como locatários, traficantes e donos de casas de comissão. A paternidade das crianças foi central para os projetos familiares e para as formas de resistência mobilizadas por africanas e crioulas na cidade. Também, as demandas de trabalho por parte de seus senhores, agravadas pelas ameaças e práticas de tortura, modelaram as vivências cotidianas da gravidez para africanas e crioulas escravizadas na cidade, ao longo do século.

Gestantes na cidade em perspectiva: as escravizadas nas fazendas do Sudeste

A gestação, esse estado da mulher, que traz em seu seio o fruto da concepção, é a mais bela e a mais sublime época de sua vida; porque então ela preenche sua verdadeira missão – a reprodução da espécie –; seu físico atinge o último grau de perfeição, um sentimento de bem-estar e de felicidade a acompanha por toda a parte. Muitas veem, durante sua gestação, a cessação de inveterados incômodos: o restabelecimento de sua saúde, e a constante ideia de que vão ser mãe, são sem dúvida para elas verdadeiros gozos¹⁹⁴.

¹⁹¹ *Semanário de Saúde Pública*, n.10, 5 de março de 1831, p. 56. Ameaças de estupro por parte de homens livres poderiam ocorrer para mulheres que circulassem em estradas no mundo rural, como documentado por Maíra Chinelatto Alves em Campinas, na segunda metade do século XIX. ALVES, Maíra C. **Cativeiros em Conflito**, op. cit., p.175. Um caso de uma tentativa de estupro de um escravo sobre uma escrava doméstica em Curitiba foi documentado em PARDO, Terezinha. **Das relações familiares dos escravos no Paraná no Século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993, p. 54.

¹⁹² *Annaes Brasilienses de Medicina*, n.6, tomo XI, agosto de 1857, p.151-152; *Diário de Saúde*, vol. I, n. 5, 16 de maio de 1835, p. 35.

¹⁹³ *Correio Mercantil*, 30 de dezembro de 1858.

¹⁹⁴ DINIS, Alexandre S. *Das lesões da função digestiva determinadas pela gestação*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858, p.1.

Em 1858, Alexandre Dinis assim introduzia o tema central de sua tese, de título “Das lesões da função digestiva determinadas pela gestação”. Ainda no início de sua obra de conclusão de curso a respeito dos “*acidentes*” e dos incômodos que acompanhavam muitas mulheres durante a gravidez, Dinis acrescentava:

Desgraçadamente esta regra não é invariável e absoluta; sua exceção é numerosa: não falando daquelas, para quem o desenvolvimento de seu seio é a consequência de um crime, nem daquelas que aumentam sua infelicidade, elevando o algarismo das vítimas da escravidão, outras há que pagam à maternidade um tributo caro e bem caro¹⁹⁵.

Alexandre Dinis introduzia neste parágrafo a única menção ao que representava como especificidade da gravidez e da maternidade para as mulheres escravizadas, que viam aumentar “*sua infelicidade, elevando o algarismo das vítimas da escravidão*”. Dentre as teses que dissertaram a respeito da menstruação, da puberdade e da higiene da mulher grávida, entre as décadas de 1840 e 1880, o silêncio com respeito às mulheres escravizadas é eloquente. Evocando os ideais de médicos franceses, os doutorandos referiram-se exclusivamente às mulheres e meninas pertencentes às elites imperiais escravistas, cujos corpos tornavam-se objeto de um discurso normativo, em que a fisiologia reprodutiva, representada enquanto destino biológico, determinaria uma natureza frágil, nervosa e inconstante das mulheres brancas.

Representadas ao longo do século XIX enquanto fracas e de constituição física débil, elas deveriam, segundo as prescrições dos higienistas, seguir dietas especiais e fazer repousos prolongados durante a gravidez, sacrificando-se em prol da reprodução¹⁹⁶. Em 1843, Luiz Mattos dirigia suas críticas ao modo de vida da mulher das elites urbanas, “*mergulhada sempre em danosos prazeres, incessantemente atraída pelos bailes*”, argumentando ser necessário “*que as mulheres prenhes fruam uma vida doce, aprazível, cheia de encantos, longe dos rumores do mundo, longe dos vexames, da etiqueta das sociedades numerosas*”, devendo “*buscar o plácido retiro do campo*”¹⁹⁷. Já Elpídio Baraúna, em tese defendida na Faculdade de Medicina de Salvador em 1868, prescrevia

¹⁹⁵ Ibid.

¹⁹⁶ BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro de. *Considerações geraes sobre a mulher e sua differença do homem, e sobre o regimen que deve seguir no estado de prenhez*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert, 1845, p. 7; FIRMINO JUNIOR, José Joaquim. *Dissertação sobre a menstruação precedida de breves considerações sobre a mulher*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. P. Brito, 1840, p. 2; TORRES, Antonio Gonsalves de Lima. *O phisico e o moral da mulher nas diferentes phases de sua vida*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de F.M. Ferreira, 1848.

¹⁹⁷ MATTOS, Luiz Manoel de. *Da hygiene da mulher durante a prenhez*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1843, p. 1-3

repouso para as grávidas que deveriam evitar espetáculos teatrais com cenas trágicas, enquanto Antônio Castro, na década de 1870, às mulheres brancas imputava uma “*organização débil e impressionável*”, sendo a elas proibidos exercícios físicos¹⁹⁸. Se as teses a respeito da gravidez das mulheres brancas ricas silenciaram a existência e as condições de vida das mulheres escravizadas de quem dependiam seus privilégios e seu modo de vida ocioso, as penas dos médicos versaram exclusivamente sobre as escravizadas nos manuais de medicina destinados aos fazendeiros e a seus interesses.

Desde a década de 1830, no contexto das ameaças do fim do tráfico, as vozes dos médicos e fazendeiros do Sudeste cafeeiro levantaram-se contra os regimes de trabalho na lavoura, envolvendo mulheres cativas gestantes e mães de bebês e crianças pequenas, de quem dependeria a continuidade do regime, quando cessassem as deportações de africanos. Os manuais de medicina e as teses acerca da saúde dos escravos assumiam a preocupação com a manutenção da escravidão através de recomendações centradas no tratamento da saúde de mulheres e homens cativos, segundo os princípios da higiene, além de medidas que promovessem o aumento da natalidade, como os cuidados dispensados às escravas gestantes e aos recém-nascidos, incentivando a formação de famílias¹⁹⁹. Alcançando leitores na Corte imperial, as ideias divulgadas pelos manuais de autoria dos médicos, muitos deles formados e atuantes na Corte, circularam na capital do Império, tendo penetrado setores das elites letradas²⁰⁰. Uma abordagem das experiências cotidianas de trabalho e gestação para mulheres africanas e crioulas nos cenários de grande lavoura permite que nos aproximemos das especificidades das políticas senhoriais e das demandas de trabalho que impactaram as condições de vida das mulheres, quando gestantes no mundo urbano.

¹⁹⁸ BARAÚNA, Elpidio J. *Higiene da mulher em estado de gravidez*. Bahia: Typographia Conservadora, 1868, p. 3; CASTRO, Antônio Pedro da Silva. *Higiene da mulher em estado de gravidez*. Bahia: Typographia de Camillo de Lellis Masson & C, 1870, p. XI, 29.

¹⁹⁹ As teses de medicina acerca da higiene dos escravos, defendidas sobretudo entre o final da década de 1840 e meados de 1850, além de defenderem as políticas natalistas, criticaram as práticas de violência e negligência senhorial. José Duarte, em 1849, indica que as práticas senhoriais de fornecimento de pouca alimentação e de exigência de jornadas excessivas de trabalho baseavam-se na ideologia escravista de que africanos e negros eram constituídos de “*uma natureza diversa*” e “*robustíssima*”. DUARTE, José Rodrigues de Lima. *Ensaio sobre a hygiene da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1849, p. 2.

²⁰⁰ A título de exemplo, Antônio Ferreira Pinto publicou, em 1859, um manual de grande circulação acerca da higiene das crianças e mulheres grávidas, dedicando atenção especial às escravizadas e seus filhos. Na década de 1850, ele era professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde residia e atuava como médico. Sua obra foi divulgada entre médicos e leigos, em diversas edições do *Diario do Rio de Janeiro* e do *Correio Mercantil*, ao longo da década de 1860.

A documentação médica sinaliza para as políticas senhoriais destinadas às mulheres escravizadas nas grandes fazendas, documentando as condições de trabalho de mulheres africanas e crioulas grávidas, em particular quando empregadas no trabalho de roça feitorizado, envolvendo as atividades de plantio, capina e colheita de café²⁰¹. Em seu manual editado em 1834, o francês Jean Alban Imbert criticava as práticas escravistas de exigir o desempenho de trabalhos pesados às cativas grávidas, muitas delas centro-africanas, sugerindo que o afastamento de trabalhos penosos poderia incentivá-las a conceber²⁰². Já Carlos Augusto Taunay, em seu manual publicado em 1839, defendia o afastamento das mulheres grávidas dos trabalhos pesados, comuns em muitas fazendas: “*casadas ou solteiras, as pretas prenhes devem ser tratadas com mimo e aplicadas a um trabalho moderado*”.²⁰³ O viajante Charles Ribeyrolles, em suas incursões no Vale do Paraíba por volta de 1858, depois do fim do tráfico, indica a presença ostensiva de mulheres na colheita do café²⁰⁴. Segundo ele, ali “*a mão das mulheres é mais rápida que a dos homens*”. Ele indicava, porém, que a adoção das políticas natalistas nas fazendas com muitos escravizados poderia afastar as mulheres grávidas do trabalho nos campos: “*Não obstante, devo dizer que na mor parte das fazendas as mulheres grávidas não vão trabalhar nos campos e não se aplicam a outros misteres senão os do interior*”²⁰⁵.

Referindo-se também à segunda metade do século, Antonio Ferreira Pinto, em manual publicado em 1859, em direção oposta à do viajante, destacava as más condições que a política senhorial oferecia às mulheres gestantes e mães no novo contexto que estava sendo formado nas décadas posteriores ao fim definitivo do tráfico

²⁰¹ Importante destacar que, nas grandes fazendas do Sudeste, além do trabalho de roça e dos serviços domésticos à família senhorial, africanas e crioulas atuaram na cadeia de produção e beneficiamento de grande parte dos alimentos que eram consumidos tanto pelos senhores quanto pelos numerosos escravizados. Também, costuravam e lavavam as roupas dos senhores e dos numerosos escravizados de suas comunidades. FERRAZ, Floriza. *Memórias*. Rio Claro: s.ed., 1947, p. 5-6, 12; BARROS, Maria P. *No Tempo de Dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 75, 79, 80; ARANHA, M. *Sombras que renascem...* op. cit., p. 30 e 79.

²⁰² Segundo ele, “*não devem as negras pejadas estar sujeitas a trabalhos duros e penosos: antes a consideração, e as atenções, que se lhes prodigalizar durante a prenhez, farão com que elas apreciem as comodidades e as vantagens que daí provêm, inspirando ao mesmo tempo àquelas, que se não acham nesse estado, o desejo de também conceber*”. IMBERT, Jean Baptiste Alban. *Manual do fazendeiro ou tratado domestico sobre a enfermidade dos negros generalizado ás necessidades de todas as classes*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839, p. 244-245.

²⁰³ TAUNAY, Carlos. A. *Manual do agricultor brasileiro*. (1839) MARQUESE, Rafael de B. (org.). *Coleção Retratos do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001, p. 64.

²⁰⁴ Ana Maria Almeida, debruçando-se sobre inventários *post-mortem* referentes ao distrito cafeeiro de Vassouras, encontrou evidências da tendência ao maior equilíbrio entre homens e mulheres com o fim do tráfico atlântico e do aumento do número de escravas trabalhadoras da roça ao longo da segunda metade do século: de 30% para 65% do total, de 1850/1860 a 1870/1880. ALMEIDA, Ana Maria L. **Da casa e da roça: a mulher escrava em Vassouras no século XIX**, op. cit., p. 113.

²⁰⁵ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. São Paulo: Martins Fontes, 1941, v. 2, p. 37.

transatlântico²⁰⁶. Ele indica ter sido comum nas lavouras cafeeiras que mulheres grávidas não fossem dispensadas do trabalho até o momento do parto, que poderia ocorrer durante ou a caminho do trabalho, “*trazendo enormes cargas à cabeça*”, atentando para as relações entre trabalho pesado entre as gestantes escravas e a má saúde dos bebês. Ele, então, sugeria aos fazendeiros:

recolherem as escravas grávidas, quer para o interior da família, para se ocuparem no serviço doméstico, quer às enfermarias, gineceo ou casa própria na qual se dessem a um serviço apropriado, o que aliás nunca falta em um grande estabelecimento²⁰⁷.

Em outra passagem, ele destacava que uma mulher cativa poderia ser bem-sucedida em seus partos, “*depois de uma gravidez de marcha regular, apesar de exposta a condições reconhecidamente funestas a outra qualquer mulher de condições diferentes*”²⁰⁸. Ele indica que a ideologia racializada da robustez entre africanos e descendentes atravessava as fronteiras de gênero, atingindo as mulheres escravizadas, referindo-se “*ao hábito, que cria muitas vezes uma nova natureza*”: “*Repetirei que é bem certo que em muitas não faz sensível moça, tanto desregramento, tanta imprudência, o que se deve na máxima parte atribuir à compleição, ao hábito, que cria muitas vezes uma nova natureza*”²⁰⁹. Ele indica que crioulas e africanas enfrentaram até os últimos meses de gravidez a labuta diária na colheita de café e nos serões noturnos, que poderiam, segundo ele, “*ocasionar desvios ou inclinações do útero, que dificultam ulteriormente o trabalho de parto*”:

Alguns senhores, apesar disso, até os últimos dias da gravidez das escravas aproveitam-lhes serviços deste gênero, como, por exemplo, o de carregar grandes pesos, sendo às vezes as míseras as próprias que ajudam a levar a carga à cabeça, valendo-se do joelho ou apoiando-a sobre o ventre. Nas roças

²⁰⁶ Os casos clínicos indicam que médicos atenderam mulheres cativas sujeitas a regimes intensos de trabalho nas décadas finais do regime, como Joaquina, 45 anos, de “*constituição atlética*”, que sofria desde os 11 anos de dores musculares, sem poder andar senão com muito custo, sofrendo de reumatismo na região lombar. Depois de recolhida e tratada em um hospital no Rio de Janeiro, ela voltava aos trabalhos intensos na fazenda: “*Até o presente consta-me que Joaquina vai à roça todos os dias e trabalha como quando era moça e tinha saúde perfeita*”. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XXIII, Janeiro de 1872, n.8, p. 299. Keith Barbosa destacou que a política de cuidados médicos praticada pelos senhores em grandes propriedades cafeeiras em Cantagalo, no cenário de expansão da cafeicultura fluminense após o fim do tráfico africano, esbarrou na necessidade premente pelo trabalho dos escravizados cada vez menos numerosos e em regime mais intenso e coercitivo de trabalho. BARBOSA, Keith. **Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo** (1815-1888). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014, p. 63.

²⁰⁷ PINTO, Antonio Ferreira. *O medico da primeira infancia ou o conselheiro da mulher grávida e hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859, p. 24-25.

²⁰⁸ Ibid., p. 22-23.

²⁰⁹ Ibid., p. 35-36.

obrigam-nas muito ao serviço da enxada, aos serões, ao trabalho de engenhos, etc.²¹⁰.

Os manuais para fazendeiros, atuando como auxiliares dos escravistas na defesa de seus interesses, criticaram as práticas de trabalho pesado com relação às escravas grávidas na lavoura, que obstariam o nascimento de crianças saudáveis de quem dependia o futuro da escravidão. Em contrapartida, os contornos da escravidão urbana marcada pela preeminência da média e da pequena propriedade, em suas rotinas de trabalho portas adentro e afora, e nas transações como a venda e o aluguel, modelaram os desafios colocados às mulheres durante a gravidez, bem como suas respostas e formas de enfrentamento a eles, nas diferentes conjunturas da cidade, ao longo do século XIX.

Instabilidades e separações: “por se achar grávida dá-se por preço cômodo”

Em 2 de dezembro de 1830, uma menina crioula de 13 anos de idade foi posta à venda. Descrita pelo vocabulário senhorial como prendada nos trabalhos internos da casa – “cose, engoma, lava, cozinha, corta vestidos por molde”, sabendo “vestir, e pregar uma Sra.” –, a menina, de “agradável presença”, estava grávida de quatro a cinco meses²¹¹. A crioula, aos 13 anos, carregava ao colo um “*pardinho de 1 ano*”, possivelmente filho do senhor, que o colocava à venda junto à jovem mãe. Os senhores, ao designar os ofícios e a gravidez das africanas e crioulas que colocavam à venda, oferecem janelas por meio das quais podemos vislumbrar as condições de trabalho e os desafios vividos para meninas e mulheres durante suas gestações, quando seus destinos eram colocados no mercado, ao longo do século XIX. Os anúncios documentaram o comércio de mulheres africanas e crioulas durante a gestação, envolvendo possibilidades de compra, troca, venda e aluguel, sós ou com filhas, filhos e companheiros, distribuídos ao longo do século, conforme indicado na tabela abaixo:

Tabela 4. Anúncios comerciais de mulheres gestantes por décadas (1830-1888)

Anos	1830	1840	1850	1860	1870	1880	Total
Compra/troca	11	5	0	0	0	0	16
Venda	22	22*	7*	3	1	1	56
Com filhos e/ou companheiro	9	4	6	2	3	2	26
Aluguel	0	5	3	1	0	1	10
Total	42	36	16	6	4	4	108

²¹⁰ Ibid., p. 35.

²¹¹ *Correio Mercantil*, 2 de dezembro de 1830.

* 1 venda por leilão

Fontes: *Correio do Rio de Janeiro, A Verdade, O Correio da Tarde, Correio do Brasil, Correio Mercantil, O Corsario, O Despertador, Diario do Brasil, Diario do Rio de Janeiro, Echo Popular, Gazeta da Tarde, Gazeta de Noticias, O Globo, O Grito Nacional, Jornal da Tarde, Jornal do Commercio, Jornal do Povo, O Mercantil, O Paiz.*

Tais anúncios capturaram as situações em que havia menção expressa dos senhores ou virtuais compradores à gestação da mulher cativa. Ocultaram, no entanto, os casos envolvendo os primeiros meses de gravidez – quando seus sinais não eram evidentes para a própria escravizada, ou quando elas ocultavam dos senhores sua existência –, ou ainda quando os anunciantes optavam por silenciar a condição das mulheres que visavam a comercializar.

Considerando-se o número avultado de anúncios de venda e aluguel de mulheres cativas no mundo urbano durante o século XIX, nossa amostragem indica que as menções à gravidez das mulheres são pouco numerosas. Um primeiro olhar sobre os padrões quantitativos por período indica que 78 (72%) dentre os 108 anúncios referiram-se à venda de mulheres africanas e crioulas que viveram a gravidez e a possibilidade de mudança de senhores, nos anos 1830 e 1840. Já nas décadas de 1870 e 1880, apenas oito mulheres, de maioria crioula, eram anunciadas com menção à gravidez. Esta tendência pode refletir o padrão demográfico que se desenhava nas primeiras décadas do século, marcadas pelo incremento do tráfico de meninas e mulheres africanas jovens e pela disseminação de sua posse e comércio. No entanto, sugere, também, o relativo desinteresse, por parte de setores dentre os escravistas, quanto às possibilidades de escravização das filhas e filhos no contexto do tráfico abundante e da exploração das mães como amas de leite após o parto. O número rarefeito de anúncios, nas décadas posteriores ao fim do tráfico, aponta para os interesses da maioria dos escravistas na cidade em não se desfazer pela venda das gestantes: no mundo urbano, os senhores interessaram-se em manter a propriedade sobre uma futura ama de leite, mas também, entre 1850 e 1871, sobre a mãe de crianças crioulas cujos donos poderiam futuramente escravizar.

Uma leitura dos anúncios indica que, no ambiente urbano das décadas de 1830 e 1840, no período de grandes desembarques de africanos e de preços relativamente baixos, a gravidez poderia ensejar, para jovens mulheres, a depreciação de seu preço no mercado e a experiência de mudança de senhores e de separação dos pais das crianças, parentes e entes queridos. Os anúncios divulgados, nas décadas de 1830 e 1840, indicam que, além de crianças, anciãos e enfermos, as gestantes eram as escravizadas e comercializadas a baixo preço. Em agosto de 1830, o *Diario do Rio de Janeiro* publicava

o anúncio de venda a “*módico preço*” de uma jovem africana grávida, de 18 anos.²¹² Em julho daquele ano, uma mulher africana ou crioula descrita como exímia lavadeira, engomadeira, costureira e cozinheira era vendida a “*módico preço*”, “*em consequência de se achar grávida*”²¹³. Em 1839, outro senhor desejava vender uma mulher: “*que por se achar grávida dá-se por preço cômodo*”²¹⁴. Em 1840, era colocada à venda uma “*preta grávida de 8 meses, bastante prendada*”, “*por preço cômodo; na rua d’Ajuda n.167*”²¹⁵. Em 1830, uma jovem africana, entre 16 e 18 anos, era posta à venda “*não por vícios que tenha, mas sim por se achar grávida*”²¹⁶. Em 1840, “*uma preta reforçada, para todo o serviço*” era anunciada: “*o motivo da venda é por se achar grávida*”²¹⁷. Por que os senhores desejavam desfazer-se das mulheres pela razão expressa de estarem grávidas, colocando-as à venda a preço cômodo? De que maneiras a gravidez impactou os destinos das africanas e crioulas no mundo urbano, no período de apogeu do tráfico e da escravidão na cidade?

Do ponto de vista senhorial, a gravidez de uma mulher implicava a desvalorização temporária de sua capacidade de trabalho, sobretudo nos últimos meses. A intenção dos senhores em vendê-las poderia responder ao desinteresse de setores escravistas médios e abastados sobre as futuras crianças, já que poderiam comprar jovens adultos no mercado. Também, complicações durante a gravidez e o parto poderiam levar à inatividade ou à morte da cativa. Se seus senhores não planejassem alugá-la como ama de leite após o parto, a gravidez das escravizadas significaria a restrição temporária de sua capacidade de trabalho e, do ponto de vista senhorial, o prenúncio de uma trabalhadora emocionalmente ligada a um bebê dependente de seus cuidados. Os poucos anúncios indicam que a maioria dentre os escravistas na cidade, composta por pequenos e médios proprietários, evitava desfazer-se de mulheres grávidas, seja para apropriar-se futuramente de suas filhas e filhos, seja para alugá-las como amas ou vendê-las a preço mais alto, após o parto.

Conforme Leila Algranti demonstrou, a preeminência da pequena e média propriedade no ambiente urbano tornou as escravizadas e escravizados mais vulneráveis à venda e às separações, sendo negociados para pagamentos de dívidas e penhoras²¹⁸.

²¹² *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de agosto de 1830.

²¹³ *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de julho de 1830.

²¹⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de janeiro de 1839.

²¹⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de fevereiro de 1840.

²¹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de fevereiro de 1830.

²¹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de março de 1840.

²¹⁸ ALGRANTI, Leila. **O feitor ausente**, op. cit., p. 98.

Pressões econômicas mobilizavam uma senhora remediada a vender uma cativa grávida, lavadeira e ocupada em outros serviços domésticos durante a gravidez, em 1841: “*Na rua do aljube n.59, vende-se por sua senhora ter de fazer um pagamento, uma preta muito boa lavadeira, sabe do arranjo de uma casa, e está grávida*”²¹⁹.

Nos anos posteriores ao fim do tráfico africano e com a intensificação da venda de escravizados urbanos para as fazendas, seguiu-se uma enorme elevação dos preços das escravizadas. É elucidativo o decréscimo de anúncios envolvendo o comércio de mulheres com menção à gravidez na segunda metade do século: de 16 na década de 1850, reduzindo-se para seis em 1860 e apenas quatro para 1870 e 1880, respectivamente²²⁰. Proprietários que conservaram homens e mulheres escravizados, para o desempenho de atividades domésticas ou para alugá-los ou explorá-los ao ganho, recorreram a agências seguradoras frente às possibilidades de acidentes, doenças e as fugas frequentes dos cativos²²¹. Nove anos após o fim do tráfico, era anunciada a venda de uma mulher grávida junto a sua filha de três anos, sendo possível que seus senhores optassem pelo seguro frente à possibilidade de morte no parto: “*Vende-se uma bonita preta, pejada, com uma filha de 3 anos, sabendo lavar, engomar liso e fazer os mais arranjos da casa: está segura*”²²². Em 1860, era colocada à venda uma mulher “*preta que lava, engoma e cozinha o trivial, está pejada há quatro meses, e está segura em 1:600*”²²³. Na década de 1870, os movimentos de venda rumo às fazendas também poderiam escolher as escravas urbanas. Em 13 de setembro de 1870, uma senhora ou senhor anunciava uma série de ofícios e saberes que uma escrava parda desempenharia grávida de sete meses, aos 35 anos de idade, indicando as possibilidades de as cativas urbanas serem vendidas rumo às fazendas:

Vende-se uma robusta parda de 35 anos, grávida de 7 meses, a qual é perfeitíssima engomadeira e cozinheira de forno, fogão, massas e doces, boa costureira, lava de sabão e barrela, e é excelente enfermeira muito própria para uma fazenda; na rua do sabão n.383”²²⁴.

Mulheres cativas poderiam ser vendidas da capital rumo às fazendas, mas também tiveram de migrar do interior rumo ao mercado urbano de aluguel. Os jornais

²¹⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de junho de 1841.

²²⁰ Segundo Sandra Graham, o *Jornal do Commercio* circulava nas mãos de 15 mil leitores em 1875, publicando até 170 anúncios de trabalhadoras domésticas em um dia, ao passo que em 1864 poderiam ser veiculados 164 anúncios, e em 1851 apenas 28. GRAHAM, **Proteção e obediência**, op. cit., p. 167.

²²¹ SOARES, O “**Povo de Cam**”..., op. cit., p.76-77.

²²² *Jornal do Commercio*, 10 de junho de 1859.

²²³ *Jornal do Commercio*, 14 de janeiro de 1860.

²²⁴ *Jornal da Tarde*, 13 de setembro de 1870.

documentaram o destino trágico de uma mulher grávida que caiu nas redes do tráfico interno e de intermediários rumo à escravidão de aluguel na Corte, e das atitudes de desespero frente à possibilidade da venda. Em 1882, Bernarda, escrava de José Alves Moreira, residente em Cabo Frio, veio para a Corte consignada para ser então alugada. Os donos da casa de comissão negociaram com a cativa que metade do aluguel seria revertido para sua libertação. Bernarda suicidou-se, precipitando-se do telhado do 2º andar de uma casa à rua Primeiro de Março, sem sinais de sevícias. O autor suspeitou que a possibilidade da venda foi a razão que motivou o ato desesperado da escrava: “*Parece, porém, que tendo de embarcar ontem para Cabo Frio, à requisição de seu senhor, acreditou que ia ser vendida, e por isso suicidara-se*”²²⁵.

Vislumbramos as instabilidades que marcaram a vida de muitas jovens africanas e crioulas, grávidas, no mundo urbano, sobretudo na primeira metade do século, envolvendo possibilidades de mudança de senhores e de província, e a separação de familiares e entes queridos. Uma leitura das entrelinhas dos anúncios permite que adentremos as especificidades das vivências destas mulheres nos mundos internos e externos à casa na cidade, e a realidade dos trabalhos desempenhados por elas na cidade durante a gravidez, ao longo do século.

Jovens mucamas: assediadas e grávidas portas adentro

Se as rotinas de trabalho interno e externo à casa pesavam sobre a maioria das mulheres atuantes nos serviços domésticos para famílias remediadas e de médias posses na cidade, na primeira metade do século, nas casas mais ricas, a ocupação de mucama destinava africanas e crioulas aos trabalhos internos e mais sedentários, envolvendo jornadas menos extenuantes de trabalho, durante a gravidez. Estudiosos da escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX abordaram esta ocupação doméstica exclusivamente feminina, prestadas por africanas e crioulas jovens, sob o ponto de vista das tarefas desempenhadas e de seus supostos privilégios. Segundo Luiz Soares, “as mucamas ou mocambas eram jovens e bonitas escravas de estimação, geralmente ‘crias da casa’, sem função muito bem definida”²²⁶. Nas casas mais abastadas, segundo o historiador, as mucamas desempenhariam funções mais precisas, costurando, bordando, lavando e engomando roupas, e atuando como damas de companhia das senhoras e sinhás, em saídas esporádicas à rua.

²²⁵ *Diário do Brasil*, 10 de janeiro de 1882; *O Mercantil*, 14 de janeiro de 1882.

²²⁶ SOARES, O “Povo de Cam”, op. cit., p. 114.

Anúncios envolvendo a venda de africanas e crioulas para mucamas, nas décadas de 1830 e 1840, indicam que elas desempenhavam variados trabalhos nas casas escravistas cariocas, envolvendo costura, engomado, lavagem de roupas e mesmo cozinha: em 1830, foi posta à venda uma cativa, “*que serve para mocamba por ter muita propensão para costura*”²²⁷, ao passo que outra jovem, de 18 anos, “*bem feita mocamba recolhida*”, sabia “*engomar, lavar de barrela e sabão, cozinha, cose alinhavado, e faz todo o mais serviço de uma casa com muita diligência e viveza*”²²⁸. Em abril de 1836, foram colocadas à venda “*4 perfeitas mocambas, que lavam, engomam, cosem, cortam toda a costura, e cozinham*”²²⁹. Luiz Soares notou que muitos senhores procuravam mulheres livres, a fim de que ensinassem suas cativas a prestarem serviços pessoais às suas senhoras e para alugá-las nesta função procurada e valorizada no meio urbano. Outros, desejando obter maiores rendimentos, ensinavam francês ou inglês às escravas, alugando-as às famílias europeias que vinham fixar residência na Corte. É o que indica o anúncio seguinte, de 1843, de um senhor interessado em desfazer-se de uma mucama grávida de oito meses: “*Vende-se uma elegante mucama, costureira de talho, perita engomadeira, fala inglês, e está grávida de 8 meses; na rua do Regente n.53*”²³⁰.

Marcus Carvalho, em artigo a respeito das escravas domésticas em Recife durante a primeira metade do século XIX, argumentou que a reclusão e o pouco contato com a rua eram atributos que valorizavam as cativas colocadas à venda. A expressão “mucama recolhida” ecoava, segundo o historiador, “as práticas conventuais, indicando uma vida sob rigor e vigilância constantes”²³¹. Já segundo Luiz Felipe Alencastro, *mukama*, em quimbundo, designaria escravos domésticos de ambos os sexos, cativos do povo ambundo em Angola. O uso exclusivamente feminino do termo na Colônia e no Império demonstraria a especialização das mulheres escravizadas no trabalho doméstico recluso²³². Para Sandra Graham, às mucamas seriam designadas tarefas como pentear os cabelos de suas senhoras, ouvi-las pacientemente, lavar e passar suas roupas, testemunhando e participando das rotinas diárias da família senhorial. Segundo a historiadora, mucamas e amas de leite gozavam de privilégios, como viagens junto aos

²²⁷ *Correio Mercantil*, 2 de dezembro de 1830.

²²⁸ *Jornal do Commercio*, 20 de março de 1830.

²²⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de abril de 1836.

²³⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de janeiro de 1843.

²³¹ CARVALHO, Marcus. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Revista Afro-Ásia*, 29/30, p.41-78, 2003, p. 66.

²³² ALENCASTRO, Luiz F. “Vida privada e ordem privada no Império”. In ALENCASTRO, L. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, op. cit., p. 62.

senhores, um par de chinelas e mesmo a alforria²³³.

As representações acerca dos privilégios materiais conferidos pelos ricos às jovens africanas e crioulas reclusas, mais bem vestidas e alimentadas, obscurecem outra dimensão de suas experiências. Ingressando nos aposentos mais íntimos da família, servindo diretamente a suas donas e donos, sobre elas recaíam mais estreita vigilância e a vulnerabilidade ao assédio e ao estupro por parte de seus senhores. Em 1840, um anúncio divulgava o perfil de escrava doméstica desejada por uma família de posses: “precisa-se comprar duas mucamas de bonitas figuras e prendadas, não se olha o preço também não se olha a ser preta de nação ou crioula”²³⁴. Meninas e mulheres jovens, “de bonita figura”, “bem feitas” e “recolhidas”, vinham compor, a partir da linguagem cifrada dos senhores, o retrato da mucama desejável pela camada senhorial.

No mundo urbano, a gravidez de uma cativa poderia significar para seus senhores a depreciação temporária de seu trabalho, a promessa de uma ama de leite rentável ou a mãe de crianças trabalhadoras a médio prazo. Os anúncios publicados na primeira metade do século XIX indicam que outras motivações, para além destes interesses, envolveram os destinos das jovens e mulheres, quando engravidavam dos senhores. Os anúncios de venda de jovens mucamas grávidas, na primeira metade do século XIX e meados da década de 1850, ilustram as adversidades que a gravidez poderia proporcionar para meninas e mulheres, quando seus donos e donas, das camadas médias e abastadas, desejavam afastá-las de suas vistas e convívio, ou puni-las. Assim, a gravidez, fruto destes encontros com seus senhores, poderia ensejar outros desafios para meninas e mulheres ocupadas nos serviços porta adentro. Conforme documentou o conde francês Suzannet, meninas e mulheres estiveram vulneráveis ao estupro e à venda quando grávidas, e à escravização de suas filhas e filhos pelo pai:

Muitas vezes, acontece que um senhor tendo abusado de uma jovem escrava, vende-a quando engravida; outros, ainda mais desavergonhados, conservam os próprios filhos como escravos, e estes infelizes, quando morre o pai, são vendidos sem se poderem prevalecer da sua origem²³⁵.

A partir dos anúncios de jornais publicados em Recife, Marcus Carvalho documentou que mulheres negras acompanhadas de filhos pardos eram colocadas à venda para fora da província por senhores, pais dos filhos das cativas, que visavam a preservar

²³³ GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência**, op. cit., p. 50, 51, 61.

²³⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de junho de 1840.

²³⁵ SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*. Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil, 1957, p. 47.

a honra familiar e evitar problemas com suas esposas legítimas enciumadas²³⁶. Talvez fosse vendida pelo pai de seus filhos a menina “*crioula de 13 anos*”, a quem nos referimos, que em 1830 foi posta à venda no Rio de Janeiro, “*grávida de 4 a 5 meses, e com um filho pardinho de 1 ano*”²³⁷. O rompimento dos laços com seus parentes e conhecidos atravessou mais uma vez o destino de uma africana, mucama e costureira, posta à venda “*com a precisa condição de ser para fora da Província, por se achar grávida, e não por vícios, ou moléstias que tenha*.”²³⁸ Em 1831, outra africana, mucama e costureira, foi colocada à venda: “*o motivo é por aparecer grávida*”²³⁹. Em 1836, foi anunciada a venda “*para fora*” de uma africana, nação Moçambique, grávida de três meses, que saberia cozinhar bem, lavar, engomar, costurar e tratar “*bem de um doente*”²⁴⁰. Em abril de 1830, foi anunciada “*uma escrava perfeita costureira, que corta, e faz camisas, e vestidos de Snra., engoma liso com perfeição, lava, cozinha, e sabe todo o serviço de mocamba; vende-se com a precisa condição de ser para fora da Província, por se achar grávida, e não por vícios, ou moléstias que tenha*.”²⁴¹ Em abril do mesmo ano, era posta à venda “*uma mocamba recolhida, de idade de 19 anos, por estar grávida de 4 a 5 meses*”²⁴². Em 1831, uma mulher, mucama e grávida, foi posta à venda “*por motivos de família*”²⁴³. Naquele ano, uma “*mocamba*”, “*de nação, rapariga*”, sabendo “*coser, fazer crivos*”, foi posta à venda: “*o motivo é por aparecer grávida*”²⁴⁴.

Em março de 1846, uma jovem africana de nação Benguela, de 18 anos, “*riquíssima mucama*”, fazendo “*toda a qualidade de doces de frutas, aprontando chás com toda a perfeição*”, vestindo e pregando uma senhora “*com toda a delicadeza*”, foi posta à venda por preço “*cômodo*”, grávida, para fora da província: “*vende-se pelo simples motivo de estar grávida e para fora da terra, não se duvida dar a contento os dias que quiserem; o seu preço é muito cômodo por esta condição; na rua do Piolho n.18*”²⁴⁵. Já em 1855, uma mulher grávida, “*vistosa mucama, preta, moça*”, costureira e doceira, era colocada à venda com uma filha de três anos, “*linda mulatinha*”: “*está grávida de 2 meses, não se vende a negociante de escravos, e só para fora da corte, por*

²³⁶ CARVALHO, Marcus. De portas adentro e de portas afora...**op. cit.**, p. 65-66.

²³⁷ *Correio Mercantil*, 2 de dezembro de 1830.

²³⁸ *Diario do Rio de Janeiro*, 27 de abril de 1830.

²³⁹ *Diario do Rio de Janeiro*, 20 de setembro de 1831.

²⁴⁰ *Diario do Rio de Janeiro*, 4 de maio de 1836.

²⁴¹ *Diario do Rio de Janeiro*, 27 de abril de 1830.

²⁴² *Diario do Rio de Janeiro*, 10 de abril de 1830.

²⁴³ *Diario do Rio de Janeiro*, 13 de julho de 1831.

²⁴⁴ *Diario do Rio de Janeiro*, 20 de setembro 1831.

²⁴⁵ *Diario do Rio de Janeiro*, 28 de março de 1846.

motivos particulares”²⁴⁶. A prática parece ter sido tão comum que vinha como título do anúncio de 1857, em negrito: “**Mucama grávida para se vender.** Vende-se uma mucama muito prendada, perfeita em todas as suas prendas, e grávida de 3 para 4 meses; na rua de S. Pedro n.324”²⁴⁷.

Já a partir de 1860, com a concentração da posse de mulheres cativas, apenas os mais abastados desfaziam-se das jovens mulheres, escravas domésticas reclusas, por estarem grávidas, ao passo que tais anúncios desaparecem, em 1870 e 1880. Em 1863, era colocada à venda na rua Aurora, em São Cristóvão, a filha de uma escravizada, “cria da casa”, sendo que mãe e filha poderiam ser separadas: “uma bonita crioula de 19 anos de idade, cose, engoma, ensaboa”, “de boa conduta”, “vende-se por aparecer pejada, nunca saiu à rua, e é cria da mesma casa”²⁴⁸. Já em 1869, uma jovem, “bonita” crioula de 16 anos, mucama, era colocada à venda ou ao aluguel por estar grávida: “Vende-se, ou aluga-se, uma bonita crioula de 16 anos, de casa de família, acostumada ao serviço de mucama, sabendo coser e engomar perfeitamente e lidar com criança: o motivo da venda é estar grávida de cinco meses; na rua da Misericórdia n.15”²⁴⁹.

As teses de medicina indicam que as práticas patriarcais envolvendo gênero e sexualidade para os brancos das elites impactaram a autonomia sexual e as vivências da maternidade para as meninas e jovens cativas. Para as jovens brancas e ricas, a puberdade iniciava um período de maior vigilância: “a precaução de nunca deixá-las a sós”, como advogavam os médicos, visava a preservar a virgindade e mantê-las sob o manto da “inocência”, sendo até mesmo prescritos exercícios que se opusessem “à tumultuosa e desordenada ação do órgão das volições”²⁵⁰. Para as meninas escravizadas, a puberdade, por volta dos 12 anos, frequentemente significava tanto a iniciação ao mundo do trabalho adulto quanto a possibilidade do estupro por parte dos senhores. Remetendo a valores culturais escravocratas, envolvendo coerção de gênero e dominação patriarcal, as distinções entre escravas portas adentro e portas afora relacionavam-se com as práticas sociais de reclusão para meninas e mulheres brancas de elite. O contato íntimo e cotidiano das sinhás com mucamas confinadas como elas, supostamente as afastariam dos “riscos” envolvendo contato próximo com escravas experientes que tomavam as ruas. Este

²⁴⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de julho de 1855.

²⁴⁷ *Correio Mercantil*, 12 de fevereiro de 1857.

²⁴⁸ *Jornal do Commercio*, 2 de outubro de 1863.

²⁴⁹ *Echo Popular*, 8 de outubro de 1869.

²⁵⁰ MELLO, José Tavares de. *A hygiene da mulher durante a puberdade e aparecimento periódico do fluxo catamenial*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1841, p. 16-17.

processo tomou novas nuances nas décadas finais do século, com a difusão dos discursos médicos higienistas, que convertiam mucamas, amas de leite e escravas domésticas em agentes privilegiados de contágio de doenças e corrupção moral da família branca. Na década de 1870, um médico deixa entrever as representações senhoriais e patriarcais acerca da sexualidade abusiva dos senhores, imputando a imoralidade às cativas. A “*mucama imoral*”, a ama de leite escrava e a “*mãe indolente*” arruinavam, nas décadas finais do regime, os projetos higiênicos para os futuros cidadãos, homens brancos das classes senhoriais: “*Este novo homem, gasto já aos 19 anos, vem do seio da ama escrava, da mãe indolente, inculta e da mucama imoral.*”²⁵¹

Grávidas ou mães de filhas e filhos de seus senhores, estas meninas e jovens africanas e descendentes não gozaram de pretensos privilégios conquistados com os relacionamentos com seus senhores: nem concubinas nem alforriadas, foram colocadas à venda grávidas e com filhos ao colo, para outra província. Como teriam elas vivido a gravidez na insegurança de serem vendidas para longe de parentes e conhecidos? Quais os destinos que se abririam para elas?

Vendidas grávidas como futuras amas de leite

Africanas e crioulas grávidas cujos donos visavam a se desfazer pela venda encontravam no mundo urbano, na primeira metade do século XIX, famílias escravistas interessadas em investir em sua compra. A promessa de uma ama de leite emerge dos anúncios de venda como predado futuro das cativas gestantes, sobretudo nas décadas anteriores ao fim do tráfico, quando o preço relativamente baixo das cativas tornava a compra de uma mulher grávida para servir de ama de leite viável e talvez preferível para algumas famílias, em detrimento do aluguel. Dos 42 anúncios envolvendo a intenção senhorial em vender ou comprar mulheres na década de 1830, a menção à gravidez e às possibilidades de exploração como amas de leite estiveram presentes em 11 deles, ao passo que, na década de 1840, encontramos oito dentre 36.

Os anúncios indicam que a ocupação de mucama emergia como destaque para o desempenho da função de ama de leite. Segundo Bárbara Martins, se nem todas as mulheres escravizadas empregadas como amas de leite eram designadas mucamas, estas tinham um perfil raro no mercado de trabalho doméstico, em particular para as famílias médias e abastadas, pois ofereciam a experiência de dedicação exclusiva à família

²⁵¹ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XXIII, abril de 1872, n.11, p. 428.

senhorial e ao mundo doméstico²⁵². Os anunciantes de compra poderiam ser senhores que queriam tanto uma nutriz com o filho – para manter a produção de leite para o bebê que a senhora gestava –, mas também uma gestante para o desempenho dos serviços internos da casa, que ela realizaria até as vésperas do parto. Assim, em 1837, um anunciante visava a comprar “*uma mocamba que esteja parida de pouco tempo, ou grávida, e que seja bem prendada; na rua da Cadeia n. 48*”²⁵³. Em 1838, foi publicado um anúncio que visava à compra de “*uma rapariga que tenha 15 a 20 anos de idade; mocamba recolhida e sem vícios, e que seja pejada de 7 a 8 meses*”²⁵⁴. No ano seguinte, um anunciante queria trocar ou vender uma menina africana, “*negrinha de nação*”, “*por uma ama de leite ou por uma mocamba que esteja pejada*”²⁵⁵. Em 1840, outro senhor pretendia vender ou trocar uma menina africana, “*bonita moleca de nação*” por “*uma ama de leite, ou uma mucama grávida*”; outro ainda venderia uma “*mucama recolhida*”: “*também se troca por uma ama de leite que não tenha cria, ou que esteja grávida de 6 meses para cima*”²⁵⁶. Em 1842, um senhor gostaria de vender uma mulher grávida destacando as possibilidades futuras de exploração como ama de leite: “*vende-se uma parda prendada, com 7 meses de pejada, própria para servir, depois para ama de leite*”²⁵⁷.

Africanas gestantes podiam ser compradas também por escravistas ou donos de casas de comissão interessados em alugá-las após o parto: “*Precisa-se comprar uma preta rapariga, ama de leite, com cria, ou grávida, que esteja próxima a parir, e saiba coser, e engomar; na rua São José n.15*”²⁵⁸. Já em 1836, o anunciante podia ser um senhor para investir em futuros aluguéis: “*Quem tiver uma preta com bom leite, e a queira trocar por um bom molecote de 20 anos, ou mesmo sendo sem leite, que esteja prenhe*”²⁵⁹. O anúncio seguinte, de 1831, ilustra os projetos senhoriais de trocar uma cativa prendada nos ofícios internos da casa por outra que, além destes ofícios que desempenharia durante a gravidez, pudesse servir após o parto como ama de leite: “*troca-se uma preta que tem 24 a 26 anos de idade, sabe lavar muito bem, tanto de barrela como ensaboar, engomar liso, cose em baixo de alinhavo, cozinha muito bem, exceto de forno, a qual se troca por outra que*

²⁵² MARTINS, Barbara. **Amas de leite e mercado de trabalho feminino**, op. cit., p. 49.

²⁵³ *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de setembro de 1837.

²⁵⁴ *Jornal do Commercio*, 22 de março de 1838.

²⁵⁵ *Jornal do Commercio*, 11 de agosto de 1839.

²⁵⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de outubro de 1840.

²⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 13 de janeiro de 1842.

²⁵⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de outubro de 1838.

²⁵⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de junho de 1836.

*saiba as mesmas habilidades, e que esteja grávida de 5 a 6 meses”*²⁶⁰.

Enquanto as práticas escravistas, de exigir regimes pesados de trabalho para mulheres nas lavouras cafeeiras sob a coerção de feitores, modelaram as experiências da gravidez para aquelas que viveram as últimas décadas do século XIX no Sudeste cafeeiro, as transformações demográficas e econômicas no mundo urbano, bem como os interesses senhoriais sobre os aluguéis auferidos pelas mulheres cativas como amas de leite, modelaram os desafios e as experiências da gravidez para elas no contexto que se desenhava, a partir do fim do tráfico. Os anúncios envolvendo a venda de mulheres grávidas, nas décadas de 1870 e 1880, são ínfimos comparativamente àqueles que ofereciam mulheres a serem alugadas e vendidas, depois do parto como amas de leite²⁶¹.

Quanto às políticas senhoriais dirigidas às mulheres grávidas pertencentes às famílias de setores médios e ricos na cidade, o francês Charles Expilly aponta, na década de 1860, que consistiam na redução da jornada de trabalho das mulheres. A diminuição quanto ao ritmo ou tipo de demanda de trabalho não visava a proporcionar nascimentos de bebês saudáveis como nas fazendas, mas a garantir uma nutriz que se encontrasse em boas condições para ser alugada como ama de leite, após o parto: *“Uma ama de leite é alugada por mais que uma engomadeira, uma cozinheira ou uma mucama. Para que dê honra e lucro, colocada numa boa casa, o senhor, durante a gravidez, lhe reserva os trabalhos mais leves”*²⁶². Assim, mulheres que fossem escravizadas nas casas mais abastadas poderiam gozar de melhores condições de trabalho durante a gravidez, porém a vida de suas filhas ou filhos estaria seriamente ameaçada após o parto. O único dentre os quatro anúncios de mulheres grávidas para a década de 1880 que mencionava a aptidão para ama de leite parece ser de autoria de um senhor ou senhora remediados, que visava a alugar a mulher grávida ou vendê-la, à revelia do que determinava o primeiro artigo da lei de 1871 acerca da separação de mãe e filhos ingênuos²⁶³: *“Vende-se ou aluga-se por 25\$ uma escrava, preta crioula, sadia e desembaraçada, boa cozinheira do trivial, lava*

²⁶⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de novembro de 1831.

²⁶¹ Referentes à segunda metade do século, e podendo referir-se à mesma mulher em mais de um anúncio, a amostragem anual de venda e aluguel de mulheres escravizadas após o parto como amas de leite coletadas por Luiz Martins foi de 168 para o ano de 1850, 213 para o ano de 1854, 188 para o ano de 1870. Para dados relativos a outros anos, ver MARTINS, Luiz C. M. **No seio do debate**, op. cit., tabela IV, p. 163.

²⁶² EXPILLY, Jean Charles. *Le Brésil tel qu'il est*. Paris: E. Dentu, éditeur, Librairie de la Société des Gens de Lettres, 1862, p. 202.

²⁶³ Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Artigo 1º, inciso 5 *“No caso de alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 annos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava subrogado nos direitos e obrigações do antecessor.”*, **op. cit.**

*bem, engoma e cose; grávida de 4 a 5 meses do terceiro parto, própria para ama dando o filho para criar-se*²⁶⁴.

Integrando a economia urbana e indispensáveis à sobrevivência e ao modo de vida ocioso dos setores brancos escravistas diretamente dependentes de seu trabalho e dos rendimentos de seus ganhos e aluguéis, africanas e crioulas desempenharam durante a gestação – além da costura, lavagem, engomado e serviços pessoais às camadas ricas – numerosas tarefas nos lares de seus senhores ou das famílias locatárias, portas adentro e portas afora.

Trabalho e cotidiano: lavadeiras, quitandeiras e todos os serviços domésticos

Servindo diretamente a seus donos ou alugadas a terceiros, a divisão do trabalho por gênero delegou às mulheres africanas e crioulas escravizadas, mas também libertas e livres pobres, os esforços necessários à subsistência tanto a seus senhores quanto àqueles que as alugavam para a prestação de serviços domésticos. Uma das principais questões que modelou as experiências das escravizadas no ambiente urbano diz respeito à sua ostensiva inserção no mercado de aluguel. Existente desde o período colonial, esta forma de exploração urbana do trabalho das escravizadas e de seus rendimentos, apropriados pela classe senhorial, aumentou consideravelmente a partir de 1810, acompanhando o crescimento do tráfico e a demanda por serviços domésticos na cidade²⁶⁵. Africanas e crioulas foram alugadas por seus donos, membros das elites e camadas médias, para aqueles que não tinham escravizadas ou aos que permaneciam temporariamente na cidade²⁶⁶.

Na primeira metade do século XIX, africanas e crioulas grávidas vivenciaram transformações em suas vidas quando inseridas por seus senhores no mercado de aluguel. O expediente do aluguel envolvia o ingresso na residência daqueles que, sem ser seus senhores, dispunham de direitos sobre seu trabalho. O aluguel poderia implicar em mudanças significativas no cotidiano das escravizadas, envolvendo distanciamento das moradias senhoriais e dificultando o convívio com seus filhos e parentes. Como demonstrou o processo criminal envolvendo Marcelina na década de 1850, o ingresso como alugada na residência de uma família remediada implicava transformações quanto às rotinas de trabalho, quando desempenhavam todos os serviços domésticos, podendo

²⁶⁴ *Gazeta de Noticias*, 8 de maio de 1880.

²⁶⁵ SOARES, Luiz. **O “Povo de Cam...”**, op. cit., p. 53.

²⁶⁶ PFEIFFER, Ida. *Voyage d’une femme autour du monde*. Trad. Original alemão W. de Suceau. Paris: Librairie de L. Hachette, 1858, p. 45.

encontrar nos locatários, em seus caprichos e atos de despotismo, a fonte de outros tormentos e tensões.

Africanas e crioulas foram alugadas grávidas de alguns meses ou às vésperas do parto, e outras engravidaram durante a permanência nas casas dos locatários, onde davam à luz e permaneciam com ou sem seus filhos. Totalizando apenas 10 dos 108 anúncios, metade deles publicados na década de 1840, aqueles que envolveram o aluguel de mulheres grávidas indicam que, além de vendidas a baixo preço, elas eram as trabalhadoras sobrecarregadas que os remediados podiam custear. Os predicados que acompanhavam os anúncios de aluguel são expressivos de que numerosas tarefas eram exigidas e realizadas pela mesma mulher, envolvendo trabalho doméstico exaustivo portas adentro e afora. Se do ponto de vista senhorial a gravidez da escravizada significava uma depreciação de seu valor e de seu aluguel, é plausível supor que os senhores subtraíam a menção à gravidez nos primeiros meses para não desinteressar os locatários nem diminuir o preço dos alugueis. Sob a perspectiva das mulheres cativas, a gravidez, em particular nos últimos meses, poderia colocar diversas pressões sobre elas do ponto de vista dos regimes de trabalho.

Das entrelinhas dos anúncios, adentramos as especificidades das vivências de mulheres africanas e a realidade dos trabalhos desempenhados nos lares de pequenos proprietários remediados destituídos de outros trabalhadores. Em dezembro de 1847, na rua do Piolho n. 30, alugava-se “*por preço muito cômodo, por estar grávida, uma preta*”²⁶⁷. Em 1845, “*na rua larga de S. Joaquim n.74*”, uma africana ou crioula poderia ser alugada a remediados por preço cômodo por estar grávida, “*sendo os seus alugueis pagos sempre adiantados*”²⁶⁸. Em 1840, um senhor anunciava a baixo preço uma mulher grávida que talvez realizasse sozinha, nos últimos meses de gravidez, a lavagem das roupas, a cozinha, o engomado e demais serviços da casa, “*menos carregar água*”: “*Aluga-se uma preta que lava, cozinha, engoma e faz o mais serviço da casa, menos carregar água; seu preço é 9 U réis por mês por estar grávida de 4 a 5 meses; no largo da Sé n.20*”²⁶⁹. A tentativa dos senhores em limitar os serviços desempenhados pelas cativas é expressiva tanto das pressões das mulheres gestantes em negociar melhores condições de vida e de trabalho quando alugadas nas casas remediadas, bem como da possível preocupação dos escravistas em evitar acidentes que poderiam colocar em risco

²⁶⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de dezembro de 1847.

²⁶⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de outubro de 1845.

²⁶⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de fevereiro de 1840.

a saúde e a vida de suas cativas. Assim, o autor do anúncio seguinte condicionava o aluguel da cativa, dona de conhecimentos e habilidades em engomar, costurar, refinar açúcar e rudimentos de cozinha, aos serviços internos da casa, talvez sob pressão da escravizada: “*e por estar em princípio de gravidez aluga-se por 12\$ com a condição de não ser para serviço da rua*”²⁷⁰. Em 1849, outra mulher era anunciada “*para servir portas adentro, e por preço razoável por estar grávida*”²⁷¹. Em 1851, um senhor anunciava uma mulher gestante pelo valor de 10 mil réis, que seria desembolsado por locatários em troca do desempenho de trabalhos internos à casa, não devendo ser exigido da cativa “*serviço pesado*”: “*Aluga-se no largo da Sé n.5, por 10\$ RS uma vistosa preta, está grávida e não pode fazer serviço pesado é só para tratar do serviço da casa*”²⁷².

Em dezembro de 1853, o jornal o *Correio Mercantil* publicou o anúncio de aluguel de uma mulher parda, especializada na costura e engomado das roupas, a baixo preço por estar grávida: “*por 12\$000, por estar grávida de 4 meses; na rua do Senhor dos Passos n.56*”²⁷³. Em janeiro de 1854, o mesmo anunciante, que poderíamos supor um senhor ou senhora, dependentes dos aluguéis de suas cativas ou intermediários, mencionou o mesmo endereço aos que se interessassem no aluguel de outra escrava, igualmente grávida, dona de outros préstimos ligados à cozinha e aos serviços da rua: “*Aluga-se uma preta que cozinha, lava e faz compras, mas não carrega pesos, por 12\$, por estar grávida; na rua do Senhor dos passos n.56*”²⁷⁴. O segundo anúncio parece sugerir possíveis pressões da mulher grávida, bem como os limites do paternalismo de senhores dependentes dos aluguéis de suas escravas gestantes: “*mas não carrega pesos*”. Outro anúncio indica que, além das grávidas, as anciãs eram as trabalhadoras cansadas, lentas e sobrecarregadas que os remediados podiam custear: “*Precisa-se alugar uma preta velha, para o serviço de casa, que seu aluguel não exceda a 6Urs*”²⁷⁵.

As condições mencionadas pelos senhores nos anúncios, publicados entre 1830 e meados de 1850, expressam particularidades das relações escravistas de poder e trabalho no mundo urbano, envolvendo a prestação de serviços a terceiros bem como a capacidade das cativas urbanas em barganhar com seus senhores restrições aos desmandos dos locatários. Também entrevemos as tarefas que as africanas e crioulas grávidas visavam a

²⁷⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de novembro de 1848.

²⁷¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de fevereiro de 1849.

²⁷² *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de abril de 1851.

²⁷³ *Correio Mercantil*, 11 de dezembro de 1853.

²⁷⁴ *Correio Mercantil*, 5 de janeiro de 1854.

²⁷⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de junho de 1840.

evitar: “*menos carregar água*”, “*com a condição de não ser para serviço de rua*”, “*para servir portas adentro*”, “*e não pode fazer serviço pesado*”, “*mas não carrega pesos*”. Assim, o intuito dos locadores em restringir os serviços àqueles circunscritos ao domínio interno da casa é expressivo das prováveis exigências de todos os serviços domésticos por parte da clientela locatária constituída por famílias remediadas e de pequena posse. Nada indica, porém, que a restrição senhorial fosse acatada pelas famílias locatárias que buscavam trabalhadoras a baixo custo, sendo possível que as escravas grávidas não fossem poupadas de arcar com o trabalho de rua. Quais os serviços externos que africanas e crioulas gestantes visavam a evitar?

O cotidiano de trabalho das africanas e descendentes empregadas em serviços domésticos urbanos envolvia uma extensa gama de atividades relacionadas à alimentação – que incluía compra de alimentos frescos, processamento, manejo de panelas, da lenha e do fogo, servir e lavar a louça –, à lavagem de roupa nos rios ou nas bacias próximas aos chafarizes, além do engomado do vestuário com ferros quentes, da limpeza e do arranjo dos cômodos das casas. Para aquelas que como Marcelina foram alugadas ou escravizadas por famílias de poucas posses, era comum que desempenhassem também os chamados serviços de rua. Em 1850, um anunciante desejava alugar uma escravizada para serviços domésticos, indicando que não lhe seriam exigidos serviços externos à casa, exceto fazer compras: “*Precisa-se alugar uma preta forra ou cativa, que saiba lavar, engomar, cozinhar e comprar, será bem tratada, e adverte-se que não é para carregar água nem imundícies*”²⁷⁶. Assim, os serviços de rua incluíam carregamento de água, envolvendo transportar e equilibrar à cabeça pesadas tinas até os chafarizes da cidade, mas também o despejo de lixo e dejetos domésticos, no Campo de Santana, nas ruas e ao mar, visto que uma rede de esgotos vinha servir apenas às elites, a partir de 1860²⁷⁷.

Também, aos córregos e chafarizes da cidade dirigiam-se lavadeiras africanas e crioulas quando grávidas, transitando com grandes bacias contendo roupa a ser lavada e batida no largo da Carioca, no campo de Santana e no vale das Laranjeiras, envolvendo esforços constantes e maior ou menor deslocamento, a depender do local de residência da família²⁷⁸. Os anúncios de fuga indicam que mulheres ocupadas como quitandeiras também trabalhavam até às vésperas do parto, vencendo as ruas a pé com seus tabuleiros.

²⁷⁶ *Diário do Rio e Janeiro*, 9 de fevereiro de 1850.

²⁷⁷ SOARES, **O povo de Cam**, op. cit., p. 136.

²⁷⁸ KARASCH, **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**, op. cit., p. 288; GRAHAM, **Proteção e obediência**, op. cit., p. 51.

Em 1830, Victoria, nação Moçambique, fugia e poderia ser reconhecida “*com a barriga grande por estar pejada*”: “*costumava vender quitanda, com a qual talvez inda ande*”²⁷⁹. Em 1840, Maria, de nação Benguela, “*de meia idade*”, “*que vendia hortaliça*”, fugiu “*pejada de pouco tempo*”²⁸⁰. Já em 1854, uma crioula da Bahia, “*de idade de 26 a 30 anos*”, fugia grávida, lavando “*ultimamente no Campo da Aclamação*”²⁸¹. Os anúncios de fuga e de aluguel são expressivos das pesadas jornadas de trabalho que recaíam sobre as escravizadas no mundo urbano, que elas tentavam modificar. Também, indicam que não era a regra alterar o regime de trabalho de mulheres gestantes que se ocupavam dos serviços de casa e de rua até as vésperas do parto, sobretudo entre as famílias altamente dependentes de seu trabalho.

Apesar de pouco numerosos, anúncios envolvendo o aluguel de mulheres grávidas, nas décadas de 1860 a 1870, indicam a premência dos interesses senhoriais sobre o aluguel das cativas em detrimento das possibilidades incertas da sobrevivência de seu filho que poderia ser doado para a família que se dispusesse a alugá-la grávida em 1862: “*Aluga-se uma preta perfeita engomadeira, cozinheira e lavadeira, está pejada e dá-se a criança aonde ela estiver alugada*”²⁸². Já na década da Abolição, quando mulheres livres, libertas e imigrantes trabalhariam lado a lado com as escravizadas, senhores continuavam alugando as gestantes “*muito em conta*”: “*Aluga-se uma parda perfeita engomadeira e mais serviços; aluga-se muito em conta por estar grávida; na rua do Visconde de Uruguai n.6*”²⁸³. Às vésperas da Abolição, em tese defendida em 1886 sobre a mortalidade das crianças na cidade do Rio de Janeiro, o doutorando Evaristo da Veiga indica que os discursos médicos não acenderiam nos senhores maior preocupação quanto à saúde das escravizadas, durante a gestação. O doutorando afirmava ter sido “*algumas vezes testemunha visual de escravas que, em estado adiantado de gravidez, suportam trabalho superior às suas forças*”²⁸⁴.

Um exame dos casos clínicos publicados nos periódicos médicos traz para a cena alguns acidentes e problemas de saúde que afetaram as mulheres grávidas durante o trabalho, quando seus proprietários, entre ricos, remediados e os setores médios urbanos,

²⁷⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de fevereiro de 1830.

²⁸⁰ *O Despertador*, 3 de julho de 1840.

²⁸¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de janeiro de 1854.

²⁸² *Jornal do Commercio*, 14 de janeiro de 1862.

²⁸³ *O Fluminense*, 28 de maio de 1882.

²⁸⁴ VEIGA SOBRINHO, Evaristo da Veiga. *Das condições que explicam a mortalidade das crianças na cidade do Rio de Janeiro*. Ouro Preto: Typographia da Província de Minas, 1886, p. 25.

procuravam pela assistência de cirurgiões e médicos, nas décadas finais do regime²⁸⁵. Em 1859, Antônio Pinto, em seu manual acerca das mulheres durante a gravidez, referia-se aos impactos do trabalho de lavagem de roupas sobre o bem-estar das escravizadas, nos últimos meses de gravidez:

O estar de pé muito curvada (como acontece com algumas lavadeiras [sic]) opõe-se ao desenvolvimento do útero; o estar de pé por muito tempo dá lugar a varizes e inchaço dos pés e pernas, que atormentam as mulheres nos últimos meses; certas posições continuadas podem ocasionar desvios ou inclinações do útero, que dificultam ulteriormente o trabalho de parto²⁸⁶.

As rotinas de trabalho durante os últimos meses de gravidez envolviam maior suscetibilidade a acidentes. Em setembro de 1873, um médico foi chamado para tratar de uma cativa “*nos últimos tempos da gravidez*”, vítima de um acidente que lhe provocava uma inflamação do útero, e que o médico tratou com pós de mercúrio e sangrias:

Nessas condições, observei uma mulher escrava, nos últimos tempos da gravidez, que rolou uma escada com uma bacia d’água à cabeça; sendo atacada de uma peritonite violentíssima nela empreguei os calomelanos e as emissões sanguíneas com excelente resultado, pois consegui a cura completa, dando ela à luz com a maior felicidade²⁸⁷.

Já a cativa Ana estava grávida, em 1868, quando retornava das laranjeiras após um dia de trabalho, conduzida por um bonde movido a mula que se assustou, provocando um acidente entre os passageiros²⁸⁸. Mulheres grávidas que se acidentassem nas imediações urbanas poderiam ser levadas à Santa Casa de Misericórdia, como foi o caso de uma escravizada grávida que, em 1859, indo colocar flores para ornar a imagem de Nossa Senhora da Glória, acidentou-se e foi para lá conduzida²⁸⁹.

Desempenhando trabalho sobrecarregado para locatários remediados e senhores, lavando, carregando água e vencendo as imediações urbanas com seus tabuleiros de quitandas, sujeitas a sofrer acidentes nos últimos meses de gestação, as adversidades enfrentadas por mulheres escravizadas, durante a gravidez, foram exacerbadas quando vítimas do sadismo senhorial e de suas torturas.

Violência senhorial

A imprensa diária e os manuais de medicina documentaram que mulheres negras e

²⁸⁵ Ver, a este respeito, TELLES, Lorena. *Labouring women...*, **op. cit.**

²⁸⁶ PINTO, *O medico da primeira infância ou o conselheiro da mulher grávida*, **op. cit.**, p. 35.

²⁸⁷ *Revista Médica*, Ano I, n. 7, 10 de setembro de 1873, p. 99.

²⁸⁸ GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência**, **op. cit.**, p. 72.

²⁸⁹ *Correio Mercantil*, 19 de agosto de 1859.

pardas, africanas e crioulas escravizadas enfrentaram torturas brutais por parte de seus senhores e senhoras durante a gravidez, provocando-lhes por vezes o aborto e a morte. Dentre as motivações senhoriais para as violências infligidas nas mulheres grávidas desponta a questão das suspeitas da paternidade senhorial, em particular quando recaíam sobre os senhores ou amásios de suas donas na cidade. Os jornais e processos criminais documentaram as violências de que foram vítimas jovens mulheres quando grávidas. Em 1832, Luiza, parda, em torno de 20 anos de idade, grávida de 7 a 8 meses, foi vista por Aureliano Coutinho pelas frestas de uma casa na rua de São Pedro n.19, no Rio de Janeiro, “*nua em pelo, lanhada da ponta dos pés à cabeça, partida em vários lugares todo o corpo chagado*”²⁹⁰. A senhora, chamada ironicamente Francisca das Chagas, quando intimada e interrogada sobre o motivo do bárbaro tratamento dispensado à escrava, respondeu: “*que era o de se ter deixado seduzir pelo amante dela Sra., de quem está grávida, e porque não podia ver o fruto daquele trato*”. Luiza foi recolhida à Santa Casa de Misericórdia: “*para ser curada, se possível for, por quanto julgo não escapará à vista do estado em que se acha*”. Segundo Luiz Soares, que analisou o processo criminal, a cativa não resistiu aos ferimentos e morreu na Misericórdia.²⁹¹

Mulheres gestantes como Luiza poderiam ter uma morte extremamente violenta nas mãos de senhores e senhoras que eram comumente subtraídos das mãos da justiça. Os requintes de crueldade e os sofrimentos vividos por uma escrava, nos últimos tempos da gravidez, foram documentados no *Jornal do Commercio* em 2 de outubro de 1833, tratando-se de uma senhora viúva abastada que castigara a escrava até a morte²⁹².

Os sintomas físicos da gravidez envolvendo sonolência e enjoos nos primeiros meses poderiam tanto comprometer a expectativa dos senhores quanto a prestação diligente de serviços e ainda provocar-lhes a ira, exacerbando os castigos, em especial se a gravidez viesse frustrar os projetos de explorá-la economicamente. Em seu manual publicado em 1859, Antônio Pinto dirigia suas críticas às práticas senhoriais de castigarem as mulheres gestantes, o que, para o médico, vinha obstar os nascimentos de bebês saudáveis. Ele referia-se à violência dos senhores que “*não perdoam nas escravas grávidas certas aberrações do hábito, como sejam a indolência, o mau humor, a*

²⁹⁰ *Correio Mercantil*, 10 de dezembro de 1832.

²⁹¹ SOARES, Luiz. **O “Povo de Cam”**, op. cit., p. 208.

²⁹² Na documentação criminal compulsada por Luís Soares, foram encontrados 15 assassinatos de escravos por 8 senhores e 7 senhoras, crimes que recaíam majoritariamente sobre as mulheres, 12 dentre as 15 pessoas assassinadas. Soares analisou processos envolvendo o homicídio de escravas por locatárias e locatários, que contaram com a cumplicidade de médicos na falsificação da certidão de óbito. SOARES, **“Povo de Cam”**, op. cit., p. 205-207.

sonolência, e outras coisas próprias do estado em que se acham, e por isso ralham demasiado, e até castigam asperamente”²⁹³. Em 1859, o *Correio Mercantil* divulgava as torturas sofridas por uma mulher: “*Informam-nos que em uma casa das Laranjeiras se castiga barbaramente uma parda grávida a ponto de incomodar a vizinhança.*”²⁹⁴ Em 1863, uma mulher padecia, sendo seviciada diversas vezes ao dia: “*Pedem-nos que chamemos a atenção da autoridade a quem competir providenciar sobre uma casa da rua de Catumby Grande, perto da Cova da Onça, onde duas e três vezes por dia se espanca uma pobre escrava, grávida, que atordoia a vizinhança com gritos e gemidos*”²⁹⁵. Em 1860, os desesperos dos castigos cotidianos levaram Florência, parda, moradora à rua da Saúde, a atirar-se da janela do primeiro andar à rua, grávida de quatro meses, tendo seu senhor, na véspera, castigado brutalmente a escrava, “*prometendo-lhe igual castigo*”. Depois da malograda tentativa de dar cabo de si, a escravizada foi recolhida à Casa de Saúde Previdência com diversas contusões pelo corpo²⁹⁶.

Nas últimas décadas do século, com os avanços do abolicionismo, do lento declínio da escravidão urbana e do desgaste da instituição escravista, anúncios de fuga, venda e aluguel de escravas disputariam espaço nos jornais diários com as denúncias de castigos que eram levadas aos jornais por simpatizantes da causa antiescravista. A ocorrência da gravidez despertou o sadismo de um senhor sobre uma jovem escrava, em 1877:

Bárbaro senhor. Veio ontem ao nosso escritório esse respeitável cavalheiro e pediu-nos para levar ao conhecimento do Sr. Dr. chefe de polícia o modo bárbaro por que castiga seus escravos no morador de uma chácara na rua S. João em S. Cristóvão. [...] uma pardinha escrava do tal individuo, cujo nome calamos para ver se emenda a mão, foi brutalmente castigada por se achar grávida.²⁹⁷

Em 1880, aos “*abolicionistas*” era endereçada a denúncia envolvendo um senhor que encarcerava uma mulher grávida no sótão da casa, onde ela passava fome: “*prendeua no sótão na sua casa, onde conserva até hoje a pão e água, não lhe tendo dado nenhum alimento nos dois primeiros dias de reclusão*”²⁹⁸.

Quando a gravidez da mulher cativa era indesejada pelos senhores, estes poderiam

²⁹³ PINTO, Antonio Ferreira. *O medico da primeira infancia...* op. cit., p. 38.

²⁹⁴ *Correio Mercantil*, 9 de novembro de 1859.

²⁹⁵ *Correio Mercantil*, 16 de abril de 1863.

²⁹⁶ *Diario do Rio de Janeiro*, 21 de novembro de 1860.

²⁹⁷ *O Globo*, 3 de março de 1877.

²⁹⁸ *O Corsario*, 16 de setembro 1880.

vendê-las para longe, obrigá-las a abortar com alguma parteira ou provocar eles próprios o aborto através das torturas. Em 1880, a suspeita de que o filho que a escrava gestava fosse do marido motivava uma mulher portuguesa a maltratar a escrava “*com bordoadas*”, tendo “*chamado uma parteira com o fim de fazer a cativa abortar*”: “*a parteira horrorizada saiu para não voltar*”²⁹⁹. Em 1879, a *Gazeta de Notícias* denunciou que um padre espancava uma escravizada grávida, que depois das torturas abortou, sendo atendida pelo médico José Ribeiro³⁰⁰. O caso foi levado à polícia, e a escrava foi alforriada: “*O subdelegado Noronha Feital conseguiu a liberdade da escrava*”³⁰¹. Em janeiro de 1882, foi publicado um texto pedindo providências ao chefe de polícia a respeito de uma “*pardinha*” grávida que, na rua Conde d’Eu, estaria sendo “*barbaramente espancada até com pontapés na barriga. A vítima acha-se de cama. O algoz é um parente de um ex-ministro*”³⁰².

Nas décadas finais do regime, com a mudança de atitude de consideráveis setores da população com relação à escravidão, mulheres escravizadas se sentiram encorajadas a denunciar as violências sofridas nas subdelegacias de polícia, frequentemente simpáticas aos senhores. A escrava Constança, grávida, dirigia suas queixas à polícia, em 1882:

Mais um. Uma rapariga de nome Constança foi hoje de manhã à polícia queixar-se de maus tratos que recebe diariamente do seu senhor, o capitão Monteiro, residente na rua de Santa Luzia. A escrava está grávida e ainda hoje de manhã teve de sofrer o castigo de bolos e de cacete no braço. Vimos esta parte do corpo completamente mutilada. [...] O que fará a polícia? ³⁰³

Os anúncios de fuga indicam as estratégias de mulheres africanas e crioulas, a fim de se manterem distantes do sadismo e dos maus-tratos que sofriam no mundo doméstico escravista e que poderiam colocar em risco suas vidas. A descrição do uso de instrumentos de tortura e de cicatrizes, provocadas por atos violentos dos senhores, emerge das representações das africanas e crioulas que os senhores desejavam recapturar. Em 1831, Maria, nação Rebola, “*vistosa*” e “*bem parecida*”, fugiu grávida, portando “*um sinal na cara, de uma queimadura*”³⁰⁴. Em 1846, Euzébia, crioula de Pernambuco, 24 anos, grávida de sete meses, escapou de seu senhor. Além da barriga de sete meses, ela ostentava os “*muitos sinais de castigo nas costas*” e conseguia fugir apesar do ferro, do

²⁹⁹ *Gazeta da Tarde*, 2 de dezembro de 1880.

³⁰⁰ *Gazeta de Notícias*, 11 de maio de 1879.

³⁰¹ *Gazeta da Tarde*, 28 de dezembro 1880.

³⁰² *Gazeta de Notícias*, 24 de janeiro 1882.

³⁰³ *Gazeta da Tarde*, 1º de dezembro de 1882.

³⁰⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 31 de dezembro de 1831.

cepo de madeira e da corrente que carregava ao pé:

Fugiu em junho do corrente ano, da rua dos Siganos n.9, uma preta de nome Euzebia, crioula de Pernambuco, de idade 24 anos, alta, cheia de corpo, com muitos sinais de castigos nas costas, levou vestido cor de rosa, e xale roxo; quando fugiu estava grávida de 7 a 8 meses, e tinha num pé um ferro com cepo e corrente. A mesma escrava antes de fugir esteve acoitada alguns dias em uma chácara em Catumbi; quem a apreender e levar à rua do Hospício n.165, ou dela der notícias certas, será bem gratificado³⁰⁵.

Muitas foram reconhecidas e capturadas pelos capitães do mato e conduzidas à força ao endereço indicado nos anúncios pelos senhores. Estes poderiam puni-las enviando-as ao Calabouço, instituição municipal onde eram torturadas a pedido dos senhores e onde poderiam permanecer sem limite de tempo³⁰⁶. As mulheres escravizadas que optavam pela fuga arriscavam-se também a caírem nas malhas da polícia, responsável pela repressão aos escravizados, e serem conduzidas à Casa de Detenção.³⁰⁷ Em 1832, atos de desobediência ou algum crime motivaram um senhor a enviar a cativa grávida ao Calabouço e a anunciar sua venda para longe. Tratava-se da “*preta Narciza, que se acha na Prisão do Calabouço, com a condição de ser para fora da terra, sabendo cozinhar, lavar, engomar, e coser, a qual está grávida de 4 para 5 meses*”³⁰⁸. O anúncio de 20 de outubro de 1853, do *Diario de Noticias*, publicou o aviso de detenção de Carolina, de nação Conga, grávida:

Pela secretaria de polícia da província do Rio de Janeiro, se faz público que na casa de detenção desta cidade se acham presas por fugidas as pretas abaixo mencionadas: Carolina, de nação Conga, que disse ser escrava de Joaquim de Mello, morador na corte, na rua dos Ourives, e depois declarou chamar-se Delfina, e ser escrava de Carolina, moradora

³⁰⁵ *Diario do Rio de Janeiro*, 2 de outubro de 1846.

³⁰⁶ Até 1829, os açoites eram feitos em público, nos pelourinhos, sendo a partir de então restrito à reclusão do Calabouço. Segundo Luiz Soares, o Calabouço tornou-se grande fonte de renda para o Estado, visto que os senhores pagavam pelo número de açoites, pela comida e curativos nos escravizados, que poderiam lá permanecer indefinidamente, em péssimas condições, sendo comum que muitos cativos debilitados pelos castigos adoecessem e morressem. Em 1837, era fundado um novo complexo carcerário junto à Casa de Correção, mas que continuou conhecido como Calabouço, vendo-se ampliadas as suas finalidades. A instituição passava a receber escravizados que cometiam crimes punidos pela lei e estivessem aguardando julgamento, ou para a execução das penas de açoites, sendo posteriormente remetidos à Casa de Detenção para o cumprimento da pena de reclusão. Já a partir de 1850, a prisão passou a ser usada também para a reclusão de escravizados vindos do tráfico interno até serem entregues aos traficantes da cidade. Conferir ALGRANTI, *O feitor ausente*, op. cit., p. 105; KARASCH, *A vida dos escravos*, op. cit., p. 179-180; SOARES, *O “Povo de Cam”*, op. cit., p. 210-213.

³⁰⁷ Os dados coletados por Luiz Soares indicam que dentre as 240 mulheres escravizadas e presas pela polícia entre 1825 e 1830, 177 seriam por fuga. Quanto às que foram recolhidas ao Calabouço, por ordem dos senhores, para permanecerem reclusas ou serem castigadas, constam 436 mulheres nos anos 1856, 1857 e 1858. Mulheres capturadas pela polícia foram remetidas à prisão também por andar fora do toque de recolher, por injúrias verbais, desordens e roubo. SOARES, *op. cit.*, p.439, 444, 446.

³⁰⁸ *Diario do Rio de Janeiro*, 12 de dezembro de 1832.

na rua do Sabão, passando o largo de S. Domingos. Esta preta acha-se grávida³⁰⁹.

Mulheres grávidas poderiam falecer devido aos castigos recebidos na Casa de Correção. Claudina Crioula, em estado adiantado de gravidez, escrava de Francisco Rosa do Amor Divino, foi condenada a 300 açoites pelo júri, em 1857. Ela deu à luz depois dos castigos brutais e perdeu sua vida.³¹⁰

Projetos, abortos e resistências

Diversas foram as formas encontradas por mulheres africanas e crioulas escravizadas, a fim de enfrentarem as situações hostis e desfavoráveis que se abateram sobre elas durante a gravidez, quando seus senhores planejavam vendê-las para longe, exigindo delas trabalhos excessivos, torturando-as impiedosamente, pressionando-as para que abortassem, ou cerceando sua autonomia e seus encontros com seus parentes, comadres e os pais das crianças que geravam.

Anúncios de jornais indicam que negociar com seus senhores a própria venda, ou pressioná-los negando-se a servi-los, era um caminho disponível para mulheres escravizadas que visavam a distanciar-se de seu domínio, em busca de condições de vida menos adversas. Em 1835, foi publicado o anúncio envolvendo uma jovem africana que pedia para ser vendida: “*Vende-se uma rapariga de nação de 18 a 20 anos de idade, por ela o pedir, a qual está grávida de 7 meses*”³¹¹. Em 1843, foi anunciada a venda de uma jovem, descrita como “*linda rapariga a de 16 anos de idade, a qual sabe coser e engomar com perfeição, e está pejada de 4 meses*”, “*por não querer seguir sua senhora para fora do Império*”³¹².

Se essas mulheres visavam a escapar do domínio de seus senhores procurando mudar o cenário e as condições de sua escravização, as ameaças senhoriais e as possibilidades de serem vendidas para longe constituíram uma das grandes adversidades enfrentadas por mulheres escravizadas que viveram a gravidez e a maternidade na cidade. O anúncio seguinte documenta as pressões exercidas por uma africana grávida frente à possibilidade de ser vendida para longe, o que implicaria a mudança de local de moradia e o afastamento de seus entes queridos, outros filhos, parentes ou o pai da criança. Em

³⁰⁹ *Diário de Notícias*, 20 de outubro de 1853.

³¹⁰ SOARES, Luiz. **O “Povo de Cam”**, op. cit., p. 233. Entre 1859 e 1870, foram registradas a morte de sete mulheres no Calabouço. KARASCH, **op. cit.**, p.183.

³¹¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 3 de novembro de 1835.

³¹² *Jornal do Commercio*, 9 de novembro de 1843.

1854, uma africana grávida foi colocada à venda e pressionou seus senhores para evitar o deslocamento para fora da Corte ou, ao menos, da Província do Rio de Janeiro: “*Vende-se uma preta moça, de nação [...] está grávida de pouco tempo e se vende com a condição de não ser para fora da corte e província, na rua do Sabão do Mangue n.15*”³¹³.

Quando os planos e práticas dos senhores rivalizavam com os projetos e interesses das mulheres africanas e crioulas na cidade, muitas optaram pela solução radical da fuga, sendo que a gestação colocava dificuldades específicas àquelas que empreendiam uma escapada temporária ou àquelas que planejassem se livrar de seus donos. Os anúncios de fuga de mulheres africanas e crioulas grávidas encontram-se distribuídos conforme a tabela, de onde entrevemos a presença expressiva das africanas dentre as fugitivas nas décadas de 1830, 1840 e 1850, e a diminuição do número absoluto de fugitivas, de maioria crioulas, nas décadas de 1860, 1870 e 1880, respondendo ao padrão de diminuição da população cativa urbana:

Tabela 5. Anúncios de fuga de africanas e crioulas grávidas por década e naturalidade (1830-1888)

Década	Africana	Crioula	Desconhecida	Total
1830	25	4	2	31
1840	19	11	1	31
1850	8	11	4	23
1860	4	5	0	9
1870	0	9	1	10
1880	0	10	0	10
Total	56	50	8	114

Fontes: *Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, *O Despertador*, *Echo da Nação*, *Correio do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*.

Observamos a grande presença de africanas, majoritariamente embarcadas dos portos congo-angolanos, entre as fugitivas nas duas décadas de incremento do tráfico na cidade: 25 e 19 mulheres nas décadas de 1830 e 1840. Na tabela abaixo, discriminamos as nações por período e região de embarque:

³¹³ *Gazeta de Notícias*, 20 de março de 1854.

Tabela 6. Nações africanas nos anúncios de fuga (1830-1888)

	Nações africanas	1830	1840	1850	1860	1870	1880	Total
África Central	Angola	-	2	-	-	-	-	2
	Benguela	2	5	-	-	-	-	7
	Cabinda	1	2	2	1			6
	Cabundá	1	-	-	-	-	-	1
	Cassange	5	-	-	-	-	-	5
	Conga	2	3	1	-	-	-	6
	Monjola		1	-	-	-	-	1
	Rebola	3	-	-	-	-	-	3
	Quiciman	1	-	1	-	-	-	2
	Total	15	13	4	1	-	-	33
África Oriental	Inhambane	1	-	-	-	-	-	1
	Moçambique	4	3	3	1	-	-	11
	Quilimane	-	1	-	-	-	-	1
	Total	5	4	3	1			13
África Ocidental	Mina	3	-	1	1	-	-	5
	Mina-calabá	-	1	-	-	-	-	1
	Mina-nagô	-	1	-	-	-	-	1
	Calabar	1	-	-	-	-	-	1
	Total	4	2	1	1	-	-	8
	De nação	1	-	-	1	-	-	2
	Total africanas	25	19	8	4	0	0	56

Fontes: *Jornal do Commercio, Diario do Rio de Janeiro, Correio Mercantil, O Despertador, Echo da Nação, Correio do Brasil, Gazeta de Notícias, O Paiz.*

A tabela seguinte indica a presença relativamente equilibrada das crioulas em fuga, ao longo do século, e a presença de mulheres nascidas em outras províncias:

Tabela 7: Crioulas e províncias de origem nos anúncios de fuga (1830-1888)

Naturalidade/década	1830	1840	1850	1860	1870	1880	Total
Crioula	2	5	10	5	7	9	38
Rio de Janeiro (Tapacará)	1	-	-	-	-	-	1
Rio de Janeiro (Campos)	-	1	-	-	-	-	1
Bahia	1	3	1	-	-	-	5
Pernambuco	-	2	-	-	-	-	2
Piauí	-	-	-	-	1	-	1
Norte	-	-	-	-	1	1	2
Total de crioulas	4	11	11	5	9	10	50

Fontes: *Jornal do Commercio*, *Diario do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, *O Despertador*, *Echo da Nação*, *Correio do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*.

A gravidez emerge dos anúncios enquanto qualidade conferida pelos senhores às escravizadas, a fim de que fossem visualmente identificadas, perdendo-se os casos em que os donos não a mencionassem por não terem conhecimento desta condição, especialmente tratando-se dos primeiros meses. Em 1831, a possibilidade de mudança de senhor e de lugar de moradia talvez motivasse a fuga de Joana “*nação Mina baixa, gorda, muito pretinha, pejada*”, da casa do depositário, pois ela estava penhorada: “*tem alguns riscos pelas faces, a qual estava depositada em casa de Miguel Gonçalves da Cunha, morador na rua das Violas entre a rua da Quitanda, em razão de uma penhora*”³¹⁴. Mulheres que viveram os traumas da deportação desde a África foram ameaçadas de verem seus laços novamente rompidos no tráfico interno, como Joanne, “*nação Cabundá*”, “*ainda moça*”, que partia de Pernambuco, em dezembro de 1833, “*comprada ao Sr. Custodio Francisco Ramos*” rumo à Corte. Oito meses depois, achando-se grávida e escravizada na cidade, ela fugiu portando “*fiões de contas de diversas cores ao pescoço*”, vestido e lenço, sendo ocultada, segundo o senhor, “*por alguma pessoa do Mato Grosso (na Prainha)*”³¹⁵.

Mulheres que foram vendidas e alugadas visavam, pela fuga, a retornar às casas e aos municípios de seus antigos senhores, onde poderiam reencontrar parentes, filhos e companheiros. Este pode ter sido o caso da africana Maria, nação Benguela, que em 1849

³¹⁴ *Jornal do Commercio*, 18 de março de 1831.

³¹⁵ *Diario do Rio de Janeiro*, 5 de agosto de 1834.

fugiu da cidade, tendo anteriormente escapado rumo à ilha do Governador, tendo sido “*escrava do Exmo Sr. padre Luiz Antonio Muniz dos Santos Lobo, fazendeiro em Magé*”, para onde seu senhor supunha que ela tivesse se dirigido. Ainda segundo seu dono, “*à primeira vista parece estar pejada de pouco tempo posto que o não esteja*”³¹⁶. Em 1855, Suzana, residente em Itaipu, em Niterói, foi vendida na cidade do Rio de Janeiro no final do mês de julho, grávida. Quinze dias depois da venda ela fugiu, talvez retornando ao encontro dos seus em Itaipu, ou para afastar-se do domínio do novo senhor³¹⁷. O expediente do aluguel envolvia deslocamentos frequentes e a inserção em novas relações que poderiam significar maiores encargos de trabalho, distanciamento de entes queridos, cerceamentos e violências. Em 1861, fugiu de Niterói, onde estava alugada, Faustina, nação Cabinda, 30 e tantos anos, pertencente a Mathias Teixeira da Cunha, grávida de 4 a 5 meses, rumo à Corte³¹⁸.

O cotidiano de trabalho no mundo urbano – que implicava idas às ruas, chafarizes, beiras de rios e mercados – abria oportunidades para as mulheres cativas, em particular as lavadeiras e quitandeiras, tratarem de seus interesses e estabelecerem relações amorosas e de amizade que poderiam lhes oferecer auxílio para seus projetos de escapar do domínio de seus senhores. Entrevemos, também, os cuidados das africanas em angariar a solidariedade de suas comadres e os meios de sobrevivência na fuga. Talvez Romana, nação Inhambane, que fugiu grávida em 1832, obtivesse junto a suas comadres comida pronta ou hortaliças: “*e consta que anda quitandando por toda a Cidade*”³¹⁹. Rita, nação Moçambique, fugiu da rua da Alfândega em 1852, “*pejada de seis meses presumíveis*”, levando consigo um tabuleiro pequeno, com o qual poderia quitandar, assim como “*uma preta fula*”, entre 18 e 20 anos, que fugiu grávida levando um tabuleiro de doce³²⁰. Victoria, nação Moçambique, fugiu em 1830 “*com a barriga grande por estar pejada*”: “*costumava vender quitanda, com a qual talvez inda ande*”³²¹. Já Anna, nação Angola, desapareceu da moradia senhorial na rua larga de São Joaquim n.142, em 1843, e conquistou possivelmente fregueses e comadres que a teriam auxiliado em sua fuga, grávida de oito meses, “*beijos vermelhos, por trazer continuamente tabaco na boca*”, sendo “*muito conhecida pelo largo de S. Domingos*”³²². Em 1846, Geralda, crioula da

³¹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de outubro de 1849.

³¹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de agosto de 1855.

³¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de novembro de 1861.

³¹⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de julho de 1835.

³²⁰ *Jornal do Commercio*, 10 de novembro de 1852; *Correio Mercantil*, 23 de outubro de 1859.

³²¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de fevereiro de 1830.

³²² *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de abril de 1843.

Bahia, 30 anos, vendida na cidade havia quase um ano, fugiu da casa de seu senhor, “o doutor juiz municipal Tavares”, residente à rua do Senado. O juiz desconfiava que a mulher, então grávida de quatro para cinco meses, estivesse acoitada “em alguma casa da cidade, Ilha das Cobras ou Praia Grande, por onde ultimamente andava vendendo doce”³²³. As idas diárias aos chafarizes e córregos para a lavagem de roupas abriam oportunidades para a fuga de Joanna, nação Moçambique, que escapou em 1848, grávida, levando “um cesto com roupa que ia lavar”³²⁴. Em 23 de agosto de 1853, nove dias depois de sua fuga, o senhor de Mariana, nação Moçambique, publicou no *Diario do Rio de Janeiro* o primeiro dos quatro anúncios de busca da africana, contando “para mais de trinta anos”. As rotinas diárias de longas caminhadas não devem ter sido fáceis para ela, grávida de oito meses e com “as pernas inchadas”. Ela deslocava-se, segundo os informantes de seu senhor, para Botafogo, Engenho Velho e São Cristóvão³²⁵. Marcelina, também de nação Moçambique, fugiu grávida: “já de idade com defeito no olho esquerdo”³²⁶.

As ocupações de quitandeira e lavadeira, que envolviam maior tempo de circulação pela cidade e contatos sociais, facilitavam o agenciamento das fugas, mas a reclusão não impossibilitava que escravas domésticas e mucamas conseguissem, com mais dificuldades, angariar a solidariedade daqueles que se arriscariam a lhes fornecer abrigo e proteção³²⁷. As idas esporádicas de escravas domésticas e as escapadas das mucamas às ruas, ou as conversas furtivas travadas à porta e às janelas das casas, eram os momentos em que organizavam seus planos de fugir e quando os colocavam em prática. Roza, africana de nação Moçambique, em 1830, saiu para comprar carne às nove horas da manhã e não voltava. Reincidente, foi descrita grávida e com um ferro ao pescoço:

Fugiu no dia 10 do corrente, pelas 9 horas da manhã, indo comprar carne, uma preta de nação Moçambique, por nome Roza, além dos sinais de nação está grávida, e tem um ferro ao pescoço; levou um vestido de riscadinho encarnado; quem dela der notícia, ou a levar à rua dos Ferradores, casa n.393 será bem gratificado³²⁸.

Já Florência, mucama e famosa costureira, “*parda escura*”, “*com dois dentes quebrados adiante*”, fugiu novamente da reclusão doméstica, às nove horas da noite, “*levando um*

³²³ *Diario do Rio de Janeiro*, 16 de março de 1846.

³²⁴ *Correio Mercantil*, 16 de setembro de 1848.

³²⁵ *Diario do Rio de Janeiro*, 23 de agosto de 1853.

³²⁶ *Diario do Rio de Janeiro*, 26 e 27 de dezembro de 1860.

³²⁷ Sobre a preeminência das ocupações de quitandeira nos anúncios de fuga na cidade, ver ARAUJO, Carlos Eduardo et. al. **Cidades negras**, op. cit., p. 30-39.

³²⁸ *Diario do Rio de Janeiro*, 22 de junho de 1830.

ferro no pé”. Seu senhor a identificava como grávida de poucos meses, “*posto que ainda não apresente barriga*”, sendo descrita também como “*famosa costureira*”, “*com o dedo da mão esquerda bastante comido da agulha*”³²⁹. Diversamente de Roza Moçambique, que aproveitava das idas ao açougue às nove da manhã para escapar, Florência, circunscrita aos trabalhos internos de costura, escapou sem fazer alarde, às nove horas da noite.

Em 1840, Roza, de 13 para 14 anos, nação Cabinda, “*bonita figura, barriga alta parece andar pejada de dois meses*”, fugiu da rua das Violas, entre seis e sete horas da noite, portando “*nas orelhas umas bichas de ouro com corações*”³³⁰. Uma africana de nação Monjolo e uma crioula da Bahia uniram-se na fuga dia 14 de junho de 1843, mais uma vez, da chácara da Glória, portando ambas vestidos de chita desbotados e ferro ao pescoço: “*uma crioula da Bahia, de nome Florinda de 18 a 20 anos de idade, bonita, de meia altura, muito gorda e pejada de 3 a 4 meses; e outra de nação Monjola, de nome Maria, de 17 a 18 anos de idade, estatura ordinária e meio reforçada*”³³¹.

As maiores propriedades urbanas e chácaras dos arredores rurais, habitadas por numerosos cativos, abriam oportunidades para uniões amorosas na mesma propriedade e para fugas entre casais. Assim, em 1838, fugiram do centro urbano, da rua da Candelária n.40, “*um preto de nação Congo, idade 26 anos, [...] levando consigo uma preta sua parceira Joaquina, de nação Benguela, magrinha de corpo, de altura regular, pejada de cinco meses, de idade 27 anos.*”³³². As fugas poderiam envolver casais com filhos pequenos em fazendas nos arredores rurais, como indica anúncio de 1856, envolvendo a fuga bem-sucedida de um casal de africanos, distantes da senhora havia dez anos, que usavam como estratégia os deslocamentos constantes, a fim de não serem recapturados.

Fugiram da fazenda da Senhora dos anjos, no ano de 1846, dois escravos de nomes Antonio José e Generosa, aquele de nação Moçambique com os sinais dela [...] a negra é de nação Conga, tem os dentes da frente abertos e limados do lado de cima [...] quando fugiu estava grávida; é boa costureira, lavadeira e cozinheira: desconfia-se ter alguns filhos em sua companhia. Estes escravos foram já vistos na vila de Magé, e depois, desconfiando de uma pessoa conhecida que os viu, foram para a rua da Imperatriz; quem os apreender e os levar à rua Direita n.57, sobrado, receberá gratificação de 300\$000³³³.

Já em 1858, Rosa, crioula, “*muito alta e bonita figura*”, pejada do quinto ou sexto

³²⁹ *Jornal do Commercio*, 24 e 25 de junho de 1840.

³³⁰ *Diario do Rio de Janeiro*, 28 de janeiro e 7 de fevereiro de 1840.

³³¹ *Jornal do Commercio*, 15 e 16 de junho de 1843.

³³² *Jornal do Commercio*, 28 de março de 1838.

³³³ *Correio Mercantil*, 15 de agosto de 1856.

mês, desapareceu levando toda a sua roupa, contando com o auxílio de um feitor. Segundo seu senhor, que pedia que fosse conduzida à rua São Pedro n.7:

foi seduzida por um feitor, com quem anda para as roças, supõe-se que do lado de Petropolis: o sedutor é baixo, reforçado de corpo, barbado, usa de chapéu de Chile ordinário, e lenço encarnado enrolado ao pescoço à moda de marinho, e chama-se Antonio dos Santos³³⁴.

Mulheres grávidas que por diversas razões visavam a distanciar-se de seus senhores, de suas práticas ou de seus projetos, ou que desejavam unir-se a parentes e companheiros, precisavam contar com redes confiáveis de proteção. Para aquelas que se arriscavam a permanecer nos arredores ou nas imediações mais propriamente urbanas, mobilizar estratégias que confundissem captores ou conhecidos dos senhores se faziam prementes, sendo provável que muitas delas buscassem ocultar a barriga no caso da gravidez em estado adiantado. Assim, portar chinelas e calçados, possivelmente fornecidos por conhecidos, e intitular-se forra permitia à crioula Victoria, em 1835, confundir possíveis conhecidos e captores. Já a africana Delfina, de nação Cabinda, entre 16 e 18 anos, trocava de nome e de origem, intitulando-se crioula, e respondendo aos conhecidos: “*que está alugada por ordem de seu senhor que foi para a Bahia*”³³⁵.

Levar todas as roupas, instrumentos de trabalho, dinheiro e objetos de valor da casa senhorial são indicativos das estratégias de sobrevivência de mulheres escravas na fuga, bem como dos planos de não voltar, arriscando-se a receber castigos ainda mais severos pelo roubo. Em 1838, Maria, de nação Cassange, 21 anos, grávida de cinco para seis meses, partiu levando, além de vestido, avental e vários lenços, parte da prataria da casa: “*duas facas, uma colher, e um garfo, tudo de prata*”³³⁶. Em 1856, Josefa, crioula, 28 anos, grávida de seis meses, levou consigo roupas e cinco mil-réis em dinheiro³³⁷.

A partir da década de 1860, acentuava-se a redução de escravas urbanas e incrementava-se a população de livres e imigrantes, e as moradias populares, os cortiços, passaram a congregar, nas freguesias centrais, a população empobrecida, livre e liberta, sendo igualmente frequentada por escravizadas, onde encontravam proteção. Mulheres cativas poderiam obter auxílio em seus planos com homens livres e libertos, possivelmente os pais dos bebês que elas gestavam: Margarida, crioula, 22 anos, fugiu grávida em 1862, sendo encontrada “*por vezes na praça do Mercado, acompanhada de*

³³⁴ *Jornal do Commercio*, 22 de setembro de 1858.

³³⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de julho de 1835; *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de agosto de 1853.

³³⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de junho de 1838.

³³⁷ *Correio Mercantil*, 30 de janeiro de 1856.

*um homem barbado, de cor parda*³³⁸. Mulheres cativas em fuga poderiam viver próximas aos seus, misturando-se entre a população negra livre e liberta, disfarçando-se e alugando-se como livre. Rita, preta, moça, fugiu novamente em 1879: com “*barriga muito grande (grávida) já esteve fugida e alugada como livre no morro do Pinto; quem a levar à rua Fresca n.14 será gratificado*”³³⁹. Em outubro de 1879, o jornal a *Gazeta de Notícias* publicava o anúncio de uma fuga coletiva de mucamas. O senhor, senhora ou possivelmente o dono de uma casa de locação de escravos via-se destituído, no mês de junho, de Leandra, grávida, e de Florinda. Já Ovídia desapareceu no mês de outubro, quando foi publicado o último dentre os anúncios:

Continuam fugidas as escravas: Leandra, parda, do Norte, de 26 anos, altura regular, olhos pardos, rosto redondo, cabelos crespos, fugiu no dia 9 de junho, nessa ocasião estava grávida; Florinda, crioula, de 20 anos, altura regular; magra, cor fula, fisionomia alegre, e coxeia um pouco em razão de um pequeno defeito em uma perna, fugiu no dia 10 de junho; e Ovídia, cabra, de 24 anos, altura e corpo regulares, rosto redondo, todas mucamas; gratifica-se a quem as apreender com 60\$ a primeira, 40\$ a segunda e 20\$ a terceira; fugiu no dia 23 do corrente, assim como verificada a casa em que elas estão, pagarão o jornal de 1\$500 por dia, de cada uma; na rua do Príncipe n.21, sobrado ³⁴⁰.

Podemos apenas supor as inúmeras razões que mobilizavam as mulheres cativas a optarem pela fuga, durante a gravidez. Muitas, certamente, fugiram em busca de abortivos, e diversas teriam sido as razões que poderiam motivá-las a almejar a interrupção da gravidez. A gestação poderia não apenas frutificar no nascimento de crianças escravizadas ou ingênuas, de quem poderiam ser separadas. Quando as suspeitas da paternidade recaíam sobre os senhores, a gravidez poderia resultar na venda da mulher para longe. A gravidez poderia provocar ainda a ira dos senhores, fazendo-as correr risco de morrer sob torturas. Também, no contexto do recrudescimento do mercado de aluguel de amas de leite, na segunda metade do século, uma gravidez poderia implicar no sumiço e na morte de seus bebês.

O conto “Pai contra mãe”, de autoria de Machado de Assis, publicado em 1908, tendo como protagonista um caçador de escravos fugidos, narra a captura de uma escrava grávida. Dirigindo-se aos locais identificados no anúncio por onde viram a cativa perambular, no centro comercial, Cândido não a encontrou: “*apenas um farmacêutico da Rua da Ajuda se lembrava de ter vendido uma onça de qualquer droga, três dias antes,*

³³⁸ *Correio Mercantil*, 22 de setembro de 1862.

³³⁹ *Gazeta de Notícias*, 4 de outubro de 1879.

³⁴⁰ *Gazeta de Notícias*, 16 de outubro de 1879.

à pessoa que tinha os sinais indicados”³⁴¹ Certo dia, ela foi reconhecida, capturada e conduzida desesperada e relutante à casa de seu senhor, onde imediatamente abortou.

A documentação indica que muitas escravizadas buscaram pelos abortivos na cidade, que poderiam ser obtidos com parteiras, médicos e, ao que Machado indica, com os farmacêuticos da cidade. Os abortos induzidos, de difícil documentação e realizados de maneira secreta, foram esparsamente documentados pela literatura médica e de viajantes, durante o século XIX. Jean Baptiste Debret, ao comentar uma de suas aquarelas que representava uma escrava vendedora de arruda, anotou, em meados do século: “A acreditar-se na credulidade generalizada, esta planta tomada como infusão asseguraria a esterilidade e provocaria o aborto, triste reputação que aumenta sua procura”³⁴². Em 1859, além das quitandeiras vendedoras de arruda, as cativas poderiam apelar aos médicos, segundo Antônio Pinto:

Muitas há que convencidas de seu estado, por malícia se queixam de supressões de menstruação, persuadidas de que, atribuindo a outra qualquer causa, o médico inexperiente dê remédios que provoquem o aborto. Tenho em minha clínica (e como eu, todos os práticos) encontrado algumas bastante ousadas, que levam a insistência a ponto de maltrataram-me, e é isso muito comum entre as escravas; ora, se elas se atrevem a pretender enganar o médico, quanto mais ao senhor, que se vê obrigado a medicar seus fâmulos, por não poder consultar pessoa da arte? ³⁴³

Já em 1872, segundo o médico Aristides Garnier, a planta nativa abutua era usada “como abortiva e que dela se prevalecem especialmente as pretas para se evitarem o trabalho da gestação e o da amamentação”³⁴⁴.

Mulheres que levaram a gestação a termo, muitas delas sobrevivendo aos regimes de trabalho excessivo, aos castigos brutais e à possibilidade de mudança dos senhores e locais de moradia, viam aproximar-se o momento do parto. Na cidade escravista, sede da Faculdade de Medicina e dos interesses senhoriais sobre seu leite, novos desafios se colocaram para mulheres africanas e crioulas no momento de dar à luz suas filhas e filhos. Onde e em que condições nasceram seus bebês?

³⁴¹ ASSIS, Machado. *Pai Contra Mãe*. In: Relíquias da Casa Velha, 1906. Disponível em <https://www.bibvirt.futuro.usp.br>, Acesso em maio de 2016.

³⁴² DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Vol. 2, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978, p. 184.

³⁴³ PINTO, Antonio. *O medico da primeira infancia ou o conselheiro da mulher grávida...* op. cit., p. 2.

³⁴⁴ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XXIV, setembro de 1872, n.4, p. 127.

Capítulo 3. Dando à luz portas adentro: entre comadres, parteiras e senhoras

Em 1863, Inês, escrava da senhora “Viúva Costa”, achava-se grávida pela sexta vez. No dia 30 de março, às cinco horas da tarde, na rua do Saco do Alferes, onde residiam as camadas empobrecidas, a mulher de 30 anos sentiu “*as primeiras dores do parto*”:

Uma comadre foi chamada para assistir a parturiente. Essa comadre não tendo visto uma terminação pronta no parto, fez administrar a Inês um purgante de óleo de rícino. Sob os esforços da defecação, e talvez antes mesmo da ação do purgante, teve lugar a ruptura do saco que continha o feto, e saído o líquido respectivo. Decorreu a noite do dia 30, e todo o dia 31, sem maior novidade, mas ao aproximar-se a noite deste último dia a comadre anunciou que a parturiente perdia algum sangue. Chamado às 10 horas dessa mesma noite, e depois de ter tomado conhecimento dos fatos que deixamos narrados, passamos a examinar a parturiente³⁴⁵.

O médico procedia à descrição do exame íntimo “*de toque*” que revelava contrações pouco intensas e, depois de outras observações, concluía que o uso do fórceps era “*o meio mais pronto e eficaz*”, para extrair a criança.

Vicente de Sabóia iniciava o caso clínico acerca do sexto trabalho de parto de Inês, descrevendo o desenrolar do nascimento até o momento de sua chegada. Ele obtinha as informações provavelmente com a comadre que se manteve junto a Inês, desde o fim da tarde do dia 30 até pelo menos dez horas da noite do dia seguinte, quando o médico chegava. Sabóia descrevia uma das primeiras atuações da parteira: administrar um purgante de óleo de rícino. Extraído das sementes da mamona e utilizado com diversas finalidades medicinais, o óleo era comumente ministrado pelas parteiras no início do parto, como laxante³⁴⁶. Ele referia-se à terapêutica amplamente utilizada pelas parteiras, sob a forma de purgante ou clister, e que ele próprio defendia em seu tratado obstétrico publicado em Paris³⁴⁷. Porém, Sabóia não se limitava à descrição do protocolo da comadre, mas a criticava sutilmente. Ele sugeria que ela ministrava o óleo querendo apressar o processo, o que contrariava as práticas usuais nos partos de marcha regular:

³⁴⁵ *Correio Mercantil*, 5 de abril de 1863.

³⁴⁶ CHERNOVIZ, Pedro. *Dicionário de Medicina Popular*, 6ª ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890, vol. 2, p. 365-366.

³⁴⁷ “*Administraremos, então, logo que o trabalho começa, uma purgação de óleo de rícino, se a mulher não evacuou; se ela evacuou, não é preciso mais que um clister purgativo a fim de lavar os intestinos e de provocar a saída do resto das matérias*”. SABÓIA, Vicente. *Traité théorique et pratique de la Science et de l'art des accouchements*. Paris: P. Asselin, 1873, p. 260. O médico Joaquim Ribeiro referia-se à administração de um clister com óleo de rícino no capítulo “Das obrigações da parteira com a parturiente”. RIBEIRO, Joaquim Antonio Alves. *Manual da Parteira ou pequena compilação de conselhos na arte de partejar*. Fortaleza, s.ed., 1861, p. 99.

segundo ele, “*não tendo visto uma terminação pronta no parto, fez administrar a Inês um purgante de óleo de rícino*”. Sabóia não dirigia o caso clínico e endereçava aquela crítica infundada a outros médicos-parteiros, mas ele o fazia para leitores desavisados. O caso clínico era publicado no *Jornal do Commercio*, trazendo a homens leigos, das classes médias e abastadas escravistas que se ilustravam, novas representações acerca dos partos enquanto fenômeno fisiológico. Ele dirigia aos homens brancos que pouco ou nada conheciam sobre partos novos discursos sobre a atuação das parteiras, chamadas comadres. Ele buscava, também, conquistar entre os leitores do jornal a clientela que poderia acioná-lo no caso dos partos difíceis das mulheres livres e das escravizadas. Inês orçava 30 anos em 1863, mãe de seis filhos. Se como a africana Luiza, atendida pelo médico Feijó, em 1876, Inês desse à luz seus bebês sem complicações, ela dificilmente teria experimentado a intervenção de um médico branco nos seus partos, a chamado da senhora, que recorreu em primeira instância à comadre da freguesia. Quem era a comadre?

Até meados do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, mulheres livres de todas as classes sociais e as escravizadas, quando confrontadas com complicações no desenrolar dos nascimentos, recorriam aos saberes práticos de uma parteira da vizinhança. Nas primeiras décadas do século, a presença de médicos e cirurgiões nos partos era rara, e apenas excepcionalmente estes últimos eram requisitados para a prática de operações para extrair o feto, com ou sem vida³⁴⁸. Formados na Europa, ou a partir de 1808 nas Escolas de Medicina fundadas no Rio de Janeiro e em Salvador, médicos e cirurgiões eram pouco numerosos³⁴⁹. Seus saberes e práticas não gozavam de legitimidade social e nem inspiravam a procura por grande parte das mulheres que, ao longo do século, optaram amplamente pela assistência e pelos socorros das parteiras³⁵⁰.

³⁴⁸ Segundo Debret, nas primeiras décadas do século XIX, havia “*apenas um pequeno número de famílias distintas no Rio que se valiam do parteiro e ainda assim por ostentação ou em casos difíceis*”. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet, Tomo II (Vol. III), São Paulo: Martins Fontes, 1940, p.172-173.

³⁴⁹ As duas primeiras Escolas de Medicina foram criadas no Rio de Janeiro e em Salvador em 1808, no contexto da vinda da família real para o Brasil. Em 1813, a escola do Rio de Janeiro era transferida para a Santa Casa de Misericórdia, hospital de assistência a desvalidos e a escravos, com o nome de Academia Médico-Cirúrgica, transformadas, ambas as Escolas, em faculdades, com novo estatuto, em 1832. PIMENTA, Tânia Salgado. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828- 1855)**, op. cit; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, CECULT/IFCH, 2001.

³⁵⁰ MOTT, Maria Lúcia Barros **Parto, parteiras e parturientes. Mme Durocher e sua época**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998; BARRETO, Maria Renilda. **Nascer na Bahia do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000; BRANDÃO, Nadja dos Santos. **Da tesoura ao bisturi**: o ofício das parteiras. 1897-1967. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998;

Incorporando os padrões de conhecimento vigentes nas universidades europeias, a reforma do ensino médico de 1832 instituía cursos de medicina, de farmácia e para parteiras, para restringir a prática dos partos a mulheres brancas e letradas, formadas em cursos acadêmicos, segundo os cânones da obstetrícia³⁵¹. Se a hegemonia e o prestígio das parteiras práticas passaram a ser questionados pelos médicos, estes, no entanto, não queriam substituí-las: avessos aos preparativos, à assistência durante longas horas e aos cuidados com os recém-nascidos, eles procuravam limitar e controlar a arena de atuação das parteiras, defendendo a necessidade de que fossem instruídas na ciência obstétrica e de que não interviessem nos partos difíceis por conta própria³⁵². Ao longo da segunda metade do século XIX, com os avanços da medicina higienista e de seus ataques às tradicionais comadres, as parteiras diplomadas e os médicos, numericamente pouco expressivos, passaram a conquistar muito lentamente a preferência e a confiança de um grupo restrito de mulheres das elites escravistas europeizadas, provocando mudanças no cenário da assistência ao parto na cidade³⁵³.

Estudos demonstraram que, no Rio de Janeiro, até pelo menos 1870, entre a maioria das mulheres de todas as camadas sociais, o tratamento de doenças venéreas e uterinas, os abortos, os partos, o puerpério, os cuidados com os recém-nascidos e seus rituais eram domínios exclusivamente femininos, desempenhados pelas parteiras dos extratos populares. Mulheres indígenas, africanas e suas descendentes escravizadas e libertas, ou mulheres portuguesas e brasileiras brancas despossuídas, detinham os saberes informais sobre o corpo feminino, ancorados na experiência prática e na tradição oral³⁵⁴. Tais estudos, porém, excluíram de seu escopo a origem sociocultural das parteiras e as especificidades de suas práticas, bem como as vivências do parto para mulheres escravizadas, africanas e descendentes, no mundo urbano do Rio de Janeiro. Inês era uma africana ou crioula? Quem era a parteira chamada para assistir Inês na casa da senhora?

CAIXETA, Vera Lúcia. **Parteiras em Minas Gerais no século XIX: Poderes e saberes compartilhados (1832-1850)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2003; WITTER, Nikelen. **Dizem que foi feitiço: As práticas da cura no sul do Brasil (1845-1880)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

³⁵¹ MOTT, Maria Lúcia Barros **Parto, parteiras e parturientes**, op. cit.

³⁵² MARTINS, Ana Paula V. **A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, p.189; BARRETO, Maria Renilda. “Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008, p. 92.

³⁵³ MOTT, Maria Lúcia. Madame Durocher, modista e parteira. **Estudos Feministas**, n.1, 1994, p.101-116; MOTT, Maria. **Parto, parteiras e parturientes**, op. cit.

³⁵⁴ MOTT, Maria Lúcia Barros. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? **Revista Estudos Feministas**, v.7, n.1, p. 25-36, 1999.

Era uma portuguesa empobrecida, uma africana liberta? Teria participado dos outros partos de Inês? A parteira desfrutava de sua confiança? Quais os riscos experienciados pelas escravizadas, quando davam à luz na casa de suas donas?

A mediação senhorial na escolha e imposição da assistência de médicos e parteiras constitui aspecto ainda não documentado acerca das relações pessoais de dominação, envolvendo mulheres cativas na domesticidade escravista. Diversamente das escravizadas residentes nas grandes e médias propriedades rurais – que poderiam experimentar maior autonomia nos partos quando davam à luz nas senzalas sob o amparo de suas parceiras –, africanas e crioulas inseridas na escravidão urbana, caracterizadas pelos arranjos de moradia e trabalho envolvendo convívio próximo com seus donos, viveram formas específicas de intervenção senhorial em seus nascimentos.

Transcorrendo frequentemente no domicílio senhorial, nos pequenos sobrados, casas térreas, chácaras e palacetes nas freguesias centrais e suburbanas, os partos domésticos carecem de testemunhos diretos. Distantes dos olhares e registros dos médicos, assistidos por mulheres iletradas, cujos saberes eram ancorados na prática e na tradição oral, apenas indiretamente podemos nos aproximar das vivências das escravizadas em seus partos. As crônicas, folhetins, romances e a documentação médica publicados no período constituem frestas por meio das quais podemos perscrutar indícios acerca dos nascimentos vividos por africanas e crioulas, nas casas escravistas.

Comadre de quem? Escravizadas e o cenário da assistência ao parto

Entre quatro e cinco horas da tarde do dia 16 de agosto de 1845, Inácia, escrava do Sr. Vieira da Motta, estava grávida de nove meses quando “*sentiu os primeiros incômodos do trabalho de parto*”. A mulher, não sabemos se africana ou crioula, vivia o início do processo de nascimento possivelmente durante o desempenho de seus afazeres domésticos, e uma hora depois dava à luz uma menina: “*e sua expulsão operou-se com tal precipitação, que a criança foi lançada repentinamente, e apanhada por outra preta, que seguia a parturiente ao quarto, onde se lhe havia preparado o leito*”³⁵⁵. Ao nascimento súbito da primeira criança sucedia “*a saída de enorme quantidade de águas*”. Mas, “*demorando-se a expulsão das secundinas [placenta], e conservando-se ainda o útero muito volumoso*”, o Sr. Vieira, provavelmente instruído pela “*preta*” que assistia

³⁵⁵ *Annaes de Medicina Brasiliense*, 2º ano, vol 2, n.6, novembro de 1846, p. 137-138.

Inácia, tomou a iniciativa de chamar pelo médico que vinha “*prestar socorros à doente*”. Depois de apalpá-la no ventre, ele reconhecia a existência de outra criança. Decidia, segundo sua narrativa, deixar Inácia em trabalho de parto, sob os prováveis cuidados da outra cativa, prometendo voltar pelas nove horas da noite. Pouco tempo depois de seu retorno, Inácia dava à luz mais dois bebês.

O caso clínico assinado por José Pereira Rego, formado pela Faculdade de Medicina em 1838 e membro da Academia Nacional de Medicina em 1840, expunha, diante da comunidade médica, suas observações a respeito da marcha singular do parto de Inácia, que dava à luz trigêmeos. Diversamente de Inês, que em 1863 tinha uma comadre chamada pela senhora remediada desde o início do trabalho de parto, nada indica que o senhor Vieira da Mota requisitasse os serviços de uma parteira da vizinhança, quando Inácia poderia ser assistida por uma escrava da casa. Segundo as pistas oferecidas pelo caso clínico, além de preparar o leito e aparar a primeira criança, a mulher escravizada que assistia Inácia reconhecia a quantidade atípica de águas, a demora da expulsão da placenta e o útero ainda muito volumoso da parturiente, depois do nascimento do primeiro bebê.

A reconstrução da cena do parto de Inácia, a partir dos indícios fornecidos pelo médico, indica que, nos partos sem intercorrências, o padrão de posse de mulheres escravizadas poderia incidir nas experiências dos nascimentos para as cativas na cidade. Elas poderiam ser assistidas por outras escravizadas da casa, sobretudo na primeira metade do século XIX, quando seria comum nas casas de famílias abastadas o convívio de até mais de 20 a 30 homens e mulheres cativos, enquanto nas médias de menores posses poderia haver de 5 a 6 mulheres e homens escravizados.³⁵⁶ Em 1845, tratando-se de período de grandes desembarques, é provável que uma dentre as escravizadas pelo senhor Vieira da Motta fosse uma africana embarcada nos portos congo-angolanos. No recenseamento de 1849, cerca de 17.979 africanas e 13.411 crioulas escravizadas residiam e circulavam nas sete freguesias urbanas, com destaque para Sacramento, Santa Ana, Santa Rita e São José. Porém, na ausência de mulheres residentes no domicílio senhorial – entre escravizadas, mulheres livres e senhoras que partejassem ocasionalmente –, ou nos casos de complicações, a presença de uma parteira de ofício que atendessee na vizinhança era requisitada.

³⁵⁶ SOARES, Luiz. **O ‘povo de Cam’**, op. cit., p.107-108; KARASCH, **A vida dos escravos**, op. cit., p. 87.

Estudos dedicados à assistência aos partos no Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XIX, iluminaram o perfil social e cultural daquelas que atendiam aos nascimentos de mulheres escravizadas e livres na cidade. A maioria das parteiras era constituída de mulheres oriundas das camadas remediadas e empobrecidas que faziam dos nascimentos, de seus rituais e dos cuidados dos recém-nascidos, bem como dos abortos e da cura de enfermidades, o seu ofício e ganha-pão no mundo urbano³⁵⁷. A lenta institucionalização da medicina e as tentativas de regulamentação da atuação das parteiras, na primeira metade do século XIX, iniciadas com a vinda da família real para o Brasil e com a fundação das Faculdades de Medicina e do curso acadêmico para parteiras em 1832, fomentaram o início da criação de hierarquias sociais entre as parteiras.

O estudo de Tânia Pimenta nos fornece um panorama da diversidade social, cultural e étnica entre as parteiras que atuavam na cidade, em meados do século XIX, quando a cidade recebia a Corte portuguesa e assistia à fundação da Fisicatura-mor, instituída com a finalidade de regular os praticantes das atividades de cura e de assistência aos partos³⁵⁸. Entre 1810 e 1828, enquanto durou esta instituição, apenas 120 mulheres fizeram a requisição do pedido de licença: 54 eram de origem portuguesa, 25 eram brasileiras naturais da província do Rio de Janeiro, havendo poucas francesas e algumas brasileiras nascidas em outras províncias. O número diminuto de 12 mulheres negras e libertas requerendo a licença respondia, dentre outras razões, ao desinteresse em formalizar seu *status* como parteiras, pois eram reconhecidas em suas comunidades, por realizarem partos ocasionalmente, ou diante das dificuldades em arcarem com o pagamento das taxas³⁵⁹. Já Maria Lucia Mott distinguiu dentre o perfil de parteiras o contingente majoritário das parteiras de ofício, reconhecidamente experientes, que partejavam sem autorização, além daquelas que partejavam apenas ocasionalmente³⁶⁰.

³⁵⁷ MOTT, Maria Lucia. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? **Revista Estudos Feministas**, op. cit.; PIMENTA, Tania. Midwifery and childbirth among enslaved and freed women in Rio de Janeiro in the first half of the nineteenth century. **Women's History Review**, ed. online, volume 27, issue 6, p. 910-923, 2017.

³⁵⁸ No contexto da vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e do lento processo de organização da medicina, foi instituída a Fisicatura-mor que definia que as parteiras deveriam, por lei, obter licenças que as autorizassem a exercer legalmente a profissão. A obtenção da licença previa a apresentação de um certificado assinado por um cirurgião ou outra parteira licenciada, atestando a experiência da candidata, além de um exame teórico com dois cirurgiões e o pagamento de uma taxa. PIMENTA, Tania. Midwifery and childbirth among enslaved and freed women in Rio de Janeiro in the first half of the nineteenth century, **op. cit.**

³⁵⁹ PIMENTA, **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828- 1855)**, op. cit., p.78; PIMENTA, Midwifery and childbirth, **op. cit.**

³⁶⁰ MOTT, A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico?, **op. cit.**

Desde 1820, além das mulheres empobrecidas de origem ou ascendência africana, indígena e portuguesa, fazia-se sentir na cidade a presença de mulheres francesas que imigraram sós ou acompanhadas de filhos, familiares e maridos, escapando das conturbações políticas e das dificuldades econômicas desencadeadas pelas guerras e a derrota de Napoleão Bonaparte. Conforme demonstraram as pesquisas sobre o tema, estas mulheres imigrantes constituíam um novo perfil de parteiras que vinham atuar na cidade. Formadas em escolas de medicina, segundo os princípios da obstetrícia, elas passaram a atuar na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, disputando a clientela mais abastada com as parteiras de ascendência ou origem indígena, africana e portuguesa. Diversamente das comadres, que angariavam freguesia nos laços de vizinhança, as mulheres francesas encontraram nos anúncios de jornais o meio principal de divulgação de seus serviços³⁶¹. A francesa Marie Josephine Mathilde Durocher foi a primeira parteira a diplomar-se pelo curso de partos da Faculdade de Medicina, e única mulher aceita como membro da Academia Nacional de Medicina, ao longo do século XIX. Ela e suas conterrâneas representavam um novo tipo de profissional, atuante nos partos, que obteve aprovação entre os médicos e eram formadas sob os cânones da obstetrícia, com técnicas diversas do arcabouço de conhecimentos informais das comadres, ancorados na experiência prática e na tradição oral.

A francesa Durocher referia-se, em texto publicado em 1871, às parteiras com as quais ela vinha disputar clientela havia quarenta anos, logo depois de formada no curso de partos da faculdade, em 1834: “*As caboclas, portuguesas, e negras velhas monopolizavam o exercício dos partos*”, até então “*não contestado, curavam as moléstias do útero, benziam de quebrantos, tratavam de espinhela caída (gastro enterite): eram apelidadas como em muitas outras partes comadres*”³⁶². Durocher estabelecia as fronteiras da atuação entre as comadres, responsáveis pelos partos, benzeduras e práticas de cura de enfermidades uterinas e de recém-nascidos, e as curandeiras, para quem o raio de atuação no mundo da cura extrapolava os nascimentos, tratando “*moléstias médicas*

³⁶¹ Tânia Pimenta quantificou 806 anúncios entre 1844 e 1889 no *Almanaque Laemmert*, correspondentes a 85 parteiras estrangeiras. No periódico *Diário do Rio de Janeiro*, entre 1822 e 1878, 37 parteiras divulgaram 235 anúncios. Conforme a historiadora, estas mulheres compartilhavam moradias, estabelecendo relações de amizade e ajuda mútua. Pimenta chamou a atenção para a localização das residências destas parteiras francesas comparativamente às brasileiras brancas e negras, examinadas e licenciadas pela Câmara Municipal, que moravam em locais mais distantes do centro urbano, como em travessas, becos ou ruas pequenas. As parteiras acadêmicas residiam nas ruas mais centrais. BARBOSA, Gisele & PIMENTA, Tânia. O ofício de parteira no Rio de Janeiro imperial. **Revista de História Regional** 21(2), p.485-510, 2016, p. 489-490; MOTT, **Parto, parteiras e parturientes...**, op. cit., p. 38-39.

³⁶² *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XXII, janeiro de 1871, n. 8, p. 261.

ou cirúrgicas com certas rezas, palavras mágicas acompanhadas de mezinhas, confeccionadas por elas”. Segundo a francesa, “as Brasileiras trajavam mantilhas ou baeta, as Africanas baeta ou pano da costa, as Portuguesas saia, capote e lenço branco à cabeça”. Ela destilava seus preconceitos, distinguindo-se das mulheres dos extratos populares e de suas práticas que envolviam outras demandas importantes para mulheres grávidas e parturientes, como feitiços, infanticídios e abandono de crianças:

eram completamente analfabéticas [sic], pertenciam à última classe da sociedade, pela maior parte ex-meretrizes [...] e levavam debaixo da mantilha, capote ou baeta, cartas, presentes, filtros, feitiçarias de simpatia ou repulsão, de ventura ou de desgraça: provocavam o aborto, cometiam infanticídios e abandonavam nas ruas ou estradas os recém-nascidos³⁶³.

Entretanto, ela fazia ressalvas: haveria dentre elas “*criaturas excepcionalmente honestas, caridosas e benfazejas, principalmente entre as Brasileiras e Africanas*”.

Em 1835, Durocher recebia um convite para comparecer às onze horas da manhã no juizado de paz da freguesia do Sacramento, a fim de examinar uma moça “*que se dizia ter sido deflorada*”. No dia seguinte, à hora marcada, a francesa ficou atônita por não encontrar ali o médico, mas sim a comadre Tereza: “*o juiz não tinha intimado médico, mas sim uma comadre (crioula de 35 a 40 anos, libertada havia uns 10 anos, e desde esse tempo, disse-me ele, serve de parteira na freguesia, e é muito entendida)*”³⁶⁴. A parteira francesa, diplomada havia um ano, observava ao juiz se não seria mais conveniente convidar o Dr. Jobim, professor de medicina legal, ao que ele retorquia não ser preciso, “*visto como a lei dizia que, na falta de um médico ou cirurgião, serviriam duas parteiras, e, na falta destas, qualquer matrona*”. Assim, em 1838, é provável que dentre as 3.790 mulheres escravizadas recenseadas na freguesia de Sacramento, que naqueles anos concentrava a maior população cativa e africana da cidade, muitas fossem assistidas pela comadre Tereza em seus partos³⁶⁵.

Interessante notar que, anteriormente à lei de 1832, que criava o curso de partos e restringia às egressas o exercício legal da profissão, parteiras negras alcançavam reconhecimento e prestígio entre cirurgiões e médicos e entre a classe senhorial, cruzando hierarquias de classe e raça de maneira peculiar³⁶⁶. Tânia Pimenta encontrou nas cartas

³⁶³ Ibid., p. 262

³⁶⁴ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XXXVI, julho a setembro de 1884, n.1, p. 118.

³⁶⁵ SOARES, Luiz. O “Povo de Cam”, op. cit., p. 365.

³⁶⁶ Sharla Fett destacou que as parteiras afrodescendentes escravas e libertas no Sul escravista eram requisitadas nos partos tanto de escravizadas quanto de senhoras, atuando em diferentes fazendas, rompendo de maneira particular as hierarquias raciais e de gênero, gozando de mobilidade espacial. FETT,

de recomendação de parteiras que procuravam oficializar-se perante a Fisicatura-mor uma de autoria de um médico do Hospital Real Militar. Em 1821, ele ressaltava a competência da parteira parda liberta Maria Rosa Teixeira, atuante no Rio de Janeiro. Já Quitéria Maria da Conceição, em 1818, era recomendada por um cirurgião que parabenizava as formas de assistência da parteira nos nascimentos de mulheres de sua família, dentre eles um parto difícil³⁶⁷. A partir de 1832, comadres como a liberta Tereza, a despeito da lei, continuaram obtendo clientela entre livres e escravizadas na freguesia, e mesmo conquistando reconhecimento entre os funcionários do Estado.

O juiz que solicitava a prática do exame de corpo de delito à comadre Tereza explicava à francesa Durocher que, frente à indisponibilidade de parteiras, “*qualquer matrona*” poderia substituí-las no exame de defloração. O dicionário de 1832 designava o termo “matrona” como “*mulher nobre; a mãe de família*”, acepção que pode sugerir a participação ocasional de senhoras na assistência aos nascimentos de suas escravizadas. Já Debret, nas primeiras décadas do século XIX, designava parteiras negras como matronas. Ele referia-se ao “*hábito de chamar matronas para a operação do parto*” entre “*as classes inferiores da população brasileira*”³⁶⁸. Seria “*em virtude desta confiança que o filho de um branco*” seria “*entregue aos cuidados de uma parteira mulata ou preta para ser levado à pia batismal*”. Assim, o termo comadre, aludindo ao parentesco ritual celebrado no sacramento do batismo e a formas de sociabilidades femininas, foi ressignificado ao longo do século XIX, tendo sido amplamente utilizado como sinônimo de parteira.

Em 1835, quando Tereza era requisitada pelo juiz para realizar o exame invasivo de virgindade na jovem, o médico francês Sigaud, conterrâneo de Durocher, exortava os poderes públicos para a construção de “*um hospício de maternidade*” para a prática clínica dos estudantes da recém-fundada faculdade. Ele justificava sua proposta argumentando que nas cidades “*as comadres ou parteiras*” eram requisitadas “*mais para aparar*” bebês recém-nascidos “*do que para ajudar o trabalho de parto*”³⁶⁹. As concepções do parto

Sharla. “Consciousness and Calling: African American Midwives at Work in the Antebellum South”. In: BAPTIST, Edward and CAMP, Stephanie (eds.). **New studies in the History of American Slavery**, op. cit.; FETT, S. **Working Cures: Healing, Health, and Power on Southern Slave Plantations**, Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 2002, cap. 3 e 5.

³⁶⁷ Os médicos e cirurgiões autores das cartas de recomendação referiam-se, no entanto, aos predicados de prudência e moderação das parteiras, enfatizando que deveriam buscar o auxílio de um cirurgião em casos de partos difíceis. PIMENTA, Tania. *Midwifery and childbirth among enslaved and freed women*, **op. cit.**, p. 4.

³⁶⁸ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tomo II (Vol. III), op.cit., p. 172-173.

³⁶⁹ *Diário de Saude*, vol. I, n.5, 16 de maio de 1835, p. 34.

para o médico excluía de seu escopo a assistência, ao longo do processo do nascimento, que poderia durar algumas horas ou mesmo dias, o apoio emocional às parturientes, a realização de manobras e fricções, a fim de aliviar a dor e auxiliar o parto, os rituais de nascimento com relação aos bebês e os cuidados à parturiente depois do nascimento.

Assim, na primeira metade do século XIX, escravizadas e senhoras – que naquele contexto eram mulheres portuguesas, brasileiras de origem portuguesa, europeias e mesmo africanas ocidentais – poderiam participar do processo de parto das cativas. Caso as escravizadas tivessem vivido outros partos difíceis, ou caso o desenrolar do nascimento se complicasse, a busca por uma parteira de ofício desde o início seguiria a disponibilidade de parteiras da freguesia, tratando-se, no centro urbano, de mulheres negras e brancas empobrecidas, africanas e portuguesas de origem ou ascendência e uma minoria de francesas.

Já na cidade do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, com a diminuição da posse de escravas e na ausência de senhoras ou vizinhas que assistissem ocasionalmente os nascimentos, continuava-se a recorrer a uma parteira, frequentemente moradora e atuante nas redondezas. Uma ocorrência policial divulgada no *Diário do Rio de Janeiro* em 1867 nos informa acerca da mediação de um senhor na solicitação de uma mulher da vizinhança, que poderia ser uma parteira de ofício ou ocasional, quando a cativa ia dar à luz: “*uma escrava do Sr. José Ignacio Pereira, morador na Saúde, achando-se prestes a dar à luz, foi chamada uma mulher da vizinhança que costumava assistir a parturientes*”³⁷⁰. Em 1861, outra escravizada, de 25 a 28 anos, residente na casa de seu senhor no morro de Santa Teresa, estava grávida de quatro para cinco meses quando sentia as primeiras dores do parto, abortando, ao fim de duas horas, um feto sem vida: segundo o médico autor do caso clínico, foi “*chamada imediatamente uma parteira ou comadre*”. Ela vinha cortar o cordão umbilical, “*tendo ficado ao pé da parturiente para assistir à expulsão da placenta*”, quando uma hemorragia a acometia, e o médico era chamado.³⁷¹

O termo “aparadeira” era mobilizado em 1859, ao se tratar de parteiras ocasionais, que eram diferenciadas das parteiras de ofício. Um folhetim publicado em 1859 no *Correio da Tarde* referia-se a uma mulher enferma “*entregue aos cuidados de um médico homeopata*”, que mandava “*chamar uma parteira (não era aparadeira)*” que lhe

³⁷⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de agosto de 1867.

³⁷¹ *Correio Mercantil*, 25 de abril de 1861.

receitava um purgante³⁷². Uma ocorrência policial publicada num jornal diário em 1855 é expressiva da paulatina diferenciação social por parte das elites que estabeleciam fronteiras entre as comadres e as “parteiras de profissão”, as primeiras requisitadas nos partos das cativas das famílias empobrecidas: “*Uma escrava de uma família pobre teve de dar à luz um filho. Como é de uso, chamou-se a comadre, e não a parteira de profissão*”, constando que a família remediada retribuía seis mil réis à assistente³⁷³. O jornal *Correio Mercantil* publicava, em 1855, uma narrativa do parto traumático de trigêmeos de uma escrava alugada, indicando que os locatários solicitavam e custeavam a vinda da parteira, apenas quando o nascimento se complicava. Somente depois de dar à luz o primeiro bebê durante a madrugada – possivelmente aparado por ela mesma, por uma vizinha, alguma escrava da casa ou pela locatária –, como não expelia a placenta e o ventre se conservava muito volumoso, a parteira Durocher, que morava à época na rua das Violas, na freguesia de Santa Rita, era chamada:

Na madrugada do dia 8 uma preta escrava, alugada em uma casa da rua da Quitanda, estando pejada de 6 meses, expeliu só por esforços da natureza uma criança; não tendo porém deitado as secundinas [placenta] e achando-se o ventre muito volumoso foi chamada a parteira Durocher, que extraiu uma segunda criança apresentada em posição de nádegas. Passando depois à extração da placenta dos gêmeos, encontrou ainda a cabeça de uma terceira criança, que foi igualmente tirada, e depois as três placentas sem dificuldade. As crianças morreram. A mãe conserva-se viva³⁷⁴.

Já na década de 1865, um texto publicado por Durocher indica os avanços das políticas públicas de repressão às comadres, encabeçadas pela Junta de Higiene, bem como as dificuldades e limites enfrentados pela aplicação da lei, caracterizados pela francesa como “*jogo de empurra da Junta Higiénica e da polícia*”:

há tempos a Junta enviou à polícia uma lista de algumas mulheres que partejam sem título algum, e que o vulgo apelida *comadres*, foram com efeito chamadas à polícia, porém qual foi o resultado? A polícia entendeu que lhes devia perdoar a multa sob pretexto que não tinham meios, continuando elas agora a partejarem e a desobedecerem à lei como primeiramente. Fazendo-se notar isto a alguns membros da Junta, responderam: isto não é conosco é com a polícia.³⁷⁵

A parteira Durocher se coadunava com os interesses dos médicos e com os seus próprios, ao defender a ilegitimidade das parteiras práticas exercerem seu ofício, a elas

³⁷² *Correio da Tarde*, 22 de fevereiro de 1859.

³⁷³ *Correio Mercantil*, 3 de outubro de 1855.

³⁷⁴ *Correio Mercantil*, 10 de agosto de 1855.

³⁷⁵ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XVII, setembro de 1865, n.5, p. 205.

dirigindo um discurso preconceituoso e difamatório. Os médicos, em busca de legitimidade e clientela, divulgaram nas teses de medicina e jornais diários um discurso misógino a respeito das parteiras dos extratos populares como mulher supersticiosa, infanticida e aborteira³⁷⁶. O médico Costa Ferraz, em 1869, referia-se a “*uma preta velha ignorante como as pedras, ou especuladora e abaçanada mezinheira que a título de comadre dá cabo da vida de um pobre inocente, e muitas vezes da infeliz que o trazia em seu seio*”³⁷⁷. A campanha dos médicos higienistas e seus discursos racializados dirigidos às parteiras brasileiras e africanas negras, ao longo da segunda metade do século XIX, penetravam uma elite dentre os escravistas que passaram a preterir-las. Se em 1855 a escrava alugada em uma casa da rua da Quitanda era atendida pela parteira francesa apenas quando o parto se complicava, senhoras abastadas, que se europeizavam ao longo da segunda metade do século, solicitavam a assistência de parteiras brancas e letradas, desde o início do parto das cativas.

Intervenções e violências senhoriais no parto

Dia 18 de julho de 1863, Soriana, escrava de Eugênio do Prado, morador do Caminho-Novo de Botafogo, sentia suas primeiras dores do parto. “*Suportando todos estes incômodos sem dizer à sua senhora, Soriana assim se conservou até o dia 19*”³⁷⁸. Nesse dia, tendo a dona tomado conhecimento de que a escrava daria à luz, “*fez imediatamente chamar junto dessa escrava uma parteira aliás instruída*”:

Passou-se o dia 19 e parte do dia 20, quando pela volta das 11 horas da manhã, a parturiente começou a ter algumas convulsões, sem que a todo esse tempo a cabeça do feto tendesse a sair. Nestas circunstâncias, fui, por indicação do meu ilustre amigo e distinto cirurgião o Sr. Dr. Bustamante e Sá, chamado para ver a parturiente. Ali cheguei às 4 horas da tarde.

³⁷⁶ Competindo com parteiras, curandeiros, espíritas, sangradores, ervateiros, os médicos criaram as figuras do “charlatão” e da “parteira ignorante”, em grande parte africanas, indígenas e descendentes, figuras hostilizadas em oposição às quais iam sendo construídas as identidades do médico, portador da ciência, e da parteira branca e acadêmica. Tal imagem é encontrada também na literatura médica de outras sociedades escravistas atlânticas. SOUZA, Maria L. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico?, **op. cit.**; SAMPAIO, Gabriela. **A História do feiteiro Juca Rosa**. Cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000; FERREIRA, Luís O. “Medicina impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)”, **op. cit.**; SCHWARTZ, Marie J. **Birth of a Slave**. Motherhood and Medicine in the Antebellum South, **op. cit.**, cap. 4; INNIS, Tara A. “‘Any elderly, sensible, prudent women’: The Practice and Practitioners of Midwifery during Slavery in the British Caribbean”. In BARROS, Juanita *et al.* (eds.) **Health and Medicine in the circum-Caribbean, 1800-1968**. New York/ London: Routledge, 2009.

³⁷⁷ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XX, fevereiro de 1869, n. 9, 1869, p. 321.

³⁷⁸ *Correio Mercantil*, 26 de julho de 1863.

O caso clínico era publicado no jornal diário *Correio Mercantil*, do qual Vicente Sabóia, professor da Faculdade de Medicina, foi colaborador, assinando a coluna intitulada “Clínica de partos”. Notemos a surpresa do médico, ao se deparar com a parteira “*instruída*”, provavelmente uma estrangeira ou uma dentre as poucas brasileiras formadas no curso de partos oferecido pela faculdade³⁷⁹. A promulgação da lei que criava em 1832 as Faculdades de Medicina instituía também a abertura do curso de partos, que exigia daquelas que pleiteassem uma vaga a alfabetização em português e, depois da reforma do ensino médico de 1854, também em francês e em operações aritméticas³⁸⁰. É possível que a parteira de Soriana, assim como a francesa Durocher, fosse uma dentre as raras mulheres que frequentaram o curso, constituído por aulas teóricas de anatomia, fisiologia e higiene, ministradas pelos professores da faculdade, durante dois anos³⁸¹.

Ao longo da segunda metade do século XIX, com os avanços da medicina e de seus ataques às comadres e a seus saberes práticos, as parteiras formadas pelos médicos passaram a conquistar pouco a pouco a preferência e a confiança entre as mulheres das elites europeizadas, e tal preferência poderia ser imposta às escravizadas. Uma informação descomprometida com as intenções centrais do caso clínico salta à vista: Soriana ocultou de sua senhora as dores e incômodos do parto durante todo o dia 18. Por que a escrava calava suas dores? Não sabemos as razões de Soriana, mas ameaças de violência e pressões senhoriais poderiam exacerbar os já tormentosos momentos do parto para mulheres escravizadas que, como ela, continuaram trabalhando em meio às dores do processo de nascimento. Durocher aponta para estas formas específicas de violência escravista que recaíam sobre as mulheres na escravidão: em texto publicado nos *Annaes de Medicina*, a francesa denunciava as ameaças “*de surra às escravas se declararem em época de seu parto alguns dos seus sofrimentos*”³⁸². Assim, a coabitação e a proximidade com suas donas e donos no mundo urbano colocavam africanas e crioulas em situação de vulnerabilidade a experienciarem seus partos em circunstâncias altamente desfavoráveis: seja diante da imposição de parteiras desconhecidas, excluídas de suas redes de

³⁷⁹ Segundo registros, apenas 21 alunas teriam se diplomado entre 1832 e 1901. MOTT, **Partos, parteiras e parturientes**, op. cit., p. 128-129; MOTT, “Parteiras: o outro lado da profissão”, **op. cit.**; PIMENTA, Tânia & BARBOSA, Giselle. O ofício de parteira no Rio de Janeiro Imperial, **op. cit.**

³⁸⁰ Decreto nº 1.387, de 28 de abril de 1854. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1387-28-abril-1854-590272-publicacaooriginal-115439-pe.html>. Acesso: fevereiro de 2015.

³⁸¹ Ibid.

³⁸² *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XVII, setembro de 1865, n.5, p. 207.

solidariedade e com as quais não compartilhavam das mesmas origens sociais nem das concepções acerca do nascimento, seja frente a formas diretas de violência e opressão.

A documentação indica que, além das ameaças de torturas, o convívio próximo com suas donas e donos poderia proporcionar às meninas e mulheres escravizadas outras tensões, durante seus partos. Em 1881, a crioula Florentina, de 13 anos, estava grávida de seu senhor, Augusto, que era amásio de sua senhora, “*uma preta-mina de nome Felicidade*”. A garota era expulsa de casa no momento de dar à luz e vivia momentos de desamparo:

Hoje, à 1 hora da madrugada, atingindo a gravidez de Florentina a seu termo, encolerizou-se sua senhora, Felicidade, e carregou a rapariga para fora de casa. Para onde? Não se sabe. Supomos que tenha ido para a casa de alguma parteira. Haverá um crime? N.B.- A rapariga foi comprada para o mesmo desfrutá-la como a senhora bem sabe³⁸³.

Além dessas formas diretas de violência e crueldade, as exigências senhoriais de jornadas longas e pesadas de trabalho até os últimos tempos da gravidez impactaram negativamente as vivências dos nascimentos para as mulheres cativas na cidade. Os casos clínicos envolvendo cativas alugadas ou cujos donos eram empobrecidos, como no caso de Inês, que servia a uma viúva remediada, não esclarecem se elas se encontravam no domicílio senhorial, desempenhando tarefas domésticas quando entravam em trabalho de parto, ou se retornavam à casa a pé, transportando compras, tinhas de água, tabuleiros e cestos de roupas das imediações urbanas, logo que o parto se iniciasse. Conforme documentado pelo médico Antônio Pinto, em 1859, em fazendas de café, mulheres trabalhavam até o momento do parto nas plantações, e algumas não conseguiam chegar até as senzalas para dar à luz: os senhores sujeitavam-nas “*ao serviço da roça e tarefas ordinárias, chegando algumas a darem à luz durante o trabalho, ou em caminho, trazendo enormes cargas à cabeça.*”³⁸⁴ Ele se referiu a um caso terrível envolvendo uma escrava por ele atendida, que era coagida a trabalhar na colheita de café até a hora do parto. A caminho da senzala, carregando o cesto à cabeça, ela desmaiava e tinha seu bebê dilacerado pelos porcos:

Foi o caso, que estando em tempo de dar à luz foi assim mesmo mandada colher café, e sentindo dores teve de retirar-se para casa com o que tinha colhido à cabeça. Em caminho efetuou-se o parto, e quer por excesso de dores, quer por perda considerável de sangue, quer assustada por se ver só, ou por outra causa qualquer desfaleceu, e ao despertar os porcos tinham dilacerado a criança, e à força de a puxarem

³⁸³ *Gazeta da Tarde*, 6 de maio de 1881.

³⁸⁴ PINTO, Antonio Ferreira. *O medico da primeira infância*, op. cit., p. 24-25.

com as secundinas ainda dentro, promoveram a queda e inversão do útero!³⁸⁵.

Na cidade, mulheres escravizadas que estivessem se deslocando pelas imediações urbanas nas vésperas do parto, durante o dia ou à noite, encontrando-se muito distantes das casas dos senhores, poderiam ser assistidas por desconhecidos ou recolhidas à Santa Casa de Misericórdia. É o que indica um caso envolvendo uma mulher parda, publicado na *Gazeta de Notícias*, em 1889:

Anteontem, às 8 ½ horas da noite, na rua do Riachuelo, a parda Lucinda Maria da Conceição, que vinha em um bonde da companhia Carris Urbanos foi acometida das dores da parturição, dando à luz uma criança. A parturiente, depois de receber os primeiros socorros em uma farmácia daquela rua, foi remetida para o hospital da Misericórdia, por ordem da autoridade local³⁸⁶.

Entre parteiras africanas, europeias e descendentes: as práticas e os contextos

Diante deste cenário, em que as mulheres trabalhavam até às vésperas do parto e davam à luz nas casas de seus donos e locatários, cabe questionar: quais as práticas da comadre Thereza, crioula liberta, com seus 35 a 40 anos, atuante na freguesia do Sacramento nos anos 1830? Como atuavam e concebiam o nascimento das escravizadas as comadres brancas livres e as parteiras europeias, solicitadas pelos senhores e locatários no parto das escravas? O que compartilhavam e em que divergiam as parteiras e as parturientes africanas e crioulas, nos diferentes contextos, ao longo do século XIX? Quais os conhecimentos, visões de mundo e relações de poder que informavam e conformavam as práticas da comadre Tereza crioula, da francesa Durocher, das portuguesas e brasileiras brancas, e das africanas também escravizadas que aparavam os bebês de suas parceiras no domicílio de suas donas e donos, ao longo do século?

Estudos acerca dos partos entre escravizadas nas grandes fazendas dos Estados Unidos e no Caribe enfatizaram a importância de atentarmos para as origens sociais e culturais das parteiras, ao nos aproximarmos das experiências dos nascimentos para africanas e crioulas³⁸⁷. Segundo Mary Schwartz, nas fazendas ao Sul, tanto os senhores como as parteiras e as próprias escravizadas compartilhavam do desejo de que tanto as

³⁸⁵ Ibid., p. 24.

³⁸⁶ *Gazeta de Notícias*, 29 de setembro de 1889.

³⁸⁷ SCHWARTZ, *Birth of a slave...*, op. cit., cap. 5; JENSEN, Niklas T. “For the benefit of the planters and the benefit of Mankind”. The struggle to Control Midwives and Obstetrics on the Island of St Croix in the Danish West Indies, 1830-1848”. In BARROS, Juanita et al. (ed.), *op. cit.*

mães quanto os bebês sobrevivessem. Porém, as mulheres africanas e suas descendentes, para quem os partos eram um evento espiritualmente carregado e potencialmente perigoso, esperavam vivenciá-los de acordo com o que entendiam ser apropriado para o nascimento de suas filhas e filhos. Ela sublinhou que havia diferenças inconciliáveis entre os anseios, interesses e concepções das parturientes afrodescendentes e as práticas e noções do que constituía procedimentos apropriados para mulheres negras e médicos brancos³⁸⁸. Sharla Fett demonstrou a importância do papel das parteiras afrodescendentes nas vivências do parto para as cativas, bem como para a construção de laços de solidariedade entre as mulheres escravizadas nas suas comunidades, nas fazendas do Sul³⁸⁹. Segundo ela, enquanto figuras que mediavam os eventos espiritualmente carregados do nascimento e da morte dos bebês, as parteiras exerceram um papel singular na criação de significados alternativos para os nascimentos entre as escravizadas, que se confrontavam com a objetificação de seus bebês por parte da classe senhorial, esforçando-se em situar o recém-nascido dentro de um contexto de parentesco e proteção espiritual³⁹⁰.

Para as africanas e crioulas na cidade, jovens e meninas parturientes de primeiro filho ou mães experimentadas, seria desejável poder contar com uma comadre de sua confiança, que fizesse parte de suas redes de solidariedade e com as quais pudessem partilhar das visões de mundo acerca do bom proceder, durante o trabalho do parto e dos rituais com os recém-nascidos. Porém, no contexto da pequena e média propriedade urbana, as parteiras eram em sua maioria mulheres livres e libertas empobrecidas que atuavam na freguesia, solicitadas pelos senhores e por eles remuneradas, podendo agir contrariamente aos interesses das escravizadas. As comadres dos senhores e parteiras europeias poderiam ser pagas não apenas para auxiliar nos nascimentos, mas também para encarregar-se do sumiço dos bebês, com a finalidade de que as mães fossem alugadas como amas de leite sem os filhos por um preço mais elevado³⁹¹. E como vimos, as casas dos senhores e as parteiras acadêmicas por eles requisitadas nem sempre ofereciam às

³⁸⁸ SCHWARTZ, **Birthing a slave**, op. cit., p. 174-182.

³⁸⁹ FETT, Sharla. "Consciousness and Calling: African American Midwives at Work in the Antebellum South". In BAPTIST, Edward and CAMP, Stephanie (eds.). **New studies in the History of American Slavery**, op. cit.

³⁹⁰ Sobre práticas das parteiras afrodescendentes nos nascimentos das cativas nas fazendas do Sul, conferir WILKIE, Laurie. Expelling frogs and binding babies: conception, gestation and birth in nineteenth-century African-american midwifery. **World Archaeology**, op. cit.; FETT, Sharla. **Working Cures**, op.cit., cap. 3 e 5; FETT, Sharla. "Consciousness and Calling: African American Midwives at Work in the Antebellum South", **op. cit.**;

³⁹¹ Discutiremos este tema no capítulo seguinte.

parturientes cativas o senso de segurança e conforto materiais, físicos, emocionais e espirituais, no processo de nascimento de seus bebês.

É difícil entrever dos casos clínicos e crônicas dos jornais o grau de autonomia e a possibilidade de negociação das mulheres cativas com seus senhores quanto à assistência aos partos, nos diferentes cenários do século XIX, em particular caso desejassem evitar a assistência pela parteira solicitada pelos senhores. A questão torna-se ainda mais complexa quando atentamos para o perfil sociocultural e racial das mulheres que atendiam aos partos, no tocante a seus conhecimentos e tradições, mas também quanto à origem africana das mulheres escravizadas. Na primeira metade do século XIX, predominavam entre as parturientes as centro-africanas, de presença marcante na população de mulheres jovens e em período fértil até pelo menos 1870. Já nas décadas de 1870 e 1880, suas descendentes crioulas, tanto suas filhas nascidas na cidade quanto aquelas nascidas no interior da província do Rio de Janeiro e migrantes forçadas do Sul, Norte e Nordeste do país, vinham compor a população urbana de mulheres jovens que dariam à luz bebês ingênuos sob a escravidão urbana, no período de sua crise e de seu desmonte.

Os interstícios da literatura folhetinesca, das teses de medicina, das obras de memorialistas das fazendas cafeeiras do Sudeste, além da literatura etnográfica e de viagens, permitem uma aproximação quanto às práticas, conhecimentos e visões de mundo tanto das parteiras de diferentes origens, quanto das parturientes africanas e crioulas quando deram à luz suas filhas e filhos, no interior das casas senhoriais na cidade, ao longo do século.

Entre lençóis e sopros na garrafa: as comadres portuguesas e brasileiras brancas

A literatura folhetinesca publicada nos jornais cariocas é um bom ponto de partida, a fim de refletirmos sobre a cultura material e as possíveis práticas na assistência aos partos das cativas africanas e crioulas por mulheres brancas, brasileiras e portuguesas empobrecidas, ao longo do século. Ambientado no período joanino, nas primeiras duas décadas do século, a obra de ficção *Memórias de um Sargento de Milícias* – redigida na forma de folhetim no jornal *Correio Mercantil* e publicado como romance em 1854 –, referia-se ao parto de Chiquinha, mulher branca e livre, casada com o português Leonardo-Pataca, pai do protagonista homônimo. Apesar de Manuel Antônio de Almeida referir-se a uma jovem livre e branca, o texto ficcional permite que nos aproximemos das

práticas das comadres que poderiam ser requisitadas também para a assistência das escravizadas, nas primeiras décadas do século.

A despeito do tom irônico e desabonador, a comadre representada no romance era aparentemente uma mulher branca, remediada e católica, cujo raio de atuação no mundo da cura espalhava-se para além dos partos, incluindo as benzeduras: “*vivia do ofício de parteira, que adotara por curiosidade*”. Também, “*benzia de quebrantos*”, conhecendo-a todos “*por muito beata e pela mais desabrida papa-missas da cidade*”³⁹². A narrativa do desenrolar do parto iniciava com Chiquinha que “*para nada esquecer das regras estabelecidas, amarrou à cabeça um lenço branco, meteu-se embaixo dos lençóis*”, e começou a rezar ao santo de sua devoção. Leonardo aguardava impaciente do lado de fora do quarto, e o autor do romance indica o protocolo da espera por parte das parteiras, quando o desenlace do nascimento corria conforme o esperado: “*quando viu que a única coisa que restava era ‘esperar a natureza’, como dizia a comadre*”³⁹³. O parto evoluía e, aparentemente, complicava-se: a comadre, então, tirava do bolso da saia uma fita azul, medida de Nossa Senhora do Bom Parto, passando-a ao redor da cintura de Chiquinha. Arranjava, também, uma garrafa para que a moça soprasse a fim de ajudá-la a fazer a força que ao fim expulsaria a criança. O narrador referia-se às “*nove badaladas do sino grande da Sé*”, que eram acionadas a pedido quando uma parturiente estivesse em perigo.

Manuel Antonio de Almeida desfilava, em tom jocoso, os expedientes da comadre e da jovem branca, que se metia embaixo dos lençóis e rezava para os santos de sua devoção, em clara alusão às práticas devocionais eivadas no catolicismo popular envolvendo a medida de Nossa Senhora do Bom Parto e o expediente bastante comum do sopro na garrafa, com o fim de auxiliar a parturiente em seus esforços.

Os médicos, menos simpáticos às comadres que o romancista, evocaram apenas indiretamente as práticas e as formas de assistência das parteiras, sem designá-las pela cor ou origem social. Das críticas desferidas pelos médicos, é possível reconstituirmos algumas das práticas das comadres, não sabemos se negras, caboclas ou brancas, inspiradas no catolicismo popular e nas reelaborações das tradições africanas e indígenas que eram reinterpretadas por umas e outras, e que contrariavam, em grande medida, os juízos científicos dos médicos, a respeito dos nascimentos. O médico francês Sigaud, no

³⁹² ALMEIDA, Manuel Antônio. *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: Publifolha, 1997, p. 36.

³⁹³ No texto original, o termo “*esperar a natureza*” era grafado em itálico. Ibid., p. 98.

início do século, em 1835, indica que, diversamente das representações de Manuel Antonio de Almeida sobre o parto de Chiquinha sob os lençóis, mulheres davam à luz em outras posições: as comadres atuavam nos partos ajudando as parturientes, “sustentando os joelhos e as cadeiras”, e recorrendo, a depender da posição do feto e dos tipos de “contrações da madre”, a manobras e fricções realizadas quando julgavam necessário, segundo ele, “intempestivamente”³⁹⁴.

As observações dos médicos chamados a intervir nos partos, que até a sua chegada ocorriam sob os auspícios das comadres, revelam algumas práticas das parteiras nas casas senhoriais. Uma tese de conclusão do curso de medicina publicada em 1847 recebia um título significativo: *Considerações gerais sobre as dificuldades que o parteiro pouco experiente encontra no exercício do seu ministério*³⁹⁵. Seu autor, o estudante Carlos Azevedo, alçava como primeiro dos obstáculos as suas concorrentes: as parteiras, que poderiam ser reconhecidas tendo estampada na frente de suas casas uma cruz³⁹⁶. Carlos Azevedo referia-se às práticas arraigadas entre as mulheres das classes proprietárias recorrerem às comadres, sugerindo que a mulher de elite, “pelo pudor”, “infalivelmente deve enrubescer suas faces pela presença de um indivíduo de sexo diverso”, sentindo “uma geral comoção ao ver entrar no seu aposento um homem da arte”³⁹⁷. Já o romance de Manuel Antônio de Almeida oferece indícios de que as senhoras, e por outros motivos as escravizadas, repeliam a presença masculina dos médicos nos partos, não apenas pelo argumento do “pudor”. Em certo momento do parto de Chiquinha, Leonardo Pataca, impacientando-se, chegava perto da porta perguntando sobre o andamento dos trabalhos: “Compadre, respondia a comadre, já lhe disse que não é bom a quem está neste estado estar ouvindo voz de homem: esteja calado e espere lá”³⁹⁸.

Para o mau parto, entretanto, as parteiras contavam com expedientes múltiplos, envolvendo remédios secretos, apelos ao sagrado, práticas mágicas e devocionais. Mary del Priore referiu-se a algumas das práticas de parteiras, durante o século XVIII, eivadas nas tradições do catolicismo popular e na devoção às santas: “a parteira recitava ou lia orações para Nossa Senhora do Bom Parto, lançava ao pescoço da parturiente bentinhos com orações para apressar a expulsão”, “tudo, enfim, que colaborasse para ‘lançar fora’

³⁹⁴ *Diário de Saude*, vol. I, n.5, 16 de maio de 1835.

³⁹⁵ AZEVEDO, Carlos Frederico. *Considerações gerais sobre as dificuldades que o parteiro pouco experiente encontra no exercício do seu ministério*. Rio de Janeiro: Tip. Do Ostentor Brasileiro de J.J. Noronha, 1847.

³⁹⁶ *Ibid.*, p. 2-3.

³⁹⁷ *Ibid.*, p. 3

³⁹⁸ ALMEIDA, *Memórias de um Sargento de Milícias*, op. cit., p. 99.

filhos vivos ou mortos era bem-aceito pela parturiente e bem usado pela parteira”³⁹⁹. Apesar de Carlos Azevedo desconhecer os significados a que respondiam os usos das parteiras e das parturientes, o estudante ridicularizava a cena que presenciava quando era chamado, sem ter experiência, para atuar frente às complicações que afligiam uma mulher: não sabemos se livre ou cativa, ela era encontrada “*cercada de pedras preciosas*”, “*objetos os mais risíveis*” pendurados em seu pescoço⁴⁰⁰. Poderia tratar-se da “pedra quadrada” ou “pedra condar”, cujas virtudes exaltadas eram as de facilitar o parto⁴⁰¹. Além dos apelos ao sagrado, as parteiras contavam com outros expedientes para resolver as complicações que eram criticadas pelos médicos, como sopros na garrafa, massagens e manobras externas e internas que visavam a romper o saco amniótico, reposicionar ou extrair com as mãos o bebê, além do uso de infusão de ervas para acelerar o trabalho de parto. Carlos Azevedo referia-se ainda à apropriação por parte das parteiras de medicamentos e instrumentos usados pelos médicos, como o fórceps, que num caso provocava a morte da parturiente⁴⁰². As parteiras chegavam mesmo “*a prescrever fortes drásticos*”, como o centeio espigado, utilizado a fim de acelerar as contrações uterinas, sustar hemorragias e como abortivo⁴⁰³.

As críticas desferidas pelos médicos às parteiras nas décadas de 1830 e 1840 nos aproximam dos cuidados neonatais dispensados aos recém-nascidos que eles pretendiam debelar: o uso de tabaco em pó, azeite, folhas de fumo, vinagre quente e óleo de copaíba no umbigo para evitar o “mal de sete dias”, como era chamado o tétano dos recém-nascidos, que para o médico Júlio Xavier seria exatamente causado pelo uso de tais

³⁹⁹ PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/J. Olympio, 1993, p. 266.

⁴⁰⁰ AZEVEDO, *Considerações gerais sobre as dificuldades que o parteiro pouco experiente encontra no exercício do seu ministério*, op. cit., p. 3.

⁴⁰¹ Um autor anônimo, que compilava mezinhas, como eram designados os remédios compostos por ervas e outras substâncias, num manuscrito de meados do século XIX destacava que “o principal préstimo desta pedra é que estando para parir as mulheres se amarra a dita pedra na perna esquerda por cima do joelho e logo parirá com muita quietação”. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro- Seção Manuscritos, I-47-19-20, Apud SOARES, Márcio de Sousa. **A doença e a cura**: saberes médicos e cultura popular na Corte Imperial. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999, p. 233.

⁴⁰² A parteira francesa Mathilde Durocher relatou que a primeira aplicação do fórceps em uma parturiente sob seus cuidados teria sido praticada pelo Dr. Santos, no ano de 1836, e que ela mesma teria começado a manejar o instrumento com regularidade a partir do início da década de 1840. Uma lei de 1876 passou a proibir às parteiras o uso do fórceps, prova de que elas se apropriavam do instrumento em suas práticas, a despeito do desejo dos médicos em monopolizar o instrumento e atribuir a si a imagem de competência e superioridade em relação às parteiras. MOTT, **Parto, parteiras, parturientes**, op. cit., p. 273-274.

⁴⁰³ AZEVEDO, Carlos Frederico. *Considerações gerais sobre as dificuldades que o parteiro...*, op. cit., p. 14,15, 17.

“*excitantes*”⁴⁰⁴. Em 1846, Joaquim Melo criticava a prática das “*comadres ou pessoas supersticiosas*” que usavam banhar os recém-nascidos com vinho ou cachaça, em particular os que nasciam fracos e debilitados⁴⁰⁵.

Já na segunda metade do século XIX, quando imigrantes açoreanas e portuguesas empobrecidas vinham atuar também como parteiras na cidade, era publicado o tratado de obstetrícia de Theodore Langaard, que visava a coibir o uso de “*todos os profiláticos e remédios secretos que se preconizam como preparadores de parto feliz, mui principalmente as sangrias e purgantes*”⁴⁰⁶. Um folheto publicado em 1879, no jornal *O Fluminense*, indica que as comadres portuguesas e descendentes eram procuradas por senhoras de todas as camadas sociais, e que sua preferência poderia impor-se às escravizadas. A comadre Angélica, segundo o autor, “*não era parteira só da gente pobre e remediada*”, mas “*também as pessoas ricas e fidalgas a ocupavam em suas épocas interessantes*”. Ele descrevia, então, o “*saco de sua ferramenta*”, que continha “*uma medida de Nossa Senhora do Parto, dois rosários, uns bentinhos, uma tesoura, um novelo de linha, uma caixinha com cinzas de palha benta e outros aprestos, que a comadre Angélica julgava indispensáveis à sua profissão*”. A parteira, quando solicitada à noite, era acompanhada por sua afilhada, que aprendia como assistente da madrinha. O autor referia-se a um parto difícil que ela atendia, “*a ponto de ter sido necessário recorrer às nove badaladas de sino*”. Por fim, ele referia-se às práticas que vinham auxiliar o bom êxito dos partos:

E a comadre deu à língua, fazendo uma minuciosa descrição dos seus trabalhos obstétricos sem esquecer as orações a Santa Margarida, o chapéu do papai posto à cabeça da parturiente, os sopros na garrafa, as palhas bentas, os bentinhos, as nove badaladas do sino grande, e todos os outros socorros que contribuam para o bom êxito da empresa⁴⁰⁷.

⁴⁰⁴ XAVIER, Francisco Júlio. *Considerações sobre os socorros que se devem prestar aos meninos na ocasião do nascimento e sobre as vantagens do aleitamento maternal*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher e G., 1833, p. 8.

⁴⁰⁵ MELLO, Joaquim Pedro de. *Generalidades acerca da educação physica dos meninos*. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Comp., 1846, p. 10-11.

⁴⁰⁶ LANGGAARD, Theodoro. J. H. *Arte obstetrica ou tratado completo dos partos*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1862, p. 101. Em uma tese acerca da higiene da mulher durante a gravidez, defendida em Salvador em 1870, o doutorando dissertava acerca das mudanças “morais” que acometiam as mulheres grávidas das elites: umas tornam-se irascíveis, e “*quase todas, sucumbindo à ideia de que hão de morrer de parto, ficam tristes, derramam a sós copiosas lágrimas, e entregam-se com fervor à prática dos exercícios religiosos*”. CASTRO Antonio Pedro da Silva. *Higiene da mulher em estado de gravidez*. Bahia: Typographia de Camillo de Lellis Masson & C. 1870, p. 30.

⁴⁰⁷ *O Fluminense*, 31 de janeiro de 1879.

Do panteão de santas de tradição portuguesa emerge Santa Margarida, protetora das parturientes, que frente aos nascimentos complicados deveriam repetir, segundo uma revista em 1879, “*Minha Santa Margarida, Não estou prenha, nem parida*”⁴⁰⁸. Em 1881, a *Gazeta da Tarde* referia-se às “*superstições portuguesas*”, como eram consideradas pelos ilustrados, ao final do século, as práticas das parteiras atuantes na cidade do período: “*Quando há dificuldade de extrair as secundinas [placenta] a uma parturiente, deve por-se-lhe um chapéu velho na cabeça, ou mandá-la assoprar numa garrafa*”⁴⁰⁹. Em 1881, o autor de um manual para mulheres grávidas indica a origem de muitas parteiras na cidade naquela década: “*principalmente pelas robustas mulheres portuguesas*”, para quem “*a sangria preventiva mantém a gestação sem novidade e prepara partos felizes*”⁴¹⁰. Também em 1881, um médico referia-se aos confrontos entre suas concepções e práticas e aquelas das parteiras com relação aos cuidados neonatais: “*Lavei a criança com uma gema de ovo num banho morno, para grande desespero da parteira, que queria que a criança fosse banhada com cachaça*”⁴¹¹. Severiano Urculu referia-se, em 1882, às práticas de “*algumas comadres*” contemporâneas atarem no umbigo do bebê uma bolsinha contendo sementes de alfazema, identificando outras funções para o clássico tabaco com azeite: “*Não compreendemos a necessidade deste uso, nem tão pouco o do clássico – tabaco com azeite – que se diz calmar cólicas*”⁴¹². Às vésperas da Abolição, teses indicam que a maioria das senhoras e também suas escravizadas era atendida pelas comadres. Severiano Urculu, em 1882, assim concluía a respeito das práticas das prestigiadas parteiras: “*Entretanto, estas e quejandas bugigangas são mais respeitadas e buscadas que os conselhos de um médico!*”⁴¹³.

As comadres, representadas nas teses de medicina e nos folhetins como assistentes nos partos de mulheres livres, entre remediadas e fidalgas, eram também requisitadas nos partos das africanas, numerosas entre a população feminina jovem e escravizada na cidade, na primeira metade do século XIX. Como concebiam a assistência por mulheres livres brancas, portuguesas e descendentes remediadas, e quais as especificidades de suas

⁴⁰⁸ *Revista Brasileira*, tomo 1, ano 1, junho a setembro de 1879, p. 265; KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 286.

⁴⁰⁹ *Gazeta da Tarde*, 12 de março de 1881.

⁴¹⁰ ALMEIDA, Pires. *Guia da Mulher Pejada*. Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1882, p. 35.

⁴¹¹ Joseph Fort, Apud LEITE, Miriam Moreira (org). **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros, op. cit., p. 125.

⁴¹² URCULU, Severiano. *Higiene da primeira infância*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1882, p. 9.

⁴¹³ *Ibid.*, p. 10.

práticas com relação às escravizadas? Mary Schwartz sublinhou as dificuldades em discernir se as práticas das parteiras eram de origem europeia, indígena ou africana, visto que as mulheres compartilhavam e reelaboravam usos, terapias e crenças, cada uma as aceitando, rejeitando e transformando segundo suas visões de mundo, segundo a crença em sua eficácia e a facilidade em encontrar as matérias-primas para a elaboração de medicamentos⁴¹⁴. Se não podemos radicalizar os antagonismos entre as práticas do catolicismo popular e as reelaborações dos africanismos por parte das comadres brancas – que partilhavam da crença da origem sobre-humana das enfermidades e do bom ou mau sucesso no parto, recorrendo à assistência de santas do panteão católico e palhas bentas –, práticas como o uso do lençol e a posição deitada, mencionadas no parto de Chiquinha, poderiam ser impostas pela parteira ou pela senhora, respondendo às exigências em cobrir o corpo feminino. Conforme documentado por etnógrafos e viajantes, conforme discutiremos adiante, as africanas não costumavam dar à luz deitadas. Tal posição, como Maria Lucia Mott enfatizou, vinha favorecer, já nas décadas finais do século, as formas de atuação dos médicos, e não o bem-estar das parturientes⁴¹⁵. A despeito de não encontrarmos nas fontes menção ao uso do lençol nos partos das escravas, sua exigência por parte da parteira ou da senhora poderia inibir sobretudo para as africanas que não partilhassem do sentimento de pudor que justificava o uso do tecido à mobilidade de posições durante o parto.

Se muitas escravizadas foram assistidas em seus partos por mulheres brancas, portuguesas e brasileiras empobrecidas – cujos saberes ancoravam-se na prática e nos usos e tradições devocionais do catolicismo popular –, mulheres francesas, cujos conhecimentos eram embasados na concepção médica e fisiológica do parto, passaram a atuar em seus partos, a chamado dos senhores e locatários. A partir dos escritos de Mathilde Durocher, entrevemos o olhar laico a respeito do parto e de suas formas de intervenção, baseado no que era aceito pela medicina do período. Durocher atendeu a mulheres na Corte desde 1834, sobretudo senhoras das elites mas também escravizadas. Chamada geralmente para socorrer as escravizadas apenas quando o parto se complicava – como no caso da cativa alugada na rua da Quitanda –, a francesa relatava a assistência a trabalhos de parto que duraram entre 12 horas e 3 dias, dizendo-se contrária a deixar uma cliente sem ter terminado o atendimento. Não era favorável ao uso de medicamentos,

⁴¹⁴ SCHWARTZ, *Birthing a slave...*, op. cit., p. 177.

⁴¹⁵ MOTT, *Parto, parteiras, parturientes*, op. cit.

manobras ou operações que visavam a acelerar o andamento do parto e fazia visitas às recém-paridas, geralmente mulheres abastadas⁴¹⁶.

A ausência de comadres libertas e escravizadas, protagonizando as cenas de nascimento na literatura urbana oitocentista, ou como objeto das críticas veiculadas nos discursos virulentos dos médicos, torna difícil uma aproximação das particularidades dos rituais e práticas das quais participavam as cativas urbanas, quando as tinham como assistentes nos partos. Desde as primeiras décadas do século XIX, porém, os folhetins e principalmente os manuais de medicina e de fazendeiros referentes às grandes propriedades cafeeiras do Sudeste, onde muitas mulheres embarcadas na África central partejavam suas parceiras nas comunidades de senzala, permitem desvelar algumas das práticas e concepções afro-derivadas com respeito aos nascimentos.

Parteiras africanas e crioulas: manejos, mau-olhado e ladainhas

Uma crônica intitulada “*Variedades. Olhados, quebrantos e malefícios*”, publicada na edição do dia 5 de outubro de 1838 no *Jornal do Commercio*, constitui um acesso para o universo das práticas afro-derivadas acerca da gravidez e do parto. Sobre os poderes maléficos do olhar, que poderia provocar o mau desenlace no parto, o autor de uma crônica assim construía sua narrativa, em tom irônico:

Muita gente está persuadida, que há olhos tão maus, que basta fitarem-se em qualquer coisa para lhe causarem maior dano. Tem D. Briolanja um menino [...] sucede adoecer o menino de um dia para outro: não lhe atinam com a causa da moléstia: eis logo a mãe, a avó, as tias, a ama e as comadres, que em tom de junta médica decidem, que a criança não tem outra coisa, senão o terrível *olhado*, que lhe pespegou uma velha, uma preta feiticeira etc etc [...] porque, de quantos antídotos se conhecem para quebrantos e olhados, nenhum há de tanta virtude como as figas e mais se são de chifre; que tem este muitas aplicações na grande arte dos malefícios: por isso, quando alguma mãe tem de mandar fora seu menino, logo a advertem, que não vá sem levar figas no cinto para evitar os maus olhos⁴¹⁷.

O autor nos aproxima dos apelos ao sagrado e às forças espirituais e vitais concentradas nos amuletos capazes de evitar, desde a gravidez, os infortúnios e os maus sucessos no parto. Quando grávidas, a fim de afastar os malefícios e neutralizar o poder do feitiço, é possível que mulheres escravizadas tomassem a providência de “*levar figas no cinto para evitar os maus olhos*”, sobretudo as feitas de chifres, considerados os

⁴¹⁶ Ibid., p. 189-190.

⁴¹⁷ *Jornal do Commercio*, 5 de outubro de 1838.

melhores amuletos contra o mau-olhado. A profusão de amuletos entre a população africana e crioula no Rio de Janeiro, em especial as figas, evidenciam a reinvenção das tradições religiosas e do culto aos antepassados entre os centro-africanos e suas formas de enfrentamento aos infortúnios na escravidão, o que incluía, para as mulheres escravizadas, o mau parto⁴¹⁸. Para os centro-africanos *bakongo*, que viviam na região norte da atual Angola, *nkisi*, ou inquices, eram amuletos utilizados com a finalidade de proteção contra enfermidades e para a cura, que poderiam reter uma centelha de espírito em diversos suportes, como folhas, conchas, saquinhos de tecido, imagens de madeira, dentre outros objetos⁴¹⁹. Para as centro-africanas, o mau sucesso no parto poderia envolver um processo muito sofrido, a morte do bebê, mas também ameaças e violências senhoriais: curandeiras e parteiras africanas e crioulas possuíam saberes acerca do arsenal farmacêutico e mágico-religioso que poderia proteger a parturiente e os bebês dos malefícios.

Conforme demonstrou Mary Karasch, era comum que as libertas, como a comadre Tereza, desempenhassem o ofício de parteiras e curandeiras na cidade, na primeira metade do século XIX, atendendo a cativas, senhoras e outras mulheres livres da freguesia. Importante nuançar que as formas de aprendizado prático das crioulas libertas iniciaram nos tempos da escravidão, atendendo a partos ocasionais, mas também nas experiências com outras parteiras em seus próprios nascimentos⁴²⁰. Já quanto às africanas, a depender da idade, poderiam ter experienciado ou assistido partos em suas comunidades de origem. A partir de amostras baseadas na interceptação de navios no período de tráfico ilegal, entre 1833 e 1852, Karasch demonstrou que entre 108 africanas, a maioria (63%) eram meninas e jovens entre 10 e 19 anos, embarcadas dos portos congo-angolanos, que provavelmente engravidaram e deram à luz a maioria ou todos os seus filhos, no contexto da escravização deste lado do Atlântico. Porém, uma minoria de mulheres africanas entre 20 e 49 anos (25%) experienciara seus partos e o atendimento a outras mulheres, em suas sociedades de origem⁴²¹. Embarcadas com bebês e filhos pequenos, ou desses separadas

⁴¹⁸ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor** - esperanças e recordações na formação da família escrava, op. cit., p. 152.

⁴¹⁹ THOMPSON, Robert Farris. **Flash of Spirit: african and afro-american art and philosophy**. New York, Pantheon Books, 1983, p. 117-118.

⁴²⁰ Não encontramos menções com relação a escravas colocadas pelos senhores ao ganho como parteiras. Maria Lucia Mott refere-se a um pedido de licença para a africana escrava Maria Fraga exercer o ofício de parteira na Vila Nossa Senhora do Carmo, atual cidade de Mariana, em Minas Gerais. Em 1721, a “preta do gentio da Guiné” era considerada como tendo “capacidade, inteligência e experiência”. Ela obtinha a carta pelo senado da Vila. MOTT, **Parto, parteiras e parturientes**, op. cit., p. 37.

⁴²¹ KARASCH, Mary. “Anastácia and the slave women of Rio”, op. cit., p. 81.

no processo de escravização desde os barracões no litoral africano, elas viveram um ou alguns de seus partos na África, trazendo às parturientes escravizadas, e em outra medida às brancas livres, seus saberes e práticas reelaborados.

Assim, é provável que a comadre Thereza, crioula atuante como parteira na freguesia de Sacramento pelo menos desde 1825, a contar do tempo de sua libertação, tenha aprendido o ofício enquanto escravizada, acompanhando os partos de outras escravizadas, africanas e crioulas, mas também os nascimentos dos bebês de suas donas. As parteiras negras entravam em contato com as práticas e rituais de nascimento eivados nas tradições indígenas e no catolicismo, quando parteiras brancas e caboclas ou suas senhoras assistissem os nascimentos de seus próprios filhos. Assim, na primeira metade do século XIX, tanto as parteiras africanas quanto as crioulas certamente conformaram suas práticas ao perfil social e étnico da parturiente e se adaptaram às expectativas sociais e culturais das mulheres brancas ou africanas e descendentes escravizadas. No contexto da escravidão, parteiras africanas, quando próximas aos brancos, poderiam sentir-se inibidas, modelando suas práticas com as escravizadas, segundo as expectativas do que seria o parto apropriado envolvendo, por exemplo, o uso de lençóis e as posições durante o trabalho de parto. Assim, nos nascimentos para mulheres africanas e para as crioulas nos domicílios senhoriais, estiveram em jogo a liberdade e a autonomia de posições, a expressão ou o silenciamento das manifestações de dor durante o parto, bem como a prática de cantos, rezas e rituais de nascimento e de enfrentamento à morte dos bebês.

Segundo Sasha Turner, os rituais e crenças do catolicismo como a fé na Providência divina não aliviavam ou davam sentido aos sofrimentos no parto e à morte dos recém-nascidos para as africanas ocidentais na Jamaica⁴²². Ao mesmo tempo, o contato das africanas, e sobretudo das crioulas, com o cristianismo e a devoção aos santos e santas católicos forneceram novas formas de interpretação e de enfrentamento aos maus sucessos nos partos, na escravidão. Rituais envolvendo a devoção aos santos foram apropriados e africanizados por parteiras e parturientes negras africanas e descendentes, assumindo um significado especial para a proteção, durante os nascimentos. Conforme demonstrou Mary Karasch, entre os centro-africanos, o culto aos espíritos dos ancestrais, a devoção a santas e santos católicos e o uso de amuletos investidos de poderes de proteção lhes serviram de arsenal para neutralizar as forças maléficas e garantir a boa

⁴²² TURNER, Sasha. The nameless and the forgotten: maternal grief, sacred protection, and the archive of slavery. *Slavery & Abolition*, vol. 38, n.2, 2017, p. 240.

fortuna na vida, e também nos partos que poderiam ceifar suas vidas⁴²³. No panteão de santos católicos, imagens de Nossa Senhora do Parto e Nossa Senhora da Conceição, representadas segurando as mãos de uma criança, e Nossa Senhora da Lampadosa, padroeira da igreja dos escravos, representada amamentando uma criança com as mãos sujas e o rosto enegrecido, remetem ao bom sucesso envolvendo a sobrevivência da mãe e dos bebês durante e após o parto, na primeira metade do século XIX. Conforme destacou Márcio Soares acerca das práticas populares de cura no Rio de Janeiro, durante o século XIX, a presença de afilhados espirituais de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Bom Parto, nos assentos de batismo das crianças crioulas das africanas na freguesia de São José entre 1802 e 1821, é indicativa das formas de gratidão por parte das mães pela superação de dificuldades, durante a gestação ou na hora de dar à luz seus bebês⁴²⁴.

Em outro sentido, a escravidão urbana caracterizada pela pequena posse rompia com uma das práticas mais significativas nos partos entre as africanas que uniam diversas mulheres, entre parentes e amigas, na assistência aos nascimentos. Diversamente do mundo urbano, em que a pequena e a média propriedade limitavam as chances de assistência das parturientes cativas por suas parceiras, nas médias e grandes fazendas do Sudeste foi comum a convivência de numerosas africanas e crioulas nas comunidades de senzala, onde gozavam de maior autonomia, desenvolvendo uma cultura feminina e afrodescendente nos nascimentos. A despeito das intervenções médicas e senhoriais, africanas e crioulas davam à luz sob a batuta da mulher mais velha, ocasião em que as jovens assistentes se tornavam aprendizes.

Em uma fazenda fluminense, por volta de 1830, o médico francês Jean Imbert referia-se ao parto laborioso de uma escravizada africana ou crioula. A partir de suas observações e das informações colhidas com a puérpera e as parteiras, ele assim interpretava o que se passava, antes de sua chegada:

Logo que lhe principiaram as dores, viu-se cercada por quatro negras oficiosas. Uma delas meteu-se-lhe entre as pernas, e aí exerceu manejos muito dolorosos; e a segunda colocou-se à cabeceira do seu pobre leito, e enterrando os dedos na boca da vítima, junto com as outras gritava, fazendo todas as quatro uma estrondosa algazarra: “Puxa, puxa fulana”... A despeito, porém, destas barbaridades, pouco ou nenhum progresso fazia o parto. Aos gritos sucederam as lágrimas, despojaram-se de seus rosários, lançaram-lhos ao pescoço, e entraram a recitar ladainhas, recomendando à negra que rogasse a Deus pelo seu bom sucesso, que elas julgavam pouco provável. Estavam as coisas neste estado quando chegamos, e havendo verificado o estado das partes,

⁴²³ KARASCH, *A vida dos escravos...*, op. cit., p. 357.

⁴²⁴ SOARES, *A doença e a cura...*, op. cit., p. 197.

reconhecido a posição natural da criança, e reanimado o moral já sucumbido da mulher, felizmente deu ela à luz pouco tempo depois, e sem mais novidade, um moleque bem gordo e são⁴²⁵.

Pelas frestas do relato de Imbert acerca da “algazarra” das quatro negras “oficiosas”, entrevemos aspectos da cultura material, das práticas e dos rituais no parto difícil da escravizada, como as manobras realizadas por uma delas, para auxiliar a expulsão da criança, e as reelaborações dos usos católicos dos rosários, das rezas e das ladainhas, a fim de evitar o mau sucesso. A despeito de serem fontes fragmentárias, eivadas de preconceitos, referentes a mulheres que viveram em contextos e periodicidade distintos daqueles referentes às africanas que desembarcaram e viveram no Rio de Janeiro e nas fazendas, na primeira metade do século XIX, viajantes, médicos e naturalistas europeus documentaram algumas práticas e rituais presentes nos partos entre mulheres na África central, ocidental e oriental, no final do século XIX e meados do século XX. As similaridades entre as práticas envolvendo os nascimentos nas comunidades de senzala de grande presença centro-africana, cotejadas aos relatos de etnógrafos e viajantes a respeito das africanas, sinalizam para os significados compartilhados e reelaborados pelas mulheres africanas, no contexto da escravização nas grandes propriedades.

Assim como a escravizada à qual Imbert se referiu, que dava à luz sob a assistência de quatro mulheres, as africanas do grupo bacongo – mas também mulheres de outras regiões da África central não especificadas pelos naturalistas –, no final do século XIX, davam à luz sempre com a assistência de mais de uma mulher, geralmente suas amigas, apoiadas sobre os pés ou de joelhos⁴²⁶. Baseando-se em ampla bibliografia de autores naturalistas e viajantes, o tratado obstétrico compilado pelos europeus Engelman e Rodet indica, também, na sessão dedicada aos “povos da África central”, que quando o trabalho de parto não avançava, a parturiente recebia massagens e fricções na barriga, as assistentes revezavam-se sentadas costas a costas com a parturiente, trepavam ou colocavam pesos sobre o dorso para auxiliarem na expulsão do bebê. Foi também documentada a prática de sufocar a parturiente com a finalidade de forçar a expulsão da

⁴²⁵ IMBERT, *Manual dos fazendeiros...*, op. cit., p. 250-251.

⁴²⁶ ENGELMANN, Georges. J., & RODET, Pauk. *La pratique des accouchements chez les peuples primitifs. Étude d'ethnographie et d'obstétrique*. Paris: Librairie J.-B. Baillière et Fils, 1886, p. 70 e 116. Na bibliografia final da obra, consta o texto original de autoria do viajante: FELKIN. *Notes on labour in Central Africa*. Edinburgh medic.journ., 1884.

criança nos partos difíceis, o que poderia explicar o uso de uma das parteiras, a que se referiu Imbert, que introduzia profundamente os dedos na boca da parturiente⁴²⁷.

Quanto aos “*manejos dolorosos*” a que Imbert se referiu, segundo Henri Junod, as parteiras consideravam ser “*do seu dever submeter a paciente a uma prolongada e dolorosa manipulação, a uma verdadeira massagem*” com as mãos e mesmo com os pés, com a finalidade de expulsar a criança e a placenta⁴²⁸. Sasha Turner sublinhou as diferentes atitudes e significados culturais conferidos à dor no parto para as africanas ocidentais e para as mulheres cristãs na Jamaica, ao final do século XVIII e meados do século XIX. Enquanto para as mulheres inglesas as dores do parto denotavam a maldição de Deus sobre Eva, para as africanas ocidentais as demonstrações ostensivas de dor durante o parto eram evitadas e consideradas desonrosas, visto que a habilidade em suportá-las relacionava-se ao valor conferido às mulheres, à fertilidade e à maternidade. A partir dos relatos de autoria de viajantes na Costa do Ouro no século XVIII, ela indica que era comum que as parteiras cobrissem a boca da parturiente, a fim de abafar seus gritos e gemidos⁴²⁹. Quanto às centro-africanas, etnógrafos indicam que outras razões as motivavam a sufocar suas dores: as mulheres eram censuradas e culpadas caso o parto não ocorresse sem percalços, sendo consideradas poluídas em relação a eventos ligados ao nascimento e ao sangue. Segundo Henri Junod, os partos muito demorados e dolorosos revelavam filhos adulterinos. Era proibida a participação de parentes como as irmãs e a mãe, pois as parturientes poderiam sentir-se envergonhadas, caso se portassem mal no parto⁴³⁰. Também, entre as africanas, os partos difíceis poderiam ser atribuídos a descontentamentos dos ancestrais, cujas influências estendiam-se por todos os aspectos da vida, incluindo desastres naturais e outras calamidades⁴³¹.

Quanto às ladainhas a que se referiu Imbert, o tratado obstétrico de Engelman, de 1886, aludiu aos partos entre africanas ocidentais, que ocorriam entre palmas e cânticos cadenciados de parentes e vizinhas, agachadas sobre o solo: “*fazem escutar um canto*

⁴²⁷ Ibid., p.225, 316, 324 e 342. Beverley Chalmers indica que, entre os nguni e sotho/tswana, na África do Sul rural, na década de 1980, as parturientes eram encorajadas a assoprar numa cabaça, a espirrar ou a vomitar para expelir a placenta. CHALMERS, Beverley. **African Birth**. Childbirth in Cultural Transition. River Club, South Africa: Brev Publications, 1990, p. 19.

⁴²⁸ JUNOD, Henri. *Usos e Costumes dos Bantu*. Tomo I- vida social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2009, p. 71-72.

⁴²⁹ TURNER, Sasha. **Contested bodies**, op. cit., p. 119-120.

⁴³⁰ JUNOD, Henri. *Usos e Costumes dos Bantu*, op. cit., p. 72- 74.

⁴³¹ CHALMERS, Beverley. **African Birth**., op. cit., p. 3.

monótono acompanhado de palmas regularmente cadenciadas [...] inevitavelmente adotadas nas manifestações de suas alegrias como de suas tristezas”⁴³².

O francês Imbert prosseguia em seus argumentos, arguindo cautela em relação às “*negras que assistem aos partos de suas parceiras*”, e aos usos de aguardente e outras bebidas “*estimulantes*” *durante o parto*”⁴³³. Referia-se ainda à prática dos cuidados neonatais: “*Mal nasce a criança, costumam as negras amassar-lhe a cabeça a fim de dar a esta uma forma mais agradável*”⁴³⁴. Em 1846, em sua tese de medicina, Joaquim Melo criticava prática semelhante entre as “*comadres ou pessoas supersticiosas*” na cidade, possivelmente africanas, que usavam endireitar “*o crâneo do bebê*”⁴³⁵. Por fim, Imbert referia-se aos quartos escuros das senzalas onde as africanas e crioulas davam à luz, muito diversos das enfermarias que, pelas influências dos médicos, seriam construídas nas fazendas, nas décadas seguintes.

Niklas Jensen, examinando a adoção de medidas pró-natalistas por parte da administração dinamarquesa na ilha de St. Croix, entre 1780 e 1804, destacou que as africanas, originárias em grande parte do atual país de Gana, da etnia Akan, resistiam em dar à luz nas salas arejadas preconizadas pelos médicos e construídas nas enfermarias das fazendas. Elas preferiam as senzalas e casebres bem fechados, para evitar que a vida dos bebês fosse ceifada por espíritos malévolos, durante os primeiros nove dias de vida⁴³⁶. Nas propriedades cafeeiras do Sudeste, a despeito do que defendiam os médicos, mulheres cativas experienciaram os nascimentos nas senzalas, e até mesmo trabalhos de partos coletivos. Por volta de 1860, o médico Langgaard, consultado numa fazenda onde viviam mais de 400 escravizados, aventava como razão para o tétano dos recém-nascidos a falta de luminosidade do “*quarto pequeno*” onde se encontravam três a quatro mulheres cativas no pós-parto⁴³⁷.

⁴³² ENGELMANN, G. J., & RODET, P. *La pratique des accouchements chez les peuples primitifs*, op. cit., p. 54.

⁴³³ IMBERT, *Manual do fazendeiro...*, op. cit., p. 251.

⁴³⁴ Ibid., p. 252.

⁴³⁵ MELLO, Joaquim Pedro de. *Generalidades acerca da educação phisica dos meninos*. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Comp., 1846, p. 10-11. Em 1881, um médico referiu-se aos confrontos entre as concepções e práticas de médicos e parteiras: “Lavei a criança com uma gema de ovo num banho morno, para grande desespero da parteira, que queria que a criança fosse banhada com cachaça”. Joseph Fort, Apud LEITE, Míriam Moreira (org). **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros, op. cit., p. 125.

⁴³⁶ JENSEN, Niklas T. “‘For the benefit of the planters and the benefit of Mankind’. The struggle to Control Midwives and Obstetrics on the Island of St Croix in the Danish West Indies, 1830-1848”. In BARROS, Juanita et al. (ed.), **op. cit.**

⁴³⁷ LANGGAARD, Theodoro. *Arte obstetrica ou tratado completo dos partos...*, op. cit., 1862, p. 349, 351.

A intervenção das senhoras nos partos das escravizadas nas grandes propriedades tornou-se mais comum na segunda metade do século XIX, quando enfermarias foram construídas segundo o modelo higiênico propalado pelos médicos. Segundo Maria Amélia Aranha, dentre as atribuições conferidas à sua bisavó Ana – mãe de 12 filhos e senhora de numerosas cativas em São Carlos do Pinhal, oeste paulista, durante a segunda metade do século XIX –, encontravam-se o tratamento de enfermidades dos escravizados e a intervenção nos partos. Naquela fazenda, os casamentos entre cativos eram realizados anualmente, e os nascimentos ocorriam na enfermaria. O parto de Cedenilha, jovem crioula casada com o crioulo Manuel, dificultava-se, avançando noite adentro: o bebê apresentava-se pelos pés, e o parto não progredia. A senhora entrava em cena, solicitando aos mandos a intervenção de Manuel, marido da parturiente, e à escrava “*habituada a assistir os nascimentos*”, que entrava na enfermaria “*trazendo mais um forçudo para ajudar*”. Cedenilha era envolvida por uma corda na altura do tórax por “Zé da Cruz”, que atirava a ponta da corda por cima de uma viga do telhado, “*e com o auxílio do marido*” era içada ao ar. Antes, porém, dos trancos que chamariam o bebê à terra, a parteira e parceira de Cedenilha colocava “*no chão uma calça enrodilhada de Manuel, bem debaixo do corpo da paciente suspensa no teto, a fim de tirar o quebranto e chamar o bebê*”. Os homens, então, afrouxavam a corda deixando “*a pobre mulher cair repentinamente quase até o chão*”, içando-a novamente ao ar. Sucede a força do segundo baque, “*e o corpo do bebê surge por entre a rouca gritaria*” das parceiras de Cedenilha, que auxiliam a “*curiosa*”, parteira da comunidade, com os cuidados relativos ao corte do cordão umbilical do recém-nascido. A parteira realizava manobras para a expulsão da placenta e orientava as ajudantes ao preparo das beberagens para o puerpério:

Acorrem as mulheres ali presentes a ajudarem a curiosa que acaba de livrar a criança. Com faca de bambu cortam o cordão umbilical, tendo o cuidado de deixar três dedos de folga antes de amarrá-lo com uma tira de roupa. Para evitar a infecção, queimam o corte com o cabo de colher de sopa, aquecida ao fogo. Vagido forte de recém-nascido canta na noite... [...] Enquanto Sinhá dispensa os serviços do escravo, a curiosa, sem perder tempo, cuida da parturiente. Para retirar a placenta aperta-lhe a barriga de alto a baixo com uma concha de feijão e enquanto lida, dá ordens às ajudantes que retirem do fogão nove brasas bem acesas e as depositem em meio copo de água. [...] Cedenilha, já bastante aliviada, toma com boa vontade da beberagem. Os cuidados chegam ao fim, só faltando para deixá-la em repouso dar-lhe meio banho com cabelo de milho, afim de evitar prováveis hemorragias. Logo mais, a paz retorna à enfermaria.⁴³⁸

⁴³⁸ ARANHA, Maria Amélia Arruda B. S. *Sombras que renascem*, op. cit., p. 174.

A senhora, então, ordenava “às escravas encarregadas do recém-nascido” que não esquecessem no dia seguinte de torrarem flor de taboa, bem socadas dentro de um pano para polvilhar o umbigo do bebê, para que secasse em poucos dias. Teriam elas seguido as prescrições da senhora? Interessante notar que, dentre as práticas para apressar os partos longos e dificultosos, cronistas evocaram a tradição portuguesa da participação simbólica do pai da criança, como “*vestir a mulher com a camisa do marido, virada do avesso*”, ou o uso do chapéu do pai⁴³⁹. Podemos imaginar que tal costume seria impraticável, tratando-se de uma mulher cativa no mundo urbano, unidas consensualmente com os pais das crianças que residissem a longa distância do domicílio senhorial ou, evidentemente, quando o pai da criança fosse o senhor. Porém, nas grandes fazendas do oeste paulista, na segunda metade do século XIX, onde foram comuns casamentos entre escravos, entrevemos a participação simbólica – e também concreta – de Manuel no parto laborioso de Cedenilha, e do expediente mobilizado pela parteira negra de colocar “*no chão uma calça enrodilhada de Manuel, bem debaixo do corpo da paciente suspensa no teto, a fim de tirar o quebranto e chamar o bebê*”.

Importante enfatizar que a despeito do discurso senhorial valorizar os mandos e decisões da senhora – que se referia também à velha parteira, respeitada pelas escravas assistentes, como “*curiosa*” –, a presença da rica fazendeira não inibia de todo as práticas das parteiras negras, ao menos naquele contexto.

Presentes com maior frequência nos nascimentos difíceis nas enfermarias, a intervenção das senhoras no parto das escravizadas não visava apenas a garantir a vida das mulheres e das crianças que, até 1871, seriam suas escravizadas. Uma diligência policial publicada no jornal *O Paiz* em janeiro de 1888, ocorrida numa fazenda fluminense, é expressiva da cultura de nascimentos que envolvia africanas velhas e crioulas nos partos, nas comunidades de senzala. A assistência da parteira Luiza Benguela, possivelmente a africana experiente que assistia as parturientes na comunidade, poderia significar, diversamente das que davam à luz nas casas dos senhores nas cidades, maior controle e autonomia no processo do parto para ambas parturiente e parteira que poderiam manter suas práticas preferidas. Porém, a intromissão senhorial, particularmente nas enfermarias, estava sempre à espreita: quando as suspeitas da paternidade recaíam sobre o senhor, a criança corria risco de morrer. Na década da Abolição, quando pipocavam denúncias contra os castigos brutais e assassinatos de

⁴³⁹ DORNAS FILHO, João. O Parto, a parturiente e o diabo na crendice popular. *Revista Brasileira*, Ano V, março de 1945, n. 12, 1945.

escravizados nos jornais e subdelegacias de polícia da Corte, Joana, escrava de Francisco Antonio de Araújo Leão, em Maricá, perto do litoral fluminense, declarava à polícia:

que há três anos, mais ou menos, quando grávida de uma criança, filha de Manoel de Tal, constou à sua senhora que a criança que em seu ventre se achava era filha de seu senhor. A mesma, dirigindo-se à enfermaria, onde aquela se achava após o nascimento de tal criança, arrancara esta dos braços de sua parceira e parteira Luiza Benguela, e com um facão de picar rama cortara-lhe o umbigo, fazendo por essa ocasião a criança engolir uma porção de uma substância que ela declarante e suas parceiras não conheceram; em seguida torceu-lhe o pescoço, falecendo esta momentos depois, por se ter esvaído em sangue. Como testemunhas deste fato deu os seus parceiros de nomes Pedro, Leopoldina, Cecília, Luiza e Antônio⁴⁴⁰.

Já o relato da francesa Adèle Toussaint-Samson, que viveu no Rio de Janeiro na década de 1850, aponta que os partos nas comunidades de senzala eram assistidos pela mulher velha, e que a participação dos brancos não se limitava à intromissão das senhoras e dos médicos. As parturientes africanas e crioulas, silenciadas nos casos clínicos – e nas sociedades africanas que reprimiam suas manifestações de dor –, emergem com seus gritos e rogos a Jesus e a Nossa Senhora frente a seus medos e às dores do parto:

Quando uma negra está a ponto de dar à luz, é levada para a habitação, onde é cuidada por uma velha, que desempenha, em cada fazenda, a função de parteira. Assisti várias vezes ao parto daquelas infelizes. Não se deve crer que, criadas rudemente como o são, tenham mais coragem naqueles momentos do que nós, brancas; de modo nenhum. Elas chamam todo o tempo Nossa Senhora em seu socorro, e gritam a cada instante “Ah! Estou morrendo! Ah! Jesus, me ajude!”⁴⁴¹

Resguardo puerperal e retorno ao trabalho

No mundo urbano, depois do doloroso e arriscado processo do parto, as escravizadas encontravam novos desafios no período de restabelecimento, na casa senhorial. O tempo disponível para o resguardo e o repouso incidia sobre o bem-estar e as condições de saúde da mulher cativa depois do nascimento, bem como sobre as possibilidades de amamentar seus bebês. Relatos de viajantes estrangeiros raramente aludiram ao tempo de resguardo para mulheres escravizadas, o que para seus senhores significava afastamento temporário do trabalho. O alemão Carl Schlichthorst indica, na década de 1820, que três dias era o período de resguardo para as mulheres cativas na cidade, delegando a justificativa para o curto período aos preconceitos de que seus partos

⁴⁴⁰ *O Paiz*, 21 de janeiro de 1888.

⁴⁴¹ TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Trad. Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003, p. 123-124.

eram fáceis: “*Estas ficam dispensadas de trabalhar durante três dias após os partos*”, segundo ele “*tão fáceis que a gente as vê logo depois, fazendo todos os serviços domésticos*”⁴⁴².

Nos cenários das grandes fazendas na segunda metade do XIX, para os quais as fontes são mais abundantes, a francesa Adèle Samson indica que uma alimentação especial era preparada para as puérperas, com “*um pouco de caldo de galinha e arroz durante uma semana*”, retomando os trabalhos domésticos em três dias e retornando à lavoura depois de três semanas⁴⁴³. Já as teses e manuais de medicina indicam que os protocolos médicos acerca do puerpério para as mulheres brancas não eram praticados pelos escravistas com relação às cativas. Para Chernoviz, as primeiras eram encorajadas a permanecer por volta de uma semana em resguardo: “*quando o parto é feliz, e a constituição da mulher boa, pode sair da cama no quarto dia, e andar no sexto ou sétimo dia*”, ressaltando que moléstias graves poderiam acometer aquelas que se levantassem no dia seguinte ao parto⁴⁴⁴. Num manual publicado em 1861 e direcionado a parteiras letradas, o médico Joaquim Ribeiro indica ter sido comum, após o parto, atar e comprimir o ventre com uma faixa larga de tecido, não devendo permitir-se que a parturiente se levantasse enquanto o fluxo de lóquios – referentes às perdas de sangue, muco e tecidos do interior do útero durante o período puerperal – fosse abundante⁴⁴⁵.

A documentação médica aponta para os problemas de saúde que poderiam acometer as cativas depois do parto e para os impactos do curto período de resguardo e da retomada do trabalho quanto ao bem-estar das mulheres. O médico francês Jean Imbert criticava, nas primeiras décadas do século, as políticas senhoriais costumeiras com relação às puérperas nas grandes fazendas: “*As negras que acabam de parir, isto é, que acabam de aumentar o capital de seu senhor, não são sempre tratadas, forçoso é confessá-lo, com as atenções que o seu melindroso estado requer*”⁴⁴⁶. Ele propunha a

⁴⁴² SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é. 1824-1826: (Uma vez e nunca mais)*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 45.

⁴⁴³ TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*, op. cit., p. 124.

⁴⁴⁴ Em Diamantina, Minas Gerais, no período pós-abolição, Helena Morley indica que a premência pelo retorno ao trabalho conduziu Margarida, mulher negra, ao trabalho desde o dia que em que nasceu o filho. “*Se fosse branca*”, o resguardo duraria oito dias. COLLAÇO, Fellipe Nery. *O conselheiro da família brasileira- enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática*, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1883, p. 199; CHERNOVIZ, P. L. N. *Dicionário de Medicina Popular*, op. cit., 1890. v.2, p. 638; MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. Cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960, p. 274.

⁴⁴⁵ RIBEIRO, Joaquim Antonio Alves. *Manual da Parteira ou pequena compilação de conselhos na arte de partejar*. Fortaleza, s.ed., 1861, p. 117-118.

⁴⁴⁶ IMBERT, op. cit., p. 257

realização de “*um bom resguardo, isto é uma boa convalescença depois dos estragos do parto*”, referindo-se às dores agudas que as mulheres sentiam na região da bacia. Sugeriria que em caso algum deveria a cativa levantar-se antes da febre do leite, que se manifestava depois de três a quatro dias, depois do parto. Ele aconselhava, então, que a mulher deveria levantar-se pouco a pouco até atingir o décimo dia, quando poderia então “*fazer exercício*”: “*do contrário, pode a madre [útero] vir a descer, e a operar-se uma distensão nas articulações dos ossos da bacia, ainda pouco firmes*”⁴⁴⁷. Já José Duarte referia-se, em sua tese publicada em 1849, às inflamações uterinas que atacavam as mulheres escravas após o parto nas fazendas, segundo ele devido às condições da umidade e ar frio nos quartos das senzalas onde davam à luz⁴⁴⁸.

O fim do resguardo puerperal marcaria, para as mulheres escravizadas nas fazendas, o retorno ao trabalho na roça e outros serviços executados com dores e cansaço, implicando, também, no afastamento de seus bebês que se viam privados de suas mães e de seu leite. No mundo urbano, mulheres cativas que davam à luz nas casas dos senhores, dentro de alguns dias deveriam retornar às tarefas mais ou menos sedentárias, no trabalho doméstico e no ganho de rua, envolvendo diferentes oportunidades de aliar as demandas de trabalho com a amamentação e o cuidado de seus bebês: costurar, lavar roupas, rachar lenha, cozinhar, engomar, carregar tinas de água, andar com tabuleiros cidade adentro, mas também amamentar crianças brancas. Na cidade, o nascimento de seus bebês e o puerpério trouxeram para as mulheres escravizadas outra sorte de tensões: sobre elas e seus recém-nascidos pesaram os interesses de suas donas e donos que visaram a alugá-las como amas de leite sem os filhos. Para as mulheres africanas e crioulas que desejassem experienciar o parto de acordo com o que entendiam como apropriado, a fim de controlar o destino de seus bebês e evitar as ameaças de morte e as torturas de senhores violentos durante a gravidez, distanciar-se de seus donos e de seus projetos e encontrar um local seguro para viverem o parto e o puerpério foi o centro de suas preocupações.

⁴⁴⁷ IMBERT, op. cit., p. 258. Em pesquisa acerca das condições de saúde dos escravizados em Cantagalo, Keith Barbosa destacou que o prolapso uterino acometia muitas escravas, atribuído mais frequentemente a mulheres que já haviam tido filhos. Considerando-se que o tratamento da doença envolvia repouso, Barbosa sugere que dificilmente as cativas tenham se curado de todo. Entre 1861 e 1870, Cassiana, de 24 anos, Cândida Paula, 58 anos, e a africana Bazília Mina, 53 anos, sofriam de prolapso uterino, que poderia ter sido provocado pela volta ao trabalho pesado logo após o parto. BARBOSA, Keith. **Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense**, Cantagalo (1815-1888), op. cit., p. 182.

⁴⁴⁸ DUARTE, José Rodrigues de L. *Ensaio sobre a hygiene da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1849, p. 33.

A medida de seus desejos...

Continua a estar fugida, desde 19 de agosto de 1871, da serra do Engenho-Novo, de casa de seu senhor João Luiz de Vargas Dantas, a preta Felipa, crioula, moça, robusta, de boa vista, altura e corpo regulares, feições alegres, olhos vivos e meio brancos, beijos meio grossos, com falta de alguns dentes, cor não muito retinta, seios grandes, cabeça, testa, boca e nariz pequenos, pés compridos, meio grossos e meio virados nas pontas para dentro, tem um dos dedos da mão meio encolhido para dentro, sinais de bexiga pelo rosto, os quais são meio pretos e pouco profundos. Estava pejada e com a barriga bastante crescida, demonstrando muita proximidade de dar à luz (o que deve há muito ter acontecido). Lava, cozinha, engoma bem, e entende alguma coisa de costura. Consta que está acoutada pela corte, seus arrabaldes e Engenho-Novo, intitula-se liberta e apresenta às vezes papéis falsos, dizendo que são os títulos de direito que tem de sua liberdade, dados pela justiça, tudo isso para não ser suspeita e reconhecida, afim de poder continuar na sua fuga a medida de seus desejos, por ser uma escrava desobediente, atrevida e de conduta repreensiva, e de condição devssa [sic] não querendo sujeitar-se aos seus deveres de escrava e ao regime moral e humano de seu dito senhor, como prova autenticamente. A dita escrava tem o nome mudado, e quando transita é com muita cautela e vigilância, ora bem trajada, ora de trajes regulares, usando quase sempre xale e chinelas, anda sempre com pessoas de sua parcialidade, para não ser suspeita e apreendida. Protesta-se [...] ⁴⁴⁹

Era 20 de janeiro de 1872 quando o *Jornal do Commercio* estampava o longo anúncio da fuga de Felipa. A “boa vista”, as “feições alegres” e os “olhos vivos” vinham compor o retrato da moça crioula “desobediente, atrevida e de conduta repreensiva”, que se negava a sujeitar-se aos desmandos do homem solteiro, por volta de 47 anos, residente na freguesia suburbana do Engenho Velho, que oferecia 50 mil réis por sua captura⁴⁵⁰. Felipa escapava de seu senhor e o fazia “com a barriga bastante crescida, demonstrando muita proximidade de dar à luz”, o que teria acontecido, desde a data do anúncio, havia cerca de cinco meses.

Felipa fugia aproximadamente um mês antes da aprovação da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, que instituía por lei, além do usufruto senhorial do trabalho de seus filhos até 21 anos, também o direito ao pecúlio e à autocompra, sem revogação senhorial por ingratidão. A data do nascimento de seu bebê certamente foi um dos centros da disputa judicial com seu senhor quando em nome dela e de seus filhos a lei era mobilizada.

⁴⁴⁹ *Jornal do Commercio*, 20 de janeiro de 1872.

⁴⁵⁰ O edital de qualificação de votantes para a freguesia de S. Francisco Xavier do Engenho Velho indica que João Luiz de Vargas Dantas, em 1877, era solteiro e tinha 52 anos. *Diario do Rio de Janeiro*, 22 de janeiro de 1877.

Em 1874, encontramos Felipa movendo uma ação de liberdade, através de seu curador, em seu nome e no de seus filhos, ao menos um deles nascido depois da lei.⁴⁵¹ Representada na justiça por meio de um curador, ela era acolhida provavelmente pelo depositário junto aos filhos pequenos até o desfecho da ação de liberdade, segundo o jornal, a eles desfavorável⁴⁵². Desde antes da ação perpetrada, Felipa intitulava-se liberta, apresentando papéis, “*dizendo que são os títulos de direito que tem de sua liberdade, dados pela justiça*”. Não sabemos se Felipa teria fugido novamente depois de a justiça restituir o direito do senhor em escravizá-la, mas o indeferimento de sua ação poderia ter motivado novas e frequentes evasões.

Felipa planejava sua fuga, negando-se ativamente a sujeitar-se “*aos seus deveres de escrava e ao regime moral e humano*” de seu senhor, cujos mecanismos de controle encontravam-se já bastante enfraquecidos: o processo de desagregação da escravidão, desencadeado desde 1850, era acelerado após a Lei Rio Branco de 1871, quando a ingerência do Estado vinha amparar as pressões exercidas pelos cativos e desestabilizar a autoridade moral dos senhores sobre os escravizados. O senhor destituído de Felipa e de suas crianças enfatizava as articulações sociais da fugitiva e as estratégias mobilizadas para passar-se por livre na Corte, na década de 1870, driblando aqueles que estariam a seu encalço: circulando pelo centro urbano, seus arrabaldes e Engenho-Novo quase sempre de chinelas, mudando os trajes, e munida dos papéis de sua liberdade dados pela justiça, “*afim de poder continuar na sua fuga a medida de seus desejos*”, dentre eles ter seu filho longe do senhor. Onde teria ela dado à luz?

Os anúncios envolvendo a fuga de mulheres às vésperas do parto dão visibilidade às diversas tensões e violências experimentadas por africanas e crioulas nos domicílios senhoriais, e às atitudes e saídas por elas encontradas na cidade, em suas diferentes conjunturas, para fazer frente a elas. O momento do parto e os dias imediatamente posteriores, envolvendo o puerpério e os destinos dos bebês, colocavam-se como questões centrais para aquelas que foram mães sob a escravidão urbana, ao longo do século XIX. As redes de apoio e as solidariedades fundadas no parentesco, no comadrio e nas relações

⁴⁵¹ Sobre a participação de escravas e libertas no processo de abolição e da iniciativa das mães escravas e libertas em travar batalhas jurídicas pela liberdade de suas filhas e filhos, conferir COWLING, Camillia. **Conceiving Freedom: Women of Color, Gender and the Abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro**, op. cit.; COWLING, C. “Como escrava e como mãe”: mulheres e abolição em Havana e no Rio de Janeiro”, In: MACHADO, Maria Helena P. T. & CASTILHO, Celso Thomas. **Tornando-se livre**, op. cit.

⁴⁵² *O Globo*, 26 de setembro de 1874; *O Globo*, 18 de outubro de 1874; *O Globo*, 15 de março de 1875; *O Globo*, 16 de maio de 1875. Nesta última edição, consta que a ação foi negada.

amorosas com os pais dos filhos foram fundamentais para que elas pudessem lograr afastar-se dos senhores na cidade, antes do parto e depois de dar à luz seus bebês. Assim como Felipa, mulheres jovens que fugiram grávidas nas últimas décadas do século eram em sua maioria crioulas, que deram à luz ingênuos no contexto da desagregação da escravidão, numa cidade que acolhia grande população de livres, pobres e libertos. Muitas delas eram filhas e netas de africanas desembarcadas na primeira metade do século, que viveram a gravidez, o parto e os desafios da maternidade, em uma cidade muito distinta daquela de suas ancestrais.

Os anúncios de fuga indicam a grande concentração de centro-africanas na cidade, nas décadas de 1830 e 1840, embarcadas nos portos congo-angolanos. O anúncio envolvendo a fuga de Rozária, nação Cassange, por volta de 34 anos, “*prenhe já bem conhecida, rosto redondo e mui retinta*”, deixa entrever seus planos de dar à luz longe do senhor. No dia 7 de setembro de 1830, ela fugiu levando “*vestido de riscado da costa, e um cestinho de roupa de criança*”⁴⁵³. Dia 5 de setembro, teria fugido ao que parece outra mulher “*de nação Caçange*”, que não era designada pelo nome, “*prenhe da segunda barriga*”, 35 anos, levando também “*cestinho com roupa de criança*”⁴⁵⁴. Os anúncios indicam as necessidades materiais das mães africanas em prover roupa para seus bebês recém-nascidos, uma delas mãe de segundo filho, que com sorte viriam ao mundo distantes dos senhores. Já em 1832, nas maiores propriedades urbanas, a fuga em casal consistiu num projeto familiar para Jorge, de nação, “*com cabeça rapada, estatura regular, [que] levou em sua companhia uma preta por nome Rofina, também de Nação, prenhe já com barriga bastante crescida, e ignora-se o vestuário com que andam, por terem levado diversas roupas*”⁴⁵⁵. Onde o casal teria se refugiado? Em 1835, fugiram da Fazenda Botafogo, termo da Freguesia de Santana de Pirai, “*um casal de escravos de nome Gabriel e Florencia, com os sinais seguintes: [...] a escrava é de estatura ordinária, gorda, de cara redonda, cor fula, dentes abertos, orelhas furadas, beiços grossos, vistosa, e foi pejada de 7 a 8 meses*”⁴⁵⁶. Em 1836, desapareceram Lourenço, nação Cabinda e Ignez, “*preta da mesma nação, idade 18 a 20 anos*”: “*pejada, e com o ventre já muito crescido, e tem os peitos grandes: supõem se andarem juntos, por saírem ao mesmo tempo*”⁴⁵⁷.

⁴⁵³ *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de setembro de 1830; *Correio Mercantil*, 16 de setembro de 1830.

⁴⁵⁴ *Jornal do Commercio*, 20 de setembro de 1830; *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de outubro de 1830.

⁴⁵⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de março de 1832.

⁴⁵⁶ *Jornal do Commercio*, 29 de maio de 1835.

⁴⁵⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de julho de 1836.

Já Juliana, quitandeira e lavadeira, de nação Quiciman, na África central, desapareceu da casa do senhor em abril de 1830: “*e fugiu pejada, e deve ter uma cria*”⁴⁵⁸. Dia 13 de abril de 1830, Luiza, de nação Benguela, fugiu “*pejada, de 8 a 9 meses*”, possivelmente da rua do Ouvidor, para onde seu senhor pedia que fosse conduzida caso capturada⁴⁵⁹. Já em 1844, Claudina, africana ocidental, de nação “*Mina Calabá*”, destituía seu senhor, grávida de oito meses, da rua da Imperatriz n.66⁴⁶⁰. O senhor de Firmina, nação Conga, 28 anos mais ou menos, fugida desde 31 de outubro, protestava pelo jornal de 640 réis, “*bem como pelo valor da cria*”, “*visto se achar grávida quando fugiu*”.⁴⁶¹ Para onde dirigiram-se as mulheres africanas de procedência diversa? Quem as teria assistido em seus partos?

O anúncio de fuga de Paulina, a despeito de não envolver gravidez, é indicativo da presença ostensiva de africanas, na cidade em 1848, e das redes de solidariedade eminentemente femininas que eram tecidas entre comadres africanas e crioulas, libertas e escravizadas:

Fugiu no dia 7 do mês passado, uma preta crioula de nome Paulina, comprada há pouco tempo a um fulano Cambucá, levou algum dinheiro que furtou [...] Consta que de dia anda pelos arrabaldes da cidade junto com outras pretas lavadeiras; e de noite dorme pelos corredores ou em casa de uma preta sua comadre. Protesta-se contra qualquer pessoa que lhe dê Couto⁴⁶².

Além de contar com o apoio das comadres lavadeiras africanas durante o dia, e com prováveis quitandeiras libertas que lhes cediam proteção em suas casas, é possível que Paulina e outras escravizadas fossem abrigadas nos zungus. Catarina, nação Cassange, fugia grávida em 1838 para viver longe de seu senhor:

Fugiu no dia 20 de agosto uma preta de nome Catharina, nação Caçange, com os sinais seguintes: está grávida de 6 meses, é reforçada do corpo, peitos grandes, e atrás da orelha direita tem um bocado com falta de cabelo, andava vendendo quitanda de doce: seu senhor tem notícia de que ela dorme a bordo de um barco, e que um homem branco a pretende levar para fora para a vender; porque ela assim o pede [...] ⁴⁶³.

Conforme destacou Carlos Eugênio Soares, a partir das fontes da Casa de Detenção, ela agenciava sua fuga e venda para fora da Corte em um zungu, que ela

⁴⁵⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de janeiro de 1830.

⁴⁵⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de abril de 1830.

⁴⁶⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de outubro de 1844.

⁴⁶¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de novembro de 1845.

⁴⁶² *Correio Mercantil*, 27 de fevereiro de 1848.

⁴⁶³ *Diário do Rio de Janeiro*, 3 de outubro de 1838.

frequentava, antes de ser conduzida para o quilombo das Laranjeiras, onde deu à luz seu filho, sendo recapturada e caindo novamente nas garras de seu dono, não sabemos se com ou sem o menino⁴⁶⁴. Centros de sociabilidade envolvendo alimentação, lazer e cerimônias religiosas que congregavam africanas e africanos de diversas procedências mas também crioulos, “as casas de zungu e batuque” como eram designadas e proibidas, nas posturas municipais de 1833, foram de fundamental importância na criação de laços de solidariedade e redes de ajuda para cativas e cativos fugidos. Estudos demonstraram a presença expressiva de mulheres nos zungus – onde elas preparavam e serviam o tradicional angu – e sua importância enquanto espaço peculiar que ocupava na cultura afrodescendente, no mundo urbano. A preeminência das africanas de nação Mina no comércio urbano como quitandeiras, que lhes possibilitava mobilidade social e poupança, teria favorecido sua capacidade de patrocinar e de liderar os estabelecimentos. Assim, as africanas da Costa da Mina, uma minoria de iorubás migrantes da Bahia rumo à Corte na década de 1830, eram aparentemente as responsáveis pela organização dos zungus que se tornaram espaços em que as fronteiras étnicas, bem como as práticas e tradições religiosas, poderiam ser reelaboradas para crioulas e africanas de procedências diversas⁴⁶⁵. Estudos acerca dos cultos religiosos dos africanos e afrodescendentes no mundo urbano carioca da primeira metade do século XIX enfatizaram que, para mulheres e homens oriundos das sociedades centro-africanas, era fundamental a importância atribuída aos ancestrais, aos rituais coletivos e a sacerdotes e feiticeiros que teriam o poder de se comunicar com espíritos, de provocar ou curar doenças e malefícios.⁴⁶⁶ Assim, decidir-se pela fuga e por viver o nascimento dos filhos distantes dos senhores e nos zungus relacionava-se aos projetos das cativas com respeito à segurança física, material e espiritual para elas próprias e seus bebês, no contexto da escravidão. Devido às batidas policiais noturnas nos *zungus*, é possível que as mulheres fossem recolhidas nas casas de suas comadres, onde poderiam dar à luz com maior sossego.

Mulheres africanas foram assistidas por suas comadres, mas também poderiam ter seus bebês aparados por suas próprias filhas: na madrugada do dia 13 de março de 1845, Maria, de nação Cabinda, fugia grávida de oito a nove meses. Seu senhor desconfiava “*estar acoitada em casa de uma filha de nome Angela, que mora no Catete*”⁴⁶⁷. As redes

⁴⁶⁴ GOMES, Flávio dos Santos et al. **Cidades negras**, op. cit., p. 84.

⁴⁶⁵ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Zungu**. Rumor de muitas vozes, op.cit; GOMES, Flávio dos Santos et al. **Cidades negras**, op. cit., p. 87.

⁴⁶⁶ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**, op. cit., p. 152.

⁴⁶⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de março de 1845.

de parentesco entre mães africanas e filhas crioulas foram possíveis e fundamentais para os modos de sobrevivência das mulheres escravizadas, no mundo urbano. Em 1854, Joaquina, entre 26 e 30 anos, lavadeira, fugia grávida. Nascida na Bahia, por volta do ano de 1828, ela teria sido vendida provavelmente com poucos anos de vida junto à mãe, Theodora, uma possível africana ocidental, a quem a filha procurava:

Anda fugida desde o dia 2 do corrente uma preta crioula da Bahia, de idade de 26 a 30 anos, alta, magra, bem parecida e bem falante, com sinais pretos de bexigas pela cara; está grávida, e lavava ultimamente no Campo da Aclamação, e anda às vezes com uma gamela pequenina; chama-se Joaquina, e tem sido encontrada com a mãe, que é outra preta bastante alta e magra, que se chama Theodora: a quem a entregar na casa da correção, ou levar ao Rio Comprido n.1, se gratificará bem⁴⁶⁸.

Já em 1857, um ano depois dos últimos desembarques ilegais de africanas, é provável que Catarina, de nação Angola, por volta de 30 anos, alta, “*barriguda*”, caso estivesse grávida, desse à luz “*em casa de uma sua comadre, na travessa de Santa Rita*”, onde consta que ela se achava⁴⁶⁹. A multiplicação da população de negras livres e libertas na cidade desde 1850 – acompanhada pelas moradias coletivas que congregavam forros, brancos e negros livres, imigrantes portugueses e escravos ao ganho – abria oportunidades para que as africanas e crioulas encontrassem esconderijo, proteção e assistência para o momento do parto e os dias seguintes, na cidade. Segundo dados da polícia compulsados por Sandra Graham, 114 cortiços abrigavam 4.003 moradores em 1856, multiplicando-se em 502 moradias com 15.054 habitantes em 1867. Já em 1888, eram 46.680 moradores em 1.331 cortiços sediados nas freguesias centrais mais antigas da cidade, como Santo Antônio, Santana, Santa Rita e Glória⁴⁷⁰.

O anúncio de fuga de Delfina, que escapava dia 26 de maio de 1868, ilumina as sociabilidades femininas tecidas no mundo urbano, envolvendo proteção nos cortiços e apoio de suas comadres quitandeiras para mulheres em fuga. Segundo seu senhor, a “*crioula, de 34 anos mais ou menos, alta, pejada de seis meses*” era encontrada nos territórios negros em meio às quitandeiras e moradias coletivas: “*há notícia de que ela anda pelas imediações da rua de S. Leopoldo, pelos cortiços e quitandeiras*”⁴⁷¹.

Já Felipa, a crioula rebelde, fugiu em 1871 às vésperas do parto e da sanção da Lei do Ventre Livre que veio amparar suas pressões e desejos de autonomia e de liberdade para si e para suas filhas e filhos. Nesse período, a cidade recebia jovens mulheres,

⁴⁶⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de janeiro de 1854.

⁴⁶⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de março de 1857.

⁴⁷⁰ GRAHAM, **Proteção e obediência**, op. cit., p. 39.

⁴⁷¹ *Jornal do Commercio*, 2 de junho de 1868.

migrantes forçadas, do Norte do país, que encontraram na cidade aqueles que lhes forneceriam abrigo e amparo nos tempos finais da gravidez, no parto e depois dele. Em 9 de julho de 1874, o *Jornal do Commercio* anunciou a fuga de Venância. A jovem parda, de 18 anos de idade, natural de Piauí, foi vendida grávida de poucos meses, por procuração, e viajou no navio a vapor “*Cruzeiro do Sul*” rumo à Corte, desembarcando dia 17 de abril de 1874. Passados poucos dias, em 4 de maio, a moça de “*cabelos anelados, dentes limados nas pontas, uma cicatriz bem visível entre as espáduas*”, fugiu grávida entre três e quatro meses⁴⁷². Claudina, natural da Paraíba, fugiu grávida de três meses em 12 de março de 1878, segundo anúncio publicado em 19 de maio daquele ano. Seu senhor ou senhora anunciou novamente em 21 de julho e 29 de setembro, quando ela atingia os tempos finais da gravidez: “*Continua fugida Claudina, natural da Paraíba do Norte, cabra escura, com 19 anos de idade, barriguda, peitos grandes, grávida, tem ligeiras manchas de panos no rosto, bons dentes, alegre e de estatura regular...*”⁴⁷³.

Em fevereiro de 1881, Floriana fugiu nos últimos meses de gravidez, contando com suas redes de solidariedade e com as roupas que lhe ocultariam a barriga e a condição de escrava, “*trajando bem como se livre fosse*”. É provável que seu companheiro e pai do filho saísse à procura de uma parteira de sua confiança nas redondezas de sua casa na rua da Misericórdia, onde, segundo seu senhor, ela se escondia:

Atenção. Está fugida há 10 dias a parda Floriana, altura regular, gorda, parda clara, olhos castanhos escuros, sem dentes na frente superior, trajando bem como se fosse livre, e está grávida de 8 para 9 meses; supõe-se acoitada em casa do pai do filho pelas imediações da rua da Misericórdia: protesta-se contra quem a tiver acoitada pelas despesas, prejuízos e falta do aluguel que há muito tempo não tem prestado conta; quem a encontrar pode dirigir-se a rua S. Gonçalo de Niterói, lugar Clebandé, a Antonio José Santos Ornellas, podendo tomar informações na rua direita n.12, ao Sr. Vieira⁴⁷⁴.

Floriana fugia dez dias antes da publicação do anúncio, mas as despesas e prejuízos que provocava ao senhor nesse período de desagregação da escravidão datavam de meses antes de sua fuga: “*há muito tempo*” não prestava conta do aluguel devido a seu senhor. Quais os planos de Floriana ao fugir às vésperas do nascimento de sua filha ou de seu filho, rumo ao centro urbano da Corte? Ela poderia ter sido recenseada em 1884 dentre as 16.320 cativas majoritariamente brasileiras, crioulas, muitas dentre elas forçadas a

⁴⁷² *Jornal do Commercio*, 9 de julho de 1874.

⁴⁷³ *Gazeta de Noticias*, 29 de setembro de 1878.

⁴⁷⁴ *Gazeta de Noticias*, 10 de fevereiro de 1881.

migrar das províncias das regiões Norte, Nordeste e Sul do país⁴⁷⁵. Contando com a sorte, com a ajuda de conhecidos e de seus trajes, Floriana poderia passar-se por livre, misturando-se numa população de negras livres e libertas que se avolumava. Em 17 de fevereiro de 1881, aproximadamente 17 dias depois da fuga de Floriana, era a vez de Geraldo,

que foi de D. Generosa da Gloria, moradora em Clubandé [...] calcula-se que tenha ido para companhia da irmã Floriana, que está também fugida; mulata clara, bom cabelo, cheia, está grávida de 8 para 9 meses, sem dentes na frente, e anda sempre bem vestida e dá-se por livre; pode dirigir-se à rua direita n.12, a Vieira⁴⁷⁶.

As estratégias de fuga de Floriana e Geraldo envolveram a reunião da família extensa. Para ela, as redes de apoio tecidas com a camada de livres ou libertos proviam a ela esconderijo e seus bons trajes, bem como um local seguro para que ela desse à luz o bebê ingênuo. Em 25 de agosto de 1879, fazia seis meses que Julieta desaparecia das vistas de sua senhora. A moça de “*andar desembaraçado*”, “*quando fugiu já estava grávida há cinco meses*”⁴⁷⁷. Três anos depois, em 16 de dezembro de 1882, sua senhora tinha esperanças de reencontrá-la. Segundo o anúncio, a jovem de 20 anos teria sido auxiliada em sua fuga bem-sucedida por um “*copeiro ou cozinheiro*”: “*A princípio era vista pelas imediações da Lapa do Desterro e rua dos Arcos, na corte; mas acredita-se que ela e o sedutor se passaram à província do Rio ou de S. Paulo*”⁴⁷⁸.

Os anúncios indicam, também, que mulheres cativas puderam contar com suas famílias e redes de parentesco no momento do parto na cidade, na década final do regime. Vicência, crioula de 24 anos, “*rosto muito mal encarado*”, fugia grávida de oito meses em 1881. Segundo seu senhor, ela encontrava esconderijo e proteção em algum cortiço nas vizinhanças da travessa do Senado, ou no bairro das Laranjeiras, e o bebê poderia ter sido aparado por sua mãe:

Fugiu no dia 4 do corrente da travessa do Senado n.10, a preta de nome Vicencia, de cor preta, crioula, de 24 anos, baixa e cheia de corpo, está pejada com 8 meses, tem os seios muito grandes, rosto muito mal encarado, cabelos cortados curtos, pés malfeitos e cascudos, foi acoutada em algum cortiço da vizinhança, e é provável que procure o bairro das Laranjeiras, onde tem a mãe⁴⁷⁹.

⁴⁷⁵ CONRAD, R. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**, op. cit., p. 347.

⁴⁷⁶ *Gazeta de Notícias*, 17 de fevereiro de 1881.

⁴⁷⁷ *Gazeta de Notícias*, 25 de agosto de 1879.

⁴⁷⁸ *Gazeta de Notícias*, 16 de dezembro de 1882.

⁴⁷⁹ *Gazeta de Notícias*, 6 de abril de 1881.

O anúncio de fuga de Vicência é expressivo das relações familiares e das redes de solidariedade e proteção tecidas por mães e filhas escravizadas e libertas no mundo urbano, envolvendo possivelmente amparo no parto: é provável que elas fossem escravizadas por senhores diferentes, ou talvez sua mãe conquistasse a alforria e Vicência, nascida na escravidão, permanecesse sob o cativeiro.

Já em 11 de abril de 1880, era anunciada a fuga de outra escrava do Norte. Leandra fugia dez meses antes da publicação do anúncio, dava à luz uma menina e arrebanhava seu filho Luiz, que era vendido do Norte junto à mãe, sendo respeitada a lei de 1871:

Continua fugida a minha escrava Leandra, parda, do norte, idade 20 anos, altura e corpo regular, olhos pardos; fugiu em junho próximo passado, nessa ocasião ela estava grávida e consta-me que teve uma filha, a qual está com ela, e no mês de fevereiro desapareceu um outro filho dela de nome Luiz, idade 11 anos, cor morena, cabeça grande e chata e muito espevitado na fala, consta-me que está também com ela; foram vistos para o lado da Cidade Nova, suponho que anda como livre e nome mudado; assim que trouxer à rua da Prainha n.138 loja, se gratifica com 60\$, assim como se protesta com o rigor da lei contra quem os acoutar ⁴⁸⁰.

O senhor provavelmente errava a idade do garoto ou da mãe, que dificilmente teria dado à luz o menino em 1870, quando ela era uma menina de 9 anos. Quais as redes de conhecidas com as quais Leandra poderia contar no momento do parto, nos cuidados com a recém-nascida, na Cidade Nova, por onde ela era vista? Leandra poderia ter sido assistida por Joanna Antonia da Conceição, “*uma preta velha*” curandeira, residente na rua da Princesa dos Cajueiros, na Cidade Nova, que segundo o jornal *Gazeta de Notícias*, em edição de 1877, “*sem ser formada em medicina, fazia grande concorrência naquele bairro aos médicos da cidade*”⁴⁸¹. Ela era chamada para prestar contas na polícia a respeito do exercício ilegal de sua medicina, tendo sido acusada por um “*moço*” de que sua mãe enlouquecera depois dos remédios ministrados por ela, baseados em “*grande porção de raízes, ervas e tinturas*”. A mulher negra, possivelmente uma liberta, sobre quem recaía o controle policial acerca de suas práticas, certamente assistia partos, enfermidades femininas, abortos e mulheres que queriam engravidar:

Para não faltar nenhum prediado a *ilustre doutora* até era *especialista* da cura da *barriga grande*. [...] Além das moléstias próprias da sua especialidade, a provecta doutora declarou haver curado um moço que sofria do peito, outro de uma paralisia no braço direito, e fazer

⁴⁸⁰ *Gazeta de Notícias*, 11 de abril de 1880.

⁴⁸¹ *Gazeta de Notícias*, 27 de julho de 1877.

experimentar as doçuras da maternidade, que até então não o havia conseguido.⁴⁸²

No processo de ascensão e aparelhagem da elite da medicina acadêmica nas instituições do Estado, e frente à grande concorrência com curadores populares, a perseguição a parteiras, a homens e mulheres curandeiros e feiticeiros negros aumentou, nas últimas décadas do século XIX. Gabriela Sampaio demonstrou que o acirramento da perseguição policial sobre os curadores negros, nas últimas décadas do século, esteve relacionado à repressão aos cultos afrodescendentes. Suas práticas consideradas “bárbaras” e “supersticiosas” eram interpretadas como atraso e entrave aos projetos de civilização para a elite de médicos e das classes mais abastadas que identificavam a medicina acadêmica e científica com progresso e modernização⁴⁸³. Os zungus, casas de batuque e “casas de dar fortuna”, ao promover reuniões, sociabilidades e as demandas espirituais da população majoritariamente negra e africana na cidade, desafiavam a ordem escravista também por servirem de esconderijo para as fugitivas. Em 1876, o jornal *A Reforma* publicava um texto pedindo a atenção da polícia e do público leitor:

para uma casa de dar fortuna, de curar bebedeiras, e quebranto que há na rua do Costa. A essas virtudes milagrosas, reúne a mesma casa as qualidades de um perfeito zungú, onde quanta imoralidade se pode imaginar praticam os seus empresários desinquietando as escravas das casas de seus senhores, para ali pagodearem⁴⁸⁴.

Mulheres grávidas fugitivas poderiam obter proteção e dar à luz na “casa de dar fortuna” da curandeira Cezária. Em 12 de fevereiro de 1886, o jornal sindicalista *Carbonario* publicava o anúncio referente ao estabelecimento da curandeira: “*Grande reunião de pretas cativas, moleques desempregados. Aluga quartos por hora e toma*

⁴⁸² Ibid. Um folhetim publicado no *Diario de Noticias* na província do Pará é ilustrativo acerca dos conhecimentos e práticas de curandeiras e das práticas tradicionais de formação das parteiras populares. A “velha Xica”, descrita no folhetim “*lendas e superstições*”, era descrita “*aos seus setenta anos, mas esperta como uma crioula de vinte anos*”. O autor referia-se a sua sobrinha, que “*já sabia, como sua tia, curar toda sorte de dor de barriga, de cabeça, benzer um mau olhado, uma erisipela, [...] um quebranto; aplicar qualquer emplasto de mel de abelha com canela, ou leite vegetal; finalmente consertar barriga de mulher. [...] A velha Xica vive dessas curas e é chamada para todos os lados como parteira, curandeira, mulher experiente e adivinhadeira*”. *Diario de Noticias*, 1º de agosto de 1886. Sobre as práticas de parteiras e curandeiras negras no Sul do Brasil, ver WITTER, Nikelen. **Dizem que foi feitiço**, op. cit., p. 47-48, 89-93.

⁴⁸³ Sobre a grande popularidade do feiticeiro e curandeiro negro Juca Rosa e a história de sua prisão e da repressão aos cultos afrodescendentes na Corte imperial da segunda metade do século XIX, ver SAMPAIO, Gabriela. **Juca Rosa: um Pai-de-Santo na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

⁴⁸⁴ *A Reforma*, 27 de dezembro de 1876. Apud CABRAL, Carolina. **Da Polícia ao Museu: A formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, p. 27.

pensionistas parturientes”⁴⁸⁵. Interessante notar que a casa de dar fortuna congregava cativas fugidas que iam em busca destes espaços de sociabilidade, de proteção e de suas demandas contra os infortúnios, dentre eles, possivelmente, o auxílio nos partos.

Quais os destinos possíveis destas mulheres fugitivas depois dos partos? Algumas poderiam retornar à casa dos senhores, sem seus bebês. Dar à luz distante de seus senhores e contar com uma comadre livre, com posses, que batizasse a criança como órfã e que pudesse se encarregar de cuidar do bebê, foi a estratégia de uma escravizada na Bahia para livrar seu filho de sua senhora e de seus projetos que poderiam envolver, na cidade do Rio de Janeiro, o sumiço do bebê, para que a mãe fosse alugada como ama de leite. Assim agiu uma escrava, que fugia grávida e retornava à casa de sua senhora sem a filha, em 1869, em uma vila próxima a Salvador:

Na Villa do Inhambupe, diz o Diário da Bahia, havia uma criança, que tendo sido enjeitada em casa de uma francesa, sem conhecer-se sua filiação, fora batizada como livre; num belo dia uma mulher que tinha fugida uma escrava grávida, que lhe voltara à casa depois de haver tido seu parto, assentou que a enjeitada era filha de sua escrava, e pedindo a intervenção da polícia, esta, fácil e pronta em servir a dona da escrava, pessoa *graduada na terra* por sua *afinidade* com o vigário, mandou por seu mandado tirar a enjeitada donde se achava, para ser metida em cativeiro. Não se embargou o ter sido ela batizada como livre, segundo o documento que abaixo transcrevemos: estamos em época em que se reduz à escravidão por simples mandado da polícia⁴⁸⁶.

No dia seguinte, o jornal retomava a história e acrescentava a transcrição do assento de batismo no qual Carolina, parda, era batizada aos dez dias de vida como filha de pais incógnitos, tendo por padrinhos Antoinette Béguet e Eduardo Urbano, ambos franceses⁴⁸⁷.

Instaladas e transitoriamente escondidas nos cortiços, zungus ou nas casas das comadres nos bairros centrais de concentração negra e africana, mulheres grávidas em fuga que decidiam permanecer na cidade precisaram também lutar pela sobrevivência, “quitandando” pelas ruas, lavando ou alugando-se como livres nos tempos finais da gravidez e após o parto. Estas mulheres optaram, com os atos de fuga, em desenhar para si e suas crianças novos destinos, distanciando-se de seus senhores ou locatários, seja em quilombos nos arredores urbanos e zungus, seja misturando-se com a população livre e liberta em outras freguesias da cidade, sobretudo nas décadas finais da escravidão. O apoio de mães, filhas adultas, de companheiros livres, libertos e cativos, de suas

⁴⁸⁵ *O Carbonario*, 12 de fevereiro de 1886.

⁴⁸⁶ *A Reforma*, 17 de agosto de 1869.

⁴⁸⁷ *A Reforma*, 18 de agosto de 1869.

comadres, parteiras e feitiçadeiras, aptos a lhes prover abrigo, roupas, quarto, alimento e assistência, durante o parto e nos tempos posteriores, foi indispensável para mulheres escravizadas que optaram em se manter próximas aos seus na cidade. Distanciar-se de seus donos, de suas demandas de trabalho ou de seus projetos que envolvessem a venda durante a gravidez ou a separação de seus bebês após o parto, certamente, informaram a decisão das mulheres africanas e crioulas de fugirem e darem à luz portas afora. Agenciar a própria alforria e a de seus filhos nas décadas finais do regime, quando o terreno se encontrava favorável, e evitar viver o parto e o puerpério sob o domínio de senhores muito violentos fizeram das fugas, para muitas, imperativos de sobrevivência.

Ao longo do século, a maioria das mulheres africanas e crioulas viveu partos domiciliares: seja sob a assistência de escravizadas e senhoras da casa, de comadres brancas e negras que atuavam na vizinhança, de europeias chamadas em último caso pelos senhores e locatários, ou distantes destes, nas casas das suas comadres, nos zungus e moradias coletivas. Diversamente do que apregoavam os médicos em seus discursos, limitados à concepção fisiológica do parto e a deslegitimar e acusar as práticas e conhecimentos de suas concorrentes, as comadres responsabilizavam-se por conferir segurança e amparo nos nascimentos. Seja através das manobras e fricções nos partos difíceis, as parteiras africanas e crioulas, mas também as portuguesas empobrecidas, atuavam através dos rituais ligados à proteção da parturiente e do bebê, com o uso de medidas de santos e palhas benzidas, amuletos, ervas, rezas, encantamentos, recursos mágico-religiosos que podiam auxiliar no parto, afastar os malefícios e evitar os maus sucessos. No entanto, para as escravizadas, para quem o domicílio senhorial não configurava um local de segurança e proteção, as complicações e riscos durante o parto envolveram muito mais que as já tormentosas dificuldades nos processos muito dolorosos ou demorados, quando as dores cessavam ou quando uma criança grande ou em posição atravessada não nascia. Mulheres escravizadas viveram a gravidez, o parto e o pós-parto sujeitas a pouco repouso, demandas de trabalho pesado e torturas, o que as tornaram mais vulneráveis a acidentes, a abortos e a complicações, o que contribuía, também, para o clima de medo frente à possibilidade do mau sucesso. Além disso, as adversidades enfrentadas pelas africanas e crioulas, na cidade escravista, foram agravadas: os interesses científicos e profissionais dos médicos que se afirmavam ao longo do século, bem como o mercado urbano de amas de leite, interceptaram as vivências do parto e do puerpério

para as mulheres, na ocasião em que as práticas culturais e concepções de nascimento, bem como a vida e o destino de seus bebês estiveram em jogo.

Capítulo 4. Entre médicos e estudantes: partos difíceis e violência obstétrica

Em 16 de fevereiro de 1846, Felicidade, ocupada em serviços domésticos, entrou em trabalho de parto “*com dores muito enérgicas*”⁴⁸⁸. Durante dois dias, a africana de 35 anos empregou dolorosos esforços para desembaraçar-se do feto e, em meio a seus sofrimentos, atirou-se “com o ventre para o chão”, sentindo dores “*que dizia assemelharem-se ao ardor de pimentas*”. Aos vômitos e “*repetidos desfalecimentos*” seguiu-se a decisão de seu senhor, o médico Vicente De-Simone, de chamar às pressas pelo colega, o médico Luís da Cunha Feijó. Quem era Feijó? Quais as concepções e as formas de atuação deste e de outros médicos chamados a intervir, a mando dos senhores, nos partos complicados das escravizadas africanas e crioulas?

A participação dos médicos nos nascimentos laboriosos como o da africana Felicidade não foi majoritária entre as parturientes cativas de nosso passado. Até meados do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, senhoras e escravizadas que se deparassem com complicações durante a gravidez ou no desenrolar dos nascimentos recorreriam aos saberes práticos de uma parteira da vizinhança e, raramente, a um cirurgião. A partir das primeiras décadas do século XIX, a instituição da medicina e de seu ensino regular nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador, que como nos centros europeus, passava a incorporar a obstetrícia dentre suas atribuições, marcou o surgimento de um novo profissional, portador de um novo modo de conceber e intervir sobre o parto e o corpo feminino⁴⁸⁹.

O ingresso de médicos e cirurgiões na cena dos partos na cidade remonta às origens do ensino médico regular no Brasil, que data da chegada da Corte portuguesa no país em 1808, quando se estabelecia que as Escolas de Cirurgia do Rio de Janeiro e de Salvador ministrassem medicina operatória e arte obstétrica, associando-se a intervenção nos partos à cirurgia⁴⁹⁰. Em 1813, a escola do Rio de Janeiro foi transferida para a Santa Casa de Misericórdia, com o nome de Academia Médico-Cirúrgica, que funcionava de modo improvisado e precário⁴⁹¹. A cadeira de obstetrícia era pouco valorizada, e a procura pelos cursos permaneceu relativamente baixa, frente ao afluxo para as faculdades de

⁴⁸⁸ *Annaes de Medicina* Brasiliense, 4º ano, vol. 4, n.5, novembro de 1848, p. 109.

⁴⁸⁹ ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**, op. cit.; MARTINS, Ana Paula V. **A medicina da mulher**, op. cit.

⁴⁹⁰ BRENES, Anayansi. História da Parturição no Brasil, século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 7 (2), pp.135-149, abr/jun, 1991, p. 136.

⁴⁹¹ MAGALHAES, Fernando. *A obstetrícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1922, p. 65.

direito⁴⁹². Apesar da fundação das Academias, até meados da década de 1830, os médicos que atuavam no Rio de Janeiro eram em sua maioria formados em Coimbra e Lisboa, em Portugal ou em Montpellier, na França⁴⁹³.

A partir de 1831, o quadro do ensino médico passou por modificações, e pouco a pouco alguns egressos das faculdades vieram disputar, em grande desvantagem, a clientela com as parteiras e curandeiras, que gozavam da confiança e do prestígio entre as mulheres de todas as camadas sociais. Em 1831, a Sociedade de Medicina, fundada em 1829, nomeou entre seus pares uma comissão responsável por transformar as Academias Médico-Cirúrgicas em faculdades, quando o quadro do ensino médico em obstetrícia apresentou sinais de mudanças⁴⁹⁴. A reforma do ensino médico de 1832, que instituía cursos de medicina, de farmácia e para parteiras, integrava a “Cadeira de partos, moléstias de mulheres peçadas e paridas, e de meninos recém-nascidos”, seguindo as orientações dos centros franceses de Paris e Montpellier, envolvendo o ensino teórico sobre gravidez, partos, puerpério, doenças ginecológicas e de recém-nascidos⁴⁹⁵. O ingresso do médico acadêmico, a formação prática dos alunos e o desenvolvimento de saberes científicos acerca dos partos esbarraram em resistências de ordem cultural, moral e religiosa, ao tratar de questões, até então, circunscritas às práticas e aos saberes femininos⁴⁹⁶.

Luiz da Cunha Feijó, que em 1846 atendia à africana Felicidade, ingressou em umas das primeiras turmas da faculdade, em 1833, aos 16 anos. Assim como ele, aqueles que desejassem frequentar o curso médico deveriam ter ao menos aquela idade, e demonstrar nos exames conhecimentos sobre “*latim, francês, inglês, história e geografia, filosofia racional e moral, aritmética, geometria, e álgebra*”, até equações do 1º grau⁴⁹⁷. No quinto e penúltimo ano do curso, Feijó e seus colegas frequentaram as aulas da cadeira

⁴⁹² MOTT, Maria Lúcia. **Parto, parteiras e parturientes**. Mme Durocher e sua época, op. cit., p. 58; FIGUEIREDO, Betânia. **A Arte de Curar**. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 216.

⁴⁹³ SOARES, Márcio S. Médicos e mezinheiros na corte imperial: uma herança colonial. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2001, p. 417.

⁴⁹⁴ Em 1832, a Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro e de Salvador, criadas em 1813, eram transformadas em Faculdades de Medicina que passaram a expedir o diploma de médico, e não mais o de cirurgião, especialidade que seria contemplada pelo curso das faculdades. PIMENTA, Tânia Salgado. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828- 1855)**, op. cit., p. 25.

⁴⁹⁵ O primeiro a ocupar a cadeira de Partos a partir de 1833 foi Francisco Julio Xavier, formado doutor pela Faculdade de Medicina de Paris em 1831. Até 1880, não havia separação em disciplinas de ginecologia e obstetrícia, e o ensino sofria os reveses da inexistência de ensino prático. MOTT, **Partos, parteiras e parturientes**, op. cit., p. 57; MAGALHÃES, *A obstetrícia no Brasil*, op. cit., p. 67.

⁴⁹⁶ MOTT, **Parto, parteiras e parturientes**, op. cit., p. 273; BARRETO, Maria Renilda. “Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista”, op. cit.

⁴⁹⁷ Lei de 3 de outubro de 1832. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html> Acesso: março de 2016.

de “Partos, Moléstias de mulheres pejadas e paridas, e de meninos recém-nascidos”, ministrada ao longo da primeira metade do século XIX pelo professor Francisco Xavier. Tratava-se de um ensino eminentemente teórico, baseado na leitura de tratados e compêndios, e em simulações com manequins. Em 1835, o médico francês Sigaud, atuante na Corte e na Academia Imperial de Medicina, referiu-se à ausência de clínicas de partos abertas aos estudantes, segundo ele “*médicos moços criados com frases de Capuron e de Velpeau, com a memória rica de posições do feto, que sua mão não poderia apreciar*”⁴⁹⁸. Frente à inexistência de maternidades públicas e enfermarias de partos regularmente abertas aos estudantes, e ao costume de os nascimentos serem ocorrências predominantemente domésticas monopolizadas pelas parteiras, os estudantes como Feijó adquiriam prática de maneira não oficial ou sistemática.

Assim, ao longo da primeira metade do século XIX, os médicos e cirurgiões formados eram homens predominantemente brancos oriundos das aristocracias rurais escravistas ou segmentos médios urbanos, concentrados no comércio e no serviço público⁴⁹⁹. Eram pouco numerosos, e uma minoria dentre eles dedicou-se à obstetrícia e às enfermidades femininas, havendo um estado de desinteresse que não se alterou até a década de 1850. Pouco procurados, não auferiam lucros com os partos, o que justifica o fato de não exercerem somente uma especialidade⁵⁰⁰.

Estudos a respeito da formação da ginecologia e da obstetrícia no Brasil demonstraram que, ao longo do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, o recurso ao médico foi raro e restrito a uma pequena parcela da população urbana, constituída de mulheres brancas das elites e camadas médias⁵⁰¹. Um exame dos casos clínicos, publicados nos periódicos médicos oitocentistas, traz uma outra realidade para a cena dos partos na cidade escravista carioca: homens e mulheres da camada senhorial, entre ricos, remediados e os setores médios urbanos, como o senhor de Felicidade, impuseram a assistência dos médicos às escravizadas frente a complicações que colocavam em risco sua vida e capacidade de trabalho. Porém, a casa da senhora ou do senhor não era o único espaço em que africanas e crioulas viveram a intervenção dos médicos, quando o mau sucesso se fazia iminente. Mulheres escravizadas pelas famílias abastadas, na segunda metade do século, foram internadas grávidas nas clínicas privadas dos médicos,

⁴⁹⁸ *Diário de Saude*, vol. I, n.5, 16 de maio de 1835, p. 36.

⁴⁹⁹ COELHO, Edmundo C. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**, op. cit.

⁵⁰⁰ MARTINS, **A medicina da mulher**, op. cit., p.188.

⁵⁰¹ MOTT, **Parto, parteiras e parturientes**, op. cit.

estabelecimentos chamados de “Casas de Saúde”, sinalizando para mudanças no cenário da assistência ao parto.

Frente às campanhas dos professores da Faculdade de Medicina, na década de 1880, foram criados estabelecimentos destinados à assistência obstétrica gratuita, inicialmente na Maternidade Municipal e depois nas enfermarias de partos e problemas ginecológicos da Santa Casa de Misericórdia, com o objetivo de proporcionar aos estudantes a prática clínica que eles raramente obtiveram, ao longo de todo o século. Desde 1881, a criação da Maternidade Municipal, substituída em 1883 pela enfermaria de partos da Santa Casa de Misericórdia, aberta aos médicos e estudantes e financiada pela municipalidade, impactou as vivências do parto portas afora para jovens crioulas escravizadas. Na década final do regime, muitas delas deram à luz seus bebês ingênuos nestes estabelecimentos criados para servirem aos interesses dos médicos e às demandas dos senhores.

Assim, diversamente da maioria das escravizadas que, ao longo do século, viveram os últimos meses de gestação e seus partos nos domicílios senhoriais sob a assistência de escravas da casa e parteiras da vizinhança, mulheres africanas e crioulas deram à luz internadas nos estabelecimentos médicos ou, quando seus partos domiciliares se desviassem do desenlace esperado, experienciaram a intervenção dos médicos, mediados por seus senhores, na cidade escravista.

Médicos na casa senhorial: fórceps e mortes de recém-nascidos

Em 1846, Luiz da Cunha Feijó era chamado para prestar socorros à escrava de seu “*amigo e honrado colega*”, a africana Felicidade, 35 anos, em trabalho de parto havia dois dias. O médico de 29 anos chegava momentos antes de seu trágico desfecho, deparando-se com a africana deitada, sem sentidos, banhada em suor, com as pálpebras entreabertas. Ele a examinava, reconhecendo um estreitamento da bacia e, julgando-a vítima de uma hemorragia interna, decidia realizar a extração da criança a fórceps. A morte de Felicidade, que ocorreu “*cinco minutos depois de ter sido colocada convenientemente para sofrer a operação*”, punha fim a seus tormentos, mas os esforços do médico-parteiro apenas começavam. Restava agora a ele tentar salvar a vida do feto volumoso, que após o emprego do fórceps e de outras manobras realizadas por mais de uma hora, atravessava já sem vida a estreita bacia da africana morta.

Felicidade, de nação Cabinda, fora embarcada no porto homônimo, em Angola. Em 1849, um ano antes do fim definitivo do tráfico africano, foram recenseadas na cidade

do Rio de Janeiro e arredores aproximadamente 45 mil mulheres escravizadas, metade delas africanas em sua maioria embarcadas, como Felicidade, dos portos congolano-angolano⁵⁰². Felicidade não foi uma mulher prolífica, e cada gravidez trazia a ela e a seu senhor a expectativa de um mau sucesso e de um natimorto. Segundo Feijó, ela teve “*vários partos e um deles de dois fetos; porém todos nasceram mortos, menos um, que veio à luz de sete meses, e ainda vive*”⁵⁰³. Assim como Felicidade, que perdeu a vida aos 35 anos no último de seus partos, deixando órfã uma criança escravizada, diversos riscos e complicações poderiam acometer as mulheres cativas nos nascimentos.

Além de sujeitas à violência senhorial e a regimes de trabalho mais ou menos pesados e contínuos até o momento do parto, os registros obstétricos da parteira Durocher apontam para as complicações que poderiam dificultar as experiências do nascimento para escravizadas nas casas de seus senhores e dos locatários. Em 1870, um médico organizou um quadro com base nos partos assistidos pela experiente parteira francesa, atuante na Corte: do total de 4.258 partos por ela assistidos entre 1833 e 1868, 3.999 foram considerados naturais e 300 deles difíceis, resultando em 414 fetos mortos e 53 mulheres mortas⁵⁰⁴. Ela não discriminou a condição sociorracial da parturiente, porém sabemos que a maioria de suas clientes eram mulheres brancas das classes médias e das elites, que a chamavam, em último caso, aos partos difíceis de mulheres escravizadas. A parteira documentou que a ocorrência de sangramentos antes, durante ou depois do parto, a inércia do útero, o escoamento prematuro das águas, o descolamento da placenta, o cordão umbilical envolvendo o pescoço do feto, a morte deste e a eclampsia, dentre outros problemas, poderiam obstar os nascimentos dos bebês e provocar sua morte e a da parturiente. Dentre as complicações que dificultavam ou impossibilitavam a saída do bebê, a estreiteza da bacia era uma dentre as mais temidas. Tendo-se em vista que Felicidade deu à luz quase todos os seus bebês sem vida e sendo escrava de um médico, é possível que este não fosse o primeiro de seus partos laboriosos e traumáticos que terminava com a extração do feto morto a fórceps, instrumento contendo duas grandes colheres de metal, cujo uso deu-se paralelamente ao ingresso dos cirurgiões na cena do parto⁵⁰⁵.

⁵⁰² SOARES, Luiz, **O “Povo de Cam”**, op. cit., p. 371; KARASCH, **A vida dos escravos**, op. cit., p. 45.

⁵⁰³ *Annaes de Medicina* Brasiliense, 4º ano, vol.4, n.5, novembro de 1848, p. 109.

⁵⁰⁴ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XXII, outubro de 1870, n.5, p. 171.

⁵⁰⁵ A invenção do fórceps é atribuída aos cirurgiões ingleses da família Chamberlen, durante o século XVII, sendo que sua divulgação, aperfeiçoamento e instruções para uso ocorreram a partir do século XVIII, por cirurgiões franceses e ingleses. A concepção do fórceps é considerada, por historiadores da obstetrícia, como uma invenção que trouxe enormes benefícios. No entanto, foram bastante comuns casos em que o

Num período em que a cesariana era uma cirurgia perigosa e mortal devido às infecções e hemorragias, parteiras e cirurgiões dispunham de alguns expedientes com vistas a salvar, quando possível, a vida da mãe. A dolorosa manobra da versão envolvia a extração manual do feto: a parteira ou o médico inseria a mão e os braços no útero, a fim de modificar a posição do bebê e extraí-lo, geralmente pelos pés. Nas ocasiões em que o parto fosse impossibilitado pelo estreitamento da bacia ou pelo tamanho da cabeça do feto, cirurgiões, quando convocados, extraíam o bebê mutilando sua cabeça ou membros, operação conhecida como embriotomia e craniotomia, praticada com ganchos, tesouras ou bisturis, resultando, como veremos adiante, em partos traumáticos para as mães que a eles sobreviveram.⁵⁰⁶

O caso clínico envolvendo o parto e a morte de Felicidade não esclarece quem acompanhou a desventurada mulher durante os dolorosos dois dias que antecederam sua morte, sendo provável que ela tivesse sido amparada por uma parteira, uma cativa da casa e, em momentos eventuais, por seu próprio senhor que era médico. Dr. Feijó tampouco se interessou em registrar as experiências progressas da mulher centro-africana durante o parto de gêmeos e outros fetos nascidos mortos, e daquele único que conseguiu ultrapassar com vida, aos sete meses e com tamanho diminuto, a bacia estreita da parturiente, que constituía obstáculo para quase todos os nascimentos⁵⁰⁷.

Das frestas do texto médico podemos entrever alguns de seus sofrimentos, circunscritos na linguagem técnica dos interesses científicos de seu autor e dos leitores para quem se dirigia. Seu corpo, despido de sua história e de sua experiência, constituía o suporte para a prática do médico e para o desenvolvimento de saberes científicos com

fórceps era utilizado sem necessidade, em situações nas quais a imperícia poderia prejudicar a parturiente e o feto. Sobre a história da invenção e dos usos do fórceps na Europa, ver LEROY, Fernand. **Histoire de naître**: De l'enfantement primitif à l'accouchement médicalisé. Bruxelles: Éditions De Boeck Université, 2002, cap. 8.

⁵⁰⁶ LANGGAARD, Theodoro. *Arte obstétrica ou tratado completo dos partos...*, op. cit., p. 291; CHERNOVIZ, P. L. N. *Dicionário de Medicina Popular*, volume 2, 1890, op. cit., p. 917; MAGALHAES, Fernando. *A obstetrícia no Brasil*, op. cit., p. 125.

⁵⁰⁷ Etnógrafos e naturalistas referiram-se a diferentes atitudes e sentidos conferidos ao nascimento de gêmeos entre as centro-africanas e as africanas ocidentais. Segundo Maria Helena de Lima, o nascimento de gêmeos entre os ambós, em Angola, na década de 1970, eram aceitos, porém de maneira ambígua, sendo vistos “entre o normal e o fantástico, o aceitável e o proibido, o honesto e o vergonhoso”. José Redinha indica que entre as africanas ocidentais iorubás, também no século XX, os gêmeos eram considerados indício de desgraça e mau agouro, sendo necessários ritos de purificação às mães. O tratado obstétrico de Engelman, de 1886, indica que no Reino de Benin, o nascimento de gêmeos se passava como feliz augúrio, ao passo que no Velho-Calabar, ao sudoeste da Nigéria, os gêmeos eram considerados monstruosos e razões de infortúnio, sendo mortos. LIMA, Maria Helena de Figueiredo. O nascimento de gêmeos entre os “Ambós” (Tribos Bantas). **Revista Ocidente**, Luanda, vol. 79, 1970, p. 130-134; REDINHA, José. **Etnias e culturas de Angola**. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda, 1974, p. 361; ENGELMANN, G. J., e RODET, P. *La pratique des accouchements*, op. cit., p. 280.

vistas à construção do caso clínico, cuja narrativa reduzia a um fenômeno fisiológico e à sua mecânica o parto de Felicidade. A africana falecida não seria imediatamente enterrada. O médico De-Simone, que atuava nas enfermarias do hospital da Santa Casa de Misericórdia⁵⁰⁸, cedia a seu colega o corpo da mulher negra morta. Vinte horas depois, ela era conduzida à mesa de dissecação, tornando-se suporte para a produção de saberes a respeito da anatomia de sua bacia estreita e de seu útero rompido, que teriam obstado o nascimento e lhe causado a morte. A descrição minuciosa da atuação do médico, da autópsia e de seus desdobramentos científicos era publicada em uma memória redigida por Feijó, à época professor substituto de cirurgia da Faculdade de Medicina. O trabalho científico acerca do tema da ruptura do útero, durante o parto, era apresentado à comissão que presidia a Academia Imperial de Medicina, principal agremiação profissional da categoria. Depois de apreciado o texto, Feijó era admitido como membro titular, passo decisivo para sua carreira profissional na cidade escravista⁵⁰⁹. Entre 1851 e 1872, o médico ocupou a cadeira de “Partos, moléstias de mulheres peçadas e meninos recém-nascidos”, tornando-se, ao longo da segunda metade do século XIX, um renomado médico-parteiro entre as elites, na cidade do Rio de Janeiro⁵¹⁰.

O caso clínico obstétrico assinado por José Pereira Rego, formado em medicina no ano de 1838 e membro da Academia Imperial de Medicina⁵¹¹, expunha, diante da comunidade médica, suas observações a respeito da marcha singular do parto de Inácia. Em 1845, esta mulher africana ou crioula, a quem já nos referimos, era assistida inicialmente por outra cativa da casa e viveu a morte dos seus três bebês que sucumbiram, durante a noite. O caso clínico indica que depois do nascimento do primeiro bebê, como a placenta não era expelida e como o ventre de Inácia permanecia muito volumoso, o senhor, possivelmente instruído pela escravizada que assistia a parturiente, decidiu apelar para o médico que descreveu suas formas de intervenção no corpo de Inácia. Depois de apalpá-la e de perscrutá-la pelo útero, José Rego reconheceu a existência de outra criança. Indicando a ocorrência de poucas contrações uterinas, e como nada o levasse a “*recrear do estado da paciente*”, julgou “*prudente deixar as coisas como estavam, e esperar pela marcha ulterior do parto para deliberar*”. Ele retornava à noite, e dentro de pouco tempo

⁵⁰⁸ LIMA, Silvio, **O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro** (1830-1850), op. cit., p. 118.

⁵⁰⁹ *Annaes de Medicina* Brasiliense, 4º ano, vol. 4, n.5, novembro de 1848, p. 109-112.

⁵¹⁰ ROHDEN, **Uma ciência da diferença**, op. cit., p. 76.

⁵¹¹ Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil. Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/regojope.htm>>. Acesso: março de 2015.

Inácia deu à luz o segundo bebê, em estado de asfixia, e enquanto o médico tentava socorrê-lo vinha à luz o terceiro, e pouco tempo depois ela expeliu uma placenta de “*extrema grandeza*”. No dia seguinte, pela terceira vez, Pereira Rego retornou à cabeceira de Inácia, cujos bebês haviam todos sucumbido durante a noite. O caso clínico centrava-se na atuação do médico nos momentos “cruciais” do parto, prestando socorros ao segundo bebê e tratando uma inflamação puerperal que atacou Inácia, que era por ele visitada em três ocasiões.

A descrição que Pereira Rego oferecia a seus pares acerca de sua atuação nos informa sobre como os médicos concebiam e representavam suas próprias práticas. Ele referia-se a Inácia como escrava, em seguida indicava ter sido chamado “*para prestar socorros à doente*”. Observava, então, o bom estado da “*paciente*”, situação que justificava o protocolo da espera pela marcha do parto, durante a qual sua presença não era considerada necessária. Como destacou Renilda Barreto, os médicos, ao tratarem os nascimentos difíceis enquanto patologias a serem por eles debeladas, construíram os alicerces ideológicos que justificavam seu ingresso no universo de práticas, conhecimentos e concepções eminentemente femininas sob hegemonia das parteiras, que passaram a ser questionadas pelos homens da ciência⁵¹². Entretanto, como vimos, os médicos não se opunham ao ofício das comadres, e nem queriam substituí-las, pois eram avessos às práticas envolvendo os preparativos e a presença horas a fio durante o parto, bem como aos cuidados dispensados aos recém-nascidos. Eles desejavam limitar seu raio de atuação aos partos sem intercorrências, defendendo a necessidade de que fossem instruídas na ciência obstétrica⁵¹³. Assim, a entrada de cirurgiões e médicos nos discursos e nas práticas dos partos trouxe um novo modo de conceber e intervir nos nascimentos complicados para mulheres africanas e crioulas escravizadas. Para elas, os maus sucessos, envolvendo dores excruciantes, sangramentos abundantes ou bebês mortos, eram vivenciados de maneira muito diversa da concepção médica do mau parto enquanto um evento reprodutivo e fisiológico desviante.

Inácia emerge da narrativa do médico apenas enquanto um corpo objetificado, dócil e disponível, aberto à observação e ao saber, uma vez que as atitudes da parturiente, da escrava aparadeira, a presença do senhor e a de outras pessoas que porventura estivessem presentes, durante o parto, eram totalmente apagadas. A narrativa produzia saberes científicos a respeito do nascimento de três bebês, cuja morte emergia tão somente

⁵¹² BARRETO, “Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista”, *op. cit.*, p. 92.

⁵¹³ MARTINS, *A medicina da mulher...*, *op. cit.*, p. 189.

como um detalhe sem interesse. A reação de Inácia – envolvendo formas de resistência ou consentimento quanto à intervenção do médico e à prática dos exames – bem como suas atitudes e sentimentos, frente à morte de seus três bebês durante a noite, submergem nas considerações a respeito da “*disposição especial das membranas fetais*” que envolviam juntos os dois últimos bebês. José Rego concluía “*deixando a outros mais habilitados na matéria [...] fazer as reflexões, e tirar as ilações possíveis*”. Ele delegava aos médicos que considerava mais habilitados na seara dos partos a capacidade de extrair do caso outros conhecimentos teóricos, reconhecendo que não era um deles.

Uma análise dos casos clínicos indica que, na década de 1840, quando o parto de mulheres cativas dificultava-se, colocando sua vida em risco, elas tiveram de se submeter à intervenção senhorial na escolha pela assistência domiciliar dos médicos, homens brancos que compartilhavam das mesmas origens sociais que seus donos, membros das elites e classes médias urbanas escravistas. Os casos clínicos silenciam as visões de mundo e concepções que informaram as experiências dos nascimentos e dos maus sucessos para as mulheres cativas africanas e descendentes. É possível que Felicidade, de nação Cabinda, Inácia e a cativa aparadeira relacionassem a atuação dos médicos a seus maus sucessos e infortúnios, visto que seus saberes e práticas não puderam evitar a morte de Felicidade e de seu bebê, nem a dos trigêmeos de Inácia. Suas crenças e concepções acerca do que constituíam procedimentos apropriados no parto difícil, bem como sobre as formas de atuação de médicos – envolvendo suas falas, exames, uso de instrumentos e terapêuticas –, estão ausentes dos registros. Para Mary Jenkins, as escravizadas afrodescendentes suspeitavam, nas fazendas ao Sul dos Estados Unidos, da presença dos médicos. Segundo ela, as diferenças entre *status*, gênero e cultura conspiravam contra a crença de que os médicos brancos seriam capazes de atender às necessidades delas próprias e a de seus bebês⁵¹⁴.

Ao longo da segunda metade do século XIX, a ascensão da legitimidade dos médicos, entre as classes abastadas, e o incremento do número de egressos das faculdades que se dedicaram à obstetrícia significaram uma maior vulnerabilidade de as escravizadas vivenciarem a intervenção dos médicos nos seus partos. Diversamente de Pereira Rego, Feijó se tornaria, ao longo da segunda metade do século XIX, um renomado médico-parteiro entre as elites, tendo assistido, em 1875, ao primeiro parto da princesa Isabel, que

⁵¹⁴ SCHWARTZ, Mary. *Birthing a slave...* op. cit., p. 145.

terminava numa embriotomia⁵¹⁵. Ao longo da segunda metade do século XIX, ainda que não fosse uma atividade lucrativa, alguns médicos passaram a se dedicar à obstetrícia, cuja autoridade se impunha pouco a pouco a uma parcela branca e abastada, porém bastante fiel às parteiras⁵¹⁶. Conforme demonstrou Maria Lucia Mott, entre 1849 e 1870, enquanto a população do Rio de Janeiro aumentava em 20%, o número de médicos formados na faculdade teria quase dobrado⁵¹⁷. Médicos passaram a anunciar a oferta de seus serviços ao público leitor dos jornais diários onde poderiam obter clientela, como demonstra o anúncio de um médico especializado em “*cirurgia e partos*”, publicado em janeiro de 1859 no *Correio Mercantil*, em que indicava o endereço de sua residência e os horários de atendimento⁵¹⁸.

Em 1861, um caso clínico de autoria do médico Vicente Sabóia, a que já nos referimos, descrevia como ele chegava ao leito de uma cativa que abortou um feto de quatro a cinco meses. Uma pessoa da casa levava um bilhete escrito a ser entregue ao médico, em seu endereço:

Um morador do morro de Santa Teresa mandou-me ontem à noite chamar a toda pressa para ver uma sua escrava que se achava com um fluxo, segundo a expressão mesmo da pessoa que me escrevia. O portador, que seguiu antes de mim, levou por escrito um bilhete que deitasse a pessoa doente na posição horizontal, e que por baixo das nádegas passasse um travesseiro duro, de modo a colocar estas partes mais elevadas que o peito. Tendo eu, logo depois, chegado à casa do dono da escrava, ali encontrei deitada, mais ou menos na posição que indiquei, uma preta de 25 a 28 anos de idade, visivelmente pálida, abatida, com um pulso pequeno, com uma voz fraca e pouco perceptível⁵¹⁹.

O senhor, então, informava ao médico que, estando a cativa grávida de quatro para cinco meses, “*fora acometida das dores da parturição*”, “*seguidas da expulsão do feto no fim de duas horas mais ou menos*”, ao que era “*chamada imediatamente uma parteira ou comadre*”. Depois desta proceder ao corte do cordão umbilical e aguardar “*ao pé da*

⁵¹⁵ O malogrado parto da princesa e a morte de um potencial herdeiro do trono alcançavam notoriedade, quando um médico acusava o parteiro Feijó de imperícia, enquanto a princesa chamava o francês Dépaül para atendê-la em seu próximo parto, recebido como afronta pelos médicos brasileiros. SOUZA, M. **Parto, parteiras e parturientes**... op. cit., p. 276.

⁵¹⁶ A partir da segunda metade do século XIX, Martins notou um aumento no número de teses de conclusão de curso dedicadas à obstetrícia bem como de manuais de parto de caráter didático, publicados no final da década de 1859, sugestivo acerca da paulatina aceitação dos médicos para uma parcela ainda restrita da população. MARTINS, **A medicina da mulher**, op. cit., p. 192.

⁵¹⁷ O *Almanaque Laemmert* indica que, em 1850, 235 “profissionais em medicina” eram atuantes na cidade. Em 1862, segundo a *Gazeta Médica*, havia 300 médicos, enquanto em 1879, a *Revista Médica* indicava 500 membros da classe médica. MOTT, **Parto, parteiras, parturientes**, op. cit., p. 188.

⁵¹⁸ *Correio Mercantil*, 4 de janeiro de 1859.

⁵¹⁹ *Correio Mercantil*, 25 de abril de 1861.

parturiente para assistir à expulsão da placenta”, ocorria um “*fluxo sanguíneo, ou a hemorragia*”. Sabóia, depois de examinar a mulher, assumia desconhecer sua causa: “*Confesso que até então não tinha nenhuma ideia sobre a causa que poderia ter determinado uma semelhante hemorragia*”. Passado um tempo, a cativa sentia uma forte dor: “*que fora acompanhada da saída de um corpo através da vagina, e que me fora mostrado por uma mulher que se achava ao pé da doente como uma mola*”⁵²⁰. Sabóia descrevia de forma desimpedida os exames invasivos, vindo a “*introduzir o dedo na vagina*”, sentindo um “*corpo estranho*”, que era retirado com uma pinça:

Logo que retirei todos esses corpos, a preta se sentiu aliviada das dores, e a hemorragia cessou em grande parte [...] Pela inspeção dessas peças parecem-me que tinha em vista uma porção da placenta e das membranas do ovo, e breve verificarei se a minha suposição é exata, pedindo ao muito distinto professor de histologia da faculdade o Sr. Dr. Pertence, para submetê-las a um exame microscópico, a ver se ali se encontram os elementos que constituem esses órgãos. Achei hoje 28, a preta livre da hemorragia, e, conquanto fraca, nas melhores condições.

Vicente de Sabóia concluía o caso e divulgava o horário e o lugar onde poderia ser encontrado: “*rua das Violas n. 22*”. O caso clínico envolvendo as consequências do aborto “espontâneo” ou intencional da cativa era publicado no jornal diário *Correio Mercantil*, do qual Vicente Sabóia, professor da Faculdade de Medicina, foi colaborador, tendo publicado a coluna intitulada “Clínica de partos”.

Ao longo da segunda metade do século, a presença dos médicos nas páginas dos periódicos leigos abriu espaço para a construção de um discurso de autoridade no processo de afirmação de seus saberes e de sua competência no campo da obstetrícia, particularmente entre as camadas sociais de leitoras dos periódicos. Assim, os setores escravistas urbanos, na década de 1860, ciosos da sobrevivência de suas cativas e de seus filhos, encontraram nos jornais os bons resultados da atuação de médicos quanto à recuperação de suas cativas. Além desta mulher sobre quem pouco sabemos, outras escravizadas, pertencentes aos extratos remediados, médios e abastados que experimentaram complicações nos nascimentos, vivenciaram a intervenção do doutor

⁵²⁰ É interessante notar a apropriação pelos médicos do termo “mola”, utilizado pelas parteiras. Vicente de Sabóia, autor deste caso clínico e de um tratado de partos editado em Paris em 1873, referiu-se à “*fausse grossesse, ou grossesse molaire*”, falsa gravidez ou gravidez molar, em que o útero seria ocupado por um produto diverso do óvulo bem desenvolvido. Já o tratado de partos de autoria de Langgaard, publicado em 1862, referiu-se a “*mola*” e “*gravidez de mola*”, quando feto e óvulo estivessem disformes. Em seu dicionário de medicina, CHERNOVIZ, *Dicionário de Medicina Popular*, vol. 2, op. cit., p. 435; SABÓIA, V. *Traité théorique et pratique ...*, op. cit., p. 102; LANGGAARD, Theodoro. *Arte obstetrica ou tratado completo dos partos*, op. cit., p. 56 e 123.

Sabóia em seus partos, que eram divulgados no jornal e lidos por membros das camadas senhoriais.

O médico era chamado também para prestar assistência ao parto complicado de Inês, a quem nos referimos, escrava da senhora “Viúva Costa”, moradora à rua do Saco do Alferes, onde residiam as camadas empobrecidas⁵²¹. Achando-se grávida pela sexta vez em 1863, no dia 30 de março, às cinco horas da tarde, ela sentiu as primeiras dores do parto, e “*uma comadre foi chamada para assistir a parturiente*”⁵²². Decorreu a noite do dia 30 e todo o dia 31, “*mas ao aproximar-se deste último dia a comadre anunciou que a parturiente perdia algum sangue*”. A senhora de Inês decidiu então apelar ao médico que chegava às dez horas da noite. Ele procedeu à descrição desimpedida do exame íntimo “*de toque*”, que revelou contrações pouco intensas, e, depois de outras observações, afirmou que o uso do fórceps era “*o meio mais pronto e eficaz*”. Lançando mão do instrumento “com a maior felicidade do mundo”, em poucos instantes ele extraiu a criança, deixando a “*parturiente livre dos perigos que corria*”. O bebê estava morto, segundo ele havia muitas horas. O cirurgião encerrava o caso clínico exaltando o sucesso do uso do fórceps: “*É pela quarta vez que fazemos este ano a extração de criança por meio do fórceps, como este, todos os outros casos foram bem-sucedidos*”.

Notemos que a morte do bebê não comprometia, na acepção do médico, o sucesso da operação, representada pelo restabelecimento da escrava. O título que precede o relato clínico é expressivo desse silenciamento: “*Apresentação de crâneo em primeira posição-hemorragia e insuficiência de contração uterina. Aplicação do fórceps e terminação rápida do trabalho, pelo Dr. V. Saboia, operador e parteiro*”. Inês, não sabemos se africana ou crioula, dava à luz um bebê sem vida, extraído a fórceps, e é possível que ela relacionasse a intervenção da senhora, das práticas do médico e do uso do fórceps com a morte do bebê. O médico trazia para o desfecho considerado vitorioso e rápido do parto de Inês o uso de inovações da obstetrícia científica: o fórceps e a ergotina, substância extraída de um fungo do centeio que ele ministrava por “*cautela*” à parturiente, cujas propriedades anti-hemorrágicas e espasmódicas, aumentando as contrações uterinas, eram por ele defendidas, em uma publicação médica⁵²³.

⁵²¹ SOARES, Luiz, **O “Povo de Cam”**, op. cit., p. 33.

⁵²² *Correio Mercantil*, 5 de abril de 1863.

⁵²³ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XVIII, maio de 1867, n.12, p. 465. A ergotina e o centeio espigado eram também utilizados pelas parteiras a fim de acelerar as contrações uterinas ou com a função abortiva. Mary Schwartz documentou o uso da ergotina entre os médicos nas plantations sulistas norte-americanas para recomendar ou acelerar contrações que tivessem cessado ou diminuído. SCHWARTZ, **Birthing a slave**, op. cit., p. 144.

O caso clínico envolvendo o parto de uma cativa, publicado nos *Annaes Brasilienses de Medicina*, é revelador da vulnerabilidade das escravizadas das classes abastadas europeizadas à intromissão dos médicos, nos nascimentos de seus bebês. Em 1866, uma escrava da “*Exma. Sr. D. Maria Villares, moradora no caminho velho de Botafogo*”, bairro onde residiam em chácaras as famílias abastadas⁵²⁴, achava-se “*pela 1ª vez em trabalho de parto sob direção de uma parteira*”. Na ocasião, o dr. Peçanha da Silva visitava “*um filho doente dessa mesma Senhora*” e, estando para se retirar, ela aproveitou a presença do médico e lhe pediu que examinasse a escrava dizendo que “*achava o trabalho um pouco demorado*.”⁵²⁵ Maria Villares determinava a intromissão do médico provavelmente a contragosto da mulher escravizada, que dava à luz pela primeira vez. A demanda da senhora sinaliza para formas de intervenção senhorial sobre o processo de nascimento de sua cativa, bem como para a desconfiança por parte da mulher abastada quanto aos saberes da parteira. Indica, ainda, a credibilidade que ela depositava no médico e na virtual extensão de seus saberes, que extrapolavam a moléstia do menino, estendendo-se ao parto. Segundo Maria Lucia Mott, através dos discursos virulentos e desqualificadores dirigidos às parteiras práticas, os médicos se arrogaram saberes que com frequência não possuíam, atribuindo a si mesmos a competência clínica baseada em saberes teóricos: “era como se por um passe de mágica, da noite para o dia, a posse do diploma da Faculdade de Medicina tornasse os alunos de ontem profissionais melhores do que as parteiras, pouco importando o tempo de prática e a experiência que elas tivessem acumulado”⁵²⁶.

Atendendo ao pedido de sua cliente rica, a cativa era submetida em seu primeiro parto aos exames de toque no colo do útero, realizados pelo médico que afirmava que ela apresentava boa dilatação. Quando estava novamente para se retirar, a cativa sofreu um ataque convulsivo, a que ele relacionou, inicialmente, à temida eclampsia. A partir de então, a parteira desaparecia do relato que se concentrava na série de terapias que ele decidia ministrar à escrava: “*imediatamente, fiz-lhe uma sangria de braço*”, “*mandei-lhe aplicar*” cataplasmas e clisteres. O filho nascia com vida, e ele aconselhava repouso, dieta absoluta e o uso contínuo da “*poção*” por ele receitada. Pouco tempo depois, o médico entrava novamente em cena: “*Às 3 horas da tarde chegamos em casa, foi-nos entregue um bilhete da mesma senhora, que pedia-nos, com a maior urgência fossemos à sua casa*

⁵²⁴ SOARES, O “Povo de Cam”, op. cit., p. 33.

⁵²⁵ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XIX, setembro de 1867, n. 4, p. 172-173.

⁵²⁶ MOTT, Maria Lucia. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico?, **op. cit.**

para ver sua escrava doente”. A mulher era acometida de dois acessos convulsivos fortes no puerpério, “*apesar de ter tomado o clister e evacuado duas vezes*”, e ele sugeria a continuidade dos clisteres. De retorno às sete horas da noite, a mulher era encontrada “*atordoada*”, depois de numerosos acessos convulsivos. Ele indicou, então, aplicações de 18 sanguessugas nos joelhos, e “*internamente*”, o óleo de rícino⁵²⁷. Ele retornava novamente à meia-noite, os acessos convulsivos não cessavam, e o estado da cativa lhe parecia “*gravíssimo*”⁵²⁸. No dia seguinte, em nova visita, ele era informado de que a escrava vivera convulsões a noite inteira, indício da ineficácia do arsenal terapêutico do médico em debelá-las. Dois dias depois, ele a encontrava restabelecida. Ele provavelmente obteve da cativa uma amostra de sua urina, pois no caso clínico constaram os resultados do exame químico, que não indicava a presença de albumina, o que o levava à conclusão de que não se tratava da eclampsia⁵²⁹. É sugestivo o diagnóstico final do médico que concluiu que ela fora acometida por “*desordens nervosas*” e por um estado de “*excessiva suscetibilidade nervosa*”, que ocorria logo após sua saída dos aposentos em que ela dava à luz.

Já Soriana, escravizada por uma família de elite a quem nos referimos, experienciou um parto traumático, marcado por diversas formas de violência senhorial e médica. Dia 18 de julho de 1863, a escrava de Eugênio do Prado, moradora no Caminho-Novo de Botafogo, descrita como “*temperamento linfático-nervoso, e de constituição fraca*”, tinha suas primeiras dores do parto: “*Suportando todos estes incômodos sem dizer à sua senhora, Soriana assim se conservou até o dia 19*”⁵³⁰. Nesse dia, tendo a dona tomado conhecimento de que a escravizada daria à luz, “*fez imediatamente chamar junto dessa escrava uma parteira aliás instruída*”. Passou-se o dia 19, e às onze horas da manhã do dia 20, a parturiente começou a ter acessos convulsivos, sem que o bebê tendesse a nascer. Por indicação de seu “*ilustre amigo e distinto cirurgião*” Bustamante e Sá, que

⁵²⁷ O médico receitava arsenais terapêuticos como as sangrias e sanguessugas, clisteres, fomentações, purgantes e evacuantes, escorados nas teorias humorais e vitalistas, e praticadas também por curadores populares. Segundo Tânia Pimenta, o uso de escarradeiras, sangrias, purgativos, vomitivos e clisteres constituiria uma das bases das terapêuticas da medicina acadêmica escorada no paradigma miasmático, em que o excesso ou desequilíbrio de algum dentre os humores provocariam as doenças. PIMENTA, **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828- 1855)**, op. cit., p. 49.

⁵²⁸ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XIX, setembro de 1867, n. 4, p. 175.

⁵²⁹ Em 1843, um médico londrino notava a relação entre a presença da albumina na urina e a eclampsia. Na primeira metade do século XIX, alguns relacionavam a causa da eclampsia à congestão cerebral, outros a consideravam um ataque epilético, e o tratamento, em geral, eram sangrias no braço e sanguessugas no pescoço, a aplicação de fomentações nas pernas e pés, dentre outros tratamentos, e extração imediata do feto. MOTT, **Parto, parteiras e parturientes...** op. cit., p. 260-261; CHERNOVIZ, Pedro. *Dicionário de Medicina Popular*, op. cit., 1890, vol.1, p. 697.

⁵³⁰ *Correio Mercantil*, 26 de julho de 1863.

fora chamado em primeira instância, o médico Vicente Sabóia entrava em cena às quatro horas da tarde. Depois de obter as informações com a parteira sobre o andamento do parto, ele procedeu à descrição de sua atuação, iniciando pelos costumeiros exames invasivos. O crânio encontrava-se mal-posicionado, “*a doente tinha um vício de conformação da bacia*”, e apresentava a perda “*de todas as suas faculdades*” devido às convulsões. O colo uterino encontrava-se já dilatado, e, em presença do “*acidente*” convulsivo, ele observava: “*era de nosso dever terminar o parto e o único meio a empregar era o fórceps*”.

Soriana era colocada “*com muito custo na posição conveniente, e depois de fazê-la conter por quatro pessoas*”, ele extraía com o instrumento um bebê do sexo feminino “*que por felicidade*” ainda se conservava vivo. As convulsões tornaram-se mais intensas, “*a perda das faculdades*” ainda persistia, e ele receitava uma “*poção antiespasmódica*”. Soriana continuou a sofrer fortes e prolongadas convulsões durante a noite, as crises cederam e no dia seguinte ela “*já respondia às perguntas que se faziam*”. Não sabemos quem esteve ao lado de Soriana durante as crises, e nem o destino de sua filha. No terceiro dia depois do parto, ao visitá-la novamente, ele a encontrou “*em tal estado satisfatório*” que entendeu não ser mais necessária sua presença. Ele concluía o caso e divulgava para a classe de potenciais clientes o horário e o local onde poderia ser encontrado: “*V. Sabóia, parteiro operador. Rua das Violas n.22, das 10 horas às 2 da tarde*”. O médico trazia novamente para uma classe de leitores leigos que se ilustravam um novo vocabulário e uma nova interpretação acerca do nascimento, compreendido como um fenômeno fisiológico, reduzido à sua mecânica e à intervenção virtuosa do médico⁵³¹. Sabóia, com seus saberes científicos, sua técnica e a pronta tomada de decisões, era o protagonista da narrativa do parto: manipulando com destreza o fórceps, ele livrava a escravizada de perigos e contribuía para seu restabelecimento, atendendo também à preocupação dos senhores e a seus interesses de donos abastados da valiosa cativa. O médico Sabóia associava o uso do instrumento com a ideia de competência e de “fazer o parto”, pronto a intervir sempre que o organismo da parturiente se distanciasse daquilo que considerava normal e fisiológico⁵³².

⁵³¹ No último quartel do século XIX, médicos divulgaram através de jornais e conferências públicas discursos cientificistas e modernizadores voltados ao público feminino das classes médias e das elites urbanas, a fim de adequá-las ao exercício “higiênico” da maternidade sob os moldes burgueses. Ver CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

⁵³² MOTT, A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? **Revista Estudos Feministas**, op. cit.

A narrativa do médico é expressiva das tensões e violências que envolveram o trabalho de parto de Soriana que calava suas dores provavelmente temendo represálias da senhora, sendo ainda vítima do uso do fórceps mediante coação. Entrevemos da narrativa do médico uma rara menção a formas de resistência por parte da parturiente. Soriana reagia à operação com o fórceps, tendo sido contida por quatro pessoas, segundo Sabóia devido às convulsões. O manual de autoria de Theodoro Langaard reproduziu a imagem do instrumento mais comumente empregado:

LANGGAARD, Theodoro. *Arte obstetrica...*, op. cit., 1862, p. 275.

Como se deu para Soriana e para outras mulheres escravizadas a intromissão do homem branco manejando o fórceps, nos seus partos laboriosos? Vicente de Sabóia foi autor de um tratado de obstetrícia, publicado em Paris no ano de 1873, de onde podemos entrever como ele concebia o uso apropriado do instrumento⁵³³. Na obra, ele aludia ao medo que o fórceps provocava nas parturientes, recomendando que se evitasse mostrá-lo, sob o argumento de que seria suficiente a informação de que seu uso seria inofensivo e necessário. O parteiro deveria dispor do auxílio de quatro pessoas: uma para fornecer o instrumento, duas para segurar e conter o abdômen, e outra para manter a bacia fixa e impedir que o parteiro fosse “incomodado” pelos movimentos da parturiente. Em seguida, a bexiga da parturiente deveria ser esvaziada, se necessário com o uso de um cateter no canal urinário, e um purgante seria ministrado para esvaziar os intestinos. Ele recomendava, ainda, que o instrumento fosse aquecido em água quente para que o frio do metal não resultasse em uma sensação desagradável, sugerindo que as grandes colheres do instrumento fossem banhadas em alguma matéria gordurosa⁵³⁴. Na sessão dedicada aos casos em que o instrumento deveria ser empregado, ele admitia que seu uso não era inofensivo, podendo ocasionar graves lesões nas mulheres e nos bebês.

⁵³³ SABÓIA, V. *Traité théorique et pratique de la Science et de l'art des accouchements*, op. cit.

⁵³⁴ Ibid., p. 706.

Vicente de Sabóia não respondia apenas aos chamados nas casas senhoriais para atender aos partos difíceis das mulheres escravizadas. Outro caso clínico, desta vez envolvendo a extração a fórceps de um bebê de uma mulher branca, cujo nome era mantido em segredo, era publicado no jornal *O Correio mercantil*. “A Sra. F.... de tal, mulher do Sr. J. A. G....”, 33 anos, “forte e de constituição robusta, mas nervosa”, entrava em trabalho de parto no dia 12 de maio, sob assistência de uma parteira, que informava o médico de que a ruptura da bolsa teria ocorrido dia 13, às sete horas da noite. “Como o parto senão efetuasse, o Sr. G...” decidia chamar o médico dia 14, às sete horas da manhã: “Chegando ao pé da parturiente, e examinando-a”, ele encontrou a cabeça do bebê posicionada, mas “as contrações uterinas eram nulas”. Quanto aos batimentos cardíacos da parturiente, ele ressaltou: “O pulso era frequente e marcava, não sabemos se pelo medo que essa senhora mostrava, 120 por minuto”. Notamos, então, a partir do relato, as especificidades de sua atuação e do uso do fórceps apropriado ao atendimento às mulheres brancas das camadas senhoriais:

Propusemos a aplicação do fórceps, e que sendo aceito, introduzimos, segundo as regras, esse instrumento, e extraímos com muito trabalho no fim de meia hora e sem grandes dores, um feto vivo e do sexo masculino. Logo depois deste fato, colocamos a mulher em uma posição mais cômoda do que a que ocupava, e esperamos pela expulsão das secundinas⁵³⁵.

Ele referia-se à iniciativa de propor o uso do instrumento e menções à busca por posições que proporcionassem bem-estar e comodidade à parturiente, o que foi negado nas duas narrativas médicas acerca de Inês e Soriana, escravizadas.

Os jornais diários não se limitaram a veicular o endereço do consultório e as narrativas heroicas de Vicente de Sabóia acerca de sua própria atuação⁵³⁶. As ocorrências policiais deixam entrever os perigos que mulheres escravizadas enfrentaram em seus partos frente à multiplicação de médicos formados pela faculdade sem experiência prática, munidos de conhecimentos teóricos, de seus diplomas e do fórceps. O instrumento, que entrava em cena com a atuação dos médicos e se vulgarizava ao longo da segunda metade do século, ganhava designações populares como “*extrair o feto a ferro*”. Em 1867, o *Diario do Rio de Janeiro* publicou uma diligência policial acerca do

⁵³⁵ *Correio Mercantil*, 18 de maio de 1863.

⁵³⁶ Vicente de Sabóia tornou-se membro da elite médica que ganhava clientela e renome na segunda metade do XIX. Graduou-se pela Faculdade de Medicina em 1858, tornando-se membro da Academia de Medicina em 1863. Além de professor catedrático da faculdade, ele assumiu a diretoria da instituição de 1881 a 1889. Biografia disponível no portal digital da Academia Nacional de Medicina.
< http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=691 >. Acesso: janeiro de 2018.

trágico parto de uma escravizada que deu à luz um bebê cujo corpo era encontrado no beco das Escadinhas. O subdelegado do 2º distrito de Santa Rita procedeu às investigações, envolvendo a atuação de três médicos, designados cirurgiões, da qual resultou o dilaceramento do bebê e a morte da cativa no parto:

Que uma escrava do Sr. José Ignacio Pereira, morador na Saúde, achando-se prestes a dar à luz, foi chamada uma mulher da vizinhança que costumava assistir a parturientes. Que esta julgou estar o feto morto nas entranhas maternas e aconselhou que fosse chamado um médico. Que tendo comparecido dois cirurgiões, estes concordaram em extrair o feto a ferro e não o podendo conseguir decapitaram-no, extraindo o tronco. Que vindo posteriormente um outro cirurgião este reprovara a operação praticada, sendo baldados os esforços para salvar a infeliz parturiente que sucumbiu pouco depois no meio de grandes sofrimentos⁵³⁷.

Podemos apenas suspeitar os sofrimentos vividos pela mulher, que em seu parto contou com a atuação de três homens, manipulando o instrumento temido, mutilando o feto, causando-lhe ferimentos e provocando-lhe a morte. A mulher era enterrada. Porém, o tronco do bebê negro era lançado à rua, sob o “*pretexto de que não podia ser enterrado esse fragmento humano em lugar sagrado*”.

Tara Inniss documentou casos envolvendo danos com o mau uso do fórceps pelos médicos em escravizadas, nas plantações do Caribe britânico. O fórceps não era esterilizado, as mãos não eram lavadas, havendo riscos de infecções⁵³⁸. Já Mary Schwartz demonstrou que nas fazendas do sul dos Estados Unidos, as negras escravizadas estiveram mais expostas que as livres brancas a tratamentos de risco e sem o uso de anestésicos, e a serem atendidas por médicos inexperientes, visto que os iniciantes testemunhavam quase sempre o primeiro parto nas senzalas. Suas condutas, como o mau uso do fórceps e a falta de assepsia das mãos, poderiam debilitar as parturientes, causar lacerações e infecções puerperais. A historiadora documentou casos de condutas irresponsáveis de um médico que decidia usar o fórceps em uma escrava durante acessos de convulsão, mesmo afirmando estar ciente de que o procedimento seria provavelmente fatal, o que se consumou⁵³⁹. No Alabama, um médico era chamado para atender a uma escravizada cuja dilatação não progredia. Segundo a historiadora, ou por desespero ou

⁵³⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de agosto de 1867.

⁵³⁸ INNISS, Tara A. “‘Any elderly, sensible, prudent women’: The Practice and Practitioners of Midwifery during Slavery in the British Caribbean”, **op. cit.**, p. 43. No ano de 1846, em Viena, o médico obstetra Ignace Semmelweis recomendava a assepsia das mãos e dos instrumentos para debelar as mortes por febre puerperal, com o que foi perseguido e expulso da corporação dos médicos que não aceitaram sua tese. Conferir DEVEAUX, Michel. **De Celine à Semmelweis**: histoire d’une oeuvre. Paris: ed. Harmattan, 2015.

⁵³⁹ SCHWARTZ, **Birthing a slave**, **op. cit.**, p. 169-170.

medo de precisar fazer uma craniotomia, ele optou por um diferente curso de ação, utilizando uma longa faca afiada para cortar o colo do útero em duas direções. A mulher dava à luz um bebê morto e falecia dias depois⁵⁴⁰.

Assim como nos Estados Unidos, muitos dentre os médicos que se formaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro atuaram nas grandes fazendas, onde eram requisitados pelos senhores somente nos casos complicados, sobretudo na segunda metade do século XIX, no contexto posterior ao fim do tráfico⁵⁴¹. Um caso que ganhou notoriedade e suscitou debates no jornal o *Correio Mercantil* refere-se ao primeiro parto de uma jovem crioula de 22 anos, escravizada em uma fazenda em Valença. Em tom de denúncia, um médico endereçava o texto aos fazendeiros e ao público, a fim de que apreciassem os “*médicos parteiros do lugar*”. O texto narrava o parto da jovem que durava três dias, quando um “*parteiro*” era chamado. Este, nada resolvendo, era sucedido por outro: “*e vendo ambos a procedência de um braço, determinam amputá-lo para facilitar a versão!*”. Na impossibilidade de extrair a criança, deixaram “*a triste parturiente abandonada como perdida; mas a natureza, mais benéfica que os parteiros, de per si só efetuou o parto!!!*”⁵⁴². Os médicos Luiz da Cunha Feijó e Vicente de Sabóia eram convidados a apreciar a atuação dos médicos. Ambos argumentaram no jornal ser injustificável amputar o braço do bebê, para se efetuar a versão. Seis dias depois, nas edições de 8 e 9 de fevereiro de 1866, os médicos responsáveis expuseram suas versões acerca do ocorrido. Relataram que foram chamados às duas horas da madrugada, a fim de socorrerem a jovem que sofria “*com fortes dores*”, ao longo de três dias. Diante da impossibilidade de extraírem o bebê, que segundo eles já se achava morto, com um dos braços pendentes, o segundo médico foi chamado. Eles responsabilizavam, então, a comadre, provável parceira da parturiente: “*e se achando o braço do feto muito estragado em consequência das trações fortes e bruscas, feitas antes de nossa chegada pela comadre que assistia à parturiente, resolvemos em vista disto extirpá-lo- 50 horas depois*”⁵⁴³.

Um periódico especializado referiu-se a outro caso envolvendo a participação de mais de um médico, no parto difícil de uma mulher escravizada. Em Vassouras, em 1883,

⁵⁴⁰ Ibid., p.162.

⁵⁴¹ BARBOSA, Keith. **Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)**, op. cit.

⁵⁴² *Correio Mercantil*, 8 de fevereiro de 1866.

⁵⁴³ *Correio Mercantil*, 14 e 15 de fevereiro de 1866.

uma jovem de 19 anos, crioula, tinha seu primeiro e traumático parto de gêmeos. O primeiro nasceu “*forte e robusto*”, sob a assistência de dois médicos que não conseguiram realizar a versão do segundo feto, que se apresentava “*de espádua, e procedência do braço*”. Então, eram chamados seus “*colegas*”, e possivelmente a jovem teria quatro homens tentando efetuar a versão: “*urgia tomar uma deliberação enérgica, pois que a parturiente estava exausta de forças; o único meio a empregar era a brachiotomia*”, amputação que era realizada com uma tesoura no feto, segundo eles, já morto.⁵⁴⁴ Eles, então, referiam-se à parturiente deixada em repouso e ao feto que nascia depois de cinco minutos, sem a cabeça e as vértebras.

Das narrativas comprometidas com a exaltação ou a crítica das técnicas e da atuação profissional dos médicos, podemos apenas imaginar as experiências de mulheres africanas e crioulas que vivenciaram o primeiro ou o último de seus partos em meio às dores de um nascimento difícil, nas casas de seus senhores e enfermarias das fazendas. É possível que elas relacionassem seu mau sucesso à atuação dos senhores, dos homens brancos e de seus instrumentos que extraíam bebês mortos e malformados. Escorados nos encontros entre os médicos e as cativas parturientes, intermediados pelos senhores e seus interesses, os casos clínicos refletem a inserção limitada dos acadêmicos, na cena do parto domiciliar entre as mulheres escravizadas, cuja participação fora circunscrita, ao longo de todo o século XIX, aos casos complicados e a seus momentos “cruciais”. Os diagnósticos dos médicos acerca das enfermidades que as acometeram no puerpério justificaram a seus clientes ricos e ciosos da saúde das escravizadas a realização de várias visitas, a indicação das terapêuticas e as orientações de descanso, o que poderia significar, para elas, alguns dias de resguardo, antes da retomada do trabalho.

Porém, a casa dos senhores não era o único local em que estiveram vulneráveis à intervenção dos médicos brancos, de seus exames invasivos e de seus instrumentos que puderam tanto evitar sua morte quanto ceifar suas vidas e a de seus bebês. Os interesses científicos e profissionais dos médicos que se afirmavam, ao longo da segunda metade do século, articularam-se às preocupações dos senhores mais ricos que, para garantir a vida das parturientes escravizadas, internaram-nas nas Casas de Saúde, para que ali tivessem seus partos.

⁵⁴⁴ *União Medica*, n.2, fevereiro de 1883, p. 63-64.

Nas Casas de Saúde: exames invasivos e maus pressentimentos

A atuação de médicos-parteiros como Vicente Sabóia e Luiz Feijó não se limitava aos raros atendimentos domiciliares a mulheres livres e escravizadas na cidade, documentados nos jornais diários e casos clínicos. Desde o período da fundação da faculdade, médicos brasileiros e estrangeiros concentraram esforços a fim de conquistar junto ao público abastado, que pela condição social e pelo costume eram avessos aos hospitais, uma nova alternativa de assistência médica externa ao domicílio⁵⁴⁵. A partir da década de 1830, médicos e cirurgiões passaram a requerer da Câmara Municipal e da Sociedade de Medicina autorização para o estabelecimento, no centro urbano, das chamadas “Casas de Saúde”⁵⁴⁶. A partir de 1850, com a lenta ascensão dos médicos entre as elites escravistas, os jornais diários multiplicaram os anúncios destes estabelecimentos, onde professores e formados pela faculdade ofereciam tratamentos a diversas doenças, envolvendo cirurgias, sangrias, enfermarias para internação de crianças e para a assistência aos partos⁵⁴⁷.

Em 1868, Vicente de Sabóia fundava, junto a um colega, uma clínica privada onde se responsabilizava pelos atendimentos a moléstias de mulheres e aos partos, oferecendo enfermarias a mulheres livres e a escravizadas⁵⁴⁸. Ele indicava, no anúncio relativo aos preços das diárias, que às mulheres e aos homens cativos estariam destinadas as enfermarias de 4ª classe, geralmente situadas em espaços menos privilegiados dos prédios, cinco vezes mais baratas que os quartos destinados à 1ª classe. Porém, o anúncio indica que, à época, houve senhores dispostos a dispendar largas somas nos cuidados médicos aos cativos, que na década de 1860 alcançaram altos preços no mercado: “os escravos poderão também ser tratados nas duas primeiras classes quando seus senhores quiserem”⁵⁴⁹. Dentre as clínicas que se especializaram no atendimento aos partos e enfermidades uterinas de mulheres cativas das classes abastadas destaca-se a Casa de Saúde de Nossa Senhora d’Ajuda, onde atuou o parteiro e professor da cadeira de partos Luís da Cunha Feijó.

⁵⁴⁵ ARAÚJO, Achilles. **A assistência médica hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX**, op. cit.; SOARES, Márcio de Sousa. **A doença e a cura: saberes médicos e cultura popular na Corte Imperial**, op. cit.

⁵⁴⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Documentação Avulsa, 44.2.27.

⁵⁴⁷ MARTINS, **Medicina da mulher**, op. cit., p. 193; ROHDEN, Fabíola. Histórias e tensões em torno da medicalização da reprodução. **Niterói**, op. cit., p. 215.

⁵⁴⁸ ARAÚJO, Achilles. **op. cit.**, p. 168-169.

⁵⁴⁹ A Casa de Saúde da Providência, estabelecida na rua Matacavalos, especializava-se no cuidado a escravizados “assegurados e não assegurados”. Sobre os anúncios de Casas de Saúde, conferir ARAÚJO, **op. cit.**, p.134-155, 169.

A clínica era fundada em 1863 pelo médico Manuel Eiras, na rua da Ajuda, uma das mais antigas e movimentadas do centro urbano, sendo anunciada em jornais diários a existência de uma maternidade no edifício anexo. Mulheres livres, que por problemas durante a gravidez ou outra razão não pudessem dar à luz em casa, poderiam internar-se na Casa de Saúde, dispendendo 3 mil réis pelas diárias e 20 mil pelo parto. A maternidade oferecia também “*sala própria para escravas, fornecendo tudo o que for mister, inclusive roupas*”, e suas donas e donos dispensariam a metade do preço: 1\$600 e 10 mil réis para as diárias e o parto⁵⁵⁰. Mulheres cativas que deram à luz na maternidade da Casa de Saúde Nossa Senhora d’Ajuda eram inicialmente assistidas por parteiras acadêmicas, como Durocher e sua colega Tygna. Esta, em 1860, atendia também numa enfermaria de partos aberta à rua do Sabão pelo médico Pereira de Souza Ajuda⁵⁵¹. Segundo Fernando Magalhães, a fundação destas clínicas, ao longo da segunda metade do século e no contexto do fim do tráfico africano, respondeu aos interesses senhoriais sobre a saúde das valiosas cativas e de seus filhos, e aos ganhos profissionais dos médicos: “Houve época em que se montavam clínicas privadas para atender principalmente a escravatura pois os senhores cuidavam das escravas parturientes, garantindo o capital representado por elas e pelos filhos”⁵⁵².

Em trabalho apresentado em 1887 à Academia de Medicina, a parteira francesa Durocher referiu-se a um atendimento realizado na Casa de Saúde, na época em que Dr. Eiras foi seu proprietário, entre 1863 e 1876. Nesse período, uma “*preta mina, quitandeira, de 30 anos presumíveis*”, “*tinha estado entregue à comadre antes da sua entrada para a casa de saúde*”, que acontecia no terceiro dia do que seria seu primeiro parto, às quatro horas da tarde. A parteira indicava que o feto estava morto e seguia enumerando as terapêuticas e cuidados dispensados à africana, enquanto esperava a marcha natural do parto, o que não acontecia. Às sete horas da noite, ela resolvia “*cloroformizar a parturiente e fazer a versão*”:

⁵⁵⁰ *Correio Mercantil*, 14 de outubro de 1862; *Jornal do Commercio*, 15 de março de 1863. Apud BARRETO, Renilda. Maternidade para escravas no Rio de Janeiro (1850-1889). *Revista de História Regional* 21(2): 389-406, 2016, p. 395.

⁵⁵¹ MAGALHÃES, *A obstetrícia no Brasil*, op. cit., p. 218. A partir de anúncios de jornais, Tânia Pimenta destacou que a maioria das Casas de Saúde que ofereciam serviços obstétricos não contava com parteiras em seu quadro, ou simplesmente eludiram sua presença. Registros indicam que as parteiras acadêmicas ofereciam serviços nas Casas de Saúde, e mais raramente dividiam consultório com médicos, como documentado no Almanaque Laemmert em 1857: “Consultório Obstétrico. O Dr. O. Araújo, médico parteiro, e as parteiras Durocher e F. R. P. Ferreira têm seus consultórios na rua da Carioca, 111”. PIMENTA, Tânia & BARBOSA, Giselle. O ofício de parteira no Rio de Janeiro Imperial, *op. cit.*, p. 506. Ver também MOTT, *Parteiras: o outro lado da profissão*. *Niterói*, op. cit., p. 123.

⁵⁵² MAGALHÃES, *A obstetrícia*...op. cit., p. 217-218

Prevendo as dificuldades que iria encontrar e a gravidade do caso, sabendo que por acaso o Dr. Costa Ferraz se achava em sua enfermaria, e tendo razões para confiar nas suas habilitações obstétricas, pedi-lhe o seu auxílio para o caso presente; concordando ele com o meu parecer, à vista das vantagens que oferecia a pequenez da minha mão para um colo insuficientemente dilatado, coube-me em partilha a execução da versão, prestando-se com toda a amabilidade o Dr. Ferraz e encarregar-se da cloroformização.⁵⁵³

Durocher menciona o uso do clorofórmio, inalante oferecido à africana não com a finalidade de suavizar a dolorosa manobra obstétrica, mas com o objetivo de relaxar o útero, a fim de facilitar a versão⁵⁵⁴. Conforme demonstrou Mary Schwartz, desde 1850, nos Estados Unidos, anestésicos como clorofórmio e éter começaram a ser utilizados com a finalidade de atenuar as dores do parto entre mulheres brancas, e raramente entre escravizadas⁵⁵⁵. A historiadora demonstrou que, nas sociedades escravistas ao sul dos Estados Unidos, os médicos compartilhavam e reforçavam as concepções eivadas no racismo científico de que as mulheres brancas, descendentes dos povos europeus considerados civilizados, eram mais suscetíveis à dor e a partos difíceis que as escravizadas, africanas e descendentes, consideradas selvagens e insensíveis à dor⁵⁵⁶. Em direção semelhante, José Cordeiro, em tese defendida na faculdade do Rio de Janeiro em 1876, intitulada *Do emprego dos anestésicos durante o trabalho de parto*, argumentou que seu uso entre as mulheres brancas “civilizadas” tornava-se imprescindível, devido às

⁵⁵³ Ibid., p. 288.

⁵⁵⁴ O primeiro registro de uso do clorofórmio no parto remonta ao ano de 1847, pelo médico Rodrigo Bivar na maternidade do hospital da Santa Casa. Os médicos descreveram o uso do clorofórmio em cirurgias entre escravizadas desde a década de 1850, como no caso de uma mulher que “*teria 40 anos, era cativa e já tinha tido filhos*”, que era operada de hérnia e dormia durante a cirurgia sob o efeito do anestésico, falecendo após a operação na Santa Casa. *Annaes de Medicina Brasiliense*, 4º ano, vol. 4, n. 3, setembro de 1848, p. 68-69; *Annaes Brasilienses de Medicina*, 13º ano, vol.13, março de 1859, p. 17.

⁵⁵⁵ Ela destacou as controvérsias entre os médicos acerca do uso de anestésicos no parto. Havia aqueles que advogavam que as dores eram necessárias, a fim de regular as contrações e promover o sentimento de afeto da parturiente com o bebê, ao passo que eliminá-las poderia retardar o parto e expor o bebê à negligência materna. Outros rechaçavam os anestésicos por razões religiosas, visto que Deus ordenou às mulheres as dores do parto, e aliviá-las implicava desviar-se da ordem divina. SCHWARTZ, *Birthing a slave...*, op. cit., p. 168. Em 1854, um médico francês publicava uma obra em que defendia o uso de anestésicos para aliviar os sofrimentos das mulheres nos partos naturais. Conferir HOUZELOT, Paul-Crescent Xavier. *L’Anesthésie Obstétricale: de l’emploi du chloroforme dans l’accouchement naturel simple*. Meaux: Imprimerie A. Carro, 1854. Disponível em < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5805231q.texteImage>>. Acesso: fevereiro de 2018.

⁵⁵⁶ Celebrado como o “pai da ginecologia moderna”, o médico Marion Simms, nascido no Alabama, realizou uma série de operações experimentais sem anestesia em mulheres escravizadas, como Lucy, Anarcha e Betsey, entre 1845 e 1849, com a finalidade de encontrar uma solução cirúrgica para a fístula vesicovaginal, complicação que atingia mulheres após o parto. Sobre as especificidades das práticas médicas em mulheres cativas e seus corpos, sujeitas a cirurgias experimentais sem anestesia e à dissecação após a morte, ver Mc GREGOR, Deborah. *From midwives to medicine: the birth of American gynecology*. New Brunswick, New Jersey, and London: Rutgers University Press, 1998; SCHWARTZ, Marie Jenkins. *Birthing a Slave*, op. cit., cap. 7.

transformações sofridas por seus corpos – envolvendo vida sedentária, luxos e maus hábitos higiênicos – que as afastavam da natureza e as predispunham aos partos dolorosos⁵⁵⁷. Estas ideias também foram divulgadas em outra tese defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, intitulada “*Do parto e de suas consequências na espécie negra*”. Em 1887, Justo Ferreira dissertava acerca da pretensa relação entre raça, gênero, estado de civilização e a suposta menor suscetibilidade a partos difíceis e dolorosos entre mulheres negras africanas e descendentes:

Várias causas atuam sobre a mulher quanto ao parto e suas consequências, a raça, os costumes, a civilização influem naturalmente, nem só quanto à intensidade das contrações uterinas, como também quanto à dor e a comoções nervosas. É de corrente observação que as mulheres das cidades, educadas no rigor da civilização, têm os seus partos mais demorados do que as que vivem no campo. Entre os selvagens tem-se observado que tanto é certo que os partos não são mui penosos, que as mulheres apenas o delivramento se conclui entregam-se aos seus rudes trabalhos. [...] Este fato das contrações uterinas determinarem um parto pouco doloroso, nos demonstra o valor da opinião dos autores que admitem ser o negro menos sensível à dor⁵⁵⁸.

Em 1888, o jornal *Echo das Damas* sinaliza para as demandas das mulheres brancas das elites por anestésicos nos partos naturais: o médico-cirurgião Guilherme Xavier Brito, em seu anúncio, indicava dedicar-se “*especialmente ao tratamento das enfermidades das senhoras, e assistência nos partos*”, utilizando “*nos partos naturais a analgesia obstétrica, que consiste em suprimir as dores do parto, conservando os sentidos à parturiente*”⁵⁵⁹.

As doutrinas do racismo científico alcançaram, no fim do século, os médicos brasileiros e os saberes oficiais produzidos na faculdade e possivelmente informaram as práticas dos médicos e parteiras europeias com relação às mulheres negras escravizadas. Não encontramos menção ao uso clorofórmio ou éter com a finalidade de aliviar as dores do parto ou das manobras obstétricas, mas em vistas a relaxar o colo do útero, como indica Durocher:

⁵⁵⁷ CORDEIRO, José Belisario de Lemos. *Do emprego dos anestésicos durante o trabalho de parto*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1876. Apud MARTINS, A **medicina da mulher**...op. cit., p. 210.

⁵⁵⁸ FERREIRA, Justo Jansen. *Do parto e de suas consequências na espécie negra*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1887, p. 33-34. Sobre as representações médicas e de viajantes europeus divulgadas ao longo do século XIX no Brasil acerca da suposta predisposição das mulheres negras, africanas e descendentes, a partos fáceis e indolores, conferir MOTT, Maria Lucia. **Partos, parteiras e parturientes**, op. cit., p. 243-246; MARTINS, A **medicina da mulher**, op. cit., p. 210.

⁵⁵⁹ *Echo das Damas*, ano III, n. 52, 4 de março de 1888.

a versão foi feita com bastante dificuldade e por isso fiquei desiludida a respeito das propriedades relaxadoras das inalações de clorofórmio cantadas em prosa e verso pelos seus partidários, não negando todavia alguma modificação favorável que, embora a custo, me permitiu terminar a extração de um feto morto.

A africana mina falecia na Casa de Saúde enquanto se refazia de suas dores, dois dias depois de dar à luz um bebê morto num parto longo e sofrido. Ela era acometida por infecções e inflamações na enfermaria, tratando-se, segundo Durocher, “*de uma metro-peritonite violenta, acompanhada de fenômenos de septicemia*”. Além de serem internadas durante o trabalho de parto, como no caso da quitandeira africana, mulheres cativas foram recolhidas nas enfermarias, quando suas donas e donos, membros das camadas senhoriais mais abastadas, temessem complicações no parto, ou no caso de problemas ginecológicos que colocavam a saúde e a capacidade de trabalho das mulheres em risco⁵⁶⁰.

A criação das clínicas privadas destinadas ao atendimento das moléstias femininas foi um fenômeno que também ocorreu na cidade de Salvador, sede da outra Faculdade de Medicina fundada durante o Império. Assim como Luiz Feijó, médicos baianos realizaram atendimentos a escravizadas internadas durante a gravidez, por iniciativa dos senhores. O caso clínico publicado em um periódico médico baiano é indicativo dos problemas envolvendo a gravidez e o parto de uma africana, e da vulnerabilidade das mulheres escravizadas, isoladas nestes espaços e distantes de suas redes de solidariedade, às práticas invasivas de vários médicos em seu corpo.

Em 1859, Angélica era atendida inicialmente no domicílio senhorial, pelo médico José Francisco da Silva Lima. A africana era escrava, solteira, perto dos 40 anos, mãe de cinco filhos: “*julgou-se grávida no princípio de maio de 1859. Em 16 de setembro seguinte, caíra de encontro à esquina de uma cadeira, sofrendo uma forte pancada no lado direito do ventre*”⁵⁶¹. O médico dava voz aos medos e pressentimentos da africana: ela “*manifestava as mais vivas apreensões sobre o seu estado, e tinha o pressentimento de que esta gravidez lhe seria fatal*”. Silva Lima procedia à palpação, que lhe sugeriu uma gravidez de mais de cinco meses: “[Angélica] *começou a contar o tempo desde que*

⁵⁶⁰ Em 1876, a africana Luiza, de 40 anos, era internada na casa de saúde Nossa Senhora da Ajuda, devido a dores nas costas e hemorragias que a impediam “*de tratar de seus afazeres*”. Luiza permaneceu mais de um mês reclusa na enfermaria: seus senhores custearam o valor das diárias e o tratamento do tumor uterino, através de uma cirurgia com o aparelho de Paquelin, novidade terapêutica divulgada por Feijó na revista médica. Sobre este e outros casos de mulheres escravizadas submetidas a cirurgias ginecológicas, conferir TELLES, Lorena. *Pregnant slaves, workers in labour: amid doctors and masters in a slave-owning city (nineteenth century Rio de Janeiro)*, **op. cit.**

⁵⁶¹ *Gazeta Médica da Bahia*, n.1, janeiro de 1876, 2ª série, volume I, p. 168.

lhe faltou a menstruação, que ela esperava no princípio de maio”. Depois de examiná-la, concluiu que se tratava de uma gravidez extrauterina.

A africana voltava às suas ocupações domésticas, até que era vitimada por dores violentas, e o médico era novamente chamado, realizando exames invasivos pela vagina e pelo ânus, julgando tratar-se de um caso de maior gravidade. Convidava, então, três colegas “*dos mais experientes*” para também a examinarem. Eles concluíam que a africana sofria de uma gravidez extrauterina, sendo aconselhado que fosse “*recolhida a uma casa de saúde, sob imediata vigilância do seu diretor*”⁵⁶². Ao ser internada, ela era visitada pelos três colegas de Silva Lima que continuavam firmes no diagnóstico. Chegava o momento do parto: “*e qual não foi minha surpresa ao encontrar um braço do feto pendente da vulva*”. O sexto bebê de Angélica – gerado em seu útero e não fora dele, como erroneamente diagnosticaram os quatro médicos – morria por asfixia, e Silva Lima registrava a existência de um tumor uterino, concluindo a respeito da “*arte difícilíssima do diagnóstico*” da gravidez. A africana sobrevivia ao sexto parto e aos maus pressentimentos, mas perdia o bebê. Durante os quatro anos seguintes, ela sentiu o ventre crescer devido ao tumor que os médicos não debelaram, e que não a afastaria dos trabalhos de cozinheira: “*A doente restabeleceu-se prontamente, o tumor abdominal persistiu, e cresceu lentamente durante 4 anos. Depois perdi a doente de vista, mas sei que vive ainda, e continua, como dantes, a empregar-se em trabalhos de cozinha*”⁵⁶³.

A internação das escravizadas nas clínicas privadas, ao longo da segunda metade do século, revela a confluência dos interesses de médicos e senhores sobre os corpos e a saúde das escravizadas, assim como a lenta ascensão da legitimidade dos saberes científicos entre setores das classes médias e abastadas. Apesar de isoladas nos cômodos das Casas de Saúde nas regiões centrais da cidade, elas certamente gozaram de momentos de descanso que a permanência na casa senhorial dificilmente permitiria. Estiveram, no entanto, vulneráveis às visitas de vários médicos e de parteiras acadêmicas, sendo submetidas a suas práticas invasivas e a suas terapêuticas. As clínicas privadas dirigidas pelos médicos não foram os únicos espaços exteriores aos domicílios em que mulheres escravizadas viveram a intervenção dos acadêmicos em seus partos. Com a lenta aparelhagem dos médicos no Estado, a municipalidade vinha financiar, na década de 1880, o funcionamento de estabelecimentos criados com a finalidade de sanar os

⁵⁶² Ibid., p. 171.

⁵⁶³ Ibid., p. 173.

problemas relativos à ausência de ensino prático na Faculdade de Medicina, respondendo, também, aos interesses dos senhores.

Maternidade Municipal: entre médicos e estudantes inexperientes

Em 4 de janeiro de 1877, José Rodrigues dos Santos endereçou à Câmara um requerimento para a criação de uma maternidade municipal. No Rio de Janeiro, segundo o médico, havia diversos hospitais, não existindo, porém, “*um só edifício que abrigue e proteja à mulher que tem de dar à luz*”⁵⁶⁴. Santos desfilava diversos argumentos com a finalidade de sensibilizar os vereadores a legislar favoravelmente à criação, com custeio público, de “*uma casa em que a mulher, seja mãe sem os horrores da nudez e da miséria*”. A proposta para a fundação de um estabelecimento especial para assistência ao parto não era recente, mas tomava fôlego renovado nas décadas finais do século. Até então, nas cidades, as mulheres muito pobres eram assistidas na Santa Casa de Misericórdia, mantida pela caridade religiosa e benemerência. Para Maria Lúcia Mott, dar à luz fora de casa era uma situação considerada apavorante e evitada a todo custo. Somente em casos extremos e nos partos complicados, mulheres muito pobres, mães sós ou mulheres que subsistiam da prostituição recorriam à Santa Casa⁵⁶⁵.

As primeiras discussões acerca da criação de maternidades estiveram diretamente relacionadas aos cursos para a formação prática dos médicos, desde a fundação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1832, o cirurgião prussiano Le Masson tomou a iniciativa de apresentar um projeto em defesa da fundação de uma maternidade no Rio de Janeiro, onde ele ministraria um curso para parteiras. Júlio Xavier, então professor da cadeira de partos da faculdade, foi o relator nomeado para a análise do projeto. Em 1845, 13 anos depois do requerimento, Xavier justificava seu parecer desfavorável à iniciativa do cirurgião, versando sobre a situação da assistência aos partos fora dos domicílios, restritos, à época, a “*algumas mulheres miseráveis*”. Estas, segundo ele, “*quando pejadas, e nas vésperas do seu parto, procuram o hospital da Misericórdia*

⁵⁶⁴ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fundo Câmara Municipal. Série Casas de Saúde e Maternidade. Notação 46-2-32, fs 4-5.

⁵⁶⁵ MOTT, Maria Lucia. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960). **Projeto História**, São Paulo, (25), dez.2002, p. 199. Tania Pimenta, baseando-se nos escritos de autoria do provedor, referiu-se às atitudes de mulheres livres de determinados extratos sociais que se recolhiam na Santa Casa alguns meses antes de terem seus partos. Com o intuito de ocultar uma gestação condenável fora do casamento católico, elas se internavam durante os últimos meses da gestação para dar à luz em segredo e abandonar os bebês na casa dos expostos, administrada pela Santa Casa. PIMENTA, **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828- 1855)**, op. cit., p. 169.

e nele recebem os cuidados mais imediatos”, considerando suas acomodações e condições higiênicas impróprias e insuficientes.

Apesar de revestida de uma retórica humanitária dirigida às mulheres muito pobres, a defesa de Júlio Xavier com relação à criação da maternidade relacionava-se sobretudo à questão da instrução dos alunos da faculdade e das parteiras formadas. Ele referia-se ao artigo 17 dos estatutos da Faculdade de Medicina de 1832, até então letra morta: “*Haverá, demais, uma clínica de partos, compreendendo moléstias dos recém-nascidos, logo que exista uma casa de Maternidade*”⁵⁶⁶. O projeto de Masson não se concretizou, nem obtiveram sucesso outras propostas para a criação de clínicas para ensino prático aos alunos de medicina, na segunda metade do século, como aquela prometida pelos novos estatutos da faculdade de 1854, o que foi objeto de denúncias por parte de professores das faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia⁵⁶⁷.

Um das principais questões debatidas pelos professores e médicos defensores da criação das maternidades, cuja principal função seria a do ensino prático, dizia respeito à procura voluntária das mulheres. Em 1845, realizando um balanço da situação do ensino da obstetrícia no Império, Domingos Americano reconheceu que as mulheres não se dirigiriam voluntariamente a tais estabelecimentos, sugerindo recompensas às que se prestassem a ter seus partos sob a assistência de alunos e professores. A este médico, porém, não escapou o público possível de mulheres que para lá se dirigiriam involuntariamente. Segundo Maria Lucia Mott, o médico afirmava: “quanto às senhoras, acreditava que mandariam as escravas para o hospital só para não terem despesa e correrem o risco de alguma complicação”⁵⁶⁸.

Em 1877, o projeto encaminhado para a fundação da maternidade municipal ganhava as arenas do debate público, sendo veiculado na imprensa médica e leiga, em Conferências Populares da Glória, nas sessões da Academia de Medicina, da Faculdade de Medicina e entre vereadores na Câmara Municipal⁵⁶⁹. Ganhavam força os argumentos de que as Casas de Saúde dirigidas pelos médicos eram insuficientes para atender às mulheres que, impedidas pela pobreza de darem à luz em suas casas, não poderiam arcar com os custos dos estabelecimentos privados. Elas dirigiam-se, então, às enfermarias da

⁵⁶⁶ Apud MAGALHÃES, *A obstetrícia no Brasil*, op. cit., p. 222.

⁵⁶⁷ MOTT, Assistência ao parto... **op. cit.**

⁵⁶⁸ Ibid.

⁵⁶⁹ BARRETO, Renilda. Maternidade para escravas no Rio de Janeiro (1850-1889). **Revista de História**, op. cit.

Santa Casa, onde os alunos enfrentavam dificuldades em adentrar⁵⁷⁰. José Rodrigues dos Santos endereçava aos vereadores e avaliadores do projeto os argumentos que se espraiavam, nas décadas finais do século, para os membros das elites políticas do Império. A fundação da maternidade municipal respondia, segundo seu defensor, à “*necessidade vigorosa*” da prestação deste auxílio para que elas pudessem “*preencher uma função – a reprodução da espécie– rodeadas daqueles cuidados e abrigos indispensáveis, que, entre nós, só é privilégio das mais abastadas*”⁵⁷¹.

A campanha era bem-sucedida. Em conformidade com a Portaria do Ministério do Império de 16 de novembro de 1880, a José Rodrigues dos Santos era delegada a função de escolher o edifício onde deveria ser estabelecida a maternidade, sendo nomeado diretor do estabelecimento⁵⁷². Enquanto a maternidade não possuía prédio próprio, um contrato firmado entre Vicente Sabóia, diretor da faculdade, a Câmara Municipal e os proprietários da Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda, estabeleceu que a maternidade municipal funcionaria em enfermarias sediadas nesta Casa de Saúde. A maternidade municipal, instalada na Casa de Saúde de propriedade de médicos, abria suas portas em 1881, com donativo do comendador Frederico Roxo e recursos da Câmara Municipal que seriam suspensos em 1883, data do fechamento da maternidade.⁵⁷³

No Relatório do Diretor da Faculdade de Medicina, de 29 de outubro de 1881, Vicente de Sabóia revelava as conexões entre a aprovação do projeto e o decreto de abril de 1879, conhecida como reforma Sabóia, que instituía as cadeiras de clínica obstétrica e ginecológica, reiterando que se criassem enfermarias para o ensino prático. Até então, segundo ele, era impossível obter da administração da Santa Casa de Misericórdia a concessão de uma sala para a clínica, sendo que a enfermaria do hospital destinada às

⁵⁷⁰ Ibid., p. 397.

⁵⁷¹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fundo Câmara Municipal. Série Casas de Saúde e Maternidade. Notação 46-2-32, fs. 3-4

⁵⁷² Conforme destacou Barreto, José Rodrigues Santos ocupava um espaço bem demarcado entre setores das elites cariocas, contando com o apoio de membros da Câmara Municipal, do clero, do Imperador bem como de Pereira Rego e então presidente da Junta Central de Higiene Pública. Graduado em medicina no Rio de Janeiro, o médico praticou na Maternidade de Port Royal, em Paris, sendo membro de agremiações científicas internacionais e da Academia Imperial de Medicina. No mesmo ano em que enviava o projeto, em 1877, o médico e professor da Faculdade de Medicina Rodrigues dos Santos alojava sua clínica privada intitulada “Casa de Saúde e Maternidade de Santa Isabel”, no bairro de Santa Isabel, no Boulevard Vinte e Oito de Setembro, n.12. BARRETO, Maternidade para escravas no Rio de Janeiro, op. cit., p.398; ARAÚJO, Achiles Ribeiro de. **A assistência médica hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX**, op. cit., p. 197-198.

⁵⁷³ MOTT, Assistência ao parto... **op. cit.** p.200. O terreno para a construção da maternidade, adjacente ao Convento do Carmo, foi cedido pela Ordem Carmelita Fluminense, sendo que apenas em 1889 o tesouro nacional disponibilizava trinta contos de réis para o início das obras. BARRETO, Maternidade para escravas no Rio de Janeiro, **op. cit.**, p. 399.

mulheres grávidas e parturientes “*era absolutamente vedada aos alunos, e nela só tinha ingresso o respectivo médico*”⁵⁷⁴. A Maternidade Municipal, finalmente instalada na Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda, era constituída por duas salas, uma delas para “*lições clínicas e outra com 25 leitos para puérperas*”. Luiz da Cunha Feijó Junior, filho e sucessor do pai no ensino da cadeira de partos da Faculdade de Medicina, assumiu a clínica, “*tendo como assistentes também gratuitos*” os Drs. José Rodrigues dos Santos e Danniell Oliveira Barros de Almeida. As aulas eram abertas no dia 25 de abril de 1881, e a maternidade foi “*desde então frequentada com assiduidade pelos Srs. Alunos da 5ª inscrição*”.

No relatório de José Rodrigues dos Santos sobre o funcionamento da maternidade entre os meses de abril e dezembro de 1881, ele destacava o “*movimento acanhado*” daquelas mulheres que ali se abrigavam “*na fase mais sublime de sua vida*”: eram escravizadas 29 dentre as 47 mulheres que ingressaram na enfermaria, nos meses finais da gravidez, dando à luz seus bebês ingênuos, na presença de estudantes e médicos. Dentre as 18 mulheres brasileiras negras e brancas livres, as duas brancas eram as únicas casadas, havendo uma italiana e uma portuguesa.

A maioria das 29 escravizadas internadas na enfermaria eram mulheres jovens, crioulas, na faixa dos 20 anos. Elisa, Laura e Anna tinham entre 17 e 18 anos, quando deram à luz, enquanto Ignez tinha seu parto aos 38, Izabel aos 32, Francelina aos 30 anos e Izabel aos 34 anos. Oito dentre as 29 mulheres deram à luz pela primeira vez. A maioria delas eram mães de outros filhos, tendo seus partos normais, sem intervenção por manobra ou instrumento obstétrico. Já Esperança, 25 anos, brasileira, preta, além de Justina, parda, e Esperança, parda, 22 anos, tiveram seus bebês extraídos a fórceps. Cantalina, 20 anos, perdia sua vida, grávida pela primeira vez: “*faleceu no 8º mês em virtude de uma anemia, com a qual entrou, das mais profundas que eu tenho visto*”. Outra mulher que falecia na enfermaria era Francisca Ferreira, branca, 28 anos, casada, mãe de outros filhos, que fazia entrada na maternidade com o útero rompido. Outra mulher, não sabemos se livre ou cativa, excluída do quadro de partos, era admitida com quisto no ovário, falecendo de septicemia, depois de uma cirurgia de extração de ovários.

No relatório referente ao funcionamento da maternidade no ano de 1882, o diretor elogiava os serviços ali prestados: “*onde brancas e pretas, nacionais e estrangeiras tem [sic] sido perfeitamente amparadas, e abrigadas dos rigores da pobreza que, não poucas*

⁵⁷⁴Relatório do Ministerio dos Negócios do Império apresentado em 19 de janeiro de 1882, p.14.

vezes, *as sufoca nos sentimentos mais ternos e santos da mulher – o ser mãe*⁵⁷⁵. Quanto aos partos, ele se referiu genericamente aos casos, sem distinguir a cor, origem social ou idade das mulheres, destacando que foram poucos os casos de emprego do fórceps. O instrumento era usado em uma mulher, resultando em septicemia “*por lesões traumáticas*” seguido de morte, possivelmente manipulado por um estudante. Ele destacou o uso da assepsia com ácido fênico, que visava a evitar a “*septicemia puerperal, que tanto devasta e flagela as maternidades*”. O relatório de 1882 limitava-se a identificar a condição jurídica das 103 mulheres que ali deram à luz, 68 dentre elas escravizadas: “*Não julgue a Ilma Camara que tem sido pouco concorrida a Maternidade, o número de mulheres tem sido mais que regular e se ele não é maior é isso devido ao Curso obstétrico, que afugente [sic] algumas mulheres*”⁵⁷⁶. O estudante José Martins, em tese defendida em 1882, corroborava a menção do diretor acerca da atitude das mulheres livres em evitar a todo custo a maternidade municipal:

A maternidade municipal, pelo seu caráter de instituição criada para o ensino prático da obstetrícia só é frequentada por escravas e as mulheres livres, por pequenos que sejam seus recursos pecuniários, preferem parir em suas casas, ou procurar o Hospital da Misericórdia e as maternidades particulares.⁵⁷⁷

O diretor terminava o último de seus relatórios rogando a Oxalá “*que o movimento da nova Maternidade Municipal, disputada pelas casas de parteiras, Misericórdia etc., aumente*”.

Por que os senhores encaminharam as jovens cativas às enfermarias da maternidade municipal, quando estas poderiam dar à luz, como o próprio diretor ressaltou, na enfermaria da Santa Casa, na casa das parteiras e, ao que parece mais raramente, nas Casas de Saúde de propriedade de médicos? A partir do regulamento da maternidade municipal e do mapa demonstrativo de parturientes dos anos de 1881 e 1882, constituído majoritariamente por mulheres escravizadas, entrevemos a quais interesses a maternidade veio servir, e por que alguns senhores submeteram escravas grávidas, certamente não sem resistência, à presença e atuação de médicos e estudantes nos seus partos. Dentre as condições de admissão inscritas no regulamento, consta que apenas mulheres no oitavo mês de gestação, sem distinção de cor e posição social, poderiam ser admitidas. Mulheres

⁵⁷⁵ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Fundo Câmara Municipal. Série Casas de Saúde e Maternidade. Notação 46-2-32, f. 23

⁵⁷⁶ Ibid., f. 25-27

⁵⁷⁷ MARTINS, José Cipriano Nunes Vieira. *Higiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia de Moreira, Maximino & C., 1882, p. 66.

pobres poderiam ser gratuitamente recebidas, ao passo que “*as escravas, ou as que apresentarem um interessado pagarão uma diária e 20\$000 no ato da saída pelo trabalho do parto*”, preço que os senhores poderiam dispendir numa casa de maternidade, de propriedade de parteiras francesas, ou em Casas de Saúde.

No projeto encaminhado à Câmara, José Rodrigues dos Santos integrou aos serviços da maternidade “*um núcleo de amas para o serviço particular*”⁵⁷⁸. No regulamento, ele estabeleceu, ainda, que aquelas que fossem destinadas ao aluguel deveriam se “*sujeitar aos regulamentos das amas*”, e os filhos abandonados deveriam ser “*recolhidos à Casa dos Expostos*”⁵⁷⁹. É provável que os senhores conduzissem suas cativas nos últimos tempos da gestação para que, depois do parto, eles pudessem alugá-las como amas de leite, com certificado dos médicos da faculdade e com os bebês encaminhados à roda dos expostos. São fartos os registros envolvendo as tragédias que se abateram sobre as mulheres africanas e crioulas que foram subtraídas de seus bebês, após o parto para que fossem alugadas como amas de leite.

As portas da maternidade municipal eram fechadas a partir de 1883, quando o financiamento público da Câmara chegou ao fim. Em agosto de 1888, o médico Costa Ferraz defendeu-se na Academia Imperial de Medicina de um artigo publicado no jornal *O Paiz* que o acusava, na qualidade de vereador, de ter concorrido para que cessassem os subsídios municipais à Casa de Saúde de Nossa Senhora da Ajuda, onde funcionava a Maternidade Municipal. Segundo Fernando Magalhães, ele se justificava explicando que a verba de seis contos de réis destinada à clínica da faculdade “era uma propina, pois pela estatística do serviço, via-se que a Maternidade só recebia escravas mandadas pelos senhores e que não estava nas condições necessárias a um estabelecimento nosocomial”⁵⁸⁰. É evidente o entrelaçamento dos interesses científicos e econômicos dos senhores e médicos, sustentados pelas políticas de Estado, sobre os partos das mulheres escravizadas, mais vulneráveis a darem à luz fora do domicílio, com a presença e intervenção de homens brancos, entre médicos e estudantes. Em 1884, diante do fechamento da Maternidade Municipal, os avanços dos médicos finalmente franqueavam a resistência das irmãs da Santa Casa de Misericórdia que se recusavam, até então, a ceder um espaço para o ensino prático na instituição⁵⁸¹. Porém, desde antes da criação das

⁵⁷⁸ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, op. cit., f.5

⁵⁷⁹ Ibid., f.7

⁵⁸⁰ MAGALHÃES, *A obstetrícia no Rio de Janeiro*, op. cit., p.227

⁵⁸¹ Apud MOTT, *Assistência ao parto...* **op. cit.**, p. 200.

enfermarias para a clínica de ginecologia e de partos, mulheres escravizadas e muito pobres davam à luz na instituição de caridade.

Santa Casa de Misericórdia e enfermaria para ensino prático: violência obstétrica

Em 1830, era publicada no *Diário Fluminense*, por incumbência do provedor da Santa Casa que cumpria recomendações do Imperador, a admissão da Mme Stephanie Maria Wernault, esposa de Mr. Berthou, ao “*exercício de Mestra Parteira*” na Santa Casa de Misericórdia: “[para que] *na Casa dos Expostos se prontifique um quarto, disposto para exercitar nele o seu ministério, todas as vezes que for preciso, para o que deverá ser chamada a qualquer hora do dia ou de noite*”⁵⁸². Até a criação deste quarto na casa dos expostos, onde eram recebidos bebês abandonados, as mulheres grávidas e puérperas eram acolhidas na enfermaria feminina da instituição, junto àquelas acometidas de enfermidades. Não sabemos por quanto tempo o quarto disponibilizado na casa dos expostos em 1831 funcionou. Porém, os anúncios publicados pela francesa, na década de 1830, nos quais ela divulgava os serviços obstétricos prestados em sua própria casa, na rua da Alfândega, encarregando-se também “*de escravas, por preços cômodos*”, identificavam-na como “*Mestra Parteira da Santa Casa de Misericórdia*”⁵⁸³.

Já em 1847, tem-se notícia de nova iniciativa para a criação de uma enfermaria especial para partos, desta vez entregue ao médico Rodrigo Soares Cid de Bivar⁵⁸⁴. A criação da enfermaria era motivo de comemoração entre os médicos: uma nota publicada no *Correio Mercantil* a considerava como “*a medida mais acertada*” para o atendimento de mulheres empobrecidas, “*pois que grande parte da pobreza tem recorrido a esse lugar de caridade para aliviar seus sofrimentos*”⁵⁸⁵. Quanto à franquia da maternidade aos estudantes, prometida pelos Estatutos de 1854, continuava letra morta: naquele ano, o vice-diretor da Faculdade de Medicina pediu à provedoria a abertura das enfermarias aos estudantes para iniciar o curso de clínica para partos sob os auspícios de Luiz da Cunha Feijó. Porém, algum incidente envolvendo os estudantes e o mordomo da casa, segundo Magalhães, teria desencadeado a negativa do hospital em autorizar a criação da clínica obstétrica⁵⁸⁶.

⁵⁸² MAGALHÃES. *A obstetrícia no Brasil*, op. cit., p. 214

⁵⁸³ *Diário do Rio de Janeiro*, 1º de maio de 1833; *Jornal do Commercio*, 17 de janeiro de 1835.

⁵⁸⁴ MAGALHÃES, *op. cit.*, p.215.

⁵⁸⁵ *Correio Mercantil*, 15 de fevereiro de 1848.

⁵⁸⁶ MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 77. MARTINS, Ana Paula. **A medicina da mulher**, op. cit., p. 161; MOTT, **Parto, parteiras, parturientes**, op. cit., p. 67.

A documentação da Santa Casa indica que não apenas mulheres livres muito pobres ou aquelas que visavam a ocultar a gravidez eram internadas nas dependências femininas do hospital, para terem seus partos. A instituição filantrópica ligada à Igreja previa, em seu regimento de 1827, a função de assistência a três categorias: os reconhecidamente pobres –por atestado de pessoa reconhecida –, os marinheiros e os escravos de senhores remediados que demonstrassem não possuir mais que dois cativos, critério que, na segunda metade do XIX, reduziu-se a apenas um. Porém, a falta de rigor no cumprimento do regimento era a regra, havendo grande número de cativas e cativos internados no hospital, a maioria deles tendo por proprietários senhores remediados mas também membros das elites⁵⁸⁷. A historiadora Mary Karasch, baseando-se na documentação produzida no estabelecimento durante a primeira metade do século, surpreendeu-se com o baixo número de hospitalizações e de mortes de cativas relacionadas a problemas durante a gravidez ou o parto. Ela sublinhou o modo predominante de enfrentamento às enfermidades femininas e problemas nos partos das cativas, geralmente tratadas nas casas senhoriais pelas parteiras⁵⁸⁸. Assim, apesar de não ser a mais frequente das situações, mulheres escravizadas deram à luz nas dependências do hospital.

Cândida, “*escrava do Exmo. Sr. Barão do Pindaré*”, era recolhida em trabalho de parto dia 24 de dezembro de 1855, pelas nove horas da noite, na Santa Casa de Misericórdia. Escrava de um senhor abastado, com mais de trinta anos, Cândida era encontrada às onze horas da noite pelo médico Luiz da Cunha Feijó que, a pedido do jornal *O Correio Mercantil*, remeteu as informações acerca do parto da escravizada.⁵⁸⁹ Feijó referiu-se à baixa altura de Cândida, “*5 ½ palmos de altura, e tendo as pernas muito curtas*”. Não era a primeira vez que esta mulher de pequeno porte, migrante do Maranhão, teria seu mau sucesso:

Chegando eu às 11 horas, soube dela que estava pejada de 9 meses, que já tinha tido no Maranhão 5 filhos que nasceram mortos, depois de partos longos e difíceis. Passando a examiná-la, encontrei o útero que

⁵⁸⁷ PIMENTA, **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro**, op. cit., p.148-153. O estudo de Silvio Lima demonstrou que a procura pelo tratamento de saúde para cativos na Santa Casa era uma prática cotidiana na primeira metade do século. Ele documentou a presença expressiva de cativos nas enfermarias da Santa Casa, cuja internação poderia se dar por iniciativa dos senhores. Aqueles que não gozavam do direito à gratuidade, pagavam pelas consultas, como senhores ilustres, membros das aristocracias econômica e política imperiais, como Barão de Mauá, Visconde de Baependi e o próprio governo imperial. LIMA, **O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro**, op. cit., p. 90-91.

⁵⁸⁸ KARASCH, **A vida dos escravos...**, op. cit., p. 248.

⁵⁸⁹ *Correio Mercantil*, 30 de dezembro de 1855.

se contraía energeticamente ocupando toda a cavidade do ventre, a qual não era muito ampla.

O trabalho de parto, “*segundo informação*” fornecida por Cândida, “*tinha começado havia três dias*”. Examinando-a externamente “*por meio da escuta*”, ele identificou que o feto estava vivo, reconhecendo “*que a bacia era por forma tal viciada*” que lhe impedia examiná-la internamente e chegar ao feto. Feijó trazia para a cena do parto já laborioso da cativa um compasso de “*Baudelocque*” e um pelvímetro, cujo uso a parteira Mathilde Durocher evitava, afirmando que a apresentação dos instrumentos incomodava e assustava as mulheres⁵⁹⁰. À vista dos resultados obtidos com a mensuração, ele duvidava “*da veracidade*” do que Cândida lhe havia dito acerca dos cinco partos anteriores. Ela, então, relatava um acidente grave que lhe havia ocorrido:

e então me foi dito por ela que há um ano pouco mais ou menos caiu-lhe sobre os quadris uma pedra tão volumosa e pesada que foi preciso grande esforço e trabalho para a tirarem debaixo dela: estive de cama mais de dois meses e daí em diante ficou coxeando da perna esquerda⁵⁹¹.

A mulher era examinada ainda por mais dois médicos que forneceram posição favorável à realização da cesariana. Preconizada pelo professor da cadeira de partos, a cirurgia seria fatal para Cândida:

Com uma bacia tão defeituosa, o único meio que havia para salvar-se ao menos a criança era a operação cesariana. Eu a pratiquei depois de ter ouvido o parecer dos meus colegas os Srs. Drs. Portugal e Figueiredo que tiveram a bondade de ajudar-me.

Depois de ser cloroformizada, ele lhe abria o ventre e extraía “*um feto vivo e a termo*”, “*gastando em tudo duas horas menos vinte minutos*”. Ela despertava, aparentemente refeita da cirurgia, apresentando uma inflamação pouco intensa: “*mas infelizmente no dia 26 à noite a doente morreu quase de repente, tendo feito a imprudência de erguer-se do leito e pôr-se de pé*”. Depois de justificar sua decisão pela

⁵⁹⁰ MOTT, **Partos, parteiras e parturientes**, op. cit., p. 266. Ana Paula Martins destacou que não foram apenas os corpos de mulheres sem vida que foram objetos do conhecimento obstétrico através da autópsia. Os exames se aplicaram também em mulheres grávidas e em parturientes, por métodos de mensurações objetivas como a pelvimetria, técnica que começou a ser desenvolvida no século XVIII, na Europa, com a finalidade de registrar os diâmetros da bacia, tendo-se em vista as complicações que os estreitamentos ósseos poderiam trazer ao parto. Demonstrando o “mesmo ímpeto mensurativo dos corpos humanos”, o exame pelvímétrico tornou-se procedimento clínico comum após o tratado de Baudelocque, que desenvolveu o primeiro pelvímetro, chamado de “compasso de Baudelocque”, utilizado até o século XX. MARTINS, **A medicina da mulher**, op. cit., p. 99-100.

⁵⁹¹ *Correio Mercantil*, 30 de dezembro de 1855.

estreiteza da bacia acidentada e pelo parecer dos outros dois médicos, Feijó realizou em Cândida a cirurgia que já se sabia mortal para a parturiente⁵⁹².

Assim como Felicidade de nação Cabinda, que dez anos antes faleceu no último de seus partos, Cândida teria seu corpo autopsiado por Feijó que “*demonstrou a exatidão do diagnóstico do vício da bacia*”: “*Estou preparando a bacia para conservar como uma preciosidade patológica. [...] A criança a quem pedi se desse o nome de Cesar vive ainda, e acha-se na Casa dos Expostos*”. Segundo Fernando Magalhães, esta foi considerada a primeira operação cesariana realizada no Brasil: “Em 1855, [Feijó] executou a histerotomia abdominal em um caso de vício pélvico por fratura, nascendo vivo o feto e morrendo a mãe poucos dias depois, ‘por comoção cerebral ao cair do leito’”⁵⁹³. Assim, se era sobre esta mulher escravizada de pequena estatura e bacia estreita, propriedade de um senhor rico, que a cesariana era testada, não surpreende que a primeira mulher a sobreviver à operação fosse provavelmente uma cativa. Na madrugada de 14 de dezembro de 1869, Feijó Filho, descendente do parteiro de Cândida, realizava “*a operação cesariana, reclamada por vício de conformação da bacia*”: “*Hoje trigésimo terceiro dia, a operada acha-se perfeitamente restabelecida e o filho nas melhores condições*”. Tratava-se, provavelmente, de uma mulher escravizada. A operação ocorria na Casa de Saúde de Nossa Senhora da Ajuda, sob a atuante e numerosa assistência de oito homens, entre médicos e estudantes: “*Srs. Drs. Conselheiro Feijó, Vicente Sabóia, Attaliba de Gomensoro, Julião Cabral e Eiras, o aluno de medicina Telasco Gomensoro e os internos da casa Mesquita Campos e Theotonio de Vasconcellos*”⁵⁹⁴.

De modo distinto da mulher que sobreviveu à cirurgia realizada por médicos e alunos no estabelecimento privado, Cândida, internada na Santa Casa de Misericórdia, não teve seu parto franqueado a estudantes. Antes de falecer, ela recebeu assistência das enfermeiras internas, visto que as freiras não se aproximavam das grávidas ou parturientes. Um artigo publicado em 1859 no *Correio Mercantil* acerca do funcionamento dos Hospitais da Corte nos aproxima das vivências das mulheres escravizadas e livres empobrecidas, internadas na Santa Casa para darem à luz: “*São os enfermeiros e pretos que fazem todo o serviço dos leitos, e até nas enfermarias das*

⁵⁹² A cesariana em mulher viva era recomendada apenas nos casos em que a estreiteza da pélvis fosse tão pronunciada que impedisse a introdução de instrumentos para realizar a embriotomia. O médico Langgaard alertava acerca do número diminuto de mulheres que escaparam vivas da operação. LANGGAARD, Theodore, **Arte obstétrica ou tratado completo dos partos**, op. cit., p. 293.

⁵⁹³ Segundo Fernando Magalhães, a primeira cesariana teria sido praticada pelo cirurgião Picanço, em Pernambuco, em 1822. MAGALHAES, *A obstetrícia no Brasil*, op. cit., p. 75.

⁵⁹⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de janeiro de 1870.

mulheres as irmãs limitam-se ao seu grave e aristocrático papel de diretoras, acontecendo quase sempre que as enfermarias ficam literalmente entregues às pretas". Referindo-se à enfermaria de partos, "*onde se acham as mulheres grávidas, ainda não se viu uma irmã!*". Estas "*virgens pudicas*" ali não penetravam, "*cuja pureza e castidade se revoltam à simples vista de uma parturiente ou que tem de dar à luz.*" Assim, as mulheres grávidas e parturientes ficavam sob os cuidados das "*escravas da Santa Casa, as quais dão os remédios, distribuem as dietas e todos os mais cuidados exigidos pelas mães e pelas crianças.*"⁵⁹⁵. Um anúncio de fuga publicado em 1842 no *Diário do Rio de Janeiro* indica que mulheres cativas e pobres poderiam ter sido assistidas em seus partos na Santa Casa pelas africanas livres: "*desapareceu do hospital da Santa Casa de Misericórdia uma africana livre, de nome Rosa, nação Rebolla, que ali existia desde 1831: mostra ter 16 a 20 anos de idade, é de estatura baixa, cor alguma coisa fula, e acha-se pejada: há todos os indícios de ter sido seduzida*"⁵⁹⁶.

Sob pressão da Grã-Bretanha, a lei de 7 de novembro de 1831 instituía a proibição do comércio de africanos, declarando livres todos os africanos desembarcados a partir daquela data. A pouca disposição do governo em fazer cumprir a lei permitiu, entre 1831 e 1850, que cerca de 500 mil africanos fossem importados e ilegalmente escravizados. Um pequeno número destes homens e mulheres que foram interceptados e apreendidos pela marinha britânica ou brasileira foram singularmente designados "africanos livres". O Governo decidiu, através de decretos de 1834 e 1835, que seriam distribuídos pelos estabelecimentos públicos e a particulares, mediante a arrematação de seus serviços que poderiam ser renovados por até 14 anos⁵⁹⁷.

Em 1862, o médico Manoel José Barbosa referia-se às condições do hospício Pedro II, indicando que as africanas livres, tuteladas pelo Estado, trabalhavam, davam à

⁵⁹⁵ *Correio Mercantil*, 12 de fevereiro de 1859.

⁵⁹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de novembro de 1842.

⁵⁹⁷ Explorados por particulares como alternativa mais barata de trabalhadores, às africanas e africanos livres eram dispensados tratamento semelhante aos escravizados. Luiz Soares documentou casos de escravização ilegal dos filhos das africanas livres por parte dos que arrematavam seus serviços. A sorte dos africanos livres que eram mantidos sob a tutela do Estado Imperial não era melhor. Desde 1834, era registrada a morte daquelas e daqueles que foram mantidos encarcerados na casa de correção depois de apreendidos, à espera de seu destino, dentre eles 163 mulheres. Da prisão, homens e mulheres eram distribuídos nas diversas repartições públicas e remetidos a hospitais, asilos e ordens religiosas, não sendo remunerados pelos serviços prestados, a despeito do previsto em lei. Em 1864, após numerosos conflitos diplomáticos com a Grã-Bretanha, eles receberam cartas de emancipação, muitos deles tendo sido reescravizados. SOARES, O "**Povo de Cam**", op. cit., p. 294-296. Sobre africanos livres, ver MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres**. A abolição do tráfico de escravos no Brasil, op.cit.; BERTIN, Enildece. **Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

luz e amamentavam seus filhos nas imediações do hospício de alienados. O médico aludia “a algumas das africanas mais sagazes” que burlavam a vigilância “nas enfermarias ocupadas pelas loucas”. Ali, as africanas davam à luz e amamentavam seus filhos que eram também cuidados pelas internas:

essa vigilância porém tem sido já iludida por algumas das africanas mais sagazes, a ponto de conceberem e terem filhos. Este fato é muito importante e merece maior atenção. Vendo-se ou sabendo-se que uma africana, que vive fechada dentro das enfermarias, tem filhos, não deve semelhante fato ser muito bem acolhido por aquele que aí tem pessoa de sua família. Nós sabemos perfeitamente e cumpre-nos aqui dizer, que não foi dentro das enfermarias que essas mulheres conceberam, mas o público não sabe, e pensa que elas com efeito não podem sair. Além disto, o que quer dizer ver-se em um hospital de loucos uma criança amamentando-se, uma outra já andando, umas vezes carregada pela própria mãe, outras pelas mesmas alienadas? Por que não seriam mandadas estas crianças para a casa dos expostos? [...] Ou demos a liberdade a essas pretas para que possam sair, e mandemos os filhos para a casa dos expostos, logo que nasçam, ou então não queiramos uma só e tratemos de substituí-las⁵⁹⁸.

Já a Santa Casa de Misericórdia, até 1882, segundo o estudante José Martins, oferecia “uma pequena sala” onde eram “*recebidas as mulheres pobres, ordinariamente escravas, que estão prestes a dar à luz*”⁵⁹⁹. O perfil da assistência às mulheres escravizadas e empobrecidas que ali davam à luz, atendidas por parteiras e pelas enfermeiras da Santa Casa, mulheres escravizadas e africanas livres, passou por transformações, a partir de 1883. Com o fechamento da Maternidade Municipal da Casa d’Ajuda, a abertura da enfermaria para clínica obstétrica e ginecológica foi autorizada e instalada na Santa Casa de Misericórdia, na antiga secretaria, no hospital velho. Érico Coelho, eleito professor da cadeira, registrou as condições da enfermaria em sua contribuição à memória da história da Faculdade de Medicina, redigida em março de 1885⁶⁰⁰.

Ele atinava para o fato primeiro de que apenas em 1884 a instituição concedeu o serviço para partos, “*mas como e em que condições!*”. A sala, segundo ele não podendo comportar mais de oito leitos a contar parturientes e bebês, chegou a abrigar 18 mulheres e seis recém-nascidos. À custa de repetidas solicitações e a rogo da parteira interna, obtinham “*alguma roupa lavada*”, criticando o costume de se empregar roupas de cama nas salas de cirurgia recambiadas de outros serviços. Ele destacava “*a promiscuidade*

⁵⁹⁸ *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, n.6, 15 de agosto de 1862, p. 65-66.

⁵⁹⁹ MARTINS, José Vieira. *Hygiene da primeira infancia*, op. cit., p. 66.

⁶⁰⁰ *Annaes da Academia de Medicina*, VI Série: Tomo II. N. 4, abril-junho de 1887.

entre puérperas sãs e doentes, alimentando o puerperismo que aí reinou desde que abriu o serviço”, e “*a falta de lavagens dos assoalhos*”, “*chegando a incúria ao ponto de não se empregar durante quatro meses esta medida elementar de asseio*”, a despeito dos incessantes rogos do médico e professor⁶⁰¹.

Dr. Monat, em artigo publicado em 1885 em *O Paiz*, criticou as condições dos dois serviços, de ginecologia e de obstetrícia. As duas salas, mal separadas por uma parede que continha duas grandes janelas, abrigavam mulheres “*que esperam a hora do trabalho, para as que estão em estado puerperal e muito principalmente para as que forem acometidas de febre puerperal, cujo isolamento é preciso que seja completo e absoluto*”⁶⁰². Além de sujeitas à infecção puerperal, as parturientes, segundo o relatório de Érico Coelho, passavam fome, à “*míngua de rações alimentícias*”. Segundo o relatório, 39 mulheres negras (26 pretas e 13 pardas) e apenas uma branca foram recebidas na enfermaria em 1884. Dentre elas, 29 eram mães de outros filhos e 11 deram à luz seus primeiros bebês naquelas circunstâncias. Quanto às idades, sete dentre elas contavam entre 16 e 19 anos, 17 delas de 20 a 24, nove entre 25 e 30 anos e sete entre 32 e 40 anos⁶⁰³. Sobre as condições em que foram recebidos os bebês que nasceram na instituição, ele destacou “*a falta de roupas para os recém-nascidos, em geral ingênuos privados de quaisquer recursos*”⁶⁰⁴.

Além das péssimas condições materiais oferecidas pela instituição, como pouca comida, falta de roupas para seus bebês e riscos de infecção, elas foram ali submetidas ao escrutínio de seus corpos antes, durante e depois dos partos, por parte dos médicos, de algumas parteiras e de vários estudantes. Segundo o relatório de Érico Coelho, mulheres escravizadas tiveram seus partos concorridos em 1884 “*por vários doutores em medicina e algumas parteiras*”. O médico da cadeira de clínica empenhava-se em “*conciliar os interesses do ensino com os ditames da filantropia*”, afirmando preferir “*a assistência por pequenas turmas, que se faz com certa decência e permite que assistentes em diminuto número possam tocar, palpar, enfim, explorar convenientemente a parturiente, o que não pode ser permitido a um grande número de praticantes sem prejuízo da parturiente e do infante*”⁶⁰⁵. Acrescentava que “*aos partos, quer naturais, quer artificiais,*

⁶⁰¹ *Annaes da Academia de Medicina*, VI Série: Tomo II. N. 4, abril-junho de 1887, p. 388.

⁶⁰² *O Paiz*, 14 de novembro de 1885.

⁶⁰³ *Annaes da Academia de Medicina*, VI Série: Tomo II. N. 4, abril-junho de 1887, p. 395.

⁶⁰⁴ *Ibid.*, p. 392.

⁶⁰⁵ *Ibid.*, p. 400.

só assistiam os alunos distribuídos em turmas de seis, os quais se revezavam à medida que os casos obstétricos se sucediam”.

As observações e as formas de intervenção dos estudantes nos partos das mulheres negras que foram ali internadas tornaram-se suporte para os saberes científicos produzidos nas teses de medicina defendidas na faculdade, ao final do século. Em 1887, sobre seus corpos e em particular suas pélvis, o estudante Justo Ferreira construiu saberes eivados de racismo científico⁶⁰⁶. As observações clínicas acerca das bacias, que eram mensuradas, e considerações sobre os partos e os puerpérios referiram-se a mulheres cativas, mas também libertas e negras livres. Justo Ferreira confirmava as concepções racializadas acerca da pretensa menor sensibilidade à dor entre as mulheres negras e sobre as especificidades que caracterizariam suas pélvis. Conforme demonstrou Ana Paula Martins, as teorias racialistas desenvolvidas por cientistas europeus acerca das mulheres basearam-se na seleção de partes de seus corpos cuja anatomia associava-se à sexualidade e às funções reprodutivas, dentre elas o tamanho do clitóris e, principalmente, da pélvis. Segundo a historiadora, a pélvis feminina representou, para o discurso racialista, papel semelhante ao crânio masculino. A dinâmica do gênero e da raça, na formulação dos conhecimentos científicos sobre as diferenças humanas, repousou no princípio de uma hierarquia naturalizada em que a pélvis, o crânio e outras estruturas físicas eram medidos, pesados e comparados, tendo como padrão de normalidade e civilização o corpo do homem e da mulher branca europeia.

Justo Ferreira divulgava em sua tese as percepções eurocêntricas sobre mulheres negras e africanas, em particular as africanas hotentotes, geralmente descritas como primitivas, o que vinha reforçar os estereótipos como a lascívia e a suposta disponibilidade sexual das mulheres negras⁶⁰⁷.

⁶⁰⁶ FERREIRA, Justo Jansen. *Do parto e de suas conseqüências na espécie negra*, op. cit.

⁶⁰⁷ Ver MARTINS, Ana Paula Vosne. **A medicina da mulher**: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX, op. cit., p. 35-36; STROTHER, S. Z. “Display of the Body Hottentot”. In: LINDFORS, Bernth (Ed.). **Africans on stage**: studies in ethnological show business. Bloomington: Indiana University Press, 1999; CITELI, Maria Teresa. As desmedidas da Vênus negra: gênero e raça na história da ciência. **Novos Estudos CEBRAP**, n.61, p.163-175, nov. 2011; DIALLO, Alexandra. **“More Approximate to the Animal”**: Africana Resistance and the Scientific War against Black Humanity in Mid-Nineteenth Century America. Dissertation, Saint Louis, Missouri, 2006, cap.4. Sobre a ascensão das teorias científicas intimamente associadas à emergência do pensamento racialista no Brasil, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930, op. cit.; CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero**: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889), op. cit., cap. 3; STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

A partir de uma leitura crítica de suas observações e de seus achados racializados, a tese de Justo Ferreira nos oferece uma porta de entrada para o cotidiano das mulheres cativas que ingressaram nas enfermarias nos últimos meses de gravidez e ali deram à luz, entre 1884 e 1887. O estudante destacava a situação precária da enfermaria: a sala continha 15 leitos “*destinados promiscuamente a mulheres antes do parto, no estado puerperal, a infeccionadas e aos casos de ginecologia*”, havendo ainda “*seis leitos destinados às crianças*”⁶⁰⁸. Ele, então, descrevia a rotina envolvendo as mulheres durante e depois do parto:

Logo que se declara o parto, a parturiente é conduzida para uma saleta contígua, a qual, além de ser a sala destinada aos partos, é passagem para a sala grande que acima descrevemos, é o lugar em que as consultantes, qualquer que seja a moléstia, são examinadas, é a sala de curativos e de operações. Basta mencionar que o pessoal encarregado deste serviço é o mesmo que cuida das pejudas, das puérperas sãs e das infeccionadas e ainda dos doentes em geral, para dar uma má ideia desta enfermaria. Em seguida ao parto a paciente é transportada para a sala geral, onde vai ocupar um leito, às vezes na vizinhança de um caso de infecção puerperal, de uma cancerosa, etc.⁶⁰⁹

Ele indicava que próximo à sala geral localizava-se “*um pequeno compartimento*”, usado como “*sala de banhos, o depósito de roupa suja*”, que continha “*a latrina*”. A situação descrita era ainda pior: conservando-se à noite as janelas fechadas, os excrementos dos bebês e as secreções das parturientes produziam mau cheiro, visto que “*os colchões e os cobertores*” viviam sujos: “*e raríssimas vezes são substituídos, apesar das reclamações do pessoal docente*”⁶¹⁰.

Quanto às mulheres negras internadas, algumas foram por ele identificadas pela condição cativa, enquanto outras, prováveis escravizadas, eram designadas pela cor preta e apenas pelo primeiro nome. Já as mulheres identificadas como “mestiças” e “negras” eram as únicas a terem designados os sobrenomes, tratando-se, provavelmente, de libertas ou nascidas livres. A partir das observações do estudante, notamos que a maioria das mulheres eram jovens, entre 17 e 23 anos, havendo duas mulheres internadas aos 30 anos. A maioria dentre elas dava à luz pela primeira vez, exceto uma, descrita como “*multípara*”. Cinco delas perdiam a vida na enfermaria.

Dia 20 de abril de 1884, Henriqueta, preta, 17 anos, “*constituição fraca*”, ingressou na enfermaria, nos últimos tempos da gravidez. Ela ali permaneceu durante seis

⁶⁰⁸ FERREIRA, Justo Jansen. *Do parto e de suas conseqüências na espécie negra*, op. cit., p. 70.

⁶⁰⁹ Ibid., p. 71.

⁶¹⁰ Ibid.

dias, tendo sua bacia mensurada com o pelvímetro, entrando em trabalho de parto dia 26. No dia seguinte, segundo o aluno interno, “*fez-se uma ruptura artificial*” da bolsa, e, ao examiná-la, foi reconhecida a apresentação do bebê pelos pés. Meia hora depois, o bebê mudava de posição, insinuando-se pelo braço. O estudante descrevia, então, a violência perpetrada por vários estudantes no parto da jovem escrava, que era apalpada a ponto de o bebê mudar de posição: “*A revolução fetal que substituiu neste caso a extremidade podálica, pela cefálica explica-se, conforme atribuiu o professor Erico Coelho, não pela versão espontânea, porém pela circunstância de terem muitos alunos, palpado e malaxado o ventre da parturiente com o intento de reconhecerem a situação do feto*”. A menina nascia a fórceps, morta. A violência dos toques e os apalpamentos invasivos dos médicos e estudantes sobre a jovem não se limitaram ao trabalho de parto, sendo descritas aplicações internas de injeções e explorações manuais em seu útero⁶¹¹. Henriqueta permaneceu internada, tendo sido acometida de febres, uma pneumonia e diarreias. Depois de seu parto traumático, mediante a assistência invasiva de vários estudantes e do uso do fórceps, que lhe extraía o bebê sem vida, ela deixava a enfermaria dia 28 de julho.

Izabel, preta, com 23 anos, deu à luz pela primeira vez naquela enfermaria, onde ingressou dia 20 de junho de 1885, com aproximadamente oito meses de gravidez. Ela permaneceu na maternidade por mais de um mês, entrando em trabalho de parto dia 11 de agosto. Às nove horas da noite do dia 12, apesar de a dilatação do colo estar “*completa*”, com a cabeça do feto se insinuando, “*porém não havendo desprendimento*”, e enfraquecendo-se os batimentos cardíacos do feto, “*empregou-se o fórceps de Barnes*”. O bebê, do sexo feminino, era pesado e medido, e a jovem tinha um “*puerpério normal*”, não constando o dia em que deixava a enfermaria, nem se levava junto a ela o bebê⁶¹². Quanto a Polydora, é possível que seu senhor ou senhora não prescindisse do trabalho da jovem de 22 anos que dava entrada na enfermaria em estado avançado de gravidez, entrando em trabalho de parto no dia seguinte à internação, em 11 de fevereiro de 1887. Na manhã do dia 12, apesar de a cabeça do bebê já se insinuar e de estar completa a dilatação, “*aplicou-se o fórceps de Barnes*”, com o qual vinha ao mundo um bebê ingênuo do sexo masculino, a jovem restabelecendo-se num puerpério “*normal*”.

Adelaide Maria Ferreira, 19 anos, possivelmente liberta ou livre, descrita como “*mestiça*”, entrava na enfermaria dia 10 de setembro de 1886⁶¹³. Ela era examinada pelo

⁶¹¹ FERREIRA, op.cit., p. 45-47.

⁶¹² Ibid., p. 48.

⁶¹³ Ibid., p. 51.

professor, e nove dias depois da internação teve início o seu primeiro trabalho de parto, às seis horas da tarde, que se prolongou durante a noite. No dia seguinte, às 11 horas da manhã, a bolsa rompia, mas “*não progredindo*”, o médico empregava o fórceps depois de realizar uma versão e mudar a posição do bebê. A menina nascia morta. No puerpério, a jovem foi acometida de infecções, febre, delírio e dores no ventre. Adelaide perdia a vida na enfermaria, na madrugada do dia 24.

Damiana, 17 anos, preta, deu entrada na enfermaria dia 27 de julho de 1886, grávida pela primeira vez. O autor da tese descrevia laconicamente o trabalho de parto, feito a fórceps, que extraía um bebê sem vida. Dois dias depois do parto, Damiana falecia em meio a outras mulheres grávidas e puérperas que porventura estivessem na enfermaria: “*Alta noite a doente faleceu sem assistência médica, quer da Maternidade, quer da Santa Casa de Misericórdia, pelo que só podemos acrescentar a esta observação o resultado da autópsia*”.

O estudante indicava o registro geral da clínica, verificando que, entre 1884 e maio de 1887, houve 103 partos em mulheres “*da raça negra*” e 74 em “*mestiças*”, havendo 23 casos de infecções puerperais. Não por acaso, em 1885, um estudante defendia uma tese acerca do “*puerperismo*” reinante na enfermaria. Se a amostra colhida pelo estudante Justo Ferreira se limitou às mulheres negras – escravizadas, livres e libertas –, a tese defendida por Eduardo Prevost acerca da febre puerperal indica a diversificação social das mulheres que se submeteram pela pobreza ou pela coação senhorial a darem à luz nas péssimas condições oferecidas pela enfermaria.

Dia 21 de junho de 1885, às três horas da tarde, “*Candida Julia da Silva, brasileira, branca, livre, com 28 anos de idade, solteira, natural do Rio de Janeiro, pobre, moradora à rua do Passeio n.66*” era internada na enfermaria. No entanto, escapava de dar à luz ali. Ela se dirigia à Santa Casa três dias depois de seu primeiro parto, acometida de uma febre. Ela permaneceu internada durante três dias, sendo diagnosticada com uma erisipela, enfermidade de origem infecciosa que acomete a pele e os vasos linfáticos, e de inflamações internas. A febre se agravou e, depois de poucos dias de tratamento, tornando-se seu estado “*assustador*”, ela falecia, sendo conduzida à mesa de dissecação para autópsia, tendo seus fluidos uterinos cultivados e observados em microscópio⁶¹⁴. Já Julia Maria Gonzales, 21 anos, branca, solteira e livre, residente em Inhaúma, entrava na clínica dia 16 de julho de 1885, nos últimos tempos de gravidez, com uma infecção

⁶¹⁴ PREVOST, Eduardo Chapot. *Das formas do Puerperismo Infeccioso e seu tratamento*. Rio de Janeiro: Imprensa a Vapor Lombaerts & Comp., 1885, p. 138.

vaginal. Ela deu à luz depois de três dias, sob a manipulação do fórceps pelo “*interno Camargo*”. O instrumento manipulado pelo estudante provocava a ruptura “*incompleta do períneo*”, que seria restaurado pela cirurgia realizada por três médicos professores, permanecendo internada, ao menos até dia 25.

Além das escravizadas e de mulheres livres brancas e negras, duas libertas recorreram à enfermaria. Satyra Maria da Conceição, 40 anos, moradora à praia do Botafogo n. 254, ingressava dia 2 de maio de 1885 grávida de mais de oito meses, tendo dado à luz pela única vez havia 12 anos. Ela vivia o último mês de gestação na enfermaria, premida pela pobreza e por dores que sentia no ventre. Entrava em trabalho de parto dia 22 de junho às seis horas da tarde, dando à luz uma menina às dez e meia da manhã seguinte. Dois dias depois do nascimento, ela manifestou febre, sendo tratada da enfermidade transmitida na enfermaria, tendo alta dia 13 de julho, mãe e filha sãs. Satyra, ao ingressar grávida aproximadamente na 36ª semana de gestação na enfermaria, dia 2 de maio de 1885, encontrou em algum leito Eva Maria da Conceição, 20 anos, liberta, que dava entrada havia pouco mais de uma semana, em 23 de abril. É possível que Satyra ou outras companheiras de enfermaria assistissem inicialmente ao parto da jovem liberta que teve suas primeiras dores à uma hora da madrugada do dia 17 de junho, dando à luz às duas da madrugada do dia 18⁶¹⁵. Nascia um menino, e “*corria o puerpério normalmente*”, quando no dia 23 ela manifestou um calafrio, aumento da temperatura e dores no ventre. No dia 13 de julho, Eva e Satyra tinham alta acompanhadas dos bebês. Mulheres livres e libertas procuraram a enfermaria na falta de melhor alternativa, como demonstra o caso de Leopoldina Maria da Conceição, 30 anos, livre, sem ter a cor designada, que ingressava na enfermaria dia 3 de julho de 1885, durante o trabalho de parto: cinquenta minutos depois de internada, às onze horas da manhã, nascia uma menina, o terceiro de seus filhos. Leopoldina talvez optasse por dar à luz ali, nas mãos dos médicos e dos estudantes, tentando escapar à miséria e às dificuldades de subsistência após o parto com um bebê recém-nascido. Poderia tratar-se, também, de uma mulher livre grávida, trabalhadora doméstica, como aquela que foi expulsa da casa de seus patrões, onde residia, no momento de dar à luz⁶¹⁶. Leopoldina Maria da Conceição obteve por pouco mais de um

⁶¹⁵ Ibid., p.148.

⁶¹⁶ GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência**, op. cit., p. 124. As dificuldades de subsistência para mulheres empobrecidas que tivessem por domicílio as casas dos patrões acirravam-se quando engravidavam. Em 1886, as Posturas Municipais aprovadas pela Câmara Municipal da cidade de São Paulo, que visavam a regulamentar as relações de trabalho entre patrões e trabalhadoras livres e libertas, instituíam como justa causa a demissão de mulheres que engravidassem. TELLES, Lorena. **Libertas entre sobrados...** op. cit., p. 192-193.

mês um leite, algum alimento e um pouco de descanso na enfermaria, onde pôde amamentar sua filha, sendo submetida às mensurações diárias de sua temperatura, visto que a estada na enfermaria lhe cobrava uma infecção: “Alta a 11 de agosto de 1885. Mãe e filho são”.

Rita, 22 anos, escrava de Antonio de Souza Nogueira, “*preta, constituição forte, moradora à rua do Mercado n.117*”, entrou na enfermaria dia 5 de maio de 1885, nos tempos finais de sua terceira gestação. No dia 27 de maio, às 11 horas da noite, teve início seu trabalho de parto, assistido pelo Dr. Pedro Paulo, médico adjunto da clínica. O bebê era extraído pela pélvis e pelos braços, mas o nascimento era obstado pela cabeça, “*apesar das manobras reiteradas*”⁶¹⁷. O médico decidia deixar a parturiente “*repousar*” naquelas condições, solicitando que alguém chamasse o professor da cadeira. Chegando quatro horas e meia depois, ele “*combinou em que se fizesse a perfuração do crânio*”, o que foi praticado pelo adjunto. Rita tinha seu puerpério “*perfeitamente normal*”, apesar dos momentos difíceis vividos durante o parto que não progredia, levando consigo as lembranças do médico, do estudante e da operação traumática de mutilação do bebê, sem o qual ela deixava a enfermaria no dia 12 de junho.

Os registros documentaram as tensões compartilhadas por mulheres jovens, em sua maioria negras, cativas, livres e libertas, internadas na enfermaria nos últimos tempos de gestação, muitas delas experienciando o primeiro de seus partos sujeitas à atuação de médicos e estudantes. Acometidas pelas febres, algumas delas experienciaram a morte dos seus bebês, e outras perderam suas vidas. Em uma passagem do relatório do professor da faculdade sobre os problemas apontados nos cursos práticos, entrevemos as redes de solidariedade tecidas por elas neste ambiente hostil. Uma mulher entrava em trabalho de parto com complicações, na ausência de socorros, visto que a “*administração da Santa Casa não se presta a mandar em busca do professor, ou do adjunto, ou da parteira contratada, ou dos internos*”:

Na manhã do dia 28 de julho próximo passado foram em suas casas despertados o professor e o adjunto por alguém que os chamava a acudir a um caso urgente, na enfermaria da clínica. O emissário era... uma mulher doente da maternidade, a qual, compatibilizada com o sofrimento de uma parturiente, apenas abriram-se os portões do Hospital deitou a correr pela praia de Santa Luzia, em procura de socorros médicos⁶¹⁸.

⁶¹⁷ PREVOST, *Das formas do Puerperismo*, op. cit., p. 144.

⁶¹⁸ Annaes da Academia de Medicina. Edição 4, 1887, p. 407.

Ao longo do século XIX, a ascensão dos médicos e das parteiras acadêmicas, entre as elites escravistas no mundo urbano, transformou os cenários e as experiências dos nascimentos para africanas e crioulas escravizadas na cidade. A objetificação de seus corpos, as práticas invasivas dos médicos e a percepção fisiológica dos seus partos impactaram africanas e crioulas escravizadas e suas concepções do que constituíam práticas adequadas diante de seus partos difíceis e do nascimento de seus filhos, que vieram ao mundo com ou sem vida. Das narrativas comprometidas com a exaltação da atuação dos médicos ou com os desenvolvimentos de saberes nos campos da obstetrícia e da ginecologia, vislumbramos dimensões das realidades de mulheres africanas e crioulas que vivenciaram o nascimento do primeiro ou do último de seus bebês em meio às dores de um parto difícil e ao confronto com a morte, mediante a intervenção de médicos e estudantes brancos inexperientes, seus instrumentos e exames invasivos, nas casas dos senhores, clínicas médicas e enfermarias destinadas ao ensino prático. Após o parto, africanas e crioulas tiveram poucos dias de descanso antes da retomada do trabalho nas casas de seus senhores, nos mercados, córregos e chafarizes. Muitas delas enfrentaram ainda, na cidade escravista, as adversidades de um mercado que colocava seu leite e os destinos de suas filhas e filhos no centro da disputa: de um lado, os interesses de seus senhores e locatários, e dos médicos e parteiras a seu serviço; e de outro, os projetos e as vivências da maternidade para mães africanas e crioulas escravizadas, coagidas a servirem de amas de leite dos brancos, com ou sem seus bebês.

Capítulo 5. Mãe e ama de leite: os desafios da maternidade na cidade escravista

Em 1877, o jornal a *Gazeta de Notícias* divulgava um anúncio de venda de uma mulher crioula, grávida, e de suas filhas: “*Vende-se uma robusta crioula de 30 anos, prendada, com duas bonitas filhas crioulas de 9 e 10 anos, grávida de 7 meses, e tem sido já ama de leite; rua do Hospício n.111*”⁶¹⁹. Em suas poucas linhas, o vocabulário senhorial atribuído à crioula grávida, com a finalidade de atrair compradores, invocava as possibilidades de mercantilização de seu leite e de seus cuidados, após o parto. Quais os destinos possíveis do bebê caso a mulher crioula fosse coagida a ocupar-se como ama de leite do filho da senhora? Quais as possibilidades de sobrevivência daquele que viria à luz no contexto posterior à Lei do Ventre Livre, caso sua mãe fosse inserida no mercado de aluguel? Senhores e compradores teriam respeitado o que designava a lei de 1871 que garantia a venda junto à mãe de crianças menores de 12 anos?

Assim como a mulher crioula grávida comercializada em 1877, que aos 30 anos era mãe de duas filhas e tinha servido como ama de leite, jovens africanas nas primeiras décadas do século não escaparam de terem de amamentar os bebês brancos de suas donas, quando davam à luz os seus na cidade. Ao longo do século XIX, sobre africanas, crioulas e migrantes forçadas de outras províncias, nas conjunturas de expansão da escravidão urbana ao período de seu desmonte, pesaram os interesses senhoriais sobre seu leite e sobre os lucros obtidos no mercado urbano de aluguel. Do ponto de vista de seus laços familiares e maternos, o principal desafio enfrentado por elas, nas diferentes conjunturas, referia-se às possibilidades de convívio e sobrevida de seus bebês, em particular quando coagidas a amamentarem a prole de suas locatárias.

Mulheres negras ocupadas como amas de leite foram invocadas na pintura, na literatura de ficção e de memórias oitocentistas e no período pós-Abolição, representadas como símbolos do carinho, da gratidão e da devoção a seus senhores no interior de uma escravidão doméstica idealmente doce e benevolente.⁶²⁰ A construção do mito da “mãe-preta”, tão caro à literatura ficcional e de memórias, produzida no período posterior à

⁶¹⁹ *Gazeta de Notícias*, 6 de setembro de 1877.

⁶²⁰ Idealizando o componente afetivo nas relações entre ama negra e criança branca, o olhar de Gilberto Freyre marcou profundamente as representações históricas acerca do papel das amas de leite no interior de relações escravistas pretensamente harmônicas nos engenhos coloniais do Nordeste. Freyre edificou a imagem das amas de leite escravizadas enquanto encarnação do ideal paternalista, que a elas atribuiu uma identificação direta com os interesses senhoriais: “embaixadora da senzala na casa-grande”, “lugar verdadeiramente de honra que ficava ocupando no seio das famílias patriarcais”. FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio, 1980, p. 352-360.

Abolição, promoveu versões nostálgicas de um pretense cativoiro brando, obscurecendo práticas históricas de dominação racial e de gênero que remetem ao nosso passado escravista⁶²¹. No âmbito das vivências cotidianas, a ocupação de ama de leite impactou de maneira singular as experiências da maternidade e as formas de exploração de seus corpos para as mulheres africanas e crioulas que a viveram, inserindo-as numa teia complexa de relações sociais, geradas em meio ao cotidiano tenso envolvendo o convívio íntimo com a família senhorial.

Servindo diretamente a seus donos ou alugadas a terceiros, investigamos as experiências da maternidade, as tensões e formas de enfrentamento de africanas e crioulas que viveram a ocupação de ama de leite sob coerção, transitando nos sobrados dos brancos, com ou sem seus filhos, ao longo do século XIX e de suas transformações.

Mãe escrava, nutriz de aluguel

Geralda tinha 23 anos quando era vendida para fora de sua província. Em 1856, ela estava grávida e era comprada pelo médico Jacinto Rabelo, em Pelotas, Rio Grande do Sul, exatamente por isto⁶²². A moça parda não era a única migrante forçada que a família abastada comprava diretamente no Sul do país. É provável que Geralda tenha convivido com a africana Maria, nação Benguela, também comprada ao Sul, rumo à casa na rua do Catete, no bairro da Glória. A africana Maria, nação Benguela, que desembarcava na Corte em agosto de 1856, era logo vendida por Jacinto, conforme indica seu anúncio de fuga, de 1857: “*Fugiu do largo da sé n.26 a Joaquim Rodrigues de Faria uma escrava de nome Maria, de nação Benguela com 37 anos de idade, alta [...] Esta preta foi comprada ao Sr. Dr. Jacintho Soares Rabello, vinda do Rio Grande em agosto*

⁶²¹ O mito da “mãe-preta” dos brancos foi elaborado e reinterpretado por diversos grupos sociais e com usos políticos variados, ao longo do século XX: desde a “mãe-preta” como símbolo privilegiado da confraternização inter-racial brasileira na literatura freyreana – assim como na literatura de memórias de outros autores modernistas de sua geração, como José Lins do Rego –, à apropriação do estereótipo da “mãe-preta” por intelectuais afro-brasileiros, reinterpretado enquanto figura de contribuição para a formação da nação brasileira. Em 1955, a prefeitura de São Paulo erigiu uma estátua da “Mãe Preta” próxima à Igreja do Rosário, historicamente a mais antiga congregação negra de São Paulo. ANDREWS, George R. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998, p. 335-336. Ver DEIAB, Rafaela. **A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)**, op. cit.; RONCADOR, Sonia. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 31, p. 129-152, 2008; SIEGOL, Micol. “Mães pretas, filhos cidadãos”. In: CUNHA, Olivia. M. G. da; GOMES, Flávio. dos S. (Org.) **Quase cidadão: histórias e antologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro**, op. cit.

⁶²² Recuperamos a história de Geralda, pronunciada e presa por homicídio e tentativa de suicídio em 24 de novembro de 1858, a partir da crônica judiciária publicada em edições do jornal *Correio Mercantil*. Não foi possível localizar o processo criminal no acervo do Arquivo Nacional.

de 1856, e está fugida a sete meses”⁶²³. Geralda deixava sua cidade natal possivelmente na companhia de seu novo senhor e de sua família, e talvez fosse a “*criada*” que desembarcava na Corte, partindo dos “*Portos do Sul*”, dia 30 de julho de 1856: “*Entraram ontem neste porto: [...] Jacintho Soares Rabello, D. Alberta Julia de Alencastro, dois filhos e uma criada*”⁶²⁴.

Segundo as informações fornecidas por Rabelo ao subdelegado de polícia em novembro de 1858, Geralda, então aos 25 anos, mucama, teria sido comprada grávida havia dois anos e meio “*para servir de ama a um seu filho*”. A escravizada, porém, escapava de ter de amamentar o bebê senhorial quando dava à luz. Geralda era acometida por alguma enfermidade que, segundo seu senhor que era médico, a “*inabilitara para o fim desejado*”. Em meados da década de 1850, Jacinto agia em sintonia com os discursos médicos – que se acirravam no contexto das epidemias que assolavam a Corte – acerca dos perigos da amamentação por amas de leite negras, consideradas portadoras de diversas doenças contagiosas⁶²⁵. Se a cativa comprada ainda grávida era afastada da ocupação de ama de leite, quem teria amamentado o bebê do casal de senhores? Por que Alberta, esposa do médico, em meados de 1850, não aleitava seu bebê?

Diversas foram as razões que concorreram para a prática de as mulheres brancas das classes proprietárias delegarem a amamentação e o cuidado de seus bebês e crianças às africanas e crioulas escravizadas, nos sobrados urbanos e nas médias e grandes fazendas no Brasil oitocentista. Transplantando para as Américas os padrões de criação de filhos entre as aristocracias europeias, que empregavam mulheres empobrecidas como amas de leite, as mulheres brancas das elites coloniais e imperiais delegaram o aleitamento de seus bebês a mulheres escravas, prática comum a todas as sociedades escravistas do Atlântico⁶²⁶. Na primeira metade do século XIX, as concepções da

⁶²³ *Correio Mercantil*, 21 de maio de 1857.

⁶²⁴ *Correio Mercantil*, 31 de julho de 1856.

⁶²⁵ GRAHAM, S.L. **Proteção e obediência**, op. cit., p. 137.

⁶²⁶ Comum entre as famílias aristocráticas europeias desde o século XIII, a prática de delegar o aleitamento materno a mulheres empobrecidas expandiu-se entre as famílias burguesas e as classes médias urbanas no século XVIII em países como a França, Itália e Portugal, onde atuavam as conhecidas saloias. No Brasil, as Ordenações Filipinas respaldavam a prática desde o período colonial, através do reconhecimento de que “algumas mulheres pela sua qualidade, isto é, pela sua condição social elevada, podiam não querer amamentar o filho”. Estudos documentaram a prática da amamentação por escravas nas famílias escravistas ao Sul dos Estados Unidos e, em menor grau, no Caribe. Sobre as práticas da amamentação por amas de leite na Europa no século XVIII e XIX, conferir FILDES, V. **Wet nursing**. A History from Antiquity to the Present, Londres: Basil Plackwell, 1988; BANDINTER, Elizabeth. **O Mito do Amor Conquistado** – o mito do amor materno. 3a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; LETT, Didier. & MOREL, Marie. **Une histoire de l’allaitement**. Paris: Éditions de La Martinière, 2006, cap. 4. Sobre amas de leite no Brasil colonial, SILVA, Maria Beatriz N. da. **Vida Privada e Cotidiana no Brasil** – na época de D. Maria I e d. João VI. Lisboa: Estampa, 1993, p. 14; PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo**, op. cit., p. 252. Sobre as

medicina hipocrática, que definiam as mulheres brancas como linfáticas, doentias e seu leite como fraco e pouco nutritivo, conjugaram-se ao mito da robustez e da abundância do leite entre as africanas, que enfrentaram, na cidade, os interesses escravistas sobre seu leite e as dificuldades em se ocuparem dos próprios filhos⁶²⁷. Ao longo da segunda metade do século, no contexto das epidemias de febre amarela e cólera, as campanhas dos médicos higienistas pelo aleitamento materno entre as mulheres brancas abastadas acirravam suas críticas às mulheres negras e escravizadas, consideradas portadoras de inúmeras doenças físicas e morais. Contraditoriamente, as teses e os manuais de medicina publicados no período elencavam um sem número de razões que afastavam Alberta – que ainda grávida já dispunha de Geralda para futura ama de leite – da amamentação dos seus filhos⁶²⁸.

Assim, a despeito dos discursos médicos, as mulheres brancas das elites permaneceram aferradas à prática de delegar a amamentação e os cuidados de seus bebês a suas próprias cativas ou àquelas que alugavam de outros senhores, prática que se disseminou na cidade do Rio de Janeiro, ao longo da segunda metade do século, atravessando a década de 1870 e chegando às portas da Abolição. A “amamentação mercenária”, como se referiam a essa prática os médicos nas décadas finais do século, conectou intimamente as vivências da maternidade para crioulas, muitas delas migrantes de outras províncias, e as brancas livres das classes médias e abastadas, para quem possuir ou alugar uma ama de leite representava, no período de crise da instituição, além de fonte de renda, *status* social e ostentação.

práticas nas fazendas sulistas dos Estados Unidos e em Cuba, ver WALLACE-SANDERS, Kimberly. **Mammy**, op. cit.; WEST, Emily & KNIGHT, Rosie. *Mothers' Milk: Slavery, Wet-Nursing, and Black and White Women in the Antebellum South*, op. cit.; FRANKLIN, S. **Women and Slavery in Nineteenth-century Colonial Cuba**, op. cit., p. 125-146.

⁶²⁷ IMBERT, Jean Baptiste Alban. *Guia medica das maes de familia, ou a Infancia considerada na sua hygiene, suas molestias e tratamentamento*. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1843. p. 48-51. LEITÃO, Antonio Gonsalves D'Araujo. *Hygiene da infancia*, op. cit., 1840, p. 19.

⁶²⁸ Os médicos produziram em seus escritos acadêmicos um discurso dúbio que aliava a crítica ferrenha às amas escravizadas à pretensa constituição frágil das mulheres brancas e outros entraves ao exercício da amamentação. Para Zeferino Meirelles, “*Arrebatamentos violentos da alma, acessos de cólera, os pensamentos tristes, os cuidados, as aflições, o ódio e o amor excessivo*” deveriam dissuadir a mãe branca de aleitar. Segundo Cornélio Milward, “*a má saúde habitual*”, “*a predisposição para a tuberculose pulmonar, escrofulose e afecções orgânicas, a moléstias mentais, a histeria e epilepsia*”, além da “*predisposição mais ou menos remota*” a tais doenças dispensariam a mãe branca do aleitamento. MEIRELES, Zeferino. *Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento maternal*. Rio de Janeiro, Typ. do Diário, 1847, p. 24; CROSERIO, C. *Manual homeopático de obstetrícia ou Auxílio que a arte de partos pode receber da homeopatia*. Rio de Janeiro: Typ. de N. L. Vianna e Filhos, 1859, p. 101; MILWARD, Cornélio. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1873, p. 8.

Se as práticas e as concepções da medicina higienista acerca de seu corpo e de sua saúde afastavam Geralda da função de ama de leite, é certo que, em 1856, quando eram documentados os últimos desembarques de africanas, o casal manuseava o jornal em busca de um dentre os numerosos anúncios de mães africanas e crioulas colocadas ao aluguel. Estudos demonstraram que um mercado urbano de aluguel de mães escravas ocorreu, com frequência variada a depender do contexto, em cidades escravistas das Américas como Havana, em Cuba, e Charleston e Nova Orleães, nos Estados Unidos⁶²⁹. No Brasil, porém, as formas de mercantilização do trabalho e da maternidade das escravas urbanas tomaram proporções únicas nas Américas. Sobretudo no século XIX, um mercado de venda, compra e destacadamente de aluguel de mulheres como amas de leite foi documentado em cidades como Salvador, Recife, Cidade da Paraíba e Belém do Pará, alcançando grande amplitude no Rio de Janeiro⁶³⁰.

Dentre as famílias livres e proprietárias, a procura por uma cativa para servir como ama iniciava-se desde os últimos meses de gravidez ou quando nascesse o bebê branco. Segundo Zeferino Meirelles, em tese de 1847, logo que se aproximasse o parto ou no mesmo dia a família ia à procura de uma ama⁶³¹. Diversamente das grandes propriedades rurais, em que as senhoras escolhiam uma dentre as parturientes e mães cativas para deixar suas comunidades e adentrar as moradas de suas donas, a pequena e a média posse dificultavam a coexistência de escravas no pós-parto no mesmo período que suas

⁶²⁹ Através de anúncios coletados em jornais, além de cartas e diários de mulheres das elites, Stephanie Jones-Rogers notou que a procura por amas de leite de aluguel no sul dos Estados Unidos era caracterizada pela discrição e pela atuação de redes informais entre as mulheres brancas e os proprietários escravistas. Muitas cativas tinham de migrar para os centros urbanos e dali para as residências das elites rurais, distantes de suas comunidades, implicando em separações de famílias e de suas filhas e filhos. JONES-ROGERS, Stéphanie. '[S]he could ... spare one ample breast for the profit of her owner': white mothers and enslaved wet nurses' invisible labor in American slave markets. *Slavery & Abolition*, op.cit.; MARTIN, Jonathan. *Divided Mastery: Slave Hiring in the American South*, op. cit., p. 25. Sobre africanas e crioulas alugadas em Havana, ver FRANKLIN, Sarah. *Women and Slavery in Nineteenth-century Colonial Cuba*, op. cit., p. 125-146.

⁶³⁰ Uma busca pelo termo ama de leite nos jornais do acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional na primeira e na segunda metades do século XIX demonstra a proporção que a prática do aluguel e compra de mães escravas para amas de leite tomou no território nacional, incluindo cidades de províncias do Norte ao Sul do país, como Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul. Sobre o mercado de aluguel de mães africanas e crioulas como amas de leite nas cidades de Recife e Salvador na segunda metade do XIX, conferir MACIEL, Henrique C. *Nem mãe preta, nem negra fulô: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador (1870-1910)*. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2016; MACIEL, Henrique. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*, op. cit., cap. 6. Na cidade de Belém do Pará e na Cidade da Paraíba, conferir, respectivamente GUTIERRES, D. *No colo da ama de leite*, op. cit., p. 94 e 141; DOURADO, Larissa B. *Mulheres Cativas na Província da Paraíba do Norte*, op. cit., p. 48.

⁶³¹ MEIRELES, *Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento maternal*, op. cit., 1847, p. 17.

senhoras. Assim, desprovidas de uma nutriz em meio a suas próprias cativas, era comum que as famílias recorressem aos numerosos anúncios, nos periódicos locais.

Na primeira metade do século XIX, com a vinda da Corte portuguesa, a expansão dos serviços urbanos e o incremento do tráfico atlântico, mulheres africanas e crioulas integraram um mercado de aluguel de seu leite e de seus serviços. Mesmo naquele período, quando os preços das cativas eram relativamente baixos, foi comum que as classes proprietárias optassem por investir nos serviços temporários de uma mulher alugada. Estudos baseados nos anúncios comerciais demonstraram a ampla prevalência do expediente do aluguel em detrimento da venda de mulheres nutrizas, tendência que se acirraria nos anos posteriores ao fim do tráfico⁶³². Nas décadas de 1830 e 1840, muitas mães africanas, mas também crioulas, enfrentaram uma rede de interesses protagonizados por locatários, senhores e intermediários que atuavam na cidade. Assim, africanas e crioulas jovens e mães, dentre as quase 24 mil cativas recenseadas nas freguesias urbanas e rurais em 1838, bem como dentre as 22.871 mil africanas e 22.140 descendentes crioulas recenseadas em 1849⁶³³, cujos senhores prescindissem de seus serviços diretos, adentrariam os lares dos locatários para aleitar e cuidar de um bebê que não era o seu. As crioulas, representadas em todos os grupos etários na cidade, amamentadas por suas mães africanas e descendentes no contexto escravista, já conheciam as práticas de suas senhoras delegarem a mulheres de sua cor e condição a amamentação de seus bebês. Quanto às mães africanas, embarcadas quando meninas e jovens, as práticas e os valores ligados à maternidade nas quais cresceram e foram socializadas, em particular a amamentação e o cuidado de crianças pequenas, seriam radicalmente transformados no contexto escravista, quando colocadas ao aluguel⁶³⁴.

⁶³² A amostragem de Bárbara Martins indicou que apenas 20% dos anúncios mapeados ao longo do XIX envolvia a venda de mulheres nutrizas. Luís Martins, enfocando a segunda metade do século XIX, encontrou apenas 8% dos anúncios referindo-se à venda de mulheres como amas de leite. MARTINS, Barbara, **Amas de leite e mercado de trabalho feminino**, op. cit., p. 44; MARTINS, Luiz, **No seio do debate**, op. cit., p. 135.

⁶³³ SOARES, O **“Povo de Cam”**, op. cit., p. 365- 371.

⁶³⁴ Os etnógrafos Engelmann e Rodet opunham as práticas das africanas centrais e de suas conterrâneas europeias na década de 1880: *“Em Loango, nenhuma mãe confia seu filho aos cuidados de uma outra mulher; ela o alimenta como as mulheres civilizadas deveriam fazer”*. Viajantes, naturalistas e etnógrafos europeus documentaram, ao longo do século XIX, as práticas de aleitamento entre africanas centrais e ocidentais entre dois e três anos. JUNOD, Henri. *Usos e costumes dos Bantu*, op. cit., p. 86-87; ENGELMANN, G. J., & RODET, P. *La pratique des accouchements chez les peuples primitifs*, op. cit., 1886, p. 319 e 344; “Bosman’s Description of the Coast of Guinea” e “Park’s Travels in Africa” In: PINKERTON, John (org). *A general collection of the best and most interesting voyages and travels in all parts of the world; many of which are now first translated into English*. Vol. 16. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-row; and Cadell and Davies, in the Strand, 1814, p. 388 e 872.

Em 1838, Agostinho Bretas referia-se à presença ostensiva das africanas entre as mães e amas de leite na cidade daquele período. Ele confrontava o uso do aleitamento “mercenário” na França aos contornos urbanos da exploração escravista que atravessou as experiências da maternidade para as escravizadas. No Rio de Janeiro, não apenas as mulheres das elites, mas também as das classes médias e remediadas, não amamentavam seus filhos:

É sabido, que o aleitamento dos meninos entre nós é pela maior parte confiado a escravas africanas; [...] se ali [na França] se limita às classes abastadas, aqui se estende a pessoas de menos que medíocre fortuna; pois não é raro verem-se pessoas nessas circunstâncias encarregarem o aleitamento de seus filhos às suas próprias escravas, ou alugarem alheias com grandes sacrifícios não justificados por uma constituição débil, ou por qualquer causa, que tornasse a mãe imprópria para o preenchimento do dever sagrado de aleitar seu filho ⁶³⁵.

Assim, na primeira metade do século XIX, mulheres africanas e crioulas que engravidassem e dessem à luz na cidade mais raramente seriam compradas para servir ao bebê de uma nova senhora. Antes, enfrentaram o deslocamento para o interior das casas das famílias locatárias que negociavam com seus senhores os valores e o período estipulado para a prestação dos serviços.

As relações sociais entre a escrava alugada e a família a quem teria de servir apresentavam particularidades: o convívio entre ama cativa, bebê e a família locatária ocorria enquanto durasse a amamentação, geralmente antes de se completar um ano de aleitamento ou mesmo antes. As relações de aluguel, para a prestação de um serviço vital ao mais frágil e jovem membro da família branca, provocavam embates entre locatários e locadores. Conforme demonstrou Bárbara Martins, em 1809, Filipa, escrava de uma senhora remediada, era alugada como ama pelo tempo estipulado entre dois e três meses. A viúva Maria Joaquina Rosa, senhora de Filipa, enviava repetidos ofícios às autoridades pedindo providências para que ela fosse resgatada: já no fim do primeiro mês, a senhora, “miserável viúva”, proprietária de duas escravizadas, era mãe de dois filhos e solicitava o retorno de Filipa “para criar o filho recém-nascido” que a senhora dava à luz⁶³⁶.

Além da quebra dos prazos acordados por parte dos senhores, a permanência da escravizada na casa dos locatários poderia ser abreviada por outras razões. Médicos sugeriam que se trocasse de ama caso seu leite diminuísse, devido à menstruação ou nova

⁶³⁵ BRETAS, Agostinho Joze Ferreira. *A utilidade de aleitamento maternal e os inconvenientes que resultão do desprezo deste dever*. Rio de Janeiro: Typ. J. Cremiere, 1838, p. 7.

⁶³⁶ MARTINS, *Amas de leite e mercado de trabalho feminino...* op. cit., p. 74.

gravidez, ou caso fosse acometida por doenças, como sífilis, aftas, dentre outras. Em 1834, Emílio Maia atendia a uma cativa acometida de sífilis, tendo sido já tratada na Santa Casa de Misericórdia. Seis meses antes da consulta, ela era alugada por quatro meses como ama, quando o bebê começava a apresentar pústulas pelo corpo, sendo provavelmente substituída por outra mãe cativa. Porém, a tese de Antônio Leitão, de 1840, indica que demitir a ama por razões de doença não era a regra, pois a família locatária evitava mudar de nutriz mesmo quando estivessem enfermas, “*com receio de que os meninos sintam, e rejeitem a troca de peito*”⁶³⁷.

As cativas poderiam ser dispensadas pela família locatária devido à falta de leite e quando seus serviços não agradassem, podendo também abandoná-los pelas fugas. As alforrias, possíveis, foram raras entre locatários e escravizadas, unidos geralmente por vínculos tão fugazes⁶³⁸. Antes, os locatários participaram da maior das adversidades enfrentadas por elas quando inseridas no mercado de aluguel: aqueles que as alugavam estiveram dispostos a pagar mais caro pelas africanas e crioulas que adentrassem seus lares sem seus filhos.

Analisando 600 anúncios de venda, aluguel e compra de escravas para amas de leite entre 1830 e 1888, Bárbara Martins ressaltou a sistemática separação da mãe de seus bebês, quando inserida no mercado de locação, ao longo de todo o período: 92% dos anúncios de aluguel não lhes faziam qualquer menção, sendo comum as expressões “sem cria”, “aluga-se com o filho ou sem ele”⁶³⁹. As exigências de atenção e suprimento de leite exclusivos aos bebês brancos motivaram as famílias locatárias a pagar mais caro pelas amas sem seus filhos. A presença destes bebês, que as famílias locatárias não poderiam escravizar, era certamente repelida porque os pequenos necessitavam de cuidados e porque gozavam da preferência de suas mães. Sua presença poderia, ainda, obstar as demandas de uma série de outras ocupações que como amas de leite as

⁶³⁷ Em 1884, Manuel Silva referia-se à rejeição dos bebês à troca de ama: “*Novas dificuldades podem dar-se em relação à criança com a mudança de ama, rejeitando o novo seio, o que constantemente acontece*”. MAIA, Emílio Joaquim Silva. *Ensaio sobre os perigos á que estão sujeitos os meninos quando não amamentados por suas próprias mãis*. Rio de Janeiro: Tipografia R. Ogrer, 1834, p. 30; LEITÃO, Antonio. *Hygiene da infancia*, op. cit., p. 14; CROSERIO, *Manual homeopatico de obstetrícia...*, op. cit., p. 104; LANGGAARD, *Arte obstétrica...* op. cit., p. 359; SILVA, Manuel Ferro. *Da alimentação na primeiras idades: estudo crítico sobre os diferentes métodos de aleitamento*. Rio de Janeiro: Typ. Lombaerts, 1884, p. 20.

⁶³⁸ Mary Karasch referiu-se à alforria de uma escrava alugada como ama pelo locatário pai da criança. KARASCH, *A vida dos escravos...* op. cit., p. 465.

⁶³⁹ MARTINS, Barbara, *Amas de leite e mercado de trabalho feminino*, op. cit., p. 44.

escravizadas também desempenhavam, quanto mais remediada e numerosa fosse a família locatária⁶⁴⁰.

Raras foram as africanas e crioulas que, nos anos 1830 e 1840, adentraram as casas dos locatários na companhia de seus bebês. Dia 2 de janeiro de 1830, na sessão especial destinada às amas de leite no jornal *Diario do Rio de Janeiro*, cinco mulheres eram colocadas ao aluguel, e uma à venda, sem menção à criança. Uma jovem africana experimentaria a separação do primeiro de seus filhos, para que desse lucros à senhora e servisse como ama: “*Aluga-se uma preta de Nação, para ama de leite, da primeira barriga, muito sadia, e bom leite*”⁶⁴¹. Dia 16 de janeiro, uma mulher africana de nação Mina era alugada por 16 mil réis, sem menção ao bebê. Mulheres cujos filhos morressem eram postas ao aluguel, como aquela descrita como: “*parida da segunda barriga, e não tem cria por lhe ter morrido*”⁶⁴². A ganância senhorial coagiu muitas delas a terem seu leite e seu trabalho aproveitados pelos senhores e locatários em aluguéis temporários e sucessivos, atendendo a mais de uma família. É o que indica o anúncio de venda de uma mulher prestes a dar à luz, em 1841: “*Vende-se uma boa escrava, a qual cose e engoma muito bem, é muito carinhosa para crianças, de uma barriga que teve criou três crianças, existe grávida e próxima a parir*”⁶⁴³. Em 1834, o médico Emílio Maia sugere que as mulheres eram exploradas como amas enquanto produzissem leite: “*tomam-se as amas de leite quase sempre muitos meses depois de seus partos*”⁶⁴⁴.

Por detrás do silenciamento com respeito a seus filhos, mães africanas e crioulas enfrentaram separações temporárias ou irreversíveis tanto de seus bebês quanto de outros filhos. Quais os destinos de suas crianças? As fontes indicam que os rendimentos auferidos com as mães alugadas, no contexto do tráfico abundante, desinteressaram setores das camadas senhoriais em investir nos cuidados dos bebês das cativas que demorariam a retornar o investimento na forma de roupa, alimentação e cuidados. Porém, já na década de 1850, o fim do tráfico e a possibilidade da futura escravização das crianças crioulas estimulavam entre os pequenos e médios proprietários maior interesse na sobrevivência dos bebês, quando as mães eram alugadas.

⁶⁴⁰ MARTINS, Barbara, **op. cit.**, p. 49.

⁶⁴¹ *Diario do Rio de Janeiro*, 2 de janeiro de 1830.

⁶⁴² *Jornal do Commercio*, 16 de janeiro de 1830.

⁶⁴³ *Diario do Rio de Janeiro*, 15 de julho de 1841.

⁶⁴⁴ MAIA, Emílio. *Ensaio sobre os perigos à que estão sujeitos os meninos quando não amamentados por suas próprias mães*, **op. cit.**, p. 27.

Raramente as mães puderam chegar às casas dos locatários com seus filhos. Os poucos anúncios de mães alugadas junto a seus bebês, geralmente a baixo preço, são expressivos das conquistas destas mulheres. Em meados de 1850, quando o futuro da escravidão passava a depender da sobrevivência das filhas e filhos das escravizadas, eram publicados anúncios de mães alugadas junto às crianças. Tais anúncios sugerem, além dos interesses senhoriais sobre o bebê, as pressões das mães em mantê-los consigo, mas também as políticas senhoriais para evitar a fuga ou a resistência da cativa em servir aos locatários sem a criança. Assim, o anúncio de 1851 referia-se ao aluguel “*de uma preta ama, parida de um mês, com filho e bastante leite, por 16\$rs, pagos adiantados, na Rua Direita. 5*”⁶⁴⁵. Em 1854, uma mãe africana ou crioula amamentava sua filha de um ano e meio. Seu senhor aproveitava seu leite alugando-a a baixo preço, visto que ela levava consigo a criança que disputaria, a partir de então, os cuidados de sua mãe: “*Aluga-se uma boa preta ama-de-leite, com uma filha de 18 meses, por 12\$.por mês; no Rocío Pequeno n. 6.*”⁶⁴⁶. Alugadas em casas remediadas, elas certamente enfrentaram um cotidiano aflitivo, envolvendo cansaço e noites em claro, sofrendo as pressões dos locatários, para que preterissem seu filho e desempenhassem ainda outras tarefas domésticas.

As mães poderiam ainda ser alugadas com seus bebês e com eles permanecer apenas temporariamente. Havia locatários que especificavam a preferência por amas com o filho, alugando-as com antecedência com o objetivo de manter o leite da escrava caso a locatária estivesse prestes a dar à luz, ou quando o bebê branco tivesse dificuldades em mamar. Porém, uma vez nascido, seu bebê poderia ser dela apartado⁶⁴⁷. Se as mães com os bebês eram as amas de leite que os remediados podiam custear, anúncios dos anos 1850 indicam que a valorização no mercado daquelas mulheres destituídas dos filhos, e que produzissem leite de poucos dias ou meses, implicou, para elas, em separações de seus bebês ainda recém-nascidos, de semanas ou meses de vida. Quanto aos destinos dos

⁶⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 8 de junho de 1850. Apud MARTINS, Luís, **No seio do debate**, op. cit., p. 51.

⁶⁴⁶ *Jornal do Commercio*, 9 de outubro de 1854. Apud MARTINS, Luís, **No seio do debate**, op. cit., p. 49. Em meados da década de 1850, o preço do aluguel de uma cativa sem o filho era cerca de 22 mil réis mensais, que correspondia ao preço médio de uma cativa para serviços domésticos. KAREH, Almir C. Famílias adotivas, amas de leite e amas secas e o comércio de leite materno e de carinho na Corte do Rio de Janeiro. **Gênero**, Niterói, v. 4, n. 2, 1º. sem. 2004, p. 12.

⁶⁴⁷ MARTINS, Bárbara, **Amas de leite e mercado de trabalho**, op. cit., p. 45. Em 1873, um doutorando afirmava que eventualmente as mães escravas poderiam manter os filhos consigo por alguns dias: “*Já fizemos ver a vantagem que resulta da presença do filho da ama por alguns dias, tendo por fim desingurgitar os seios, que às vezes ficam distendidos, de tal sorte a causar vivas dores à mesma.*” CUNHA, Augusto Álvares da. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia Acadêmica, 1873, p. 65.

bebês, o médico Antônio de Souza, em 1851, indica que eles poderiam permanecer na casa dos senhores enquanto a mãe era alugada, sujeitos à alimentação imprópria e deficiente, que colocava em risco suas vidas:

As crias, em geral, não só não são aleitadas pelo tempo necessário; mas lhes é o leite materno substituído, ou por alimentos que lhes não convém ou por aleitamento artificial, para que sejam as mães alugadas como amas, ou para não deixarem de trabalhar.⁶⁴⁸

Assim, no contexto do fim do tráfico, a permanência na casa senhorial não garantia a sobrevivência dos bebês negros: privados do leite materno, sujeitos à fome, à alimentação inadequada e de difícil digestão, eles poderiam ser deixados sob os cuidados precários de outra cativa ou trabalhadora que porventura os senhores desviassem para a função. Os médicos seguiam condenando, especialmente aos bebês das elites, o uso da alimentação artificial, constituída à época pelo leite não fervido de animais não vacinados, e papinhas indigestas, feitas de farinha de mandioca e bananas. Amplamente utilizada pelas mulheres trabalhadoras escravizadas e livres impedidas de amamentar, a alimentação artificial colocava em risco a vida de seus filhos⁶⁴⁹.

Na falta de alguém que pudesse se ocupar do bebê no domicílio senhorial, os proprietários optaram por doar, vender ou entregar os bebês cativos a amas de criação – mulheres livres pobres que cuidavam das crianças em seu próprio domicílio, em troca de um ganho mensal –, conforme indicam os anúncios publicados em 1850: “*Dá-se a criar um moleque de 16 dias de nascido; no beco do Cayru n. 2 casa de Mr. Masson*”; “*Dá-se a criar uma crioulinha de 6 meses*”; “*Vende-se uma pardinha de 3 meses de idade*”; “*Toma-se uma criança parda ou preta para amamentar-se [...] ou compra-se uma negrinha ou pardinha recém-nascida*”⁶⁵⁰. Já em 1863, no contexto da valorização das

⁶⁴⁸ SOUZA, Antônio José de. *Algumas proposições acerca do regime das classes pobres e dos escravos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851, p. 31.

⁶⁴⁹ Cornélio Milward referia-se aos bebês privados do leite materno como pálidas, raquíticas, sucumbindo antes de completar um ano de vida, enquanto Juvenal Neves indicava que tal prática causava marasmo e a morte dos bebês. Em 1882, Cerqueira indica que os bebês eram alimentados “*com leite fresco de vaca, cabra ou ovelha*”. A fervura do leite era, para a maioria dos médicos, veementemente contraindicada, visto que defendiam que o procedimento tornaria o leite de difícil digestão. Quanto ao leite condensado e à farinha láctea importada, divulgados nos jornais nas décadas finais do século, os médicos indicavam seu uso às famílias das elites apenas em último caso. CUNHA, Augusto *Do aleitamento natural...*, op. cit., p. 35-37; NEVES, Juvenal, *Do aleitamento natural...*, op. cit., p.17; SAMPAIO, Francisco. *Do aleitamento natural, artificial...*, op. cit., p. 14; PEREIRA, Antonio *Do aleitamento natural...*, op. cit., p. 11 e 34; MOURA, Francisco José Coelho de. *Do aleitamento natural, artificial e mixto...*, op. cit., p. 16; MILWARD, *Do aleitamento natural, artificial e mixto*, op. cit., p. 14; CERQUEIRA, Nicolau B. da G. *Higiene da primeira infância*, op. cit., p. 34.

⁶⁵⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 22 de março de 1850. Apud MARTINS, *No seio do debate*, op. cit., p. 125; *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de julho de 1850; *Jornal do Commercio*, 7 de julho de 1850; *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de julho de 1850.

escravizadas e de suas crianças, um senhor dava “a criar um crioulinho de 3 meses, pagando-se 15\$”⁶⁵¹. Em 1860, um senhor colocava à venda “uma cria de peito”⁶⁵². Como demonstrou Almir El-Kareh, como o preço dispendido com as amas livres era bastante inferior ao obtido com o aluguel das mães escravas, era vantajoso para os senhores investir na criação do bebê cativo⁶⁵³. Em 1863, um anúncio envolvendo um recém-nascido provavelmente destituído da mãe, morta no parto ou colocada ao aluguel⁶⁵⁴, indica o interesse senhorial sobre as crianças crioulas 13 anos depois do fim do tráfico africano: “Vende-se um crioulinho recém-nascido há quatro dias, muito bonito e bem-feito, desenvolvido e cheio de vida, dando boas esperanças para o futuro; na rua Formosa, n. 141”⁶⁵⁵.

Porém, a documentação médica e os anúncios de jornais indicam ter sido mais comum o desprezo dos senhores com relação às despesas com os recém-nascidos das africanas e crioulas, sobretudo a partir de 1860 e depois da Lei do Ventre Livre. As possibilidades de lucros imediatos, abertas pelos altos preços que atingiam os aluguéis das mães a partir de 1860, e o desinteresse com relação aos bebês ingênuos, nascidos depois de 1871, levaram os senhores a abandoná-los: nas ruas, praças, escadarias de igrejas, praias e, sobretudo, na Roda dos Expostos⁶⁵⁶. As finalidades caritativas para este sistema de acolhimento de crianças, informadas pelo propósito da Igreja de evitar infanticídios de crianças indesejadas por serem ilegítimas ou por nascerem em famílias

⁶⁵¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de dezembro de 1863.

⁶⁵² *Jornal do Commercio*, 31 de janeiro de 1860.

⁶⁵³ Os senhores dispendiam por volta de 12 mil réis mensais pagos à ama externa que se ocupasse do bebê escravo. O historiador demonstrou que a prática de delegar a criação de bebês e crianças pequenas a amas adotivas não se restringiu às crianças negras e cativas, mas foi comum também entre as famílias brancas remediadas. EL-KAREH, Almir C. *Famílias adotivas, amas de leite e amas secas e o comércio de leite materno e de carinho na Corte do Rio de Janeiro*, *op. cit.*, p.12.

⁶⁵⁴ Em 1841, um anúncio esclarecia a razão da venda do bebê, cuja mãe falecia: “Vende-se, por ter morrido a mãe, uma crioulinha de dois meses de idade; na rua da Vala n. 136”. *Jornal do Commercio*, 16 de agosto de 1841.

⁶⁵⁵ *Jornal do Commercio*, 28 de maio de 1864.

⁶⁵⁶ Desde o final do século XVIII, instalavam-se nas cidades coloniais as rodas dos expostos ligadas às Santas Casas de Misericórdia. As primeiras fundações foram realizadas em Salvador e no Rio de Janeiro, em 1726 e 1738, seguindo as práticas medievais portuguesas. Sobre as crianças abandonadas nas Roda dos Expostos, ver VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**— Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX. Campinas/SP: Papirus Editora, 1999; MARCILIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998; MARCILIO, M. L. Etnodemografia da criança abandonada na história do Brasil séc. XVIII e XIX. **Latin American Population History Bulletin**, n. 28, 12 de outubro de 1998; GONÇALVES, Margareth de Almeida. **Expostos, roda e mulheres: um estudo sobre o abandono de crianças no Rio de Janeiro** (séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987;

muito pobres, foram apropriadas pelos escravistas⁶⁵⁷. As senhoras e os senhores, no entanto, não se encarregavam eles próprios de desaparecerem com os bebês: parteiras, sobretudo europeias, especializaram-se nesse filão do mercado escravista.

“As crianças apenas nascidas são imediatamente levadas para a roda”

A parteira Md.[Mme] Meunier moradora na rua d’Ajuda n. 98, tem para alugar uma ama de leite, parida de um mês, a qual afiança as suas boas qualidades, e também recebe qualquer em sua casa para ter sua cria, e depois alugar ou vender, tratando de seus ajustes, tudo por preços cômodos⁶⁵⁸.

Em 1840, Madame Meunier anunciava no *Diario do Rio de Janeiro* uma mulher africana ou crioula para ama de leite, um mês após o parto. A francesa, assim como outras conterrâneas suas, geralmente diplomadas que validavam seus certificados junto à Faculdade de Medicina, vinham obter sua freguesia entre as elites da cidade, anunciando no *Almanaque Laemmert* e em jornais diários que circularam na Corte. Além de prestarem assistência aos partos domiciliares das mulheres das elites, e eventualmente nas casas de saúde e consultórios partilhados com os médicos, esta classe minoritária de parteiras europeias encontrou na cidade escravista, desde a década de 1820, as oportunidades de atenderem aos interesses senhoriais⁶⁵⁹.

As “casas de maternidade”, geralmente a própria residência da parteira, eram os estabelecimentos que recebiam, além de mulheres livres que por alguma razão estivessem impedidas de dar à luz em suas casas, mulheres escravizadas nos últimos tempos de gestação. Além de anunciarem os serviços domiciliares, as parteiras divulgavam uma variedade de atividades – como realização de sangrias, curas de enfermidades uterinas, criação de bebês –, oferecendo quartos para pensionistas nas casas de maternidade, dentre

⁶⁵⁷ A maioria dos estudos abordou a instituição da Santa Casa tomando como perspectiva as crianças órfãs e abandonadas. Pesquisas recentes dedicaram um olhar compreensivo acerca da exposição das crianças sob a ótica das circunstâncias sociais e experiências de mulheres livres pobres e remediadas. Impactadas pelos imperativos de sobrevivência e pelas pressões morais acerca de seu comportamento sexual considerado vexatório, elas entregavam seus filhos nascidos fora do casamento sacramentado pela Igreja à roda, muitas delas demonstrando a esperança de reavê-los futuramente. ARIZA, Marília. **Mães infames, rebentos venturosos**, op. cit., p.70-71; VENÂNCIO, Renato Pinto. “Maternidade negada”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001; KUZNESOF, Elisabeth. Sexual Politics, Race and Bastard-Bearing in Nineteenth-Century Brazil: A question of Culture or Power? **Journal of Family History**, v. 16, n. 3, p. 241-260, 1991.

⁶⁵⁸ *Diario do Rio de Janeiro*, 9 de julho de 1840.

⁶⁵⁹ BARBOSA, Gisele & PIMENTA, Tânia. O ofício de parteira no Rio de Janeiro imperial. **Revista de História Regional**, op. cit.

elas mulheres escravizadas “a preço cômodo”. Assim, em 1841, mulheres africanas poderiam ter sido conduzidas nos últimos tempos da gravidez à casa da parteira Maria Victoria Moonier, “*no beco dos Ferreiros n. 19, junto à Praia D. Manuel*”, pelo “*cômodo preço*” de 480 réis de diária e 10 mil réis pelo parto.⁶⁶⁰ Mulheres brancas e instruídas, segundo os princípios da obstetrícia, encarregaram-se de assistir os partos das mulheres cativas, muitas delas africanas jovens, e de servir ainda de intermediárias no aluguel ou venda após o parto. Em 1846, uma mulher era posta à venda dez dias depois de dar à luz, sem menção ao filho: “*Vende-se uma preta ama, parida há dez dias, com abundância de leite, sabe cozinhar, lavar, engomar, coser [...] na rua da Vella, casa da parteira francesa*”⁶⁶¹. Em 1845, era colocada ao aluguel sem menção ao bebê “*uma ama com muito bom leite, para casa capaz, a qual se acha na casa da parteira, beco do Trem n.16; para tratar na rua Direita n. 59*”⁶⁶².

A partir de meados de 1850, com o fim do tráfico, africanas e crioulas passaram a sofrer as pressões dos interesses escravistas sobre seu leite e seus serviços, com o aumento da procura por parte de mulheres livres e brancas, destituídas de escravas ou de uma nutriz em meio às suas. Luiz Martins, pesquisando anúncios comerciais nas edições do *Diario do Rio de Janeiro e Jornal do Commercio* entre 1850 e 1872, notou que, da totalidade dos anúncios de escravas para amas de leite, apenas 8% dentre elas eram colocadas à venda por seus donos. Bárbara Martins, por sua vez, assinalou que, já em 1859, anúncios indicam que os serviços das mulheres alugadas para amamentar exclusivamente os bebês dos locatários – além de lavar, engomar e prestar outros serviços – atingiam o valor de 35 a 40 mil réis⁶⁶³. Tânia Pimenta e Gisele Barbosa notaram um aumento no número de anúncios de parteiras estrangeiras no *Diario do Rio de Janeiro*, na década de 1860, o que aponta para o recrudescimento das demandas do aluguel⁶⁶⁴. Em 1861, Mme Clementine Sonjean informava que sua casa recebia pensionistas tanto “*brancas como pretas*”, na rua das Laranjeiras, “*ao pé do largo do Machado*”⁶⁶⁵. Anos antes, em 1857, ela anunciava o aluguel de uma mulher 15 dias após o parto: “*Aluga-se uma ama de leite com cria de 15*

⁶⁶⁰ *Diario do Rio de Janeiro*, 15 de janeiro de 1841.

⁶⁶¹ *Diario do Rio de Janeiro*, 3 de setembro de 1846.

⁶⁶² *Diario do Rio de Janeiro*, 5 de setembro de 1845.

⁶⁶³ MARTINS, Luiz. **No seio do debate...**, op. cit., p. 135; MARTINS, Bárbara, **Amas de leite e mercado de trabalho feminino**, op. cit., p. 42.

⁶⁶⁴ BARBOSA & PIMENTA, O ofício de parteira no Rio de Janeiro imperial, **op. cit.**, p. 490.

⁶⁶⁵ *Jornal do Commercio*, 13 de junho de 1861.

*dias, com bom leite e em abundância; para tratar, na rua das Laranjeiras n.2, com Clementina Somjeon, parteira*⁶⁶⁶.

Em 1865, com a concentração de escravas urbanas entre os mais abastados, Madame Durocher indica sobre quais mulheres recaíram o comércio de seu leite e os cuidados: eram “*as pessoas as mais aristocratas e as mais abastadas do país as que mais negociam em alugueis de escravas e de amas de leite*”⁶⁶⁷. Augusto Cunha citava o relatório de autoria de Pereira Rego, então presidente da Junta Central de Higiene Pública, que já em 1864 aludia à diminuição do número de escravizadas na cidade e à ganância dos senhores que especulavam sobre a alta dos preços do aluguel, aproveitando o leite das cativas para atender sucessivamente a mais de um bebê:

A escassez de amas que se vai sentindo nesta cidade por falta de escravas, que são de ordinário as que se empregam neste mister, a cobiça que faz desenvolver em algumas pessoas o alto preço porque hoje se alugam, faz com que se anunciem todos os dias escravas, ou que já tem feito uma criação ou mesmo mais, e cujo leite já não encerra princípios nutritivos suficientes⁶⁶⁸.

Assim, em 1860, uma jovem crioula de 17 anos era alugada pelo valor de 35 mil réis quando dava à luz o primeiro de seus filhos, com o qual provavelmente permanecia durante 15 dias até ser alugada: “*Aluga-se uma ama de 17 anos, com leite de 15 dias e do primeiro parto, sadia, cose e lava, e entende bem a língua francesa, por 35\$; na rua larga de S. Joaquim n. 202*”⁶⁶⁹.

Os estudantes de medicina documentaram a amplitude assumida pelo mercado de aluguel, a partir de finais da década de 1860, de onde podemos vislumbrar as realidades vividas pelas mães africanas e crioulas separadas de seus bebês. Em 1869, Murilo Vianna criticava o lucrativo mercado de aluguel de escravas nutrizes que rendiam o dobro e mesmo o triplo do aluguel sem o filho, negligenciado pelos senhores e abandonado nas praças:

A ambição de altos lucros que rende o aluguel da mercenária pelas famílias, atualmente no Rio de Janeiro, arrastando alguns senhores a abandonarem as crias de suas escravas, atirando-as às praças públicas, ou deixando-as morrerem a mínguas de cuidados, visto como a ama de

⁶⁶⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de agosto de 1857.

⁶⁶⁷ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XVII, setembro de 1865, n.5, p. 206.

⁶⁶⁸ CUNHA, Augusto. *Do aleitamento natural, artificial ...*, op. cit., 1873, p. 72.

⁶⁶⁹ *Jornal do Commercio*, 4 de novembro de 1860. Nesse mesmo ano, por 35 mil réis mensais poderia ser alugada em São Cristóvão “uma espaçosa casa com cômodos para numerosa família, jardim, poços, capim e lugar de horta.” *Jornal do Commercio*, 1 de setembro de 1860. Apud MARTINS, Luiz, *No seio do debate*, op. cit., p. 48.

leite, que se apresenta para exercer esse ofício não tendo filho vale o duplo e até mesmo o triplo que no caso contrário⁶⁷⁰.

A parteira Durocher dirigia suas críticas à ganância e à crueldade dos senhores com relação às mulheres. Alugadas em prantos, muitas foram forçadas a migrar da roça rumo à casa das locatárias ainda mal restabelecidas do parto:

Se são da roça mandam a parida para a cidade ainda mal restabelecida; se são da cidade geralmente mandam as crianças para a roda, onde são tratadas sabe Deus como! E alugam a recém-parida ainda em prantos e não restabelecida do trabalho do parto. É até onde pode chegar o abuso senhoril⁶⁷¹.

Durocher sinaliza os avanços da medicina, entre setores das classes senhoriais, e das práticas dos médicos e das parteiras acadêmicas sobre o corpo das mulheres alugadas submetidas a exames. Frente à alegada impossibilidade de as mães brancas aleitarem e à obstinada adesão dos senhores aos lucros proporcionados pelas escravizadas, o uso recomendado das amas de leite alugadas vinha acompanhado de um discurso de suspeição: além de separadas dos bebês, sobre elas recaía a vigilância quanto a sua saúde e moralidade⁶⁷². A parteira francesa indica que, quando submetidas aos exames e rejeitadas, elas poderiam ser torturadas pelos senhores: “*e realmente sei que algumas rejeitadas por mim têm apanhado em casa*”⁶⁷³.

As reverberações dos discursos médicos, que alcançavam inicialmente setores dentre as elites urbanas, de imediato pouco significaram em termos práticos⁶⁷⁴.

⁶⁷⁰ VIANNA, Murillo Mendes. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de Domingos Luiz dos Santos, 1869, p. 34.

⁶⁷¹ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XVII, setembro de 1865, n.5, p. 207.

⁶⁷² Na segunda metade do século XIX, os discursos médicos acirravam a crítica às escravas domésticas e amas de leite, reportando-se a elas como agentes privilegiados de contágio e corrupção da família branca. Mulheres negras, sua origem africana, seus corpos e seu leite, eram representados como principal inimigo do estilo de vida familiar preconizado pelos médicos, e como foco e origem de todo tipo de doenças. Em tese defendida em 1880, Thomaz Eboli discriminava uma lista extensa de doenças que poderiam ser transmitidas às crianças brancas através do leite de mulheres escravizadas, como sífilis, boubas, escrófulas, doenças cardíacas, convulsões epiléticas, mania, melancolia, tendência ao suicídio, hipocondria, histeria, gota, tísica, cretinismo, dentre outros. EBOLI, Thomaz. *Dissertação sobre hygiene: os prejuizos que causam uma má amamentação*. Rio de Janeiro: Typographia Popular, 1880, p. 8.

⁶⁷³ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XVII, setembro de 1865, n.5, p. 207.

⁶⁷⁴ Na tentativa de minimizar o que consideravam como graves problemas decorrentes deste tipo de aleitamento, nas décadas finais do século, os médicos passaram a buscar apoio público para a regulamentação da ocupação de amas de leite e para a realização compulsória de exames médicos como condição para a contratação da ama. Porém, nenhuma das iniciativas obteve sucesso duradouro durante o Império. Para Elizabeth Carneiro, os debates sobre a regulamentação do aleitamento na Corte estiveram ligados, sobretudo, ao controle do aluguel de escravas, entre os que pressionavam pelo fim da escravidão e os setores proprietários que não aceitariam as restrições externas que ameaçassem seus lucros e a esfera de dominação doméstica, até aquele momento incontestada. Sobre os projetos de regulamentação de amas de

Analisando anúncios de jornais entre 1850 e 1872, Luiz Martins concluiu que, apesar do acirramento dos discursos higienistas, o comércio de mães escravas como amas manteve-se estável no período, sobretudo o aluguel, a esmagadora maioria dos anúncios⁶⁷⁵. Juvenal das Neves referia-se, na década de 1870, às práticas costumeiras das famílias senhoriais e locatárias que tomavam as amas “*ordinariamente sem o menor exame*”: “*Se chegam a examiná-las apenas se satisfazem com algumas perguntas gerais, com a inspeção das conjuntivas e com a figura da preta*”⁶⁷⁶. Já a parteira Durocher, em 1870, referia-se à penetração dos discursos higienistas que provocavam nas famílias locatárias o medo do contágio, sem comprometer a prática de continuarem alugando mulheres escravizadas sem seus filhos. Porém, o sumiço dos bebês a mando de seus senhores voltava-se contra seus próprios interesses. As mulheres ficavam dias sem amamentar e paravam de produzir leite. Muitas outras, alugadas sucessivamente a mais de uma família, sob a pressão e as ameaças de seus senhores, mentiam a respeito da época de seus partos, justificando a falta de leite pelo desaparecimento de seus bebês:

É incrível o abuso do direito do senhor contra o escravo, e o número de escravas fisicamente impossibilitadas de amamentar que diariamente vem ao nosso consultório: [...] quase todas sem leite, porque, contra todas as leis divinas e humanas, se lhes tem arrancado os filhos para levá-los à roda, afim de alugar as mães, mais facilmente, como amas de leite. Ora, como bastam dias sem dar de mamar para estancar o leite, resulta que se alugam assim mesmo amas, e o que de mais revoltante há é que depois de uma ama esgotada por uma longa criação, ainda se obriga a pobre escrava a dizer que pariu a poucos dias, e que se não tem bastante leite é porque o filho foi para a roda e não tem dado de mamar; [...] porém tarde e as más horas se conhece o embuste⁶⁷⁷.

leite no Rio de Janeiro, ver GRAHAM, **Proteção e obediência**...op. cit., p. 143; CARNEIRO, **Procura-se uma “Preta com muito bom leite**..., op. cit., p. 97-98 e 208.

⁶⁷⁵ Luiz Martins sublinhou que os anúncios de amas de leite constituíram um indicador da projeção dos saberes médicos no período, passando a introduzir categorias como atestados de boa saúde e de boa qualidade do leite, no intuito de minimizar a desconfiança de potenciais locatários. MARTINS, Luiz, **No seio do debate**... op. cit., p. 141-147.

⁶⁷⁶ O doutorando Juvenal das Neves aludia, na década de 1870, às práticas invasivas dos médicos e à resistência tenaz das mulheres aos exames intrometidos: “*Seria muito importante examinar os órgãos genitais de uma maneira completa para nos certificar que não existe nenhum traço de sífilis recente ou antiga. Porém este exame é muito delicado e muitas vezes impossível, em razão da repugnância com que as amas a ele se submetem*”. Um apologista dos exames compulsórios descrevia, na década de 1890, a relutância das mulheres escravas a tais procedimentos: “Se já era difícil proceder-se a um exame rigoroso nas amas escravas de outros tempos, muito mais se torna agora, em que as mulheres não se prestarão a inspeção minuciosa das regiões mais recônditas de seu corpo”. NEVES, Juvenal, *Do aleitamento natural*, op. cit., p. 33; *Relatorios sobre assumptos de hygiene*. Apud GRAHAM, **Proteção e obediência**, op. cit., p. 151.

⁶⁷⁷ *Correio Paulistano*, 7 de dezembro de 1870.

As teses sobre o aleitamento foram unânimes em documentar o quão disseminada continuava a prática do aleitamento realizado por mulheres alugadas destituídas dos filhos, e o quanto as vozes dos médicos, ampliadas através dos discursos antiescravistas a partir da década de 1870, pouco se fizeram ouvir. Em 1873, Cunha sinalizava para a valorização econômica da ocupação, “*de tal sorte que em breve somente as pessoas abastadas é que poderão pagar amas*”⁶⁷⁸. Os censos de 1849 e 1872 apontam para as alterações profundas na composição étnica e social das mulheres na cidade, com a diminuição do número de escravizadas, sobretudo africanas, e o incremento demográfico da população de mulheres crioulas, livres e forras, negras e brancas empobrecidas, e sobretudo açoreanas e portuguesas que vinham disputar o mercado de trabalho de amas de leite⁶⁷⁹.

Segundo Murilo Vianna, apesar do ingresso das mulheres nascidas em ilhas portuguesas no mercado de trabalho urbano carioca – as chamadas “ilhoas”, a quem ele atribuía a “*ambição insaciável*” –, o ofício de amas de leite continuava a ser desempenhado majoritariamente por escravas⁶⁸⁰. O censo de 1872 aponta para as pressões que recaíam sobre as crioulas e seus filhos ingênuos no período. Elizabeth Carneiro calculou que as 16.326 cativas recenseadas entre 16 e 40 anos de idade, 6% da população total do município, poderiam ser exploradas como amas de leite por parte das 52.301 mulheres livres naquela mesma faixa etária, pertencentes às classes remediadas e abastadas⁶⁸¹. As malhas dos interesses escravistas incluíam como intermediários, além das parteiras francesas, os donos das casas de comissão, que compravam, vendiam e alugavam escravizadas, lucrando com as taxas sobre as operações comerciais. Celso Reis

⁶⁷⁸ CUNHA, Augusto Álvares da. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral...*, op. cit., p. 52.

⁶⁷⁹ Bárbara Martins notou, nos anúncios da primeira metade do século XIX, que as brancas não ultrapassavam 8% do total. Ela documentou, para a segunda metade do XIX, o aumento da presença de mulheres brancas na oferta de serviços de amas de leite, que totalizaram 26% de sua amostragem, com destaque às mulheres estrangeiras. MARTINS, B. **Amas de leite e mercado de trabalho feminino**, op. cit., p. 52-53. Sobre as alterações no mercado de trabalho doméstico na segunda metade do século, conferir SOUZA, Flávia. **Para casa de família e mais serviços**: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX, op. cit., p. 99-102; ALENCASTRO, Luís. “Proletários e Escravos. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”, **op. cit.**

⁶⁸⁰ As teses apontam para a reconfiguração das relações de trabalho, no contexto da desagregação da escravidão urbana, constando menções mais correntes às amas de leite livres, em particular as portuguesas empobrecidas, sobre quem pesava o estigma de “mercenárias” interesseiras. Segundo Vianna, “*as mulheres livres e honestas raramente se prestam nesta cidade a exercer as funções de amas; apresentam uma repugnância quase invencível: tudo isso resulta de não quererem nivelar-se com as escravas, que são as mais comumente empregadas*”. VIANNA, Murillo Mendes. *Do aleitamento natural, artificial*, op. cit., 1869, p. 52.

⁶⁸¹ CARNEIRO, M. E., **Procura-se “Preta, com muito bom leite”**, op. cit., p. 263.

referia-se, em 1874, às parturientes e nutrizes cativas que eram levadas às agências pela iniciativa dos senhores:

Aqui as escravas que tem de ser alugadas como amas são colocadas em casas que tem por fim alugar escravas, ou então saem mesmo da casa dos senhores, e ordinariamente são aceitas sem o menor exame nas casas de família que delas têm necessidade⁶⁸².

Se até 1871 os direitos de propriedade sobre os bebês e as possibilidades futuras de sua escravização acendiam nos senhores o interesse em mantê-los vivos – seja conservando-os em suas casas, colocando-os à venda ou investindo nos pagamentos mensais às amas livres quando suas mães fossem alugadas – a Lei do Ventre Livre produziu mudanças neste cenário. Sancionando a libertação das filhas e filhos das escravas, a lei teve como um de seus efeitos o aumento do abandono de bebês negros na Roda dos Expostos, conforme afirmou um estudante de medicina: *“a irmã superiora disse-nos que isso começou a dar-se com maior frequência de setembro do ano atrasado em diante, o que nos leva a considerá-la consequência da nova lei do elemento servil”*⁶⁸³.

Luiz Soares argumentou, com base nas estatísticas sobre a cor dos bebês abandonados na Santa Casa de Misericórdia, nos períodos de 1852-1856 e 1867-1869, que a redução do número de crianças negras de um período para o outro seria indicativo tanto da diminuição do número de cativas na cidade quanto de uma mudança de atitude dos senhores, depois do fim do tráfico africano⁶⁸⁴. Naquele contexto, senhores teriam interesse em tratar das crianças e conservá-las em seu poder. Porém, a Lei do Ventre Livre, ao restringir o direito de escravização das filhas e filhos das escravas, teria desinteressado os senhores no dispêndio de maiores cuidados aos bebês ingênuos, quando suas mães poderiam ser alugadas como amas de leite sem os filhos pelo dobro ou o triplo do preço. Lana Lima e Renato Venâncio notaram que, depois de 1871, o número de crianças negras entregues à Roda triplicou: de 1864 a 1881, o número de crianças batizadas praticamente dobrou (de aproximadamente 130 para 260 por ano), tendo triplicado no caso das crianças negras (de aproximadamente 30 para 90 por ano)⁶⁸⁵.

⁶⁸² REIS, Celso Eugenio dos. *Do aleitamento natural...*, op. cit., 1874, p. 33.

⁶⁸³ CUNHA, *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral...*, op. cit., p. 83.

⁶⁸⁴ Entre os 2.844 expostos entre 1852 e 1856, os negros constituiriam maioria de 65,89%, ao passo que dentre os 1.535 expostos para o período 1867-1869 a predominância recairia sobre os bebês brancos, que compunham 58,89% (904 bebês). SOARES, Luiz. *O “Povo de Cam”*...op. cit., p. 292.

⁶⁸⁵ A economia urbana escravista do Rio de Janeiro incidiu nos efeitos da lei de 1871, na medida em que o aluguel das escravas como amas de leite apresentou-se como alternativa rentável ao aproveitamento do trabalho das ingênuas e ingênuos como exposto na lei. Donas e donos preferiram obter lucros imediatos proporcionados pelo aluguel das escravas nutrizes, calculados em torno de 500\$000 a 600\$000 por ano, muito mais atraentes do que a indenização que receberiam se a criança sobrevivesse até os oito anos, com

Nesse horizonte, as teses apresentaram imagens dramáticas das mães que eram apartadas dos bebês, logo após o parto. Em 1873, Cornélio Milward destacava que “a maior parte das pretas” eram subtraídas dos filhos: “as crianças apenas nascidas são imediatamente levadas para a roda”⁶⁸⁶. As mães permaneciam pouco tempo com os bebês e talvez nem chegassem a conhecê-los: a Roda recebia os bebês negros com o cordão umbilical recém-cortado⁶⁸⁷. A literatura de viagem possibilita que lancemos um olhar aos custos e implicações das práticas de aleitamento obrigatório na perspectiva das escravizadas. O suíço Charles Pradez, em meados da década de 1870, necessitando de uma ama de leite, recorreu a uma parteira francesa, que dizia mentiras à escrava Rose a respeito dos destinos do bebê: “‘você pode dizer que tem sorte! O senhor aqui precisa de uma ama e veio buscar você; você vai para uma boa casa, com belo jardim, [...] alimenta o menino branco, lindo como um anjo e ainda recebe de presente, dinheiro! Que beleza!’”. Rose indagava sobre a sorte de seu filho, ao que a parteira respondia: “Vamos! Vamos! Não comece a criar caso, agora, com seu filho; você sabe muito bem que o senhor tomará conta dele, vai enviá-lo para o campo, onde nada lhe faltará”⁶⁸⁸.

Juvenal Neves descrevia as práticas de desaparecimento dos bebês em uma maternidade privada, o que acontecia enquanto a mãe descansava depois do parto. Depois de desperta, desabava em prantos e em grande tristeza:

Adormecida a pobre parturiente, quando ela procurava pelo sono recuperar as forças exaustas no doloroso trabalho de parto, tiravam-lhe o seu inocente filhinho, e mandavam colocá-lo na roda; mais tarde, quando a desgraçada acordada procurava com ansiedade o fruto de suas entranhas e que sabia que ele havia sido levado para a roda, desfazia-se em lágrimas, e mergulhava-se em uma grande tristeza⁶⁸⁹.

Nos anos finais do regime, a cidade via reduzir-se rapidamente a população de escravizadas na cidade – de aproximadamente 29 mil em 1885 para 7 mil em 1888 –, devido às alforrias, mortes e sobretudo em virtude da venda para as fazendas⁶⁹⁰. Além do mercado urbano de aluguel, as mães poderiam perder seus filhos para serem vendidas para fazendeiros que clamavam por força de trabalho no período, desinteressados da

o recebimento de títulos de renda com juros anuais de 6% sobre a indenização de 600\$000, correspondendo a 36\$000 por ano. LAGE, Lana & VENÂNCIO, Renato P. “O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro.” In: PRIORE, Mary del (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, p. 69-70.

⁶⁸⁶ MILWARD, *Do aleitamento natural, artificial e misto...*, op. cit., p. 25.

⁶⁸⁷ CUNHA, *Do aleitamento*, op. cit., p. 84.

⁶⁸⁸ PRADEZ, Charles. *Nouvelles études sur le Brésil*. Paris: Ernert Thorin, 1872, p. 195-102.

⁶⁸⁹ NEVES, *Do aleitamento*, op. cit., p. 37-38.

⁶⁹⁰ SOARES, Luiz. **O “Povo de Cam”**, op. cit., p. 53.

criação do bebê ingênuo. Em 1880, Feliciano era subtraída de sua filha logo após o parto. Ela era conduzida grávida à maternidade da francesa Jeanne Grangent: ocupando três andares de um edifício à rua da Assembleia, a casa de maternidade da parteira recebia, segundo anúncio publicado em 1878, pensionistas livres e escravas⁶⁹¹. Em 1880, o jornal *Gazeta da Tarde* divulgava os serviços prestados pela francesa na assistência ao parto de Feliciano.

Há coisa de dois meses foi levada à casa de Mme. Joanna Granjont, à rua da Assembleia n.33, casa de maternidade, uma preta de nome Feliciano, escrava de um dos sócios da casa Azevedo Bernardes & Ribeiro, da rua Direita. Feliciano estava grávida e foi para ali remetida pelo seu senhor, afim de dar à luz. A parteira estava incumbida de um papel importante: logo que a escrava tivesse o parto a criança seria lançada por ela à casa dos expostos. Apesar de receber por esse serviço 120\$ não teve ânimo de cumprir a sua promessa. Há quinze dias pouco mais ou menos Feliciano deu à luz uma menina quase branca. A parteira, entretanto, não a levava à roda. Compreendeu que praticaria uma indignidade e ficou com a criança em seu poder. Quando voltou à sua casa o senhor da escrava o soube da resolução humanitária da parteira, ficou profundamente contrariado. Ele tinha feito os seus cálculos e contava que lhe não falhassem. Feliciano era uma escrava de muita habilidade, bastante prendada. Tinha de ser vendida para fora da corte. Mas era necessário que a criança que trazia no ventre não viesse lhe frustrar os planos. O comprador talvez que a não quisesse, logo que soubesse que ela lhe levava para casa uma criança.⁶⁹²

O autor denunciava, então, os sofrimentos experimentados por Feliciano que conseguia, mediante suas pressões e a dos antiescravistas, ser vendida junto com a filha. E concluía destacando os destinos dos bebês negros, abandonados na roda e nas praias:

O senhor de Feliciano está para Minas. Alguém ouviu dizer que se precisasse da filha da escrava não mandaria esta para a casa da parteira: entregá-la-ia aos cuidados de uma comadre. E acrescentou:
- O filho, ou para a casa dos expostos ou para a praia.

Em 1884, Apolônia era privada de seu filho, que talvez nascesse sem vida, depois de dar à luz na casa da parteira. Um rondante da rua Evaristo da Veiga detinha a italiana Nathalia Migoni,

que queria pôr na casa dos expostos o cadáver de um recém-nascido, do sexo masculino, filho de Apolônia, escrava de Joaquim Inacio Bitencourt, morador em Santa Tereza. A autoridade declarou Nathalia

⁶⁹¹ BARBOSA, Giselle & PIMENTA, Tania, O ofício de parteira no Rio de Janeiro Imperial. **Revista de História Regional**, op. cit., p. 505.

⁶⁹² *Gazeta da Tarde*, 30 de dezembro de 1880.

ser parteira e residir à rua do Passeio n.66 e que a parturiente Apolonia era sua pensionista⁶⁹³.

Qual a sorte dos bebês negros, que eram abandonados na Santa Casa ainda com vida? Ali, também mulheres escravizadas eram alugadas para amamentá-los⁶⁹⁴. As teses de medicina indicam que, sobre as crianças negras deixadas na instituição, em grande parte filhas e filhos de mãe escravas, incidia a maior probabilidade de morrer⁶⁹⁵. Os doutorandos sinalizaram ainda para a prática da escravização de crianças negras depositadas na Roda, consideradas livres pela lei⁶⁹⁶. Os bebês negros eram adotados pelas chamadas amas externas que substituíam crianças escravas mortas pelos órfãos, sobre os quais também recaía grande chance de morrer, visto que muitas destas mulheres livres pobres, por não terem leite, os alimentavam com água e farinha⁶⁹⁷.

Anos antes, em 1855, Francisco Gonçalves indica em sua tese que escravas eram alugadas na Santa Casa como forma de castigo pelos senhores, tendo de dar conta de dois a três bebês, isoladas dentro da instituição: “*e então vivendo presas, e desesperadas maltratavam de propósito as míseras crianças para serem despedidas*”⁶⁹⁸. Gonçalves indica ainda que era possível que elas amamentassem os próprios bebês. Segundo ele,

⁶⁹³ *Gazeta de Notícias*, 10 de fevereiro de 1884.

⁶⁹⁴ Sobre as amas de leite alugadas na Santa Casa, ver CARNEIRO, M.E., **Procura-se uma “Preta com muito bom leite...”,** op. cit., cap. 1; CARNEIRO, M.E. Santa Casa da Misericórdia na capital da Corte imperial: o abandono, a honra e o progresso impressos em corpos de mulheres escravizadas. **Revista Mosaico**, v. 5, n. 1, p. 55-67, jan./jul. 2012.

⁶⁹⁵ Renato Pinto Venâncio afirmou que as crianças abandonadas apresentavam as mais elevadas taxas de mortalidade registradas na sociedade brasileira nos séculos XVIII e XIX: “A maioria falecia antes de completar um ano sob a proteção do hospital, outros já chegavam mortos”. Segundo Mary Karasch, entre 41,4% e 78,1% dos bebês morriam dentro de um ano. As épocas de epidemias de cólera e febre amarela elevaram a cifra de mortalidade dos bebês a picos espantosos, como 94% em 1852, e, em 1861, o nível mais baixo de 40%. VENÂNCIO, Renato. P. **Famílias abandonadas**, op. cit., p. 99; KARASCH, **A vida dos escravos**, op. cit., p.155; PIMENTA, Tania. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro**, op. cit.

⁶⁹⁶ Lage e Venâncio destacaram que o alvará régio de 1775 e uma lei de 1823, que consideravam livres as crianças pardas e negras abandonadas, eram burladas, tendo sido comum a reescravização de crianças expostas. A prática era comum ao ponto de, em 1857, Luiz Santos, em sua tese, tentar elaborar um meio para evitar a escravização das crianças negras expostas, atando um cordão ao seu pescoço, “*seguro em suas pontas com chumbo derretido, e marcado com o selo da Casa*”. LAGE, Lana & VENÂNCIO, Renato P. “O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro.”, **op. cit.**, p. 68; SANTOS, Luiz Delfino. *Que regimen será mais conveniente á criação dos expostos da Santa Casa de Misericórdia...* Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857, p. 48.

⁶⁹⁷ GONÇALVES, Francisco de Paulo Lázaro. *Que Regimen Será mais Conveniente para a Criação de Expostos da Santa Casa de Misericórdia* Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1855, p. 12.

⁶⁹⁸ No início da década de 1820, Maria Graham, em visita à Santa Casa, registrou ter encontrado apenas duas escravas responsabilizadas pelo cuidado de até sete crianças. GONÇALVES, *Que Regimen Será mais Conveniente...* op. cit., p.11; GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Nacional, 1956, p. 268.

elas cuidavam deles, mantendo-os “*gordos e fortes*”, em detrimento dos outros, também deixados a seu cargo⁶⁹⁹.

Segundo o viajante e artista prussiano Wilhelm Heine, na década de 1850, as escravas alugadas pertenciam a senhores ricos, que ali as remetiam depois de amamentarem os próprios filhos por algum tempo⁷⁰⁰. A documentação interna da Santa Casa registrou os nomes dos senhores e das escravas alugadas na Santa Casa entre as décadas de 1840 e 1880, havendo presença significativa de homens ricos e abastados, constando a nobreza cafeeicultora, presidentes de províncias, deputados, senadores, desembargadores, ministros, conselheiros de Estado e médicos⁷⁰¹. Segundo Elizabeth Carneiro, para os senhores, era símbolo de prestígio ser locador de amas de leite para a instituição. Ela notou a grande presença de africanas em listas de meados da década de 1850, algumas delas aproveitadas em partos consecutivos, havendo queda vertiginosa de escravizadas, de maioria crioula, a partir de 1879⁷⁰².

A partir da década de 1880, paralelamente aos argumentos higienistas que concebiam o aleitamento pelas escravas a partir das matrizes sanitárias e raciais, um discurso abolicionista de tom humanitário passou a conceber o cativo como injusto e desumano, e as cativas como impossibilitadas de exercerem o dever e o direito “natural” ao exercício da maternidade⁷⁰³. Nesse contexto, as teses apresentaram imagens frequentes de bebês apartados de suas mães crioulas, e das tensões e sofrimentos vivenciados por estas mulheres, quando davam à luz. Além das parteiras europeias, os médicos congraçavam seus interesses aos senhoriais, lucrando com as diárias e o valor sobre o parto das escravas. As casas de saúde, além das maternidades das parteiras, eram os ambientes nos quais as escravizadas estiveram vulneráveis às práticas dos médicos e isoladas de suas redes de solidariedade, durante o parto. Dali, saíam rumo à casa dos locatários, sem os bebês:

Um distinto e humanitário medico, que muito tem trabalhado pela higiene infantil, referiu-nos cenas bastantes pungentes [sic] que se passaram em uma casa de saúde onde ele foi interno e que se repetem diariamente nas maternidades. Quantas lágrimas e misérias não seriam poupadas se muitas mães abrissem seu coração aos sentimentos de

⁶⁹⁹ GONÇALVES, Francisco. *Que regimen...* op. cit., p. 27.

⁷⁰⁰ HEINE, Wilhelm. *Voyage autour du monde*. Apud LEITE, Miriam (org.) **A condição feminina no Rio de Janeiro- século XIX**, op. cit., p. 92.

⁷⁰¹ SOARES, Ubaldo. **A Escravidão na Misericórdia. Subsídios**. Rio de Janeiro: s.n., 1958, p. 118.

⁷⁰² CARNEIRO, “**Procura-se uma preta...**”, op.cit., p. 50; SOARES, Ubaldo, **op. cit.**, p. 117-118.

⁷⁰³ COWLING, Camillia. **Conceiving Freedom: Women of Color, Gender and the Abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro**, op. cit.

igualdade que devem nivelar todas as mulheres, livres ou escravas, pobres ou ricas, perante a conservação de seus filhos!⁷⁰⁴

A lei de 1871, que legislava acerca da permanência da escravizada junto a suas crianças menores de 12 anos, continuava letra morta naquele contexto, conforme demonstra um anúncio de 1880 de uma cativa crioula, grávida pela terceira vez, que era colocada à venda ou aluguel, “*própria para ama dando o filho para criar-se*”: “*Vende-se ou aluga-se por 25\$ uma escrava, preta crioula, sadia e desembaraçada, [...] grávida de 4 a 5 meses do terceiro parto, própria para ama dando o filho para criar-se*”⁷⁰⁵.

Na década de 1880, há registros de mulheres compradas por traficantes nas províncias do Nordeste do país – como Paraíba do Norte, Ceará e Pernambuco –, forçadas a migrar rumo à exploração urbana como amas. Em 5 de janeiro de 1881, o jornal *A Gazeta da Tarde* denunciava os traficantes que negociavam mulheres das províncias empobrecidas do Norte para as alugarem, como amas de leite, ou para a prostituição⁷⁰⁶. Mulheres com bebês de colo, separadas de suas famílias, desembarcaram na capital em navios a vapor, ao passo que outras atravessaram o país grávidas e a duras penas, em comboios por terra, dando à luz no meio do caminho:

E se acontece que durante a noite alguma dessas míseras escravas torna-se mãe, no dia seguinte a marcha da caravana não se interrompe, e o fruto querido de suas entranhas é condenado a morrer no primeiro ou segundo dia da jornada se antes não é lançado em algum canto, ignorado a expirar pelo abandono... É o tráfico na sua mais horrenda forma⁷⁰⁷.

Robert Conrad documentou os cálculos dos escravistas sobre as mães crioulas, migrantes do tráfico: “A 50 mil-reis por mês, calculou, uma ama de leite comprada no Norte por 400 a 600 mil-reis dava a ganhar 900 em 18 meses e, depois, podia ser vendida a 1.500 mil-reis”⁷⁰⁸.

Em 1884, o jornal *a Gazeta da Tarde* dirigia-se aos abolicionistas, levantando-se contra o comércio cruel e “*imoralíssimo*” de amas de leite e ao “*torpe explorador de mães escravas*”. O artigo referia-se aos destinos dos bebês negros na cidade que poderiam ser assassinados tão logo nascessem: “*Em sua ganância vão até o infanticídio; quer no momento da parturição, quer por abandono da criança nas ruas, nas praças públicas, e até nos monturos esterquilínios*”. Sugeriu que se levassem às barras dos tribunais os

⁷⁰⁴ MARTINS, José Cipriano Nunes Vieira. *Hygiene da primeira infância*, op. cit., 1882, p. 41.

⁷⁰⁵ *Gazeta de Notícias*, 8 de maio de 1880.

⁷⁰⁶ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* op. cit., p. 67.

⁷⁰⁷ *Annaes da Camara* (1880), V, 28. Apud CONRAD, op. cit., p. 70.

⁷⁰⁸ *Ibid.*

senhores, tratando-se, às vésperas da Abolição, de um “*barão ou comendador, alugador de escravas*”, e que se realizasse uma devassa, inquirindo à ama de leite:

- Onde está seu filho?
- Invariavelmente a resposta é assim:
- A Parteira é quem sabe.
- Foi atirado na roda
- Ficou lá na Fazenda⁷⁰⁹.

Em 1886, o doutorando Evaristo da Veiga referia-se às atitudes dos senhores nas províncias a Sudeste do país que concentravam a grande maioria das escravizadas. Mães crioulas, às portas da Abolição, eram forçadas a abandonar as fazendas, seus bebês, famílias e comunidades para serem alugadas como amas de leite na Corte:

Frequentemente vêm mulheres escravas do interior das províncias, especialmente Minas Gerais, S. Paulo e Rio de Janeiro, para se alugarem como amas, tendo deixado seus filhos nas fazendas donde saíram, quase sempre entregues aos cuidados daqueles que interessam-se pela sua morte, para poupar-lhes o trabalho da criação, porque a lei de 28 de setembro não permite que depois de 21 anos possam fazer deles negócio como *mercadoria*...⁷¹⁰

A documentação médica e a imprensa nos fornecem um pálido vislumbre dos traumas vividos pelas africanas e crioulas, durante e após os partos, nas casas dos senhores e nos estabelecimentos dos brancos. Mergulhadas em grande tristeza, elas choraram sua sorte e a de seus bebês recém-nascidos, que puderam amamentar por poucos dias, não tornando a vê-los. Muitas não chegaram nem a conhecê-los. Elas, então, recobravam suas forças. E adentravam as casas dos locatários.

Lamentos e vinganças

Desde a década de 1830, as vozes dos médicos levantaram-se contra a prática do aluguel na cidade. Atravessaram o século XIX e seus contextos, oferecendo janelas para que nos aproximemos do cotidiano e dos diferentes desafios enfrentados por africanas e crioulas quando ingressavam, após o parto e o desaparecimento dos filhos, nas casas das famílias locatárias, para se ocuparem temporariamente do bebê branco e só dele.

Em seu conjunto, os discursos acerca do aleitamento, produzidos ao longo da primeira metade do século, demonstram que a saúde e o bem-estar das mulheres escravizadas não importavam aos médicos. Antes, proliferaram representações de tom

⁷⁰⁹ *Gazeta da Tarde*, 19 de maio de 1883.

⁷¹⁰ VEIGA, Evaristo. *Das condições que explicam a mortalidade das crianças na cidade do Rio de Janeiro*. Ouro Preto: Typographia da Província de Minas, 1886, p. 36.

difamatório acerca do leite considerado insalubre e da má qualidade dos cuidados prestados aos bebês brancos por mães africanas destituídas de seus filhos. Em 1833, o futuro professor da cadeira de partos Júlio Xavier referiu-se aos sofrimentos das africanas separadas de seus bebês, dos quais amargavam saudades:

As amas escravas, forçadas ordinariamente a aleitarem contra sua vontade filhos que não são seus, sofrem por estes saudades mui vivas; e obrigadas a deixarem seus costumes, e a servirem mais por medo, do que por amor, podem tornar seu leite reputado bom um alimento mui perigoso para os meninos, que lhes foram confiados⁷¹¹.

O médico aludia às práticas das mulheres africanas em relação aos bebês das locatárias deixados sob seus cuidados, em particular a seus atos de descuido e negligência. Recusando-lhes o seio, oferecendo-o em excesso, elas também demoravam em acudi-los:

Pouco cuidadosas para com eles, esquecem-se facilmente de mudarem suas roupas, logo que se acham molhadas, expondo-os assim a diferentes moléstias. Muitas vezes até por maldade quando as crianças choram recusam os seus peitos a sua nutrição; outras vezes, (e não é raro) sufocam com abundância do seu leite os desgraçados recém-nascidos quer por descuido, desleixo, ou maldade⁷¹².

Emílio Maia, em 1834, indica que elas não os alimentavam exclusivamente com seu leite: segundo o médico, elas sobrecarregavam “*os fracos estômagos destes pequenos seres de uma grande quantidade de alimentos, tanto leite quanto papas de diferentes espécies*”. Provocavam, segundo ele, doenças graves, devido às “*bananas assadas e machucadas, de que tanto usam nossas amas*”⁷¹³. Ele referia-se ao caso de sua clínica envolvendo um bebê atacado de uma gastroenterite aguda, “*causada pelas muitas papas de banana, de que lhe entupia uma negra sua ama de leite*”, mencionando um caso idêntico divulgado por um colega. Mulheres africanas embriagavam-se com cachaça, aleitando os bebês também quando tomavam purgantes⁷¹⁴.

Muito diversas da mulher doce, alegre e carinhosa, considerada a ama ideal, Agostinho Bretas referiu-se, em 1838, às africanas alugadas como vingativas, dadas à bebida e insensíveis aos choros dos bebês que poderiam desenvolver hérnias e convulsões. Desmazeladas ao trocá-los, causavam-lhes problemas de pele. Além de intencionalmente negligentes, ele documentava que outras tarefas exigidas das mulheres alugadas provocavam dificuldades quanto à sua habilidade em responder às necessidades

⁷¹¹ XAVIER, *Considerações sobre os socorros que se devem prestar aos meninos...*, op. cit., p. 17.

⁷¹² Ibid., p. 17-18.

⁷¹³ MAIA, Emílio. *Ensaio sobre os perigos*, op. cit., p. 21-22.

⁷¹⁴ Ibid., p. 20.

do bebê, “*devido a algumas ocupações a que muitas vezes se entregam nos intervalos*”, *como lavagem da roupa*⁷¹⁵. Referiu-se, ainda, aos impactos sobre o leite de mulheres que amamentavam cansadas, irritadas e coléricas⁷¹⁶. Africanas untavam o peito com pimenta, possivelmente com o fim de fazer com que os bebês desmamassem e recusassem seu seio⁷¹⁷. Elas embriagavam os bebês com cachaça, para calar seus choros ou para que fossem dispensadas, mas também movidas pela raiva, pelo desespero e pelo desejo de vingança. Inertes ou impacientes, devotando “*pouco amor aos meninos*”, mulheres ministravam, além da aguardente, vinho e outras “*substâncias narcóticas*” para que os bebês caíssem no sono⁷¹⁸. Pouco dedicadas, deixando-os “*chafurdar em seus excrementos*”, africanas foram surpreendidas sacudindo os bebês com violência⁷¹⁹. Dadas à embriaguez e negligentes, em 1847 Zeferino Meirelles concluía: “*não amam, não cuidam, porque não são seus filhos*”⁷²⁰.

Os conflitos que permearam as relações entre africanas alugadas sem seus filhos e a família locatária podem ser acompanhados, a partir de um processo datado de 1803, analisado por Sandra Koustsoukos⁷²¹. Joaquina, de nação Mina, era alugada como ama de leite para servir sucessivamente a duas filhas de um casal. A africana mostrava-se dedicada à primeira criança, que esteve sob seus cuidados até o desmame. Quando nascia

⁷¹⁵ Em 1873, um doutorando referia-se à prática de exigir das amas de leite outros trabalhos com fim de não deixá-la “ociosa”: “*Se a criança for sadia e pouco inquieta, de maneira a não exigir os cuidados assíduos da ama, será de grande utilidade que se lhe encarregue do desempenho de pequenos arranjos domésticos, porque a ociosidade dará lugar a que ela se entregue a distrações pouco convenientes*”. CUNHA, Augusto. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral...*, op. cit., 1873, p. 64.

⁷¹⁶ Sobre as crenças populares e médicas a respeito do leite enquanto veículo transmissor de características físicas e morais da nutriz, ver PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia, op. cit., p. 242-253; FINE, Agnes. “Leite envenenado, sangue perturbado. Saber médico e sabedoria popular sobre os humores femininos (séculos XIX e XX)”. In: MATOS, Maria Izilda Santos de & SOIHET, Rachel (org.) **O corpo feminino em debate**, op. cit., p. 57-78.

⁷¹⁷ BRETAS, Agostinho. *A utilidade de aleitamento maternal e os inconvenientes que resultão do desprezo deste dever*, op. cit., 1838, p. 22. Segundo Henri Junod, entre as africanas da tribo tsonga, ao sul de Moçambique, era sentido com tristeza o dia do desmame, quando a criança deixava a aldeia dos pais, indo residir com os avós, dos 3 aos 14 anos. Se, por alguma razão, a criança tivesse que permanecer na aldeia da mãe e do pai, a mãe esfregava pimenta (*piripiri*) nos seios, de maneira a desmamá-los. JUNOD, Henri. *Usos e costumes dos Bantu*. (org.), op. cit., p. 87.

⁷¹⁸ VISGUEIRO, Alexandre. *Considerações hygienicas sobre a educação physica do homem durante os dous periodos da infância*, op. cit., 1840, p. 16.

⁷¹⁹ D’ARAUJO, José Augusto Cesar Nabuco. *Algumas considerações acerca da utilidade do aleitamento maternal e dos males provenientes do desprezo deste grandioso dever*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1844, p. 12.

⁷²⁰ MEIRELES, Zeferino. *Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento maternal*, op. cit., 1847, p. 18.

⁷²¹ KOUTSOUKOS, Sandra S. M. **No estúdio do fotógrafo**: representação e autorepresentação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em Multimeios), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006, p. 163.

a segunda filha, o casal de locatários tentava alugar novamente Joaquina. Sua senhora, entretanto, recusava, alegando que a escrava lhe era útil nos serviços domésticos.

Após alguma negociação, sua proprietária aceitava vendê-la, porém, sob a condição de que passados três anos Joaquina seria alforriada. Ciente deste fato, a africana mudou de atitude. Começou a desobedecer a seus novos senhores, antigos locatários, o que resultou em brigas, agressões físicas e xingamentos entre ela e sua nova dona, e em uma mordida no bebê de seis meses. O casal, então, iniciava uma batalha jurídica a fim de anular a alforria condicional de Joaquina, que era favorecida pelo veredicto com a conclusão de que a anulação seria cabível apenas se ela houvesse agredido sua antiga dona que lhe condicionara a carta de liberdade. Este caso é expressivo das violências e ressentimentos que atravessaram as relações entre os locatários e a mãe africana, que amamentava num espaço de alguns anos duas crianças, e às tensões que os vinculavam quando obediência e fidelidade não condicionavam a alforria. Da perspectiva de Joaquina nação Mina, quando sua liberdade estava garantida, ela mudou de atitude. E aqui, o silenciamento quanto aos destinos de seus bebês é flagrante⁷²².

Já nos anos 1850, no contexto das epidemias de cólera e febre amarela que afetavam a Corte e outras cidades imperiais, os discursos médicos referiram-se às amas de leite como principal vetor da mortalidade das crianças brancas, seja através de seu leite, considerado veículo de diversas doenças reais e imaginárias, mas também através de suas práticas. Assim, em 1859, Antônio Pinto referiu-se, em seu manual, às mulheres escravizadas que adormeciam enquanto davam de mamar, matando os bebês sufocados. Tais mortes, muitas delas certamente acidentais, poderiam encobrir assassinatos: *“Sinistros como este não são raros (verdade é que só de amas sobretudo escravas é que tenho notícia que os tenham produzido; uma mãe por via de regra vela sempre por seu filho)”*⁷²³. O médico Theodoro Langgaard, em seu manual de grande circulação entre os estudantes de medicina, publicado em 1862, desaconselhava as *“amas de mau gênio ou irascíveis”*, que *“fazem mal aos pequenos”*⁷²⁴.

Não somente as africanas mas também as crioulas escravizadas, nas décadas finais do século, demonstraram abertamente a raiva que sentiam das famílias locatárias e de sua prole. No contexto das transformações das relações de dominação escravista, os médicos

⁷²² Ibid.

⁷²³ PINTO, *O médico da primeira infância*, op. cit., p. 198. Em 1838, Agostinho Bretas referia-se ao caso contado por Julio Xavier, professor da Cadeira de Partos, de um bebê asfixiado pela ama enquanto esta dormia. BRETAS, Agostinho, op. cit., p. 21.

⁷²⁴ LANGGAARD, Theodoro. *Arte obstétrica ...*, op. cit., 1862, p. 316.

indicam que elas estiveram muito pouco dispostas a agradar os locatários. Estes, não sendo seus donos, eram os responsáveis indiretos pelo abandono de seus bebês, gozando de direitos temporários sobre seus serviços de ama exclusiva de seus filhos. Para contornar o quadro de maus-tratos dispensados pelas mulheres crioulas alugadas naquelas condições, os médicos sugeriam, então, que fossem bem tratadas: “*A família deverá tratar a ama com agrado, procurar fazer as suas vontades a fim de que ela faça o mesmo a criança*”⁷²⁵. Segundo ele, elas dirigiam “*principalmente a inocente criança*” seu ódio: “*A ama quando é alugada, não leva em sua companhia o seu filho; ela é obrigada pelo seu senhor, afim de dar um aluguel maior, a abandoná-lo, portanto ela vai contrariada, e odeia a família que a aluga e principalmente a inocente criança*”⁷²⁶.

Também a partir da década de 1870, quando a especulação sobre o aluguel e os abandonos dos bebês incidiam sobre a maioria de mães crioulas – nascidas na Corte de mães africanas ou descendentes, ou migrantes forçadas do interior ou de outras províncias –, o discurso médico de combate às amas de leite foi impulsionado pelo despontar da propaganda antiescravista. Os médicos referiram-se às experiências compartilhadas pelas amas de leite no meio urbano carioca, aludindo à qualidade do leite e das práticas das mulheres alugadas sem os filhos, o que para Juvenal Neves influía “*extraordinariamente sobre o moral das escravas, tornando assim seu leite nocivo às crianças*”⁷²⁷. Segundo Francisco Sampaio, eram raras as mulheres alugadas que dispensavam cuidados aos bebês brancos, referindo-se, entretanto, àquelas que tratavam bem dos bebês das locatárias. Segundo o médico, as demonstrações de dedicação e carinho configurariam uma estratégia para evitar castigos, e quiçá conquistarem a alforria:

Se algumas, a troco de bom tratamento, de solícitos cuidados de sua ama, e por vezes da esperança de liberdade chegam a dedicar-se com véras às crianças que amamentam a mor parte delas tem chegado a um ponto tal de cinismo e de insensibilidade que não só pessimamente cumprem o dever que lhes foi imposto, como até mesmo não trepidam em maltratar a um inocentinho indefeso⁷²⁸.

Ele empregava em sua retórica um tom simpático aos sofrimentos experimentados pela mãe escrava destituída de seu bebê, evocando “*as atrocidades praticadas com elas*”, ao que se ligava “*naturalmente a tristeza*”. Ele indicava o uso por parte das mulheres

⁷²⁵ MOURA, Francisco José Coelho de. *Do aleitamento natural, artificial...* op. cit., p. 24.

⁷²⁶ Ibid., p. 27.

⁷²⁷ NEVES, *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral...*, op. cit., p. 37-38.

⁷²⁸ SAMPAIO, Francisco. *Do aleitamento natural, artificial...*, op. cit., p. 24.

alugadas de uma boneca de pano como chupeta, com o fim de entreter os bebês à noite. Quando irritadas, desferiam-lhes beliscões:

Umas, afim de fazer calar a cria durante a noite e não se incomodarem acordando para lhe dar o seio, abandonam a criança o dedo que esta chupa, entretendo-se assim, ou então uma boneca de pano que ela conserva na boca durante toda a noite; outras em vez do leite que o menino reclama dão-lhe beliscões⁷²⁹.

Propagando o temor às amas de leite e para desencorajar seu emprego, o doutorando Severiano Urculu, em 1882, construía um quadro de desgraças promovido pelo aleitamento obrigatório. Na década da Abolição, mulheres crioulas e migrantes do tráfico interno e das fazendas, separadas dos filhos e de seus parentes, desincumbiam com revolta e má vontade os cuidados aos bebês brancos, chegando a neles infligir “*beliscões, palmadas, empuxões*”, “*dominada pelos impulsos maternais*” que o médico afirmava compreender⁷³⁰.

A documentação aponta para outras atitudes de mães crioulas frente ao desaparecimento de suas filhas e filhos. Em 1880, no conto *A mãe escrava*, publicado no periódico *A mãe de família*, Clara, ama de leite alugada, dirigia-se a um feiticeiro para descobrir o paradeiro de seu bebê desaparecido⁷³¹. Muitas mulheres recorreram a fugas das casas de seus donos nos últimos tempos da gravidez, provavelmente para esquivar-se dos planos senhoriais e garantir a sobrevivência de seus filhos após o parto. Outras fugiram da casa dos locatários ou dos novos senhores, como Izidora, comprada para ama de leite em 1866. Seu desaparecimento provocava uma batalha jurídica entre o novo dono destituído e o ex-senhor, o primeiro requerendo a nulidade da compra.⁷³² Outras fugiram das casas das parteiras, como “*a preta Maria*”, com sinais “*de queimadura nas mãos e muito prosa*”, que, em 1872, desaparecia da rua da Carioca, da casa da parteira francesa Daude/Daure, levando uma capa roxa⁷³³. Outras escapavam da casa dos senhores, como Turíbia. Dia 7 de julho de 1887, pelas cinco e meia da tarde, ela recobrava suas forças após o parto: fugia da rua do Senado n. 21, “*levando em sua companhia um recém-nascido*”⁷³⁴.

⁷²⁹ Ibid., p. 24-25.

⁷³⁰ URCULU, Severiano. *Higiene da Primeira Infância*, op. cit., p. 52.

⁷³¹ *A Mãe de família*, 2º ano, n.10, maio de 1880, p.79.

⁷³² Arquivo Nacional, Apelação Cível, número 6.604, maço 137.

⁷³³ *Jornal do Comercio*, 19 de agosto de 1872; *Jornal do Comercio*, 20 de agosto de 1872. Apud CARNEIRO, M. **Procura-se uma “preta...”**, op. cit., p. 255.

⁷³⁴ *Jornal do Commercio*, 16 de julho de 1887.

A história de Ovídia, personagem central de um auto de denúncia de redução de pessoa livre à escravidão, investigado por Maria Helena Machado, é ilustrativa a respeito das formas de enfrentamento de uma jovem crioula na Corte, na década final do regime, quando dava à luz e tinha de servir sucessivamente como ama de leite alugada e ao filho do senhor⁷³⁵. Ovídia, nascida e crescida no interior fluminense, enfrentava a venda para a Corte e o destino de escrava de aluguel, num cotidiano de deslocamentos constantes, fugindo diversas vezes. Entre os depoimentos, o senhor de Ovídia afirmou que ela havia sido alugada como ama de leite e, em seguida, havia amamentado um filho seu, cessando esta atividade devido à desconfiança de ser ela portadora de alguma doença de pele contagiosa que, naquele fim de século, estava sendo divulgada pelos médicos que atuavam na Corte.⁷³⁶ Nenhuma menção ou esclarecimento acerca da criança constou dos autos, e a historiadora aventa a hipótese de que a separação entre Ovídia e seu filho justificaria sua mudança de comportamento em relação ao senhor, rebelando-se e fugindo sucessivas vezes a partir de 1879, depois de ter sido alugada e de ter servido ao filho de seu senhor como ama de leite.

Porém, mulheres africanas e suas descendentes como Felipa, em 1809, e Ovídia, em 1879, em cidades e contextos muito distintos, não serviram como amas de leite exclusivamente às famílias locatárias. Africanas e crioulas, ao longo do século e de suas transformações, engravidaram e foram mães no mesmo período que suas donas. Outras, que foram por estas compradas quando grávidas ou enquanto aleitavam seus próprios filhos, tiveram de servir de amas de leite do bebê senhorial.

Mãe e ama de leite na casa senhorial: entre o bebê negro e o branco

Em 1840, uma mulher era colocada à venda com seu nenê de três meses: “*Vende-se por precisão uma completa ama de leite, com muito bom leite e do segundo parto, com uma cria de 3 meses, tão robusta que cria duas crianças ao mesmo tempo sem ter o menor incômodo*”⁷³⁷. Em poucas linhas, este anúncio deixa entrever algumas experiências pregressas desta mulher africana ou crioula como mãe, cujo primeiro filho, caso estivesse vivo, não a acompanharia. Os dizeres senhoriais envolvendo a mulher anônima exaltavam seu “*muito bom leite*”, que segundo o senhor lhe subtrairia de qualquer incômodo na

⁷³⁵ MACHADO, Maria Helena P.T. Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: A história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). **Revista Afro-Ásia**, n. 42, p. 157-193, 1º semestre de 2011.

⁷³⁶ *Ibid.*, p. 184.

⁷³⁷ *Jornal do Commercio*, 1º de fevereiro de 1840.

criação de duas crianças. Como ocorria a distribuição de cuidados e leite quando às mães escravizadas era delegada a amamentação do bebê de sua senhora e do seu? Quem investiria na compra da mãe nutriz com seu nenê, no período de grandes desembarques de africanos? Seriam vendidos juntos? Assim como esta mulher anônima, Ângela Maria, crioula nascida em Barbacena, Minas Gerais, idade desconhecida, não escapava a essa ocupação: em 1842, mãe de Pio, quatro anos, e Efigênia, um ano e cinco meses, ela designava-se em seu interrogatório como ama do filho da senhora, levada aos tribunais por homicídio e tentativa de suicídio⁷³⁸. Assim como Ângela, mães que serviram como amas de leite dos bebês senhoriais puderam manter consigo seus filhos na casa de seus donos que, até 1871, tomavam posse de sua descendência. Ângela ainda amamentava o filho da senhora e sua menina Efigênia? Ou cessava o período de aleitamento, e ela tornava-se ama seca?

Conforme demonstraram os estudos acerca da prevalência do aluguel no mercado urbano de amas de leite, na primeira metade do século XIX, no contexto da posse disseminada entre pequenos e médios proprietários, era relativamente menos comum que uma mãe escravizada se ocupasse do bebê de sua senhora. Apesar de menos frequente, africanas e crioulas amamentaram seus filhos e serviram de amas para os bebês de suas donas, nas maiores propriedades urbanas. Anúncios de venda indicam ainda que africanas e crioulas grávidas, ou tendo seus bebês ao colo e ao seio, foram compradas por famílias que decidiam e podiam investir em uma escravizada inicialmente como ama de leite, ao invés de recorrer ao aluguel.

Os anúncios de venda de mulheres com seus bebês para amas de leite, na primeira metade do XIX, documentam as redes dos interesses escravistas que interceptaram as vidas e experiências da maternidade para mulheres africanas e crioulas na cidade. Os interesses senhoriais sobre as crianças, no contexto da escravidão de pequena posse, abriam oportunidades para que as mães fossem compradas junto a seus nenês, mesmo quando tivessem de se ocupar da criança senhorial. Bárbara Martins notou que, diversamente dos anúncios envolvendo aluguel, naqueles referentes à venda – apenas 20% de sua amostragem total –, cerca de 73% indicavam a existência dos bebês das escravizadas⁷³⁹.

Os anúncios comerciais permitem que nos aproximemos de alguns arranjos domésticos que envolveram africanas ocupadas como amas nos domicílios senhoriais, na

⁷³⁸ *Gazeta dos Tribunais*, 25 de abril de 1843.

⁷³⁹ MARTINS, Bárbara, *Amas de leite e mercado de trabalho feminino*, op. cit., p. 44.

primeira metade do XIX, com a presença de seu bebê e outros filhos. Em 1834, uma africana, a quem já nos referimos, poderia ser comprada para servir como ama de leite ao filho de sua nova senhora. Colocada à venda com seu bebê de três meses, ela negava-se a servir à dona: “vende-se uma preta de nação, com muito bom leite, e com um filho de 3 meses [...] e se vende por não querer servir a sua Sra”⁷⁴⁰. Também uma mulher descrita como “ama de leite e mucama recolhida” foi colocada à venda junto à “cria de 6 meses mui nutrida”, por 750 mil réis⁷⁴¹. Esses anúncios revelam que estas mulheres aliavam trabalhos internos e externos à casa com o cuidado de seus próprios bebês, que amamentavam. A venda poderia modificar esta situação, caso adentrassem o novo lar senhorial, tendo de dedicar-se também ao bebê de sua dona.

Os anúncios de venda indicam também que mulheres grávidas ou mães com filhos ingressaram na casa dos novos senhores, podendo amamentá-los sem disputa com o bebê senhorial até que este nascesse: “Precisa-se comprar uma preta rapariga, ama de leite, com cria, ou grávida, que esteja próxima a parir, e saiba coser, e engomar; na rua de S. José n.15”⁷⁴². Em 1837, na rua dos Latoeiros, um comprador interessava-se por uma “preta ama de leite, com cria, ou mesmo grávida, que agradando não se duvida ao preço”⁷⁴³. O anúncio seguinte, de 1839, de venda de uma mulher grávida, mucama e mãe de duas crianças libertas na pia batismal, demonstra que ela poderia ser separada dos filhos libertos, ao ser comprada para servir como ama de leite, disputando, após o parto, os cuidados de seu bebê com o de sua senhora:

Vende-se uma vistosa e bonita mocamba, pejada de 6 a 7 meses, que sabe bem lavar, cozinhar, engomar e coser alinhavado, é de boa conduta em todo o sentido, muito feliz nos seus partos, sendo este o terceiro; os seus dois outros filhos foram libertos na pia, o que prova o bom conceito que seu Sr. teve dela; costuma ter bom leite e abundante, e dá-se por 460\$rs: na rua do Sabão n.130⁷⁴⁴.

Assim como Ângela Maria, que na década de 1840 era mãe de Pio e Efigênia, de quatro e um ano e meio respectivamente, africanas e crioulas tiveram de disputar atenção e leite com dois bebês, tendo ainda a presença de outros filhos. Assim, uma escravizada grávida nascida no Uruguai era colocada à venda em 1830 junto a dois de seus filhos, residentes na rua do Ouvidor n. 43: “Uma preta crioula de Monte Vidéo, por preço

⁷⁴⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de agosto de 1834.

⁷⁴¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de dezembro de 1840.

⁷⁴² *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de outubro de 1838.

⁷⁴³ *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de fevereiro de 1837.

⁷⁴⁴ *Jornal do Commercio*, 23 de março de 1839.

*cômodo, com dois filhos, sendo uma pardinha de idade 7 anos, e um pardinho de 2 anos, acha-se pejada de 6 meses, e pode vir a servir como ama de leite*⁷⁴⁵. Também, uma crioula mãe de duas crianças – uma de três anos e outra de um, que ela amamentava –, ao ser comprada, poderia ter sob sua responsabilidade o bebê senhorial, em 1839: “*Vende-se na rua do Valongo n.70 uma parda de idade 28 a 30 anos, com duas filhas, uma de 3 anos, e outra de 1 ano, tem muito bom leite*”⁷⁴⁶. Em 1832, uma mulher grávida de seis a sete meses era colocada à venda na rua do Ouvidor. O anúncio indica que esta era sua segunda gravidez, e nada consta acerca do primeiro filho. Há indícios de que tenha servido como ama de leite e ama seca de algum filho do senhor e que desempenhava outras ocupações: “*Para vender uma preta pejada de 6 a 7 meses, da segunda barriga, que sabe tratar bem de meninos, até mesmo como ama seca, é de boa estatura, forte, boa lavadeira, e engomadeira*”⁷⁴⁷. Os anúncios apontam para os interesses escravistas sobre o leite e os serviços das mães africanas e crioulas como amas e para as possibilidades de serem vendidas junto a seus filhos, num período em que nenhuma restrição legal se colocava à separação.

Os médicos, ao dirigirem suas críticas ao modo de vida das mulheres brancas das elites urbanas que não se ocupavam dos filhos, revelam outras dimensões do cotidiano das amas de leite, na domesticidade escravista. Eles indicam que a vigilância da mãe e de outros familiares nem sempre se fazia presente, o que abria oportunidades para que as mães escravizadas descansassem ou se ocupassem dos próprios filhos. Segundo Agostinho Bretas, em 1838, o lazer das mulheres das elites urbanas, com idas noturnas a bailes, implicava na ausência da família senhorial durante a noite e o dia seguinte, quando as senhoras descansavam⁷⁴⁸. Médicos e viajantes indicam também que as amas de leite não alimentavam os bebês senhoriais exclusivamente com o peito. Até a entrada em cena dos discursos acerca da amamentação e da higiene das crianças brancas, era amplamente aceita e praticada a alimentação mista com papinhas, caldos e sopas que eram ministrados aos bebês pelas amas, já nos primeiros meses. Em 1824, Ernest Ebel, natural da Letônia, observava com espanto, no Rio de Janeiro, que a “*ama – uma escrava – alimentava a criança com mingau de tapioca que ela lhe levava à boca, servindo-se para isso dos dedos*”, procedimento para ele censurável: “*Com espanto vim a saber que assim se faz*

⁷⁴⁵ *Correio Mercantil*, 16 de outubro de 1830.

⁷⁴⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de junho de 1839.

⁷⁴⁷ *Jornal do Commercio*, 11 de outubro de 1832.

⁷⁴⁸ BRETAS, Agostinho, op. cit., p. 27.

em todo o Brasil”⁷⁴⁹. Foram comuns entre os médicos referências aos mingaus de farinha de mandioca e araruta, batatas, bananas e miolo de pão fornecidos pelas amas para os bebês senhoriais: para complementar sua alimentação ou a fim de desmamá-los, mas também, possivelmente, para que aqueles não sorvessem todo o seu leite⁷⁵⁰.

As tensões cotidianas poderiam se acirrar quando as escravizadas acumulassem, além dos bebês, outras demandas de trabalho, sobretudo nas casas remediadas e naquelas que se viram destituídas de escravas, nos anos posteriores ao fim do tráfico. Estudos problematizaram as imagens construídas por viajantes estrangeiros sobre as amas de leite: bem tratadas e obedecidas pelas famílias senhoriais, elas constituiriam a elite bem vestida e alimentada entre as escravas domésticas dos ricos⁷⁵¹. Bárbara Martins e Luiz Martins demonstraram, a partir dos anúncios de jornais de aluguel e venda, que a realidade urbana da pequena e média posse, sobretudo na primeira metade do século XIX, concorria para que a maioria das mulheres ocupadas como amas desempenhasse outras ocupações domésticas além de cuidar dos bebês brancos e dos seus, aliando lavagem e engomado de roupas, e mesmo idas às ruas⁷⁵². Agostinho Bretas observava, em 1838, que mesmo uma ama de leite “*diligente*” e “*cuidadosa*” não acudia a tempo os bebês, “*devido a algumas ocupações a que muitas vezes se entregam nos intervalos*”, como lavagem de roupas. Já Emílio Maia, em 1834, referia-se à prática de as mulheres amamentarem o bebê vindas da rua, cansadas: “*contudo algumas amas tem o mau costume, vindo da rua cansadas e inundadas de suor*”⁷⁵³. Em 1850, um senhor colocava à venda uma mulher “*com muito bom leite*”, mãe de uma criança de um ano e quatro meses de quem ela cuidava aliando diversos trabalhos portas adentro e portas afora: descrita como mucama, sabendo lavar, engomar, costurar, cozinhar, sendo ainda boa doceira e quitandeira. Mãe de um filho que ela amamentava, ela poderia ser comprada e ingressar no lar de uma nova dona, mãe de

⁷⁴⁹ EBEL, Ernest, *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Nacional, 1872, p.138. Apud LEITE, Miriam (Org), **Condição feminina no Rio de Janeiro**, op. cit., p. 50.

⁷⁵⁰ Escritos médicos verificaram que, até o final do século XIX, era prática corrente que as amas de leite aliassem amamentação com papinhas. Segundo Felipe Collaço, já aos dois ou três meses, as crianças dos abastados eram alimentadas com as misturas. Já Chernoviz indicava ser útil adicionar alguns alimentos desde o quarto mês, sendo tal regra variável. COLLAÇO, Felipe Nery. *O conselheiro da família brasileira*, op. cit., p. 204; CHERNOVIZ, P. L. N. *Dicionário de Medicina Popular*, op. cit., 1890, v.1, p.126 e 868.

⁷⁵¹ Segundo o francês Charles Expilly, em 1853, os senhores forneciam às amas de leite roupas luxuosas com o objetivo de ostentar riqueza e status social, ao passo que o bom tratamento a elas dispensado devia-se à preocupação dos senhores em não alterar a qualidade do leite. EXPILLY, Charles. *Le Brésil tel qu'il est*. Apud LEITE, Miriam (org). **A condição feminina no Rio de Janeiro**, op. cit., p. 91-92.

⁷⁵² MARTINS, Bárbara C. R. **Amas de leite e mercado de trabalho feminino**, op. cit.; MARTINS, Luiz C. M. **No seio do debate** – amas de leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro, op. cit.

⁷⁵³ MAIA, Emílio. *Ensaio sobre os perigos à que estão sujeitos os meninos quando não amamentados por suas próprias mães*, op. cit., p. 22; BRETAS, Agostinho *A utilidade de aleitamento maternal*, op. cit., p. 18.

um bebê branco do qual teria de se ocupar, sendo possível que a requisição de outras tarefas lhe dificultasse o cuidado de sua filha:

Vende-se uma preta rica mucama com uma cria de um ano e quatro meses, com muito bom leite, sabe lavar, engomar e coser tanto de homem como de senhora, corta, cozinha tanto de forno como de fogão, boa doceira e quitandeira. Dá-se pela módica quantia de 850\$ em razão das raras habilidades e de tudo fazer com perfeição. Na rua de S. Pedro n. 233, loja.⁷⁵⁴

Nas décadas posteriores ao fim do tráfico, tornou-se raro que os senhores se desfizessem pela venda de suas lucrativas escravizadas. Em 1858, uma moça entre 18 e 20 anos de idade era posta ao aluguel ou à venda junto a seu filho, “*um mulatinho de mês e meio, com muito e bom leite*”, na rua dos Latoeiros n.45. O anunciante expunha suas justificativas para o desejo de desfazer-se da valiosa mulher nutriz: “*O motivo da venda é por seu senhor não gostar de choro de criança*”⁷⁵⁵. Em 1863, uma jovem crioula de 16 anos, descrita como “*boa mucama*”, era colocada à venda junto a um menino crioulo de seis anos: “*estes escravos são vendidos por se precisar comprar uma boa ama de leite a qual tenha filho preto*”⁷⁵⁶. Treze anos depois do fim do tráfico, um senhor ou senhora colocavam à venda a jovem cativa de 16 anos e o menino com o objetivo de investir numa valorizada ama de leite com filho. Assim, uma mulher poderia ser comprada com seu bebê rumo ao lar da família abastada, sendo possível que não desincumbisse tarefas exteriores à casa. Porém, esta não era a realidade das escravizadas nos lares de padrões médios e remediados, cujo cotidiano envolvia não só os já exaustivos cuidados de dois bebês.

Anúncios indicam que a exploração de senhores remediados sobre as escravizadas como amas de leite, no interior de seus lares, poderia acontecer mesmo se a senhora não tivesse filhos. Famílias empobrecidas que não pudessem prescindir do trabalho da escravizada tomaram crianças para criar em casa, aproveitando o leite da mulher, como indica o anúncio de 1864: “*Uma família moradora num arrabalde desta cidade, tendo uma parda com muito e bom leite, toma uma criança de casa capaz para criar; trata-se na rua do Sabão n. 235*”⁷⁵⁷. Nessas situações, colocava-se para as mulheres, além dos

⁷⁵⁴ *Jornal do Commercio*, 7 de fevereiro de 1850.

⁷⁵⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de setembro de 1858.

⁷⁵⁶ *Jornal do Commercio*, 24 de setembro de 1863.

⁷⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 4 de setembro de 1864. A prática, ao que a documentação indica, não era incomum. Em tese sobre infanticídio de 1887, o doutorando mencionava o caso de uma mulher livre que, desejando ocultar o bebê ilegítimo de sua filha, dizia ter adotado um bebê da casa dos expostos, mostrando-o à vizinhança “dizendo que trouxera da Misericórdia para criar e aproveitar o leite de uma sua escrava”. SILVA, João Luiz Teixeira. *Infanticídio*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1887, p. 18.

trabalhos domésticos, a disputa de seu leite com outra criança, que os senhores desejavam que vivesse para que pudessem obter o vencimento mensal.

Porém, nem sempre as escravas puderam manter-se próximas aos seus nenês, quando tinham de servir às famílias senhoriais, mesmo entre as elites mais abastadas. Segundo o jurista Perdigão Malheiro, em obra publicada em 1866, mães escravas amamentavam filhos e netos dos senhores, além de desconhecidos e outros parentes. Em 1866, a africana Bernarda, de nação Moçambique, partia da fazenda para o Rio de Janeiro para amamentar a filha do irmão de sua senhora, Mariana Avelar. O casal Mariana e Joaquim Ribeiro de Avelar, membros da aristocracia cafeeira proprietária de mais de 700 cativos no Vale do Paraíba fluminense, além de tomarem mães escravas como amas de seus próprios filhos, ainda emprestavam para parentes próximos, implicando em separações. Ele enviava à irmã uma carta demonstrando as aflições veladas de Bernarda com a sorte do próprio filho deixado na fazenda, e as relações extremamente ambíguas entre senhores e amas de leite:

Bernarda vai preenchendo muito bem o seu mister, ela vai nos enchendo as medidas e nos agradando muito. Ela é muito respeitosa e com gratidão te agradece as constantes e favoráveis notícias que, por meu intermédio, lhe envio de seu filho, ela te agradece muito e muito os cuidados que te merece o seu Feliciano⁷⁵⁸.

Quatro anos antes, em 1862, a africana Felisberta, de nação Cabinda, era deslocada para a amamentação de Maria Izabel, sobrinha de Mariana Avelar, depois de ter amamentado Júlia e Luísa, filhas desta⁷⁵⁹. Qual a sorte dos seus bebês? Referindo-se ao contexto das grandes fazendas, já em 1876, um médico indicava que quando a família senhorial escolhia uma dentre as escravizadas que tivessem dado à luz, consideradas mais “sadias” e de “melhor gênio”, seu bebê era “amamentado comumente por outra escrava”⁷⁶⁰.

⁷⁵⁸ Carta de José Maria Velho da Silva para Mariana Velho de Avellar. Corte, 4 de agosto de 1866. Coleção Roberto Meneses de Moraes. Apud MUAZE, Mariana. “Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX”. In: XAVIER, Regina Celia L. & OSÓRIO, Helen. (orgs). **Do tráfico ao pós-abolição: Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos Editora, 2018, ebook, p. 381; MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866, p. 127.

⁷⁵⁹ MUAZE, “Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX”, **op. cit.**, p. 381.

⁷⁶⁰ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XXVIII, novembro e dezembro de 1876, n. 6 - 7, p. 279. Maria Amélia Aranha indica a escolha de uma mãe dentre as cativas mais jovens para ama de leite, na grande propriedade cafeeira em São Carlos do Pinhal. Segundo ela, “por bondade, não se separa a mãe do próprio filho”. Quando a ama de leite ia viajar com a família senhorial, instalava-se a senhora com seu bebê e “a ama de leite e o respectivo negrinho”. Ela referia-se, então, quando as crianças escravas cresciam, “aos sinhôs e sinhás brincando com seus irmãos de leite”. ARANHA, *Sombras que renascem...* op. cit., p. 60-79, 111.

Porém, na cidade, na segunda metade do século XIX e até 1871, o interesse em escravizar as filhas e filhos das cativas teria implicado numa maior atenção aos bebês negros entre pequenos proprietários, mais dependentes da prestação direta de seus serviços e da posse de sua descendência. Mães crioulas, nas décadas finais do regime, poderiam não ser separadas dos filhos por uma questão econômica, mas também política. A permanência do filho junto à ama era praticada pelos senhores e defendida pelos médicos, na medida em que a separação poderia comprometer a boa vontade da escravizada em relação ao bebê senhorial e à qualidade do leite. Mesmo depois da Lei do Ventre Livre, médicos referiram-se à presença do bebê da ama na casa dos senhores. Antonio Pereira argumentava, em 1874, ser forçado “*a confessar*” que o aleitamento por amas dava “*às vezes bons resultados*”: “*porquanto a escrava pode ter a par de boa saúde e dos bons predicados morais, a boa vontade em servir, porque é objeto de muitos cuidados, tem consigo o seu filho e estima a criança que está incumbida de criar*”⁷⁶¹. Referia-se, também, àquelas escravizadas, majoritariamente crioulas, que, “*apesar de terem consigo seu filho*”, maltratavam a criança senhorial, quando falhasse a vigilância familiar. Ele maldizia o modo de vida das elites urbanas aburguesadas, referindo-se às senhoras que passavam o dia todo sem ver o bebê, deixado a cargo da ama, que se alojava em um outro cômodo da casa. O médico indica, em 1874, que a vigilância sobre a escrava era relativa, e que ela poderia encontrar-se aliviada das pressões senhoriais:

E não obstante toda a vigilância que as mães empregam, elas não cuidam das crianças como devem. Quantas vezes as pobres crianças, quer por suas impertinências, quer por suas necessidades importunando as amas estas as maltratam quando estão longe das vistas de suas senhoras ou das mães dos meninos? [...] É do domínio de todos que algumas senhoras são tão pouco escrupulosas, que entregam seus filhos às amas e estas se retiram para um cômodo separado da casa e só tornam a vê-los somente à noite. Mães que não gostam de ouvir o choro de seus filhos, porque querem descansar das fadigas dos bailes e dos teatros⁷⁶².

Onde e em que condições vivia o bebê da mulher cativa?

⁷⁶¹ PEREIRA, Antonio. *Do aleitamento natural*, op. cit., p. 29.

⁷⁶² Ibid., p. 28-29. Médicos e viajantes indicam, ainda, que as cativas rompiam com a reclusão doméstica, ganhando as ruas com os bebês brancos. Em meados da década de 1850, Charles Expilly documentava a presença de amas de leite nas proximidades da Igreja dos Militares, onde funcionava um mercado de amuletos. Ali, segundo ele, elas adquiriam “*um arsenal miraculoso que penduram no pescoço e ao da criança que amamentam*”. Em 1879, Carlos Costa sugere que as amas de leite ingressavam nas ruas, assegurando ter visto “*amas que criam filhos de importantes e abastadas famílias nas tavernas, nos cortiços e até nas cocheiras!*”. Em 1882, Severiano Urculu referia-se em sua tese às conversas travadas pelas amas de leite com pessoas nas imediações urbanas, deixando a criança num canto. EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. Trad. E edição de Gastão Penalva. São Paulo, 1935, p. 117; URCULU, Severiano. *Hygiene da Primeira Infância...*, op. cit., 1882, p. 52; *A Mãe de família*, 1º ano, n.11, junho de 1879, p. 82.

“Se algumas vezes ela o pode amamentar é às carreiras, às ocultas”

Diversamente das mulheres colocadas ao aluguel, muitas africanas e crioulas que serviram diretamente a seus donos puderam manter consigo seus nenês e outros filhos. Porém, a permanência das crianças da escravizada sob o teto senhorial enquanto amamentava o bebê de sua dona não mitigava as tensões domésticas. Anúncios comerciais de venda de mães como amas de leite enfatizaram a abundância do leite que poderia nutrir duas crianças. As formas de distribuição dos cuidados e do leite entre seu filho e o de sua senhora, caladas nos anúncios, constituíram uma questão central para africanas e crioulas que mantiveram junto a si seus bebês, nos ambientes domésticos escravistas, nos diferentes contextos oitocentistas. Assim, alimentar seus nenês, com seu leite ou outro alimento, colocou-se como um dos grandes pontos de tensão para mães africanas e crioulas, quando tiveram de dividir o peito e a atenção com a criança senhorial. Seus dramas se acirravam, nas diferentes conjunturas escravistas, quanto menos dispostos à negociação estivessem seus donos, e quanto maior se fizesse sentir sua vigilância.

Os discursos médicos fornecem elementos que nos permitem captar este aspecto de difícil documentação acerca do cotidiano das africanas escravizadas, quando permaneciam com seu bebê no domicílio senhorial, na primeira metade do século XIX. Em 1847, o médico Pereira Rego deixa entrever as estratégias das mães africanas e crioulas, quando eram impedidas de amamentá-los. Segundo o médico, as mães alimentavam as suas crianças com “toda qualidade de alimento que podem alcançar com o fito de as trazerem bem fartas”⁷⁶³.

As fontes médicas tornam-se mais abundantes para as décadas finais do século, quando o discurso antiescravista vinha iluminar os dramas das mães escravizadas, de maioria crioula, impossibilitadas de exercitarem o “dever materno”, quando disputavam os cuidados entre o bebê senhorial e seu filho ingênuo. Em 1873, Francisco Moura aludia às estratégias das escravizadas para dispensarem os cuidados possíveis aos filhos. Quando coagidas a se ocuparem com quase exclusividade dos bebês senhoriais, elas amamentavam os seus rápida e furtivamente, “às carreiras, às ocultas”. Ele indica as aflições que as dominavam, quando ouviam seus filhos chorar sem poder acudi-los:

Quando a ama é escrava e pertence à família, então o seu martírio é maior, porque ela vê o seu filho sofrer, ouve os seus gemidos, sem poder

⁷⁶³ *Annaes de Medicina Brasiliense*, 2o ano, vol.2, n.9, fevereiro de 1847, p. 195. Segundo o médico francês Imbert, era comum, nas fazendas cafeeiras na primeira metade do XIX, que as escravas, em grande parte africanas, tirassem da própria comida alimentos para seus filhos recém-nascidos: “É verdade que elas pensam que com isso fortificam as crias [...]”. IMBERT, *Manual do fazendeiro*, op. cit., 1839, p. 253.

mitigar as duas dores; se algumas vezes ela o pode amamentar é às carreiras, às ocultas, porque a sua senhora quer também que ela a acompanhe no esquecimento dos deveres maternos! Quantas vezes a mãe escrava não vê o seu filho moribundo, e no entanto é lhe proibido dar-lhe uma gota de seu leite, que talvez o salvasse!⁷⁶⁴

Em 1882, Severiano Urculu referia-se ao bebê negro que ficava nas palhas no chão ou num balaio, enquanto sua mãe tinha de se ocupar do bebê branco:

Quem sabe se não é a tirânica vontade de seu senhor que a obriga a esquecer seu filho legítimo, privá-lo de seus cuidados, vê-lo rolar descuidosamente [sic] pelo chão da cozinha ou nas palhas de um balaio para velar e tratar da criação de um fedelho, que futuramente vai exercer sobre ela própria ou pelo menos sobre seus irmãos de leite a mesma ação que ora seu pai?⁷⁶⁵

O conto *A mãe escrava*, publicado entre 1879 e início de 1880 no jornal *A Mãe de Família*, é expressivo das tensões vividas pelas amas, quando tinham de preterir seu filho em detrimento do bebê da locatária, amamentado antes e com mais frequência. Clara era alugada para ser ama de leite da filha da locatária e de um bebê negro, que ela viria a descobrir ser sua filha abandonada. A criança branca era favorecida, amamentada de duas em duas horas, ao passo que seu bebê apenas três vezes ao dia, também alimentado com leite de vaca⁷⁶⁶. Das recordações de um ex-escravizado, que viveu o cativeiro na Geórgia no período anterior à guerra de Secessão, emergem os dramas de uma de suas tias diante da prepotência e da crueldade de seus donos com relação a ela e a seu bebê, relegado em detrimento do senhorial:

Se tia Mary estivesse alimentando seu próprio nenê e senhorita Lucy começasse a chorar, seu senhor John agarrava o nenê dela pelas pernas, de cabeça para baixo, e batia nele e dizia para tia Mary amamentar o nenê dele primeiro. Tia Mary não podia responder nada, mas minha mãe me contou que ela sempre via tia Mary chorar tanto que suas lágrimas corriam pelas bochechas⁷⁶⁷.

A partir de um processo criminal, Maria Helena Machado reconstituiu as tensões e conflitos que permearam as relações cotidianas entre a escrava Ambrosina e a família locatária. Dos testemunhos da mulher cativa vem à luz o sofrimento experimentado por ela quando objeto de uma cruel e desigual disputa entre seu filho e o bebê branco, ambos

⁷⁶⁴ MOURA, Francisco José Coelho de. *Do aleitamento natural...*, p. 26-27.

⁷⁶⁵ URCULU, Severiano. *Higiene da Primeira Infância*, op. cit., 1882, p. 52.

⁷⁶⁶ *A Mãe de Família*, janeiro de 1880, 2º ano, n.1, p. 7.

⁷⁶⁷ Entrevista com Mc Worther, *Born in Slavery: Federal Writers Project*, 1936-1938. Manuscript Division, Library of Congress. Disponível em: <<http://memory.loc.gov/ammem/snhtml>>. Apud MACHADO, Maria Helena P.T. *Entre dois beneditos...*, op. cit., p. 203.

de nome Benedito, dois anos antes da Abolição da escravidão⁷⁶⁸. Em 1886, Ambrosina era acusada de assassinar por sufocação o bebê branco Benedito, de dois meses de vida, na cidade paulista de Taubaté, distrito cafeeiro. Filha de pais casados, tendo vivido em Mogi Mirim, ela migrava rumo a Taubaté para servir aos locatários, e, quase como uma exceção, levava consigo seu filho, sob a promessa de seu dono de que logo que outra ama fosse encontrada ela retornaria para sua cidade natal.

O processo instaurado contra Ambrosina, concluído com a sentença de prisão, trouxe à luz os desesperos e as angústias por ela enfrentados. Ela era descrita pelos testemunhos da família como má e insensível, desempenhando a ocupação contrariada e com muita má vontade. Das entrelinhas, vislumbra-se o drama pelo qual ela passava, e as tensões domésticas provocadas pela divisão dos cuidados e de seu leite. A família permitia que ela amamentasse seu bebê apenas à noite, alimentado artificialmente por uma mamadeira durante o dia. Os desesperos vividos por Ambrosina irrompem dos autos, quando testemunhos narraram que, nos dias anteriores à morte do Benedito branco, ela havia ameaçado de matar o seu próprio filho para deixar a casa. Maria Helena Machado conclui que o bebê da escrava, por sua presença ou ausência, emergia como ponto de tensão e negociação com as famílias senhoriais amplamente dependentes do leite e dos cuidados da escravizada. Segundo ela, se os discursos higienistas adentravam as casas das elites letradas acendendo desconfianças a respeito da ama, a desagregação da escravidão e suas promessas de liberdade tornavam as amas, escravizadas como Ambrosina, pouco dispostas a se submeterem a uma situação que colocava em risco a vida de seu filho.

Em 1887, Agostinha, mãe de Guilherme, com aproximadamente seis meses, era forçada a migrar para a Corte para servir de ama à neta do Barão de Pati do Alferes, porém, sem seu menino. A escrava ali permaneceria por pouco tempo. No dia 28 de dezembro de 1887, a viscondessa escrevia contrariada: “*o Pedro Celestino libertou duas escravas da Freguesia Ignez e Agostinha, por 1.326.000. Vou mandar vir a Agostinha que tinha saído para amamentar minha netinha e substituir por outra.*”⁷⁶⁹. No período de esgarçamento das práticas senhoriais de dominação, Inês e Agostinha tinham suas alforrias pagas pelo liberto Pedro Celestino, então administrador da fazenda, a quem a senhora se referia frustrada: “*O Pedro sempre mostra que é negro e que foi cativo*”. É provável que parentes e parceiros se mobilizassem em prol de Agostinha e de Inês, unidas

⁷⁶⁸ MACHADO, Maria Helena, Between two Beneditos: enslaved wet-nurses amid slavery's decline in southeast Brazil, **Slavery & Abolition**, vol. 38, issue 2, p. 320-336.

⁷⁶⁹ MUAZE, Mariana. “Maternidade silenciada”, **op. cit.**, p. 383.

possivelmente ao liberto Pedro por laços familiares. Agostinha reencontraria seu filho Guilherme com vida?

Su su su, menino mandu: as fronteiras do afeto

Ao longo da segunda metade do século XIX, mulheres africanas e crioulas escravizadas foram levadas aos estúdios fotográficos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife, bem-vestidas e ornamentadas com turbantes e xales da costa ao ombro. As lentes dos fotógrafos captaram sua presença junto aos bebês e crianças que amamentaram e criaram como amas secas, convivendo com eles até a idade adulta. Sandra Koutsoukos problematizou as fotografias enquanto representação de afeto e gratidão nas relações escravistas entre senhores, crianças e amas, pois encobriram a teia complexa de intimidade e ressentimento que as vinculavam, bem como as relações de poder marcadas pelo paternalismo e pela restrição à maternidade da escravizada⁷⁷⁰.

A linguagem do afeto, presente na literatura de memórias, e as representações acerca dos pretensos privilégios conferidos às amas de leite obscureceram as tensões e dramas cotidianos vividos por mulheres africanas e suas descendentes que cuidaram das crianças de suas donas e donos em contextos de coerção, envolvendo formas precárias de cuidado e a perda de seus bebês por morte e abandono. Ocupar-se do membro mais jovem e frágil da família senhorial implicava no convívio próximo e diário com suas donas e donos, e seus inevitáveis caprichos e arbitrariedades. Sobre mulheres ocupadas como amas de leite recaía a vigilância, que incidia também sobre seus encontros amorosos e sexuais que, segundo os médicos, poderiam comprometer a qualidade de seu leite e gerar uma nova gravidez. Ao contrário dos discursos paternalistas que mitigavam as relações escravistas com a pretensa benevolência senhorial, muitas mulheres sofreram violências físicas por parte dos senhores, conforme atestava Antonio Pinto, em 1859, criticando “*o proceder dos senhores, que flagelam as escravas que criam*”, o que poderia tornar o leite da mulher seviciada pouco saudável aos bebês brancos⁷⁷¹.

⁷⁷⁰ KOUTSOUKOS, Sandra S. M. **No estúdio do fotógrafo: representação e autorrepresentação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX**, op. cit. Da mesma autora, ver “‘Amas mercenárias’: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas- Brasil, segunda metade do século XIX. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.16, n.2, p. 305-324, abr.-jun. 2009; “À Vovó Vitorina, com afeto. Rio de Janeiro, cerca de 1870”. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto de; GOMES, Flávio (orgs.) **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**, op. cit.

⁷⁷¹ PINTO, A. *O medico da primeira infancia*, op. cit., p.188. Referências aos castigos físicos infligidos pelos senhores às mulheres amas de leite foram encontradas também em BRETAS, *A utilidade de aleitamento maternal...*, op. cit., 1838, p. 24.

As representações, acerca da suposta benignidade senhorial, expressas na concessão de alforrias às amas de leite silenciam a realidade de que a grande maioria delas permaneceu escravizada, mas também seus filhos. Considerando as disparidades regionais e de contextos para a prática das alforrias, Bárbara Martins contrapõe as representações de viajantes acerca da suposta bondade senhorial que alforriava gratuitamente as amas de leite: a historiadora resgatou na cidade cinco alforrias envolvendo amas de leite, ao longo da primeira metade do século XIX, todas condicionais, com cláusulas restritivas que as subordinavam à prestação de serviços entre dois anos até a morte dos filhos dos senhores. Em um caso, a escravizada ficava obrigada a “concluir a criação”. Em outro, o beneficiário da manumissão era o filho da africana Joaquina Mina⁷⁷².

Mariana Muaze documentou diversas alforrias concedidas por um rico escravista do Vale do Paraíba fluminense a mulheres que serviram de amas de leite, ainda no período de grande afluxo de africanos, como aquelas concedidas no testamento de Caetano de Oliveira, em 1844, na comarca de Pirai: “Ana crioula que amamentou meu filho Francisco, Cristina Conga que foi ama de minha filha Rita, Joana velha ama de minha filha Joaquina. E sendo de minha intenção libertar da escravidão todas as amas que criaram o restante de meus filhos [...]”⁷⁷³. Já Maria Paes de Barros, nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, quando as alforrias tornavam-se mais raras, referia-se a alguns fazendeiros ricos que alforriavam a ama escrava de algum filho apenas na ocasião de seu aniversário⁷⁷⁴. Porém, conforme a interpretação do médico Joaquim Monteiro, em 1868, “*algumas vezes a liberdade é a recompensa merecida que se lhes dá entre senhores abastados; outras vezes são deixadas sem recompensa alguma, e finam seus dias no rigoroso e duro cativeiro*”⁷⁷⁵.

A alemã Ina Von Binzer, preceptora de jovens das elites nas fazendas agrárias fluminenses e paulistas entre 1881 e 1883, aponta para a ambiguidade que atravessava as relações entre a criança senhorial e a escrava ama de leite que obtinha favores da menina para si e para sua filha, sujeita a privações:

Em compensação, é bastante comovente ver-se como se afeioam aos bons e fiéis pretos e pretas. A pequenina Maria da Glória, de cinco anos,

⁷⁷² MARTINS, Bárbara, **Amas de leite e mercado de trabalho...**, op. cit., p. 82-83.

⁷⁷³ MUAZE, Mariana. “Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX”, **op. cit.**, p. 379.

⁷⁷⁴ BARROS, *No tempo de dantes...*, op. cit., p. 96.

⁷⁷⁵ MONTEIRO, Joaquim dos Remédios. *Hygiene e educação da infância*. Resende: Typographia do Astro Rezendense de Fernandes & Cia, 1868, p. 28.

por exemplo, guarda habitualmente um pouco de sua sobremesa para a ama, uma jovem e linda mulata, pedindo sempre qualquer coisa para sua irmã de leite, também.⁷⁷⁶

As histórias e canções de ninar, que atravessaram os séculos na tradição oral, documentam, segundo Ieda Pessoa de Castro, as formas sutis e cotidianas de resistência das mães africanas e crioulas ocupadas como amas de leite, encobertas nos discursos das famílias senhoriais⁷⁷⁷. A ternura, tecida nos fios do ressentimento oculto da mãe que pretere ou perde o próprio filho, configuraria uma arma de defesa contra possíveis violências e represálias a elas e a seus filhos. Na delicadeza do acalanto ressurgem uma cantiga de maldizer, mulheres africanas em seu conflito íntimo e solitário, declarado de maneira pacífica, mas sem passividade, “da revolta de quem serve para quem está obrigatoriamente servindo”. Cantiga de ninar muito conhecida na Bahia era entoada por africanas de língua bantu, ladinas, que assim concluíam seus versos: “*Su [dorme], su, su, menino mandu [estranho, amedrontador], cara de gato (pato), nariz de peru. Su, su, su, menino mandu, quem te pariu que te dê caruru*”⁷⁷⁸.

Representadas pelos médicos, ao longo do século XIX, enquanto africanas brutas, más e infectadas de moléstias, ou enquanto mulheres crioulas de triste condição, despojadas do direito à maternidade, as mães escravas, em sua maior parte alugadas, proveram o modo de vida das elites e das crianças senhoriais, cuja sobrevivência dependeu, até as portas da Abolição, de mulheres coagidas a amamentar aqueles que tragavam seu leite e muitas vezes a vida de seus filhos. Se mães africanas e crioulas dificilmente escaparam de servir como amas, quando deram à luz um de seus filhos na cidade, a realidade é que muitas delas aliaram outras demandas de trabalho – seja como prestadoras diretas de serviços domésticos aos senhores, seja nas formas urbanas do ganho e do aluguel – aos cuidados possíveis e ao convívio com seus filhos, sobre os quais recaíam os interesses senhoriais, no contexto da pequena e média posse. Em 1845, em

⁷⁷⁶ BINZER, Ina Von (1881-1883). *Os meus romanos, alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 24.

⁷⁷⁷ CASTRO, Yeda Pessoa. O protesto no conto do canto do acalanto. **Revista da Academia de Letra da Bahia**, n. 53, março de 2015, p. 53-70. Sobre o viés das relações escravistas envolvendo amas de leite nas canções de ninar brasileiras, ver MACHADO, Silvia de A. P. **Canção de ninar brasileira**: aproximações. Tese (Doutorado em Letras), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, cap. 1, item “O colo na colônia, proteção, medo e revolta”, e “vestígios da escravidão na canção de ninar brasileira”, p. 36-44.

⁷⁷⁸ CASTRO, Yeda Pessoa. “O protesto no conto do canto do acalanto”, **op. cit.**

períodos de pico de tráfico africano, uma mulher grávida de sete meses era colocada à venda, tendo amamentado e cuidado de suas “4 lindas crias de 8, 5, 3 e 1 ano”⁷⁷⁹.

⁷⁷⁹ *Diario do Rio de Janeiro*, 29 de abril de 1845.

Capítulo 6. Criando os seus

Vende-se uma preta de 26 anos com quatro filhos, sendo perfeita cozinheira e lavadeira, corta e faz, e é a mais perfeita que se pode desejar; um moleque de 10 anos, lindo pajem; um pardinho de 6 anos, e um de ano e meio; a mãe está pejada de 4 meses, e é a mais linda que se pode encontrar; só se vendem juntos, mãe e filhos; na rua Nova do Ouvidor n.15⁷⁸⁰.

Em 1º de janeiro de 1857, uma mulher crioula ou africana, de 26 anos, foi colocada à venda na cidade com três filhos. O anúncio comercial indica a disposição de sua dona ou dono em condicionar a venda da família unida num período em que nenhuma restrição legal se colocava ao comércio em separado: “*só se vendem juntos, mãe e filhos*”. Sete anos depois do fim do tráfico africano, o senhor anunciava a venda dos “*quatro filhos*”, consciente dos interesses de seus possíveis compradores nas três crianças crioulas e na mulher grávida de quatro meses, cujo bebê poderiam futuramente escravizar. Esse texto comercial silencia as pressões e apelos da mãe escravizada e das crianças, a fim de que não fossem separados, e indica o reconhecimento senhorial dos laços familiares, estabelecidos entre mãe e filhos, que poderiam sobreviver à venda. O menino de 10 anos, nascido quando a mulher tinha 16, era seu filho mais velho? O menino de seis, nascido quatro anos depois, e o caçula de um ano e meio, depois do intervalo de quase cinco anos, teriam conhecido outras irmãs ou irmãos? Teria ela perdido crianças pela morte ou pela venda?

Mulheres africanas e crioulas, suas filhas e filhos mais velhos e seus caçulas povoaram as moradias senhoriais, os anúncios de venda e também os inventários *post mortem* dos remediados e dos pequenos proprietários na cidade, distantes dos altos preços que alcançavam homens jovens no mercado, sobretudo depois do fim do tráfico⁷⁸¹. Permanecem, porém, invisíveis, as realidades vividas cotidianamente pelas mulheres africanas e crioulas escravizadas, sobre quem recaiu a dupla responsabilidade de trabalhadora e de mãe de crianças que até 1871 foram escravizadas por seus donos. Um dos grandes desafios vivenciados pelas mulheres cativas no mundo urbano, depois de

⁷⁸⁰ *Jornal do Commercio*, 1º de janeiro de 1857.

⁷⁸¹ Inventários de grandes proprietários urbanos são significativos a este respeito. Vicente da Silva Porto, falecido em 1865, fez fortuna na cidade investindo sobretudo em homens africanos escravizados colocados ao ganho. A ampla maioria dos mais de 200 escravizados eram africanos de nação Mina colocados ao ganho, havendo pequeno pessoal empregado em serviço doméstico, poucas mulheres e apenas duas crianças. SANTOS, Ynaê Lopes. **Além da Senzala**, op. cit., p. 144-146. Sobre a disseminação de pequenos proprietários na primeira metade do XIX, conferir FRANK, Zephyr L. **Dutra's World: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro**, op. cit.

seus partos, na ocasião em que não fossem coagidas a se ocuparem como amas de leite de aluguel, referiu-se às demandas de trabalho e às práticas de amamentação e desmame intimamente relacionadas à sobrevivência de seus bebês. Sob quais condições as mulheres africanas e crioulas, suas mães e suas avós aliaram as práticas de amamentação e cuidado de bebês e filhos pequenos ao desempenho de diferentes ocupações urbanas, na cidade ao longo do século?

A alta dependência senhorial sobre os aluguéis, os ganhos de rua e os serviços prestados pelas escravizadas, assim como o cotidiano envolvendo as ocupações urbanas e o mundo social na domesticidade escravista, modelaram os desafios e as estratégias por elas mobilizadas com relação ao cuidado de seus bebês. A preeminência dos interesses dos escravistas sobre seu trabalho e o relativo interesse senhorial sobre as crianças pequenas cativas e ingênuas, em diferentes conjunturas, fizeram da maternidade e de suas práticas, para as africanas e crioulas, um campo de disputas envolvendo amamentação, convívio e sobrevivência de suas filhas e filhos na cidade. Investigamos, neste capítulo final, o coração das lutas travadas por aquelas que foram comerciantes de rua, lavadeiras, cozinheiras, trabalhadoras domésticas alugadas em outras moradias e mães de bebês e crianças escravizadas, libertas e ingênuas, na escravidão urbana, no período de sua disseminação ao seu desmonte. Integramos as experiências e os embates vividos por mulheres cativas, ocupadas nas lavouras cafeeiras, que migraram temporariamente com seus filhos à cidade na segunda metade do século, e os destinos de jovens mulheres vendidas de outras cidades e do interior das províncias ao Norte e Nordeste do país junto a seus filhos ingênuos, separadas de suas famílias pelo tráfico interno.

Mapeamos as tensões, as alegrias e as tristezas vividas por africanas e crioulas que, pressionadas pelas políticas senhoriais sobre seus serviços, aluguéis e jornais, enfrentaram um cotidiano mais ou menos desfavorável aos cuidados de suas crianças – envolvendo amamentação, desmame, restrições ao convívio e possibilidades de separação pela venda – e forjaram caminhos de negociação e resistência, nas diferentes conjunturas da escravidão na cidade.

“A grande mortalidade dos crioulinhos”

Em 1850, Ezequiel foi batizado, aos quatro meses, na freguesia de Sacramento. Sua mãe Carlota, nação Conga, deu à luz provavelmente em um sobrado na área central da cidade, que concentrava grande população cativa e africana, onde também residiam seus senhores Manoel Joaquim dos Santos e sua esposa. A africana escolheu para

madrinha uma crioula e, como padrinho, um africano cativo de nação Moçambique⁷⁸². Na década de 1870, quando muitas mulheres foram destituídas de seus filhos ingênuos depois do parto para serem alugadas como amas de leite, Rita, escrava de João Pereira, foi mãe de três bebês, batizados na freguesia central de Santa Rita. Em 1872, Rita deu à luz Paulino, que recebeu os santos óleos aos três meses, tendo por madrinha uma escrava do mesmo senhor e um padrinho livre. Felicidade veio ao mundo em março de 1874, sendo batizada aos dois meses, recebendo o nome de sua madrinha cativa, e tendo como padrinho um escravizado. Já Maria, nascida em 1876, recebeu os santos óleos com aproximadamente um mês e meio de vida, sem madrinha nem padrinho: ela era batizada enferma, “*in periculo mortis*”⁷⁸³. Considerado um sacramento fúnebre indispensável segundo as ordenações eclesiásticas⁷⁸⁴, o assento de batismo de Maria é um dos raros documentos paroquiais que registraram as ameaças à sobrevivência que recaíram sobre os bebês das escravizadas, enterrados geralmente antes de serem batizados.

Com base nos assentos de batismo realizados nas paróquias da Corte, durante a segunda metade do século XIX, quando cessaram os sacramentos de africanas e africanos adultos, Mary Karasch chamou a atenção para alguns problemas oferecidos por estes registros, no que diz respeito à frequência de nascimentos entre as escravizadas. A historiadora destacou sua subnotificação em virtude da alta mortalidade que recaiu sobre os bebês crioulos, enterrados antes de receberem o sacramento⁷⁸⁵. Pesquisadores argumentaram que a alta mortalidade entre os bebês e crianças escravas, cujas vidas eram ceifadas especialmente no primeiro ano de vida, constituiu o principal fator que obstou o crescimento da população cativa crioula, em diferentes cenários⁷⁸⁶. O número avultado de bebês e crianças negras escravizadas que preencheram as listas de óbitos da Santa Casa de Misericórdia e os escritos da medicina oitocentista, preocupados com a reprodução da escravidão, depois de 1850, apontam para uma realidade pouco reconhecida pela

⁷⁸² Livro de Batismos de Escravos. 1849-1864, Freguesia do Santíssimo Sacramento. Folha n.27. Disponível em <<https://familysearch.org>>. Acesso: julho de 2016

⁷⁸³ Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Batismos de Escravos, 1870-1880. Freguesia de Santa Rita, código 75, 179 e 301.

⁷⁸⁴ VAILLATI, A **morte menina**: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010, p. 119-121.

⁷⁸⁵ KARASCH, M. **A vida dos escravos**... op. cit., p.155.

⁷⁸⁶ KARASCH, M. **A vida dos escravos**... op. cit., p. 161. Sobre a mortalidade das crianças escravas no século XIX em diferentes cenários do século XIX, ver NEVES, Maria de Fátima R. **Infância de faces negras**: a criança escrava brasileira no século XIX, op. cit., p.118-120; GOÉS, José & FLORENTINO, Manolo. “Crianças escravas, crianças dos escravos”. In: DEL PRIORE, Mary Del. (org.) **História das Crianças no Brasil**, op. cit.; VAILLATI, Luiz. **A morte menina**: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo), op. cit. Sobre as mortes das crianças e bebês nas Santas Casas, VENÂNCIO, Renato. P. **Famílias abandonadas**, op. cit.

historiografia. A ênfase conferida aos aspectos demográficos da população escrava e às taxas da mortalidade infantil obscureceu as experiências de mães africanas e crioulas que viveram em comum perdas de bebês e crianças pequenas pela morte.

A partir dos registros de enterros da Santa Casa Misericórdia para os anos de 1833, 1838 e 1849, Mary Karasch destacou o número espantoso de crianças cativas que morriam: 275 meninas e 288 meninos tinham menos de 10 anos, quando foram sepultados naqueles anos, constituindo 41,3% dos escravizados brasileiros enterrados⁷⁸⁷. Das 89 meninas e dos 100 meninos falecidos e ali sepultados no ano de 1849, apenas oito e 15 deles, respectivamente, tinham entre cinco e nove anos de idade: a maioria morria ainda bebê, não vencendo os primeiros anos de vida⁷⁸⁸. Dentre as causas que incidiram sobre a morte dos bebês das cativas, mas também dos filhos de mães livres, figurava o “mal de sete dias”: o tétano dos recém-nascidos que faleciam com poucos dias de vida em meio a convulsões e espasmos⁷⁸⁹. Mary Karasch apontou que a cidade portuária do Rio de Janeiro constituiu um ambiente pouco saudável às crianças cativas, que poderiam ser acometidas por verminoses, sarampo, cólera, tuberculose, febre amarela e outras enfermidades que, em períodos de epidemia, ceifavam a vida das crianças pequenas⁷⁹⁰. Entre os bebês, as enfermidades que provocaram sua morte estiveram relacionadas à privação do leite materno, ao desmame precoce e às práticas de alimentação com papinhas indigestas, feitas com água contaminada, intimamente ligadas às políticas senhoriais e aos regimes de trabalho das mães na cidade.

Estudos dedicados aos cenários das grandes plantações ao sul dos Estados Unidos enfatizaram as interações entre a má nutrição e o trabalho pesado das mães, durante a gestação, e seus efeitos sobre a saúde delas próprias e dos bebês que nasciam com baixo peso. Sobre as práticas de cuidado dos bebês nas grandes fazendas, nas pequenas propriedades rurais e no mundo urbano, Richard Steckel sugeriu que, nas menores propriedades e nas cidades, os bebês poderiam ser amamentados por mais tempo e

⁷⁸⁷ A maioria dos escravizados era enterrado na cova comum na Santa Casa de Misericórdia, havendo também os que foram sepultados em outros cemitérios e igrejas paroquiais. Ela ressaltou a subnotificação das mortes a partir dos registros de enterro da Santa Casa, visto que escravizados foram enterrados fora dos locais consagrados, em florestas e quintais de suas donas e donos, abandonados em praças, ruas e no oceano. KARASCH, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, op. cit., p.144-148, 153.

⁷⁸⁸ Ibid., p. 148.

⁷⁸⁹ O tétano neonatal é provocado por uma infecção bacteriana ligada ao corte ou curativo do cordão umbilical com instrumentos não esterilizados ou substâncias contaminadas. Portal digital do Ministério da Saúde, disponível em <<http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/tetano-neonatal>>. Acesso: outubro de 2018.

⁷⁹⁰ Sobre as doenças que acometiam crianças escravas na primeira metade do XIX, ver KARASCH, *op. cit.*, p. 217, 226-227.

manter-se sob cuidados mais prolongados de suas mães comparativamente às escravizadas ocupadas nas grandes plantações.⁷⁹¹ Nos cenários das médias e grandes propriedades do Sudeste brasileiro, viajantes estrangeiros chamaram a atenção para as conexões entre os destinos dos bebês, amamentados esporadicamente, e o retorno ao trabalho das mulheres empregadas nas lavouras cafeeiras, após o parto. Adalberto da Prússia, que visitou uma fazenda nas proximidades de Cantagalo, província fluminense, encontrou numa esteira, na enfermaria, uma mulher amamentando o bebê que dera à luz no dia anterior. Dois dias após o parto, ela retomaria seus trabalhos, e possivelmente o recém-nascido seria amamentado apenas à noite: “*‘Dentro de dois dias voltará ao trabalho’, disse o Doutor ao Conde Bismarck, a que, devo este relato*”⁷⁹². A parisiense Mme. Toussaint, que residiu no Rio de Janeiro em 1851, afirmou que três dias era o prazo de resguardo das escravizadas nas fazendas, sendo que depois desse período as mães eram empregadas em serviços domésticos, amamentando com maior frequência seus bebês. Com apenas três semanas de vida, eles eram entregues aos cuidados de velhas escravas ou meninas de seis a sete anos, quando as mães retomavam o trabalho na lavoura⁷⁹³. Já Charles Expilly documentou as possibilidades de algumas mães acomodarem os bebês em xales atados às costas, quando retomavam o trabalho: “*Negras, de braços nus, preparam os fios da palmeira, trazendo algumas delas um filho na cacunda, isto é, à costas, como as mendigas da Europa*”⁷⁹⁴.

Já na década de 1870, vinte anos depois de fechados os portos africanos, a fazendeira Floriza indicou em suas memórias que na propriedade cafeeira em que viveu, em Rio Claro, os “*crioulinhos desmamados*” eram alimentados com mingaus e deixados

⁷⁹¹ Estudos abordaram a questão das taxas de natalidade nas plantações sulistas sob a perspectiva das interações entre a idade da mãe, o tamanho da propriedade, o tipo de cultura e o movimento sazonal de trabalho. Ver STECKEL, Richard. “Women, Work and Health under Plantation Slavery in the United States”. In GASPAR, David Barry e HINE, Darlene Clarke Hine (eds.). **More Than Chattel**, op. cit.; CAMPBELL, John. Work, Pregnancy, and Infant Mortality among Southern Slaves. **The Journal of Interdisciplinary History** Vol. 14, No. 4 (Spring, 1984), p. 793-812; FOLLETT, Richard. ‘Lives of Living Death’: The Reproductive Lives of Slave Women in the Cane World of Louisiana. **Slavery and Abolition**, Vol. 26, No. 2, August 2005, p. 289–304.

⁷⁹² ADALBERTO DA PRÚSSIA, Príncipe. *Brasil: Amazonas-Xingu*, Belo Horizonte, ed. Itatiaia, 1977, p.85-86. Apud MOTT, Maria Lucia. A criança escrava na literatura de viagens, **Cadernos de Pesquisa**, n°. 31, 1972, p. 60.

⁷⁹³ No termo rural do distrito mineiro de Mariana, Heloisa Teixeira notou, a partir de um inventário de 1866, que após um mês do nascimento de um dos filhos falecidos da escrava Florinda, esta já havia voltado ao trabalho de “apanhar café”. TEIXEIRA, Heloisa. **Reprodução e famílias escravas em Mariana**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 114; TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. **Uma parisiense no Brasil**, op. cit., p. 124; MOTT, Maria Lucia B. A criança escrava na literatura de viagens, **Cadernos de Pesquisa**, op. cit., p. 60; LEITE, Miriam. “A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 34.

⁷⁹⁴ EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil*, op. cit., p. 176.

a cargo da senhora, quando as mães voltavam ao trabalho na roça⁷⁹⁵. Anna Brassey e Ina Von Binzer, nos anos finais da década de 1870 e meados de 1880, apontam para as políticas senhoriais voltadas à sobrevivência dos ingênuos nas grandes fazendas fluminenses, onde mães crioulas eram empregadas em tarefas sedentárias, como a costura e a triagem de café, permanecendo próximas aos bebês acomodados em balaios⁷⁹⁶.

Os contornos do trabalho urbano na primeira metade do século XIX colocaram outros desafios para as mães africanas e crioulas, quando findavam os poucos dias de resguardo. Entre 1824 e 1826, segundo o alemão Carl Schlichthorst, as escravizadas ficavam “*dispensadas de trabalhar durante três dias após os partos*”, segundo seus preconceitos “*tão fáceis que a gente as vê logo depois, fazendo todos os serviços domésticos*”⁷⁹⁷. Para as mulheres cativas na cidade, o tamanho da propriedade, o interesse senhorial sobre a escravização de seus filhos e as variadas rotinas e práticas de trabalho, além de “*todos os serviços domésticos*” prestados a seus donos, abriram diferentes oportunidades para que elas negociassem com maior ou menor sucesso o convívio e a amamentação de seus bebês. A inserção das mulheres no mercado de aluguel de amas de leite e serviços domésticos, além da sobrecarga de trabalho nas casas dos senhores remediados, constituíram entraves à amamentação que elas nem sempre puderam contornar e que impactaram a sobrevivência de seus bebês.

A documentação médica a respeito da higiene infantil e da saúde dos escravos na cidade do Rio de Janeiro, publicada no contexto da extinção do tráfico, provê indícios acerca das tensões e embates cotidianos enfrentados por muitas africanas frente às restrições senhoriais com respeito à amamentação e ao convívio com seus bebês. Em 1850, um médico indicou que as demandas de trabalho e a vigilância senhorial impossibilitaram que elas amamentassem seus bebês durante o dia, restrições que elas driblaram “*entregando-lhes o peito toda a noite*”⁷⁹⁸. Em 1847, um médico referiu-se às

⁷⁹⁵ FERRAZ, Floriza. *Memórias*. Rio Claro: s.ed., 1947, p. 12. A obra foi gentilmente cedida pela historiadora Marina Maluf.

⁷⁹⁶ BRASSEY, Anna. *Voyage d'une famille autours du monde a bord de son yacht "le Sunbeam", raconté par la mere*. Paris: Maurice Dreyfous, s/d., p. 41; BINZER, Ina. *Os meus romanos, alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 19.

⁷⁹⁷ SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é. 1824-1826*, op. cit., p. 45.

⁷⁹⁸ *Annaes Brasilienses de Medicina*, 6º ano, n.1, outubro de 1850, p. 4. Isabel Reis documentou as tensões envolvendo Benedita, que amamentava sua filha Thereza apenas à noite. As restrições senhoriais provocaram a morte da pequena “em estado completamente mirrado”. Em 1874, Thereza faleceu numa fazenda do interior em virtude da proibição à amamentação por parte de seus donos, que tentavam assassinar o bebê “à fome e à sede”, desinteressados na criação de uma ingênua que não poderiam escravizar depois de 1871. Interrogada, Benedita “confessou que seus senhores a obrigavam a trabalhar a meia légua longe de casa com o fim de não poder dar leite a sua filha e que a ela só às escondidas podia dar à noite algum

soluções encontradas pelas mães, a fim de alimentar os filhos, e à mortalidade que os abatia, segundo ele “*por causa de as mães embutirem no estômago das crianças toda qualidade de alimento que podem alcançar com o fito de as trazerem bem fartas*”⁷⁹⁹.

Em 1851, Antônio Souza aludiu ao desmame precoce dos bebês das escravizadas na cidade, indicando as práticas senhoriais de afastar as mães das crianças, a fim de que retomassem seus trabalhos domésticos após o parto. Segundo o doutorando, o afastamento de suas mães implicou em privação do aleitamento materno e em alimentação imprópria e deficiente que provocaram enfermidades gástricas e intestinais nos bebês⁸⁰⁰. Em 1850, um médico designou como hipocondria infantil a enfermidade que atingia frequentemente crianças escravas, nos dois primeiros anos de vida, cuja manifestação coincidia com o desmame:

A moléstia em questão, bem que se possa manifestar nas crianças de todas as condições, é entretanto muito mais frequente nas escravas, e coincide sempre o seu aparecimento com a suspensão da amamentação, ou seja porque as privações de todo o gênero, porque passam durante o aleitamento, predisponham seu organismo para enfermar com mais prontidão⁸⁰¹.

Já nos cenários rurais do Sudeste, José Duarte argumentou, às vésperas do fim do tráfico atlântico, que a má alimentação na fase do desmame provocava a grande “*mortalidade dos crioulinhos*”, causada pelo “*desleixo e abandono dos senhores*”, sobretudo nas grandes fazendas cafeeiras:

Bastante incúria reina entre os proprietários na má escolha que fazem dos alimentos no tempo de desmamarem as crias, as quais com os órgãos gástricos ainda muito delicados, e por isso suscetíveis de se irritarem, só acostumados a digerirem o leite, são logo submetidos a uma alimentação grosseira, como seja o feijão, o angu; [...] A esta má escolha de alimentos é que é devida por certo a grande mortalidade dos crioulinhos⁸⁰².

Em artigo publicado nos *Annaes de Medicina Brasiliense*, em 1851, um médico referiu-se à alimentação predominantemente vegetal dos bebês e crianças escravas nas fazendas do interior: “*farinha de mandioca, do feijão, da canjica, da farinha de milho, do arroz e um pouco de carne seca, que constitui quase exclusivamente a alimentação das crianças*

alimento”. REIS, Isabel Cristina F. **Histórias de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do Século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998, p. 54-55.

⁷⁹⁹ *Annaes de Medicina Brasiliense*, edição 9, n.3, 1847, p. 195.

⁸⁰⁰ SOUZA, Antônio José de. *Algumas proposições acerca do regime das classes pobres e dos escravos na cidade do Rio de Janeiro*, op. cit., p. 31.

⁸⁰¹ *Annaes Brasilienses de Medicina*, 6º ano, n.1, outubro de 1850, p. 4.

⁸⁰² DUARTE, José Rodrigues de Lima. *Ensaio sobre a hygiene da escravatura no Brasil*, op. cit., p. 29.

escravas, sobretudo nas fazendas do interior”⁸⁰³. O médico Reinhold Teuscher, com base nos dados referentes às mortes de escravizados em fazendas de Cantagalo, entre 1848 e 1851, registrou uma média anual de aproximadamente 12 crianças mortas para cinco adultos. Dentre as causas das mortes infantis, ele aventou diarreias, “*causadas maior parte das vezes por indigestão, vermes intestinais, ou pela época da dentição*”⁸⁰⁴. Manolo Florentino e José Góes notaram, a partir de inventários pesquisados entre 1842 e 1852 em fazendas cafeeiras fluminenses, que dos 128 cativos que morreram naquele período, 54 eram crianças, bebês recém-nascidos em sua maioria⁸⁰⁵.

No contexto que se desenhava depois do fim do tráfico, em 1859, o médico Antônio Pinto criticou a quantidade escassa da alimentação fornecida pelos senhores aos escravos da roça e às crianças, e as consequências sobre sua saúde quando suas mães retomavam o trabalho na lavoura. Ele indica que os bebês das escravas domésticas tinham maiores condições de sobreviver, quando alimentadas das sobras das mesas senhoriais: “*Quem se quiser convencer do que digo acerca da uniformidade da alimentação compare a cria da escrava que no serviço doméstico come das sobras da mesa com as crias das grandes fazendas*”⁸⁰⁶. Nesses cenários, mulheres africanas e crioulas enfrentaram as adversidades de um cotidiano em que se mesclavam as tensões e sobrecargas do trabalho pesado e vigiado, restrições à amamentação e cuidado de suas crianças, e aflições com relação àquelas que eram acometidas por diversas enfermidades. Muitas mulheres procuraram os tratamentos possíveis para o restabelecimento da saúde de suas filhas e filhos pequenos, nas fazendas cafeeiras e em meio a suas comunidades. Quando esgotadas as terapêuticas disponíveis, mulheres africanas e crioulas pressionaram os fazendeiros mais ricos e viajaram com seus bebês e crianças em estado grave rumo ao consultório de médicos renomados na Corte⁸⁰⁷.

Em janeiro de 1864, uma mulher, escrava de um fazendeiro, trazia seu filho enfermo ao consultório do médico oculista Gama Lobo. O bebê de um ano e meio sofria de problemas nos olhos, apresentando “*temperamento linfático, e constituição fraca e deteriorada*”, “*em tal grau de magreza que as costelas podiam ser contadas*”. Esta

⁸⁰³ Annaes de Medicina Brasiliense, 6º ano, vol.6, n.8, maio de 1851, p. 181.

⁸⁰⁴ TEUSCHER, Reinhold. *Algumas considerações sobre a estatística sanitária dos escravos*, op. cit., p. 7-11.

⁸⁰⁵ GOÉS, José & FLORENTINO, Manolo. “Crianças escravas, crianças dos escravos”, **op. cit.**, p. 180.

⁸⁰⁶ PINTO, O médico da primeira infância... op. cit., p. 137-138.

⁸⁰⁷ Maria Paes de Barros, rica cafeeira paulista, referiu-se às políticas senhoriais com relação à saúde dos escravos, que nos casos mais graves iam à cidade ver o médico. BARROS, *No tempo de dantes*, op. cit., p. 93.

mulher, mãe de seis filhos, que se achavam à época “*criados e de saúde*”, perdia seu bebê, falecido na cidade 40 dias depois de internado⁸⁰⁸. Mês seguinte, uma mulher cativa partiu de uma fazenda do interior fluminense com João, seu filho de um ano e quatro meses, rumo ao consultório de Gama Lobo. Ela relatou ao médico que a moléstia nos olhos do menino apareceu depois de João ter expelido vermes, na ocasião em que ela lhe ministrou um cozimento da erva de Santa Maria, conhecido vermífugo: “*Havia um mês que ela notara que o seu filho mal podia abrir os olhos; e foi desse tempo em diante que ele começou a perder o apetite*”. O médico diagnosticou diarreia e problemas nos pulmões e relatou conhecer quatro crianças doentes fatais da mesma enfermidade, todas escravas, de um a sete anos. Para o médico, morreram devido à inanição causada por um só alimento e este mesmo em quantidade insuficiente. O médico referiu-se à sorte das crianças e de outros escravos intimamente relacionada às políticas senhoriais nas fazendas de café: “*é devido à ignorância o acreditarem que os escravos são feitos de uma outra natureza e que podem passar sem uma alimentação suficiente*”. A mãe enterrava seu filho João, 15 dias depois de retornarem à fazenda no interior.⁸⁰⁹

Em 1881, o médico Hilário Gouveia discutiu um caso de sua clínica ocorrido na década de 1860, e registrado em seu diário por lhe ter impressionado. Em 1869, uma mulher partiu de uma fazenda com sua filha de quatro anos, acometida por grave problema nos olhos, rumo à conhecida Casa de Saúde do Senhor Bom Jesus do Calvário: “*As únicas circunstâncias comemorativas que obtive da mãe da paciente foram: que sua moléstia ocular datava de alguns meses, e que antes de manifestar-se qualquer coisa nos olhos, já a paciente não via depois do sol posto, nem mesmo para orientar-se*”. O médico descrevia uma criança magra e enferma que não podia enxergar:

A doentinha, na ocasião em que a vi pela primeira vez, tinha uma aparência de completa indiferença a tudo quanto a cercava e passava-se em torno de si; [...] tinha a pele, sobretudo a dos membros, seca, árida mesmo, pouco sensível, de aspecto luzidio e escamoso, cortada em diferentes direções por numerosos sulcos finos [...] Não era, porém, este estado, aliás grave, que trouxera essa mísera criança ao hospital; trouxe-a ao hospital uma moléstia ocular de que, no dizer de sua mãe, sofreram algumas outras crias da fazenda, falecendo quase todas, - depois de perdidos os olhos⁸¹⁰.

O médico diagnosticou a menina com hemeralopia, cegueira noturna causada por deficiências nutricionais. Dia seguinte, a menina retornou à Casa de Saúde junto à mãe,

⁸⁰⁸ Annaes Brasilienses de Medicina, Tomo XVII, n.1, junho de 1865, p. 19-20.

⁸⁰⁹ Ibid., p. 23.

⁸¹⁰ Gazeta Medica Brasileira- Revista Quinzenal de Medicina, Cirurgia e Pharmacologia. Tomo I, Ano I, 1882, p. 14.

e “o estado dos olhos indicava que a moléstia marchava a passos largos para uma terminação fatal”. A pequena faleceu pouco tempo depois, na Casa de Saúde, com uma “bronco-pneumonia dupla”⁸¹¹.

Os casos clínicos documentaram as lutas travadas por estas mulheres, nas grandes fazendas, que viajaram até a cidade em busca de cuidados para suas crianças muito adoentadas. Entrevemos, dos registros médicos, os sofrimentos das crianças e os embates e perdas de suas mães, diante das políticas de descaso e avareza dos senhores que consentiam que elas acompanhassem suas filhas e filhos, em estado grave, aos médicos. Nessas situações, eles foram unânimes em apontar, como causas das enfermidades e da morte das crianças nas fazendas fluminenses, a desnutrição e a política senhorial de negligência.

A documentação médica registrou que outras mulheres escravizadas, migrantes forçadas do tráfico interno, buscaram cuidados para si e seus filhos enfermos na cidade. Em 4 de junho de 1879, o ingênuo Vicente, de quatro anos, adentrou junto à mãe a Casa de Saúde Nossa Senhora d’Ajuda. Recolhidos em uma casa de comissão na rua São Pedro, a criança e a escravizada, “recentemente chegada do Norte”, ingressaram na clínica do médico em busca de cuidados, provavelmente financiados pelo dono da agência. É provável que a mãe e o menino de quatro anos recém-chegados atravessassem o país à pé, a duras penas, nos comboios e caravanas conduzidos pelos traficantes, chegando ao destino final famintos, sedentos e enfermos, segundo documentou um observador do tráfico interno: “Entre alguns homens de gargalheira ao pescoço, caminhavam outras tantas mulheres, levando sobre os ombros seus filhos, entre os quais se viam crianças de todas as idades, sendo toda essa marcha a pé, ensanguentando a areia quente dos caminhos”⁸¹². Vicente era examinado, encontrando-se febril. Dia seguinte, o estado da criança não havia melhorado: “foi então que a mãe declarou que ela sentia dores nas articulações e não podia estender as pernas. Havia intumescência das articulações afetadas e muita dor à pressão e aos esforços de extensão”⁸¹³. Depois de dias internados, o médico referiu-se à melhora do menino: dia 30 ele tinha alta “a pedido”.

Nas décadas finais do século, as teses sobre higiene infantil dedicaram considerações mais frequentes às enfermidades que ceifaram a vida das crianças escravas e ingênuas. O tétano neonatal, o desmame precoce e a alimentação inadequada nos

⁸¹¹ Ibid., p. 16.

⁸¹² Annaes da Camara (1880). Apud CONRAD, Os últimos anos da escravidão no Brasil, op. cit., p. 70.

⁸¹³ Annaes Brasilienses de Medicina, Tomo XXXV, n.1, julho a setembro de 1883, p. 12.

primeiros tempos de vida foram também as principais causas aventadas para a morte dos bebês e crianças das cativas. Segundo Pereira Rego, em trabalho dedicado às causas da mortalidade infantil, no período de 1868 e 1872 na cidade, o tétano ceifava a vida dos bebês nos primeiros nove dias de vida, enquanto a fraqueza congênita, moléstias respiratórias e do aparelho digestivo causaram a morte dos menores de um ano, em sua maioria filhos de mulheres escravizadas, libertas e trabalhadoras livres⁸¹⁴. Na década de 1880, Francisco Castro aventou como causas para as mortes das crianças de até um ano de idade as enfermidades do aparelho digestivo, sendo “*nos filhos das classes pobres e das escravas que a mortalidade predomina*”⁸¹⁵. Em 1886, Evaristo da Veiga documentou que a maior incidência de mortes entre bebês, no período entre 1882 e 1885, foi provocada pelo tétano dos recém-nascidos e pela fraqueza congênita, associada às más condições de alimentação, trabalho e repouso da mãe escrava, durante a gestação. Até um ano de idade, os bebês morriam devido aos frequentes problemas no trato digestivo, sendo que a mortalidade diminuía entre as crianças, a partir dos quatro anos. As mortes, segundo ele, deviam-se ao “*aleitamento impróprio*”, que ceifava a vida de uma grande maioria de bebês menores de um ano de idade, filhas e filhos de mães escravizadas, libertas e livres trabalhadoras: entre 1882 e 1885, faleceram até sete anos de idade 1.675 crianças de doenças gastrointestinais, 1.288 com menos de um ano de vida⁸¹⁶.

Funerais e amuletos

As visões das mulheres africanas e das crioulas acerca do adoecimento e da morte de seus bebês e crianças certamente não eram compartilhadas pelos médicos e suas concepções da doença enquanto evento fisiológico, conforme divulgadas nas teses e manuais de medicina, ao longo do século. É difícil entrevermos como as escravizadas africanas e descendentes conceberam as restrições senhoriais às práticas de amamentação e cuidado que julgavam apropriadas a seus filhos pequenos, e como enfrentaram o adoecimento, o sofrimento e a morte de suas crianças.

Viajantes e etnógrafos destacaram os fortes laços que uniam as mães africanas aos bebês e crianças, durante os três primeiros anos de vida, envolvendo convívio próximo e

⁸¹⁴ REGO, José Pereira (Barão do Lavradio). *Apontamentos sobre a mortalidade na cidade do Rio de Janeiro particularmente das crianças e sobre o movimento de sua população no primeiro quadriênio depois do recenseamento feito em 1872*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 41-45, 60.

⁸¹⁵ CASTRO, Francisco de Paula. *Da alimentação nas primeiras idades*, op. cit., p. 6-7.

⁸¹⁶ SOBRINHO, Evaristo T. da Veiga, *Das condições que explicam a mortalidade das crianças na cidade do Rio de Janeiro*, op. cit., p. 40.

amamentação⁸¹⁷. O olhar do alemão Carl Schlichthorst, na década de 1820, sugere os vínculos e o carinho que nutriam as mães africanas a suas crianças crioulas, referindo-se ser “*demais o amor das africanas aos filhos maior que o das brancas*”⁸¹⁸. Diante dos desafios impostos pela escravidão urbana ao bem-estar e à sobrevivência de seus filhos, elas recorreram aos expedientes amplamente compartilhados pelos africanos e crioulos na cidade, para lidar com as adversidades e os infortúnios. Centro-africanas e africanas ocidentais empenharam-se em proteger e afastar seus bebês e crianças pequenas do adoecimento e dos feitiços com amuletos, patuás e cordões. A aquarela de autoria do alemão Eduard Hildebrandt, de 1844, representa uma africana mina escravizada no Rio de Janeiro, descalça, com xale da costa ao ombro, turbante à cabeça e pés descalços, portando um tabuleiro e conduzindo o filho pequeno pela mão, que porta um cordão ao pescoço:

⁸¹⁷ JUNOD, *Usos e costumes dos Bantu*, op. cit., p. 86-87; ENGELMANN, G. J., & RODET, P. *La pratique des accouchements chez les peuples primitifs*, op. cit., p. 319.

⁸¹⁸ SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é*, op. cit., p. 93-94.

Negra vendendo suas mercadorias, Eduard Hildebrandt, 1844. In: FERREZ, Gilberto. *The Brazil of Eduard Hildebrandt*. Impresso na República Democrática Alemã. Rio de Janeiro: Record, s/d, p. 36.

Essas mulheres africanas reelaboravam as práticas de proteção de suas crianças adaptando-as à nova realidade da escravidão urbana, envolvendo os perigos que constituíam os malefícios, as enfermidades e os acidentes que poderiam vitimar os pequenos, na cidade e nas casas senhoriais. Viajantes e etnógrafos documentaram que as africanas ocidentais, na Costa da Mina, recorreram aos amuletos também com a finalidade de agregar os bebês ao mundo dos vivos e armá-los contra espíritos malfazejos, evitando também acidentes e enfermidades. No início do século XVIII, o comerciante holandês Willem Bosman referiu-se às práticas de mulheres na Costa do Ouro com seus recém-nascidos. Na presença de um sacerdote, cordões e corais eram atados na cabeça e nas pernas do bebê, que estaria então “*armado contra doenças e acidentes*”⁸¹⁹. Entre os habitantes do Reino do Benin, ele observou que depois de sete dias de nascido, um pequeno banquete era realizado com oferendas, a fim de evitar a ação de espíritos malfazejos, ocasião em que pequenas incisões eram realizadas nos bebês. Já em 1886, Engellman e Rodet registraram as práticas das africanas ocidentais com relação ao cordão umbilical: depois de seco, ele era costurado em couro e suspenso no pescoço da criança, a fim de preservá-la das doenças. Em outra passagem, o tratado de obstetrícia documentou que as crianças portavam “*sempre um gri-gri, espécie de amuleto*”, que poderia tratar-se de uma passagem do Corão num pedaço de papel, entre as africanas ocidentais islamizadas, um dente de animal, um osso ou uma concha, investidos de poderes de prevenir diversos males, como dores e mordidas de animais⁸²⁰.

Na primeira metade do século XIX, quando o uso de amuletos e as práticas de cura não impediram os avanços das enfermidades de suas filhas e filhos, é provável que as concepções e sentimentos nutridos pelas africanas, diante da morte de seus bebês, diferissem de suas atitudes frente à perda das crianças maiorzinhas. Henri Junod referiu-se ao ritual envolvendo o momento em que a criança começava a engatinhar, que simbolizava a recepção da criança na família e na humanidade. Segundo o etnógrafo, antes do rito “*mal a consideravam como ser humano, era xilo (coisa), khuna (um ser*

⁸¹⁹ BOSMAN, Willem. “Bosman’s Description of the Coast of Guinea”. In: PINKERTON, John (org). *A general collection of the best and most interesting voyages and travels in all parts of the world ... 1814*, op. cit., p. 388.

⁸²⁰ ENGELMANN, G. J & RODET, P. *La pratique des accouchements chez les peuples primitifs*, op. cit., p. 283 e 334.

incompleto). *Daí em diante é nkulo, uma criança que cresceu*”⁸²¹. Os bebês, entre os sete e os nove dias de vida, eram considerados intermediários entre os vivos e os mortos, também entre as africanas ocidentais⁸²².

Segundo a historiadora Sasha Turner, na Jamaica, as africanas ocidentais elaboraram novos sentidos diante da experiência da morte dos filhos pequenos, no contexto da escravidão. Ela documentou, por exemplo, os episódios de perdas sucessivas dos filhos da africana Abba que, atormentada pelas frequentes perdas, procurou um sacerdote negro, a fim de desvendar as razões da morte de um de seus bebês que nascera sem vida. Deslindando as angústias e fracassos experimentados por mulheres que viveram perdas dos filhos, Turner criticou as representações da mãe escrava como heroína, argumentando que as ideias acerca da rebeldia destas mulheres ofuscaram as experiências do luto, do trauma, da dor e da tristeza silenciosa, apagadas dos registros. O espectro da morte, segundo a historiadora, modelou os desejos e as práticas das mulheres africanas e crioulas com relação à maternidade sob a escravidão. Atitudes de distanciamento emocional, descuido e mesmo abandono constituíram formas de as mulheres escravizadas limitarem o apego diante de um cenário que conjugava cotidianamente angústias ligadas às restrições, ao convívio e à morte dos bebês.

Na cidade do Rio de Janeiro, as reelaborações das crenças e cerimônias funerárias do catolicismo ofereceram novos suportes às mães africanas e crioulas, provendo novos destinos espirituais aos bebês que viravam anjinhos⁸²³. A documentação indica que rituais de enterro de seus bebês e crianças pequenas falecidas adquiriram grande importância para as mulheres cativas na cidade. Na década de 1820, Debret representou, em sua prancha “enterro de um negrinho”, os cortejos fúnebres de crianças escravas. À frente, a criança morta é acompanhada pela madrinha, representada em primeiro plano, ambas

⁸²¹ JUNOD, Henri. *Usos e costumes dos Bantu*, op. cit., p. 85.

⁸²² TURNER, Sasha. The nameless and the forgotten: maternal grief, sacred protection, and the archive of slavery. *Slavery & Abolition*, vol. 38, n.2, 2017.

⁸²³ Luis Vailati analisou a conduta diferenciada entre os católicos diante da morte das crianças, designadas anjinhos e inocentes, em relação aos ritos destinados à morte dos adultos. Ele ressaltou as transformações com relação à apreensão social e aos significados da morte das crianças em sua dimensão social, espiritual e coletiva, e a ressignificação da morte das crianças enquanto fenômeno médico e demográfico, com a expressão mortalidade infantil. Ele apontou para as preocupações médicas relacionadas às questões de população e demografia intimamente relacionadas às novas concepções relacionadas à infância e à higiene. Sobre as representações da morte e das práticas funerárias nos oitocentos, conferir REIS, João José. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; REIS, J. J. “O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, op. cit.; RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

escravizadas por uma família rica: “A negra que acompanha é uma das escravas mais antigas da casa, o mais das vezes madrinha do negrinho”.

Enterro de um negrinho. Jean Baptiste Debret, 1823. In: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa. *Debret e o Brasil. Obra completa.* S/c.: Capivara, 2009, p. 147.

O francês referiu-se ao luxo dos funerais das crianças escravas das famílias ricas, e às despesas senhoriais envolvendo o aluguel da cadeirinha e do pequeno caixão, e o salário pago àqueles que o conduziam: “*Mas esse luxo é em geral reservado às casas ricas, onde se deseja praticar dignamente uma obra de devoção ao anjinho*”⁸²⁴. Ao fundo da aquarela, Debret representou o enterro de uma criança escravizada por famílias remediadas e empobrecidas. Os bebês eram conduzidos em tabuleiros cobertos com toalhas de renda, contando, no caso dos senhores muito pobres, com os vizinhos que “*emprestavam*” possivelmente um escravizado como carregador do caixão⁸²⁵. No início dos anos 1840, Daniel Kidder descreveu um funeral de uma criança escrava no Rio de Janeiro, na freguesia suburbana do Engenho Velho, constituindo um raro documento dos cerimoniais africanos que integravam a mãe e a ampla comunidade de mulheres africanas e crianças:

Logo depois de nossa mudança para o Engenho Velho, tivemos, um domingo, a atenção atraída para trás de nossa casa, por uma interminável gritaria, na rua. Olhando pela janela vimos um negro com uma bandeja de madeira sobre a cabeça, na qual levava um cadáver de uma criança coberta com pano branco e enfeitado de flores, com um ramalhete atado à mãozinha. Atrás do negro, seguia uma multidão promíscua no meio da qual cerca de vinte negras e

⁸²⁴ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, Tomo II (Vol.III), op. cit., p. 181-182.

⁸²⁵ Ibid., p. 182.

numerosas crianças, quase todas adornadas com tiras de pano vermelho, branco e amarelo, e entoavam algum cântico etíope cujo ritmo marcavam com um trote lento e cadenciado; o que levava o corpo, parava frequentemente e girava sobre os pés como se dançasse.

Entre os da frente, sobressaía, pela exagerada gesticulação, a mãe da criança, conquanto não pudesse, pela mímica, determinar com exatidão se eram de alegria ou de tristeza os sentimentos que a empolgavam. Assim foram eles, até o adro da igreja onde entregaram o corpo ao vigário e ao sacristão. O cortejo voltou então, cantando e dançando com mais veemência – se possível – que na ida. A cena repetiu-se várias vezes durante a nossa permanência naquele bairro do Rio de Janeiro. Jamais a presenciamos, porém, em qualquer outro lugar⁸²⁶.

Para as africanas e crioulas, escravas e libertas, o enterro de suas crianças era revestido de um importante significado. Segundo Debret, as mulheres libertas e negras livres contaram com o auxílio das irmandades e empregaram seus poucos recursos nos funerais: “*A negra livre e remediada, sempre membro de uma irmandade religiosa, não hesita em realizar essa despesa que considera um dever*”.⁸²⁷ Quanto às escravizadas, aquelas que não pudessem obter dos senhores a quantia para o aluguel do caixão e outros materiais importantes para os rituais, poderiam obter auxílio com as irmandades ou com suas redes de amparo e solidariedade, envolvendo comadres, compadres e parentes, escravizados, livres e libertos.

No entanto, nem todas as mães africanas e crioulas puderam enterrar apropriadamente seus filhos. Senhores se esquivaram de arcar com os custos para o tratamento de saúde e o enterro de bebês e crianças que foram abandonados enfermos e quase mortos nas ruas, escadarias de igreja, praias e na Roda dos Expostos. Em meados de 1850, médicos documentaram a recepção diária que fazia a roda de “*crianças moribundas, ou gravemente enfermas*”, devido à “*avareza dos senhores, pois que a máxima parte são crianças de cor preta, só para pouparem despesa do enterro*”:

Outras vezes já quase a morrer são abandonadas por seus pais, ou por seus senhores, somente para lhes não fazer o enterro. Casos dessa ordem são bem comuns, e ainda não há muito tempo foi lançada na roda uma criança de três para quatro anos acometida de um tétano⁸²⁸.

⁸²⁶ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência nas províncias do Sul do Brasil*, op. cit., p. 155. O uso do branco nas mortalhas das crianças escravas remonta aos significados desta cor para os africanos atrelada ao mundo dos mortos. Já a liturgia cristã atribuía ao branco a cor da alegria, da inocência e da pureza virginal. VAILATI, Luis. Os funerais de “anjinho” na literatura de viagem. **Revista Brasileira de História**, vol. 22, n. 44, São Paulo, 2002.

⁸²⁷ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, Tomo II (Vol.III), op. cit., p. 182.

⁸²⁸ GONÇALVES, Francisco. *Que Regime Será mais Conveniente para a Criação de Expostos da Santa Casa de Misericórdia...*, op. cit., p. 10-12.

Mães crioulas e africanas escravizadas encontraram dificuldades em amamentar seus rebentos da maneira que julgavam apropriada. Enfrentaram a morte de seus bebês, que nem sempre puderam enterrar, e os impactos da avareza dos senhores e de seus atos de negligência dissimulados pela ideologia escravista racializada de que as crianças negras eram fortes e robustas, constituídas para suportar toda sorte de privações⁸²⁹. Sobre elas recaiu o estigma de serem descuidadas e negligentes, sob o véu dos discursos escravocratas que as representaram como pouco cuidadosas com seus filhos. As vozes de alguns médicos eximiram os senhores das responsabilidades sobre o cuidado das crianças e sobre as más condições propiciadas às mães por suas exigências de trabalho. Em 1853, o alemão Reinhold Teuscher responsabilizou as mães africanas e crioulas pelo adoecimento dos filhos, considerando-as pouco cuidadosas para com eles: “*As mães, pouco cuidadosas e mal esclarecidas, contribuem geralmente antes para fazerem os seus filhos doentes, do que para conservarem-lhes a saúde, e estorvam o tratamento em lugar de o ajudarem*”⁸³⁰. Quanto à ideologia de que as crianças negras eram robustas, em 1873, o estudante Cornélio Milward estendeu aos bebês brancos as pretensas qualidades de suas mães, que davam à luz “*crianças fracas e delicadas das grandes cidades*”. Quanto ao filho da ama de leite, ele assim se referiu: “*certamente a saúde de seus filhos, nestes casos, nada pode indicar, porque são ordinariamente robustos e fortemente constituídos para facilmente suportar todas as privações e falta de cuidados*”⁸³¹.

⁸²⁹ As representações racializadas acerca da pretensa constituição robusta e vigorosa das africanas e africanos remontam às narrativas de viajantes europeus desde o século XVII, sendo apropriada pelos colonizadores europeus e pelos escravistas nas Américas. A partir do século XVIII, o naturalista francês Buffon tornou-se um expoente entre os que desenvolveram teorias racialistas nas ciências naturais, ao passo que Georges Cuvier, no início do XIX, promoveu a ideia da existência de heranças físicas e morais permanentes entre grupos humanos, classificados em espécies hierarquizadas, segundo o grau de civilização centrados na superioridade do homem branco europeu. Diferentes vieses dos discursos racialistas ganharam fôlego ao longo do século XIX nas sociedades escravistas atlânticas, com o desenvolvimento da medicina e do racismo científico na Europa, estruturando ideias acerca da pretensa habilidade das mulheres e homens negros realizarem trabalhos pesados. A ideologia de que eram constituídos de uma natureza propensa a suportar toda sorte de privações materiais, como roupa, comida e descanso, justificou as políticas senhoriais de descaso e avareza nas grandes fazendas cafeeiras do Sudeste, promovendo um cotidiano adverso para mulheres, homens e crianças escravizadas. Conferir SCHWARCZ, **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**, op. cit., cap. 2; CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)**, op. cit., cap. 3; DIALLO, Alexandra Cornélius. “**More approximate to the Animal**”, op. cit.; MORGAN, Jennifer, **Labouring Women: Reproduction and Gender in New World Slavery**, op. cit.

⁸³⁰ TEUSCHER, *Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café*, op. cit., p. 11.

⁸³¹ MILWARD, Cornélio Emílio das Neves. *Do aleitamento natural, artificial...*, op. cit., 1873, p. 26. Crianças negras escravizadas foram caracterizadas por terem necessidades menores e menos refinadas comparativamente às brancas também nos discursos médicos e literários no sul dos Estados Unidos. Esta ideologia escravista justificou a negligência senhorial e as práticas de privação das crianças negras dos cuidados e do leite de suas mães, quando empregadas como amas de leite. No Rio de Janeiro, em 1887, Justo Jansen referiu-se em sua tese de medicina à pretensa ausência de sensibilidade dos bebês negros, a

Maria Paes de Barros documentou um diálogo travado em meados de 1850 entre sua mãe, rica cafeicultora, e a cativa Lucinda, uma das cozinheiras responsáveis pela comida dos escravos. A conversa evoca a ideologia senhorial da mãe escrava negligente e deixa entrever as más condições propiciadas à maternidade por uma fazendeira rica, que responsabilizava Lucinda pela morte do filho por não o ter criado “*direito*”⁸³²:

No chão, sobre uma esteira, apesar das moscas que esvoaçavam ao redor, dormia a sono solto uma criança de poucos meses, roliça e satisfeita, coberta apenas por um pedaço de velha baeta vermelha.
 – É seu filho, Lucinda? – perguntou a senhora à cozinheira.
 – Veja se cria este direito e não deixa morrer, como o outro.
 – O outro era mesmo doentio- voltou a preta, para se desculpar.
 Este já nasceu sacudido.

Amamentação, trabalho e cotidiano: africanas e crioulas portas adentro e afora

Mulheres africanas e crioulas se defrontaram com dificuldades em prover seus bebês e crianças pequenas com os cuidados que julgavam apropriados, enfrentando a morte de seus pequenos diante das políticas senhoriais que priorizaram a exploração de seu trabalho. No entanto, muitas crianças crioulas nasceram “sacudidas”, como o filho da cativa Lucinda, admoestada por sua senhora fazendeira, e venceram os primeiros e perigosos anos de vida. A sobrevivência dos bebês e crianças de até três anos, designados pelos senhores de “crias de peito” e “crias de pé”, dependeu das práticas e lutas empreendidas por suas mães africanas e descendentes que viveram as tensões entre o papel de mãe e trabalhadora escravizada⁸³³. Os desafios com os quais se depararam puderam ser agravados ou contornados, nas diferentes conjunturas do século, diante do

quem os médicos e cientistas conferiam menor propensão à dor e aos choros comparativamente aos brancos: “*diremos, todavia, que não notamos diferença alguma no choro dos recém-nascidos brancos e negros, a qual mereça figurar como caráter distintivo entre as duas raças*”. FERREIRA, Justo Jansen. *Do parto e de suas conseqüências na espécie negra*, op. cit., 1887, p. 36; WALLACE-Sanders, Kimberly. **Mammy**: a century of race, gender and Southern memory, op. cit;

⁸³² BARROS, Maria, *No tempo de dantes...*, op. cit., p. 75.

⁸³³ O termo “cria”, que nos primórdios do século XIX referia-se à criança em geral, com o tempo passou a designar apenas o filho da escrava. Maria de Fátima Neves afirmou que “costumeiramente, as idades da criança escrava aparecem assim escalonadas, conforme atestam alguns autores: as ‘crias de peito’ eram os bebês até um ano de idade, enquanto as ‘crias de pé’ eram crianças muito novas, mas que já sabiam andar.” Estudos sobre crianças escravas demonstraram a centralidade do trabalho enquanto marcador das fases da infância e do ingresso no mundo adulto. Prestando pequenos serviços já desde os quatro anos de idade, a partir dos sete ou oito anos, as crianças passavam a trabalhar em serviço mais regular, e, entre 12 e 14 anos, no rol dos serviços adultos, finalizando o período de aprendizagem e treinamento no trabalho. Na cidade, o início das crianças escravizadas no mundo do trabalho poderia implicar em separações temporárias, quando eram alugadas ou destinadas ao aprendizado de ofícios. Conferir NEVES, Maria de Fátima R. **Infância de faces negras**: a criança escrava brasileira no século XIX, op. cit., p. 58, 118 e 120; GOÉS, José & FLORENTINO, Manolo. “Crianças escravas, crianças dos escravos”, **op. cit.**; MATTOSO, Kátia. O filho da escrava: em torno da Lei do Ventre Livre, **op. cit.**; PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador (1850-1888). **Afro-Ásia**, v. 32, p.159-183, 2005.

relativo interesse senhorial na futura escravização e na tutela das crianças crioulas e ingênuas, e da capacidade das mulheres aliarem as diferentes demandas de trabalho à amamentação e ao cuidado dos bebês, em cenários mais ou menos propícios à negociação com seus senhores.

Os anúncios de venda e aluguel, que discriminaram os ofícios desempenhados pelas cativas e a presença de bebês e filhos pequenos, oferecem indícios acerca dos diferentes encargos de trabalho e das práticas de amamentação e criação de outros filhos entre mulheres africanas e crioulas, no contexto da primeira metade do século. Em 1839, uma mulher parda, entre 28 e 30 anos, aliava, não sem dificuldades, a amamentação de sua filha de um ano a diversos trabalhos domésticos e o provimento dos cuidados possíveis a uma filha de três, que com sorte teria sido vendida junto à mãe: “*Vende-se na rua do Valongo n.70 uma parda de idade 28 a 30 anos, com duas filhas, uma de 3 anos, e outra de 1 ano, tem muito bom leite, sabe coser, e cortar vestidos, lava, engoma, e cozinha muito bem, faz sabão, e é boa padeira*”⁸³⁴. Em janeiro de 1840, uma africana ou crioula amamentava um filho que já engatinhava, sendo colocada à venda ou aluguel para ama de leite. O anunciante condicionou a presença da criança junto à mãe ao desejo dos compradores ou locatários, que poderiam separá-las: “*Vende-se ou aluga-se uma preta com muito bom leite, com cria, ou sem ela, muito gorda, e já engatinha*”⁸³⁵. Mês seguinte, uma jovem de 18 anos, possivelmente centro-africana, foi colocada à venda junto a seu primeiro filho, de 10 meses, que ela amamentava, aliando o cuidado do bebê aos serviços domésticos: “*Vende-se uma preta ama de leite, com cria de 10 meses, terá 18 anos de idade, da primeira barriga [...] sabe lavar, engomar e cozinhar*”⁸³⁶.

Já uma mulher parda, restrita aos serviços internos da casa, foi colocada à venda grávida junto a um filho de um ano e alguns meses, que ela aparentemente não aleitava, possivelmente devido às restrições senhoriais ou à nova gravidez: “*Vende-se uma parda que parece branca, com habilidades, e capacidade de dirigir, e governar uma casa de família, por ser muito fiel, e de boa conduta, tem um filho mui lindo, de idade 14 a 15 meses, e está proximamente grávida, segundo ela confessa*”⁸³⁷. Em 1840, uma mulher, a quem nos referimos, foi colocada à venda com seu bebê de três meses. O senhor, cioso em vendê-la, destacava suas habilidades como possível ama de leite, além de ressaltar os

⁸³⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de junho de 1839.

⁸³⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de janeiro de 1840.

⁸³⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de fevereiro de 1840.

⁸³⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de março de 1832.

ofícios de cozinheira e lavadeira de rio, ocupações que ela provavelmente desempenhou durante a gravidez e após o parto: “*lava muito bem, é lavadeira de rio e cozinheira de forno e fogão*”⁸³⁸. No mesmo dia, outra mulher possivelmente centro-africana foi colocada à venda, lavadeira de rio, que poderia ser comprada junto a seu bebê para servir como ama de leite: “*Vende-se na rua da Cadeia n. 48, loja, uma preta ama de leite, com cria, perfeita lavadeira de rio*”⁸³⁹. Anos antes, em 1836, um senhor colocou à venda uma boa comerciante, provável africana de nação Mina: uma “*preta com uma cria de um ano, muito boa mascate de fazendas*”⁸⁴⁰. Em 1840, uma mulher possivelmente centro-africana amamentava seu primeiro filho, de dois anos e meio, não havendo referência a outro bebê, responsabilizando-se também pelos trabalhos domésticos de cozinha, lavagem e engomado de roupas. O mercado urbano de amas de leite poderia separá-la da criança: “*Vende-se uma ama com muito bom leite, tem uma cria com 2 ½ anos do primeiro parto, que não se duvida vender junto ou separado, a qual sabe lavar, cozinhar, engomar liso [...] na rua do Lavradio*”⁸⁴¹. Já em 1850, foram postos à venda uma mãe e um filho que ela até então amamentava: “*uma preta muito sadia, que tem bom leite, e um lindo crioulo que se pode desmamar*”⁸⁴².

No contexto do incremento do tráfico de africanas e de disseminação de sua posse e comércio, os anúncios de autoria dos senhores nos aproximam da vulnerabilidade a que estiveram expostas as mães africanas e suas crianças à separação e ao desmame, em particular quando compradas ou alugadas para servirem de amas de leite. Os anúncios indicam também as diferentes ocupações a que muitas africanas e crioulas se entregaram, como lavadeira, cozinheira, engomadeira, comerciante de rua e ama de leite, e suas diferentes implicações com respeito às práticas de amamentação, desmame e ao cuidado das crianças crioulas.

Os padrões de riqueza da família proprietária, as rotinas de trabalho e os espaços pelos quais circularam, bem como os grupos de convívio na moradia senhorial e fora dela, impactaram as estratégias e práticas de amamentação e de criação de bebês e crianças pequenas entre as africanas e crioulas na cidade. Em 1843, a baronesa de Langsdorf reportou-se a uma cena que presenciara numa casa rica, onde numerosas crianças escravas brincavam sentadas no chão da sala junto a um jovem branco, empregado da casa,

⁸³⁸ *Jornal do Commercio*, 1º de fevereiro de 1840.

⁸³⁹ *Diario do Rio e Janeiro*, 1º de fevereiro de 1840.

⁸⁴⁰ *Diario do Rio de Janeiro*, 9 de novembro de 1836.

⁸⁴¹ *Diario do Rio e Janeiro*, 18 de fevereiro de 1840.

⁸⁴² *Diario do Rio de Janeiro*, 21 de fevereiro de 1850.

enquanto mulheres escravizadas, prováveis mães das crianças, entravam e saíam dos aposentos em meio a numerosas tarefas⁸⁴³. Já um inventário de 1807 analisado por Ynaê Lopes ilustra o cotidiano que envolvia maternidade e encargos de trabalho no mundo interno e externo à casa para escravizadas nas menores propriedades, no Rio de Janeiro colonial.

O pescador Manoel Rodrigues Moraes, quando faleceu, legou nove escravizados à viúva Ana Izabel e a seus oito filhos, poucos deles destinados exclusivamente ao serviço doméstico. Manoel crioulo, de um ano e meio, era filho da africana “Eugenia Rebolaque” que, junto a Joanna Congo, cuidavam da cozinha, saíam para lavar roupa e ainda vender produtos na cidade a tempo parcial⁸⁴⁴. O artista francês Jean Baptiste Debret documentou, para as primeiras décadas do século, a jornada de uma escravizada que servia uma família de remediados: às seis horas da manhã ela ganhava as ruas para vender pão de ló, retornando às dez à casa, onde permanecia trabalhando até duas da tarde, quando tomava as ruas novamente até as seis⁸⁴⁵. A centro-africana Eugenia, assim como a maioria das escravizadas que serviram a pequenos proprietários e a famílias remediadas, rompia as fronteiras entre serviço doméstico e de rua, aliando diferentes encargos de trabalho que impactaram as possibilidades e oportunidades de amamentarem seus bebês e conviverem com outras crianças pequenas, durante as longas jornadas de trabalho.

Uma reinvenção das mulheres africanas permitiu aliar sobrevivência de seus filhos sem prejuízo do trabalho: o xale de tecido que atava os bebês às costas liberava as mãos e braços das mulheres que conjugavam trabalho e proximidade com as crianças. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, os panos-da-costa, usados em torno dos ombros e para atar os filhos ao dorso, eram produzidos nos teares da África ocidental, figurando, desde os testamentos dos finais do século XVIII, entre os bens valiosos das mulheres⁸⁴⁶. Segundo Henri Junod, em Moçambique no final do século XIX, o material utilizado pelas africanas para atarem seus bebês era denominado *ntehe*, feito de pele de animal curtida e maleável⁸⁴⁷. Africanas e crioulas que atuavam no serviço doméstico e saíam durante parte

⁸⁴³ LANGSDORFF, Baronne E. *Journal de la Baronne E. de Langsdorff*.... Paris: Les amis des Musées de la Marine, 1954, p. 72-73. Apud LEITE, Miriam (org). **Condição feminina no Rio de Janeiro**, op. cit., p. 60-61.

⁸⁴⁴ SANTOS, Ynaê Lopes. **Além da Senzala**, op. cit., p. 55-56.

⁸⁴⁵ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tomo I (Vol. I e II), op. cit., p. 253-254.

⁸⁴⁶ Segundo ela, sem indicar o período, eram importados de Lagos, atual Nigéria, em quantidade de cerca de 50.000 peças anuais. CUNHA, Manuela Carneiro. “Olhar escravo, Ser olhado”. In: AZEVEDO, Paulo Cesar & LISSOVSKY, Maurício (orgs). **Escravos Brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.** São Paulo: Editora Ex Libris, 1988, p. xxvii.

⁸⁴⁷ JUNOD, Henri. *Usos e costumes dos Bantu*, op. cit, p.77.

do dia, ou aquelas ocupadas como lavadeiras e quitandeiras ao ganho, foram registradas carregando consigo seus bebês que venceram os primeiros meses e anos de vida, rompendo as fronteiras da casa escravista e adentrando as ruas nas costas maternas. Em 1851, os missionários estadunidenses Daniel Kidder e James Fletcher aludiram a mulheres escravas, em diferentes ocupações, que levavam os filhos às costas: “*Mulheres escravas, de vários ofícios, podem ainda ser vistas carregando seus filhos*”⁸⁴⁸.

Mulheres que ganhavam as ruas em tempo parcial ou ao ganho permaneciam algumas horas ou o dia todo nas imediações urbanas, incorporando os cuidados com seus filhos pequenos ou de colo aos trabalhos que desempenhavam, envolvendo movimentos constantes e deslocamentos. Entre as décadas de 1830 e 1850, viajantes e artistas europeus registraram a presença ostensiva das centro-africanas que tomavam as ruas junto a seus bebês, acionando estratégias a fim de aliar trabalho, amamentação e convívio. Captamos a presença furtiva de mulheres negras descalças, lavadeiras centro-africanas com o peito nu, representadas com seus bebês às costas. Aos chafarizes da cidade e aos córregos elas se dirigiam – ao largo da Carioca, ao Campo de Santana e ao Vale das Laranjeiras –, chegando pela manhã e retornando à tarde com toda a roupa lavada e enxuta⁸⁴⁹. O inglês Thomas Ewbank referiu-se à presença das centro-africanas na cidade:

Vejam! Aí estão, naquele lago, meia dúzia de negras vestindo somente saias miseravelmente rasgadas. Com exceção de uma, que lançou uma toalha sobre os ombros, todo o grupo apresentava-se nu da cintura para cima”⁸⁵⁰.

Equilibrando “*enorme trouxa sobre a cabeça*”, elas saíam e retornavam às casas dos senhores acompanhadas dos seus bebês, conforme representou Daniel Kidder:

⁸⁴⁸ KIDDER, Daniel Parish & FLETCHER, J. Codley. *O Brasil e os brasileiros*. Trad. Elias Dolianiti. São Paulo: Nacional, 1941, p. 116.

⁸⁴⁹ KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*, op. cit., p. 112.

⁸⁵⁰ Ibid.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência nas províncias do Sul do Brasil*, op. cit., p. 113.

As ruas, chafarizes e córregos eram espaços de trabalho, mas igualmente abriam oportunidades de maior autonomia, momentos de relaxamento e de descanso, e de formas de interação social que o convívio próximo com os senhores e suas demandas na casa obstavam: “*Negras solitárias, com suas alvas trouxas de roupa à cabeça, voltavam à cidade, cantarolando e assobiando, ou tomavam à porta das vendas um copo de cachaça*”⁸⁵¹. Nos chafarizes e beiras de rios, as centro-africanas compartilhavam cuidado de crianças e trabalho, criando e fortalecendo os laços entre comadres e parentes de nação. Na década de 1840, Thomas Ewbank descreveu uma cena em que duas lavadeiras se uniram na divisão do trabalho: enquanto uma delas lavava a roupa com folhas saponáceas ao invés de sabão, a outra ocupava-se em torcer, bater e estender as vestes⁸⁵². Uma delas regressava ao fim do dia para a casa senhorial com as roupas “*empilhadas numa enorme bacia de madeira, que leva à cabeça*”. Os bebês eram levados à beira dos riachos próximos ao Corcovado, “*nas costas das sobrecarregadas lavadeiras*” que conduziam junto a si também suas crianças pequenas. Próximas aos córregos, elas preparavam suas refeições e compartilhavam os cuidados das crianças crioulas:

⁸⁵¹ SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é*, op. cit., p. 214.

⁸⁵² EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil, ou Diário de uma visita à terra do cacaueiro e das palmeiras*. Trad. Jamil A. Haddad. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 64-65.

Vêm-se em vários pontos fumegando fogo, onde cozinham a comida; e grupos de criancinhas brincam em volta delas, algumas bastante crescidas para engatinhar até junto de suas mães; a maior parte, porém, foi carregada até ali nas costas das sobrecarregadas lavadeiras ⁸⁵³.

Assim, entrevemos que a socialização das crianças crioulas e sua iniciação nos laços de parentesco transcenderam a casa senhorial, sinalizando para as sociabilidades eminentemente femininas, envolvendo mulheres africanas e seus descendentes no mundo urbano. Os bebês, quando cresciam, saíam das costas das mães e eram por elas conduzidas pelas mãos. O desenhista alemão Carlos Guilherme von Theremin representou o chafariz do campo de Santana, em 1835: à esquerda, uma mulher africana lavava roupas em sua bacia, tendo perto de si uma menina pequena.

O Chafariz do Campo (1835): tomado da Igreja de Santana. Carlos Guilherme von Theremin. In MOURA, Carlos Eugênio M (org). *A travessia de Calunga Grande. Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo, Ed. Univ. de São Paulo, 2000, p. 441.

Não apenas as lavadeiras centro-africanas circulavam pelas imediações urbanas carregando pesados fardos com os filhos às costas. Em pontos fixos ou em trânsito, o cotidiano das quitandeiras e vendedoras de rua envolvia armar bancas no largo da Sé, trabalhar lado a lado com suas donas africanas ocidentais no mercado da Candelária, ou vencendo a cidade a pé, apregoando mercadorias⁸⁵⁴. Segundo Thomas Ewbank, as

⁸⁵³ KIDDER, Daniel Parish & FLETCHER, J. Codley. *O Brasil e os brasileiros*, op. cit., p. 116.

⁸⁵⁴ FARIAS, Juliana B. **Mercados Minas**, op. cit. KARASCH, **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**, op. cit., p. 285; FARIAS, Juliana B. et. al. **No labirinto das nações-** Africanos e identidades no Rio de Janeiro, op. cit., p. 212-213; SOARES, Carlos E. e GOMES, Flávio S. “Dizem as Quitandeiras...”:

africanas minas e moçambiques, vendedoras de rua, atavam seus bebês às costas e acionavam a criatividade, a fim de protegê-los do sol: “*Para proteger a criança contra o sol, a negra coloca uma jarda de tecido de algodão na parte de trás da caixa sobre a cabeça*”⁸⁵⁵.

Maria Odila Dias referiu-se aos laços comunitários estabelecidos por africanas minas responsáveis pelo comércio de rua, nas primeiras décadas do século XIX, em São Paulo, onde sua fama perpetuou-se no Beco das Minas⁸⁵⁶. Elas ganhavam as ruas, distantes das conturbações com suas donas remediadas que usufruíam a vocação ou a habilidade de suas cativas, nas tarefas de alimentação e circulação de gêneros em suas sociedades de origem:

Enredadas em laços sociais muito fortes e conturbados que as ligavam às proprietárias, era com o desdobramento de relações sociais inerentes ao pequeno comércio ambulante que as escravas reconstruíam seus laços primários, para além do espaço doméstico, chegando a improvisar uma vida comunitária intensa, prática dissimulada de uma resistência que permitia a sua sobrevivência e devolvia a sua dimensão social, arrebatada pelo tráfico⁸⁵⁷.

No Rio de Janeiro, as barracas, praças e mercados foram espaços de trabalho, mas também onde se urdiram os laços comunitários e de parentesco entre mulheres africanas, e também das crianças crioulas⁸⁵⁸. O diplomata e artista inglês William Ouseley, residindo no Rio de Janeiro na década de 1830, construiu uma cena próxima ao convento de Santa Tereza em que mulheres e homens africanos eram representados: elas sentadas ao chão, com o peito nu, uma com bebê às costas, junto aos balaies contendo frutas, sob o olhar vigilante de um agente da ordem a cavalo.

Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. **Revista do Arquivo Nacional**, op. cit., p. 12.

⁸⁵⁵ EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*, op. cit., p. 80.

⁸⁵⁶ Desde 1817, foram documentados os cantos com os quais as escravas acompanhavam, com danças, os enterros das quitadeiras ambulantes, na Igreja do Rosário dos Pretos: “...*Zóio que tanto vio. Zi boca que tanto falô. Zi boca que tanto zi comeo e zi bebeo. Zi corpo que tanto trabaiô. Zi perna que tanto andô*”. MARTINS, Antônio Egydio. *São Paulo Antigo*, v. II, p. 84-85. Apud DIAS, Maria Odila. **Cotidiano e poder**, op. cit., p. 160.

⁸⁵⁷ DIAS, Maria Odila. **Cotidiano e poder**, op. cit., p. 157.

⁸⁵⁸ Debret registrou em uma de suas pranchas o funeral de uma africana e o cortejo formado unicamente por mulheres - “*à exceção de dois carregadores, de um mestre de cerimônias e do tambor*”-, em sua maioria suas parentes de nação e amigas, “*que depositam ao chão seus diversos fardos a fim de acompanhar entre palmas os cantos fúnebres em honra da defunta transportada na rede e acompanhada por oito parentes ou amigas íntimas, cada uma das quais pousa a mão sobre a mortalha*”. Ele documentou o canto das africanas moçambiques, em português: “*Nós estamos chorando o nosso parente, não enxerguemos mais; vai em baixo da terra até o dia do juízo, hei de século seculorum amem*”. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, Tomo II (Vol.III), op. cit., p. 184-185.

Detalhe. *Aqueduto e Convento de Santa Teresa*. William Gore Ouseley, Rio de Janeiro. Litografia Aquarelada, 1852. In: MOURA (Org.). *A travessia de Calunga Grande*, op. cit., p. 519.

Em 1844, o artista alemão Eduard Hildebrandt representou uma paisagem, tendo ao fundo o bairro da Glória visto do alto de Santa Tereza, de onde entrevemos a presença de uma mulher africana, provavelmente de nação Mina, representada portando um turbante à cabeça, sustentando um tabuleiro e a mão pequena de uma criança. A aquarela indica também, à direita, a vivência de momentos de pausa, com outras mulheres acendendo o fogo para o preparo da comida.

A Glória, 1844. Eduard Hildebrandt. In: FERREZ, Gilberto (org). *The Brazil of Eduard Hildebrandt*, op. cit., p. 59

Na rua Direita, em 1844, entrevemos a representação de uma mulher conduzindo um cesto à cabeça, acompanhada em suas andanças por sua criança que crescia, descendo das costas maternas:

Rua Direita, 1844. Eduard Hildebrandt. In FERREZ, Gilberto (org). The Brazil of Eduard Hildebrandt, op. cit., p.37

Viajantes revelam a dimensão da maternidade como espaço de autonomia e carinho, vivida com satisfação e orgulho pelas mães africanas em terem consigo seus rebentos. Em 1845, Walter Colton nos fornece a imagem viva de uma mulher:

O pequerrucho repousava dentro dum xale enrolado, com as extremidades amarradas no peito da mãe. Enquanto andei, atrás dele, fixou-me, sem sinais de medo, sabendo bem que o amor que o sustinha, o protegia. A mãe era ainda jovem, andava com um passo elástico e demonstrava alegria no rosto animado⁸⁵⁹.

Essas mulheres, muitas delas tendo filhos maiores na moradia senhorial, desdobraram-se a fim de aliar trabalho e cuidados às crianças pequenas, carregando fardos e os bebês e crianças menores junto de si. Em 1844, Hildebrandt representou uma centro-

⁸⁵⁹ COLTON, Walter, *Deck and Port*, London: Partridge & Oakey, 1851, p. 74-75. Apud MOTT (org.) *A condição feminina no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 50.

africana que equilibrava tabuleiro na cabeça, um bebê às costas, cesto em uma mão e uma criança pequena conduzida pela outra:

Negra com duas crianças, 1844. Rio de Janeiro, Eduard Hildebrandt. FERREZ, Gilberto (org). *The Brazil of Eduard Hildebrandt*, op. cit., p. 39.

Já no final da década de 1850, inseridas na hierarquia das quitandeiras – em que as africanas libertas de nação Mina ocupavam o topo – encontravam-se as escravizadas africanas “do Congo, de Moçambique, de Anguiz e de Benguela”, representadas por Charles Ribeyrolles com suas marcas de nação nas bochechas, próximas a seus rebentos, descritos em tom entre o afável e o preconceituoso:

Agachadas ou marchando atrás das senhoras, vão as negras do Congo, de Moçambique, de Anguiz e de Benguela. É o proletariado negro, em saias amarrotadas, bochechas tatuadas e anéis de cobre. Algumas delas têm filhos carapinhentos e nus que brincam pelo chão; e quando levam

o cesto à cabeça, carregam às costas o seu querubim negro enrolado em sua manta azul, como um esquilo na folhagem⁸⁶⁰.

Na década de 1860, depois de cessados os últimos desembarques de africanas, uma fotografia realizada no estúdio de Augusto Stahl nos oferece o rosto e o olhar de uma africana mina e de seu bebê, que era protegido por um gorro e envolvido no xale atado ao peito da mãe.

⁸⁶⁰ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1980, vol.1, p. 203.

Mina Tapa, c. 1865. Augusto Stahl. ERMAKOFF, George. **O negro na fotografia brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro, G. Ermakoff Casa Editorial, 2004, p. 233.

Entre 1864 e 1866, mulheres africanas e crioulas ingressaram junto a seus bebês e instrumentos de trabalho no estúdio fotográfico de Christiano Junior, na Corte. Na imagem aparentemente pacífica e despersonalizada, representada enquanto um tipo exemplar de seu ofício em reproduções fotográficas destinadas ao consumo de europeus e viajantes⁸⁶¹, emerge o rosto de uma mulher possivelmente africana que equilibrava um pesado tabuleiro de madeira contendo legumes e frutas, protegendo sua cabeça com um pano enrodilhado, tendo seu bebê, às costas, com a cabecinha protegida por um gorro:

⁸⁶¹ CUNHA, Manuela Carneiro. “Olhar escravo, ser olhado”, **op. cit.**, p. xxiv.

Sem título. Christiano Jr., 1864-1866. In: AZEVEDO, Paulo Cesar & LISSOVSKY, Maurício (orgs). *Escravos Brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr*. São Paulo: Editora Ex Libris, 1988, p. 14.

Além de liberar as mãos e braços para o trabalho, manter os filhos atados às costas possibilitou às africanas amamentá-los. O alemão Carl Schlichthorst indica que, nas primeiras décadas do século XIX, africanas reelaboraram na cidade as práticas que lhes permitiram aliar trabalho, mobilidade e amamentação dos filhos: “*Nada mais comum do que uma negra que carrega o filho às costas, amamentá-lo, dando-lhe o peito por cima do ombro ou por baixo do braço*”⁸⁶². Em 1886, Engelman e Rodet referiram-se aos seios elásticos das africanas em suas terras de origem, “*longos e pendentes*”, que davam de mamar aos seus bebês atados às costas. Indicaram ter sido comum vê-las “*recolocar seu seio por baixo do ombro para dar de mamar à criança que ela leva em suas costas*”⁸⁶³. Mães negras amamentando seus bebês nas imediações urbanas foram cenas comuns nas cidades escravistas povoadas de mulheres africanas. Em Salvador, na década de 1830, viajantes documentaram as práticas de mulheres negras amamentarem os filhos nas ruas, sentadas⁸⁶⁴.

Naturalistas e etnógrafos documentaram a prática comum entre mulheres africanas de diferentes sociedades e grupos étnicos de estenderem a amamentação a dois ou três anos, ou até que a criança aprendesse a falar e a andar⁸⁶⁵. Entre as mulheres da tribo tsonga, ao sul de Moçambique, a cerimônia do desmame acontecia aos três anos, quando a criança deixava a aldeia dos pais, indo residir com os avós até os 14⁸⁶⁶. Assim, as fontes indicam que, na cidade do Rio de Janeiro, quando não foram interceptadas pelos senhores, as mulheres cativas puderam amamentar suas crianças durante mais de dois anos, sendo possível que as africanas replicassem as práticas de suas mães, acompanhando as crianças em seus primeiros passos e ensinando-lhes as primeiras palavras. A amamentação poderia se estender a mais de um ano também entre as crioulas, conforme documentaram os anúncios como aquele que colocou à venda, em 1839, uma mulher parda junto a uma filha de um ano, tendo “*bom leite*”⁸⁶⁷. O médico Jean Imbert,

⁸⁶² SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é- 1824-1826*, op. cit., p. 131.

⁸⁶³ ENGELMAN & RODET, *La pratique des accouchements...*, op. cit., p. 338-339.

⁸⁶⁴ DUGRIVEL, A. *Des bords de la Saône à la baie de San Salvador...*, Paris: Librairie Lecour, 1845. Apud MATTOSO, Katia. O filho da escrava: em torno da Lei do Ventre Livre, **op. cit.**, p. 39.

⁸⁶⁵ ENGELMANN, G. J., & RODET, P. *La pratique des accouchements*, op. cit., p. 319; “Bosman’s Description of the Coast of Guinea” e “Park’s Travels in Africa”. In: PINKERTON, John (org). *A general collection of the best and most interesting voyages...*, op. cit., p. 388 e 872.

⁸⁶⁶ JUNOD, *Usos e Costumes...* op. cit., p. 86-87.

⁸⁶⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de junho de 1839.

referindo-se aos cenários das fazendas fluminenses, na primeira metade do século XIX com grande presença centro-africana, oferece indícios acerca das práticas da amamentação estendida a mais de dois anos, nas grandes fazendas: “*Sucedem às vezes caírem as negras no excesso contrário, isto é, prolongarem a criação além de dois anos e mais*”⁸⁶⁸.

Estudos relacionaram o tempo de amamentação entre as africanas e crioulas em diferentes cenários enquanto prática contraceptiva, para espaçar os nascimentos entre os filhos. Manolo Florentino e José Góes notaram, para a região agrofluminense em meados do século XIX, que as cativas crioulas conceberam a intervalos de cerca de três anos, seis meses a mais entre as africanas⁸⁶⁹. Para os autores, os maiores intervalos entre os nascimentos encontrados entre as africanas seriam indicativos das práticas de lactação estendida. Já para Herbert Klein, a amamentação por dois a três anos entre as africanas, devido a seu possível efeito contraceptivo, explicaria os maiores espaçamentos entre os nascimentos entre as escravizadas, no Caribe e no Brasil que receberam levadas constantes de africanas enquanto durou o tráfico, e teriam modelado as práticas de aleitamento e as taxas de natalidade. Contrariamente, entre as mulheres escravizadas no sul dos Estados Unidos, que recebeu volume muito menor de africanas, haveria o predomínio das crioulas que adotaram o esquema do norte da Europa de amamentar durante um só ano. Ao contrário das cativas nos Estados Unidos, mas à semelhança das caribenhas, as escravas africanas e também crioulas, estas em menor grau, teriam repetido o padrão africano, o que traria consequências negativas para a fecundidade geral⁸⁷⁰.

Já Richard Steckel conduziu a amamentação para o terreno da política, enfatizando que os senhores disputaram com tradições culturais estabelecidas, enquanto as mulheres africanas tiveram de abdicar ou modificar as práticas de aleitamento que fossem custosas para seus donos⁸⁷¹. Ele argumentou que o sucesso com que as escravizadas estiveram aptas a resistir às mudanças desejadas por seus senhores seria a medida da autonomia escrava. Já para Barbara Bush, a amamentação estendida entre as africanas e crioulas no Caribe inglês, empregadas nas lavouras açucareiras, esteve

⁸⁶⁸ IMBERT, *Manual do fazendeiro*, op. cit., p. 563.

⁸⁶⁹ FLORENTINO, Manolo & GOES, José Roberto. **A paz das senzalas**, op. cit., p. 136-137.

⁸⁷⁰ KLEIN, Herbert. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. **Revista de História**. São Paulo: DEHS/FFLCH/USP, jan./jul. 1989, p. 17-18; KLEIN, Herbert & ENGERMAN, Stanley. Fertility Differentials between Slaves in the United States and the British West Indies: A Note on Lactation Practices and Their Possible Implications. **William & Mary Quarterly** 35 (April 1978), p. 358.

⁸⁷¹ STECKEL, Richard. “Women, Work and Health under Plantation Slavery in the United States”, **op. cit.**, p. 57.

relacionada à resistência das mulheres que se agarraram a tais práticas tenazmente, a despeito dos esforços dos senhores em limitá-las. Entre as escravizadas nas Antilhas francesas, Arlette Gautier argumentou que a amamentação entre dois e três anos e a abstinência sexual no pós-parto teriam por função retardar o desmame e proteger a criança de uma nova gravidez, que poderia colocar em risco sua vida⁸⁷².

Assim, no Rio de Janeiro da primeira metade do século, africanas que atuaram como lavadeiras e quitandeiras ao ganho, que geravam lucros para seus senhores em suas atividades portas afora, tiveram maiores condições de negociar a amamentação e o convívio com os bebês e crianças pequenas, aliando trabalho e maternidade. Porém, contrariamente a elas, que distantes de seus donos a maior parte do dia geriam seu trabalho e a amamentação com mais autonomia, as demandas do serviço doméstico e a vigilância senhorial poderiam limitar o aleitamento sob livre demanda.

Entre os médios e maiores proprietários na segunda metade do século, sobretudo a partir da década de 1860, as escravizadas estiveram especialmente vulneráveis a serem alugadas em outras casas como amas de leite e para serviços domésticos, enfrentando maiores dificuldades em negociar com seus senhores o convívio e a amamentação de seus bebês. O anúncio de 1864 é expressivo das disputas e conquistas de uma mulher crioula que foi colocada ao aluguel junto ao bebê, apesar de produzir leite no período de valorização do mercado de mães nutrizas, apenas para trabalhos de costura e engomado. O anúncio sinaliza também para os interesses senhoriais na sobrevivência da criança, depois de fechados os portos africanos. Assim, era alugada

só para trabalhos de agulha e engomar, uma parda de 25 anos, sem vício algum, trabalhadeira, recolhida, muito humilde e carinhosa para os brancos, tem uma cria, ainda não desmamada, razão pela qual se limita só àqueles, por ora, serviços que pode prestar com perfeição, além de saber muito bem vestir e pregar uma senhora, aprontar e servir um chá.⁸⁷³

O anúncio seguinte, de 1870, é sugestivo do sucesso de uma mulher colocada ao aluguel para ama de leite em amamentar a filha pelo prazo de, pelo menos, um ano. O texto comercial indica, também, o interesse de seu senhor remediado que, um ano antes da Lei do Ventre livre, interessava-se pela sobrevivência do bebê de sua cativa: *“Alugase uma preta para ama de leite, tendo muito bom leite; seu aluguel é barato, por levar a filha, sendo o leite de 10 meses, tendo a filha de mamar só dois meses: a rua da Ajuda*

⁸⁷² BUSH, Barbara. *African Caribbean Slave Mothers and Children*, **op. cit.**, p. 74; GAUTIER, Arlette. *Soeurs de Solitude*. Femmes et esclavage aux Antilles du XVII au XIX siècle, **op. cit.**, p. 42.

⁸⁷³ *Jornal do Commercio*, 2 de julho de 1864. Apud EL-KAREH, **op. cit.**, p. 17.

n.103”⁸⁷⁴. Na década da Abolição, período em que muitas crioulas vindas da roça ou migrantes forçadas de outras províncias foram destituídas dos filhos após o parto, houve mulheres que conseguiram levar consigo seus filhos ingênuos, quando alugadas como amas de leite. Em janeiro de 1880, uma mãe foi oferecida como ama de leite “por 38\$, por levar uma ingênua de sete meses”⁸⁷⁵. No mesmo mês, outra mulher, mãe de segundo filho, foi alugada “por 30\$, por levar uma filha”⁸⁷⁶.

Dia 7 de janeiro de 1880, oito mulheres escravizadas foram colocadas ao aluguel como amas de leite sem os filhos. Entre alguns anúncios de mulheres livres e estrangeiras e de cativos, o *Jornal do Commercio* divulgou o aluguel de 51 mulheres escravizadas majoritariamente crioulas para serviços domésticos. Por 35 mil réis, “uma preta que lava, engoma e cozinha” foi colocada ao aluguel. Por cinco mil réis a menos, uma família locatária poderia ter comida feita e servida, roupa lavada e engomada por uma cativa “perfeita cozinheira, engoma e lava bem”. Muitas dessas mulheres, alugadas para serviços domésticos, certamente deixaram temporariamente nas casas senhoriais suas crianças. A sede de lucros e o desinteresse de muitos senhores na criação dos ingênuos articularam-se às exigências e ofertas das famílias locatárias em pagar mais caro pelos serviços exclusivos da cativa, visto que repeliam a presença dos bebês que os incomodavam e atrapalhavam a livre exploração das mulheres alugadas. No entanto, algumas mulheres crioulas encontraram na conjuntura emancipacionista da cidade na década de 1880 um cenário propício para pressionar com sucesso seus senhores, evitando serem alugadas como amas de leite. Seus donos as colocaram ao aluguel para serviços domésticos a preço mais baixo, pois levavam consigo seus bebês: “Aluga-se, por 25\$, uma preta boa cozinheira e lavadeira, por ter um filho de 1 ano que anda e não incomoda.”⁸⁷⁷. Naquele mesmo dia, outra cativa negociou a presença de seu filho de um ano, quando foi colocada ao aluguel por 30 mil réis: “Aluga-se uma preta, escrava, que lava, engoma, cozinha e faz todo o serviço: leva uma filha com 16 meses”.

Outra mulher, no mesmo mês, foi alugada para cozinhar, lavar e engomar roupas: “por 30\$, por ter um filho que já anda e não incomoda”⁸⁷⁸. Uma crioula ingressou na casa dos locatários com seu filho de dois meses, para cozinhar e lavar⁸⁷⁹. Dia 30 de

⁸⁷⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de outubro de 1870.

⁸⁷⁵ *Jornal do Commercio*, 5 de janeiro de 1880.

⁸⁷⁶ *Jornal do Commercio*, 26 de janeiro de 1880.

⁸⁷⁷ *Jornal do Commercio*, 7 de janeiro de 1880.

⁸⁷⁸ *Jornal do Commercio*, 17 de janeiro de 1880.

⁸⁷⁹ *Jornal do Commercio*, 26 de janeiro de 1880.

janeiro, outra crioula levou consigo seu bebê de cinco meses: “*Aluga-se uma preta boa cozinheira, lavadeira e engomadeira de roupa de senhora e faz todo serviço de casa de família: aluga-se por 22\$ por ter um filho de cinco meses que não a priva de trabalhar*”⁸⁸⁰. Em 1881, outra mulher ingressou na casa dos locatários com seu filho: “*Aluga-se uma escrava, perfeita cozinheira e lavadeira, levando um filho de um ano, mas não incomoda; seu aluguel é 20\$*”⁸⁸¹. Outras mulheres conseguiram levar consigo seus filhos pequenos: “*Aluga-se, com um filho de 1 ano, uma preta que cozinha, lava e engoma; “Aluga-se duas pretas para serviço doméstico, levando um filho pequeno.*”⁸⁸²

Em janeiro de 1888, uma jovem foi colocada ao aluguel por 15 mil réis: “*Aluga-se, por 15\$ mensais, uma pardinha para cozinhar e lavar alguma roupa, levando consigo uma criança de um ano e meses*”⁸⁸³. As mulheres crioulas repetiram as estratégias de suas mães, avós e ancestrais africanas, na década de 1880, para aliar trabalhos domésticos e cuidado com suas crianças. Em 1882, mulheres escravizadas foram vistas na cidade carregando seus bebês às costas: “*Os pequenos negros passam a primeira idade cavalgando as costas maternas amparados por um largo xale, que as mães entrecruzam acima do seio*”⁸⁸⁴.

Servindo aos locatários, o desempenho de tarefas internas e externas à casa envolveu as mulheres cativas, de manhã até à noite, em deslocamentos mais ou menos constantes. Amarravam às costas seus bebês quando ganhavam as ruas, acomodando-os em balaies próximos às suas costuras ou em esteiras no chão da cozinha. Na casa de seus senhores, bebês e crianças pequenas que engatinhassem ou já andassem poderiam ficar sob os cuidados mais ou menos precários delas próprias, de outros moradores da casa e de seus donos. Mulheres ocupadas como mucamas e amas de leite cerceadas viveram a clausura e o convívio próximo com seus filhos, mas também com seus senhores e seus tormentos.

Infertúnios: venda, infanticídio e ameaças senhoriais

Dia 5 de outubro de 1842, passava do meio-dia quando Ângela Maria partiu de um sobrado no bairro de elite da Glória. A mulher crioula ganhou as ruas com Efigênia e Pio aos braços, vencendo o trajeto rumo à praia num caminho sem volta. Do alto de um

⁸⁸⁰ *Jornal do Commercio*, 30 de janeiro de 1880.

⁸⁸¹ *Jornal do Commercio*, 10 de maio de 1881.

⁸⁸² *Jornal do Commercio*, 15 de fevereiro de 1880; *Jornal do Commercio*, 16 de fevereiro de 1880.

⁸⁸³ *Jornal do Commercio*, 17 de janeiro de 1888.

⁸⁸⁴ URCULU, Severiano. *Hygiene da Primeira Infancia*, op. cit., p. 14.

precipício, Ângela atirou um dos filhos ao mar, precipitando-se em seguida com o outro ao colo. Seus planos falharam. Em 21 de abril de 1843, Ângela ia a julgamento: “*A ré tanto no juízo da subdelegacia, como no tribunal confessou ter afogado os dois filhos, querendo ela também afogar-se na mesma ocasião, o que não aconteceu por a terem salvado a tempo*”⁸⁸⁵. A mulher crioula, casada, ama de um filho de sua senhora, foi julgada e absolvida sob os argumentos de que agiu estando “alienada” e fora de seu juízo. De sua voz e de suas lágrimas emergem seus padecimentos:

J. [juiz] É verdade que matou a seus dois filhos atirando-os ao mar? – R. [ré] Eu atirei-me ao mar e não queria que eles ficassem padecendo, por isso atirei-me junto com eles. J. E eles morreram? R. Morreram, sim, Sr. [...]
 J. Que razão teve para matar seus filhos? – R. Sumiu uma bandejinha de prata, e a Sra. disse que eu a tinha tirado, e que me havia mandar castigar na casa de correção, eu não a tinha tirado, depois apareceu lá mesmo. Eu desesperada fui-me atirar ao mar. [...]
 J. Então não sabe o que fizeram de seus filhos quando os tiraram d’água? – R. (chorando): - Não sei, não, Sr., não soube mais nada do que se passou.
 J. Tem mais alguma coisa a dizer? – R. Não, Sr.⁸⁸⁶

Ângela desvelava as tensões que vincaram sua vida como escrava doméstica de uma família de elite, ocupada como ama de um filho da senhora, sendo mãe de Pio, de quatro anos, e Efigênia, de um ano e cinco meses, envolvendo o convívio próximo com a família senhorial, suas arbitrariedades e ameaças: sua senhora a acusava de roubo e de mandá-la à Casa de Correção, onde muitas escravizadas perderam suas vidas em meio às torturas. O acúmulo de outros tormentos, que ela silenciou ao ser inquirida, e a certeza de que sua senhora a mandaria recolher naquele dia ao Calabouço levaram a mulher crioula ao gesto extremo de tentar dar cabo de si, saindo da casa “*desesperada na carreira*”, levando consigo os filhos pequenos: “*atirei-me ao mar e não queria que eles ficassem padecendo, por isso atirei-me junto com eles*”.

Ângela Maria nasceu na província de Minas Gerais, e como ela, Geralda também foi separada de seus parentes ao Sul do país. Ambas tiveram por destino a escravidão doméstica em casas de elite, no bairro da Glória. Em 1856, aos 23 anos, Geralda foi comprada grávida para servir de ama de leite. Ela foi afastada pelo seu senhor médico da função, dando à luz Marcos e tornando-se mucama da família, que desejava obter dela clausura. Geralda galgou um posto de confiança no mundo doméstico escravista que unia, na década de 1850, a família senhorial, os escravos Adão e Olímpia e mulheres livres brancas: “*Tanta confiança soube artificioamente conquistar a seus senhores, que até 29*

⁸⁸⁵ *Gazeta dos Tribunaes*, 25 de abril de 1843.

⁸⁸⁶ *Gazeta dos Tribunaes*, 20 de dezembro de 1843.

de junho daquele ano tinha a seu cargo fechar à noite as portas, apesar de haverem duas criadas brancas das quais não se desconfiava". Geralda era portadora das chaves com as quais ela poderia, além de fechar as portas, abri-las. A mucama travava contato com rapazes da vizinhança, burlando a vigilância senhorial: seu dono Jacinto soubera que ela *"tinha relações com pessoas da vizinhança"*, sendo *"ameaçada entretanto de castigo pela reincidência desses abusos e pelo vício de beber aguardente com erva-doce, como ela mesma confessara"*. A mucama rebelde, da qual seu senhor tentava obter clausura e respeito, não era reclusa, embriagava-se e não se emendava: *"Poucos dias depois saiu de casa ocultamente, voltando entre outras coisas com uma garrafa de vinho"*. A mulher foi torturada com chicotadas nas costas por sair à rua, e Adão foi responsabilizado pela disciplina doméstica: *"e então algumas chicotadas foram-lhe dadas pelo cozinheiro, e daí em diante foi tratada com ar mais severo, com o fim de ver-se se da sua parte havia mais comedimento e respeito"*⁸⁸⁷.

Em algum dia do ano de 1858, Geralda e uma das mulheres livres aproveitaram dos programas noturnos da família aburguesada e introduziram *"em casa um cocheiro de gôndola e Geralda um carpinteiro vizinho, ambos de combinação, estando a família fora de casa à noite"*. O encontro furtivo foi delatado à senhora, que armava o teatro de sua dominação. Segundo o relato senhorial, a escrava Olímpia era inquirida: *"Quando esta falava, Geralda chegara e altivamente desmentia aquela. Mandada retirar-se por sua senhora, Geralda insistiu em tom cada vez mais atrevido. Repetiu-se a ordem e o desprezo dela."* A tensão se acirrava, e *"a senhora, perturbada pela desobediência e puxando Geralda pelos cabelos, gritou-lhe - vai-te, atrevida."* Geralda não acatou a ordem, e *"segurou com ímpeto e olhar feroz sua senhora, que bradou socorro, assim como Olympia"*. Geralda afastou as mãos de sua dona, *"que pode dar-lhe ainda uma bofetada"*, e retirou-se para o quintal, *"lavando roupa por muito tempo"*. Uma hora e meia depois, a mucama foi chamada para cuidar do filho de quem, segundo sua dona que a comprara grávida para servir de ama de leite, *"era em extremo descuidada; e, levando-o, não voltou"*. A senhora escutou um grito, e Marcos era encontrado morto. Geralda confessou ter tirado a vida do filho de um ano e meio, servindo-se de um canivete do estojo cirúrgico de seu senhor, tentando também se matar ferindo o próprio peito. Sobrevivente, em seu julgamento, ela revelou

que o fizera em consequência de ter-lhe sua senhora dito que ela seria castigada, mandada para a casa de correção e de lá vendida sem seu filho; que

⁸⁸⁷ *Correio Mercantil*, 25 de fevereiro de 1859.

depois desta ameaça apoderou-se de seu espírito um mau pensamento, que levou-a a praticar o crime, desejando antes morrer com seu filho do que separar-se dele; mas que naquele momento estava arrependida⁸⁸⁸.

Dizia que, de fato, introduzira uma vez em casa “*o pardo Glória*”, e outra vez “*um homem branco de nome Manoel, que mora na rua de Santo Amaro*”. Que seu filho era bem tratado, e “*que fora comprada para ama de leite, mas que não foi aproveitada por moléstia que lhe sobreveio*”. Em julho de 1858, a sessão de óbitos do jornal *Correio Mercantil* divulgou a morte de Maria, de um ano e dois meses, filha de Alberta e Jacinto Rabello, em virtude da qual Geralda foi comprada⁸⁸⁹. Ela foi absolvida, sob o argumento de que teria sido motivada pelo “*sentimento de maternidade que em um momento de loucura levou a ré a cometer o crime*”. Sua senhora teria cumprido com sua promessa de vendê-la para longe? Quais teriam sido as mentiras que Jacinto anunciaria no jornal, caso visasse a desfazer-se pela venda de uma mucama rebelde, namoradeira e embriagada de cachaça? Teria ela sido vendida novamente para outra província? Quais os destinos que se abririam para esta mulher desventurada?

Essas histórias nos aproximam das tragédias que se abateram sobre Ângela Maria e Geralda, escravizadas na cidade, em 1840 e 1850, que sobreviveram à tentativa de suicídio, depois de tirarem a vida de suas crianças. Migrantes forçadas, ambas vendidas para fora de suas províncias natais, Ângela casou-se, foi mãe de Pio e Efigênia, e coagida a amamentar a criança de uma família de elite, ao passo que Geralda, dispensada da função, tornou-se uma mucama cerceada. As tensões que experienciaram diante da proximidade com suas donas e donos, vulneráveis a seus caprichos, arbitrariedades e ameaças de torturas na Casa de Correção, eram exacerbadas: tinham consigo seus filhos, sujeitos a serem preteridos diante da criança senhorial, a serem vendidos e a padecerem nas mãos de seus senhores. Movidas pelo desespero, elas tentaram acabar com suas próprias vidas, levando consigo suas crianças pequenas que não tiveram coragem de deixar padecer sob as mãos de seus escravizadores. A crônica judiciária envolvendo Geralda indica que a mucama se insubordinava diante das tentativas de seus senhores em controlar seus passos. Além do vínculo com seu filho, era de fundamental importância para ela, vendida para longe de sua família, refazer seus laços e viver seus namoros no novo cenário de sua vida e escravidão, gozar de momentos de autonomia nas vendas e nas imediações urbanas e embriagar-se de vinho e de cachaça com erva-doce.

⁸⁸⁸ *Correio Mercantil*, 25 de fevereiro de 1859.

⁸⁸⁹ *Correio Mercantil*, 9 de julho de 1858.

Esses momentos trágicos nas vidas dessas mulheres deixam entrever um aspecto pouco documentado acerca das relações escravistas e dos usos políticos da maternidade para efeitos de chantagem. As crianças, possíveis objetos das ameaças e crueldades senhoriais, foram, para suas mães, fonte de seus mais profundos afetos, mas também de seus tormentos. O infanticídio traz à luz as experiências traumáticas e emocionalmente avassaladoras vivenciadas por mulheres que foram mães sob a escravidão⁸⁹⁰. Em seu depoimento, Geralda foi questionada se seu filho era bem tratado, ao que ela respondeu positivamente. A menção a esta pergunta por parte dos agentes da justiça sugere as práticas de maus-tratos e do sadismo senhorial que poderiam vitimar as crianças, atingindo também suas mães, quando presenciaram as crueldades e atos de despotismo de seus senhores e dos pequenos nhonhês e sinhás sobre os seus⁸⁹¹. A senhora de Geralda, se não maltratava o pequeno Marcos, atingiu a escravizada em seu ponto fraco: ser mandada à Casa de Correção, onde seria vítima dos piores suplícios, sendo dali vendida sem seu filho. Geralda, neste ato extremo de desespero, nos aproxima dos dramas experienciados pelas mães frente às possibilidades de dispersão familiar pela venda como punição ou diante dos interesses econômicos dos senhores sobre elas e suas crianças.

A separação de famílias constituiu um dos maiores infortúnios que poderiam se abater sobre mulheres que foram mães na escravidão, anteriormente às leis de 1869 e 1871 que limitaram a possibilidade de separação, ao menos de seus filhos caçulas. Na primeira metade do século XIX, as transações de compra e venda de escravizados, que assumiram grande amplitude no período de grandes desembarques de africanos e de preços relativamente baixos, impactaram a estabilidade e os laços familiares de mulheres

⁸⁹⁰ Sobre as particularidades das experiências da maternidade para mulheres na escravidão e às tensões que as levaram a cometer infanticídio em outros cenários, ver ARAUJO, Ana Lucia. "Black Purgatory: Enslaved Women's Resistance in Nineteenth-Century Rio Grande do Sul, Brazil". **Slavery and Abolition**, vol. 36, Iss. 4, 2015, p. 568-585; COLLINS, Jane-Marie. "Bearing the burden of bastardy: infanticide, child murder, race and motherhood in Brazilian slave society". In: BECHTOLD, B.H. and GRAVES, D.C., (eds.). **Killing infants: studies in the worldwide practice of infanticide** Lampeter: Edwin Mellen, p. 199-229, 2006.

⁸⁹¹ Representações alentadas da escravidão doméstica ancoradas na pretensa benignidade senhorial com relação às crianças escravas foram reavaliadas pela historiografia. Em 1894, a ex-escrava Maria Pequena e sua filha Áida retornavam à casa de seus antigos senhores, no distrito mineiro de Diamantina, depois da Abolição. A mãe relatava as crueldades que a menina sofreu quando foram legadas, na partilha de herança em 180, a outros senhores: "*Quando entramos na cozinha Maria Pequena disparou a chorar, contando o que tinha sofrido na Mata do Rio, ela e Áida, filha dela. Disse que os senhores lá eram muito maus e que as filhas deles punham pimenta nos olhos de Áida quando ela estava com sono e não queria trabalhar de noite. Contava chorando essas e outras maldades que a gente não pode acreditar.*" MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*, op. cit., p. 139. Sobre as violências e tiranias senhoriais sobre as crianças escravas, conferir NEVES, Maria de Fátima R. **Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX**, op. cit., cap. 5; MOTT, Maria Lúcia B. Ser mãe: a criança escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista de História**. São Paulo, p.85-96, jan/jul 1989, p. 91; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do Século XIX**, 1998, op. cit., p. 53.

africanas e crioulas em relação a suas crianças cativas e libertas e outros parentes. Constituindo a quase totalidade dos bens entre os remediados e pequenos proprietários, mulheres e crianças experienciaram a troca de senhores e de cenário de sua escravidão para pagamentos de dívidas de seus donos, frente às pressões de credores e cobranças de penhoras, ou quando aqueles visavam a desfazer-se de mulheres rebeldes, fujonas, enfermas ou grávidas do senhor. A dispersão familiar poderia ocorrer nas vendas das mães e crianças entre particulares, em casas de comissão e leilão, mas também nas partilhas de herança, quando eram disputados e legados a diferentes senhores que poderiam ou não viver distantes⁸⁹².

Os textos comerciais indicam que havia escravistas interessados em investir apenas na cativa, sobretudo quando compradas para amas de leite, havendo aqueles que movimentaram um mercado de crianças que, ainda pequenas, atingiam baixo valor no mercado⁸⁹³. Os anúncios de venda publicados na primeira metade do século XIX apontam para os interesses dos senhores em explorar as escravizadas, suas práticas de cuidado e suas crianças para seus próprios fins. Muitos senhores colocaram à venda famílias constituídas por mulheres unidas apenas a seus bebês e crianças de colo: desinteressados em manter consigo pardinhas e crioulinhos incapazes de prestar serviços e que necessitavam de cuidados, eles desejaram vendê-los junto às mães. Africanas e crioulas foram compradas por senhores interessados em investir nelas e em seus bebês, vendidos a baixo preço, com os quais os senhores futuramente poderiam lucrar.

Em 1830, um senhor, sob a justificativa de “*precisar de um produto para sua saúde*”, colocou à venda diversos escravizados, todos crianças e mulheres, dentre elas uma “*com duas crias*”, uma crioula de 13 anos, “*uma da Costa grávida de 4 a 5 meses*”, “*um molecote com 3 anos*”, “*4 pretas minas*”, “*dois molecotes*” e “*duas pretas*”⁸⁹⁴. Em 1832, uma mulher crioula, parda, grávida de oito meses, foi posta à venda “*com um filho*

⁸⁹² Baseando-se em anúncios comerciais, Isabel Reis ressaltou as vicissitudes que atravessaram as experiências dos africanos e crioulos na Bahia na segunda metade do século XIX, quando os laços familiares poderiam ser rompidos pela venda - prática limitada apenas em 1869-, em particular no contexto que se desenhava na Bahia na segunda metade do século XIX, com a venda de escravizados ao Sudeste pelo tráfico interno. REIS, Isabel **Histórias da vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**, 2001, op. cit., p. 47-63.

⁸⁹³ A parteira Durocher referia-se à prática de senhores que “*compravam negrinhas e moleques para fazerem de brinquedo aos filhos*”. Em 1840, era publicado um anúncio: “*Compra-se uma crioulinha de 2 a 3 anos, de qualquer cor, estando sã, e sendo bonita; na rua do Príncipe n.20, ao Valongo*”. Em 1862, anunciava-se o interesse na compra de “*um crioulinho, ou pardinho de 2 a 3 anos, que seja bonito, e próprio para presente*”. DUROCHER, M. J. M. *Idéias por coordenar à respeito da emancipação*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1871, p. 7; *Diario do Rio de Janeiro*, 18 de setembro de 1840; *Jornal do Commercio*, 25 de agosto de 1862.

⁸⁹⁴ *Diario do Rio de Janeiro*, 7 de dezembro 1830.

*bastante claro*⁸⁹⁵. Uma mulher africana ou crioula, “*com cria e grávida*”, chegada “*há pouco de fora*”, foi comercializada na cidade em 1842⁸⁹⁶. Em 1846, outra mulher foi colocada à venda, forçada a migrar: “*vinda da roça, com um filho*”⁸⁹⁷. Em 1844, uma mulher, não sabemos se africana ou crioula, foi posta à venda, na rua do Sabão, “*com um crioulinho de 2 anos, muito lindo*”⁸⁹⁸. Em 1846, “*uma preta com dois filhos, um de 6 anos e outro de 6 meses*”, foram colocados à venda⁸⁹⁹. Outras mães com crianças de colo foram postas à venda em 1849: uma, com um filho de um ano, e “*uma preta de nação, com um filho pardinho, de ano e meio*”, “*grávida de seis meses*”⁹⁰⁰. Em 1845, no período de grande concentração africana na cidade e enquanto o tráfico operava ilegal e livremente, uma mulher estava grávida de sete meses, quando foi vendida possivelmente com todos os seus filhos: “*4 lindas crias de 8, 5, 3 e 1 ano*”, na rua das Violas, na freguesia central de Santa Rita⁹⁰¹. Em 1849, foram colocadas à venda “*para ajustes de contas*” do senhor, “*por preços cômodos*”, “*uma preta com filha de ano e meio, por 580\$rs, uma grávida, por 550\$ RS*”⁹⁰².

Quem se interessaria em investir na mulher e em seus quatro filhos? Se a venda em separado, as partilhas e as instabilidades da economia urbana ameaçaram os laços familiares, este anúncio indica que os senhores se dispuseram a vender mães e filhos juntos, o que poderia esgotar-se diante das pressões de credores, ou das dificuldades em vendê-los juntos. O último anúncio, ao divulgar a diferença de 30 mil réis entre o preço da mãe com a criança de um ano e meio e o da mulher grávida, aponta para a desvalorização entre os escravistas dos bebês e crianças pequenas, no contexto anterior ao fim do tráfico. Nesses anos, muitas mulheres africanas e crioulas vivenciaram a mudança de senhor e de cenário de suas vidas junto a seus bebês e crianças de colo: uma jovem crioula de 18 anos poderia ter sido vendida junto ao primeiro de seus filhos, ao passo que uma africana de 30 levaria junto a si apenas sua caçula. É provável que dentre estas mulheres colocadas à venda com seus bebês, muitas tivessem vivido perdas de outros filhos pela morte ou pela venda. Crianças maiores, jovens e adultos poderiam ter sido vendidos separadamente ou mantidos sob o domínio dos senhores. Os anúncios

⁸⁹⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de outubro de 1832.

⁸⁹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de fevereiro de 1842.

⁸⁹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 31 de julho de 1846.

⁸⁹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de fevereiro de 1844.

⁸⁹⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de novembro de 1846.

⁹⁰⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de agosto de 1849; *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de outubro de 1849.

⁹⁰¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de abril de 1845.

⁹⁰² *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de janeiro de 1849.

silenciam as dores e apelos das mulheres que foram separadas de filhos mais velhos, de seus companheiros, de outros parentes e de suas comadres. A disposição senhorial, em alguns casos, em condicionar a venda à união das mães junto a todas as suas crianças silencia, também, a situação menos adversa na venda e o sucesso de suas pressões.

Depois do fim do tráfico, os anúncios indicam o aumento dos interesses senhoriais sobre o trabalho de criação desempenhado pelas mulheres e sobre a escravização de suas filhas e filhos crioulos, o que abriu oportunidades para que elas fossem vendidas unidas a seus bebês, crianças de colo e mesmo às maiores. O anúncio seguinte, de 1857, é claro ao referir-se às habilidades da mãe em “*criar muito bem os filhos*” e aos interesses senhoriais nas crianças pequenas e nas mulheres, sobre quem avançavam os interesses dos fazendeiros depois do fim do tráfico:

Vende-se uma crioula moça, mucama, com princípio de gravidez, e com dois lindos filhos, sendo uma linda crioula de 6 anos e um lindo crioulo de 2 anos, ambos muito gordos; são de pessoa particular, e vendem-se por se precisar de seu importe; a preta é muito própria para roça por produzir e criar muito bem os filhos, como se vê pelos crioulinhos. Na rua de S. Pedro n. 101⁹⁰³.

Também em 1857, uma africana foi colocada à venda junto a três filhos “*muito galantes*”, dentre eles um de dois meses, que ela amamentava: “*Vende-se de particular uma preta com leite, moça e de nação, tendo algumas prendas, e três filhos muito galantes, sendo um crioulinho de 5 anos, uma negrinha de 3 anos, e outro de 2 meses*”⁹⁰⁴. Anos antes, em 1852, uma africana de nação Mina, de 20 anos, foi colocada à venda grávida junto a um filho de dois anos⁹⁰⁵. Em 1853, uma africana ou crioula, segundo seu senhor sem “*vícios de fugir nem de beber*”, foi colocada à venda grávida de sete meses, “*com dois filhos, uma mulatinha de 8 anos, e um crioulo de 2 anos*”⁹⁰⁶. Na rua do Sabão, uma africana ou crioula grávida foi posta à venda “*com uma cria de três anos*”⁹⁰⁷. Em 1853, um senhor condicionava a venda à união da família de mães e filhos: “*Vende-se uma escrava grávida de seis meses, com dois filhos a saber: uma pardinha de cinco anos e um negrinho de dois, ambos vacinados, vende-se a família junta*”⁹⁰⁸. Naquele ano, a crioula Rosa, com 27 anos, grávida, foi leiloadada junto a uma criança de um ano e meio,

⁹⁰³ *Jornal do Commercio*, 2 de março de 1857. Apud EL-KAREH, Famílias adotivas...**op. cit.**, p. 11.

⁹⁰⁴ *Jornal do Commercio*, 14 de março de 1857. Apud EL-KAREH, **op. cit.**, p. 16-17.

⁹⁰⁵ *Diario do Rio de Janeiro*, 20 de setembro de 1852.

⁹⁰⁶ *Diario do Rio de Janeiro*, 19 de agosto de 1853.

⁹⁰⁷ *Diario do Rio de Janeiro*, 6 de setembro de 1853.

⁹⁰⁸ *Correio Mercantil*, 15 de julho de 1853.

enquanto a africana Vitoria, nação Cabinda, 32 anos, junto a um menino de três⁹⁰⁹. É provável que estas mulheres, de 27 e 32 anos, fossem separadas de outros filhos, levando consigo apenas seus caçulas. Já em 1854, foram colocadas à venda “ *muito em conta uma preta com uma filha*”: “*o motivo da venda é por seu senhor se retirar para fora*”⁹¹⁰. Em 1858, o jornal divulgou um anúncio, com título em negrito, envolvendo o desejo do senhor em desfazer-se da mãe e da criança pequena juntas: “**Preta e filho**- *Vende-se uma preta com um filho de 4 anos e está grávida de 5 meses; na rua do Sabão n.49*”⁹¹¹. Naquele ano, uma cativa, mucama, era vendida grávida de oito meses, com “*três lindas crias*”⁹¹².

Já em 1860, uma mulher africana ou crioula talvez fosse acompanhada rumo à casa dos novos senhores junto a um filho de oito, um de cinco e o terceiro com um ano, que ela amamentava⁹¹³. Em 1863, de Niterói, foram colocados à venda uma mulher, que amamentava seu bebê de 11 meses, junto a outros dois filhos: “*uma preta moça, que sabe lavar, engomar perfeitamente e cozinhar, levando em sua companhia três filhos, sendo uma crioula de 4 a 5 anos, outra de 2 a 3 e um crioulinho de 11 meses, serve também para ama de leite*”⁹¹⁴. Em 1864, uma casa de consignação na rua dos Ciganos colocou mulheres e suas crianças à venda: “*Vende-se, por 1:600\$, uma preta com 29 anos, que lava e cose bem, com uma filha de 4 anos*”, e, “*por 2:600\$, uma parda moça que lava, cozinha, engoma e cose bem, com três filhos*”.⁹¹⁵ Esses anúncios ecoam os interesses econômicos dos senhores, em manter unidos mães, bebês e crianças pequenas escravizadas, e as pressões das mulheres africanas e crioulas em levarem consigo suas crianças, mesmo anteriormente a 1869 e 1871.

Uma situação extremamente adversa ocorria quando seus proprietários faleciam sem deixar herdeiros nem testamento, ou no caso da cobrança de penhoras. Nestas situações, as famílias poderiam ser levadas a leilão, mães e crianças sendo arrematadas por traficantes ou senhores desconhecidos, que poderiam residir em outras províncias. Um artigo publicado no *Diario do Rio de Janeiro*, em 1856, referiu-se a uma praça pública que ocorreu em Santos, província paulista. O cronista considerou “*revoltante ver*

⁹⁰⁹ *Diario do Rio de Janeiro*, 25 de julho de 1853.

⁹¹⁰ *Correio Mercantil*, 4 de dezembro de 1854.

⁹¹¹ *Correio Mercantil*, 15 de fevereiro de 1858.

⁹¹² *Correio Mercantil*, 27 de setembro de 1858.

⁹¹³ *Jornal do Commercio*, 21 de janeiro de 1860.

⁹¹⁴ *Jornal do Commercio*, 18 de janeiro de 1863.

⁹¹⁵ *Jornal do Commercio*, 2 de janeiro de 1864. Apud EL-KAREH, Famílias adotivas, amas de leite e amas secas e o comércio de leite materno e de carinho na Corte do Rio de Janeiro, **op. cit.**, p. 11.

nessas ocasiões expostos homens e mulheres, aos quais os traficantes examinam, como se fossem animais, os dentes, os olhos, etc., e lhes apalpam impudicamente todo o corpo". O jornal nos oferece uma cena trágica de uma criança pequena agarrada à mãe, grávida, que fazia seus apelos ao traficante, aos prantos, para que não fosse vendida para longe dos outros filhos:

Falamos numa praça pública, no dia 8 do corrente, em que foram vendidos escravos pertencentes à herança do falecido Francisco José Ribeiro Ratto. [...] Entre outros traficantes achava-se presente um, que por todo seu exterior sinistro denunciava pertencer a essa classe de homens desalmados. Esse homem, com semblante cobiçoso, dirigindo-se a uma negra que grávida chorava suas misérias, e à qual se agarrava um filhinho mulatinho, perguntou-lhe: 'Queres servir-me?' A negra com palavras entrecortadas de soluços apenas lhe pode responder que, sendo crioula de Santos e tendo seus filhos, não queria ser vendida para os engenhos da serra-acima. [...] A negra foi à praça, o traficante cobrindo todos os lances. [...] O traficante a tinha comprado por 1:905\$000 rs, e estava satisfeito seu diabólico desejo!⁹¹⁶

No Rio de Janeiro, dia 20 de novembro de 1867, o espectro da separação também se abateu sobre Eva, sua mãe e seus filhos. O jornal *Correio Mercantil* anunciou o edital do pregão da herança jacente de sua senhora, que faleceu sem deixar testamento nem herdeiros: a crioula de 36 anos, grávida, poderia ser separada dos filhos Francisco, de três anos e meio, Adão, de 11 anos e Eva, de 14 anos, dois anos antes da aprovação da lei de 1869 que determinava, além da venda conjunta de mães, maridos e filhos menores de 15 anos, o fim dos leilões públicos⁹¹⁷. Deolinda, crioula, de 56 anos, possivelmente mãe de Eva e avó de seus filhos, também foi colocada à venda. Algum senhor abastado cobriria os lances para levar a família junta? Eva teria sido vendida junto ao mais novo, Francisco, de três anos e meio?

A lei de 1871 veio amparar as pressões das mulheres escravizadas que obtiveram o direito à manutenção dos vínculos na venda junto a seus filhos cativos e libertos menores de 12 anos e aos filhos ingênuos que, nascidos a partir da data da lei, deveriam prestar serviços a seus donos até 21 anos⁹¹⁸. Porém, a mesma lei estabeleceu um recuo com relação à de 1869: reduziu a idade mínima para a separação dos filhos de 15 para 12

⁹¹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de maio de 1856.

⁹¹⁷ *Correio Mercantil*, 20 de novembro de 1867.

⁹¹⁸ Conforme documentado por Isabel Reis, a lei não pode prevenir separações ilegais entre mães e filhos. Maria, vendida em 1877 no tráfico interno do Alagoas rumo a São Paulo, tentou evitar os abusos cometidos ao denunciar às autoridades baianas, quando obtinha visto para prosseguir viagem, que havia sido vendida separadamente de quatro filhos menores de 12 anos: Ingrácia, Joana, Maria e Manoel. Ela mobilizou a justiça, sendo encaminhada ao Juiz de Órfãos sem sabermos a respeito de sua decisão. REIS, **Histórias de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do Século XIX**, 1998, op. cit., p. 55.

anos, aventando também a possibilidade de que os ingênuos, aos oito anos, fossem entregues à tutela do governo imperial, o que foi raramente praticado⁹¹⁹.

Quanto aos filhos nascidos cativos antes da lei, as mulheres viram garantidas as possibilidades de serem vendidas na companhia dos menores de 12 anos, conforme indica o anúncio seguinte, de 1874: “*Vendem-se duas pretas, tendo uma três bonitas filhas de 9 a 12 anos, excelentes para mucamas, e outra quatro filhos, tendo o mais velho 12 anos*”⁹²⁰. Em 1874, uma crioula foi colocada à venda com duas crianças escravas e uma ingênuo: “*Vende-se uma boa escrava crioula de 26 anos com três filhos, sendo um moleque de 9 anos, uma crioulinha de 5 anos e um ingênuo de 1 ano*”⁹²¹. Em 1879, uma cativa foi colocada à venda grávida, “*com um ingênuo de 2 anos*”⁹²². Em 1881, uma mulher foi vendida grávida: “*tem um filho ingênuo de seis a oito anos de idade*”⁹²³. Em 1880, a crioula Eponina, de 30 anos de idade, grávida, teve garantida a possibilidade de manter seus filhos ingênuos junto a si, quando leiloada em Niterói: “*a escrava Eponina, cor preta, de trinta anos de idade, solteira, [...] acompanha-a dois filhos ingênuos e acha-se grávida, avaliada na quantia de 400\$00*”⁹²⁴. É provável que a crioula, aos 30 anos, fosse mãe de outros filhos cativos maiores de 12 anos, dos quais poderia ter sido separada sobretudo nas décadas finais do regime, com a crise no abastecimento de escravizados nas lavouras e de grandes migrações forçadas de escravos urbanos e de outras províncias.

A escravidão urbana, no entanto, possibilitou a manutenção dos vínculos familiares entre mulheres africanas e crioulas e suas crianças, que nasceram e cresceram próximas às mães sob o domínio da mesma família. Estas mulheres estabeleceram laços com os pais de seus filhos, com suas mães e irmãos, com suas comadres, parentes e com os setores livres da sociedade com quem, em diferentes contextos, puderam contar no

⁹¹⁹ Estudos demonstraram que o Estado não investiu na criação de instituições asilares para receber os ingênuos, e que foram raros aqueles entregues ao Estado. Marcus Fonseca demonstrou que apenas 113 dos 403.827 ingênuos matriculados no Império em 1885 foram entregues pelos senhores ao Estado em troca da indenização. Em 1878, um ano antes de os primeiros ingênuos completarem oito anos, o ministro Cansanção Sinimbu recomendou à Assembleia que os senhores fossem estimulados a manterem a tutela sobre as crianças consigo. FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 96-97; ARIZA, Marília. **Mães infames, rebentos venturosos**, op. cit., p. 178-179; SOUSA, Ione Celeste de Jesus. **Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia (1870- 1890)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 133.

⁹²⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de dezembro de 1874.

⁹²¹ *Jornal do Commercio*, 13 de agosto de 1874.

⁹²² *Gazeta de Notícias*, 26 de setembro de 1879.

⁹²³ *Gazeta de Notícias*, 22, 23, 24 de maio de 1881.

⁹²⁴ *Gazeta de Notícias*, 22 de janeiro de 1880.

cotidiano da criação dos filhos, para a árdua obtenção da alforria e para fazer frente aos planos e projetos senhoriais que rivalizaram com os seus.

Criação compartilhada: comadres, parentes e famílias

Os anúncios comerciais, ao isolar as mulheres e os filhos de seu contexto, visibilizaram os vínculos das mães com as crianças que possivelmente as acompanharam na venda. Estas fontes, no entanto, obscurecem os projetos, estratégias e relações sociais mobilizados por mães africanas e crioulas no mundo urbano, a fim de conquistarem melhores condições de vida para si e suas crianças, nas diferentes conjunturas do século. A escravidão doméstica e a pequena e média propriedade urbanas, envolvendo coabitação com a família senhorial e grupos de convívio, modelaram o cotidiano das cativas e suas práticas de criação de filhos na cidade. Quando eram alugadas, quando partiam portas afora ou durante o desempenho de seus afazeres domésticos, os cuidados e a socialização das crianças aconteciam junto a outros moradores da casa e dos senhores, que desde os quatro anos já iniciavam as crianças cativas no trabalho, geralmente prestando pequenos serviços.

A socialização das crianças cativas ocorria nas circunscrições das moradias dos senhores de suas mães, entre livres, escravizados e os mandos dos membros mais velhos e mais jovens das famílias senhoriais, ao passo que o mundo urbano possibilitou a urdidura de outros laços envolvendo as mães africanas e crioulas e suas crianças com mulheres e homens escravizados, libertos e livres, parentes de nação e comadres, transcendendo as fronteiras da casa escravista. Estudos destacaram que os laços de compadrio firmados no sacramento do batismo assumiram importantes papéis enquanto redes de solidariedade, dever e proteção para mães africanas e crioulas e suas crianças, envolvendo escravizados e setores livres e libertos da sociedade⁹²⁵. As relações estabelecidas nos batismos ampliaram as famílias para além da consanguinidade, alargando os laços de parentesco entre homens e mulheres escravizados, livres e libertos, reduzindo a dependência das mães cativas com relação ao senhor.⁹²⁶ Os assentos de

⁹²⁵ Roberto Ferreira, ao analisar a freguesia urbana de São José no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, encontrou 37,1% das cerimônias de crianças escravizadas envolvendo padrinhos e madrinhas escravos, 51,9% livres e 10,9% forros. FERREIRA, Roberto G. **Na pia batismal**. Família e compadrio entre os escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro, op. cit., p. 189.

⁹²⁶ Foi comum a substituição da figura da madrinha por protetoras espirituais, em geral manifestações de Nossa Senhora: a figura masculina costumava ser a principal nas relações firmadas pelo batismo. Um estudo acerca das relações de compadrio em Angra dos Reis documentou as estratégias das mulheres cativas em escolher padrinhos cativos para os filhos legítimos, e homens livres e influentes no caso dos ilegítimos, a fim de compensar a ausência da figura do marido. Segundo Fátima Neves, na cidade de São Paulo, a escolha

batismo, ao se referirem a padrinhos e madrinhas escravizados na mesma propriedade que as mães e as crianças, permitem que nos aproximemos dos grupos de convívio e das possibilidades da constituição de famílias e comunidades na domesticidade escravista, em diferentes contextos.

Assentos de batismos realizados na década de 1850 na freguesia central de Sacramento, local de residência e de circulação de numerosa população africana e escravizada na cidade, permitem que nos aproximemos dos grupos, no interior da domesticidade escravista, e das comunidades e relações de amizade e compadrio que transcenderam os limites da casa. Encontramos madrinhas e padrinhos de condição escrava em 45 registros de nossa amostragem de 68 crianças batizadas na freguesia do Sacramento, 14 deles com menção expressa de pertencerem ao mesmo senhor. Quanto à naturalidade das 68 mães, 37 eram de origem africana – 20 delas embarcadas na África central – e 30 crioulas⁹²⁷. Em janeiro de 1850, Ramona, nação Cabinda, escrava de Filipe Gonçalves e de sua esposa, conduziu Firmino, bebê de cinco meses, para ser batizado na igreja de Sacramento. O menino teve por padrinho e madrinha uma escrava e um escravo dos mesmos senhores, não sabemos se africanos ou crioulos, residentes na mesma moradia⁹²⁸. Dentre as crioulas, encontramos uma mulher, cujo nome não foi designado, mãe de Manoel, de dois meses, cujo padrinho era crioulo e a madrinha africana, Maria Moçambique, escrava da mesma senhora.⁹²⁹

Os assentos de batismo abriram oportunidades para que as mães obtivessem de seus donos a alforria de seus bebês “na pia”. Estes filhos libertos cresceriam junto às mães, sob o domínio de seus senhores que, no entanto, não poderiam vendê-los⁹³⁰. Porém, a cultura do batismo, para os escravistas, veio garantir primordialmente a posse sobre a

por padrinhos livres e influentes configurou uma estratégia de as mães cativas verem ampliadas as oportunidades de compra da alforria de seus filhos, estimulada pelo baixo preço das crianças. PINTO, Venâncio. “A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro 1750-1800”. In: COSTA, Iraci del Nero da (org). **Brasil: História Econômica e Demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986; VASCONCELLOS, Márcia C. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX). **Afro-Ásia**, n.28, p.147-178, 2002; NEVES, **Infância de faces negras**, op. cit., p. 270.

⁹²⁷ Seis mães foram designadas de nação Cabinda, cinco de nação Angola, cinco de nação Benguela, duas de nação Rebolo, duas de nação Conga e 11 eram africanas ocidentais de nação Mina. Dos portos da África oriental foram embarcadas as três mulheres de nação Moçambique e uma Inhambane, além de duas mães identificadas genericamente como africanas de nação. Livro de Batismos de Escravos 1849-1864, Freguesia do Santíssimo Sacramento, fs. 20 a 28, op. cit.

⁹²⁸ Livro de Batismos de Escravos 1849-1864, Freguesia do Santíssimo Sacramento. Folha n.27, op. cit.

⁹²⁹ Livro de Batismos de Escravos 1849-1864, Freguesia do Santíssimo Sacramento Folha n.23. op. cit.

⁹³⁰ Venâncio e Lima documentaram 781 libertações de recém-nascidos localizadas em levantamento incompleto de quatro das dezoito paróquias cariocas entre 1800 e 1870. LAGE, Lana e VENÂNCIO, Renato P. “O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro.” In: PRIORE, Mary del (org.) **História da criança no Brasil**, op. cit., p. 27.

descendência de suas cativas, até 1871. As certidões registraram doações dos bebês entre familiares, prática comum entre pequenos proprietários dependentes da geração crioula de suas escravizadas⁹³¹. Em novembro de 1849, Marta crioula deu à luz Leonardo, pardo, que foi batizado na freguesia do Sacramento, em janeiro de 1850. Aos três meses de vida, o bebê já era doado ao filho do cirurgião Demétrio Fragoso, senhor de Marta: “*ficando o dito Leonardo pertencendo a Domingos José*”⁹³². Em 14 de abril de 1850, Celestina, filha de Antonia, nação Benguela, foi batizada e doada ao neto da senhora, a viúva Edwiges Regina de Sá Godinho⁹³³. Em 1850, Maria, filha de Umbelina, nação Mina, foi batizada com um ano de idade, e doada à filha do senhor: a “*menina nasceu escrava de Maria Thereza da Silva, filha legítima do referido Plácido Gomes da Silva*”⁹³⁴. A doação dos bebês de Marta, Antonia e Umbelina provavelmente não seria imediata. É provável que os novos senhores se interessassem em reaver o direito de propriedade sobre as crianças, quando estas já estivessem crescidas e criadas. Também, caso permanecessem escravizados pela mesma família da mãe, a doação poderia não implicar separações definitivas.

O perfil que se desenhava, na segunda metade do século XIX, com a concentração das escravas urbanas entre os setores médios e mais ricos, aponta para a multiplicação de lares remediados com poucas escravizadas e escravizados.⁹³⁵ Já os arranjos domésticos entre famílias abastadas e as médias europeizadas proporcionaram a convivência de mães cativas e suas crianças, escravizados africanos e crioulos, brancos e negros livres. Em 1858, Geralda e seu filho Marcos de um ano e meio conviveram na moradia escravista com a cativa Olímpia, o “*preto Adão*”, cozinheiro possivelmente africano, além de duas mulheres brancas livres, trabalhadoras, o casal de senhores e seus filhos⁹³⁶.

A dependência senhorial, sobre as mulheres cativas e a sua prole crioula nas menores propriedades urbanas, favoreceu o convívio e a formação de famílias escravas envolvendo mães, filhos, irmãos, tios e mesmo avós em coabitação. É o que indicam as certidões de batismo e inventários na cidade, registrados depois de 1871. Duas senhoras mantiveram sob cativo quatro gerações de escravizadas: em 1875, a escrava Serafina e

⁹³¹ Sobre o batismo enquanto prática senhorial de comprovação da posse sobre crianças escravas no mundo urbano e em áreas rurais, ver NEVES, **Infância de faces negras**, op. cit., p. 264; GÓES & FLORENTINO, “Crianças escravas, crianças de escravos”, **op. cit.**

⁹³² Livro de Batismos de Escravos 1849-1864, Freguesia do Santíssimo Sacramento. Folha n.27, op. cit.

⁹³³ Ibid.

⁹³⁴ Livro de Batismos de Escravos 1849-1864, Freguesia do Santíssimo Sacramento Folha n.23, op. cit.

⁹³⁵ GRAHAM, **Proteção e obediência**, op. cit., p. 28.

⁹³⁶ *Correio Mercantil*, 25 de fevereiro de 1859.

sua filha de 10 anos continuavam, junto a outros escravizados, a viver e trabalhar onde a mãe e a avó da primeira haviam servido antes delas⁹³⁷. Já Brunhilde, parda, nascida em 16 de fevereiro de 1873, foi batizada com nove dias de vida na freguesia central de Santa Rita. Sua mãe era Rozalina, parda, escrava de Antonio Santiago, residentes na rua da Quitanda. O padrinho da ingênua Brunhilde era o escravo Luiz, seu tio e irmão de sua mãe, ambos filhos de Carlota que conduziu a neta para ser batizada: a bebê tinha por “*madrinha Protetora Nossa Senhora, apresentada por sua avó, Carlota e padrinho seu tio Luis, escravo*”⁹³⁸. Um ano e meio depois, Rozalina deu à luz Tarquinio que teve por madrinha e padrinho um casal de “*pretos livres e casados*”: Victoriano Manoel de Bela Cruz e Cornelia Maria Tereza da Cruz⁹³⁹.

Dentre 617 bebês ingênuos batizados na freguesia de Santa Rita, na década de 1870, 95 deles tiveram madrinhas ou padrinhos escravizados, o que aponta para a ampliação das relações com os livres e libertos, nas décadas finais da escravidão na cidade. Já entre 761 bebês ingênuos batizados na década de 1870 e 1880 na freguesia suburbana do Engenho Velho, 11 deles eram filhos de pais escravizados unidos às mães pelo casamento, indicando o convívio próximo e diário da mãe crioula com o pai africano e a criança. Aos quatro meses, Lina, filha da crioula Ana e do africano Sabino, natural de Angola, foi batizada na igreja matriz de São Francisco Xavier, em janeiro de 1875, ambos escravos de Joaquim Martins Ferreira, sem menção aos padrinhos⁹⁴⁰.

Se até 1871 os batizados eram as ocasiões em que os bebês cativos poderiam ser alforriados, depois de promulgada a Lei do Ventre Livre, o sacramento tornou-se a circunstância em que os senhores poderiam desistir dos serviços dos ingênuos, permanecendo a mãe, no entanto, escravizada. Este foi o caso da crioula Eva, de serviço doméstico, mãe de Horacio que, em 1884, foi batizado aos cinco meses na freguesia do Engenho Velho. O proprietário de Eva “*declarou que desistia dos serviços do mesmo Horacio*”.⁹⁴¹ Mulheres libertandas, cuja alforrias foram condicionadas à prestação de serviços, deram à luz nesta condição intermediária entre a escravidão e a liberdade, como Cristina, preta, natural de Santa Catarina, mãe de José. Nascido em 20 de maio de 1885, o menino foi batizado em dezembro de 1886, com mais de um ano e meio de idade,

⁹³⁷ GRAHAM, **Proteção e obediência**, op. cit., p. 32.

⁹³⁸ Arquivo da Cúria Metropolitana, Livro de Batismos de Escravos, Freguesia de Santa Rita, 1870, código 86.

⁹³⁹ Ibid., código 192.

⁹⁴⁰ Ibid.

⁹⁴¹ Ibid., código 652.

havendo referência à mãe como tendo sido “*liberta condicionalmente pelo senhor*” Mateus Capus. Não sabemos desde quando o contrato de liberdade condicional era firmado entre Cristina e seu senhor. Caso ela desse à luz ainda na condição de escravizada, seu filho seria considerado ingênuo, devendo permanecer sob a tutela do dono de sua mãe pelo menos até os oito anos, ao passo que, se nascesse de mãe libertanda, seu bebê seria considerado juridicamente livre⁹⁴². A crioula Maria, parda, também obteve a liberdade condicionada a prestação de serviços de Mateus Capus. Henrique, nascido em março de 1887, foi batizado com quase cinco meses. A obrigação de prestação de serviços seria interrompida pela Abolição: “*liberta condicionalmente pelo seu ex-senhor Matheus Marius Adolpho Capus, até o mês de dezembro de 1889*”⁹⁴³.

A lei de 1871 colocou situações complexas e ambíguas para mulheres cativas, libertandas e libertas, mães de crianças de diferentes *status* jurídicos. Mulheres libertas cujos filhos haviam nascido escravizados antes de 1871 não pouparam esforços, a fim de formar pecúlios para alforriá-los, engajando-se também em longos contratos de locação de serviços.⁹⁴⁴ Aquelas que se libertaram depois de 1871 nem sempre puderam obter a guarda dos filhos menores de oito anos consigo, conforme rezava a lei. Muitas tiveram dificuldades em fazer valer seu direito sobre as crianças, quando desejassem viver distantes dos ex-senhores, engajando-se em árduas batalhas, a fim de obterem a guarda das crianças que os senhores mantiveram ilegalmente em cativeiro⁹⁴⁵. Mães que conseguissem se libertar, tendo filhos ingênuos com mais de oito anos, firmaram contratos de trabalho para remir seus filhos dos serviços devidos aos senhores, estipulados até os 21 anos. Em 1881, no Rio de Janeiro, uma escravizada estabeleceu um contrato de locação de serviços para trabalhar pelo preço de sua liberdade. Ela concordou em

⁹⁴² Arquivo da Cúria Metropolitana, Livro de Batismos de Escravos, Freguesia do Engenho Velho, 1870, código 722. O *status* das crianças nascidas de mulheres libertandas foi alvo de disputas judiciais e matéria de diversos debates jurídicos, como demonstrou Eduardo Penna: PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ centro de pesquisa em história social da cultura, 2001.

⁹⁴³ Arquivo da Cúria Metropolitana, Livro de Batismos de Escravos, Freguesia do Engenho Velho, 1870, código 747.

⁹⁴⁴ COWLING, Camilia. **Conceiving freedom**, op. cit; ARIZA, Marília. **Mães infames, rebentos venturosos...** op. cit.

⁹⁴⁵ A lei previa que “Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos que estejam em poder do senhor dela [...] lhe serão entregues, exceto se preferir deixá-los e o senhor anuir a ficar com eles”. Quanto à obrigatoriedade da prestação de serviços dos ingênuos, a lei de 1871 estabelecia: “Qualquer desses menores poderá remir-se do ônus de servir, mediante prévia indenização pecuniária, que por si ou por outrem ofereça ao senhor de sua mãe, procedendo-se à avaliação dos serviços pelo tempo que lhe restar a preencher, se não houver acordo sobre o quantum da mesma indenização”. Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, op. cit.

permanecer por período mais longo e com aluguel menor: para ter o direito de manter “um filho menor às suas costas”⁹⁴⁶.

Planos e fugas

Diante das dificuldades em prover a subsistência a seus filhos pequenos, desejando distanciar-se de seus donos e de seus projetos de vendê-las e de serem torturadas na Casa de Correção, africanas e crioulas escravizadas mobilizaram, nas diferentes conjunturas do século, o apoio e a solidariedade dos seus. Frente às tensões cotidianas marcadas pelo convívio próximo com seus senhores, quando o campo da negociação se esgotava, e a rivalidade de interesses e de projetos das mulheres e de seus escravizadores se acirrava, elas fugiram sós, com seus companheiros e com outras escravizadas, arrebanhando seus filhos pequenos, amparadas por aquelas e aqueles que lhes forneceram, a elas e a suas crianças, abrigo e proteção.

Em 1849, Teresa de nação Benguela, “*idade mais de 30 anos*”, “*pejada*”, desapareceu da casa do senhor: “*levou consigo dois filhos, um de 6 anos, de nome Julio, crioulo, e outro de nome Florentino, de 3 anos, também crioulo; além da roupa que levaram no corpo, levaram muito mais, e um barril de carregar água*”⁹⁴⁷. As fugas uniram casais de cativos africanos de uma mesma propriedade: em 1856, a senhora de Generosa, nação Conga, grávida, e Antonio, nação Moçambique, desconfiava terem eles “*alguns filhos em sua companhia*”⁹⁴⁸. Outras mulheres destituíram seus senhores, levando consigo seus filhos pequenos. Em 1857, a crioula Adelaide, “*parda-escura*” e grávida, e Felícia, preta e alta, partiram juntas da rua da Imperatriz: a primeira levou uma filha de dois anos e a segunda um menino de um⁹⁴⁹. Sofia, de nação Mina, trinta e tantos anos, fugiu grávida do domicílio senhorial no Engenho Velho em 1860: “*anda ordinariamente com um filho de dois anos, de nome João, também preto*”⁹⁵⁰. Em 1861, da rua da Ajuda n.23, desapareceu “*uma preta aleijada com um crioulinho*”⁹⁵¹.

Depois de 1871, a conjuntura emancipacionista da capital ofereceu oportunidades para mulheres crioulas obterem auxílio em seus projetos de se livrarem de seus donos, conquistarem melhores condições de vida e angariarem apoio para que curadores

⁹⁴⁶ GRAHAM, **Proteção e obediência**, op. cit., p. 94-95.

⁹⁴⁷ *Jornal do Commercio*, 19 de junho de 1849.

⁹⁴⁸ *Correio Mercantil*, 15 de agosto de 1856.

⁹⁴⁹ *Correio Mercantil*, 28 de junho de 1857.

⁹⁵⁰ *Correio Mercantil*, 26 de agosto de 1860.

⁹⁵¹ *Jornal do Commercio*, 9 de janeiro de 1861.

perpetrassem na justiça, em seu nome, as ações de liberdade. Felipa, a quem nos referimos anteriormente, fugiu grávida, deu à luz distante do senhor e entrou, por meio do curador, com uma ação de liberdade em prol de sua alforria e da de dois filhos, em 1874⁹⁵². Assim como Felipa, muitas mulheres fugiram das casas de seus senhores, travando batalhas jurídicas pela alforria delas próprias e de suas filhas e filhos, com o auxílio de homens livres e de seus discursos abolicionistas, inspirados nos ideais da maternidade burguesa enquanto direito a elas negado⁹⁵³. Objeto dos conflitos entre os interesses escravistas arraigados e as campanhas abolicionistas, mulheres crioulas, dentre elas migrantes do Norte e suas crianças ingênuas, beneficiaram-se do amplo processo de libertações na última década do regime. Muitas outras, quando esgotadas as possibilidades de obterem a libertação por vias legais e jurídicas, reivindicaram pela fuga alternativas à vida sob o jugo senhorial.

Uma análise de um livro da Casa de Detenção da Corte de 1882, empreendida pela historiadora Lucimar Santos, aponta para os dramas e lutas de mulheres crioulas em fuga junto aos filhos, muitas delas migrantes do Norte e do Nordeste do país, interceptadas pelos agentes da lei. Muitas foram capturadas e adentraram as dependências da Casa de Detenção com seus bebês às costas e crianças pequenas às mãos. Maria, preta, lavadeira, 40 anos, foi detida com sua filha de um ano e meio de idade, enquanto Angelina, lavadeira, migrante do Amazonas, foi interceptada aos 30 anos, carregando junto a si Alfredo, de um ano e meio. A paulista Teodora, engomadeira, 20 anos, foi conduzida à força à detenção com José, de um ano e meio, ao passo que Firmina, também crioula da província vizinha, foi acompanhada por Venceslau, de um ano⁹⁵⁴. Mulheres negras, cativas e crioulas tiveram seus projetos de autonomia e a liberdade de ir e vir cerceadas pelos agentes da lei, a serviço dos senhores não apenas quando as suspeitas de fuga recaíram sobre elas. Em 1882, mulheres adentraram com seus filhos a Casa de Correção para serem torturadas a mando dos senhores. Raimunda, nascida em Sergipe, 26 anos, cozinheira, foi encarcerada com Pedro, de um ano⁹⁵⁵. Já Alexandrina, engomadeira,

⁹⁵² *Jornal do Commercio*, 20 de janeiro de 1872; *O Globo*, 26 de setembro de 1874; *O Globo*, 18 de outubro de 1874; *O Globo*, 15 de março de 1875; *O Globo*, 16 de maio de 1875. Nesta última edição, constou que a ação era negada.

⁹⁵³ COWLING, Camilia. **Conceiving Freedom: Women of Color, Gender and the Abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro**, op. cit.

⁹⁵⁴ SANTOS, Lucimar Felisberto dos. “Páginas da vida: experiências maternas de mães negras no antes e no pós Lei do Ventre Livre. Rio de Janeiro, 1869-1888”.

In:

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/lucimarfelisbertodossantos.pdf>.

Acesso: 25 de outubro de 2018.

⁹⁵⁵ *Ibid.*, p.12.

crioula do Ceará, 26 anos, foi presa nas imediações urbanas por desobediência, junto a Etelvina, sua filha de dois anos, aos impropérios. É provável que Valeriana, 22 anos, nascida na província do Maranhão, lavadeira, tomasse sua cachaça depois de um longo dia de trabalho: interceptada por um fiscal urbano, foi presa por embriaguez levando consigo um filho de um ano e meio ao cárcere.

Nem todas as mulheres cativas com crianças pequenas foram conduzidas à força por agentes da ordem à Casa de Detenção. Muitas dirigiram-se com suas filhas e filhos à instituição, a fim de prestarem queixas quanto aos maus-tratos dispensados por seus senhores, amparadas pela lei de 1871 e pelo ambiente antiescravista a elas favorável⁹⁵⁶. Pulchéria, nascida no Rio de Janeiro, afastou-se do domínio senhorial dirigindo-se à detenção com seu filho recém-nascido, de apenas 15 dias, possivelmente para evitar o sumiço do bebê, diante dos planos senhoriais de alugá-la como ama de leite. Joana, nascida em Cabo Frio, ocupada em serviços domésticos, apresentou-se com Maria, de apenas três meses. Maria, preta, lavadeira, natural da Paraíba, 25 anos, prestou suas queixas junto a Joditi, de um ano de idade. Maria, crioula de Sergipe, 25 anos, serviços domésticos, dirigiu-se à Casa de Detenção com duas filhas: Claudemira, de cinco anos, e Catarina, de cinco meses. Deolinda, 33 anos, engomadeira, arrebanhou quatro filhos rumo à detenção, para buscar apoio junto aos agentes da lei, para que intervissem frente aos planos, desmandos e violências senhoriais: um de treze, outro de oito, um de seis e um com apenas um ano de idade. Entrevemos as lutas e esforços dessas mulheres crioulas, migrantes do Norte na década de crise do regime, em desenhar a elas e aos filhos ingênuos novos destinos e condições de vida menos adversas, muitas vezes podendo contar apenas consigo mesmas e com os agentes da lei quiçá a elas favoráveis. Recusaram, com seus protestos, os atos de despotismo dos escravistas arraigados que avançavam sobre elas e sobre seus filhos ingênuos, para mantê-los nas já desgastadas estruturas da escravidão que elas ajudaram a abalar.

⁹⁵⁶ Ibid., p.12-13. “*Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no §1o, se, por sentença do juízo criminal, reconhecer-se que os senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.*” Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, op. cit.

Considerações finais

Mulheres africanas e crioulas que foram mães na escravidão abraçaram muitas lutas. Enfrentaram a gravidez, o parto e o pós-parto sujeitas a pouco repouso, distanciando-se de seus donos pela fuga diante de suas ameaças e projetos de vendê-las grávidas ou de separá-las de seus filhos. Desempenhando trabalho sobrecarregado para locatários remediados, lavando, carregando água e vencendo as imediações urbanas com seus tabuleiros de quitandas, as adversidades enfrentadas por elas, durante a gravidez, foram exacerbadas, quando vítimas dos maus-tratos senhoriais e de suas torturas. Mulheres africanas viveram na cidade do Rio de Janeiro as tragédias de um mercado que relegou à morte suas crianças, enquanto jovens crioulas vivenciaram, na década final do regime, o nascimento do primeiro ou do último de seus filhos nas instituições criadas para os interesses dos médicos, mediante a intervenção de estudantes brancos inexperientes, seus instrumentos e exames invasivos.

Mulheres africanas se esquivaram de seus donos e seus interesses, fugindo grávidas com cestinhos com roupa de criança e levando consigo seus filhos pequenos. Ganharam as ruas com os pés descalços, amamentando e guardando seus preciosos bebês às costas, carregando seus tabuleiros e fardos rumo às praças, aos mercados e aos córregos. Tecendo com suas crianças laços de carinho, afeto e pertencimento, urdidos cotidianamente junto a suas comadres, aos pais dos filhos, a suas mães, irmãos e avós, essas mulheres encontraram nas malhas dos interesses escravistas sobre elas e sobre seus filhos, a quem legavam sua condição, forças a serem cotidianamente dobradas. Em circunstâncias hostis e desfavoráveis como a venda em separado, obtiveram conquistas concretas, levando um ou todos os filhos consigo, ao passo que se defrontaram com situações de irremediável impotência, diante da ganância de seus senhores que utilizaram seus filhos, sempre que puderam, para seus próprios interesses e privilégios.

Nós nos aproximamos das reinvenções de mulheres africanas que promoveram confrontos silenciosos, adequando, diante das circunstâncias, a amamentação e o convívio com seus bebês e crianças crioulas. Muitas delas, em especial as escravizadas nas menores propriedades até 1871, negociaram com aqueles que foram grandes beneficiários de seus esforços em criar suas filhas e filhos que, depois de vencerem os primeiros anos de vida, poderiam ser delas apartados. Aliar demandas de trabalho que envolveram maior tempo de convívio ou separações temporárias dos filhos, viver o luto das perdas de seus bebês e crianças pequenas e a possibilidade ou a realidade da

separação, de um ou de todos eles, foram infortúnios que atravessaram a vida de africanas e crioulas na escravidão urbana. Depois da sanção do Ventre Livre, mulheres crioulas foram protagonistas de suas fugas, perpetrando, com o apoio de seus curadores, as ações de liberdade que poderiam concretizar seus desejos de autonomia para si e para suas filhas e filhos. Jovens crioulas do Piauí, do Maranhão e do Ceará atravessaram o país atadas a ferros e correntes, rumo à escravidão doméstica e ao mercado de aluguel na Corte, separadas de suas mães, pais, irmãos, deixando para trás os filhos mais velhos, carregando-os em suas lembranças, e seus caçulas, às costas e aos ombros. Enfrentaram os interesses e a ganância senhorial que avançaram sobre elas e sobre os seus, quando destituídas de seus bebês após o parto, e as situações precárias de liberdade proporcionadas pela lei conservadora de 1871 que foi mobilizada pelos senhores, desejando manter a tutela e explorar os serviços de seus filhos, mesmo depois de 1888.

Depois da Abolição, mulheres negras enfrentaram as lutas contra a pobreza e as dificuldades em prover, muitas vezes sós, a si próprias e aos filhos pequenos. As vésperas da Abolição e os anos posteriores foram tempos duros, mas também de buscas, reencontros e de grandes esperanças.

Precisa-se saber notícias de uma rapariga de nome Joana, filha do sertão do Piauí. Foi escrava de D. Aninha, residente no mesmo sertão, no lugar denominado Tanque da Capoeira. A pessoa que manda pôr este anúncio é filha da mesma, a qual deixou ainda criança lá, o que quer saber se é morta ou viva. No caso que apareça, tenha a bondade de ir no largo de Santa Rita n.26.

O *Paiz*, 4 de fevereiro de 1888.

FONTES

Manuscritas

Arquivo Nacional, Fundo/Coleção Relação do Rio de Janeiro. Referência 84.0.ACR.112, Apelação Criminal, Rio de Janeiro, 1859-1861.

Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Referência: 84.0.ACI.00837. número 6.604 maço 137. Apelação Cível, Rio de Janeiro, 1866 a 1867.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fundo Câmara Municipal. Série Casas de Saúde e Maternidade. Notação 46.2.32; Série Santa Casa da Misericórdia Notação 50.1.8; Documentação Avulsa, 44.2.27.

Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Batismos de Escravos. Freguesia de Santa Rita, 1870-1880. Códigos 75, 86, 179, 192 e 301. Freguesia do Engenho Velho, 1870-1880. Códigos 652, 722, 747.

Acervos digitais

Livro de Batismos de Escravos. 1849-1864, Freguesia do Santíssimo Sacramento. Folhas 20 a 28. Disponível em <<https://familysearch.org>>. Acesso: julho de 2016

Lei de 3 de outubro de 1832.

Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html> Acesso: janeiro de 2016.

Decreto nº 1.387, de 28 de abril de 1854.

Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1387-28-abril-1854-590272-publicacaooriginal-115439-pe.html>> Acesso: janeiro de 2016.

Recenseamento da população do Município Neutro de 1872. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso: janeiro de 2016.

ASSIS, Machado. Pai Contra Mãe. In: Relíquias da Casa Velha, 1906. Disponível em <https://www.bibvirt.futuro.usp.br>, Acesso em maio de 2016.

Hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional:

<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

Correio Mercantil (datas das edições)

16.09.1830; 16.10.1830; 2.12.1830; 10.12.1832; 15.02.1832; 15.02.1848; 27.02.1848; 16.09.1848; 15.07.1853; 11.12.1853; 5.01.1854; 4.12.1854; 3.10.1855; 10.08.1855; 30.12.1855; 30.01.1856; 31.07.1856; 15.08.1856; 12.02.1857; 21.05.1857; 28.06.1857; 15.02.1858; 27.09.1858; 30.12.1858; 4.01.1859; 12.02.1859; 25.02.1859; 19.08.1859; 23.10.1859; 9.11.1859; 26.08.1860; 25.04.1861; 22.09.1862; 5.04.1863; 16.04.1863; 18.05.1863; 26.07.1863; 8.02.1866; 14.02.1866; 15.02.1866; 20.11.1867.

Diario do Rio de Janeiro (datas das edições):

2.01.1830; 14.01.1830; 19.02.1830; 25.02.1830; 10.04.1830; 23.04.1830; 27.04.1830
 22.06.1830; 23.07.1830; 14.08.1830; 23.09.1830; 2.10.1830; 7.12.1830; 13.07.1831
 20.09.1831; 2.11.1831; 31.12.1831; 2.03.1832; 18.02.1832; 17.03.1832; 18.10.1832
 12.12.1832; 1.05.1833; 5.08.1834; 23.07.1835; 3.11.1835; 14.04.1836; 4.05.1836
 27.06.1836; 10.07.1836; 5.09.1837; 9.06.1838; 3.10.1838; 16.10.1838; 21.01.1839
 28.06.1839; 28.01.1840; 1.02.1840; 4.02.1840; 6.02.1840; 7.02.1840; 11.02.1840
 18.02.1840; 27.02.1840; 15.03.1840; 19.06.1840; 9.07.1840; 18.09.1840; 13.10.1840
 15.01.1841; 16.06.1841; 15.07.1841; 18.02.1842; 30.11.1842; 19.01.1843; 20.04.1843
 14.02.1844; 11.10.1844; 17.03.1845; 29.04.1845; 5.09.1845; 15.10.1845; 12.11.1845
 16.03.1846; 28.03.1846; 31.07.1846; 3.09.1846; 2.10.1846; 10.11.1846; 29.12.1847
 23.11.1848; 10.01.1849; 19.02.1849; 2.08.1849; 9.10.1849; 12.10.1849; 9.02.1850
 21.02.1850; 2.07.1850; 26.07.1850; 2.04.1851; 20.09.1852; 25.07.1853; 19.08.1853
 23.08.1853; 26.08.1853; 6.09.1853; 18.01.1854; 10.07.1855; 12.08.1855; 13.05.1856
 24.03.1857; 10.08.1857; 21.11.1860; 27.12.1860; 14.11.1861; 14.12.1863; 6.08.1867
 16.01.1870; 19.10.1870; 22.01.1877; 9.12.1874.

Gazeta de Noticias (datas das edições):

20.03.1854; 27.07.1877; 6.09.1877; 29.09.1878; 11.05.1879; 25.08.1879; 26.09.1879
 4.10.1879; 16.10.1879; 22.01.1880; 11.04.1880; 8.05.1880; 10.02.1881; 17.02.1881
 6.04.1881; 22.05.1881; 23.05.1881; 24.05.1881; 24.01.1882; 16.12.1882; 10.02.1884
 29.09.1889.

Jornal do Commercio (datas das edições):

16.01.1830; 20.03.1830; 20.09.1830; 18.03.1831; 11.10.1832; 29.05.1835; 22.03.1838
 28.03.1838; 5.10.1838; 18.05.1839; 11.08.1839; 1.02.1840; 24.06.1840; 25.06.1840
 16.08.1841; 13.01.1842; 15.06.1843; 16.06.1843; 19.06.1849; 7.07.1850; 10.11.1852
 1.01.1857; 22.09.1858; 10.06.1859; 14.01.1860; 21.01.1860; 31.01.1860; 4.11.1860
 9.01.1861; 14.01.1862; 25.08.1862; 18.01.1863; 2.10.1863; 28.05.1864; 2.06.1868
 20.01.1872; 9.07.1874; 13.08.1874; 5.01.1880; 7.01.1880; 17.01.1880; 26.01.1880
 30.01.1880; 15.02.1880; 16.02.1880; 10.05.1881.

A Mãe de família, 1º ano, n.11, junho de 1879; 2º ano, n.1, janeiro de 1880; 2º ano, n.10, maio de 1880.

Correio da Tarde 22.02.1859.

Correio Paulistano 7.12.1870.

Diario do Brazil 10.01.1882.

Echo das Damas ano III, n. 52, 4 de março de 1888.

Echo Popular 8.10. 1869.

Gazeta da Tarde 2.12.1880; 28.12.1880; 30.12. 1880; 12.03.1881; 6.05.1881; 1.12.1882
 19.05.1883.

Gazeta dos Tribunaes 25.04.1843; 20.12.1843.

Jornal da Tarde 13.09.1870.

O Brasil 8.03.1851.
O Carbonario 12.02.1886.
O Corsario 16.09.1880.
O Despertador 3.07.1840.
O Fluminense 31.01.1879; 28.05.1882.
O Globo 26.09.1874; 18.10.1874; 15.03.1875; 16.05.1875; 3.03.1877.
O Mercantil 14.01.1882.
O Paiz 14.11. 1885; 21.01.1888.
Revista Brasileira, tomo 1, ano 1, junho a setembro de 1879; Ano V, março de 1945.
Tagarella 3.06.1881.

Annaes Brasilienses de Medicina:

edição 9, n.3, 1847; 6º ano, n.1, outubro de 1850; 6º ano, vol.6, n.8, maio de 1851; Tomo XI, n.6, agosto de 1857; 13º ano, vol.13, março de 1859; Tomo XVII, n.1, junho de 1865; Tomo XVII, n.5, setembro de 1865; Tomo XVII, n.5, setembro de 1865; Tomo XVIII, n.12, maio de 1867; Tomo XX, n.9, fevereiro de 1869; Tomo XXII, n.5, outubro de 1870; Tomo XXII, n. 8, janeiro de 1871; Tomo XXIII, n.8, Janeiro de 1872; n.1; Tomo XXIII, n.11, abril de 1872; Tomo XXIV, n.4, setembro de 1872; Tomo XXVIII, n. 6 – 7; novembro e dezembro de 1876; Tomo XXXV, n.1, julho a setembro de 1883; Tomo XXXVI, julho a setembro de 1884.

Annaes da Academia de Medicina: Tomo II, n.4, abril-junho de 1887.

Annaes de Medicina Brasiliense: 2º ano, vol. 2, n.6, novembro de 1846; 4º ano, vol. 4, n. 3, setembro de 1848; 4º ano, vol. 4, n.5, novembro de 1848.

Diario de Saude, vol. I, n.5, 16 de maio de 1835.

Gazeta Medica Brasileira- Revista Quinzenal de Medicina, Cirurgia e Pharmacologia. Tomo I, Ano I, 1882.

Gazeta Médica da Bahia, n.1, janeiro de 1876, 2ª série, volume I.

Gazeta Médica do Rio de Janeiro, n.6, 15 de agosto de 1862.

O Progresso Medico. Ano 1, Vol. 1, 1ª edição, 1876.

Revista Medica, Ano I, n.7, 10 de setembro de 1873.

Semanário de Saúde Pública, n.10, 5 de março de 1831.

União Medica, n.2, fevereiro de 1883.

Fontes impressas

AGASSIZ, Jean L. R & AGASSIZ, Elizabeth C.C. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Trad. João Etienne Filho. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1975.

ALMEIDA, Manuel Antônio. *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: Publifolha, 1997.

ALMEIDA, Pires. *Guia da Mulher Pejada*. Rio de Janeiro: Typ. Lombaerts & C., 1882.

ALVES, Joaquim Antonio. *Manual da Parteira ou pequena compilação de conselhos na arte de partejar*. Fortaleza, s.ed., 1861.

ARANHA, Maria Amélia Arruda B. S. *Sombras que renascem*. Memórias de família, costumes de uma época (1862-1883). s.ed., 1975.

BARROS, Maria P. *No Tempo de Dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BONJEAN, Luiz Francisco. *Primeiros Socorros ou a Medicina e a Cirurgia Simplificada*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1866.

BRASSEY, Anna. *Voyage d'une famille autours du monde a bord de son yacht "le Sunbeam", raconté par la mere*. Paris: Maurice Dreyfous, s/d.

CHERNOVIZ, Pedro L. N. *Dicionário de Medicina Popular*. 3ª ed. Paris: Casa do autor, 1862.

_____. *Dicionário de Medicina Popular*. 6ª ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 2 volumes, 1890.

COLLAÇO, Fellipe Nery. *O conselheiro da família brasileira- enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1883.

CROSERIO, C. *Manual homeopatico de obstetricia ou Auxilio que a arte de partos pode receber da homeopatia*. Rio de Janeiro: Typ. de N. L. Vianna e Filhos, 1859.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Vol. 2., Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978.

_____. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet, Tomo I (Vol. I e II) e Tomo II (Vol. III), São Paulo: Martins Fontes, 1940.

DUROCHER, Mathilde. J. M. *Ideias por coordenar á respeito da emancipação*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1871.

ENGELMANN, Georges J. & RODET, Paul. *La pratique des accouchements chez les peuples primitifs. Étude d'ethnographie et d'obstétrique*. Paris: Librairie J.-B. Bailliére et Fils, 1886.

EXPILLY, Jean Charles. *Le Brésil tel qu'il est*. Paris: E. Dentu, éditeur, Librairie de la Societé des Gens de Lettres, 1862.

EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil*. Trad. Gastão Penalva. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 2000.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil, ou Diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*. Trad. Jamil A. Haddad. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976.

FERRAZ, Floriza. *Memórias*. Rio Claro, s.ed., 1947.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Nacional, 1956.

JUNOD, Henri. *Usos e costumes dos Bantu*. (org.) Omar Ribero Thomaz; Paulo Gajanigo. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

IMBERT, Jean Baptiste Alban. *Manual do fazendeiro ou tratado domestico sobre a enfermidade dos negros generalizado ás necessidades de todas as classes*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839.

Guia medica das maes de familia, ou a Infancia considerada na sua hygiene, suas molestias e tratamentamento. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1843.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*: Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

KIDDER, Daniel Parish & FLETCHER, J. Codley. *O Brasil e os brasileiros*. Trad. Elias Dolianiti. São Paulo: Nacional, 1941.

LANGGAARD, Theodoro. J. H. *Arte obstetrica ou tratado completo dos partos*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1862.

MAGALHAES, Fernando. *A obstetrícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1922.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*, 3v. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866.

MONTEIRO, Joaquim dos Remédios. *Hygiene e educação da infancia*. Resende: Typographia do Astro Rezendense de Fernandes & Cia, 1868.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

OCTAVIO, Laura Oliveira Rodrigo. *Elos de uma Corrente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

PFEIFFER, Ida. *Voyage d'une femme autour du monde*. Trad. Original alemão W. de Suceau. Paris: Librairie de L. Hachette, 1858.

PINKERTON, John (org). *A general collection of the best and most interesting voyages and travels in all parts of the world; many of which are now first translated into English*. Vol. 16. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-row; and Cadell and Davies, in the Strand, 1814.

PINTO, Antonio Ferreira. *O medico da primeira infancia ou o conselheiro da mulher grávida e hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859.

PRADEZ, Charles. *Nouvelles études sur le Brésil*. Paris: Ernert Thorin, 1872.

REDINHA, José. *Etnias e culturas de Angola*. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda, 1974.

RIBEIRO, Joaquim Antonio Alves. *Manual da Parteira ou pequena compilação de conselhos na arte de partejar*. Fortaleza: s.ed., 1861.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. São Paulo: Martins Fontes, 1941, 2 vol.

SABÓIA, Vicente. *Traité théorique et pratique de la Science et de l'art des accouchements*. Paris: P. Asselin, 1873.

SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é. 1824-1826: (Uma vez e nunca mais)*. Brasília: Senado Federal, 2000.

SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*. Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil, 1957.

TAUNAY, Carlos. A. *Manual do agricultor brasileiro*. (1839) MARQUESE, Rafael de B. (org.). Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Trad. Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (Paty do Alferes). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro (1847)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878.

Teses de Medicina

AZEVEDO, Carlos Frederico. *Considerações geraes sobre as difficuldades que o parteiro pouco experiente encontra no exercício do seu ministério*. Rio de Janeiro: Typ. Do Ostentor Brasileiro de J.J. Noronha, 1847.

AZEVEDO, Luis Augusto Corrêa d'. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e do mercenário particulamente em relação às condições em que se acha no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. academica, 1873.

BARAÚNA, Elpidio Joaquim. *Hygiene da mulher em estado de gravidez*. Bahia: Typographia Conservadora, 1868.

BARBOSA, Adolpho A. Simões. *Hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1882.

BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro de. *Considerações geraes sobre a mulher e sua differença do homem, e sobre o regimen que deve seguir no estado de prenhez*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert, 1845.

BONSUCESSO, Joaquim. *Das modificações que a prenhez pode ocasionar na intelligência da mulher*. Rio de Janeiro: Typ. Francisco de Paulo Brito, 1858.

BRANDÃO, Francisco. *Da hemorrhagia uterina da prenhez*. Rio de Janeiro: Typographia de Thevenet, 1864.

BRETAS, Agostinho Joze Ferreira. *A utilidade de aleitamento maternal e os inconvenientes que resultão do desprezo deste dever*. Rio de Janeiro: Typ. J. Cremiere, 1838.

BRITTO, Alvaro. *Hygiene da mulher no estado de gravidez*. Bahia: Typographia do Diario, 1870.

CABRAL, Julião Alexandre Baptista. *Diagnostic differencial dos tumores do testiculo. Seção Médica- Proposições: Do aleitamento*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1869.

CALMON, Caetano Lopes. *Algumas proposições sobre hygiene*. Bahia: Tipographia Liberal do Século, 1850.

CALVET, Guilherme de Piva Magalhães. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1869.

CAMARANO, João Baptista Capelli. *Da alimentação nas primeiras idades- estudo crítico sobre os diferentes métodos de aleitamento*. Rio de Janeiro: Typographia de Miranda & Almeida, 1884.

CASTILHO, Ildefonso Archer de. *Hygiene da primeira infância*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Companhia, 1882.

CASTRO Antonio Pedro da Silva. *Hygiene da mulher em estado de gravidez*. Bahia: Typographia de Camillo de Lellis Masson & C, 1870.

CASTRO, Francisco de Paula. *Da alimentação nas primeiras idades*. Rio de Janeiro: Typ. De J. D. de Oliveira, 1883.

CERQUEIRA, Nicolau Barbosa. *Hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typographia de José Neves Pinto, 1882.

COITINHO, Possidonio Mello. *Haverá alguma relação de causalidade entre a existência regular da menstruação durante o aleitamento e o rachitismo dos meninos?* Bahia: Typographia Poggetti de Tourinho & C., 1865.

COSTA, Antonio Correia de Sousa. *Qual a alimentação de que usa a classe pobre do Rio de Janeiro e a sua influencia sobre a mesma classe*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1865.

COSTA, Tomás José Xavier dos Passos Pacheco e. *Considerações geraes sobre os cuidados que se devem prestar aos recém-nascidos quando vem no estado de saude, e sobre as vantagens do aleitamento maternal*. Rio de Janeiro: Typ. Franceza, 1840.

CUNHA, Augusto Álvares da. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia Acadêmica, 1873.

D'ALMEIDA, Thomaz Baptista. *Que regimem será mais conveniente a criação dos expostos da Santa Casa de Misericórdia, atentas as nossas circumstancias especiaes, a criação em comum dentro do Hospicio, ou a privada em casas particulares?* (Sciencias Medicas). Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

D'ARAUJO, José Augusto Cesar Nabuco. *Algumas considerações acerca da utilidade do aleitamento maternal e dos males provenientes do desprezo deste grandioso dever*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1844.

DINIS, Alexandre S. *Das lesões da função digestiva determinadas pela gestação*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

DUARTE, José Rodrigues de Lima. *Ensaio sobre a hygiene da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1849.

DUQUE, Francisco Basilio. *Hygiene da criança, do nascimento a queda do cordão umbilical*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864.

EBOLI, Thomaz. *Dissertação sobre hygiene: os prejuizos que causam uma má amamentação*. Rio de Janeiro: Typographia Popular, 1880.

ELLENE, Octavio. *Hemorrhagias puerperaes (Secção medica) Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e em particular do mercenario, attentas as condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: s.ed., 1874.

FARIA, Antônio José de. *Do aleitamento natural, artificial e mixto, e em particular do mercenario, attentas as condições da cidade do Rio de Janeiro (Secção medica)*. Rio de Janeiro: Typ. Do Apostolo, 1874.

FERREIRA, José Sergio. *O aborto, precedido de algumas considerações a respeito da hygiene da mulher pejada*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1843.

FERREIRA, Justo Jansen. *Do parto e de suas conseqüências na espécie negra*. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e encadernação a vapor Laemmert & C., 1887.

FIRMINO JUNIOR, José Joaquim. *Dissertação sobre a menstruação precedida de breves considerações sobre a mulher*. Rio de Janeiro: Typografia Imparcial de F. P. Brito, 1840.

GONÇALVES, Francisco de Paulo Lázaro. *Que Regimem Será mais Conveniente para a Criação de Expostos da Santa Casa de Misericórdia, Attentas as Nossas Circunstancias Especiais, a Criação em Comum dentro do Hospicio, ou a Privada em Casas Particulares?* Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1855.

HORTA, Emilio Luiz Rodrigues. *Diagnóstico das prenhez, causas de erro*. Rio de Janeiro: Typographia Central de Brown & Evaristo, 1876.

HORTA, José Ricardo Rebello. *Dissertação acerca da superfecundação*. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil de J.J. da Rocha, 1845.

JARDIM, David Gomes. *A hygiene dos escravos*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1847.

LEITÃO, Antonio Gonsalves D'Araujo. *Hygiene da infancia*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, 1840.

LIMA, Pretextato Casado Acioli. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenario em relação às condições do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1869.

LISBOA, Frederico Augusto da Silva. *Hygiene da mulher em estado de gravidez*. Bahia: Tipografia de Camillo de Lellis Masson, 1870.

MAIA, Antonio de Mello Muniz. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação as condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Thypographia de Apostolo, 1873.

MAIA, Emílio Joaquim Silva. *Ensaio sobre os perigos á que estão sujeitos os meninos quando não amamentados por suas próprias mãis*. Rio de Janeiro: Tipografia R. Ogrer, 1834.

MARTINS, José Vieira. *Hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia de Moreira, Maximino & C., 1882.

MASSON, Luiz Nicoláo. *Da alimentação nas primeiras idades*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

MATTOS, Luiz Manoel de. *Da hygiene da mulher durante a prenhez*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1843.

MEDEIROS, José. *Amamentação materna é quase sempre possível*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1848.

MEIRELES, Zeferino Justino da Silva. *Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento maternal*. Rio de Janeiro, Typ. do Diario, 1847.

MELLO, Joaquim Pedro de. *Generalidades acerca da educação phyisica dos meninos*. Rio de Janeiro: Typ. De Teixeira e Comp, 1846.

MELLO, José Tavares de. *A hygiene da mulher durante a puberdade e apparecimento periódico do fluxo catamenial*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1841.

MILWARD, Cornélio Emílio das Neves. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação ás condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1873.

MOURA, Augusto. *Algumas proposições de Hygiene*. Rio de Janeiro: Typographia de M. A. da Silva Lima, 1849.

MOURA, Francisco José Coelho de. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e em particular do mercenário attentas ás condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Carioca, 1874.

NEVES, Juvenal Martiniano das. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1873.

NEVES SOBRINHO, Galdino Emiliano das. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação as condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Acadêmica, 1873.

PADILHA, Francisco Fernandes. *Ciências Médicas: Qual o regimen alimentar das classes pobres do Rio de Janeiro? Quaes as moléstias que mais comumente grassam entre elas? Que relações de causalidade se encontram entre esse regime e moléstias.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1853.

PEREIRA, Antonio da Terha. *Do aleitamento natural e mixto em geral, e em particular mercenario, attentas as condições da cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Typografia Esperança, 1874.

PONTES, *Hygiene da Primeira Infancia (Proposições).* Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1863.

PORTO, Francisco José da Silva. *O aleitamento e alguns ramos das sciencias medicas.* Bahia: Typ. De José da Costa Villaça, 1842.

PREVOST, Eduardo Chapot. *Das formas do Puerperismo Infeccioso e seu tratamento.* Rio de Janeiro: Imprensa a Vapor Lombaerts & Comp., 1885

RAMOS, Antonio Gomes de Siqueira. *O aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenario em relação às condições em que elle se acha no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Typographia Guttemberg, 1873.

REIS, Celso Eugenio dos. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e em particular do mercenario em relação as condições da cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia de Oliveira & Silva, 1874.

REGO, Joaquim da Silva. *Higiene da mulher em estado de gravidez.* Bahia: Typ. Do Diário, 1869.

RESENDE, José Ignacio de C. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral, e em particular do mercenário, atentas às condições da cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Typographia 5 de março, 1874.

SALGADO, Franklin. *Da Febre Puerperal.* Rio de Janeiro: Typographia Guttemberg, 1873.

SAMPAIO, Francisco Moreira. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente ao mercenario em relação ás condições em que elle se acha no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Typhogrphia Americana, 1873.

SANTOS, Luiz Delfino. *Que regimen será mais conveniente á criação dos expostos da Santa Casa de Misericórdia...* Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857.

SILVA, Caetano Ignácio da. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenario em relação as condições em que elle se acha no Rio de Janeiro (Proposições).* Rio de Janeiro: Typographia Acadêmica, 1873.

SILVA, Hermogeneo Pereira. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenario em relação ás condições da cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Typographia Do Apostolo, 1869.

SILVA, João Baptista Monteiro da. *Da alimentação nas primeiras idades: estudo critico sobre diferentes methodos de aleitamento*. Rio de Janeiro: Typographia de Leuzinger & Filhos, 1884.

SILVA, João Luiz Teixeira. *Infanticídio*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1887.

SILVA, Manuel Ferro. *Da alimentação nas primeiras idades: estudo crítico sobre os diferentes métodos de aleitamento*. Rio de Janeiro: Typ. Lombaerts, 1884.

SILVA, Miguel Archanjo da. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação as condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Acadêmica, 1873.

SILVA, Targino Ottoni. *Da alimentação nas primeiras idades*. Rio de Janeiro: Typ. Hamburgueza do Lobão, 1884.

SOUZA, Antônio José de. *Algumas proposições acerca do regime das classes pobres e dos escravos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851.

SOUZA, Honório da Cunha e. *Indicações do forceps e da versão podalica*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1874.

TEUSCHER, Reinhold. *Algumas considerações sobre a estatística sanitária dos escravos*. Rio de Janeiro: Typ. J. Villeneuve e Comp., 1853.

TORRES, Antonio Gonsalves de Lima. *O physico e o moral da mulher nas diferentes phases de sua vida*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de F.M. Ferreira, 1848.

URCULU, Severiano M. de O. *Hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1882.

VASCONCELLOS Junior, Antonio José de. (Secção accessoria) Do abôrto criminoso. - (Secção cirurgica) Vícios de conformação da bacia e suas indicações. - (Secção medica) Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e em particular do mercenário, attentas as condições da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Esperança, 1874.

VEIGA SOBRINHO, Evaristo. *Das condições que explicam a mortalidade das crianças na cidade do Rio de Janeiro*. Ouro Preto: Typographia da "Provincia de Minas", 1886.

VIANNA, Joaquim Telesforo Ferreira Lopes. *Breves considerações sobre o aleitamento*. Bahia: Typographia de Epiphanyo Pedroza, 1855.

VIANNA, Murillo Mendes. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação as condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de Domingos Luiz dos Santos, 1869.

VIEIRA, José Cypriano Nunes. *Hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia de Moreira, Maximino & C., 1882.

VISGUEIRO, Alexandre José da Silva. *Considerações hygienicas sobre a educação physica do homem durante os dous periodos da infancia*. Bahia: Typographia Fidedigna, 1840.

XAVIER, Francisco Júlio. *Considerações sobre os socorros que se devem prestar os meninos na ocasião do nascimento e sobre as vantagens do aleitamento maternal*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher e G., 1833.

ZAMITH, José Ribeiro dos Santos. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação as condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1869.

Fontes visuais

Negra vendendo suas mercadorias; A Glória, 1844; Rua Direita, 1844; Negra com duas crianças, 1844. In: FERREZ, Gilberto. *The Brazil of Eduard Hildebrandt*. Impresso na República Democrática Alemã. Rio de Janeiro: Record, s/d.

Aqueduct & Convento of Sta. Teresa. William Gore Ouseley e J. Needham., Rio de Janeiro. Litografia Aquarelada, 1852. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *A travessia de Calunga Grande*. Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899). São Paulo: Ed. Univ. de São Paulo, 2000.

Enterro de um negrinho. Jean Baptiste Debret, 1823. In: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa. *Debret e o Brasil*. Obra completa. S/c.: Capivara, 2009.

Mina Tapa, c. 1865. Augusto Stahl. ERMAKOFF, George. **O negro na fotografia brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro, G. Ermakoff Casa Editorial, 2004, p. 233.

Fotografia de mulher negra com tabuleiro e filho. Christiano Junior. In: AZEVEDO, Paulo Cesar & LISSOVSKY, Maurício (orgs). *Escravos Brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo: Editora Ex Libris, 1988.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. "Slave Mothers and Free Children: Emancipation and Female Space in Debates on the 'Free Womb' Law, Rio de Janeiro, 1871". **Journal of Latin American Studies**, vol. 28, n. 3, p. 567-580, 1996.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**-estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Ana Maria Leal. **Da casa e da roça**: a mulher escrava em Vassouras no século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001.

ALTINK, Henrice. Deviant and Dangerous: Pro-Slavery Representations of Jamaican Slave Women's Sexuality, c. 1780-1834. **Slavery & Abolition**, Vol. 26, N. 2, August 2005, p. 271-288.

AMADIUME, Ifi. **Male Daughters, Female Husbands**: Gender and Sex in an African Society. London: Zed Books Ltd., 1987.

_____. **Re-Inventing Africa**: Matriarchy, Religion and Culture. London: Zed Books Ltd., 1997.

APPLE, Rima D. **Mothers and medicine**: a social history of infant feeding, 1890-1950. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.

ARAUJO, Carlos Eduardo et al. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**. número especial, p. 203-216, 2. sem. 1994.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**: O negro no imaginário das elites – Século XIX. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Paulo César de & LISSOVSKY, Mauricio (Orgs.) **Escravos Brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.** São Paulo: Editora Ex Libris, 1988.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**. O Mito do Amor Materno. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, nº 2, 1995.

BAPTIST, Edward E. 'Cuffy', 'Fancy Maids', and 'One - Eyed Men': Rape, Commodification, and the Domestic Slave Trade in the United States. **American Historical Review**, 106 December 2001.

BARBAUT, Jacques. **O Nascimento Através dos Tempos e dos Povos**. Lisboa: Terramar, 1991.

BARRETO, Maria Renilda. "Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista". **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008, p. 901-925.

BECKLES, Hilary. **Natural rebels: a social history of enslaved Black women in Barbados**. New Brunswick, N.J. Rutgers University Press, 1989.

_____. **Centering Woman: Gender discourses in Caribbean Slave Society**. Kingston: Ian Randle, 1999.

BERTIN, Enidelce. **Alforrias em São Paulo do Século XIX: liberdade e dominação**. São Paulo: Humanitas, 2004.

BLOCK, Sharon. **Rape and sexual power in early America**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

BROWN, Kathleen. **Good Wives, Nasty Wenches and Anxious Patriarchs**. Gender, Race and Power in colonial Virginia. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1996.

BURNURD, Trevor. "The Sexual Life of an Eighteenth-Century Jamaican Slave Overseer." In SMITH, Merril D. (Ed). **Sex and Sexuality in Early America**, New York: New York University Press, 1998.

BUSH, Barbara. **Slave Women in Caribbean Society, 1650-1838**. Londres: Indiana University, 1990.

_____. "Towards Emancipation: Slave Women and Resistance to Coercitive Labour Regimes in the British West Indian Colonies, 1790-1838". In: RICHARDSON, David. **Abolition and its Aftermath: The Historical Context, 1790-1916**. Frank Cass: University of Hull, 1985, p. 29-31.

_____. "Hard Labor: Women, Childbirth, and Resistance in British Caribbean Slave Societies". In GASPAR, David Barry & HINE, Darlene Clarke (eds.). **More Than Chattel: Black Women and Slavery in the Americas**, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996, p. 193-217.

_____. "African Caribbean Slave Mothers and Children: Traumas of Dislocation and Enslavement Across the Atlantic World". **Caribbean Quarterly** Vol. 56, No. 1/2, March-June, 2010), p. 69-94.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n° 2, p. 91-108, 2º. sem. 2002.

CAMP, Stephanie M. H., **Closer to Freedom: Enslaved Women and Everyday Resistance in Plantation South (Gender and American Culture)**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

_____. "The Pleasures of Resistance. Enslaved Women and Body Politics in the Plantation South, 1830-1860". In: BAPTIST, Edward and CAMP, Stephanie (eds.). **New studies in the History of American Slavery**. Athens and London: The University of Georgia Press, 2006.

CAMPBELL, John. Work, Pregnancy, and Infant Mortality among Southern Slaves. **The Journal of Interdisciplinary History**. Vol. 14, No. 4 (Spring, 1984), p. 793-812.

CAMPBELL, Gwyn, MIERS, Suzanne and MILLER, Joseph C (Eds). **Children in slavery through the ages**. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2009.

CAMPBELL, Gwen & ELBOURNE, Elizabeth (ed.) **Sex, power and slavery**. Ohio: Ohio University Press, 2014.

CAMPBELL, Gwyn; MIERS, Suzanne & MILLER, Joseph (Eds). **Women and Slavery**. Volume Two. The Modern Atlantic. Athens: Ohio University Press, 2008.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se uma “Preta com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca, 1850-1888. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

_____. **Corpos que nutrem: mulheres escravas para aluguel e venda na Capital da Corte Imperial. Em Tempo de Histórias**, Brasília, v. 7, n. 6, 2003, p. 15-46.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 49-58.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, Marcus J. M. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Afro-Ásia**. Salvador, v. 29/30, 2003, p. 41- 78.

_____. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. da UFPE, 1998.

CASTILLO, Lisa & PARÈS, Nicolau, “Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé Ketu”. **Afro-Ásia**, 36, 2007, p.111-151.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das Cores do Silêncio: Significados da Liberdade no Sudeste Escravista, séc. XIX**. Rio de Janeiro: Editora do Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney et al. (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de historia social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

COLLINS, Jane-Marie. "Slavery, Subversion and Subalternity: Gender and Violent Resistance in Nineteenth-Century Bahia". In: OLIVEIRA, Solange Ribeiro de & STILL, Judith (org.). **Brazilian Feminists**. Nottingham: The University of Nottingham, 1999, p. 34-56.

_____. "Bearing the Burden of Bastardy: Infanticide, Child Murder, Race, and Motherhood in Brazilian Slave Society: Nineteenth-Century Bahia". In BECHTOLD, Brigitte & GRAVES, Donna C. (Eds.) **Killing Infants: Studies in the Worldwide Practice of Infanticide**. Lampeter, UK: Edwin Mellen, 2006, p. 199-229.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 1991.

CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Tumbeiros**. O tráfico escravista para o Brasil. Trad. Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **Les Africaines**. Histoire des femmes d'Afrique noire du XIX^e au XX^e siècle. Paris: Editions Desjonquères, 1994.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: EDUNESP, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COWLING, Camilia. **Conceiving Freedom: Women of Color, Gender and the Abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2013.

_____. "'Como escrava e como mãe': mulheres e abolição em Havana e no Rio de Janeiro". In: MACHADO, Maria Helena P.T. & CASTILHO, Celso T. (orgs.) **Tornando-se Livre: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição**. São Paulo: Edusp, 2015.

COWLING, Camillia; MACHADO, Maria Helena P.T.; PATON, Diana Paton e WEST, Emily (orgs) **Mothering Slaves: Comparative Perspectives on Motherhood, Childlessness, and the Care of Children in Atlantic Slave Societies**. **Slavery and Abolition**, Special Edition, vol. 38, no. 2, junho/ 2017.

_____. **Mothering Slaves: Comparative Perspectives on Motherhood, Childlessness, and the Care of Children in Atlantic Slave Societies**. **Journal of Women's History**, (Revista online), n. 30, vol. 1, winter/2018.

CUNHA, Olivia. M. G. & GOMES, Flávio S. (orgs.) **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

CRAEMER, Willy, VANSINA, Jan & FOX, Renee. Religious Movements in Central Africa: A Theoretical Study. **Comparative Studies in Society and History**, vol. 18, n. 4 (Oct., 1976), p. 458-475.

DEIAB, Rafaela A. **A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. A memória afetiva da escravidão. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, nº. 4, ano 1, out. 2005, p. 36-40.

DIAS, Maria Odila L.S. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**, 2ª ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Revista Projeto História**, vol. 17, 1998.

_____. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Estudos feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, 2 (2), 1994.

_____. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 39-53.

D'INCAO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

DORLIN, Elsa. (org.) **Sexe, race et classe: Pour une épistémologie de la domination**. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

EL-KAREH, Almir C. Famílias adotivas, amas de leite e amas secas e o comércio de leite materno e de carinho na Corte do Rio de Janeiro. **Gênero**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 9-30, 1º. sem. 2004.

ELTIS, David. **The rise of African Slavery in the Americas**. New York: Cambridge University Press, 2000.

ELTIS, David & ENGERMAN, Stanley. Was the slave trade dominated by men? **The Journal of Interdisciplinary History**. Vol. 23, No. 2 (Autumn, 1992), p. 237-257

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

ERMAKOFF, George. **O negro na fotografia brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro, G. Ermakoff Casa Editorial, 2004.

FARIA, Sheila de Castro. “Mulheres forras – riqueza e estigma social”. **Tempo**, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000.

_____. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII-XIX). In: FRAGOSO, João (org.). **Escritos sobre História e Educação: uma homenagem a Maria Yeda Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/SAPERJ, 2001.

FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos E. L.; GOMES, Flávio S. **No labirinto das nações- Africanos e identidades no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FARIAS, Juliana. **Mercados Minas**: Africanos Ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890). Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio, 2015.

FILDES, Valerie. **Wet nursing**: a history from antiquity to the present. Oxford: Basil Blackwell Inc., 1988.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, Manolo & GOES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. “Crianças escravas, crianças dos escravos”. In: PRIORE, Mary del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 177-191.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. A vontade de saber. Volume 1. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 3ª ed., 1987.

FOLLETT, Richard. ‘Lives of Living Death’: The Reproductive Lives of Slave Women in the Cane World of Louisiana. **Slavery and Abolition**, Vol. 26, No. 2, August 2005, p. 289-304.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro & FLORENTINO, Manolo Garcia. Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul, 1835/1872. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, 1987. p. 151-173.

FRANK, Zephyr L. **Dutra’s World**: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro, Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

FRANKLIN, Sarah. **Women and Slavery in Nineteenth-century Colonial Cuba**. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2012.

FRASER, Gertrude. **African American Midwifery in the South**: Dialogues of Birth, Race, and Memory. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998.

FREIRE, Maria Martha Luna de. **Mulheres, mães e médicos**. Discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da FGB, 2009.

FREITAS, James D. Amaral. Continuidade e ruptura nos estudos de gênero: historiografia de um conceito”. **OPIS**, Catalão, v. 11, n. 1, p. 15-30 - jan-jun 2011.

FREITAS, Marcos Cezar (org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 41 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GASPAR, David B. & HINE, Darlene C. (eds.). **More Than Chattel**: Black Women and Slavery in the Americas, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996.

GAUTIER, Arlette. **Soeurs de Solitude**. Femmes et esclavage aux Antilles Du XVII au XIX siècle. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010.

GÉLIS, Jacques. **L'Arbre et Le fruit**. La naissance dans l'Occident Moderne. Paris: Fayard, 1984.

GENOVESE, Eugene. **A Terra Prometida**: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e Terra/ CNPq, 1988.

GERGEN, Mary Mc Canney (org.). **O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento**. Trad. Ângela Melim, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1993.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GLENN, Evelyn; CHANG, Grace; FORCEY, Linda (ed.) **Mothering**: ideology, experience, and agency. New York: Routledge, 1994.

GLYMPH, Thaviola. **Out of the House of Bondage**: The Transformation of Plantation Household. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GÓES, José Roberto. **Cativeiro imperfeito**: um estudo sobre a escravidão no rio de janeiro da primeira metade do século XIX. Vitoria: Lineart, 1993.

GOLDEN, Janet. **A social history of wet nursing in America**: from breast to bottle. Columbus: Ohio State University Press, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos & REIS, João José, (orgs.) **Liberdade por um Fio**. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

GOMES, Flavio; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B. (org.) **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

“Com o pé sobre o vulcão”: africanos minas, identidades e repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840)”. **Estudos Afro-Asiáticos**, n.23, 2002, p. 335-378.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. “Expostos, roda e mulheres: lógica da ambiguidade médico-higienista”. In: ALMEIDA, Angela et alii. **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 33-53.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

_____. Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX. **Afro-Ásia**, 2012, n.45, p. 25-65.

GRINBERG, Keila. **Liberata, a lei da ambiguidade**: as ações de liberdade na Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos PAGU**, n.5, Campinas, 1995.

HARTMAN, Saidyia V. “Seduction and the ruses of power”. **Callalo**, vol. 19, no. 2, 1996.

_____. **Scenes of Subjection**: Terror, Slavery and Self-Making in Nineteenth-Century America. Oxford: Oxford University Press, 1997.

HINE, Darlene. Rape and the Inner Lives of Black Women in the Middle West. *Signs*, Vol. 14, No. 4, **Common Grounds and Crossroads**: Race, Ethnicity, and Class in Women's Lives (Summer, 1989), p. 912-920.

HEYWOOD, Linda M. **Diáspora Negra no Brasil**. Trad. Vera Lúcia Benedito [et. al]. São Paulo: Contexto, 2009.

HUBBARD, Ruth et alii. **Biological woman**. The convenient myth. Rochester, Schenkman Books, 1982.

INNISS, Tara A. “‘Any elderly, sensible, prudent women’: The Practice and Practitioners of Midwifery during Slavery in the British Caribbean”. In: BARROS, Juanita et al. (eds.) **Health and Medicine in the circum-Caribbean, 1800-1968**. New York/ London: Routledge, 2009.

JAGGAR, Alisson. M. & BORDO, Susan. R. (orgs.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

JENNINGS, Thelma. "Us Colored Women Had to Go Though A Plenty": Sexual Exploitation of African-American Slave Women. **Journal of Women's History**. Volume 1, Number 3, Winter 1990 , p. 45-74.

JENSEN, Niklas T. “‘For the benefit of the planters and the benefit of Mankind’. The struggle to Control Midwives and Obstetrics on the Island of St Croix in the Danish West Indies, 1830-1848”. In: BARROS, Juanita et al. (ed.) **Health and Medicine in the circum-Caribbean, 1800-1968**. New York/ London: Routledge, 2009.

JOHNSON, Walter. On Agency. **Journal of Social History** n. 37.1 (2003), p. 113-124.

JONES-ROGERS, Stéphanie. '[S]he could ... spare one ample breast for the profit of her owner': white mothers and enslaved wet nurses' invisible labor in American slave markets. **Slavery & Abolition**, n. 38 v. 2, 2017, p. 337-355.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

_____. "Anastácia and the slave women of Rio". In: LOVEJOY, Paul (ed.) **Africans in bondage: studies in slavery and the slave trade**. Madison, Wis., 1986.

KENNEDY, Lynn. **Born Southern: Childbirth, Motherhood and Social Networks in the Old South** (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2010).

KING, Wilma. **Stolen Childhood: Slave Youth in Nineteenth Century America**. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

_____. 'Prematurely Knowing of Evil Things': the sexual abuse of African American girls and young women in slavery and freedom'. **Journal of African American History**, 99(3), 2014, p. 173-196.

KIPLE, Keneth. The Nutritional Link with Slave Infant and Child Mortality in Brazil. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 69, No. 4 (Nov. 1989), p. 677-690.

KLEIN, Herbert & ENGERMAN, Stanley. Fertility Differentials between Slaves in the United states and the British West Indies: A Note on Lactation Practices and Their Possible Implications. **William and Mary Quarterly**, 3d series, 35 (1978), p. 357-374.

KNIBIEHLER, Yvonne & FOUQUET, Catherine. **La Femme et les Medecins**. Paris: Hachette, 1983.

KNIGHT, Rosie. Mistresses, motherhood, and maternal exploitation in the Antebellum South. **Journal of Women's History**, (Revista online), n. 30, vol. 1, winter/2018.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **No estúdio do fotógrafo: representação e autorepresentação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em Multimeios). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. "'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas- Brasil, segunda metade do século XIX. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.16, n.2, abr.-jun. 2009, Rio de Janeiro, p.305-324.

_____. "À Vovó Vitorina, com afeto. Rio de Janeiro, cerca de 1870". In: XAVIER, G.; FARIAS, J.B. de; GOMES, F. (Org.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012, p.186-198.

LAGE, Lana & VENÂNCIO, Renato P. "O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro." In: PRIORE, Mary del (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

LAGET, Mireille. Naissances. **L'accouchement avan l'âge de la clinique**. Paris: Seuil, 1982.

LAGO, Bia Corrêa do. **Os fotógrafos do Império**: a fotografia brasileira no Século XIX. Rio de Janeiro: Capivara, 2005.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LEROY, Fernand. **Histoire de naître**. De l'enfantement primitif à l'accouchement médicalisé. Paris: Éditions De Boeck Université, 2002.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de viagem** (1803-1900). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec/Edusp; Brasília: Pró-Memória, 1984.

_____. “O óbvio e o contraditório da Roda”. In: PRIORE, Mary Del. **História da Criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LETT, Didier. & MOREL, Marie. **Une histoire de l'allaitement**. Paris: Éditions de La Martinière, 2006.

LIBBY, Douglas C. & FURTADO, Júnia F. (orgs.). **Trabalho livre, trabalho escravo – Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade no século XIX. **Topoi**, v. 6, n. 11, jul-dez, 2005, p. 289-326.

LIMA, Silvio C. **O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro** (1830-1850). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Markus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LIVESEY, Andrea. “Conceived in violence: enslaved mothers and children born of rape in nineteenth-century Louisiana”. **Slavery & Abolition** Special Issue, vol. 38, no. 2, junho/ 2017, p. 373-391.

MACGAFFEY Wyatt. **Religion and Society in Central Africa**: the baongo of Lower Zaire. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

MACHADO, Maria Helena P.T. **Crime e Escravidão**: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas 1830-1888. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **O Plano e o Pânico**. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/EDUSP, 1994.

_____. **Brasil a vapor**: raça, ciência e viagem no século XIX. Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: A história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). **Afro-Ásia**, n. 42, 1o. semestre de 2011.

“Entre Dois Beneditos: Histórias de amas de leite no Ocaso da Escravidão”. In: Giovana Xavier; Juliana Barreto de Farias; Flávio Gomes. (Org.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012.

Between two Beneditos: enslaved wet-nurses amid slavery’s decline in southeast Brazil. **Slavery & Abolition**, vol. 38, issue 2, p. 320-336.

MAIR, Lucille. **A Historical Study of Women in Jamaica 1655-1844**, (eds. BECKLES, Hilary & SHEPHERD, Verene). Kingston: University of the West Indies Press, 2006.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

“Amas- de- leite Mercenárias e crianças expostas no Brasil oitocentista”. In: **Olhares sobre a criança no Brasil – Séculos XIX e XX**. Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CESPI/USU, Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula/ AMAIS, 1997, p.143-153.

MARQUESE, Rafael B. **Feitores do corpo, missionários da mente**. Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTINS, Bárbara C. R. **Amas de leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS, Ana Paula V. **A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MARTINS, Luiz C. M. **No seio do debate – amas de leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. **Revista Rio de Janeiro**, n.12, jan-abr, 2004, p. 229-251.

MATTOSO, Kátia. O filho da escrava: em torno da Lei do Ventre Livre. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH – Marco Zero, v. 8, n.16, mar/ago.1988.

MAUAD, Ana Maria. “A vida das crianças de elite durante o Império”. In: PRIORE, Mary del (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

MCMILLEN, Sally. **Motherhood in the Old South**: Pregnancy, Childbirth and Infant Rearing. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1990.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

MINTZ, Sidney & PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana**: uma perspectiva antropológica (trad.). Rio de Janeiro: Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003.

MOHANTI, Chandra. **Feminism without borders**. Decolonizing theory, practicing solidarity. Durham & London: Duke University Press, 2003.

MOITT, Bernard. **Women and Slavery in the French Antilles, 1635-1848**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2001.

MORGAN, Kenneth J. **Slave women and reproduction in Jamaica, c.1776-1834**. History, 91 (302), 2006, p.231- 253.

MORGAN, Jennifer L., **Laboring Women**: Reproduction and Gender in New World Slavery. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.

_____. “‘Some Could Suckle over Their Shoulder’: Male Travelers, Female Bodies, and the Gendering of Racial Ideology, 1500–1770,” **William and Mary Quarterly**, 3rd ser., 54 (January 1997), p. 167-92.

MORRISEY, Marietta. **Slave Women in the New World**: Gender Stratification in the Caribbean. Lawrence: University Press of Kansas, 1989.

MORRISON, Tony. **Amada**. Trad: José Rubens Siqueira, São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MOTT, Luís. **Escravidão, homossexualismo e demonologia**. São Paulo: Ícone Editora, 1998.

MOTT, Maria Lúcia Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 85-96, janeiro/julho, 1989.

_____. **Parto, parteiras e parturientes**. Mme Durocher e sua época. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? **Revista Estudos Feministas**, v.7, n.1, p.25-36. 1999.

_____. Madame Durocher, modista e parteira. **Estudos Feministas**, n.1, 1994, p.101-116.

_____. *Parteiras: o outro lado da profissão*. **Niterói**, v.6, n.1, p.117-140, 2 sem 2005.

_____. *A criança escrava na literatura de viagens*, **Cadernos de Pesquisa**, nº. 31, 1972

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia de Calunga Grande**. Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899). São Paulo: Ed. Univ. de São Paulo, 2000.

NEVES, Maria de Fátima R. **Infância de faces negras**: a criança escrava brasileira no século XIX. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

PAUGH, Katherine. The Politics of Childbearing in the British Caribbean and the Atlantic World during the Age of Abolition, 1776–1838. **Past & Present**, Vol. 221(1), 2013, p.119-160.

PAIXÃO, Marcelo & GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 16, 2008, p.949-964.

PARGAS, Damian P. **From the Cradle to the Fields**: Slave Childcare and Childhood in the Antebellum South. *Slavery & Abolition*, Vol. 32, n.4, 2011.

PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da casa imperial**. Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2001.

PERRIN, Liese. Resisting Reproduction: Reconsidering Slave Contraception in the Old South. **Journal of American Studies**, Vol. 35, No. 2, (Aug., 2001), p. 255-274.

PIMENTA, Tânia Salgado. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro** (1828-1855). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. Midwifery and childbirth among enslaved and freed women in Rio de Janeiro in the first half of the nineteenth century, **Women's History Review**, ed. online, volume 27, issue 6, 2017, p. 910-923.

PIMENTA, Tânia & BARBOSA, Giselle. O ofício de parteira no Rio de Janeiro Imperial. **Revista de História Regional** 21(2), 2016, p. 485-510.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/J. Olympio, 1993.

_____. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

_____. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Viajantes, século XIX**: Negras, escravas e livres no Rio de Janeiro. Revista do Instituto de Estudos Brasileira. São Paulo, n. 28, 1988.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do Século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

_____. ‘Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos’: fuga e família entre escravos na Bahia Oitocentista”. **Afro-Ásia**, Bahia: UFBA, v. 23, p. 29-48, 1999.

_____. **Histórias da vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2001.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das letras, 1989.

REIS, João José; GOMES, Flávio; CARVALHO, Marcus. **O Alufá Rufino**: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro, c. 1821 – c. 1853, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018;

_____. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento/ Justifocando, 2017.

ROBERTSON, Claire & KLEIN, Martin (dir.). **Women and Slavery in Africa**. Madison, London: University of Wisconsin press, 1983.

ROCHA, José F. T. da & ROCHA, Heloísa H. P. “De criadeiras a fazedoras de anjos: as amas de leite e a criança desvalida sob o olhar da medicina”. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S.M.C (orgs). **Práticas Médicas e de Saúde nos Municípios Paulistas**: a História e suas Interfaces. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina, CD.G Casa de Soluções e Editora, 2011, p.37-61.

ROCHA, Solange P. **Na trilha do feminino**: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828-1888. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

RODRIGUES, Kássia. **Das páginas ao corpo**: escravidão e práticas de saúde em manuais de fazendeiros do século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

_____. Histórias e tensões em torno da medicalização da reprodução. **Niterói**, v. 6, n. 1, p. 213-224, 1. sem. 2006.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil — 1800-1850. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2000.

_____. **De Costa a costa:** escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RONCADOR, Sônia. O demônio familiar: Lavadeiras, amas de leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida. **Luso-Brazilian Review** - Volume 44, Number 1, 2007, p. 94-119.

SALLES, Ricardo & GRIMBERG, Keila (orgs). **Brasil Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura:** as diferentes medicinas no Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. “Páginas da vida: experiências maternas de mães negras no antes e no pós Lei do Ventre Livre. Rio de Janeiro, 1869-1888”.

In:<<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/lucimarfelisbertodossantos.pdf>>. Acesso: 25 de outubro de 2018.

SANTOS, Martha. ‘Slave Mothers,’ Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil. **Revista Tempo-História**, 22(41), 2016, p. 467-487.

_____. Mothering slaves, labor, and the persistence of slavery in Northeast Brazil: a non-plantation view from the hinterlands of Ceará, 1813–1884. **Journal of Women’s History**, (Revista online), n. 30, vol. 1, winter/2018

SANTOS, Ynaê Lopes. **Além da Senzala.** Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1800-1850). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 - 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARTZ, Marie Jenkins. **Birthing a slave.** Motherhood and Medicine in the Antebellum South. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2006.

_____. **Born in Bondage:** Growing up Enslaved in the Antebellum South. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Vol. 20, nº2, p.71-90, 1995.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Cia das Letras/CNPq, 1988.

SCULLY, Pamela & PATON, Diana (orgs.). **Gender and Slave Emancipation in the Atlantic World**. Durham: Duke University Press, 2005.

SIEGOL, Micol. “Mães pretas, filhos cidadãos”. In: CUNHA, Olivia M. G. da & GOMES, Flávio dos S. (orgs.) **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 315-346.

SILVA, Maciel H. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

_____. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador** (1870-1910). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Marilene. **Negro na rua**: a nova face da escravidão. São Paulo: Hucitec, 1988.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, volume 8, número 16, março/agosto, 1988.

_____. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In: ALENCASTRO, Felipe (org.) **História da Vida Privada no Brasil** 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

_____. “‘Malungo, Ngoma vem!’: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**, 12, 1991/92.

_____. **The demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888**. Stanford University, PhD, 1976.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Zungu**: rumor de muitas vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SOARES, Cecília. **Mulher Negra na Bahia no século XIX**. Salvador: Eduneb, 2007.

_____. As ganhadeiras: Mulheres e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, p. 57-71, 1996.

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na Capital do Brasil**: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro: Faperj- 7Letras, 2007.

SOARES, Márcio de Sousa. **A doença e a cura**: saberes médicos e cultura popular na Corte Imperial. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

_____. Médicos e mezinheiros na corte imperial: uma herança colonial. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2. 2001.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. (org.). **Rotas Atlânticas da Diáspora Africana**: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

SOARES, Mariza de Carvalho & BEZERRA, Nielson Bezerra (orgs.). **Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara** (séculos XVI-XIX). Niterói: Eduff, 2011.

SOUZA, Flávia. **Para casa de família e mais serviços**: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. “Escravas do lar: mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial”. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 244-260.

STEPAN, Nancy Leys. “Raça e gênero: o papel da analogia na ciência”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 72-96.

SWAIN, Tania Navarro. “Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade”. In: STEVENS, Cristina. **Maternidade e Feminismo**. Diálogos Interdisciplinares. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres/EDUNISC, 2007, p. 201-246.

TELLES, Lorena Féres da S. **Libertas entre sobrados**: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Editora Alameda/ Fapesp, 2014.

TERBORG-PENN, Rosalyn & RUSHING, Andrea Benton R (Eds.). **Women in Africa and the African diaspora**. Washington: Howard University Press, 1996.

TURACK, Cynthia Fevereiro. **Mulheres-mãe**: memória e construção de sentidos no discurso do periódico A Mãe de Família (1879-1888). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

TURNER, Sasha. **Contested Bodies**: Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica (1780-1834). University of Pennsylvania Press, 2017.

_____. Home-grown Slaves: Women, Reproduction, and the Abolition of the Slave Trade, Jamaica 1788-1807. **Journal of Women's History**, Vol. 23, n.3, 2011.

_____. The nameless and the forgotten: maternal grief, sacred protection, and the archive of slavery. **Slavery & Abolition**, vol. 38, n.2, 2017.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina**: infância e morte infantil no Brasil dos Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Maternidade negada”. In PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Famílias Abandonadas** – Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX. Campinas/SP: Papirus Editora, 1999.

WALLACE-Sanders, Kimberly. **Mammy**: a century of race, gender and Southern memory. Ann Arbor: University of Michigan, 2008.

_____. (ed.) **Skin Deep, Spirit Strong**. The Black Female Body in American Culture. Michigan: University of Michigan Press, 2002.

WEST, Emily & KNIGHT, Rosie. Mothers ´ Milk: Slavery, Wet-Nursing, and Black and White Women in the Antebellum South. **Journal of Southern History**, Volume 83, Number 1, February 2017, p. 37-68.

WHITE, Deborah Gray. **Ar’n’t I a Woman?** Female Slaves in the Plantation South. New York: Norton, 1985.

WILKIE, Laurie. Expelling frogs and binding babies: conception, gestation and birth in nineteenth-century African-american midwifery. **World Archaeology**, vol. 45, n. 2, 2013, p. 272-284.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. **Ritos de Magia e Sobrevivência**. Sociabilidades e Práticas Mágico-Religiosas no Brasil (1890/1940). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. “Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão”. In GOMES, Flavio; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B. (orgs.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012.

XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Escravidão e liberdade**: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.